



Departamento de História

As Relações entre Portugal e o Zaire (1968-1974)

Rui Manuel Proença Bonita Velez

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Professor Doutor, Luís Nuno Rodrigues, Professor Associado com Agregação
Departamento de História – ISCTE – IUL

Julho de 2015

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, pelo acompanhamento efectuado ao longo desta investigação, para além de tudo o que me ensinou. Não só em termos das especificidades da ciência histórica, mas também no que diz respeito à forma sábia como me ajudou a encontrar as interpretações mais correctas para os acontecimentos históricos que aqui são tratados.

Ao Tenente-Coronel Jorge Sequeira e aos Majores Ricardo Cristo e Fernando Rita, camaradas que dividem comigo o espaço de trabalho na Academia Militar, pela partilha de ideias e pelo incentivo que sempre me manifestaram.

Aos meus pais por tudo o que me ensinaram e por todo o apoio e alento que me deram neste momento particular da minha vida.

Um agradecimento muito especial à Paula, minha esposa, à Carlota e ao Tomás, meus filhos, pelo apoio, pela compreensão, pelas muitas horas de ausência e por tudo o que representam para mim.

Queria também agradecer às Instituições que tiveram parte activa na minha formação e que muito contribuíram para que eu conseguisse terminar este trabalho. Ao comando da Academia Militar pelo incentivo, apoio e pelas condições que me proporcionaram para o desenvolvimento e conclusão desta investigação. Ao ISCTE-IUL pelos conhecimentos que me proporcionaram relativamente a esta área específica do saber.

Finalmente, aos funcionários do Arquivo Histórico-Diplomático, pela sua inestimável ajuda.

RESUMO

A tese de doutoramento intitulada “As Relações entre Portugal e o Zaire (1968-1974)” tem por objectivo essencial o estudo das relações bilaterais entre Portugal e o Zaire, no período compreendido entre 1968 e 1974.

Procurámos efectuar um estudo comparativo entre o regime de Marcello Caetano e aquele que, liderado por António de Spínola, assumiu os destinos de Portugal após o 25 de Abril de 1974. O objectivo fixou-se na identificação de continuidades ou rupturas entre as linhas de acção política adoptadas relativamente ao Zaire, na perspectiva de solucionar os principais impasses políticos de ambos os regimes. Tal situação marcou o relacionamento dos actores em causa, o Zaire e Portugal.

Um dos aspectos inovadores deste trabalho consiste na defesa de que, apesar de conseguirmos identificar alguns elementos de confluência durante este período, Portugal relacionou-se com o Zaire estabelecendo relações oscilantes e evolutivas sem um padrão comum de actuação política entre os dois regimes que marcaram este período da História Contemporânea Portuguesa. É isto que se procura demonstrar nesta tese.

Para um entendimento perfeito da problemática em análise, esta é enquadrada pelo estudo das orientações da política ultramarina portuguesa e na forma como se traduziram na defesa dos interesses nacionais estabelecidos, permitindo avaliar a importância do Zaire na resolução da questão angolana. Por outro lado, no contexto da política externa e africana de Mobutu, analisámos a evolução do seu posicionamento político relativamente a Portugal no sentido de influenciar a questão de Angola em seu próprio benefício.

Palavras-Chave: Portugal, Zaire, Relações Bilaterais, Angola

ABSTRACT

The major goal of the PhD thesis entitled "The Relations between Portugal and Zaire (1968-1974)" is the study of the bilateral relations between Portugal and Zaire, in the period comprised between 1968 and 1974.

The thesis carries out a comparative study between the approach of Marcello Caetano's regime and the regime that was implemented after the 25th April 1974. We intend to identify continuities and ruptures between the political action lines regarding Zaire in order to find solutions for its political problems. This situation has affected the relationship involving the two countries: Zaire and Portugal.

One of the innovations of this study lies in defending the argument that, although we can identify some elements of confluence between the parts, during this period, Portugal related with Zaire by establishing evolutionary and oscillating relations without possessing a common standard as far as politics was concerned. That's what we have tried to demonstrate with this thesis.

For a perfect understanding of the problem, it must be referred that this problem is based upon the study of the Portuguese overseas policy and the way this policy came into practice regarding the defense of the established national interests. By doing so, their policy worked as a tool for evaluating the importance of Zaire in the resolution of the Angolan issue. On the other hand, this study has also focused upon the evolution of Mobutu's political conduct towards Portugal in order to influence the matter of Angola for his own benefit within the context of his African and foreign policy.

Key Words: Portugal, Zaire, Bilateral Relations, Angola.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE DE QUADROS	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xiii
ÍNDICE DE ANEXOS	xv
GLOSSÁRIO	xvii
INTRODUÇÃO	1
1. A PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	8
3. ESTADO DA QUESTÃO	17
4. FONTES	25
CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO COLONIAL	29
1. A HERANÇA	29
2. MARCELLO CAETANO E O FEDERALISMO	63
3. 1968 - A VEZ DE MARCELLO CAETANO	70
4. SPÍNOLA - “O EMBATE”	82
CAPÍTULO II - A AFIRMAÇÃO AFRICANA DE MOBUTU	103
1. O CONTEXTO REGIONAL DO ZAIRE DE MOBUTU	103
2. DA ESPERANÇA AO CAOS	110
3. “O ESTADO SOU EU”	137
4. A POLÍTICA EXTERNA E AFRICANA DO REGIME DE MOBUTU	149
5. ZAIRINIZAÇÃO E UM POUCO DE RADICALIZAÇÃO	169
6. MOBUTU E A SITUAÇÃO DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS	177

CAPÍTULO III - MOBUTU, MARCELLO CAETANO E ANGOLA	189
1. DA RUPTURA AO ENTENDIMENTO POSSÍVEL.....	189
2. OPERAÇÕES SECRETAS E UMA “PROPOSTA INCONSIDERADA”.....	214
3. COOPERAÇÃO ECONÓMICA: CONSTRUÇÃO DE UMA ILUSÃO.....	234
4. A COMUNIDADE PORTUGUESA NO ZAIRE: DA REPUTAÇÃO AO DESESPERO.....	248
5. KINKUZU: O REGRESSO DOS FANTASMAS DE 1966.....	258
CAPÍTULO IV - MOBUTU, SPÍNOLA E A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA	269
1. ANTECEDENTES: UM LIVRO NO CONTEXTO DA ARQUITECTURA DE UM GOLPE	269
2. O 25 DE ABRIL E A DESCOLONIZAÇÃO COMO CENTRO DE GRAVIDADE	289
3. “AGORA ANGOLA É COMIGO!”	303
4. DO SAL A KINSHASA.....	321
CONCLUSÃO	353
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	367
ANEXOS.....	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1: Povoamento Agrário Dirigido em Angola (1962-1973)	38
Quadro 1.2: Frequência das Escolas Africanas em 1959	121
Quadro 1.3: Acções Executadas pelos Movimentos Independentistas.....	199
Quadro 2.3: Movimento de Mercadorias com o Zaire	239
Quadro 1.4: A Problemática dos Capitães	274
Quadro 2.4: “Portugal e o Futuro” vs “O Movimento das Forças Armadas”	286
Quadro 3.4: Mortos em Combate em 1974.....	292
Quadro 1.E: Lugares Conquistados nas Eleições de Maio de 1960 no Congo.....	XXVI
Quadro 1.H: Inflação do Zaire	XXX

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.3: Os 13 Militares portugueses trocados em Noqui.....	201
Figura 1.4: Cimeira da Ilha do Sal	313
Figura 2.4: Encontro com Nyrerer	322
Figura 3.4: Mobutu e o general Fontes Pereira de Melo	325
Figura 4.4: Holden Roberto e o general Fontes Pereira de Mello	328
Figura 5.4: Mário Soares em Kinsahsa.....	335
Figura 1.A: Mapa do Congo	II
Figura 2.A: Mapa do Zaire.....	III
Figura 3.A: Mapa do Baixo-Congo	IV
Figura 4.A: Mapa dos Caminhos-de-Ferro da RDC.....	V
Figura 5.A: Vias de escoamento dos minérios do Catanga	VI
Figura 1.B: Organograma da Sociedade Belga	VII
Figura 1.D: Joseph Kasavubu	XII
Figura 2.D: Patrice Lumumba.....	XIV
Figura 3.D: Joseph Ileo.....	XVI
Figura 4.D: Cyrille Adoula	XVIII
Figura 5.D: Moisés Kapenda Tchombé.....	XX
Figura 6.D: Evarist Kimba.....	XXII
Figura 7.D: Joseph Désiré Mobutu.....	XXIV
Figura 1.E: Mapa Eleitoral das eleições de Maio de 1960	XXVI

Figura 1.F: Esquema do Plano Institucional de 1959 para o Congo	XXVII
Figura 1.G: Resolução n.º 143/1960 da ONU: Questão do Congo	XXVIII
Figura 1.H: Evolução do Preço do Cobre	XXIX
Figura 2.H: Evolução dos Principais Sectores de Produção	XXIX
Figura 1.I: Cintura Vermelha	XXXI
Figura 2.I: Auxílio Chinês em África	XXXII
Figura 1.J: Folha de Rosto do Relatório de Coelho Lopes	XXXIII
Figura 1.K: Carta de Efomi para Mobutu	XXXIV
Figura 1.M: Campo de Kinkuzo	XXXV
Figura 1.N: A Condenação de Akafomo no Jornal <i>Elima</i>	XLI
Figura 1.O: Folha de Rosto do Protocolo de Acordo	XLII

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A - MAPAS	II
ANEXO B – SOCIEDADE BELGA	VII
ANEXO C – PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS CONGOLESES	VIII
ANEXO D – PRINCIPAIS DIRIGENTES CONGOLESES	XII
ANEXO E – ELEIÇÕES DE MAIO DE 1960	XXVI
ANEXO F – NOVO PLANO INSTITUCIONAL PARA O CONGO	XXVII
ANEXO G – RESOLUÇÃO N.º 143 DE 1960 DA ONU	XXVIII
ANEXO H – INDICADORES ECONÓMICOS	XXIX
ANEXO I – A CHINA E A ÁFRICA AUSTRAL: “A CINTURA VERMELHA”	XXXI
ANEXO J – INFORMAÇÃO DE SERVIÇO DE COELHO LOPES	XXXIII
ANEXO K – CARTA DE EFOMI PARA MOBUTU	XXXIV
ANEXO L – VISTA PANORÂMICA DO CAMPO DE KINKUZO	XXXV
ANEXO M – FUGA DE PRISIONEIRO: AUTO DE DECLARAÇÕES	XXXVI
ANEXO N – PRISÃO DE AKAFOMO	XLI
ANEXO O – ACORDO DE CESSAR-FOGO	XLII

GLOSSÁRIO

- ABAKO – Association du Bas-Kongo
- ACMAF – Associação das Classes Médias Africanas
- ADN – Arquivo de Defesa Nacional
- AF – Group for Africa
- AHD – Arquivo Histórico Diplomático
- AHM – Arquivo Histórico Militar
- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
- AID – Agência Internacional para o Desenvolvimento
- ALIAZO - Aliança do Povo Zombo
- AM – Academia Militar
- AMAE – Archive du Ministère des Affaires Étrangères
- AMC – Arquivo Marcello Caetano
- AMU – Arquivo do Ministério do Ultramar
- ANP – Acção Nacional Popular
- ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- ARA – Acção Revolucionária Armada
- AZAP – Agence Zairoise de Presse
- BCK – Chermin de fer du Bas-Congo au Katanga (Caminhos-de-Ferro do Baixo-Congo no Catanga)
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CEMGFA – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
- CIA – Central Intelligence Agency
- CINAMIL – Centro de Investigação da Academia Militar
- CND – Centro Nacional de Documentação
- CONAKAT – Confederação das Associações do Catanga
- CONACO – Convention Nacional Congolaise
- CRPA – Comissão da Reforma Política de Angola
- CS – Conselho de Segurança da ONU
- CSCC – Confederação dos Sindicatos Cristãos do Congo
- DRIL – Directório Revolucionário Ibérico de Libertação
- EEP – Espaço Económico Português

ELNA - Exército de Libertação Nacional de Angola
EMFA – Estado-Maior da Força Aérea
ENC – Exército Nacional Congolês
EUA – Estados Unidos da América
FAZ – Forças Armas do Zaire
FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
FLING – Frente de Libertação e Independência da Guiné
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GECAMINES – Societé Générale des Carrières et des Mines (Sociedade-Geral de Pedreiras e Minas)
GNP – Gabinete dos Negócios Políticos
GRAE – Governo da República de Angola no exílio
HRI – História das Relações Internacionais
IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares
ICS – Instituto de Ciências Sociais
ID – Instituto Diplomático
IG – Interdepartmental Group
IN – Inimigo
IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais
ISCPS – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
IUL – Instituto Universitário de Lisboa
JPP – Juntas Provinciais de Povoamento
JSN – Junta de Salvação Nacional
KDL – Chermim de fer de Kinshasa-Dilolo-Lubumbashi (Caminhos-de-ferro de Kinshasa-Dilolo-Lubumbashi)
LICOPA – Ligue Congolosa pour la Paix et l'Amitié Entre les Peuples
LORAN – Long Range Navigation
MAC – Movimento Anti-colonialista
MFA – Movimento das Forças Armadas
MINA – Movimento para a Independência de Angola
MNC – Movimento Nacional Congolês

MNE – Ministro dos Negócios Estrangeiros
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MPR – Movimento Popular da Revolução
MU – Ministério do Ultramar
NARA-AAD – National Archives – Access to Archival Database
NATO – North Atlantic Treaty Organization
NSC – National Security Council
NSSM 39 – National Security Study Memorandum 39
OIAM – Organização Inter-Afro-Malgaxe
OLA – Organização Latino-americana
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização de Unidade Africana
PAA – Processo África Ásia
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCA – Partido Comunista de Angola
PCP – Partido Comunista Português
PEA – Processo Europa África
PEMARCO – Societé Nationale de Pêche Maritime du Congo (Sociedade Geral de Peixe Marítimo do Congo)
PDA – Partido Democrático de Angola
PIB – Produto Interno Bruto
PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança
PLUA – Partido Unido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PSP – Polícia de Segurança Pública
PT – Portugal
RDC – República Democrática do Congo
RFA – República Federal da Alemanha
RI – Relações Internacionais
RPC – República Popular do Congo
RPM – Regiões Político-Militares
RTP – Rádio Televisão Portuguesa
SCCIA – Serviço de Coordenação e Centralização de Informação de Angola

SGDN – Secretaria-Geral da Defesa Nacional
SGONU – Secretário-Geral da ONU
SPI – Sistema Político Internacional
TAP – Transportes Aéreos de Portugal
TE – Tropas Especiais
TEPSI – Trabalho e a Providencia Social Indígena
TIH – Tribunal Internacional de Justiça sedado em Haia
TT – Torre do Tombo
UEAC – União dos Estados da África Central
UMHK – União Mineira do Alto Catanga
UN – União Nacional
UNHCR – The United Nation Refugee Agency
UNISCO – União dos Interesses Sociais Congolese
UNHCR – United Nations High Commissioner for refugees
UNTZA – União Nacional dos Trabalhadores Zairianos
UPA – União dos Povos de Angola
UPNA – União dos Povos do Norte de Angola
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (União Soviética)
VICE-CEMGFA – Vice-Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
ZANU – União Popular Africana do Zimbabue
ZAPU – União Nacional Africana do Zimbabue
ZIS – Zona de Intervenção Sul de Angola

INTRODUÇÃO

“Interessam-me os actos humanos, não para rir-me deles, nem para deplorá-los, nem sequer para os detestar, mas simplesmente para compreendê-los”¹.

Baruch Spinoza

1. A PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO

Qualquer investigação deve ser iniciada através da formulação de um problema, cuja resolução pode suscitar discursos, dúvidas e troca de impressões. Esse procedimento deve respeitar algumas regras práticas, nomeadamente: “a) o problema deve ser formulado como pergunta; b) o problema deve ser claro e preciso; c) o problema deve ser empírico; d) o problema deve ser susceptível de solução; e) o problema deve ser delimitado a uma dimensão viável”². A pergunta de partida a que nos referimos, no primeiro destes pontos, terá assim que satisfizer características de clareza, de exequibilidade e de pertinência, de forma a garantir os elementos necessários para que o investigador consiga uma resposta precisa e clara sobre o conhecimento que procurará descortinar ou compreender. Sobre esta matéria importa ainda referir que a questão se integra na fase inicial de um método mais vasto que designamos por “hierarquia dos actos epistemológicos” e que é nesta fase, designada por “ruptura”, que nos afastamos da falsa teoria, baseada em aparências ou percepções, ou seja, sem qualquer utilidade para reflexões de índole científica³. Obviamente que a “ruptura” não se encerra aqui, este é apenas o seu momento embrionário, que após um balanço exploratório, com o intuito de “auxiliar o investigador a adoptar uma abordagem penetrante do seu objecto de estudo e assim, encontrar ideias e pistas de reflexão esclarecedoras”⁴, passará por uma fase de

¹ Apud, Zamora, Juan Clemente (s.a.), *O Processo Histórico*, 4ª Edição, Lisboa, Livraria Renascença Editora, p.1.

² Gil, António Carlos (1991), *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas, p.30.

³ O processo deve ter três actos cuja ordem deve ser respeitada. Estes três actos são a ruptura, a construção e a verificação. Quivy, Raymond, Campenhoudt, LucVan (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª Edição, Lisboa, Gradiva, p. 25.

⁴ Quivy, Raymond, Campenhoudt, LucVan (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª Edição, Lisboa, Gradiva, pp. 34-49.

reformulação da pergunta de partida de modo a transformá-la na verdadeira “pergunta central, na qual se resumirá o objectivo do trabalho”⁵.

No caso específico da nossa questão de central, esperamos que esta nos permita realçar os processos sociais, económicos, políticos, militares e, até mesmo, culturais, no sentido de melhor compreendermos os factos e os acontecimentos que pretendemos estudar. Sendo assim, a questão central para a nossa investigação é a que se passa a enunciar: Como se caracterizou o relacionamento entre Portugal e o Zaire, no período de 1968 a 1974?

Este racional determina o objectivo principal do nosso trabalho, que por conseguinte incide na análise das relações bilaterais entre Portugal e o Zaire, num período compreendido entre 1968, desde que Marcello Caetano chegou ao poder, e 1974, ano que marcou a viragem para um regime democrático em Portugal. O enfoque do nosso estudo recai nas bases do comportamento político de Marcello Caetano e de António Spínola em relação a Mobutu, no sentido de descortinar pontos de convergência e/ou de ruptura no conceito de acção política por ambos adoptado, tendo em vista a consecução dos objectivos pré-estabelecidos, relativamente a um denominador comum: o Zaire⁶.

As figuras políticas aqui referidas assumiram papéis de relevo durante este período. Marcello Caetano foi presidente do Conselho de Ministros de Setembro de 1968 a Abril de 1974, substituindo Oliveira Salazar na condução dos destinos de Portugal. Relativamente ao general António de Spínola, após o golpe militar de 25 de Abril de 1974 que pôs fim ao Estado Novo, foi presidente da Junta de Salvação Nacional (JSN) e presidente da República até Setembro desse ano. Em relação a Mobutu, este líder africano assumiu a presidência do Zaire após o golpe de Estado de 1965 e aí permaneceu nessas funções até 1997.

Quanto aos objectivos específicos do trabalho, na prática eles reflectem a sua organização interna. No primeiro capítulo, analisámos a importância da questão colonial, tanto na fase final do Estado Novo, como nos primeiros meses de democracia, com o objectivo de

⁵ Quivy, Raymond, Campenhoudt, LucVan (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª Edição, Lisboa, Gradiva, p. 102.

⁶ Desde a independência e até 1971 este território designava-se República Democrática do Congo (RDC), altura em que adoptou outro nome com a proclamação da República do Zaire. As datas e os acontecimentos relatados cruzam-se com alguma frequência, daí que se possa identificar um certo combinado nas designações do país ao longo do trabalho. O mesmo se irá passar relativamente à designação das principais cidades que, a partir da data referida, tomaram outra designação. Para melhor percepção do leitor, aconselhamos a consulta do Anexo A – Mapas, onde será possível consultar um mapa político do Congo e outro do Zaire.

aprofundar os princípios orientadores do pensamento colonial de Marcello Caetano e de António de Spínola e, com isso, compreendermos o embate que emergiu entre ambos relativamente à política colonial que devia ser seguida. No segundo capítulo, o nosso enfoque passou por examinar o contexto político do Congo-Zaire, desde o período colonial, passando pelos tempos conturbados da independência até à afirmação de Mobutu. Esta análise teve como objectivo descobrir os pilares da política externa de Mobutu e as suas motivações relativamente a Angola e Portugal. A partir deste ponto, projectámos estudar a forma como se produziu o relacionamento de Portugal com o Zaire. Assim, no terceiro capítulo, analisámos o modo como se materializou o relacionamento dos dois países ao longo do período da governação de Marcello Caetano, tendo em conta os diferentes momentos de aproximação e de tensão. Posteriormente, consagramos a nossa atenção ao estudo das repercussões da transição de regime em Portugal na relação entre os dois países. Por isso, no quarto capítulo estudámos a preponderância de Spínola no processo central da descolonização e a importância de Mobutu para o seu projecto. Para além disso, tivemos que analisar a condução do processo a partir do 28 de Setembro de 1974 e a forma como esse acontecimento influenciou no interesse de Mobutu na descolonização de Angola, bem como avaliar a postura dos novos responsáveis portugueses relativamente ao envolvimento do Zaire neste processo.

Quanto à relevância do estudo, a preponderância da África Central durante a guerra colonial portuguesa e, posteriormente no processo de descolonização é, por si só, um tema que dispensa qualquer tipo de argumentação no sentido de justificar a sua real importância para o estudo da História Contemporânea portuguesa. Foi em Kinshasa, considerada o coração da África Central, que se desenvolveu uma parte substancial das manobras político/estratégicas que envolveram os actores da nossa narrativa, Portugal, o Zaire e a Angola, aspecto sobre o qual praticamente não existem trabalhos monográficos. Por estes motivos a opção pelo Zaire surgiu naturalmente, ao assumirmos a sua importância no estudo destes dois processos históricos extremamente complexos e difíceis de analisar, a guerra colonial e a descolonização.

Neste contexto, Marcello Caetano e António de Spínola, como elementos preponderantes dos seus respectivos regimes, foram confrontados com problemas cujas soluções se apresentavam como vitais para o Estado português. Para Marcello Caetano, a questão colonial centrava-se, sobretudo, em solucionar o impasse criado por uma guerra que o regime decidira continuar. Para Spínola, a questão a solucionar era outra: qual o futuro das colónias portuguesas, na sequência do fim do regime ditatorial e das mudanças políticas registadas em

Portugal. Ambos adoptaram estratégias e políticas que, segundo as suas convicções e orientações, motivaram a aproximação a outros “actores” que lhes possibilitassem a angariação de apoios preponderantes para o desfecho que preconizavam para estes temas que ocuparam, em períodos diferentes, a agenda política nacional. É aqui que surge a importância dos contextos regionais, neste caso os africanos e muito concretamente o Zaire.

Por sua vez, Mobutu empreendeu, de forma pouco inocente, uma forte aproximação a Portugal desde os finais de 1968. O líder do Zaire vivia atormentado com a possibilidade de ver o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) como triunfador em Angola, uma vez que esse cenário garantiria, por um lado, o alargamento da esfera de influência do comunismo em África e, por outro lado, o advento de uma relação de dependência relativamente a Angola, fruto das características físicas do próprio Zaire e que se já se faziam sentir, por exemplo em relação ao escoamento das riquezas minerais do Catanga, tornando real a possibilidade de o Zaire se poder vir a constituir num Estado encravado em pleno continente africano, ou seja sem acesso ao mar.

Esta leitura é de tal forma factual que basta recordarmos a dependência do Zaire, de forma quase exclusiva, dos portos e das linhas ferroviárias de Angola para efectuar as suas actividades importadoras e exportadoras. O caminho-de-ferro de Benguela (CFB), com os seus 1.442 quilómetros de extensão, ligava a província mais rica do Zaire – Shaba (outrora Catanga) – ao Lobito, o porto atlântico de Angola. No início da década de 1970, o cobre e o cobalto, este como produto secundário, respondiam por 94 a 96 por cento das exportações do Zaire. Em 1973, passaram pelo Lobito, vindos do Zaire, 320 000 toneladas de minério de manganês e 200 000 toneladas de cobre. Ou seja, todas as alternativas à rota de Benguela envolviam enormes dificuldades físicas e políticas e, por isso mesmo, era óbvio, o envolvimento do Zaire, e de todos os estados fronteiriços, na política angolana⁷.

Era fundamental tentar reverter esta situação, anulando tais ameaças e convertendo-as em seu próprio benefício. Para além disso, durante a fase da sua afirmação política, Mobutu era visto pelos seus pares africanos como o baluarte do poder colonial branco no continente africano, fruto da sua proximidade aos regimes ocidentais, nos quais Portugal estava incluído. Por isso, uma intervenção na questão ultramarina portuguesa representaria a sua projecção em

⁷ Maxwell, Kenneth (1985), “As Colónias Portuguesas e a sua Descolonização”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17, pp. 530-531.

termos de prestígio em África contribuindo, dessa forma, para a sua promoção como líder incontestado da unidade africana⁸.

É assim, neste quadro, que justificamos o nosso ponto de partida, no qual o Zaire, enquanto actor político fundamental da África Central, tinha não só a capacidade, como o interesse em desempenhar um papel preponderante na questão angolana durante o período do Governo de Marcello Caetano e após o 25 de Abril, no decorrer de uma fase que marcou as negociações tendentes à descolonização de Angola.

Estes são os pontos centrais da nossa investigação, que se irão traduzir no estudo e na explicação dos factos e das acções que marcaram o relacionamento entre estes três líderes, Mobutu, Caetano e Spínola, num período que compreende uma fase específica da governação do líder do Zaire, o fim do império colonial português e o correspondente processo de descolonização, após a revolução de Abril de 1974. Por conseguinte, iremos focalizar a nossa análise nos distintos interesses nacionais dos Estados envolvidos nestas questões, Portugal e o Zaire, e também na habilidade de cada um deles para influenciar a política do outro e, ao mesmo tempo compreender as opções estratégicas e políticas adoptadas.

Convém sublinharmos que o trabalho se concentra no elemento externo. Com isto queremos dizer que determinados acontecimentos históricos que ocorreram em Portugal durante o espaço temporal do nosso trabalho, não irão ser analisados detalhadamente, ainda que os mesmos sejam imperiosamente referidos. Porém, também é importante referirmos que a interacção entre as dinâmicas interna e externa, em termos da formulação das políticas externas dos estados, não será esquecida nem relativizada.

Importa ainda salientar que não pretendemos avaliar nem fazer qualquer juízo de valor sobre a definição dos objectivos da política externa dos actores envolvidos durante período da História Contemporânea portuguesa que nos irá ocupar. Quer do lado português quer do lado zairense, pretendemos apenas descrever e interpretar os processos seleccionados para atingir os seus fins. Durante a construção da nossa narrativa, esteve sempre presente a preocupação de não nos absorvermos por uma das enfermidades que mais afecta estas áreas do saber e que Marc Bloch identificou como sendo um “satânico inimigo da verdadeira história: a mania de julgar”⁹. A ideia passou sempre por tentar compreender e explicar a realidade, neste caso a do passado, sem cultivar o elogio ou o ódio.

⁸ Ferreira, Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 25-27.

⁹ Bloch, Marc (1974), *Introdução à História*, 2ª Edição, (s.l.), Publicações Europa-América, p.33.

Relativamente ao âmbito cronológico do trabalho, delimitámos o estudo ao período compreendido entre 1968 e 1974 por duas razões fundamentais. Em 27 de Setembro 1968 Salazar é substituído por Marcello Caetano, facto que marcou o início de uma nova fase nas relações com o Congo, que vinham vivendo períodos de grande turbulência desde o encerramento das relações diplomáticas entre os dois Estados em 1966. Em 25 de Abril de 1974 ocorreu a revolta militar que inaugurou um novo regime em Portugal. António de Spínola emergiu como o principal responsável pelas orientações do novo regime, assumindo-se como um dos condutores do processo que se revelou como prioritário no pós 25 de Abril: a descolonização. Obviamente que este aspecto poderia levar-nos a encerrar a nossa investigação em Setembro de 1974. Contudo, face à dimensão do processo em causa estendemos a nossa delimitação temporal até Janeiro de 1975 no sentido de avaliar a verdadeira extensão do projecto de António de Spínola conduzido até ao dia da sua renúncia, nomeadamente no contexto das negociações para a preparação da Cimeira de Alvor e o conseqüente encerramento do processo de descolonização. Porém, apesar desta delimitação, considerámos importante proceder a alguns recuos temporais. Sobretudo, quando nos referimos aos princípios doutrinários e aos momentos marcantes da governação de Oliveira Salazar como elemento de enquadramento do regime político herdado por Marcello Caetano após o afastamento de Salazar da cadeira do poder.

Na sequência deste quadro problemático, a finalidade da tese passou por responder à questão central e, ao mesmo tempo ao problema a solucionar. Segundo Quivy e Campenhoudt, para o fazer as ciências sociais devem socorrer-se de uma organização baseada em “hipóteses de trabalho”, uma vez que estas traduzem respostas possíveis e provisórias, para a questão central e, por isso mesmo, garantem aos trabalhos um “fio condutor particularmente eficaz”, nomeadamente, no âmbito da recolha e análise dos dados e dos factos. Dentro desta lógica, quem estuda, quem pesquisa e quem investiga encontra nas hipóteses proposições de respostas às suas perguntas e que deverão ser objecto de aprofundamento, no sentido de serem verificadas ou não¹⁰.

Contudo, no caso concreto da nossa investigação assumimos em pleno a especificidade do método do historiador. Este tema tem provocado um profundo debate na comunidade académica e traduz o apelo ao diálogo, constante e permanente, no seio das ciências sociais, nomeadamente as duas áreas do saber que aqui estão em causa, a História e as RI. Não

¹⁰ Quivy, Raymond, Campenhoudt, LucVan (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª Edição, Lisboa, Gradiva, p. 119.

queremos com esta postura reclamar qualquer tipo de centralidade no nosso processo explicativo, simplesmente estamos a adoptar o papel que John Lewis Gaddis reclama para os historiadores: “nós orgulhamo-nos de não tentar prever o futuro, tal como pretendem os nossos colegas da economia, da sociologia e da ciência política”. Porque na verdade, o passado é algo que os historiadores nunca poderão ter, na medida em que não é possível “revive-lo, recuperá-lo ou executá-lo”, tal como é feito em experiências laboratoriais ou em simuladores. Perante este quadro, o historiador só tem uma hipótese: “representar” o passado a partir dos factos que estão disponíveis. Ou seja, se pensarmos no “passado como uma paisagem, a história é a nossa forma de representá-lo” e é esse acto de representação que eleva os historiadores acima do conhecido e que os deixa observar indirectamente o que não se pode observar directamente: “uma visão mais ampla”¹¹.

Sendo assim, os historiadores, devem ser flexíveis na condução do seu processo de análise. De acordo com esse racional, os “elementos metodológicos como a definição de hipóteses e de variáveis”, tão aclamados na investigação teórica de certas ciências sociais, como é o caso das RI cujos seus precursores estão mais focalizados na “procura de um antecedente determinante que possibilite o estabelecimento de causalidade”, são substituídos “por uma ênfase mais dramática no problema de pesquisa”. Este procedimento torna o processo de construção da narrativa histórica “algo flexível e passível de ser alterado à medida que se vai avançando na investigação”¹². Ou seja, os historiadores tendem a aperfeiçoar “as técnicas metodológicas inerentes ao bom uso da narrativa” e por sua vez, os teóricos das RI a dedicarem-se à construção, “quase que matematicamente das suas hipóteses”. Este distanciamento, que se verifica ao nível do método, tem contribuído para a autonomia das duas disciplinas e para a consolidação de duas visões da realidade social “diferentes, contudo

¹¹ Gaddis, John Lewis (2002), *The Landscape of History, How Historians Map the Past*, Oxford, University Press, pp. 2-5.

¹² Lawrence Stone emprega o termo narrativa para se referir à “organização do material histórico disponível, segundo uma ordem cronológica e a focalização do conteúdo através de uma única história coerente, embora com subtemas” (tradução nossa). Apud, Levy, Jack S. (1997), “Too Important to Leave to the Other: History and Political Science in the Study of International Relations”, *International Security*, (online), volume 22 (1), p. 27. Disponível em: : <http://www.jstor.org/stable/2539325>.

convergentes”¹³. Por tudo isto, assumimos as convergências (que abordaremos no ponto seguinte no âmbito da questão interdisciplinar) sem esquecermos as divergências.

Dentro deste racional, desenvolvemos o nosso método com a flexibilidade e com o rigor suficiente que nos permitisse almejar uma resposta coerente e credível para a nossa problemática. Procurámos operacionalizar a nossa pesquisa de forma a compreender as relações de poder que Portugal estabeleceu com o Congo-Zaire, durante dois regimes divergentes e em conjunturas diferentes, no sentido de verificar a complementaridade, a divergência ou a convergência das linhas de acção política adoptadas pelos governos de Portugal. Esta arquitectura metodológica, estabeleceu o seu espaço geográfico de interesse em Portugal, Angola e no Zaire, sendo que a decisão política decorrente da actividade governativa dos seus respectivos dirigentes, entre 1968 e 1974, irá ser tomada tendo em conta a concretização dos seus objectivos políticos e estratégicos que, no nosso caso concreto, estão materializados na defesa intransigente dos interesses nacionais que envolviam a questão colonial durante esse período.

A título de sistematização, por se tratarem de elementos determinantes para o modelo de análise anteriormente mencionado, devemos referir que “os objectivos políticos traduzem, em cada momento, os fins a atingir (o quê?)”. Por sua vez, “as directrizes políticas”, que definem o modo como se procurará atingi-los (como?), e os “respectivos condicionamentos no espaço e no tempo (onde? e quando?)”, representam o “conceito de acção política, estabelecendo as bases do comportamento governamental”¹⁴. No nosso caso concreto, todo este processo, que passa pelas políticas e pelas estratégias decididas pelas mais altas entidades tendo em conta as situações de cooperação ou de tensão vividas, serve-nos para avaliar as relações de poder que se estabeleceram entre os actores principais deste nosso estudo: Portugal e o Zaire.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Ao elaborámos estas considerações sobre a nossa problemática de investigação, segue-se uma abordagem mais específica, centralizada na área departamental da história que mais se aproxima do campo de estudo das Relações Internacionais (RI), ou seja a sociedade internacional.

¹³ Bandarra, Leonardo Carvalho (2010), “História e teoria das relações internacionais: uma relação conflituosa?”, *Fronteira*, (online), volume 9 (17), p. 79, pp. 87-88.

Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5244/5212>.

¹⁴ Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia*, Vol. I, p. 325.

Segundo Marc Trachtenberg, a “interpretação histórica tem que ter um núcleo conceptual”. Os factos por si só, nunca são inteiramente esclarecedores, o historiador tem que lhes dar “voz” inspirando-se para isso numa determinada teoria, isto é, num “certo sentido de como as coisas funcionam”. Objectivamente, o desafio traduz-se na forma como o historiador, no âmbito da sua narrativa, deve usar a teoria. Para o professor de Ciência Política da Universidade da Califórnia, em termos muito gerais, a resposta é “simples: a teoria é acima de tudo um instrumento de análise e, dependendo do que essa análise revela, também pode servir como base para a interpretação”. Ou seja, se for usada correctamente, trata-se de “um motor de análise” que auxilia o historiador a observar quais as “questões específicas” em que se deve concentrar e, em simultâneo, a relacioná-las com os grandes temas em debate. Na prática, ajuda a desenvolver um sentido para a “arquitectura do problema histórico que está em causa”, permitindo orientar a melhor maneira de o estudar. A teoria “desempenha assim um papel crucial no desenvolvimento de uma estratégia eficaz de investigação”. Ao sugerir que os historiadores devem “trabalhar com questões teóricas básicas”, o autor esclarece que não pretende com isso sugerir um acolhimento sem restrições da visão que os teóricos promovem do mundo. O que o historiador deve fazer é “entrar no mundo intelectual do teórico e tentar chegar a um acordo com as ideias com que lá se irá deparar”. Mesmo que se chegue à conclusão que os teorizadores estão, na sua essência, errados, o “processo que levou a essa conclusão pode ser bastante gratificante” para o historiador¹⁵.

Neste contexto, faremos de seguida uma abordagem teórica centrada nos seguintes temas: a interdisciplinaridade entre as duas áreas do conhecimento que aqui estão em causa; o método histórico; e a matriz explicativa dos fenómenos da política internacional.

Lembramos que o nosso trabalho se insere no âmbito da História das Relações Internacionais (HRI), facto que nos leva a reconhecer a importância do intercâmbio de métodos, conceitos e expressões e que tornam evidente a importância do estreitar de relações entre estas áreas do saber. Na verdade, o estudo das problemáticas que envolvem as RI evidência “as inevitabilidades interdisciplinares” que, por sua vez determinam um ajustamento das metodologias de investigação. Esta prática “de conjugação metodológica dos conhecimentos provenientes de outras ciências” não envolve o domínio de um saber em relação ao outro, antes pelo contrário, aconselha uma cooperação permanente no sentido de

¹⁵ Trachtenberg, Marc (2006), *The Craft of International History, A Guide to Method*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 30-38.

melhor se compreender a problemática e a complexidade que a envolve¹⁶. Segundo Denys de Béchillon, pretende-se com isso, “abandonar os pontos de vista particulares de cada disciplina para produzir um saber autónomo do qual resultam novos objectos e novos métodos, no sentido de se procurar uma integração das disciplinas”¹⁷.

E eis que chegamos ao nosso paradigma epistemológico. Evidentemente que, no caso específico do nosso estudo, o intercâmbio entre a História e as RI terá que ser permanente, para que consigamos também identificar cronologicamente e sequencialmente os factos, as circunstâncias, as conjunturas e os contextos, dentro dos limites temporais definidos para a investigação. O método histórico, tal como Vítor Marques dos Santos recomenda, terá que ser considerado na sua dupla função. Por um lado, perspectivar a sequência temporal, fundamental para compreendermos, segundo um horizonte histórico, a “evolução da comunidade internacional, a explicação dos respectivos processos de mudança” e a conseqüente procura da “génese dos acontecimentos” e, por outro lado, a comparação entre “épocas, sociedades e factos diferenciados, viabilizando a identificação de variáveis actúantes em cada contexto temporal definido”¹⁸. Este último interessa-nos de sobremaneira, uma vez que, é nele que reside o segredo para tentarmos trazer algo de novo a esta área do saber, relativamente ao objecto do nosso estudo.

Todavia, desde os tempos de Heródoto, na Grécia Antiga, que o homem tenta compreender o passado. Porém, o caminho escolhido para se atingir esse objectivo tem variado de época para época. A tradição crítica dos historiadores antigos, os humanistas do Renascimento, os racionalistas do século XVIII, os romantistas do século XIX, os positivistas, os historicistas, os materialistas, os seguidores da Escola dos Annales, até chegarmos aos obreiros da história nova. Sem querermos correr um risco evidentemente desnecessário, ao defender a metodologia de uma das escolas em detrimento de uma outra, optámos antes por escolher um

¹⁶ Santos, Victor Marques dos (2007), *Introdução à Teoria das Relações Internacionais – Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 97-98.

¹⁷ Apud, Santos, Victor Marques dos (2007), *Introdução à Teoria das Relações Internacionais – Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 99.

¹⁸ Santos, Victor Marques dos (2007), *Introdução à Teoria das Relações Internacionais – Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 109.

autor que preconizasse uma perspectiva metodológica que, no nosso entendimento servisse na perfeição ao nosso trabalho.

Terá sido neste contexto, sem esquecer o objectivo do nosso trabalho, que nos pareceu metodologicamente adequada a obra de Henri Marrou. Para Marrou, que entende a História como “o conhecimento do passado humano”, na concepção histórica coabitam dois planos que são diferentes mas que estão intimamente relacionados: aquele que diz respeito ao passado real, ou seja, o que foi vivido pelos homens, e um outro que representa o esforço de recuperação do passado no tempo presente¹⁹.

No entanto, uma investigação que navegue pelos saberes da História exige a resposta a uma questão que se torna incontornável: uma vez que não podemos alcançar o passado directamente, como é que o podemos atingir? Para Marrou, esse objectivo é alcançado através dos documentos, pois é aqui que reside “toda a fonte de informação de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, visto sob o ângulo da questão que lhe foi posta”. Mas esta resposta levanta uma outra problemática, não menos importante: os documentos têm que se sujeitar a uma análise crítica e têm que ser interpretados. Ou seja, não basta encontrá-los, é preciso também saber que documentos procurar, e para isso muito contribuirá a inteligência, a abertura de espírito e a cultura daquele que escreve, que analisa, que investiga e, por esse motivo, a história é, para este autor, inseparável do historiador. Mas para esta dificuldade intrínseca, de como fazer a História, Marrou, também tem uma solução: a heurística. A heurística é uma arte, no sentido antigo, que comporta regras, instrumentos e modos de trabalhar tradicionais. Segundo o sentido moderno da palavra, também é uma arte, na medida em que por muito aperfeiçoados que se encontrem, os instrumentos de trabalho que se dispõe, não garantem todas as questões que temos que fazer aos documentos, no sentido de os descobrir²⁰.

Por conseguinte, a nossa convicção diz-nos que é esta a postura metodológica que melhor se ajusta ao nosso objecto de estudo e que consegue albergar as “tradicionais regras do método histórico, ou seja, recolha, análise crítica e interpretação”²¹.

Por fim, no contexto da Teoria das Relações Internacionais (TRI), segue-se uma abordagem ao nosso paradigma explicativo²². De facto, a investigação da HRI que tem como

¹⁹ Marrou, Henri (1976), *Do Conhecimento Histórico*, Lisboa, Aster, pp. 28-32.

²⁰ Marrou, Henri (1976), *Do Conhecimento Histórico*, Lisboa, Aster, pp. 65-69.

²¹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 19.

âmbito a História Diplomática, não pode, ou pelo menos não deve, ser realizada sem recurso à TRI como método de análise do estudo das relações entre os Estados segundo uma perspectiva histórica. É por este motivo que Morton Kaplan lembra que “História é o grande laboratório no interior do qual ocorre toda a acção internacional”²³.

Quanto ao nosso caso de estudo, se nos lembrarmos que ele se centra na formulação política que esteve subjacente ao relacionamento bilateral entre Portugal e o Congo-Zaire, compreendemos a importância de enquadrarmos os actores políticos em causa no sistema político internacional (SPI), uma vez que os seus comportamentos, relativamente um ao outro, não podem ser concebidos de forma isolada²⁴. Ao fazê-lo somos levados a aproximarmo-nos, em termos epistemológicos, de uma orientação teórica baseada na escola realista da TRI, segundo a qual o Estado assume o papel de principal actor e onde a política externa desses intervenientes é orientada para a defesa intransigente dos seus interesses.

Por outro lado, verificamos que ambos os regimes portugueses que procurámos estudar, nomeadamente aquele que teve Marcello Caetano como um dos seus protagonistas, assumiram uma fiel subordinação às suas concepções de interesse nacional, facto que nos leva a reconhecer, mais uma vez, a aplicabilidade da abordagem da escola realista à forma como foi conduzida a política externa portuguesa durante o período do nosso estudo. Estes são os nossos pressupostos teóricos e a eles está associado um quadro conceptual que convém clarificar.

O Realismo Político, nas RI inscreve-se numa antiga escola de pensamento, onde os traços inaugurais da sua matriz explicativa para os fenómenos políticos podem ser encontrados na produção literária de Hobbes, Maquiavel, Rousseau e Richelieu. Porém, os discípulos

²² No plano das RI, segundo o autor Celestino Arenal, um paradigma pode ser encarado como “uma série de postulados fundamentais sobre o mundo, que centram a atenção do estudioso sobre certos fenómenos determinando a sua interpretação”. Apud, Santos, Victor Marques dos (2007), *Introdução à Teoria das Relações Internacionais – Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 134-135.

²³ Apud, Mendes, Nuno Canas (2008), *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas, p. 16.

²⁴ Em sentido lato, um sistema político internacional pode ser definido como um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interactuam com uma certa frequência e regularidade. Os seus principais actores são os Estados; existem também outros actores territoriais, como os chamados movimentos de libertação; as organizações internacionais; as organizações transnacionais. Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia, Vol. I*, pp. 13-36.

contemporâneos mais importantes da teoria realista datam do início do século XX e de todos eles destacamos o trabalho Hans Morgenthau²⁵.

O propósito de Morgenthau, plasmado na sua principal obra, *Política entre as Nações*, em inglês *Politics Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, que constitui um clássico da teoria realista das RI, passava por apresentar uma “teoria sobre política internacional” que permitisse compreender e, ao mesmo, estudar as forças que determinam as relações políticas entre os Estados. No estudo, na compreensão e na utilização dessas forças, que para Morgenthau são inerentes à natureza humana, reside o segredo para melhorar um mundo que, do ponto de vista racional, considera imperfeito. Ou seja, uma vez que vivemos num universo composto por interesses antagónicos, em constante conflito, não há possibilidade da realização plena dos princípios morais (ética, costumes e a lei), razão pela qual, na melhor das hipóteses, se deve procurar o equilíbrio de interesses e a inevitável solução precária dos conflitos. O objectivo é a realização do mal menor em vez do bem absoluto²⁶.

Este enquadramento sugere uma perspectiva conflitual do SPI, onde não existe uma entidade superior à vontade e interesse dos Estados e onde estes assumem um papel de centralidade, serão as relações de poder estabelecidas, que moldarão as relações entre os diferentes actores do SPI. Obviamente que este nível de análise irá orientar a abordagem que iremos fazer ao nosso estudo de caso, nomeadamente quando nos referirmos aos momentos de tensão entre os actores envolvidos, num lógica de tentarmos compreender as razões de ordem interna que motivaram relações de conflitualidade, tendo em conta os interesses em causa.

Dois conceitos decorrem desta teoria explicativa: o poder e a política. Quanto ao primeiro, os autores realistas dedicaram grande parte do seu tempo disponível ao seu estudo, nomeadamente as suas características e os elementos que o compõe, inclusivamente em 1975 um deles, Ray Cline, desenvolveu uma fórmula matemática para o tentar calcular²⁷. Pela sua controvérsia, a compreensão deste conceito, num contexto de política internacional, tem de ser entendida numa perspectiva muito mais abrangente do que aquela que é feita no âmbito de uma política que é adoptada no campo estritamente municipal ou regional, uma vez que os

²⁵ O título original da obra é o seguinte: Morgenthau, Hans J., *Political Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, New York: Alfred Knopf, publicada em 1948.

²⁶ Morgenthau, Hans J. (2003), *A Política Entre as Nações*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, pp.3-4

²⁷ Ver Cline, Ray S. (1975), *World Power Assessment, A Calculus of Strategic Drift*, Washington D.C., Georgetown University, The Center for Strategic and International Studies.

instrumentos políticos utilizados por esta são mais restritos do que aqueles que são utilizados no campo da política internacional²⁸.

Para concretizar, temos que recorrer aos estudos dos inequívocos conhecedores desta temática. Para Raymon Aron, sociólogo francês, historiador, filósofo e jornalista político, que dedicou grande parte da sua vida ao estudo da violência e da guerra, o poder é "...a capacidade que tem uma unidade política de impor a sua vontade às demais", mediante a suposição de sanções eficazes no caso de uma não-aceitação dessa vontade²⁹. Quanto a Morgenthau, poder não é mais do que "a relação entre os que o exercitam e aqueles sobre os quais ele é exercido"³⁰. Para Karl Deustsch, poder é "a capacidade de prevalecer em conflito, ultrapassando os obstáculos"³¹. Para o autor R. Dhal poder é "a capacidade de levar os outros a fazer o que eles de outra forma não fariam"³². Por fim, Adriano Moreira, invocando Max Weber, apresenta-nos o poder como "a capacidade de obrigar"³³. Em todas elas se verifica um elemento comum: a capacidade de impor.

A conservação desta capacidade determina um padrão de política externa denominado "status quo". Esta concepção conservadora foi assumida, ao longo da história, pelos Estados que estavam interessados em manter uma determinada distribuição de poder como um meio para a defesa dos seus interesses³⁴. Esta linha conceptual também assume traços de afinidade com o nosso pressuposto teórico inicial que remete para a ideia de interesse nacional.

Quanto ao conceito de política, sugerimos um exercício intelectual semelhante. O termo Política, no seu significado clássico, deve-se a Aristóteles e deriva do vocábulo Pólis, que significa tudo aquilo que se refere à "cidade, e portanto ao cidadão, civil, público e também

²⁸ Cravinho, João Gomes (2002), *Visões do Mundo, As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, p.142.

²⁹ Aron, Raymond (1983), *Paz e Guerra entre as Nações*, 2ª Edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 99.

³⁰ Morgenthau, Hans J. (2003), *A Política Entre as Nações*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 51.

³¹ Apud, Santos, Loureiro (1983), *Incursões no Domínio da Estratégia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 27.

³² Apud, Nye, Joseph S. (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva, p. 71.

³³ Apud, Moreira, Adriano (1999), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, p.104.

³⁴ Morgenthau, Hans J. (2003), *A Política Entre as Nações*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, pp. 89-91.

sociável e social”³⁵. Com base neste pensamento clássico, não é difícil perceber que devemos olhar para a Política enquanto ciência e enquanto actividade. A variante que verdadeiramente nos irá ocupar é a segunda, ou seja, aquela que observa a Política como a “actividade dos órgãos do Estado cujo objecto directo e imediato é a conservação da sociedade política e a definição e prossecução do interesse geral, segundo as circunstancias aconselharem ou exigirem”. Quer isto dizer, que estamos perante uma prática que “é própria da função dos órgãos de soberania e, em especial, do Governo” e que deve ter como fins últimos conservação da sociedade política, que podemos referir como “segurança”, e a preservação do interesse geral que está intimamente conotado com o “progresso e o bem-estar”³⁶. Quanto a este ponto, Norberto Bobbio complementa. Este autor prefere falar num fim mínimo da política como “a ordem pública nas relações internas e a defesa da integridade nacional nas relações de um Estado com os outros Estados”, salientando, no entanto, que o fim mínimo é “condição sine qua non” para a realização de todos os outros fins, sendo assim compatível com eles³⁷.

Neste contexto, surge-nos outra variante relacionada com definição dos objectivos que não pode ser esquecida³⁸. No que diz respeito a esta matéria a responsabilidade é da Política e para os estabelecer ela tem que considerar duas ordens de factores: as determinantes políticas, os argumentos ou razões e o quadro institucional. Se os primeiros factores são de natureza “subjectiva”, onde se integra a tradição, a história (como por exemplo a garantia da nacionalidade), e a filosofia política, já os segundos são de natureza “objectiva” e materializam-se na realização de uma análise política centrada na avaliação dos parâmetros da

³⁵ Bobbio, Norberto (2000), *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, 10ª Tiragem, Rio de Janeiro, Elsevier, p.159.

³⁶ A política enquanto ciência trata dos fundamentos do poder, da hierarquia das instituições, das relações entre si e com os corpos sociais governados. Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia, Vol. I*, pp. 215-217.

³⁷ Bobbio, Norberto (2000), *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, 10ª Tiragem, Rio de Janeiro, Elsevier, p.167.

³⁸ Na literatura da ciência política, especialmente anglo-saxónica, surge frequentemente o termo «interesse», exprimindo o que o Estado, tendo em vista os seus fins, entende como necessário ou desejável em relação a uma situação, região ou problema específicos. Como o que é desejável ou necessário se transforma, evidentemente um objectivo da Política, há uma correspondência natural entre os termos «interesse» e «objectivos». Assim, a independência a, soberania, a integridade territorial, a liberdade dos mares, etc., são referidas, conforme os autores, ou como «objectivos» ou como «interesses». Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia, Vol. I*, p. 69.

política internacional, tendo em vista a explicação dos acontecimentos contemporâneos e a definição das “tendências da evolução em curso”. Finalmente, não podem ser esquecidos os documentos do quadro institucional, onde estão plasmados as competências das instituições e dos decisores políticos, mecanismos de controlo institucional, que restringem o campo das escolhas possíveis³⁹.

São estes os postulados que garantem legitimidade aos que concebem a Política, essencialmente, enquanto “acção, assinalando que a sobrevivência é o fim principal do Estado”⁴⁰. Esta é a leitura dos realistas.

Por fim, convém sublinhar que a nossa preferência não exclui outras abordagens. Ou seja, a expressão “privilegiar”, referida inicialmente, não foi utilizada de forma inocente. Uma referência metodológica deste género não pode obviar um tema que decorre dos novos tempos da globalização e que propõe a revitalização da tradicional História Diplomática que tinha como menção pôr em destaque o papel dos Estados no contexto da política internacional. Na verdade, a partir da década de 1960, a análise das políticas externas dos Estados começou a considerar as “dinâmicas políticas internas”. Quer isto dizer que, sem se perder a legitimidade e a relevância dos estudos que envolvem o relacionamento entre dois ou mais Estados, os fenómenos que extravasam a autoridade daqueles, passam a “assumir maior protagonismo”⁴¹.

Para o historiador Nuno Severiano Teixeira, é precisamente neste ponto que reside a contestação de “natureza ontológica” ao realismo e a principal razão para a História Diplomática ter ficado “à margem do movimento de renovação historiográfica”. Este autor sustenta a sua tese no argumento da “evolução histórica da cena internacional, sobretudo após 1945”, com o surgimento de novos dados que irão pôr em causa “a centralidade e o monopólio do Estado; a autonomia e o primado do Político”. Perante o aparecimento de novos actores internacionais, o Estado começou a perder o “monopólio” das RI. Por outro lado, “o progresso tecnológico, o desenvolvimento económico e a criação de economias-mundo”, irão fazer emergir “a dimensão económica nas relações internacionais e põem em causa o primado do Político”. Daqui emerge a “contestação epistemológica” que apela a uma “concepção holística, objectiva e sociológica” em prejuízo da concepção normativa centrada

³⁹ Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia, Vol. I*, pp. 307-308.

⁴⁰ Maltez, José Adelino (2002), *Curso de Relações Internacionais*, S. João do Estoril, Principia, Publicações Universitárias e Científicas, pp. 247-248.

⁴¹ Cravinho, João Gomes (2002), *Visões do Mundo, As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, p.51.

no Estado. Para este historiador, é por aqui que deve passar a regeneração da História Diplomática, pensando “no primado político numa perspectiva de autonomia relativa e a centralidade do Estado no seu contexto social”⁴².

Quanto ao nosso caso de estudo, não iremos ignorar esta questão. Seguiremos a proposta dos professores Schweizer e Shumann, que sugerem a conservação da sua “distintiva identidade e tradições no centro político” como o único caminho possível para a História Diplomática se poder adaptar a estes novos desafios⁴³. Efectivamente, assumiremos uma postura de complementaridade e sempre que for necessário, não serão esquecidos outros actores que inferiram, directa ou indirectamente, nos acontecimentos que nos irão ocupar, como por exemplo o caso dos movimentos de libertação angolanos. Ou seja, quanto à dimensão teórica também não concebemos um modelo teórico de análise rígido, aceitando, sempre que for caso disso, outros padrões explicativos de forma a garantir o melhor entendimento possível para o nosso objecto de estudo.

Para além disso, as condicionantes estruturais das relações internacionais, como são o caso das condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses económicos e financeiras e os traços da mentalidade colectivas”, escoltaram sempre a nossa análise como forma de garantir à investigação uma concepção mais global e colectiva⁴⁴.

3. ESTADO DA QUESTÃO

No caso concreto dos estudos que se dedicaram especificamente às relações de Portugal com o Zaire, registamos o nosso trabalho anterior sobre as relações entre Portugal e o Congo e que teve como eixo problemático a participação de Portugal na questão do Catanga. O objectivo da investigação consistiu em demonstrar a forma como Portugal tentou “desestabilizar o Congo” e “negociar contrapartidas essenciais” para combater os movimentos nacionalistas que operavam em Angola. Apesar da sua frágil posição internacional, Portugal

⁴² Teixeira, Nuno Severiano (1999), “História, Teoria das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais: uma reflexão epistemológica”. *Cultura-Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol. XI/1999, IIª Série, pp. 77-81.

⁴³ Schweizer, Karl W. e Matt J. Schumann (2008), “The Revitalization of Diplomatic History in a Global Age”, *Diplomatic History*, Volume 19 (2), p. 174.

⁴⁴ Também é aqui que reside os fundamentos do Estudo de Pierre Renouvin que analisou “as forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos”. Renouvin, Pierre e Jean-Baptiste Duroselle (1967), *Introdução à História das Relações Internacionais*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, p. 6.

“influenciou o desenvolvimento da crise do Congo com o intuito de garantir o controlo da fronteira leste de Angola”⁴⁵.

Mais recentemente, em 2013, foi publicada uma obra de María José Tíscar Santiago que aborda as relações de Portugal e Espanha durante o período da guerra colonial. A historiadora espanhola analisou, ainda que lateralmente, a presença de Portugal no Congo no contexto das relações triangulares que se estabeleceram entre aquele país africano, Portugal e Espanha durante a primeira e a segunda República congoleza. O enfoque da autora centrou-se “nas operações secretas por parte dos serviços de informação portugueses em colaboração com os de outros países com interesses na região”. Para a historiadora espanhola, a estratégia diplomática portuguesa “frente às independências que podiam influir nas suas colónias era estabelecer relações com o maior número de estados africanos”, uma vez que para o “Governo português ficar sem as suas ligações em África, em plena guerra, supunha uma quebra incalculável”, quanto à capacidade operacional dos seus serviços de informação relativamente à “evolução das guerrilhas nos estados limítrofes às suas colónias”. Para além disso, as “dificuldades para levar a cabo operações secretas para pressionar governos ou trocá-los por outros mais indulgentes para com o velho colonialismo seriam tais que as tornavam praticamente inviáveis”⁴⁶.

Relativamente à importância da questão colonial, tema que nos irá ocupar no primeiro capítulo, já existe uma bibliografia apreciável, quer nacional, quer estrangeira. Não esquecendo os numerosos estudos que têm sido difundidos por vários investigadores sobre esta temática, como são os casos de Fernando Rosas, de António Telo, de Luís Nuno Rodrigues, de Amélia Souto, entre outros⁴⁷, aquele que se revelou mais remunerador para esta fase do nosso estudo, no sentido de esclarecer a estratégia de acção política de Caetano relativamente aos Estados africanos pró-ocidentais foi o texto de Pedro Aires Oliveira de

⁴⁵ Velez, Rui Bonita (2012), *Salazar-Tchombé, o Envolvimento de Portugal na questão do Catanga (1961-1967)*, Linda-a-Velha, Edições Gouveia, p. 123.

⁴⁶ Santiago, María José Tíscar, (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 279-280.

⁴⁷ Por exemplo, no caso particular destes autores destacamos, do universo de textos que todos eles elaboraram, os mais orientadores para o nosso estudo: de Fernando Rosas, *O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo*; de António Telo, *As Relações Internacionais da Transição*; de Luís Nuno Rodrigues, *O Crepúsculo de Salazar: Os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano*; de Amélia Souto, *Caetano e o Ocaso do Império*; de Amélia Souto, *Caetano e o Ocaso do Império, Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*.

2002 publicado na revista *Penélope*. O autor adopta como linha orientadora da sua investigação a conhecida aproximação praticada por Marcello Caetano, a partir de 1969, aos Estados africanos que, por vários motivos, tinham um posicionamento moderado relativamente à presença portuguesa no continente africano. A intenção não era, segundo Pedro Aires Oliveira, negociar qualquer tipo de descolonização patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) ou pela Organização da Unidade Africana (OUA), mas sim, alcançar uma “détente”⁴⁸ com alguns dos líderes dos movimentos de libertação. Este objectivo passava por convencê-los que a ideia de Portugal não era, de forma alguma, abandonar África e que Portugal poderia exercer um papel de moderador entre estes movimentos e os regimes da Rodésia e da África do Sul. O Zaire terá sido um destes países. Respondendo aos anseios de Mobutu, que via esta união a Portugal como uma questão de sobrevivência, o regime português garantia, dessa forma, o controlo das actividades de Holden Roberto que, depois da pacificação da Zona Militar Leste, se tornou no último foco de resistência em Angola. Este relacionamento terá sofrido um enorme revés, a partir do momento em que Mobutu se apercebeu que esta congregação poderia por em causa o seu prestígio no seio da OUA e quando este despoletou um programa agressivo de nacionalizações de vários sectores da economia e que afectou seriamente os interesses da colónia portuguesa no Zaire⁴⁹.

Dois anos depois, o mesmo historiador fez uma actualização deste artigo ao abordar a “Política Externa” conduzida por Marcello Caetano. No contexto do “xadrez africano”, o historiador referiu-se de novo às “várias iniciativas apresentadas por líderes africanos moderados ou pró-ocidentais” tendo em vista o aproveitamento dos sinais de abertura que vinham sendo dados pelo sucessor de Salazar “em relação a um compromisso susceptível de pôr termo às guerras coloniais”. Deste texto, voltamos a destacar a alusão do autor ao Congo-Zaire e ao entendimento de que resultou a reabertura das relações diplomáticas entre ambos e que tinha subjacente o reatamento das relações comerciais do Congo com Angola e quanto a

⁴⁸ Expressão francesa que significa libertação de tensões. Foi utilizada pelos norte-americanos, durante o período da Guerra-Fria para se referirem às relações com a União Soviética. Boniface, Pascal, *Atlas das Relações Internacionais*, p. 18.

⁴⁹ Oliveira, Pedro Aires (2002), “Uma Mão Cheia de Nada? A Política Externa do Marcelismo”. *Penélope N. 26*, pp. 107-108.

Portugal, “a garantia de que o ditador zaireense manteria uma rédea apertada sobre Holden Roberto”⁵⁰.

Entretanto, foi publicado o trabalho do investigador José Manuel Tavares Castilho sobre Marcello Caetano. Uma biografia política extremamente completa onde o autor se dedica à análise de uma problemática que, no seu entender, estava ainda por tratar no seio da comunidade académica: o pensamento político de Marcello Caetano. É um estudo crítico que abrange não só o período da governação (1968-1974), mas também todo o processo construtivo da sua identidade política e que tem como objectivo avaliar a “questão da continuidade e da descontinuidade, ou seja, da coerência entre os princípios e a prática, num contexto dialéctico em que se confrontam diversas perspectivas, segundo os diferentes autores políticos”. Sendo este o seu ponto de partida, o autor pretende esclarecer a questão da responsabilização da queda do regime através de uma resposta clara a uma questão que ele próprio levanta: “Marcello Caetano estava refém da ala mais conservadora do regime que se agrupava em torno de Américo Thomaz, como ele próprio deixava crer, ou estava refém de si próprio, dos seus alicerces políticos e do ideário que vinha construindo desde a sua juventude?”⁵¹. O autor termina com um “entendimento de que tanto ou mais do que a falta de vontade ou de liderança de Marcello Caetano, a queda do regime foi devida ao comportamento ambíguo, indefinido, indeciso ou incapaz de Américo Thomaz”⁵². Esta obra constituiu uma importante referência, na medida em que nos permitiu aprofundar os fundamentos ideológicos do pensamento político de Marcello Caetano e que enformam toda a sua actuação política, nomeadamente durante o período em que foi presidente do Conselho de Ministros.

Quanto aos estudos que se focalizam no caso concreto da História do Zaire e da afirmação de Mobutu no contexto do xadrez político africano, destacamos os trabalhos académicos do professor de Ciência Política da Universidade de Wisconsin nos Estados Unidos, Crawford Young. O professor Young também desempenhou as funções de reitor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional do Zaire no campo de Lumumbashi de 1973 a

⁵⁰ Oliveira, Pedro Aires (2004), “Política Externa”, em Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (orgs.), *A Transição Falhada, O marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Braga, Círculo dos Leitores, pp. 318-319.

⁵¹ Castilho, José M. Tavares (2012), *Marcelo Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina, pp. 23-24.

⁵² Sousa, Marcelo Rebelo de (Prefácio) (2012), *Marcelo Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina, p. 17.

1975. Em 1965, para o período da primeira República (de 1960 até 1965), publicou a sua obra, *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, posteriormente em 1978, escreveu um artigo para a revista *Foreign Affairs* intitulado, *Zaire: The Unending Crisis* e em 1985, estabelecendo como enfoque a época posterior ao golpe de Estado de 1965 levado a cabo por Mobutu, escreveu, juntamente com Thomas Turner, *The Rise & Decline of the Zairian State*. Para este professor, a História do Zaire constitui uma das suas principais áreas de interesse, tendo sido esta, uma das motivações que o levou a visitar o Zaire pela primeira vez em 1958, para novamente lá voltar em 1962, com o intuito de desenvolver uma investigação cujo resultado se materializou, como já foi referido, com a publicação de um livro em 1965. De 1973 a 1975, segundo o seu próprio testemunho, permaneceu no Congo juntamente com Thomas Turner, não só para desempenhar funções referidas ao ensino, mas também para testemunhar o início da implementação do programa de nacionalizações responsável pelo começo da crise do Zaire⁵³.

Relativamente a esta obra publicada, vejamos os eixos problemáticos que mais nos interessaram. Na primeira obra, o autor analisa os componentes principais do sistema político congolês que emergiram durante a crise de 1960-1966, incluindo os partidos políticos e os seus respectivos líderes, a administração, o Exército e a Polícia. O autor estabeleceu como objectivo para este seu trabalho a análise do sistema político africano que despontou de uma descolonização onde tudo correu mal, como forma de garantir um pequeno contributo para um estudo comparado da política de independências africanas⁵⁴.

Seguiu-se o artigo na revista americana de assuntos internacionais, onde o autor tenta encontrar uma explicação histórica para a situação do Zaire referida ao ano da publicação do artigo, 1978. Este texto, celebra um indispensável contributo para contextualizar Mobutu, através de uma reflexão sobre o desenvolvimento dos seus pensamentos e dos seus desígnios, no quadro da derrocada do país. O autor sublinha “a natureza personalista da governação e a concentração de poder na presidência”, que deixaram o Estado à mercê de um conjunto de “erros de cálculo político colossais”⁵⁵.

⁵³ Young, Crawford; Turner, Thomas (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. xiii-xiv.

⁵⁴ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 5.

⁵⁵ Young, Crawford (1978), “Zaire: The Unending Crisis”, *Foreign Affairs*, (online), volume 57, 1, p. 174.

Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/>.

Quanto ao estudo de 1985, estamos perante um trabalho extremamente sistematizado com os autores a realizarem um exame profundo à História política do Zaire de Mobutu, “observando e criticando as estruturas paternalistas do fluxo social, a desigualdade e a clivagem, em particular nos meios urbanos e rurais, a problemática da formação de classes sociais e os padrões culturais”⁵⁶.

Também merece ser destacada a investigação de Madeleine G. Kalb, publicado em 1982 e intitulado *The Congo Cables, The Cold War in Africa – From Eisenhower to Kennedy*. Apesar de se tratar de um estudo comparativo da política dos Estados Unidos relativamente a África e ao Congo em particular, durante a administração de Eisenhower e de Kennedy, ou seja, centrado num espaço temporal anterior ao nosso, o livro representa uma investigação extremamente importante ao nível da contextualização do nosso tema. Este enquadramento é fundamental para compreendermos a forma como o Congo, no contexto da Guerra Fria (GF), representou para as duas super-potências um dos maiores pólos de disputa em África. Para atingir esse fim, a autora concentra-se na análise da política externa norte-americana relativamente ao Congo para concluir que, na sua essência, “as táticas de Kennedy eram diferentes das de Eisenhower, mas o objectivo subjacente era o mesmo: ele estava determinado a frustrar os planos de Khrushchev e evitar que o Congo fosse tomado pelos soviéticos”⁵⁷. Esta narrativa histórica ajuda-nos a perceber o modo com os Estados Unidos e a União Soviética influenciaram os acontecimentos que marcaram o antes, o durante e o depois da independência do Congo, que ocorreu em Junho de 1960.

Importa ainda referir neste mesmo plano a existência da obra do professor congolês Georges Nzongola-Ntalaja, publicada em 2002 com o título *The Congo from Leopold to Kabila: A People's History*. O autor, depois de analisar o período colonial, a era turbulenta da independência e os longos anos da governação de Mobutu, preocupa-se com aparecimento dos grupos de oposição ao regime durante a década de 1980. Este livro revela-se numa mais-valia, na medida em que proporciona uma panorâmica das complexas dinâmicas sociais e políticas da História congoleza. Particularmente os cinco primeiros capítulos constituem para a nossa investigação uma fonte bibliográfica de valor, espaço onde o autor faz uma viagem pela História do seu país desde os tempos do colonialismo belga até ao regime de Mobutu,

⁵⁶ Young, Crawford; Turner, Thomas (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. contra-capá.

⁵⁷ Kalb, Madeleine G. (1982), *The Congo Cables, The Cold War in Africa – From Eisenhower to Kennedy*, New York, MacMillan Publishing Co., Inc., p. XXVIII.

para concluir que “para o povo congolês, a maior consequência do sistema Mobutista de institucionalização do roubo e da corrupção foi a ruína da economia e do tecido social do país, juntamente com a decadência e colapso do Estado”⁵⁸.

Quanto ao panorama das obras que consagram o general António de Spínola, que assume um papel central no quarto capítulo, destacamos, obviamente a obra do historiador Luís Nuno Rodrigues publicada em 2010. O autor efectua uma profunda e extensa biografia focado na “carreira militar” e na “actuação política” de Spínola, com o intuito de analisar o seu pensamento e as suas respectivas consequências nas acções que viria a tomar enquanto responsável pelos destinos de Portugal. Ao longo da obra é dissecada a vida de Spínola, destacando-se daí os pontos de análise fundamentais para o nosso estudo. Primeiramente, salientamos o capítulo que o autor dedica à “fase crucial da sua vida: os cinco anos que passou na Guiné, desempenhando funções de comandante-chefe e de governador-geral”. Foi aí que se “apercebeu do verdadeiro beco sem saída que constituíam as guerras coloniais e da impossibilidade de o país, alguma vez, as poder ganhar no campo militar”. Foi esta tomada de consciência que, segundo o autor, o levou a “publicar o livro que o tornou célebre na opinião pública nacional e internacional: *Portugal e o Futuro*. Depois, a obra aborda ainda um tema elementar para o nosso trabalho: a descolonização. O processo que, para o autor, terá talvez representado uma “das maiores derrotas da vida de António de Spínola”. E por fim, os acontecimentos de Setembro de 1974 e que culminaram “com a demissão do general do cargo de presidente da República no dia 30 desse mês”⁵⁹.

Finalmente, uma referência à historiografia académica mais recente que, tal como nós, centrou o seu esforço de pesquisa nas relações bilaterais de Portugal, do ponto de vista do contexto internacional.

Começamos pelo trabalho académico de Bruno Cardoso Reis, que se traduziu na sua dissertação de mestrado, concluída em 2000, sobre o tema *Salazar e o Vaticano (1940-1968). Da paz ao conflito?*. Nesta trabalho Reis afirma que “o fundador do Estado Novo foi completamente determinante no relacionamento entre Portugal e a Santa Sé”. Contudo, não terá sido capaz de evitar ou controlar “a emergência de um minoritário, mas nem por isso

⁵⁸ Ntalaja, Nzongola Georges (2002), *The Congo, From Leopold to Kabila, A People's History*, London, Zed Books, p. 152.

⁵⁹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 18-19.

insignificante, movimento de dissidência católica”, que acabou por acelerar a “desagregação do Estado Novo”⁶⁰.

Daniel Marcos em 2005, estudou as relações de Portugal com a França, no decorrer da sua dissertação de mestrado intitulada *O apoio ao imobilismo: as relações políticas entre Portugal e a França (1958-1968)*. Através do seu trabalho, o autor concluiu que a “França foi um dos principais apoiantes de Portugal em duas frentes indispensáveis para os interesses do regime salazarista: com a sua cooperação nas Nações unidas e com apoio político militar durante o desenrolar da guerra colonial”⁶¹.

Em 2007, Tiago Moreira de Sá concluiu o seu doutoramento, com um trabalho intitulado *As Relações Luso-Americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Nesta investigação, o historiador concluiu que os Estados Unidos da América (EUA) “acabaram por contribuir para a instauração de um regime democrático em Portugal, ainda que a sua política não tenha sido uniforme ao longo do tempo, indo desde um desinteresse inicial até ao amplo apoio prestado nos últimos meses de 1975, sobretudo após a conclusão do processo revolucionário”⁶².

Ainda durante o ano de 2007, Pedro Aires Oliveira defendeu a sua tese de doutoramento centrada nas relações bilaterais com a Inglaterra e denominada *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*. Neste seu trabalho, o historiador mostrou “como a política britânica, face à agonia e morte do império português, mais do que amoral foi sobretudo uma política ambivalente”⁶³.

Durante o ano de 2008, como resultado da sua dissertação de mestrado, foi publicada a obra de Thiago Carvalho dedicada ao estudo das relações bilaterais de Portugal com o Brasil, intitulada *Do lirismo ao pragmatismo: A Dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*. O Autor neste estudo destaca que a importância atribuída ao relacionamento bilateral de Portugal com o Brasil “diz respeito ao que este pode repercutir nas relações com África ou, numa escala mais ampla, na posição de cada país no seio da lusofonia. Esta lógica

⁶⁰ Reis, Bruno Cardoso (2007), *Salazar e o Vaticano*, 2ª Edição, Lisboa, ICS, p. 339.

⁶¹ Marcos, Daniel (2007), *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa, MNE-ID, p. 235.

⁶² Sá, Tiago Moreira de (2007), *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa, As relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE, p. resumo.

⁶³ Oliveira, Pedro Aires (2007), *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*, Lisboa, Tinta da China, p. 479.

revelar-se-á central para compreender o sentido que as relações luso-brasileiras assumem nas respectivas estratégias nacionais”⁶⁴.

Em 2011, destacamos os trabalhos académicos de Ana Mónica Fonseca e Daniel Marcos. A historiadora Ana Fonseca concluiu a sua tese de doutoramento intitulada *É Preciso Regar os Cravos! A Social-Democracia Alemã e a transição portuguesa para a Democracia (1974-1976)*. A autora, que já tinha concluído a sua dissertação de mestrado em 2007 centralizada no apoio da República Federal da Alemanha (RFA) ao Estado Novo, promoveu um estudo novamente focalizado nas relações luso-alemãs, mas desta vez atraída pelo apoio alemão ao processo de transição e consolidação da democracia em Portugal.

Por sua vez, Daniel Marcos também concluiu a sua tese de doutoramento com uma investigação intitulada *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 1950*. O autor desenvolveu um trabalho centrado nas relações bilaterais entre os Estados Unidos, com enfoque na administração do presidente Eisenhower, e Portugal, em particular durante a década de 1950.

Terminamos este périplo, destacando a tese de doutoramento de Luís Barroso, intitulada *Salazar, Caetano e o Reduto Branco, A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*. O autor neste trabalho, “vem demonstrar que o objectivo principal de Portugal no seu relacionamento com os países da África Austral foi justamente o de agregar forças para resistir à descolonização”, destacando-se o “papel fulcral” desempenhado pela África do Sul⁶⁵.

4. FONTES

No que diz respeito a este ponto, somos levados a concordar com March Bloch ao referir que “uma das tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos de que pensa ter necessidade”. Mas também é verdade, tal como já aqui referimos, que qualquer trabalho que anseia pertencer ao rol daqueles que aborda a História segundo uma perspectiva científica

⁶⁴ Carvalho, Thiago Almeida (2008), *Do lirismo ao pragmatismo: A Dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*, Lisboa, MNE-ID, pp. 179-180.

⁶⁵ Rodrigues, Luís Nuno (Prefácio) (2012), *Salazar, Caetano e o Reduto Branco, A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Porto, Fronteira do Caos, pp. 12-13.

deve, obrigatoriamente, responder à seguinte questão: “como pudemos apurar aquilo que redigimos?”⁶⁶.

Sendo assim, por estarmos no contexto de uma investigação que traduz o produto de um processo de tomada de decisão e o nível de actuação das mais altas esferas do Estado, recorreremos à documentação oficial oriunda das sedes de governo e das chancelarias e às fontes bibliográficas. Contudo, privilegiámos as fontes primárias, muito particularmente as fontes de arquivo.

A maior parte da documentação que consultámos encontra-se disponível no Arquivo Histórico Diplomático (AHD) do ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, no Fundo Política África Ásia (PAA). Este acervo compreende uma ampla variedade de documentos que vão desde a correspondência trocada entre o ministério e a representação diplomática portuguesa em Kinshasa, a relatórios, memorandos e informações de serviço do próprio ministério e da Embaixada portuguesa relacionados com a situação política, económica e social do Congo/Zaire, bem como relativos a casos pontuais que envolviam os dois países, como por exemplo operações secretas.

Consultámos a documentação do Gabinete dos Negócios Políticos (GNP) do ministério do Ultramar disponível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Deste arquivo destacamos as series referentes à “Política Geral - Congo Léopoldville (1959-1973)” e à “Situação no Congo Léopoldville (1965-1968)”. Para além disso, também tivemos acesso à documentação do GNP do ministério do Ultramar transferida para o AHD.

Ainda relativamente a este tipo de fontes, o Arquivo da Policia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) na Torre do Tombo (TT), também disponibiliza documentos relevantes para a nossa investigação, nomeadamente depoimentos e informações dos serviços de informação portugueses que actuavam no Congo-Zaire e no Norte de Angola junta à fronteira.

Também consultámos, após concedida a autorização correspondente, o arquivo pessoal de Marcello Caetano na TT. Apesar de termos encontrado pouca matéria relativamente à investigação, deparámos com alguma troca de correspondência importante, de cariz privado, no contexto de temas mais abrangentes.

Os documentos dos Estados Unidos, disponibilizados online pelos National Archives - Access to Archival Database (NARA-AAD), também se revelaram fundamentais, nomeadamente os telegramas das embaixadas norte-americanas de Lisboa e Kinshasa para o

⁶⁶ Bloch, Marc (1974), *Introdução à História*, 2ª Edição, (s.l.), Publicações Europa-América, pp.64-66.

Departamento de Estado, que reflectiam a leitura dos diplomatas americanos dos acontecimentos que iam marcando o quotidiano político de Kinshasa e de Lisboa, durante o espaço temporal da nossa investigação.

Por fim, não nos poderíamos esquecer da documentação do Projecto de Investigação do Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL) dirigido pelo professor António Telo, com o título “Política Militar Portuguesa, Século XX e Século XXI”. A sua relevância ficou essencialmente marcada pela elucidação que garantiu a alguns temas colaterais ao trabalho.

Por questões que estão directamente relacionadas com as limitações do tempo e com os constrangimentos financeiros, não nos foi possível pesquisar nos arquivos da República Democrática do Congo (RDC), circunstância que, em termos de pesquisa arquivística, deve ser considerada como uma limitação na investigação.

Uma nota final para as memórias e para os testemunhos de vários protagonistas dos acontecimentos aqui relatados que, apesar de um certo carácter parcial e particularmente justificativo, assumiram um papel fundamental ao longo da investigação.

De todos eles, teremos que destacar a obra de Luiz Gonzaga Ferreira, diplomata português em Kinshasa de 1970 a 1973, que tem como elemento histórico fundamental a revelação de uma proposta de Mobutu a Marcelo Caetano para tentar resolver a questão de Angola.

A obra de Vasco Guerreiro, intitulada os *Portugueses no Zaire*, também constitui um importante elemento de investigação, porque permitiu colher informação relevante sobre a presença portuguesa em terras do Congo-Zaire.

O testemunho de Larry Devlin, chefe da delegação da CIA em Léopoldville, constitui igualmente uma peça relevante para o estudo efectuado. Nomeadamente, para compreendermos melhor como foi vivido o ambiente da GF no Congo e como, do lado americano, eram conduzidas as operações secretas e clandestinas, tendo em conta o combate americano à proliferação do ideal comunista naquele país africano.

Ainda no campo dos intervenientes, salientamos a inúmera biografia deixada por Marcello Caetano e António de Spínola através de obras publicadas, entrevistas aos órgãos de comunicação social, testemunhos, discursos, entre outros, durante os períodos em que ocuparam lugares de responsabilidade no país. No caso de Caetano, para além da sua experiência de governante, não podemos esquecer que estamos perante um homem com um grande currículo académico que publicou, ao longo da sua vida, mais de 100 obras e que reflectem, em diferentes momentos, todo o seu pensamento político. Contudo não podemos

deixar de destacar aquelas que se constituíram como leitura obrigatória por representarem a leitura do próprio aos acontecimentos que marcaram o fim do seu regime: o *Depoimento*. Quanto a Spínola, o reportório já não é tão vasto. Facto que nos garante a faculdade de destacar, como já aqui foi referido, a importância do livro que o celebrizou: *Portugal e o Futuro*.

Também registamos as entrevistas de Vasco Gonçalves e Costa Gomes a Maria Manuela Cruzeiro, a conversa de Maria João Avillez com Mário Soares e a ainda importantes testemunhos directos das personagens políticas e militares que tiveram um papel activo na nossa história: general Silva Cardoso, Almeida Santos, José Manuel Villas-Boas, Adriano Moreira, Franco Nogueira, Vasco Guerreiro, Otelo Saraiva de Carvalho, entre outros.

CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO COLONIAL

“Um povo demasiado conservador está fatalmente condenado às revoluções violentas. Incapaz de evoluir, é obrigado a transformar-se bruscamente”⁶⁷.

Gustave Le Bon

1. A HERANÇA

A política colonial do regime de Oliveira Salazar baseou-se na “afirmação do Império”, através da aclamação do papel histórico de Portugal, herdado desde os tempos dos descobrimentos. O princípio orientador era a crença na existência e na manutenção de uma “totalidade portuguesa” que, na prática, representava a “extensão ou prolongamento de Portugal”⁶⁸.

Com base nesta ideia cultivava-se uma imagem de “relevo entre as potências” que fundamentasse a intransigência nacional face à cobiça que vinha do espaço internacional: “não vendemos, não cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias”, não só pelos “nossos brios patrióticos, mas também por questões constitucionais, e na falta desses pergaminhos, por questões de “consciência nacional”⁶⁹. Foi na continuidade desta linha de pensamento que o Acto Colonial, parte integrante da constituição 1933, concebeu o carácter unitário dos vários territórios ultramarinos portugueses, baseado em quatro princípios orientadores: “a ideia de império; uma maior concentração de poderes; uma forte reivindicação de ordem nacional; e, finalmente, a das colónias e metrópole na unidade pluriforme da nação”⁷⁰.

⁶⁷ Apud, Amaral, Freitas (1996), *O Antigo Regime e a Revolução-Memórias Políticas (1941-1975)*, 6ª Edição, Venda Nova, Bertrand/Nomen, p.45.

⁶⁸ Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal (1933:1944 - II Suplemento)*, Porto, Livraria Civilização, pp. 11 e 235.

⁶⁹ Salazar, Oliveira (1946), *Discursos e Notas Políticas, II (1935- 1937)*, 2ª edição, Coimbra, Coimbra Editora Lda. p. 257.

⁷⁰ O Acto Colonial foi aprovado pelo Decreto nº18570 de 8 de Julho de 1930. (...) Efectivamente após o plebiscito de 1933, o Acto Colonial será republicado, passando a integrar o texto constitucional com o seu título VII, da parte II, da Organização Política do Estado. Rosas, Fernando e J.M. Brandão Brito (1996), *Dicionário do Estado Novo, volume I*, Venda Nova, Bertrand, pp. 20 e 203.

Em Novembro de 1933, o Acto Colonial desdobrou-se com a publicação de um novo acervo legislativo: a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina. A ideia era completar a reorganização do “sistema de poderes colonial”, no sentido de se obter uma centralização acrescida através do reforço das atribuições do ministro das Colónias” (à época Armindo Monteiro), restringindo, dessa forma, a “autonomia de decisão” concedida anteriormente aos “Altos Comissários (substituídos por governadores)”. Para além deste “sentido centralizador”, o Acto Colonial e os diplomas que o seguiram, também tiveram “um objectivo político preciso”, que visava a reafirmação da “soberania portuguesa no ultramar” garantindo-lhe, através de um enquadramento constitucional, “uma carácter permanente e irrevogável”, num momento em que, no seio da Sociedade das Nações, eram questionados os temas polémicos do “trabalho indígena” e da “internacionalização dos territórios coloniais”⁷¹.

Alguns anos volvidos, como complemento ao Acto Colonial, foi assinado, a 7 de Maio de 1940, um Acordo Missionário entre o Governo português e a Santa Sé. No sequência de uma linha que proclamava os “altos domínios da espiritualidade”, fruto das “radicadas tradições católicas” de Portugal, Salazar considerava a “formação católica do povo português” a principal realidade do Estado e, por isso mesmo, era fundamental resolver, em definitivo, o problema da “organização espiritual do Ultramar português”. O acordo devia contribuir “para completar a obra política do Acto Colonial com a sanção da posse espiritual conferida pela Santa Sé e com a nacionalização da obra missionária, que se integra definitivamente na acção colonizadora portuguesa”. Foi desta forma que se consagrou a fé como um dos “elos” elementares para se “chamar a nós os povos nativos”⁷².

Mais tarde, face à urgência em reafirmar a “unidade nacional” perante a nova ordem internacional que emergiu com o fim da Segunda Guerra Mundial, procedeu-se, em 1951, à revisão constitucional e todo o território português ficou, a partir dessa data, abrangido pela mesma lei fundamental, resultando daí, a substituição do conceito de colónia pelo de província, extinguindo-se a designação de “Império Colonial Português”, para logo se seguida, surgir a de “Ultramar Português” e, por fim, o ministério das Colónias passou a

⁷¹ Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 188-189.

⁷² Salazar, Oliveira (1944), *Discursos e Notas Políticas III (1938-1943)*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda, pp. 232-249.

designar-se do Ultramar⁷³. Este artifício legal permitiu a Portugal tornar-se numa “nação pluricontinental” constituída por províncias de origens díspares, europeia e ultramarinas, ou seja, tratou-se de uma revisão legislativa baseada numa “concepção assimilacionista, onde as colónias se transformavam em províncias ultramarinas, formando com a metrópole uma nação una”. Para legitimar este modelo o regime socorreu-se da tese do lusotropicalismo de Gilbert Freyre (Sociólogo brasileiro que, em 1951, a convite de Salazar, viajou pelas colónias portuguesas) que veiculava a ideia de que, as relações que os portugueses erigiram com os povos dos trópicos “seguiram um modelo específico, fundado na compreensão e na adesão aos seus valores, dando origem, por interpenetração cultural e biológica, a um todo integrado, uma verdadeira civilização luso-tropical”⁷⁴.

No seguimento da revisão do Acto Colonial toda a terminologia tinha que ser revista e foi nesse sentido que se promulgou, em Junho de 1953, a Lei Orgânica do Ultramar Português que iria substituir a Carta Orgânica do Império Português de 1933. Porém, o que daqui resultou “foi mais uma desconcentração do que qualquer forma de autonomia”, por se tratar de alteração normativa que “reforçava a unidade entre a metrópole e as províncias ultramarinas, ao mesmo tempo que estipulava a natureza específica de legislação destinada às províncias do ultramar, aumentando os poderes das autoridades locais”. De qualquer forma, como consequência foi abolido o Estatuto do Indigenato em São Tomé e Príncipe e Timor, mantendo-se, provisoriamente, na Guiné, Angola e Moçambique. No ano seguinte, foi promulgado um novo “Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” com o objectivo de favorecer “a assimilação total e a obtenção da cidadania portuguesa” aos “indígenas” desde que verificadas determinadas condições: “ter mais de 18 anos, exprimir-se correctamente em português, exercer uma profissão, poder satisfazer as suas próprias necessidades e as da família a seu cargo, não ter desertado nem ser refractário ao serviço militar...”⁷⁵.

⁷³ Moreira, Adriano (1956), *Política Ultramarina*, Lisboa, Ministério do Ultramar, p. 290.

⁷⁴ Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas*, Porto, Edições Afrontamento, p. 195.

⁷⁵ Indígenas eram “aqueles indivíduos de raça negra, ou os seus descendentes, que, tendo nascido e vivido habitualmente na Guiné, em Angola e Moçambique, ainda não possuem a educação e hábitos pessoais e sociais considerados necessários para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses”. Léonard, Yves (1999), “O Ultramar Português”, em Francisco Bethencourt e Kurti Chaudhuri (directão), *História da Expansão Portuguesa, Volume 5, Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Navarra-Espanha, Círculo dos Leitores, Gráfica Estella, pp. 36-37.

Mas na prática “essa generosidade nunca teve grande consagração numérica”: em 1950, os assimilados não eram mais de 30 mil em Angola e mais de 4 mil em Moçambique” e, em 1960, chegaram aos 38 mil em Angola, com um registo populacional de aproximadamente 4 milhões de pessoas, enquanto na Guiné e Moçambique a percentagem era ainda menor. Efectivamente, a ascensão à condição de assimilado era um processo altamente burocrático sendo encarado como uma regalia que, obrigatoriamente, teria que ter a anuência do “branco”, facto que não lhes garantia a possibilidade de deixarem de “ser marginais, ou aves raras, bem premidas pelo colaboracionismo quando muito”⁷⁶.

Todo este processo de refundação da política colonial do Estado Novo irá traduzir-se em medidas de alguma amplitude, quer do ponto de vista institucional quer do ponto de vista económico. No entanto, importa sublinhar que, para Salazar, esta acção inseria-se num contexto de continuidade e não de ruptura e o que estava em causa era uma reacção do regime ao fenómeno que identificava como sendo “uma crise do pensamento colonial”, traduzida num movimento persecutório e punitivo “da obra de colonização empreendida por várias nações europeias e pela finalidade única, um tanto ingénua e presunçosa, assinada nos areópagos internacionais à administração dos chamados territórios dependentes”⁷⁷. Aliás, basta recordarmos os seus esclarecimentos sobre a revisão do Acto Colonial, proferidos no dia 12 de Dezembro de 1950: “Não há, de modo algum, mudança na grande orientação então seguida, embora isto pudesse supor pelo facto de serem numerosas as alterações propostas; pelo contrário, há uma linha que nitidamente se reforça, e essa, aliás, bem vincada já no nosso pensamento”⁷⁸.

É neste contexto que se inscreve a intenção reformadora de Adriano Moreira enquanto ministro do Ultramar, nomeadamente o seu propósito relativamente ao regime do trabalho indígena. Desde a data de Elaboração do Estatuto dos Indígenas, pelo Comandante João Belo (Ministro das Colónias em 1926), a evolução do próprio Estatuto reclamava uma “avaliação

⁷⁶ Antunes, José Freire (1980), *O Império com Pés de Barro, Colonização e Descolonização: as ideologias em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, p.53. Os dados relativos ao ano de 1960 foram observadas em Dalila Mateus. Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A Luta pela Independência, A Formação das Elites Fundadoras do FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito, p. 23.

⁷⁷ Apud, Nogueira, Franco (2000), *Salazar IV, O Ataque (1945-1958)*, 4ª Edição, Barcelos, Civilização, p. 203.

⁷⁸ Apud, Léonard, Yves (1999), “O Ultramar Português”, em Francisco Bethencourt e Kurti Chaudhuri (direcção), *História da Expansão Portuguesa, Volume 5, Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Navarra-Espanha, Círculo dos Leitores, Gráfica Estella, p. 35.

urgente”, na medida em que contribuía para difundir uma certa imagem de discriminação e, para além disso, servia de argumento para os ataques lançados contra Portugal no seio da ONU⁷⁹. Sendo assim, tentou-se pôr cobro, no plano legal, ao recrutamento compulsivo daquelas populações e, ao mesmo tempo, proporcionar-lhes um conjunto de condições jurídico-formais que contribuíssem para uma melhor integração.

Foi no dia 28 de Agosto de 1961, no Porto, que Adriano Moreira, então ministro do Ultramar, anunciou “um programa de reformas cuja principal medida era a abolição do indigenato”, ficando o povo português “dotado de uma lei igual para todos, “sem distinção de raça, religião e cultura”. Para além desta iniciativa, surgiu o “repovoamento europeu de África” e a “reorganização dos distritos rurais, onde passaria a haver eleições e protecções legais às expropriações das terras dos autóctones”. Era uma veia reformadora que se levantava, tendo em conta a contestação internacional à política ultramarina do regime, mas que, em simultâneo, fazia emergir uma contestação vinda daqueles que viam os seus interesses atingidos por essa dinâmica, nomeadamente, “os monopólios” das “elites brancas de África”⁸⁰.

Como elemento enformador do pensamento de Adriano Moreira no que diz respeito a este assunto, importa realçar que já em 1956, na sua obra “Política Ultramarina”, tinha reflectido sobre o tema da “igualdade do género humano” como fonte inspiradora do direito português, ao ponto de sublinhar a possibilidade que o indígena tinha de, “voluntariamente e logo que tenha adquirido os usos e costumes pressupostos pela aplicação do direito público e privado português”, poder decidir-se pela lei portuguesa, ficando assim “assimilado aos cidadãos originários”⁸¹. Em 1958, enquanto membro da delegação de Portugal nas Nações Unidas, vislumbrava a urgência em se desvendar novos rumos para a política ultramarina portuguesa. Com a entrada em cena dos novos países africanos naquele fórum internacional, saídos da onda de independências que se assistiu naquele continente durante a década de 1950, adivinhava-se uma mudança no quadro de votações da Assembleia-geral, facto que levou Adriano Moreira a reconhecer que, face à mais que provável condenação de Portugal nas Nações Unidas, a legitimidade da ajuda aos movimentos de libertação estaria iminente,

⁷⁹ Garcia, Francisco Proença (2003), *Análise Global de uma Guerra – Moçambique (1964-1974)*, Lisboa, Prefácio, p. 83.

⁸⁰ Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar: O leão e a raposa*, (s.l.) Círculo dos Leitores, pp. 273-274.

⁸¹ Moreira, Adriano (1956), *Política Ultramarina*, Lisboa, Ministério do Ultramar, p. 295.

“porque uma das hipóteses de guerra justa, nos termos da Carta das Nações Unidas, era a libertação anticolonial”. E assim sucedeu, Portugal foi condenado e seriam acordadas apoios à autodeterminação desses povos⁸².

Nos territórios ultramarinos o cenário também não era o melhor, nomeadamente em Angola, fruto do incremento da actividade operacional da “guerrilha nacionalista”. Para além disto, as populações brancas começaram a fazer reivindicações políticas, como consequência de um certo descontentamento relativamente à governação portuguesa e, também, porque estavam preocupadas com os “massacres de colonos perpetrados pela União dos Povos de Angola (UPA) no Norte de Angola”. Portanto, também internamente se vislumbrava a necessidade de um reformismo colonial que materializasse uma resposta ao agravamento da situação política e militar⁸³.

Adriano Moreira não se limitaria a identificar a emergência deste problema, também reflectiu “sobre o assunto” e apontou soluções, ainda que sustentadas na tese assumida pelo regime. Os princípios orientadores da sua proclamada renovação inspiravam-se na doutrina do lusotropicalismo, teorizada por Gylberto Freire, o mesmo que persuadira Oliveira Salazar. Não nos podemos esquecer que a partir de meados dos anos de 1950, verificou-se um “esforço sistemático por parte do ministério dos Negócios Estrangeiros de doutrinação dos diplomatas portugueses no lusotropicalismo”. Segundo Cláudia Castelo, o “objectivo era muni-los de argumentos (supostamente) científicos, capazes de legitimar a presença de Portugal em África e na Ásia”. Simultaneamente, verificou-se a entrada do lusotropicalismo no meio académico e científico, factor que irá contribuir para encobrir, nalguns casos (por exemplo Orlando Ribeiro), “uma consciência crítica relativamente ao que, de facto, se passava nas colónias portuguesas”⁸⁴.

Efectivamente, o Sociólogo brasileiro, no decorrer dos seus estudos e das suas viagens, vislumbrou, na particularidade do tipo de colonização levada a cabo pelos portugueses nos trópicos, a partir do século XV, o nascimento de uma nova “civilização lusotropical”, fruto do

⁸² Moreira, Adriano (1995), “Reformar e Sair”, em José Freire Antunes (orgs.), *A Guerra de África (1961-1974), Vol. I*, Lisboa, Temas e Debates, p. 270.

⁸³ Pimenta, Fernando Tavares (2008), *Angola, Os Brancos e a Independência*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, pp. 279-280.

⁸⁴ Castelo, Cláudia (2011), “Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre”, em Instituto de Investigação Científica Tropical (orgs.), *Saber Tropical Knowledge, Blog História Lusófona*, (online).

Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=17451>.

seu carácter “singularmente simbiótico de união do europeu com o trópico”. E terá sido no seio desta simbiose que, para este intelectual brasileiro, “a gente lusitana terá adquirido os valores e as técnicas que lhe permitiram viver em terras quentes num ambiente de confraternização com uma “natureza diferente da europeia”, e mais, transmiti-las “a habitantes de terras frias e temperadas”⁸⁵. Esta teoria assumia, desta forma, a universalidade da tarefa colonizadora portuguesa nos trópicos como caso de estudo, de forma a regularizar o aparecimento de uma “sociedade civil a partir de um aglomerado heterogéneo, plural do ponto de vista étnico-cultural”, mas controlada através de um domínio político extrínseco e por uma afeiçoada “específica concepção lusitana do mundo e da vida”⁸⁶. Fazia-se, desta forma, a apologia da miscigenação, ou seja, da integração entre as raças.

Foi Adriano Moreira que desempenhou um papel crucial na difusão da tese luso-tropicalista, ao ponto de o próprio ter confessado durante uma homenagem ao Sociólogo brasileiro no ano da sua morte: “Tenho a convicção que foi nos meus cursos da disciplina então chamada Política Ultramarina que o luso-tropicalismo passou a ser sistematicamente ensinado e tratado, inspirando numerosos trabalhos de campo e teóricos”⁸⁷.

Foi este processo intelectual que levou Adriano Moreira, face à incapacidade do regime para, através da assimilação, criar as tais elites que fizessem a ponte entre as autoridades coloniais e os povos africanos, a admitir a insignificância da “expressão estatística da utilização desta faculdade”. Durante esse período, o que o regime fomentou foi o “trabalho compelido”, facto que se tornou “incontestável” por representar “um passivo da intencional mobilização da força de trabalho nativo para o progresso da economia”. Perante esta circunstância, Adriano Moreira, já como responsável pela pasta do Ultramar, aboliu o “Estatuto dos Indígenas, acto pelo qual todos os portugueses passaram a ser iguais perante a lei política”⁸⁸. Pelo menos, esta era a sua convicção.

⁸⁵ Freyre, Gilberto (1958), *Estudos de Ciências Políticas e Sociais VI, Integração Portuguesa Nos Trópicos*, Ministério do Ultramar, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, pp. 33-36.

⁸⁶ Moreira, Adriano (2008), *A Espuma do Tempo, Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina, p. 243.

⁸⁷ Léonard, Yves (1999), “O Ultramar Português”, em Francisco Bethencourt e Kurti Chaudhuri (direcção), *História da Expansão Portuguesa, Volume 5, Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Navarra-Espanha, Círculo dos Leitores, Gráfica Estella, p. 41.

⁸⁸ Moreira, Adriano (2008), *A Espuma do Tempo, Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina, pp. 245-246.

Contudo, mais uma vez as modificações que se inscreveram na organização do poder colonial foram pouco ambiciosas. A população até aí considerada de “indígena”, continuou sem acesso a qualquer “espaço de acção”, passando a ficar reunida em “regedorias (que reúnem os vizinhos segundo o direito tradicional)”, conduzidas por um “regedor” eleito de acordo com os “costumes locais”. Este novo enquadramento legislativo cingia-se a atestar “práticas anteriores – continuando o regedor, como as autoridades gentílicas do passado, a ficar na dependência das autoridades administrativas portuguesas”⁸⁹.

Quanto à proclamada dinamização do sector económico, os traços essenciais do “modelo de desenvolvimento do Estado Novo” podem ser encontrados na leitura das propostas de lei e projectos dos planos de fomento que enquadram este período. O entendimento das colónias, como extensões naturais do território metropolitano tinha, forçosamente, de levar o Governo de Salazar a autorizar a instalação das primeiras indústrias como alternativa económica à exploração do trabalho negro nas grandes fazendas agrícolas. Era necessário demonstrar à comunidade das Nações que o Governo central empenhava-se no fomento económico das suas “províncias ultramarinas” como forma de as legitimar. Acrescia ainda que esta afectação de avultadas verbas para o desenvolvimento do ultramar era cada vez mais entendida como um factor determinante do desenvolvimento da economia da metrópole, por conseguinte, os sucessivos planos de fomento previam também para os territórios africanos, em especial para Angola e Moçambique, medidas impulsionadoras do seu desenvolvimento. Assim sendo, no decorrer do primeiro plano de fomento, que foi aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, emergiu um “conjunto de investimentos públicos a que foram afectados recursos financeiros”, essencialmente direccionados para a construção de infra-estruturas, quer na metrópole quer nas províncias ultramarinas, sobretudo ligadas à produção de energia eléctrica e de cimento⁹⁰.

Posteriormente, assistiu-se a um incremento das exportações de Angola e Moçambique, derivado da situação favorável das matérias-primas africanas, em termos da sua “cotação internacional”, e com as correspondentes implicações nas actividades que delas dependiam. Este crescimento provocou a “reorientação dos fluxos mercantis externos”, nomeadamente com a Inglaterra e os EUA e o reforço dos vínculos com Lisboa, que se tornou o principal parceiro comercial de Angola e Moçambique. Seguiu-se o lançamento de projectos de

⁸⁹ Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas*, Porto, Edições Afrontamento, p. 196.

⁹⁰ Serrão, Joel; Marques, Oliveira; Rosas, Fernando (1992), *Nova História de Portugal - Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, editorial Presença, p. 323.

colonização intensiva, acompanhados por um “significativo aumento do investimento privado”, que materializavam uma política de povoamento agrícola do ultramar, como forma de consolidar a presença portuguesa em África, com emigrantes animados pela propaganda do regime que os fazia correr atrás de proclamado desenvolvimento económico. O exemplo mais evidente será “o boom do Café em Angola”⁹¹.

Foi neste contexto que foram criadas, a 6 de Setembro de 1961 para entrarem em funcionamento pleno só em 1962, as Juntas Provinciais de Povoamento (JPP). As JPP tinham como missão organizar e recepcionar os colonos que vinham da metrópole para posteriormente os transportar para os “núcleos de povoamento agrícola a que se destinavam, forneciam-lhes um subsídio de instalação e manutenção durante o primeiro ano, bem como habitações, alfaias, sementes, adubos e áreas agrícolas (nalguns casos já preparadas)”. Também garantiam “assistência técnica e social” aos colonos e organizavam “cursos de formação profissional, o que nem sempre acontecia”. No caso particular de Angola, a JPP começou a laborar já com a guerra a decorrer e após ter sido determinado a “livre circulação de pessoas” em todo o território considerado português⁹², facto que obrigou a Junta a dar uma “resposta rápida” aos inúmeros pedidos de instalação provenientes de sujeitos do “meio rural e sem qualificações e profissão definida”. Com base no princípio da “dispersão geográfica”, a solução encontrada passou pelo encaminhamento destas gentes para actividades relacionadas com a “agro-pecuária” criando-se, para o efeito, “núcleos de povoamento” a partir do aproveitamento das “estruturas” que tinham sido edificadas pelas autoridades provinciais e

⁹¹ Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 191-192.

⁹² “Decreto n.º 44171: (...) Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte: Art. 1.º É livre a entrada e fixação dos cidadãos portugueses em qualquer parte do território nacional. Art. 2.º Não é exigível passaporte aos cidadãos portugueses que se desloquem de um ponto para outro do território nacional. § único. Sempre que a deslocação se faça através de território estrangeiro ou com escala em território estrangeiro, será concedido passaporte mesmo às pessoas referidas no artigo 16.º do Decreto n.º 39794, de 28 de Agosto de 1954, com dispensa do condicionamento previsto nos parágrafos do mesmo artigo. Art. 3.º As providências regulamentares convenientes para cada província ultramarina competem aos respectivos órgãos legislativos locais. Publique-se e cumpra-se como nele se contém. Paços do Governo da República, 1 de Fevereiro de 1962. - Américo Deus Rodrigues Thomaz - António de Oliveira Salazar - Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior - Adriano José Alves Moreira”. Moeda, Imprensa Nacional da Casa da (2014), *Diário da República, Decreto n.º 44171 de 1962*. (online).

Disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr>.

distritais. Contudo, os resultados atingidos foram “muito limitados” com um número “reduzido” de “colonos instalados”, um grau de “desistências elevado” e os resultados económicos dos núcleos muito desiguais, apontando-se como causas a “falta de pessoal qualificado”, as falhas de planeamento” ou as “dificuldades de execução”. Num quadro de “incompreensão e insatisfação mútua” com trocas de acusações entre os colonos e os funcionários do povoamento, a “taxa de abandono dos núcleos de povoamento” foi sempre bastante alta, passando-se a privilegiar a actividade comercial. Ou seja, apesar do imenso capital investido pelas JPP o número de colonos que se fixaram em Angola foi muito reduzido, não indo além dos 2152, tal como poderemos constatar pelo quadro 1.1, e com resultados económicos bastante aquém das expectativas⁹³.

Anos	Angola
1962	113
1963	373
1964	521
1965	421
1966	431
1967	80
1968	16
1969	40
1970	6
1971	4
1972	91
1973	56
Total Parcial	2152

Quadro 1.1: Povoamento Agrário Dirigido em Angola (1962-1973)⁹⁴

Contudo, foi o eclodir da Guerra Colonial em Angola, em Março de 1961 que marcou um ponto de viragem neste processo. Pressionado, o regime viu-se obrigado a introduzir uma

⁹³ Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 154-161.

⁹⁴ Adaptado de Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 154-161.

certa justiça social, abolindo “as formas mais arcaicas de exploração”, e a abrir as portas “aos capitais estrangeiros”, medida que se viria a assinalar como essencial para as taxas de crescimento registadas, por Angola e Moçambique, naquele período. Para além disso, a guerra impulsionou esta evolução ao proporcionar o “alargamento do mercado interno” através da presença dos “contingentes militares, e pelo acréscimo das despesas públicas”. Este esforço para fazer renascer o Estado intensificou-se, mais tarde, com a ideia de Salazar em construir um “mercado único português” em prol de um “maior inter-relacionamento dos diferentes espaços económicos nacionais, Metrópole e Províncias Ultramarinas, tendo como “objectivo último a livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais”. A ideia da integração política proveniente da revisão constitucional de 1951 era, desta forma, transportada para o campo da economia com alguns resultados favoráveis ao nível do melhoramento das vias de comunicação, da construção de escolas, hospitais e, sobretudo, no lançamento de grandes obras⁹⁵.

Como é fácil de constatar, o duplo carácter, ideológico e económico, contribuiu de uma forma decisiva para a recusa do Estado Novo em querer discutir a questão colonial. Esta convicção podia-se ouvir, de forma explícita, em quase todos os discursos da época de Oliveira Salazar, obviamente dedicados a este tema e onde este proclamava o impulso que a “Nação portuguesa” imprimiu “aos povos com quem entrara em contacto”, introduzindo-lhes “conceitos muito diversos dos que mais tarde caracterizaram outras formas de colonização”⁹⁶.

Assim acreditava-se, que Portugal tinha os seus “próprios processos originais e uma extraordinária riqueza experimental” provenientes dos tradicionais “métodos portugueses de colonização”, nomeadamente da Política Indígena portuguesa de onde se extraiu um novo Código de Trabalho Indígena e o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, apenas era necessário “estabelecer, para o mesmo método, novas regras” e para isso terá sido decretado o Acto Colonial⁹⁷. Esta era a fé do regime.

Internacionalmente, Oliveira Salazar olhava com grande desconfiança para a nova ordem mundial que acabara de eclodir com o fim da 2ª grande guerra, não ao ponto de “temer uma nova guerra no rescaldo da anterior”, mas o “clima político e ideológico” inquietava-o

⁹⁵ Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 192-193.

⁹⁶ Salazar, Oliveira (1960), *Portugal e a Campanha Anticolonialista*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, p.11.

⁹⁷ Galvão, Henrique (s.a.), *O Império*, Lisboa, Edições SPN, pp. 17-20.

bastante. Temia-se o “peso expansionista da URSS”, perante uma Europa devastada e do Oriente, os receios por Goa, Macau e Timor emergiam⁹⁸.

Neste contexto, e no seguimento de um projecto pouco ambicioso, como terá sido o Tratado de Colaboração Económica, Social, Cultural e de Defesa de Bruxelas, de 1948, que antevia a criação de um Organismo Militar de Defesa a partir de uma congregação de países dos quais faziam parte a Inglaterra, a França, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, consolidou-se a ideia de conceber uma aliança mais abrangente, que englobasse todos aqueles que quisessem participar num “esforço colectivo de defesa”, que contrariasse os anseios expansionistas que vinham de leste. Este “projecto de tratado multilateral”, que incluiu, para além dos países que assinaram o Tratado de Bruxelas, os EUA, o Canadá, a Itália, a Noruega, a Dinamarca e Portugal, irá afirmar-se na “intenção de proteger, pela força se preciso, os regimes democráticos ocidentais”. Apesar do gesto gratificante, Salazar não deixaria de apresentar o documento em conselho de ministros e só posteriormente, em plena Assembleia Nacional defendeu a adesão de Portugal sustentada numa forte crítica à forma como a guerra foi conduzida, nomeadamente no que diz respeito ao “esmagamento da Alemanha”. Em seu entender o Estado tampão que, até então, tinha impedido a Rússia de poder chegar, com os seus exércitos, até à “Mancha e aos Pirenéus” tinha desaparecido e por esse particular motivo era incontornável estruturar uma defesa do mundo ocidental, constituindo-se, como a melhor solução para o efeito, o Pacto do Atlântico, que seria assinado a 4 de Abril de 1949 em Washington⁹⁹.

Em termos de política externa, avançar para uma aliança multilateral, onde os EUA tinham um papel preponderante, representaria um desvio à tradicional aliança bilateral luso-britânico facto que, num momento de decisão tão importante como este, não faria tremer Oliveira Salazar. Na génese desta determinação estariam, como não seria de estranhar, os acontecimentos que marcaram, durante aquele período da história, as relações entres os dois Estados. Portugal tentou uma aproximação à Inglaterra, em 1947, a quem propôs uma consolidação da aliança através de um “pacto de defesa permanente”, que passava pela preparação de um “plano de defesa de Portugal continental”, tendo daí obtido uma rotunda recusa. Esta tendência tornou-se ainda mais evidente no momento da retirada dos ingleses dos Açores no pós-guerra perante a patenteada ausência de vontade em manter uma presença nas

⁹⁸ Nogueira, Franco (1980), *Salazar, volume. IV, O Ataque*, Coimbra, Atlântida Editora, pp. 77 – 78.

⁹⁹ Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal (1933:1944 - II Suplemento)*, Porto, Livraria Civilização, pp. 226-227.

ilhas portuguesas, mesmo que simbólica, tal como Lisboa gostaria, como forma de tentar “equilibrar o peso americano”. A partir de 1947 tornou-se, desta forma, evidente que a Inglaterra já não era “um dos grandes”, como também passou a dar “menos importância ao espaço português”, uma vez que o domínio do Atlântico tinha passado para segundo plano¹⁰⁰. No caso particular dos EUA a situação era a oposta. Todo este panorama viria a facilitar as relações com os norte-americanos, entre os anos de 1945-61, “num ambiente multilateral” condicionado por um conjunto de organizações que entretanto se ergueram, onde a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) era, sem dúvida alguma, a mais importante delas, uma vez que era por ela que iria passar todo o “enquadramento estratégico, militar e mesmo económico da relação com os EUA durante este período”¹⁰¹.

O convite a Portugal surge no seguimento deste novo enquadramento, com os Açores a constituir-se como um elemento, essencialmente “geopolítico e geo-estratégicos”¹⁰², indispensável para a “constituição do novo sistema de segurança mundial”. Criado numa perspectiva de fazer face à ameaça soviética, este sistema sustentava-se em duas ideias fundamentais: a primeira no “continente norte-americano, baseado no seu potencial estratégico”¹⁰³, materializando a sua retaguarda e a sua auto-garantia”; a segunda, no “continente europeu, linha da frente e de defesa imediata, baseada nos países do Tratado de Bruxelas”. No entanto, para que este processo funcionasse era fundamental, não só, a “protecção dos flancos norte e sul” mas, também, a articulação entre a linha da frente e a linha da retaguarda, ou seja, entre os dois continentes, o europeu e o americano. Daqui emergiu o motivo do convite a Portugal, constituindo-se as ilhas dos Açores como um valor estratégico acrescentado, uma vez que, em caso de ataque vindo de leste, o chamado “reforço rápido da

¹⁰⁰ Telo, António (1991), “Portugal e a NATO: dos Pirenéus a Angola”, *Análise Social*, volume XXX, p. 950.

¹⁰¹ Telo, António (2006), “Portugal, os EUA e a NATO (1949-1961)”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.) *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI, p. 45.

¹⁰² Factores geopolíticos/geoestratégicos são um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, susceptíveis de serem operados no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade, enquanto perspectivação consistente de apoio à Política e à Estratégia. Apud, Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*, Lisboa, Prefácio, p. 222.

¹⁰³ Potencial Estratégico é o conjunto das forças de qualquer natureza, morais e materiais, que um Estado pode utilizar em apoio da sua estratégia. Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia Vol. I*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, p. 241.

Europa” passava, inevitavelmente, pelos Açores¹⁰⁴. Ou seja, apesar de Portugal, à época, se constituir num actor sem recursos económicos e militares capazes de influenciar os “destinos do mundo”, os condicionalismos geográficos e históricos garantiam-lhe uma “posição-chave no continente europeu”¹⁰⁵.

Sendo assim, este cenário teria, tal como já referimos, que marcar as relações de Portugal com os EUA, na medida em que os Açores irão representar, para o regime português, uma “espécie de cinto de segurança” assegurando, de imediato, um certo proteccionismo americano a Portugal. Localizados na “principal rota marítima e aérea do Atlântico Norte”, o arquipélago dos Açores, era considerado “de primordial importância”, uma vez que, o uso de facilidades aéreas e navais nos Açores, em caso de guerra com a URSS, seria altamente desejável para os EUA¹⁰⁶.

Desta nova parceria estratégica, Portugal saberia tirar os seus benefícios, nomeadamente através da assinatura dos “acordos de defesa bilaterais” com os EUA, em 1951 (em Janeiro um acordo de auxílio mútuo e, em Setembro do mesmo ano, um acordo de defesa que prorrogava as facilidades na base militar dos Açores até 1956), com os respectivos protocolos secretos, que salvaguardavam uma eventual utilização do armamento OTAN nas colónias portuguesas. Para além disso, o arquipélago constituiu-se como uma importante “base anti-submarina” permitindo, juntamente com a “acção dos esquadrões de aviões”, a fiscalização das movimentações da frota submarina russa no Atlântico; materializou um “importante ponto de apoio das pontes aéreas”, bem como um local crucial para a sustentação da enorme “frota de bombardeiros estratégicos americanos dos anos 50”; por fim, alargou-se o auxílio às comunicações com a instalação de três estações LORAN, a principal rede de navegação da OTAN na época. Foi desta forma que se cultivou, em termos de política externa, um bom relacionamento luso-americano como forma de garantir um importante escudo de protecção face aos ataques que se vislumbravam¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Teixeira, Nuno Severiano (1995), “Portugal e NATO: 1949-1989”, *Análise Social*, volume XXX, p. 804.

¹⁰⁵ Fragoso, José Manuel (1970), *Imagem Exterior e Realidade Nacional, Aspectos de Problema Actual da Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, p. 7.

¹⁰⁶ Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar: O leão e a raposa*, (s.l.) Círculo dos Leitores, p. 31.

¹⁰⁷ Telo, António José (1999), “Portugal e a NATO (1949-1976)”, *Nação e Defesa*, N.º 89, pp. 58-59.

Por tudo isto a Aliança Atlântica constitui, para Portugal, o caminho da estabilidade e o “escudo protector” da sua última aventura por terras de África.

Relativamente à ONU, o cenário já não foi o mesmo. Com a entrada de Portugal na ONU, em 1955, iniciou-se um novo período para a política externa portuguesa: para além de uma “política bilateral, passa agora a ser necessário conduzir uma política multilateral” que irá obrigar Portugal a “tomar posições e a definir atitudes” perante matérias provenientes de zonas que pouco tinham a ver com a tradicional política portuguesa. No entanto, a maior preocupação será a contestação internacional à política colonial do Estado Novo. O país iria experimentar um forte “embate do anti-colonialismo”, com repercussões directas na sua política externa que, a partir desse momento, se começou a confundir com a sua política ultramarina¹⁰⁸.

Estava em marcha o início de um período de um certo “isolamento internacional” para Portugal e, ao mesmo tempo, da “internacionalização da questão colonial” portuguesa. Desde 1946 que a URSS vetava a entrada de Portugal na ONU e quando Portugal passou a ser membro efectivo desta organização, o Governo de Oliveira Salazar insistiu numa política de reforço da autoridade portuguesa sobre os espaços ultramarinos e numa recusa, permanente, em aceitar qualquer tipo de negociação que a pudesse pôr em causa. Foi neste contexto que, após a admissão portuguesa, o secretário-geral da ONU (SGONU) enviou uma nota ao Governo português questionando, nos termos do artigo 73.º da Carta (Declaração Relativa a Territórios Não-Autónomos), se Portugal administrava territórios onde se aplicava aquele princípio¹⁰⁹.

Esta decisão tinha apenas um objectivo, obrigar Portugal a admitir que as suas “províncias não eram partes integrantes da Nação portuguesa”, mas sim territórios onde a responsabilidade administrativa cabia ao Governo central; e que, naturalmente, este deveria proporcionar à ONU esclarecimentos estatísticos acerca do “progresso económico-social e educativo das respectivas populações”. Sem hesitar, Salazar respondeu negativamente

¹⁰⁸ Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal (1933:1944 - II Suplemento)*, Porto, Livraria Civilização, pp. 226-227.

¹⁰⁹ “Segundo o Art.º 73 da Carta das Nações Unidas, os países membros responsáveis por territórios não-autónomos comprometiam-se a: 1) Assegurar o desenvolvimento político, económico, social e educacional das populações respectivas; 2) Promover Governo próprio, tendo em conta as aspirações das populações; 3) Prestar ao Secretário-Geral informações estatísticas e técnicas sobre esses territórios.” Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar: O leão e a raposa*, (s.l.) Círculo dos Leitores, pp. 37-39.

corroborando, uma vez mais, a tese portuguesa que atestava Portugal como um “Estado Unitário”, que envolvia em plena igualdade todos os seus territórios e respectivos povos, independentemente das raças; que a autodeterminação era exercida pelo “consentimento das populações a uma determinada estrutura política, económica e social do Estado”, garantida “pela participação efectiva e gradual dos povos na vida colectiva, através de uma evolução sociológica”; e, por esses motivos, não admitia a desagregação da Nação com base em preceitos sem qualquer tipo de aplicabilidade ao caso português¹¹⁰.

A análise do historiador Fernando Martins, ajuda-nos a compreender a posição do Governo português. Esta baseava-se na defesa do princípio segundo o qual, “o Estado soberano designado por Portugal, não deveria ser confundido com o território europeu também com aquela designação”. Isto porque “a extensão territorial portuguesa remontavam, pela história e pelo direito, a 1612”. Ou seja, as “províncias não europeias” portuguesas, separadas geograficamente do reino não lhe tocam por “união, mas fazem parte integrante desse mesmo reino”. Portanto, de acordo com a interpretação do Estado português, e já no século XVII, quem tivesse “nascido em Goa ou em Angola, era tão português como aquele que tivesse nascido em Lisboa”¹¹¹.

Nesta altura, os demais impérios coloniais europeus já tinham iniciado os seus próprios processos de descolonização colocando Portugal numa posição de isolamento. Esta intransigência foi fortemente contestada e levou a Assembleia Geral da ONU, sob pressão dos países do Terceiro Mundo, a colocar sobre a mesa a questão colonial portuguesa. Seria esta a primeira de uma série de derrotas que progressivamente foram pressionando o regime português e que se intensificaram na década de 1960 com o Relatório do Comité especial, também designado por Comité dos Seis e que tinha por objectivo deliberar, especifica e definitivamente, acerca da competência da ONU para lidar com o problema colonial, tal como vinha disposto no artigo 73º da Carta, nomeadamente, na sua alínea e). Para além disso, também teria que deliberar a aprovação das Resoluções 1514, de 14 de Dezembro de 1960, que incorporava o relatório do Comité a condenar as diferentes formas de colonialismo

¹¹⁰ Fragoso, José Manuel (1970), *Imagem Exterior e Realidade Nacional, Aspectos de Problema Actual da Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, pp. 11-16.

¹¹¹ Martins, Fernando (1998), “A Política Externa do Estado Novo, O Ultramar e a ONU, Uma Doutrina Histórico - Jurídica (1955-1968)”, *Penélope*, 18, p. 191-192.

assumindo que todos os povos tinham direito à autodeterminação, e da 1541 e 1542 de 15 de Dezembro do mesmo ano, relativas aos territórios não autónomos portugueses¹¹².

O Governo português nunca viria a reconhecer esta tese baseando as suas convicções no argumento que vislumbrava a interpretação do art.º 73, única e exclusivamente, no “contexto da Carta”. Ou seja, para Portugal, aquele importante documento teria estabelecido três sistemas diferentes para a promoção do “bem-estar dos povos e a cooperação entre as nações no campo social, económico, educativo e político”: o primeiro baseado nos Capítulos IX e X da Carta, com a designação de “Cooperação Internacional Económica e Social”; o segundo, refere-se ao Capítulo XI, denominado “Declaração sobre territórios não-autónomos”; e o terceiro é o do Capítulo XII, designado por “Sistema Internacional de Tutela”. Estes sistemas estavam, à partida, verdadeiramente “delimitados”, na medida em que o primeiro e o terceiro eram, reconhecidamente, internacionais ao contrário do segundo que omitia a palavra “internacional”. Com isso queria a Carta indicar, segundo a interpretação portuguesa, que se tratava de “um problema a que atribuía carácter nacional e não internacional”. Portugal juntaria a este raciocínio um outro, directamente relacionado com “os órgãos apropriados” para a observância dos diferentes sistemas: “o Conselho Económico ou Social” e o “Conselho de Tutela”, ambos na dependência directa da Assembleia Geral, constatando-se, no entanto, a ausência de algum órgão para a fiscalização do sistema do Capítulo XI¹¹³. Para o regime português era óbvio que este último Capítulo não tinha a mesma abrangência dos dois primeiros motivando, dessa forma, uma sistemática contestação à sua atitude colonialista.

No ano seguinte, logo nos primeiros dias de Março, a Libéria requereu uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU (CS) para adoptar um conjunto de medidas destinadas a impedir “a repressão das autoridades portuguesas” em Angola. O pedido aludia aos ataques que ocorreram em Luanda, durante o mês de Fevereiro, à Casa de Reclusão Militar, ao quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública (PSP) e à Cadeia Civil. Passados alguns dias, a 10 de Março, o CS inscrevia a questão de Angola na sua agenda e, por sua vez, o Ministério do Ultramar (MU), num comunicado sublinhava a existência de um “plano internacional de subversão da África portuguesa”. A 15 de Março a República Árabe Unida, a Libéria, o Ceilão anunciam “o ponto de vista afro-asiático” com base num “projecto de resolução” que alertava para a situação de Angola e “os perigos” que daí

¹¹² Silva, António E. Duarte (1995), “O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*, volume XXX, pp. 7-8.

¹¹³ Nogueira, Franco (1961), *As Nações Unidas e Portugal*, Lisboa, Ática, pp. 180-181.

poderiam advir para a “paz e a segurança mundiais”; repetia a “doutrina das resoluções anteriores contra Portugal”; e reclamava “reformas imediatas” decorrentes do que tinha sido deliberado relativamente à abolição do colonialismo. Da votação registou-se os votos favoráveis da URSS, e, para espanto de todos, dos EUA. Com a abstenção da França, da Inglaterra, da China, do Chile, do Equador e da Turquia a resolução não seria aprovada. Deste escrutínio destacou-se o facto de, pela primeira vez, na história dos debates sobre a questão colonial portuguesa no seio da ONU, os EUA terem votado contra Portugal¹¹⁴. Foi assim que, no seio da ONU, se despoletou um ataque, sem tréguas, à política colonial portuguesa.

Como não seria de estranhar, estes acontecimentos, nomeadamente o posicionamento do Governo americano, no principal fórum internacional de discussão da temática da descolonização, deixaram Salazar incomodadíssimo levando-o a proferir, no final de Junho de 1961, em plena Assembleia Nacional, um discurso de doutrinação política intitulado “O Ultramar Português e a ONU”, no qual transmitiu ilações que, no seu entender, deviam ser extraídas deste caso: “O convite às autoridades portuguesas para cessarem imediatamente as medidas de repressão é uma atitude, digamos, teatral do Conselho de Segurança e que ele não tem a menor esperança de ver atendida, tão gravemente ofende os deveres de um Estado soberano”¹¹⁵. Mais uma vez o regime, na pessoa do seu mais proeminente representante, recusava-se a discutir a legitimidade da presença portuguesa em África.

O ano de 1961 representou para o regime de Salazar uma soma de inesperados desaires. O ano dramático do regime é inaugurado, precisamente, com a chegada a Lisboa, a 23 de Janeiro, da notícia do assalto ao Santa Maria algures no Mar das Caraíbas. Na madrugada de 22 de Janeiro o paquete de luxo Santa Maria, da Companhia Nacional de Navegação, foi assaltado em águas internacionais, pelo Comando único do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL – Organização de resistência anti-fascistas estruturada para a acção directa armada), desencadeando a “Operação Dulcineia”. O plano, delineado pelo Capitão Henrique Galvão, consistia no desvio de um navio para a ilha de Fernando Pó, na Guiné Espanhola, de onde partiria para Luanda, para apoiar um ataque das “forças rebeldes locais”, com o objectivo de conquistar a “libertação de uma parte do território português”. Para o Governo português, a solução imediata do problema passou por um pedido de auxílio aos

¹¹⁴ Nogueira, Franco (1984), *Salazar – Volume V, A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 210-214.

¹¹⁵ Salazar, Oliveira (1961), *O Ultramar Português e a ONU*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, p. 21.

EUA e à Inglaterra. No entanto, assim que estes se aperceberam que a atitude do Capitão Galvão vinha no seguimento de uma contestação democrática ao poder vigente em Portugal, não tardaram em recuar no apoio que inicialmente disponibilizaram. Os acontecimentos evoluirão de uma forma extremamente desfavorável para o regime português com implicações nefastas no “prestígio pessoal do seu chefe”, e nas relações bilaterais com os seus tradicionais aliados. No caso particular dos EUA, o facto de estes terem estabelecido contactos com o capitão Galvão garantindo-lhe, dessa forma, estatuto político seria algo que Salazar jamais iria esquecer¹¹⁶.

O episódio que se seguiu foi o golpe do general Botelho Moniz, ministro da Defesa de Salazar. Este Golpe constitui um pronunciamento militar para impor uma solução política para o Ultramar no sentido da autodeterminação e representou, segundo José Medeiros Ferreira, “a maior insubordinação institucional da hierarquia militar, não só contra Salazar mas também contra o próprio regime do Estado Novo”¹¹⁷. Botelho Moniz apercebendo-se da “gravidade do momento político internacional” e da “deterioração da situação colonial portuguesa”, terá “conspirado com os EUA” para afastar Salazar e proceder a certos “ajustamentos em Angola” que, no entender do presidente do Conselho, só serviriam para enfraquecer a posição portuguesa em África. Esta conspiração militar terminou com a demissão do ministro, com Salazar a assumir a pasta da defesa, com o aumento das desconfianças quanto ao posicionamento do Governo americano, com uma profunda remodelação das chefias militares e com a vitória da tese que recomendava a guerra em África como forma de enfrentar a questão da autodeterminação¹¹⁸.

Mas ainda estávamos no início do calvário para regime português. O ano de 1961 marcou também a chegada ao poder da administração norte americana de John F. Kennedy, o que provocou o renascer do tema da reformulação da política externa dos EUA, nomeadamente, no que diz respeito ao continente africano. O momento em que se dá esta reformulação, para alguns historiadores, não é consensual, nomeadamente para António Telo que defende a tese que preconiza a alteração política americana para África em “1959, ou seja, no final da administração Eisenhower e não no começo da administração Kennedy”, como normalmente

¹¹⁶ Rodrigues, Luís Nuno (2002), *Salazar Kennedy, A Crise de uma Aliança*, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 35-54.

¹¹⁷ Ferreira, José Medeiros (1992), *Comportamento Político dos Militares – Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, p. 267.

¹¹⁸ Rodrigues, Luís Nuno (2002), *Salazar-Kennedy: A Crise de uma Aliança*, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 54-69.

se considera. Segundo este historiador, esta tese explica-se de forma muito simples: “era evidente que o movimento das autonomias ia chegar em força a África, pelo que os EUA não podiam continuar a evitar tomar uma posição de fundo sobre o problema”. Perante este cenário, a opção americana era relativamente simples: “ou apoiavam o movimento da autonomia, ou este procuraria apoios de outros poderes, nomeadamente da URSS”¹¹⁹.

Contudo, importa sublinhar que ainda “não era tempo de assumir grandes rupturas com Portugal”. Os EUA, durante as votações de Dezembro de 1960, ainda durante a administração Eisenhower, na Assembleia Geral das Nações Unidas relativa às disposições do artigo 73º, “votaram favoravelmente a resolução 1514”. Quanto à decisão sobre os territórios sob administração portuguesa, se estes poderiam ser designados por “territórios não autónomos” de acordo com a Resolução 1542, os “Estados Unidos mantiveram uma posição de prudente abstenção”¹²⁰. Neste contexto, será mais adequado falarmos de um processo gradual de mudança da política dos Estados Unidos relativamente a Portugal.

Independentemente das diferentes análises que possam ser feitas, parece-nos manifestamente pacífico dizer que Kennedy assumiu uma política explícita de apoio à autodeterminação e independência dos territórios coloniais, com reflexos directos no relacionamento bilateral com Portugal. Num período em que o regime português enfrentava as primeiras revoltas armadas contra a presença colonial portuguesa em Angola, os EUA votaram, como já vimos, favoravelmente numa resolução a condenar estes acontecimentos; rumores sobre os contactos mantidos com a UPA de Holden Roberto chegaram aos ouvidos dos governantes portugueses; em Agosto, os EUA comunicaram a Portugal a sua recusa em vender armamento que pudesse vir a ser utilizado fora da área geográfica do Tratado do Atlântico Norte; e finalmente, a questão de Goa, que, segundo o Governo português, só aconteceu perante a inépcia dos governantes americanos¹²¹. Estes episódios marcaram, no início do ano de 1961, o envolvimento norte-americano na questão da política ultramarina portuguesa. No entanto, em proveito da nossa investigação, importa aprofundar as motivações de Kennedy relativamente a Portugal, durante esse ano, período de grandes dificuldades vividas pelo regime português.

¹¹⁹ Telo, António José (1999), *Portugal e a NATO (1949-1976), Nação e Defesa*, 89, p. 73.

¹²⁰ Rodrigues, Luís Nuno (2002), *Salazar- Kennedy: A Crise de uma Aliança*, 2ª Edição, Editorial Notícias, Lisboa, p. 32.

¹²¹ Rodrigues, Luís Nuno (2004), “Missão impossível: O Plano Anderson e a questão colonial portuguesa em 1965”, *Relações Internacionais*, Vol. 1, p. 100.

Comecemos pelo Departamento de Estado norte-americano e pela bipolarização que aí reinava em termos de política externa. Num dos lados, encontravam-se os “europeístas” que preconizavam o princípio de que toda a política americana relativamente a Portugal deveria ser orientada pelo interesse na questão dos Açores, pelas prioridades da defesa da Europa e pela Estabilidade da OTAN, do outro lado, estavam os “africanistas” responsáveis pelo estabelecimento dos pilares da política africana e que preconizavam o apoio à autodeterminação dos novos países africanos¹²².

O presidente Kennedy olhava para Angola como uma “prioridade de política externa” e incumbiu Mennen Williams, o secretário-adjunto para os assuntos africanos, de presidir a uma “Task Force on the Portuguese Territories” que incluía “membros do Conselho de Segurança Nacional, dos departamentos do Tesouro, da defesa e de Estado e da CIA”, tendo a primeira reunião deste grupo acontecido em 19 de Junho de 1961. No seio da task force sucederam-se acesos debates, onde foram esgrimidos os argumentos a favor e contra a política ultramarina portuguesa, e produziu-se importantes relatórios que determinavam as acções a tomar relativamente aos territórios portugueses em África¹²³. Terá sido de um desses relatórios, datado de 12 de Julho de 1961, que, após a análise do próprio presidente, resultou um conjunto de recomendações como objectivo de levar o Governo português a adoptar uma política reformista. Do universo destas recomendações destaca-mos um convite a Salazar para se discutir eventuais reformas para os territórios portugueses; a indicação para envolver outros actores internacionais neste processo de negociação, nomeadamente, os ingleses, os franceses, os espanhóis, os brasileiros e até mesmo o Vaticano; estabelecer um modelo de acção política, face ao problema dos territórios portugueses africanos, no seio das duas organizações internacionais mais importantes, a ONU e a OTAN; e a proibição de venda de armamento norte-americano a Portugal. No entanto, é curioso constatarmos a preocupação de Kennedy com a questão dos Açores. Todo este processo negocial deveria ser conduzido com muita inteligência uma vez que, a perda da Base das Lajes, traria consequências muito gravosas para os EUA¹²⁴. Visualizamos esta conduta com base num duplo objectivo que Kennedy, à partida,

¹²² Rodrigues, Luís Nuno (2000), “As Negociações que Nunca Acabaram, A renovação do acordo das Lajes em 1962”, *Penélope*, 22, pp. 56-57.

¹²³ Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar: O leão e a raposa*, (s.l.) Círculo dos Leitores, p. 256.

¹²⁴ U.S. Department Of State – Office of the Historian, Foreign Relations of the United States, 1961–1963. Volume XIII, Western Europe and Canada, Document 327: National Security Action

terá estabelecido: primeiro, não perder espaço de manobra junto dos movimentos de libertação face ao alargamento da esfera de influência soviética nos territórios africanos e asiáticos e, em segundo lugar, não romper em definitivo com Salazar face aos interesses americanos nas Lajes.

Apesar da prudência que a situação aconselhava, a tensão instalou-se no seio Departamento de Estado norte-americano, havendo quem optasse por uma radicalização do discurso relativamente a Portugal, nomeadamente o “capitão dos africanistas”, Mennen Williams¹²⁵. Num encontro com este político norte-americano, em 28 de Setembro de 1961, o embaixador português nos EUA, Teotónio Pereira, teve a oportunidade de “provar na pele” esse tom acusatório. Williams, caracterizado pelo diplomata português como um homem “arrogante e agressivo”, tinha feito nas vésperas, em Filadélfia, um discurso bastante cáustico para com a política africana portuguesa constituindo-se esse o tema central da conversa. Foi uma “discussão viva e com alguma irritação de parte a parte”: Williams patenteando a sua inclinação para as “ideias fixas” que o moviam e do lado, do embaixador português, a “firme insistência” em anular essas ideias a respeito de Portugal. Williams, que considerava que “toda a África estava a arder em febre nacionalista”, questionou Teotónio Pereira sobre os acontecimentos de Fevereiro, em Luanda, uma vez que, segundo as informações que possuía, tratava-se de uma “rebelião no sentido clássico e com a participação de elementos angolanos”. O embaixador português não se deu por vencido e contra-argumentou com a sua a sua própria leitura dos eventos: “a prova que não existia revolução em Angola assentava justamente na limitada área envolvida em comparação com a calma restante e lealdade da grande massa da população”. Na continuação das perguntas de “ordem política, económica e social” que lhe eram colocadas, referiu-se minuciosamente à “larga autonomia administrativa” que o regime já implementara nos seus territórios ultramarinos e, para finalizar, retorquiu contra o pessimismo evidenciado por Mennen Williams com base nos episódios mais recentes do Congo: “se forem por diante políticas como a das Nações Unidas no Katanga toda a África pode arder”¹²⁶.

Memorandum N. ° 60, July 18, 1961. Department of State, NSAMs: Lot 72 D 316. (online). Disponível em: history.state.gov/historicaldocuments.

¹²⁵ A expressão é de José Freire Antunes. Antunes, *José Freire (1992), Kennedy e Salazar: O leão e a raposa*, (s.l.) Círculo dos Leitores, p. 257.

¹²⁶ AMU - Maço 930 – Processo QQ-7-0: Relato do encontro do Embaixador português em Washington com o Senhor Mennem Williams Secretário de Estado Adjunto para os negócios de África, (28/10/1961).

Esta corrente, protagonizada por Mennen Williams foi perdendo protagonismo e no final do ano já se vislumbravam alterações, sendo que, em 1962 já os “europeístas” reinavam no departamento de Estado. Em 1961, quando Teotónio Pereira assumiu a Embaixada portuguesa em Washington e quando, dias antes do encontro com Mennen Williams (15 de Setembro), apresentou as suas credenciais ao presidente americano, foram, desde logo, debatidos os temas que George Ball viria a negociar com Franco Nogueira e Oliveira Salazar dois anos mais tarde, nomeadamente a questão da auto-determinação das províncias ultramarinas, o factor “tempo” para a descolonização e, finalmente, a consulta popular, para que o povo se pudesse manifestar, através de um plebiscito. Num relato fiel do que se passou e se falou nesse encontro, redigido pelo próprio embaixador Teotónio Pereira imediatamente a seguir à visita, conseguimos obter uma leitura perfeita dos fundamentos da acção política dos EUA, durante a administração Kennedy, relativamente à política ultramarina portuguesa e à proliferação do bloco soviético e chinês em África. O embaixador começou por fazer alusão à nota introdutória do encontro feita pelo Presidente americano, que se resumiu às manifestações de amizade e cordialidade nas relações com Portugal justificando, logo de seguida, o que tinha acontecido, nas Nações Unidas, no dia 31 de Agosto, durante a votação da resolução S/5380, que rejeitava o conceito de “províncias ultramarinas”. Preocupava-o o facto de ter surgido, durante o seu consulado, “uma sombra nas relações e que os portugueses ficassem tão feridos com o voto americano nas Nações Unidas”. De seguida, estendeu-se na conhecida tese do “despertar de África” e explicou que não era intenção do Governo americano “dificultar a vida a Portugal nem sentia senão amizade a nosso respeito”. No entanto, os factos apresentavam-lhe “realidades independentes da sua vontade”. Evocou o caso da Argélia por se ter convencido que, caso não se tivesse dado a independência àquele Estado africano, mais depressa se obteria a sua “sujeição à política do bloco comunista” e, com base na tese de Dean Rusk, insistiu: “não fora a América que suscitara o debate nas Nações Unidas. Vira-se obrigada a tomar certas posições para evitar que a Rússia aparecesse como a protectora das novas nações”¹²⁷.

Foi com base nesta tese que, o embaixador norte-americano em Lisboa, Charles Burke Elbrick, no início de Agosto, esclareceu verbalmente que o apoio americano ao “conceito de autodeterminação” não estava relacionado com um auxílio efectivo a “acções intervencionistas ou expansionistas” contra as províncias ultramarinas portuguesas. Antes

¹²⁷ AMU - Maço 930 – Processo QQ-7-0: Relato do encontro do Embaixador português em Washington com Presidente Kennedy, (15/10/1961).

pelo contrário, os EUA iriam sempre contestar, no “plano político, diplomático e das Nações Unidas”, qualquer tipo de “ataques depredatórios” sobre os territórios portugueses. Simplesmente, estas declarações não tinham, para o Governo português, qualquer “valor político”, se não fossem redigidas e tornadas públicas, algo que o embaixador americano não poderia assumir¹²⁸.

Voltando ao encontro de Washington, Teotónio Pereira, conhecedor desta linha de argumentação, uma vez que a tinha escutado da boca do próprio Elbrick dias antes de embarcar para os EUA, continuou a fazer uso do discurso oficial do regime. Destacou a abolição do estatuto dos indígenas como forma de comprovar o domínio e a responsabilidade de Portugal. O Presidente Kennedy introduziu o tema do “Princípio da Auto-determinação”, nos seguintes termos: “tinha Portugal em vista levar por diante a progressiva aplicação dos princípios da auto-determinação?”. O embaixador português também insistiu nas medidas que já tinham sido tomadas relativamente aos nativos, sublinhando que todos os habitantes de Angola tinham agora “os mesmos direitos que todos os restantes portugueses” e, dessa forma, todos ficariam integradas no “sistema geral da representação nacional”. Logo de seguida Kennedy fez a pergunta que, possivelmente, menos se esperava: “Estava Portugal disposto a uma consulta em Angola?”. E dessa vez, Teotónio Pereira, não só respondeu como lançou outro ponto no debate, a questão do “tempo”: Portugal sempre o recusou porque a época de fazer consultas particulares a uma parte da Nação, há tantos séculos portuguesa, já tinha passado a ideia de um plebiscito era, de certo modo, como pedir a Kennedy, que consentisse uma consulta igual a um dos seus primeiros estados americanos. “A prova estava feita há muito tempo e renovava-se na vida de cada dia e na própria mecânica da Constituição. Brevemente teríamos nós eleições em todo o território português”. A conversa já ia longa mas não terminou sem o Presidente americano voltar a frisar a ideia de que do lado da América não havia o menor desejo de ferir ou ignorar Portugal “mas era terrível a situação mundial e havia agora que contar com as 25 nações em África que pesavam fortemente no concerto internacional”. O embaixador não deixou o Presidente sem resposta e, mais uma vez, numa alusão clara aos acontecimentos do Congo perguntou-lhe directamente se o considerava preparado para ser uma nação? a resposta foi imediata: “não”. A leitura do embaixador

¹²⁸ Nogueira, Franco (1984), *Salazar, Vol. V, A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora, p. 315.

português continuou através de um esboço catastrófico, face ao que se seguiria a um eventual abandono de Angola: “viria o caos total e por detrás dele a Rússia. E talvez a China”¹²⁹.

Estavam desta forma reveladas, oficialmente, as linhas de acção da política americana relativamente a Portugal, que materializavam uma espécie de “apoio escondido”. Este posicionamento americano face à questão portuguesa, que o historiador Luís Nuno Rodrigues caracterizou como “relativamente moderado”¹³⁰, foi sendo aprimorado ao longo dos anos de 1962 e 1963 e gerou uma expectativa de entendimento que se viria a gorar, tal como iremos ver mais à frente, com a visita de George Ball a Lisboa. Sem querermos ignorar os conhecidos episódios que marcaram o relacionalmente entre os EUA e Portugal durante este período, parece-nos claro que a administração Kennedy não se constituiu, nos diferentes fóruns internacionais, o fiel amigo do regime português mas também não foi seu o principal inimigo.

Já em 1962, Manuel José Homem de Melo, na sua obra *Portugal o Ultramar e o Futuro*, proclamava o seu espanto perante a rigidez intelectual de homens, que considerava indiscutivelmente inteligentes, mas que chegavam a pensar que poderia ser Portugal o “líder do Ocidente, ditando a política e a estratégia geral” que este deveria adoptar. Segundo este advogado e antigo deputado da Assembleia Nacional, naquela época, “pretender alterar determinados pontos da concepção global adoptada por Washington, com a aprovação maciça de todo o mundo, como seja convencer a Casa Branca e o Departamento de Estado a abandonar o anticolonialismo”, significava “viver agarrado a quimeras de catastróficas consequências”¹³¹.

Como se vê, “avisos à navegação” não faltaram, mas a introdução de uma dinâmica diferente na tendência integracionista do regime nunca foi consumada. Objectivamente, apesar de ter sido numa lógica de defesa dos interesses americanos no mundo, o que é um facto é que Kennedy tentou ajudar, como mais nenhum líder internacional, Salazar a encontrar uma outra solução para o futuro do Ultramar. Simplesmente, Salazar vivia obstinadamente agarrado a uma utopia que lhe estava a guardar um fim, verdadeiramente, dramático, e nesse contexto, nunca terá mostrado disponibilidade para legitimar a política ultramarina portuguesa a partir de Washington.

¹²⁹ AMU - Maço 930 – Processo QQ-7-0: Relato do encontro do Embaixador português em Washington com o Presidente Kennedy, (15/10/1961).

¹³⁰ Rodrigues, Luís Nuno (2002), *Salazar-Kennedy, A Crise de uma Aliança*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 292.

¹³¹ Mello, Manuel José Homem de (1962), *Portugal o Ultramar e o Futuro*, Sintra, edição do Autor, p. 81.

Entretanto, nos primeiros dias do mês de Agosto de 1961, Portugal tomou conhecimento que Governo da União Indiana tinha a intenção de “integrar, como territórios seus, os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar Aveli”. De imediato, Lisboa decidiu contestar, no plano estritamente político, esta atitude, uma vez que “no plano dos factos” não havia como contrariá-la. De acordo com esta linha de acção, a 11 de Agosto de 1961, através Embaixada brasileira em Nova Deli, que representava os interesses portugueses na União Indiana, Portugal comunicou ao Governo indiano que, em conformidade com a sentença de 12 de Abril de 1960 do Tribunal Internacional de Haia (TIH), tinha adquirido o “direito de passagem entre os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e o território de Damão litoral, aceitando que a União Indiana tivesse a faculdade de regulamentar o exercício desse direito sem no entanto o destruir”. A atitude indiana provocou uma forte reacção do Governo português junto dos diferentes actores do SPI, com o intuito de se expor aquilo que, no seu entendimento, representava a “duplicidade indiana” e a “hipocrisia do primeiro-ministro Nehru”. Durante o mês de Agosto e nos meses que lhe seguiram, o “calor político” não parou de aumentar tendo, para isso, contribuído a declaração que Nehru proferiu no seu parlamento: “no contexto do que está a acontecer nas colónias portuguesas noutros continentes e em Goa, o que acontece produzirá uma nova situação que imporá um novo exame”; e, ainda, o facto de se terem intensificado os rumores relativamente a um possível ataque contra Goa, situação que se viria a decidir nos primeiros dias de Dezembro. Salvar o Estado Português da Índia era o objectivo do Governo português e, para o conseguir, a diplomacia portuguesa serviu-se de todos os instrumentos que dispunha: tentou-se uma tomada de posição por parte da administração norte-americana, recorreu-se à antiga aliança inglesa e, por último, ao Brasil. Tudo isto fez parte de um pacote de diligências que não tiveram o efeito pretendido e, na verdade, a 18 de Dezembro desse mesmo ano, o Governo da União Indiana concretizou as suas ameaças: forças militares indianas invadiram Goa, Damão e Diu, derrotando em pouco tempo as reduzidas guarnições militares portuguesas. Tentou-se o apelo à ONU “no primeiro dia da invasão de Goa e pouco tempo depois de esta começar”, mas a condenação da atitude da União Indiana resvalou no veto da URSS. Sem se poder pôr em causa a força destas iniciativas, provou-se que os apoios americanos e ingleses tinham os seus limites. Isso mesmo terá admitido Oliveira Salazar quando se referiu à “impotência dos grandes para defender o Direito”¹³².

¹³² Nogueira, Franco (1984), *Salazar – Volume V, A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria

Internamente, e no rescaldo político da invasão de Goa, Salazar considerou o golpe sofrido como um dos maiores desastres da nação e o seu sentimento ficaria registado num discurso, na Assembleia Nacional, em Janeiro de 1962: “Toda a nação sente na sua carne e no seu espírito a tragédia que se tem vivido, e vivê-la no seu seio é ainda uma consolação, embora pequena, para quem desejaria morrer com ela”¹³³.

Foi também durante este período que emergiu, no Norte de Angola, a conflitualidade armada com os movimentos de libertação que actuavam nas Províncias Ultramarinas portuguesas. Podemos dizer que a guerra subversiva surgiu na 2ª GM com o aparecimento dos movimentos de resistência à ocupação nazi mas foi apenas com as correntes de descolonização do pós-guerra, impulsionadas pelas super-potências, que se passou “à subversão, à chamada guerra revolucionária em grande escala”. Este tipo de guerra consistia numa luta contínua marcada por um contacto militar muito irregular e onde o objectivo passava, essencialmente, por desgastar psicológica e moralmente o adversário, de forma a retirar-lhe a vontade de combater¹³⁴.

Em África, durante a década de 1950, reinavam os ideais defendidos em Bandung, na Indonésia, em 1955. Foram 29 os países que aí se juntaram no âmbito de uma conferência que veio garantir “unidade e força política e ideológica ao movimento afro-asiático” que passou a representar a inspiração dos movimentos de libertação africanos que, naquele período, intensificaram a sua acção por todo o continente africano, com o apoio da URSS e com “uma certa expectativa benevolente” da parte dos EUA¹³⁵. Desenvolveram uma onda libertadora que confiava, profundamente, na “formação de um novo mundo”¹³⁶, de tal forma, que a tarefa

Civilização Editora, pp. 315-387.

¹³³ Apud, Nogueira, Franco (1984), *Salazar – Volume V, A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora, p. 387.

¹³⁴ Fernandes, Horta (2004), “A Estratégia entra na idade adulta: Do Pós-Guerra à Contra-Subversão em África”, em Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (orgs.), *Nova História Militar de Portugal. Vol. IV*, Lisboa, Círculo dos Leitores, p. 552.

¹³⁵ Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A Luta pela Independência, A Formação das elites Fundadoras da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC*, Mem Martins, Edição Inquérito, p. 104. “Os países aí reunidos chegaram a acordo relativamente aos princípios que se seguem: respeito pela integridade territorial e pela soberania, não agressão, não ingerência nos assuntos internos, igualdade e vantagens mútuas, coexistência pacífica”. Boniface, Pascal (2009), *Atlas das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano Editora, p. 20.

¹³⁶ Expressão de Franco Nogueira. Nogueira, Franco (1984), *Salazar, Volume V, A Resistência (1958-1964)*, Porto: Livraria Civilização Editora, p. 80.

de isolar os territórios africanos do processo internacional de descolonização era praticamente impossível. Para além deste enquadramento, importa referir, que o nacionalismo africano estava estreitamente ligado à tomada de consciência negra e manifestava-se numa pluralidade de formas, acabando a oposição às estruturas e ao próprio regime vigente em Portugal por se exprimir em movimentos anti-coloniais, que surgiam no meio estudantil, nas associações culturais e nas organizações religiosas, constituindo-se estas, como as principais precursoras dos movimentos independentistas. Para além disso, importa não esquecer que o processo de criação dos movimentos de libertação das colónias portuguesas tem raízes profundas na Primeira República, não terá sido por acaso que, em meados de 1925, teve lugar, em Lisboa, um congresso Pan-Africanista, que decorreu no seguimento de um movimento hostil na “imprensa operária”, que tinha como objectivo analisar a “exploração e das condições de vida das populações africanas”¹³⁷.

A realidade política do continente africano iria, desta forma, sofrer grandes transformações. Relativamente a Angola, que é o caso que nos interessa, foi a partir do “final da década de 1940” que começaram a surgir, em Luanda, “organizações políticas clandestinas” incentivadas por um emergente sentimento de contestação, que se instalara no seio de “angolanos que tinham acedido ao estatuto de assimilados” e que tinha como objectivo comum uma “oposição ao sistema colonial” vigente¹³⁸. O primeiro a ser criado foi o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1956, resultando da fusão do Partido Unido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA), que por sua vez tinha surgido em 1953, com o Partido Comunista de Angola (PCA). Em 1958, surgiu o Movimento para a Independência de Angola (MINA), que também viria a juntar-se à causa do MPLA. Até 1961 esta sigla aparece muito pouco porque estava estabelecido no seio dos elementos “mais evoluídos e conscientes do MPLA” que se deveria constituir “agrupamentos políticos diversos, até ao momento que aparecesse alguém para coordenar a sua acção”. Contudo, a consolidação deste movimento constituiu um processo lento, ao qual não será alheio as perseguições da PIDE à generalidade dos movimentos nacionalistas em 1959, que ficariam conhecidas pelo chamado “Processo dos 50” e que, no caso específico do MPLA, resultou

¹³⁷ Rosas, Fernando; Brito, J.M. Brandão de (1996), *Dicionário do Estado Novo, Vol II*, Venda Nova, Bertrand, p. 639.

¹³⁸ Cervelló, Josep Sanchez (s.a.), “MPLA, Dos primórdios à formação do movimento”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos de Gomes (orgs.), *Guerra Colonial, Angola, Guiné, Moçambique*, (s.l.), Diário de Notícias, p. 28.

numa amputação de “20 pessoas” aos seus quadros. Nesta altura, a actividade do movimento resumia-se à “organização de outros grupos”, “difusão de documentos”, “feitura e difusão de panfletos”, “elaboração de relatórios, “exposições e cartas dirigidas às autoridades” e “visitas a países vizinhos”, nomeadamente, ao “Congo Belga”¹³⁹.

Relativamente aos quadros superiores e intermédios do MPLA importa esclarecer que, ao contrário dos outros, terão tido a sua origem na “elite crioula” que se foi expandindo ao longo do tempo, através dos “laços estabelecidos entre os primeiros colonizadores portugueses e mulheres africanas”. Estas comunidades representavam uma verdadeira elite, porque os seus níveis de “riqueza e educação” legitimavam a sua posição privilegiada relativamente à restante população. No início da década de 1960, o “processo evolutivo” da coesão da sociedade crioula vai ser paralisado por “factores exógenos” no contexto da “assimilação” e que determinava, tal como já referimos, uma preponderância de um “povo sobre o outro” tomando, dessa forma, um sentido diferente ao esperado. Foi deste contexto e desta elite que os dirigentes do MPLA saíram. Por estes motivos a “teoria da criouldade” contribuiu, determinadamente, para a prevalência do MPLA no seio dos movimentos nacionalistas, “como único partido autorizado a ser verdadeiramente angolano”. Se juntarmos a esta circunstância o facto de o português constituir, ao contrário dos outros movimentos, a “língua materna da maioria dos elementos e o seu veículo habitual de comunicação”, conseguimos encontrar os motivos justificativos para o MPLA ser visto como o único movimento “capaz de olhar para a frente e de unir o país”¹⁴⁰. Para o historiador Fernando Pimenta, é aqui que emerge uma das grandes tendências da “historiografia em língua portuguesa sobre Angola” ao privilegiar o estudo do MPLA no âmbito da investigação sobre o nacionalismo angolano¹⁴¹. Quanto a nós, será a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), pelas suas ligações com Kinshasa e com Mobutu, que mais nos irá ocupar.

¹³⁹ Mateus, Dalila Cabrita (2004), *A PIDE/DGS na Guerra Colonial, 1961-1974*, Lisboa, Terramar, pp. 228-229.

¹⁴⁰ “No que respeita à sociedade crioula angolana, miscigenada biológica e culturalmente, o conceito que melhor se lhe ajusta seria o de grupos-status, que descreve “agrupamentos sociais cuja coesão é fundamentalmente devida a critérios de honra e de prestígio, isto é, a critérios de ordem social e cultural”. Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A Luta pela Independência, A Formação das elites Fundadoras da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC*, Mem Martins, Edição Inquérito, pp. 44- 51.

¹⁴¹ Pimenta, Fernando Tavares (2008), *Angola, os Brancos e a Independência*, Porto, Edições Afrontamento, p. 46.

Também foi na mesma altura, finais da década de 1940, que, no Norte de Angola, emergiram os “movimentos messiânicos e tribalistas” inspirados nos ideais de Simão Toco que veiculava o “fim da miséria e nova mensagem divina”. Apesar de ter sido preso em 1949, as suas crenças ganharam raízes nos “bacongos emigrados no Congo belga”, que se organizaram e criaram, em 1956, a Aliança do Povo Zombo (ALIAZO) que se viria a converter, em 1962, no Partido Democrático de Angola (PDA). No entanto, foi a União dos Povos de Angola (UPNA) liderada por Holden Roberto que em 1954, na capital do vizinho Congo belga, deu outra consistência ao “nacionalismo bacongo” ao estabelecer como “objectivo programático a independência do antigo Reino do Congo”, que abrangia o território de Cabinda. Em 1958, influenciado pelas ideias apresentadas por Nkrumah e Lumumba no Congresso dos Povos africanos, em Acra, Holden Roberto convenceu-se que era urgente “diluir a componente tribal” da sua organização e alterou a designação da mesma para União dos Povos de Angola (UPA). Em 1962, no âmbito de um processo evolutivo que visava a correcção da “sua conotação tribal”, a UPA volta a alterar a sua designação e transformou-se em FNLA. Ainda nesse mesmo ano, Holden Roberto, constituiu o Governo da República de Angola no exílio (GRAE) que, nos finais de 1963, é reconhecido pela OUA e pelos países africanos aí representados¹⁴². Esta situação irá obrigar Lisboa a reagir energicamente, por considerar que o GRAE não era mais do que um “um grupo residente em Léopoldville, conduzido por estrangeiros e pago por estrangeiros”. Para além disso, este episódio veio a ter consequências práticas nas relações entre Portugal e o Congo, na medida em que, o Governo português ordenou a retirada imediata do encarregado de negócios de Portugal da capital congoleza sob a ameaça de uma “revisão geral da sua atitude” relativamente aos problemas que envolviam os dois países¹⁴³.

No caso particular da UPA, importa analisar a forma como as movimentações de Holden Roberto junto da administração norte-americana influenciaram, negativamente, as relações bilaterais entre Portugal e os EUA. Os contactos foram particularmente intensos ao ponto, de Holden Roberto ter sido recebido no Departamento de Estado ainda antes do início da guerra, em Dezembro de 1960. Posteriormente, em Dezembro de 1961, também foi recebido na

¹⁴² Cervelló, Josep Sanchez (s.a.), “UPA/FNLA, Tribalismo e nacionalismo”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (orgs.), *Guerra Colonial, Angola, Guiné, Moçambique*, (s.l.), Diário de Notícias, pp. 28-29.

¹⁴³ Nogueira, Franco (1984), *Salazar – Volume V, A Resistência (1958-1964)*, Porto: Livraria Civilização Editora, p. 490.

Embaixada dos EUA em Léopoldville e na delegação norte-americana junto das Nações Unidas. Da parte da administração norte-americana, nomeadamente do seu secretário de Estado Dean Rusk, houve inclusivamente, ordens expressas para intensificar os contactos, de forma “aberta mas discreta” com Holden Roberto e com a UPA¹⁴⁴.

Numa entrevista concedida ao historiador José Freire Antunes, a 17 de Agosto de 1991, em Paris, Holden Roberto, revelou uma conversa, que data de 1959, entre este e o senador Kennedy, que espelha bem a cumplicidade que existia entre ambos: “(...) Estive duas horas a explicar a Kennedy o sentido da nossa luta em Angola. Concordámos que era preciso fazer alguma coisa para evitar que os comunistas tomassem conta do movimento de libertação de Angola”¹⁴⁵. Anos mais tarde, Holden Roberto, nas suas memórias, detalha um pouco mais este encontro. Kennedy, que segundo Roberto defendia abertamente a autodeterminação do povo argelino, ouviu atentamente aquele líder nacionalista angolano explicar-lhe que a “situação angolana era pior que a argelina”. No entanto, para espanto de Holden Roberto, aquele que seria o futuro presidente norte-americano não o aconselhou a promover uma guerra com Portugal. Para Kennedy, os principais sacrificados seriam o povo e as consequências seriam extremamente penosas. Holden, que acreditava que a guerra era a única “via para a libertação do jugo colonial português”, ouviu atentamente Kennedy a reiterar o interesse de ser o povo a decidir-se pelo recurso às armas, uma vez que o “povo é soberano”, tal como era preconizado na própria constituição americana. O encontro terminou com Kennedy a prometer a Holden Roberto que, caso ganhasse as eleições, iria ajudar Angola e Moçambique. Pouco tempo depois, Kennedy iria conceder dez mil dólares, para despesas, a Holden Roberto¹⁴⁶.

Kennedy estava bem colocado para assumir os destinos dos EUA e esta sua linha de acção política não deixou de causar preocupação ao Governo português. O ano de 1961 chegou, com ele cresceu a contestação à política ultramarina portuguesa e, em 1962, já Franco Nogueira via Portugal “virtualmente isolado” na cena política internacional sem o apoio dos

¹⁴⁴ Rodrigues, Luís Nuno (2004), “Orgulhosamente Sós”? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960, Comunicação apresentada ao 22º Encontro de Professores de História da Zona Centro, Abril de 2004, Caldas da Rainha. (online).
Disponível em: <http://www.ipri.pt/investigadores>.

¹⁴⁵ Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar: O leão e a raposa*, (s.l.) Círculo dos Leitores, p. 52.

¹⁴⁶ N’ganga, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano, As Memórias de Holden Roberto – I Volume (1923-1974)*, São Paulo-Brasil, Editora Parma, p. 83.

EUA, visivelmente esgotado por “fazer as coisas sem contrapartida do lado americano” e desacreditado das reais “intenções americanas”. Por tudo isto, por diversas vezes, decidiu tornar públicos estes contactos entre os EUA e as organizações nacionalistas africanas, e disso foi exemplo o encontro, em Lisboa, com o embaixador Elbrick, em Fevereiro de 1962, onde o ministro dos Negócios Estrangeiros português confrontou o diplomata americano com a cópia do documento, proveniente da Embaixada americana em Léopoldville, que compreendia o “texto de um acordo político entre os EUA e a UPA”, onde se descriminava, para além disso, “fornecimentos de armas e de dinheiro por parte daqueles a esta última”¹⁴⁷.

Meses mais tarde, desta vez em Washington, também não se coibiu de marcar a sua posição relativamente a este tema. Numa reunião, onde a estrutura governamental americana se fez representar por um dos seus secretários assistentes, William Tyler, Franco Nogueira obrigou o Governo americano a pronunciar-se sobre a recepção oficial a Holden Roberto e as suas actividades em solo americano sabendo, à partida, que aquele líder africano tinha instalado um gabinete e difundia propaganda impressa nos EUA. A declaração de William Tyller, perante o melindre da situação, passou por acalmar a animosidade do ministro português, prometendo que tal situação não voltaria a acontecer quer em Nova Iorque, na missão americana nas Nações Unidas, quer no Departamento de Estado. Relativamente ao segundo ponto, sem o negar, assumiu, no entanto, a sua impotência para fazer algo, perante a ausência de qualquer tipo de violação da lei dos EUA por parte de Holden Roberto¹⁴⁸.

Estas denúncias de nada serviram para dar outro rumo às relações bilaterais de Portugal e dos EUA. Se juntarmos a este episódio os que recordamos anteriormente, o caso do Santa Maria, o caso do golpe do general Botelho Moniz e a questão de Goa percebemos as dificuldades e as desconfianças que pairavam entre estes dois tradicionais aliados, durante este período. Para além disso, o caso particular de Holden Roberto, é esclarecedor quanto à forma como o Governo português se relacionou com os movimentos nacionalistas, ou seja, o modo de actuação do regime com estes actores sempre se traduziu numa recusa intransigente em admitir o diálogo, directo ou através de intermediários, para se encontrar uma solução pacífica para o problema que mais desgastava o regime internacionalmente: a questão do

¹⁴⁷ Nogueira, Franco (1979), *Diálogos Interditos, A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*, volume I, Braga-Lisboa, Editorial Presença, pp. 83-84.

¹⁴⁸ U.S. Department Of State – Office of the Historian: Foreign Relations of the United States, 1961–1963. Volume XIII, Western Europe and Canada, Document 348: Memorandum of Conversation, October 24, 1962. Department of State, Central Files, 033.5311/10-2462. Secret. (online). Disponível em: history.state.gov/historicaldocuments.

ultramar. Para além de sublinharmos esta intransigência, importa salientar a propagação do nacionalismo nas províncias ultramarinas portuguesas, apoiado pelos principais actores do SPI, fazendo jus ao que já se vinha assistindo por todo o continente africano: “chamem-lhe nacionalismo, chamem-lhe anticolonialismo, chamem-lhe o que quiserem, África está a viver uma revolução”¹⁴⁹.

Efectivamente, a Questão Colonial constituiu, durante este período, o centro das preocupações políticas do Governo de Oliveira Salazar. Quer este, quer o seu braço direito, Franco Nogueira, ambos puros realistas, moviam-se num palco onde os seus actores representavam os egoísmos de cada Estado e onde se envolviam numa luta titânica em defesa do que para estes sempre representou o ideário político do Estado Novo: a “manutenção do património ultramarino”. Partindo deste pressuposto os pilares da política colonial que se estabeleceram teriam, obrigatoriamente, de respeitar o “perfil histórico da nação, a consciência da conjuntura internacional que se enfrentava e a defesa dos interesses portugueses permanentes”. Ao assumir esta postura, Portugal passou a ser um obstáculo para os seus aliados, a sua intransigente posição relativamente à autodeterminação das províncias ultramarinas, prejudicava a imagem daqueles junto dos que aclamavam os “novos ventos da história”, constituindo-se a “ordem política e constitucional” do regime português como um desafio às “normas instituídas pelos chamados novos impérios”¹⁵⁰. Como é óbvio, esta rigidez intelectual iria chocar com a emergência do terceiro mundo e com a onda de independências que atrás dela veio, colocando o regime português numa situação extremamente delicada, e tendencialmente isolada, face à contestação que vinha do plano internacional.

Como síntese da análise que efectuámos, devemos considerar a linha de acção política do regime, no âmbito da questão colonial, em termos dos objectivos e das estratégias utilizadas para os concretizar. No contexto da onda independentista africana, das décadas de 1950 e 1960, a orientação política do Governo português caracterizou-se por um imobilismo absoluto, sem qualquer tipo de versatilidade que garantisse, ao regime, a possibilidade de acompanhar os novos “ventos de mudança”. Esta inexorabilidade de Oliveira Salazar, em termos de Ultramar, residia, em grande parte, na sua descrença nos processos democráticos, bem como na convicção de que uma consulta popular, no sentido de auscultar as populações

¹⁴⁹ Palavras do Presidente Kennedy. Apud, Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar: O leão e a raposa*, (s.l.) Círculo dos Leitores, p. 42.

¹⁵⁰ Nogueira, Franco (1979), *Diálogos Interditos, A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África, volume I*, Braga-Lisboa, Editorial Presença, pp. XIX - XXX.

relativamente à permanência de Portugal por terras de África, colocaria em perigo os princípios da Constituição de 1933. Para Salazar, o processo da democracia parlamentarista estava comprometido; a sua crise era universal e sendo os partidos os seus principais precursores, constatou que estes, para subsistirem, trabalhavam “contra a paz, a ordem e o interesse nacional e alguns mesmo, desgraçadamente, pelas suas ligações e entendimentos, contra a independência da Pátria”¹⁵¹. Esta era a sua convicção.

Para sustentar toda esta linha de pensamento, escolheu dois caminhos: um deles foi arquitectado com base no argumento da singularidade do colonialismo levado a cabo por Portugal que, segundo Salazar, estava sustentado no génio civilizador do povo português e assentava numa concepção de independência do território e da soberania e no desenvolvimento, em liberdade, dentro das fronteiras do proclamado império colonial português e diferente de todos os outros: “Entre as características dominantes do nosso nacionalismo e que bem o distinguem de todos os outros adoptados pelos regimes autoritários da Europa, está a potencialidade colonial dos portugueses, não improvisada em tempos recentes, mas radicada pelos séculos na alma da Nação”¹⁵².

O outro trilha baseou-se na teoria da conspiração que, sob a bandeira da reconhecida “solidariedade africana”, tinha como único objectivo expulsar Portugal de África, numa óptica de satisfação de interesses vindos, essencialmente, do bloco de leste: “(...) Quando portanto virmos que o Ocidente começa a compreender estar sendo minado pelo comunismo em África, cessará a coligação absurda, diríamos sacrílega, que tem mantido até agora, e as atitudes perante os problemas africanos passarão a ser diferentes”. A sua crença no perfil histórico da Nação era absoluto, bem como, a singularidade da acção colonizadora levada a cabo pelos portugueses. Não eram os interesses materiais o “essencial da acção portuguesa no mundo”, antes pelo contrário, estes foram prejudicados em detrimento do progresso das populações. Para Salazar havia, na Europa, quem já não acreditasse na “superioridade da sua própria civilização”, elemento que, no seu entender, legitimava os direitos e os deveres que

¹⁵¹ Parte de um discurso proferido por Oliveira Salazar em Novembro de 1932, na sala do Conselho de Estado, no acto de posse dos corpos directivos da União Nacional: As Diferentes Forças Políticas em Face da Revolução Nacional. Salazar, Oliveira (1948), *Discursos, Volume Primeiro (1928-1934)*, 4ª Edição, Coimbra Editora, Limitada. pp. 173-174.

¹⁵² Parte de um discurso proferido por Oliveira Salazar em Maio de 1934, na sala de Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão inaugural do 1º Congresso da União Nacional: O estado Novo Português na Evolução Política Europeia. Salazar, Oliveira (1948), *Discursos, Volume Primeiro (1928-1934)*, 4ª Edição, Coimbra, Editora Limitada. p. 375.

nos “impõem certo comportamento” para combater as “forças desintegradoras que do estrangeiro se infiltram no Ultramar”¹⁵³.

Foi assim que Oliveira Salazar praticou o culto do Império Colonial, sustentado num único objectivo, a integração dos territórios coloniais, com a forte convicção que isso contribuiria para estimular e desenvolver um espaço português de dimensão internacional. Não se tratava de nenhuma limitação intelectual para “entender o tempo em que vivia”, simplesmente, tal como Marcello Caetano viria a escrever, Salazar foi sempre “fiel aos princípios da sua filosofia política” e foi através deles que “analisou os acontecimentos e procurou desvendar o futuro”¹⁵⁴. E esta foi a pesada herança de Marcello Caetano.

2. MARCELLO CAETANO E O FEDERALISMO

Antes de entrarmos, propriamente no período de vigência do Governo de Marcello Caetano, com o intuito de encontrarmos as origens das suas convicções em termos de matéria colonial, decidimos tentar descobrir, no seio do quadro político anteriormente apresentado, a génese das suas convicções em termos de matéria colonial.

Quando, em 1944, proferiu o seu discurso de tomada de posse como ministro das Colónias, percebeu-se que o modelo governativo que Marcello Caetano preconizava para as colónias poderia trazer algo de novo relativamente ao que tinha sido instituído em 1933 com o Acto Colonial e, por isso mesmo, foi recebido com alguma expectativa no seio da sociedade portuguesa. Apesar de continuar a defender a “continuidade da política colonial do Estado Novo”, fez questão de esclarecer este conceito: “continuidade não quer dizer imutabilidade. Continuar é adaptar e desenvolver o pensamento essencial todas as vezes que as circunstâncias o exigiam. O homem é o mesmo desde que nasce até que morre, a sua identidade persiste e, todavia, veja-se quando ele muda – só porque vive!”¹⁵⁵. Mas qual era o berço de toda esta irreverência?

Foi logo após a independência brasileira, que se começou a veicular o sonho dos “Estados Unidos de Portugal” no âmbito de um projecto de inclusão territorial que englobava “Portugal

¹⁵³ Salazar, Oliveira (1967), *A Política de África e os seus Erros*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, pp.11-13.

¹⁵⁴ Caetano, Marcello (1977), *Marcello Caetano, Minhas Memórias de Salazar*, 2ª Edição, Brasil, Verbo, p. 273.

¹⁵⁵ Caetano, Marcello (1944), Acto de posse de S. Ex.^a o Ministro das Colónias: discurso do Sr. Prof. Marcelo Caetano, *Boletim Geral das Colónias*, (online), 230-231, p.12.
Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt>.

e as possessões ultramarinas em África, Ásia e Oceânia”. Em 1884, “um funcionário público, liberal e escritor” aconselhou a constituição de “assembleias locais eleitas nos vários territórios ultramarinos”, com a autonomia suficiente para nomearem os seus próprios administradores que ficavam responsáveis pelos assuntos financeiros e pelo controlo dos seus técnicos supervisores. Por sua vez, o governador-geral, eleito pela metrópole, apenas poderia interferir em “último recurso”, situação que promovia uma representação mínima do ultramar no parlamento metropolitano. Era uma ideia inspirada nos “domínios e comunidades britânicas”, cujo modelo não previa uma “representação dos territórios ultramarinos no parlamento britânico”. No século seguinte, este modelo passou a fazer parte de um quadro teórico de referência para importantes académicos portugueses, nomeadamente, Marnoco de Sousa, Nobre de Melo e Ruy Ulrich. Os três professores de Direito da Universidade de Coimbra aprofundaram o tema com base num estudo comparado das administrações coloniais que destacava a primazia do “modelo financeiro, económico e cívico britânico” e, a partir daí, passaram a recomendar um conjunto de medidas que “convergiam” no sentido de se garantir, pelo menos a algumas colónias, uma certa autonomia financeira, administrativa e política que incluísse assembleias locais com o objectivo de as tornar “prósperas e auto-governadas” e com “uma comunidade portuguesa a emergir no longo prazo”¹⁵⁶.

Marcello Caetano foi um académico e, enquanto docente do Curso de Administração Colonial, tinha um conhecimento detalhado não só deste modelo colonial, mas também do francês e do belga. Para além disso, conhecia inúmeros casos da “vida pública do Ultramar português” e tinha uma visualização razoável da localização das “cidades, regiões, pessoas e factos”, fruto da viagem de estudo que efectuou às colónias no verão de 1935. Ou seja, quando Marcello Caetano assumiu a pasta das colónias, a sua formação de base para o desempenho da função, tinha sido construída a partir de uma experiência adquirida enquanto académico e vogal do Conselho do Império Colonial e, ainda, da observação in loco da realidade africana¹⁵⁷.

Foi um convite que lhe foi endereçado por Salazar, em Setembro de 1944, mas que só foi aceite com a condição que algo tinha que ser feito no sentido de reduzir o “carácter centralizador” da política colonial do regime. Marcelo Caetano assumiu-se prontamente como

¹⁵⁶ Martins, Hermínio (1998), “O Federalismo no Pensamento Político Português”, *Penélope*, 18, pp. 20-21.

¹⁵⁷ Castilho, José M. Tavares (2012), *Marcelo Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina, pp. 189-201.

“um convicto da autonomia das colónias”, mas Salazar não recuou. Antes pelo contrário, concordou que era preciso “impor reformas moralizadoras e ordenadores” por considerar que a “administração das colónias estava num caos”¹⁵⁸.

As tendências explicativas deste convite residem no afastamento de um homem que, já nesta altura, carregava consigo a auréola de alguém que não se coibia de expor as suas ideias, mesmo que elas fossem contrárias às do presidente do Conselho. Esta tomada de posição perante Salazar, era disso um bom exemplo e fazia indiciar que algo de novo aí vinha. Mas essa frontalidade não era sinónima de afrontação ou de ruptura, mas sim, a forma “do amigo incómodo”¹⁵⁹ expor as suas convicções, “no propósito de promover uma evolução progressiva do regime”¹⁶⁰. E por esse motivo, no curto discurso de tomada de posse como ministro das colónias a ideia central foi moderação, ao assumir uma preocupação em “assegurar a continuidade da política colonial do Estado Novo” com a convicção que “continuidade não quer dizer imutabilidade”¹⁶¹. E foi com o “intuito de fazer a descentralização governativa que as circunstâncias aconselham”, que inaugurou a sua actividade no ministério, tendo como uma das suas primeiras iniciativas a elaboração de “uma proposta de lei de alterações à carta Orgânica do Império”. No seu entender o “sistema das delegações” era de “legalidade duvidosa” e não produzia o “efeito político desejado”¹⁶² e, por isso mesmo, era “partidário de grande autonomia dos governadores mas sem embargo de estes deverem submeterem-se à orientação superior do Governo e da fiscalização assídua – indispensável a todas as funções governativas mas muito mais aos governos coloniais”¹⁶³.

Portanto, é com este espírito que parte para o seu périplo africano, em Junho de 1945. A sua primeira paragem foi na Guiné e logo aí, durante um discurso que na sua essência serviu para apresentar o novo governador, Sarmento Rodrigues, assumiu a necessidade de edificar um sistema administrativo em “que as colónias se governam nas colónias e na metrópole, e

¹⁵⁸ Caetano, Marcello (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, 2ª Edição, Brasil, Verbo, p. 182.

¹⁵⁹ A expressão é do próprio Marcello. Caetano, Marcello (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, 2ª Edição, Brasil, Verbo, p. 261.

¹⁶⁰ O desígnio que também sugeriu às forças oposicionistas ao regime, em 1945. Caetano, Marcello (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, 2ª Edição, Brasil, Verbo, p. 247.

¹⁶¹ Apud, Castilho, José M. Tavares (2012), *Marcelo Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina, p. 188.

¹⁶² Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar, em 7 de Outubro de 1944. Antunes, José Freire (1994), *Salazar e Caetano, Cartas Secretas-1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, p. 126.

¹⁶³ Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar, em 23 de Novembro de 1944. Antunes, José Freire (1994), *Salazar e Caetano, Cartas Secretas-1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, p. 134.

tanto melhor quanto mais perfeitamente se consiga que sejam as mesmas pessoas a ver nos dois pólos da governação os problemas a resolver”. Por tudo isto impunha-se o ressurgimento das conferências dos governadores coloniais e a implementação regular de visitas por parte dos ministros do Governo às colónias. Não se tratava de um modelo que prognosticasse o corte umbilical com a metrópole, antes pelo contrário, para Caetano, “muitas circunstâncias e conveniências da política ultramarina só podem ser devidamente apreciados na capital do Império”¹⁶⁴. O que aqui estava em causa não era só uma simples descentralização administrativa nas colónias, para Marcello, “numa sociedade ainda mal estruturada”, era essencial disciplinar o poder governativo das colónias a partir de um reforço do poder metropolitano¹⁶⁵. Este era o ideário governativo de Caetano para as colónias, que muito se aproximava do modelo federalista britânico.

Neste período, a conjuntura alterou-se com as convulsões de 1945, com o despertar do ideal social e político dos povos africanos e asiáticos, baptizado com a assinatura da Carta das Nações Unidas, e que mais tarde viria a conduzir aos processos de descolonização. Esta nova conjuntura apresentava-se, para Marcello Caetano, como um novo desafio para o qual a Nação teria que encontrar uma resposta adequada para mostrar à comunidade internacional que Portugal estava disponível a assumir uma alteração estratégica à sua política colonial. No contexto da revisão constitucional de 1945¹⁶⁶, “preparou a proposta de alteração do Acto Colonial com o respectivo relatório”¹⁶⁷, mas o imobilismo Oliveira Salazar era um obstáculo difícil de ultrapassar: “Colonização. Esperava, outro dia, abordar este assunto. V.^a Ex.^a anunciou um largo programa de colonização ultramarina. Conforme tenho dito publicamente,

¹⁶⁴ Caetano, Marcello (1946), *Alguns discursos e relatórios – viagem ministerial a África em 1945*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, p. 8.

¹⁶⁵ Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar, em 23 de Novembro de 1944. Antunes, José Freire (1994), *Salazar e Caetano, Cartas Secretas-1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, p. 134.

¹⁶⁶ As alterações propostas ao Acto Colonial “deixavam de lado o problema da terminologia, contentando-se com alterações menores sobre o artigo 27.º, relativo à competência legislativa do governo, sobre o artigo 28.º, consagrado à forma e à publicação dos actos legislativos, enfim, sobre o artigo 40.º, referente à intervenção do ministro das Colónias em matéria de elaboração e de aprovação dos orçamentos das colónias”. Léonard, Yves (1999), “O Ultramar Português”, em Francisco Bethencourt e Kurti Chaudhuri (direcção), *História da Expansão Portuguesa, Volume 5, Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Navarra-Espanha, Círculo dos Leitores, p. 34.

¹⁶⁷ Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar, em 17 de Março de 1945. Antunes, José Freire (1994), *Salazar e Caetano, Cartas Secretas-1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, p. 153.

não sei gizá-lo (como obra de colonização estadual, dirigida), nem dirigi-lo. Gostava, pois, de expor o meu ponto de vista a V.^a Ex.^ª”¹⁶⁸.

No entanto, é importante sublinhar que, durante o seu curto período de vigência à frente do ministério das Colónias (1945 a 1947), pouco se acrescentou à da questão da descentralização das colónias. Foram outros temas, relacionados com a “gestão ministerial”, que mais ocuparam o seu tempo à frente do ministério: mandou fazer um inquérito aos organismos que dependiam do seu ministério, tendo em vista a resolução das inúmeras queixas apresentadas; inauguração da “Sociedade de Propaganda de Portugal” para resolver a inoperância do “noticiário metropolitano na imprensa do Ultramar e o deste na imprensa da Metrópole”; a “reforma dos serviços de saúde do Ultramar”; criou a Missão de Estudo e Combate à doença do sono da Guiné”; e o Fundo de povoamento destinado a financiar tudo quanto pudesse interessar ao desenvolvimento da colonização dos territórios africanos”¹⁶⁹.

Foi este último, aquele que representou, para o então ministro das Colónias, um dos problemas “mais importantes e urgentes a encarar”, fomentando “um grande debate entre “políticos e especialistas” centrado em torno de “duas teses: colonização livre ou colonização dirigida?”. Para Caetano, a solução para o “problema da colonização europeia dos territórios africanos” estava numa outra intermédia às outras duas: “colonização livre regulada”. No seu entender, o Estado deveria ser responsável por erguer as “infraestruturas” necessárias ao bom funcionamento dos diversos sectores de actividade e, só depois, auxiliar quem, voluntariamente, manifestasse interesse em rumar para as colónias. Porém, estes colonos deveriam ser escolhidos de um universo de indivíduos que demonstrassem ter uma “preparação profissional que os tornasse úteis ao desenvolvimento económico e social dos territórios e, até, se possível, algum capital”. Era fundamental para o “progresso” das colónias o envio de “técnicos” com capacidades para aperfeiçoar os “processos de trabalho, aproveitar as riquezas da terra, ajudarem os nativos a se elevarem a eles próprios”. Ou seja, para Caetano, este processo não se podia “fazer em massa, mas sim à medida que as condições económicas e sociais” o permitissem. Nada disto se viria a concretizar. Foi o próprio Marcello Caetano que assumiu o malogro do processo de colonização do regime, ao constatar que, após a sua saída do ministério e com os “processos de pedidos de passagem de colonos” a acumularem-se, a solução encontrada passou por fretar “um navio para Angola e outro para

¹⁶⁸ Carta de Marcello Caetano a Oliveira Salazar, em 28 de Novembro de 1945. Antunes, José Freire (1994), *Salazar e Caetano, Cartas Secretas-1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, p. 166.

¹⁶⁹ Caetano, Marcello (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, 2ª Edição, Brasil, Verbo, pp. 191-196.

Moçambique” e enchê-los de “gente”, fazendo-os desembarcar na costa sem qualquer tipo de critério¹⁷⁰.

Este seu ideário de colonização não era alheio ao seu modo de observar a possibilidade de os africanos governarem sem o auxílio da técnica e de capitais alheios como uma autêntica miragem, essencialmente, por duas ordens de razões: o atraso da sociedade africana e o estabelecimento do bloco de leste em África¹⁷¹. Relativamente ao primeiro, este seu ponto de vista assenta numa orientação académica que assume a “dominação colonial”, ou seja “a desigualdade fundamental e permanente entre a metrópole e as colónias”, com base na questão das desigualdades políticas, económicas e culturais. No caso da política, tratava-se de um “eufemismo”, pois a colónia não tinha qualquer “personalidade reconhecida”, uma vez que pertencia “integralmente à metrópole”. A económica manifestava-se no facto de os povos das colónias não terem “capitais” próprios, o que significava que eles tinham que vir da metrópole e que os rendimentos teriam que ser para aí conduzidos. Quanto à desigualdade cultural, estabelecia-se na circunstância de ser a Europa o veículo da civilização ao incutir as suas “ideias” e ao impor “valores” através do seu “sistema de ensino” algo, que ao contrário, nem sequer existia¹⁷². O estatuto político das populações locais era o da “menoridade absoluta”¹⁷³, como teve oportunidade de escrever em 1954, pelo que “os europeus teriam que justificar a razão da sua presença pela valorização da terra e pela educação dos indígenas”¹⁷⁴, indivíduos que, para Caetano, não conseguiram passar do estágio cultural atrasado em que se encontravam. Por isso mesmo, a acção portuguesa nas colónias deveria basear-se em “educar a população indígena, de acordo com as nossas tradições, para que seja nossa colaboradora na obra do desbravamento e valorização da Colónia” exigindo-se uma “coexistência das duas sociedades - a dos brancos e a dos pretos -, cada qual com as suas características e no seu estágio de civilização, proporcionando-se ao grupo mais atrasado todas as condições de progresso, mas sem deixar de intervir, e influir, na vida e na sorte do outro grupo, mais

¹⁷⁰ Caetano, Marcello (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, 2ª Edição, Brasil, Verbo, pp. 194-195.

¹⁷¹ Caetano, Marcello (s.a.), *Ensaaios Pouco Políticos*, Lisboa, Editorial Verbo, pp. 53-55.

¹⁷² Apud, Castilho, José M. Tavares (2012), *Marcelo Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina, p. 190.

¹⁷³ Castilho, José M. Tavares (2012), *Marcelo Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina, p. 193.

¹⁷⁴ Caetano, Marcello (1954), “Angola e Moçambique”, *Boletim Geral do Ultramar*, ano 30, 349-49, p. 99.

civilizado”¹⁷⁵. Nestes princípios identifica-se a “ideologia colonial de Marcello Caetano” e neles se sustenta a maior crítica que alguns historiadores lhe fazem em termos de matéria colonial, pois é nestas questões que conseguem identificar a afirmação do seu “segregacionismo racial”¹⁷⁶.

No que diz respeito ao estabelecimento do bloco de leste em África, Marcello Caetano bebia por inteiro da retórica do regime, tal como o viria assumir em 1960, no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), num âmbito de uma conferência sob o tema “A África e o Futuro”: a retirada dos europeus corresponderia ao estabelecimento da influência da URSS e da China em terras de África e, com isso, viria o cerco estratégico, os oceanos Índico e Atlântico subtraídos, em grande parte, à possibilidade de controlo e o desaparecimento de grandes reservas de matérias-primas, sem falar na eliminação de grandes mercados potenciais¹⁷⁷.

Ou seja, em termos práticos houve pouca matéria nova. Só em 1948, já como professor de “Direito e Administração Colonial” na Faculdade de Direito de Lisboa, numa alusão aos novos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, o ideário de Caetano foi um pouco mais longe, acrescentando outras valências, nomeadamente, uma maior descentralização administrativa das colónias e uma participação mais activa das populações locais¹⁷⁸. Para Caetano, o destino político a dar às colónias deveria evoluir para uma sociedade onde brancos e negros coexistissem de uma forma organizada, uma vez que África, que tal como a conhecia, não estava preparada para instituir Estados soberanos herdados das concepções de Maquiavel, Bodin e Hobbes. Esbatendo um pouco o tema da desigualdade cultural continuava a insistir na questão do controlo centralizado.

Por ironia do destino, o princípio da guerra viria a dar-lhe outro fôlego e a dois de Fevereiro de 1962, a pedido de Salazar, por intermédio de Adriano Moreira, escreveu um memorial confidencial, sob a forma de um comentário às ideias do almirante Sarmiento

¹⁷⁵ Caetano, Marcello (1946), “Comunicação à Colónia em 7 de Setembro de 1945”, *Boletim Geral das Colónias*, 247-Vol. XXII, pp. 43-44.

¹⁷⁶ Castilho, José M. Tavares (2012), *Marcelo Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina, pp. 191-195.

¹⁷⁷ Caetano, Marcello (s.a.), *Ensaio Pouco Político*, Lisboa, Editorial Verbo, pp. 53-55.

¹⁷⁸ “(...) segundo o critério das Nações Unidas, se as potências coloniais devem sempre procurar encaminhar os territórios não-metropolitanos para um regime de auto-administração em que sejam ouvidos os desejos de todas as classes da população, não é contudo objectivo necessário da tarefa colonizadora a independência das colónias”. Caetano, Marcello (1948), *Portugal e o Direito Colonial Internacional*, Lisboa, Oficina gráfica Casa Portuguesa, p. 221.

Rodrigues¹⁷⁹, escrito em papel com o seu timbre, que recomendava uma evolução constitucional para o Ultramar português: a criação dos “Estados Portugueses Unidos”. Uma concepção sustentada num Estado federal que tinha como objectivo mostrar à comunidade internacional o desejo português de aderir aos “ventos de mudança”, garantido à diplomacia portuguesa “espaço de manobra” para melhorar o ambiente internacional¹⁸⁰. Mais uma vez, a intransigência do presidente do Conselho fez-se sentir e assistiu-se ao colapso de uma outra concepção para a política ultramarina portuguesa.

Importa daqui assinalarmos uma ténue tentativa de Marcello Caetano promover uma descentralização controlada no relacionamento das colónias com a metrópole. No entanto, também não nos podemos esquecer que essas ideias veiculadoras de uma relativa autonomia, estiveram sempre subjacentes ao princípio da dominação pelas desigualdades, facto que lhe garante um ideário de continuidade relativamente ao que era preconizado pelo regime personalizado por Oliveira Salazar. Este ponto é de considerável importância para, mais à frente, tentarmos perceber porque é que, enquanto Presidente do Conselho, se mostrou tão renitente ao diálogo, no sentido de solucionar os problemas que Salazar lhe deixou como herança: a guerra e a descolonização. Temas aos quais voltaremos mais à frente.

3. 1968 - A VEZ DE MARCELLO CAETANO

Compreender a acção política de Marcello Caetano, em termos de matéria colonial, exige, acima de tudo, uma leitura atenta da sua vastíssima obra literária lavrada enquanto académico, político e cidadão do mundo, em paralelo como uma outra, também ela de real valor científico, construída a partir de importantes testemunhos, documentos oficiais da época e de textos cuja sua génese vem de historiadores portugueses que se dedicaram ao estudo deste período da História mais recente de Portugal. Só assim conseguiremos atingir, de forma objectiva, as suas origens e influências, o seu valor e os seus equívocos, as suas opções e as

¹⁷⁹ Sarmento Rodrigues foi Ministro do Ultramar e Governador-Geral de Moçambique. No âmbito de um Conselho de Ministros restrito, Sarmento Rodrigues tinha recentemente feito uma proposta que passava por colocar todos os serviços nacionais subordinados a um Vice-Presidente do Conselho, que lhe parecia dever ser o Ministro do Ultramar, dirigindo um ministério de simples coordenação das administrações autónomas das províncias. Moreira, Adriano (2008), *A Espuma do Tempo, Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina, p. 279.

¹⁸⁰ Antunes, José Freire (1985), *Cartas Particulares a Marcelo Caetano*, 1.º Volume, Lisboa, Publicações D. Quixote, p. 30.

suas responsabilidades, bem como os resultados e as consequências das suas decisões políticas.

Sempre focados na evolução da questão colonial, começaremos pelo ambiente geral da vida política portuguesa quando a 3 de Agosto de 1968, no Forte Santo António do Estoril, Oliveira Salazar sofreu o célebre acidente que o incapacitou para o exercício das suas funções. Conforme tivemos oportunidade de analisar, nos últimos anos da sua governação o problema dominante era a política portuguesa para África e terá sido neste quadro que se desenrolaram as relações internacionais de Portugal com os diferentes actores do SPI. Era este o tema que aglutinava as atenções da vida política nacional, de tal forma que os estudantes universitários projectavam as suas carreiras “considerando o serviço militar”, os empresários desenvolviam as suas actividades em consonância com o “desenrolar dos acontecimentos em África” e o Governo, por sua vez, caracterizava a sua acção política “incrementando o diálogo entre a metrópole e os territórios ultramarinos”¹⁸¹.

A tomada de posse de Marcello Caetano que foi feita em S. Bento, a 27 de Setembro de 1968, na qual resumiu “as razões da aceitação da chefia do Governo” e, ainda, a sua interpretação relativamente aos conceitos de “continuidade e renovação”. Este segundo ponto interessa-nos de sobremaneira. Para Marcello Caetano a preocupação imediata era “assegurar a continuidade”, no entanto, “continuar” traduzia, no seu entender, “uma ideia de movimento, de sequência e adaptação”. Nesse contexto, a lealdade à doutrina de Salazar não devia resumir-se “com o apego obstinado a fórmulas ou soluções que ele algum dia haja adoptado”. Não terminaria sem deixar de fazer referência ao perigo que, em momento algum, poderia dar-se ao luxo de desprezar: os discípulos não se podem limitar a “repetir o Mestre, esquecendo-se que um pensamento tem de estar vivo para ser fecundo. A vida é sempre adaptação”¹⁸².

Efectivamente, o seu percurso profissional fez “emergir uma certa dualidade na imagem de Marcello Caetano”. De um lado, o “seu passado de pertença ao Integralismo Lusitano” e do outro, “algum distanciamento” assumido em determinadas alturas. De facto, era difícil verificar se esse afastamento correspondia a “um crescimento genuíno de dúvidas acerca das virtudes do regime autoritário” e com o tempo, a “ambiguidade da sua figura” foi ganhando forma até ao momento do seu discurso de tomada de posse. Marcello Caetano nesse acto

¹⁸¹ Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal (1933:1974, II Suplemento)*, Porto, Livraria Civilização, pp. 337-364.

¹⁸² Caetano, Marcello (1969), *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa, Verbo, pp. 15-20.

solene conseguiu difundir um texto que combinava as “garantias de que as principais políticas do regime de Salazar seriam mantidas, com declarações sobre a necessidade de reformas”, comunicando a sua vontade de continuar a reprimir o “comunismo” em África, com uma constante preocupação relativamente à “ordem pública” e, em simultâneo, prometendo a adopção de reformas consideradas necessárias para o País”¹⁸³. Ou seja, o resultado de um discurso onde o pragmatismo não reinou, só poderia ser um: a incerteza e a ambiguidade, fazendo prever um reinado extremamente difícil e sem a capacidade agregadora do seu antecessor.

A esta ambiguidade e a esta incerteza devemos juntar a cisão que existia na estrutura política do regime, assente em duas visões antagónicas para o país: para uns a continuidade para outros a renovação. Os primeiros, que estavam identificados como sendo os “conservadores” e “satisfeitos com a situação presente e receosos da mudança”, só aceitaram o nome de Marcello Caetano, depois de este garantir, perante as Forças Armadas, “que o seu governo não recuaria quanto à continuidade das guerras em África”¹⁸⁴. Relativamente a este facto histórico, importa lembrar que a importância que os militares granjearam com a guerra de África, segundo o historiador Medeiros Ferreira, está precisamente “bem expressa nas consultas que são feitas aos chefes militares quando da sucessão de Salazar na Presidência do Conselho”. A “pressão” dos militares foi real, Marcello Caetano cedeu à exigência sem “qualquer objecção”¹⁸⁵, tal como confirmou o próprio Américo Thomaz nas suas memórias, e ambos jogaram, desta forma a “comédia dos enganos da irredutibilidade quanto ao futuro dos territórios ultramarino”, uma vez que essa cumplicidade teve como consequência “a garantia da manutenção do esforço de guerra em África”¹⁸⁶. Por sua vez, os segundos agregavam o espírito reformista que defendia uma aproximação à Europa e que, por conseguinte, “mais

¹⁸³ Rodrigues, Luís Nuno (2009), “O crepúsculo da era Salazar: os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano”, em José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social, Portugal nos últimos dois anos*, Lisboa, ICS, pp. 575-576.

¹⁸⁴ Rodrigues, Luís Nuno (2009), “O crepúsculo da era Salazar: os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano”, em José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social, Portugal nos últimos dois anos*, Lisboa, ICS, p. 573.

¹⁸⁵ Thomaz, Américo (1983), *Última Década de Portugal, vol. III*, Lisboa, Fernando Pereira Editore, p. 298.

¹⁸⁶ Ferreira, José Medeiros (1992), *Comportamento Político dos Militares – Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, pp. 289-291.

ansiavam por mudanças”¹⁸⁷. Vejamos o que resultou desta ambiguidade no seio destas divergências.

Até meados de 1970, aproveitando um inegável apoio inicial no seio da opinião pública em geral, a acção governativa do Governo português estava orientada segundo a convicção de que “o instinto vital do país” teria que, obrigatoriamente, “exigir uma política de reformas e não o culto da subversão”. Era esta a exigência nacional que, segundo Caetano, o Governo teria que procurar responder “preparando e realizando as reformas, prevenindo e combatendo a subversão”¹⁸⁸.

Para levar a “bom porto” este seu projecto rodeou-se dos elementos necessários para constituir uma verdadeira “plataforma viabilizadora da nova fase do regime”. Indivíduos que sempre foram os seus seguidores no Estado Novo e que iriam ser colocados nos postos-chave do Governo e do partido (Dias Rosas, na Economia e nas Finanças, Baltazar Rebelo de Sousa, no Ultramar, Silva Cunha na Defesa, César Moreira Baptista, no Interior, Melo e Castro, na União Nacional); alguns independentes, pró-Europa, que aceitaram integrar as listas da União Nacional (UN) nas eleições de 1969, a conhecida “ala liberar” (Pinto Leite, Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Magalhães Mota, Miller Guerra, entre outros); alguns jovens, saídos dos grandes grupos económicos, conhecidos pelos tecnocratas (João Salgueiro, no Planeamento, Rogério Martins, na Indústria, Xavier Pintado, nas Finanças, Silva Pinto, nas Cooperações, Oliveira Martins, nos Transportes, Veiga Simão, na Educação); finalmente, alguns dos altos Comandos Militares (Costa Gomes, António de Spínola e Pereira Crespo)¹⁸⁹.

Com esta equipa implementou alguma dinâmica reformadora, através de um plano que passou por uma reforma administrativa assente “numa revisão de quadros e na simplificação dos processos de trabalho, de modo a melhorar as relações entre a administração e o Público e a permitir a remodelação dos vencimentos do funcionalismo”¹⁹⁰; por “um esforço no capítulo da educação”, que culminou com a reforma do ensino, de 1972, levada a cabo por Veiga

¹⁸⁷ Rodrigues, Luís Nuno (2009), “O crepúsculo da era Salazar: os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano”, em José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social, Portugal nos últimos dois anos*, Lisboa, ICS, pp. 573 e 577.

¹⁸⁸ Caetano, Marcello (1969), *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa, Verbo, p. 87.

¹⁸⁹ Rosas, Fernando (1999), “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.) *do marcelismo ao fim do império, revolução e democracia*, Lisboa, Notícias Editorial, p. 46.

¹⁹⁰ Caetano, Marcello (1969), *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa, Verbo p. 73.

Simão, assente numa “visão estratégica de que um cidadão mais culto é um cidadão mais livre”¹⁹¹; e pelo estímulo do desenvolvimento económico, nomeadamente, com a aprovação do “III Plano de Fomento para o ano de 1969, incentivando a política agrária, e a revisão e simplificação de circuitos comerciais”¹⁹². Sob o tema da “União Nacional na evolução”, assistiu-se a uma abertura da UN, rebaptizada, neste período de Acção Nacional Popular (ANP) para uma eventual aproximação ao modelo político pluralista comum da Europa Ocidental. O regime vislumbrava a necessidade de ajustamento do “dispositivo político” português e para isso era necessário modificar a lei constitucional dos anos 1930, uma vez que ela não teria cedido “à moda política então reinante na Europa, dos partidos únicos – comunistas e fascistas”¹⁹³. Em termos de política interna, permitiu o regresso de alguns exilados, em que os casos mais emblemáticos foram o de Mário Soares, logo em 1968, e o do Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, no ano seguinte. Procurou, ainda, algum abrandamento na repressão policial levada a cabo pela polícia política, mostrando-se favorável a uma “remodelação do serviço de investigação cujo chefe foi posteriormente substituído” fazendo, também, mudanças internas de pessoal que se afiguraram “convenientes para garantia da nova orientação”. Por fim, procurou, desde Setembro de 1968, aliviar a censura e depois da lei de 1971 (Lei n.º 5/71, de 5 de Novembro, promulga as bases relativas à lei de imprensa) fixou por instruções genéricas, as matérias sobre as quais, deveria incidir a atenção dos censores¹⁹⁴. Estava em marcha a primavera marcelista.

A título de análise parece-nos que, apesar de toda esta “cosmética”, no essencial, os princípios orientadores do regime permaneciam intocáveis. O objectivo eram as eleições de 1969 e, numa lógica de corresponder às expectativas da sociedade portuguesa da época, mudar de estilo – não de política – terá sido a solução adoptada, tal como Marcello Caetano terá chegado a confessar ao seu amigo Baltazar Rebelo de Sousa: “Temos de ganhar as eleições de 1969 que serão o plebiscito do regime e a sanção da política ultramarina. E para isso tentaremos fazer aqui o que v. fez aí: mudar o estilo, procurar captar e conquistar”¹⁹⁵.

¹⁹¹ Simão, Veiga (2012), *O Estado Social e a Democratização do Ensino, Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Porto, Porto Editora, p. 377.

¹⁹² Caetano, Marcello (1969), *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa, Verbo pp. 71-79.

¹⁹³ Apud, Pinto, Jaime Nogueira (1995), *Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*, 3ª Edição, Algés, Difel, p. 181.

¹⁹⁴ Caetano, Marcello (1976), *Depoimento*, 2ª Edição, Record, pp.53-73.

¹⁹⁵ Castilho, José M. Tavares (2012), *Marcelo Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina, p. 441.

Daqui surgiria outro dos equívocos de Caetano: tal como assumiu no acto da sua tomada de posse, a doutrina de Salazar não se baseava numa metodologia cujo objectivo era, exclusivamente, a conquista e a conservação do poder; ela representava, acima de tudo, uma vontade, uma visão e uma “concepção geral da Nação e do Estado”, tal “método, desligado dos princípios em que assentava e das finalidades que prosseguia, não tinha utilidade nem interesse, antes poderia ser a morte de quem o viesse a adoptar”¹⁹⁶. Tal como se veio a verificar.

No entanto, seria a política africana a constituir o único tema debate sobre o qual “foi possível descortinar algumas nuances”. “Os hard-liners” criticavam Caetano por, em tempos, ter defendido mudanças na política para o Ultramar, nomeadamente, aquelas em que sugeriu “uma solução federal para a questão colonial portuguesa”¹⁹⁷. Marcello Caetano sabia que a sua sobrevivência à frente dos destinos do país passava por encontrar a solução estratégica mais adequada para o problema ultramarino: liberalizar, ou seja, acabar com a guerra, ou então, prolongar o conflito. Aqui residiu, provavelmente, a génese da sua maior ambiguidade.

Marcello Caetano, depois de uma mínima reformulação ministerial (apenas substituiu os ministros de Estado, adjunto à Presidência, da Defesa Nacional, das Obras Públicas e da Saúde e Assistência e alguns subsecretários de Estado), fez questão de consultar os seus ministros acerca da disponibilidade para governarem a seu lado. Todos responderam afirmativamente, apenas um estabeleceu condicionamentos relativamente à defesa do Ultramar, Bettencourt Rodrigues, Ministro do Exército: “Para responder ao seu convite preciso de saber qual o grau de resolução relativamente á defesa do Ultramar. Considero essencial essa defesa; As Forças Armadas têm-na como ponto de honra e estão dispostas a sustentá-la”. Apesar do compromisso assumido, era óbvio que as chefias militares não se tinham esquecido dos “Estados Portugueses Unidos” e exigiam que, naquele momento, Caetano se demarcasse definitivamente de tais ideias. A resposta de Marcello, não podia ser mais esclarecedora relativamente à ambiguidade que lhe foi reconhecida, elemento preponderante na imagem de marca da sua governação em termos de matéria colonial. Ou seja, perante a confrontação de um dos mais proeminentes representantes das teses da

¹⁹⁶ Pinto, Jaime Nogueira (1995), *Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*, 3ª Edição, Algés, Difel, p. 183.

¹⁹⁷ Rodrigues, Luís Nuno (2009), “O crepúsculo da era Salazar: os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano”, em José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social, Portugal nos últimos dois anos*, Lisboa, ICS, p. 578.

continuidade, o recém-nomeado Presidente do Conselho não se soube assumir, preferindo adoptar a postura do “politicamente correcto” ou do “esperar para ver”: “Neste momento a minha disposição é nesse sentido. Mas não posso tomar compromissos imutáveis. Até quando aguentará a Nação esse esforço? Pois defenderemos o Ultramar enquanto puder ser (...)”¹⁹⁸. Chegada a hora da verdade, como refere a historiadora Amélia Souto, Marcello Caetano convenceu-se que seria a ala conservadora do regime a “determinar, em certa medida, as regras do jogo” e, para se fazer perdurar no poder, “deixou-se aprisionar pela sua estratégia”. O resultado só poderia ser um: a continuidade e o imobilismo. Sem compreender que “nada se renova quando se persiste no que está fundamentalmente errado”, Marcello Caetano viria a abdicar “de muitas das suas ideias para suceder a Salazar”¹⁹⁹. Aliás, esta também foi a leitura dos factos que a Embaixada dos Estados Unidos partilhou com Washington quando teve que se pronunciar relativamente ao episódio da sucessão: “a transição de Salazar para Caetano foi um processo suave, basicamente porque muito pouco foi alterado e também porque as regras da elite governante foram seguidas”²⁰⁰.

Em Setembro de 1969, após uma visita às províncias africanas, que teve como objectivo “mostrar a face revitalizada do poder central”²⁰¹, e com as eleições legislativas à porta, no seguimento de um discurso em S. Bento, a título de balanço do primeiro ano de Governo, Caetano revela uma interessante alteração no paradigma colonial do regime. Ainda imbuído dos banhos de multidão por terras de África, assume o perfil histórico do país, herdado do Acto Colonial de 1930, e acrescenta outro, a segurança das populações brancas, há muito ali instaladas, numa perspectiva de poupar os territórios portugueses em África a um cenário de caos, resultante de independências idênticas às das colónias vizinhas: “(...) O que se defende é a integridade do território, mas também a segurança das vidas, a paz das populações, uma

¹⁹⁸ Caetano, Marcello (1976), *Depoimento*, 2ª Edição, Record, p.16.

¹⁹⁹ Souto, Amélia Neves de (2007), *Caetano e o ocaso do «Império», Administração e Guerra Colonial durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 44-45.

²⁰⁰ Rodrigues, Luís Nuno (2009), “O crepúsculo da era Salazar: os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano”, em José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social, Portugal nos últimos dois anos*, Lisboa, ICS, p. 579.

²⁰¹ Em Abril de 1969 Caetano dá início a um périplo ao Ultramar que estaria preparada para ser triunfal. Com esta viagem pretendia: uma dinamização orgânica das FA; uma descentralização da burocracia; e um crescimento económico e atracção de investimentos estrangeiros. Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1969 – Acreditar na vitória, Volume 10*, Lisboa, Quidnovi, p. 39.

obra de séculos, a própria civilização. (...) Poupar a nossa África às calamidades das independências fictícias (...)”²⁰². E acrescentava que Portugal não iria permanecer em África só para defender o Ocidente, sabia que isso era algo que representava “a essência do espírito nacional português”, mas também sabia, que isso era uma causa que tocava a outros “tantos países e a tantos homens”²⁰³. Ou seja, não conseguimos, de uma forma explícita, identificar uma ruptura total com a “argumentação em que se baseava toda uma mística portuguesa”²⁰⁴. A alteração de semântica a que se assiste no discurso do regime era no sentido de lhe acrescentar algo de novo e não para lhe subtrair aquilo que era intrínseco ao perfil histórico do País. Eventualmente, poderá ter sido essa a interpretação de alguns sectores conservadores da estrutura política do regime mas, no íntimo de Caetano, não era isso que lhe ia na alma, o seu conceito de autonomia passava por uma integração progressiva de brancos e pretos nos diferentes sectores da sociedade, com uma diminuição das intervenções do poder central é certo, mas sem abdicar dela. Tendo bem presente o exemplo do Congo Belga e os acontecimentos que se seguiram à assinatura dos acordos de independência²⁰⁵, recusava-se a deixar ao abandono os milhares de portugueses, em África, numa situação de puro isolamento fruto de uma descolonização impensada, espontânea e até mesmo incontrolada. E era necessário caminhar por aquilo a que Caetano chamou o “progressivo desenvolvimento e a crescente autonomia das províncias ultramarinas”²⁰⁶.

O novo modelo de Caetano passava a designar-se “autonomia progressiva” que se desejava política, administrativa e económica, ficando, desta forma, lançadas as bases para a revisão constitucional de 1971 e reconfiguradas as ideias federalistas de um passado mais recente. Esta lei foi submetida à Câmara Corporativa para que fosse emitido um parecer, antes de dar entrada na Assembleia Nacional. A Câmara pronunciou-se e considerou que a proposta de revisão constitucional “trazia inovações, mas que estas não chegavam a constituir uma

²⁰² Caetano, Marcello (1969), *Nem prometi de mais, nem cumpri de menos*, (s.l.), Secretaria de Estado da Informação e Turismo, p. 6.

²⁰³ Caetano, Marcello (1970), *Portugal é de Todos os Nós, Nós Todos Somos de Portugal*, (s.l.), Secretaria de Estado da Informação e Turismo, pp. 10-11.

²⁰⁴ Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal, 1933:1974 II Suplemento*, Porto, Livraria Civilização, p. 499.

²⁰⁵ Ver o seu discurso, proferido pela rádio, em 15 de Janeiro de 1973. Caetano, Marcello (1973), *Só Temos um Caminho: Defender o Ultramar*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, pp. 10-12.

²⁰⁶ Expressão utilizada pelo próprio Marcello Caetano em conversa com Alçada Baptista. Baptista, António Alçada (1973), *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes Editores, p. 214.

destruição da Constituição plebiscitada em 1933” garantindo, dessa forma “uma especial atenção ao significado e âmbito da autonomia das províncias ultramarinas”²⁰⁷. O parecer começou por se referir ao “poder constituinte”, considerando que não merecia qualquer ponta de preocupação, por não estar previsto “que as províncias ultramarinas tivessem qualquer parcela de poder constituinte próprio”. Seguidamente, reportou-se “à sua função legislativa” e também neste ponto, a salvaguarda estava garantida porque, apesar de estar previsto “que certos órgãos pudessem legislar, esta competência era dada pela própria Nação”, pois era ela que tinha a incumbência de fixar tais atribuições. Relativamente aos “poderes dos órgãos executivos”, ou seja a “administração”, as províncias não passavam de “simples autarquias (administrativas) territoriais, simples pessoas administrativas descentralizadas”. Para além disso, às províncias ultramarinas não lhes garantiam a instalação de “tribunais próprios”, para além daqueles que estavam previstos na Constituição, não lhes era facultada a possibilidade de manterem “relações diplomáticas ou consulares com países estrangeiros nem podiam concluir convenções internacionais”, o que quer dizer “que não eram dotadas de soberania” e que por inerência não “eram consideradas unidades políticas soberanas, isto é, serem consideradas Estados em formação e muito menos Estados federados”. Desta forma, pouco ou nada se alterava, uma vez que a “autonomia não era mais do que a de permanecerem como entidades auxiliares do Estado português e os seus órgãos não tinham sido constituídos para representar a vontade soberana suas populações”²⁰⁸.

No ano seguinte, a revisão da Lei Orgânica do Ultramar, documento “regulador do sistema de relações que deviam existir entre a Administração Central e a Administração Local”, teria o mesmo epílogo. Num processo que se traduziu apenas em alterações de nomenclatura, o imobilismo voltou a sair vencedor. A PIDE tomou a designação de DGS, a União Nacional passou a ser conhecida pela Acção Nacional Popular, duas das províncias (Moçambique e Angola) assumiram a denominação de Estados, o Conselho Económico intitular-se-ia de Junta Consultiva Provincial, o “colégio constituído pelo governador e secretários provinciais” passou a chamar-se Conselho de Governo, o Conselho Legislativo assumiu a designação de Assembleia Legislativa e os diplomas emanados do governador-geral passaram a chamar-se, decretos provinciais. Enfim, “um vendaval de batismos a que não correspondem sensíveis

²⁰⁷ Souto, Amélia Neves de (2007), *Caetano e o ocaso do «Império», Administração e Guerra Colonial durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, p. 62.

²⁰⁸ Souto, Amélia Neves de (2007), *Caetano e o ocaso do «Império», Administração e Guerra Colonial durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 62-63.

mudanças estruturais”. Na verdade, nada de novo surgiu e a revisão da Lei Orgânica do Ultramar foi recebida pelos governadores províncias como “a reforma possível em tempo de guerra” e com isso apossou-se a “lealdade ao regime e aos seus dirigentes”²⁰⁹.

A retórica do regime passava, desta forma, a assumir esta ilusória ideia de autonomia, para defender os interesses das populações brancas que estavam radicadas naqueles territórios africanos há já longos anos, tal como Caetano terá confessado a Alçada Baptista, já em 1973: “(...) Penso é naqueles, que são a grande maioria, cuja vida é a sua pequena fazenda, o seu pequeno comércio ou a sua pequena indústria. Nos que têm uma vida que não pode ser transplantada e que dificilmente pode ser vivida fora da terra e da casa que os viu nascer ou que escolheram como sua”²¹⁰. Caetano estava plenamente convencido que, mais tarde ou mais cedo, Angola e Moçambique se tornariam independentes e como tal era dever de Portugal não deixar que a “independência acontecesse sem que tivessem reunidas as condições necessárias para que fosse uma realidade dentro da Comunidade lusítima”²¹¹. Queria “construir um futuro português através da educação e promoção das populações ao serviço das quais se ponham as infra-estruturas necessárias para o aproveitamento óptimo da riqueza da terra e do trabalho que a valoriza”, convencendo-se que era possível criar países economicamente e politicamente viáveis²¹².

Ou seja, tratava-se de um plano iminente evolutivo que, no contexto do novo quadro legislativo, acabou por não ter consequências práticas. Mas este paradigma acarretava um velho e conhecido problema, “o tempo indispensável”, acentuado por um outro, a inépcia da sua administração na medida em que, para finalizar todo este processo reformador, descrito anteriormente, precisou de cerca de quatro anos. Efectivamente, o “tempo” seria o elemento que viria a legitimar a continuação do esforço de guerra, que sempre representou para Caetano, enquanto governante, o seu verdadeiro “Cabo das Tormentas” e que se traduziu no

²⁰⁹ Souto, Amélia Neves de (2007), *Caetano e o ocaso do «Império», Administração e Guerra Colonial durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 74-77.

²¹⁰ Baptista, António Alçada (1973), *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes Editores, p. 219.

²¹¹ Caetano, Marcello (1977), *As minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo, p. 516.

²¹² Baptista, António Alçada (1973), *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes Editores, p. 219.

agente mais insustentável e comprometedor de todo o seu processo reformador²¹³, uma vez que tempo era coisa que Marcello Caetano não tinha, tal como se viria a comprovar.

A questão da guerra teria exigido outra determinação política a Marcello Caetano. Fruto da sua já longa duração, estava impregnada na própria concepção do regime português, ao ponto do seu futuro se poder confundir com o futuro do próprio regime. Brillante académico das áreas dos saberes do direito e da ciência política, perante um problema que representava a verdadeira “pandemia do regime”, não soube aplicar um dos princípios básicos da política, enquanto actividade: dominar os acontecimentos e prever a evolução futura. Ainda que fosse pouco provável que os movimentos de libertação tivessem dispostos a aceitar, em 1970, menos do que exigiram em 1974, fruto da onda libertadora que se vivia em África, consideramos que foi esta a capacidade que faltou a Marcello Caetano. Nesse contexto a abordagem aos movimentos de libertação poderia, eventualmente, ter sido outra, no sentido de se ter criado, em paralelo, uma linha de acção diplomática que tivesse como objectivo a negociação, em condições vantajosas, dos termos da paz. Mas Caetano nem sequer tentou, ofuscado pelas suas convicções, nunca terá colocado esta hipótese. Para ele os movimentos de libertação não eram mais do que núcleos minoritários que de nenhum modo poderiam ser considerados representativos das populações locais e cuja importância advinha dos apoios que lhes eram prestados pelas organizações internacionais e pelos Estados que queriam penetrar em África. Ou seja, negociar com estes movimentos significaria estar a dar-lhes a importância que não tinham criando-se, dessa forma, uma grande injustiça para as populações locais. Para além disso, também estava plenamente convencido que, em momento algum, estes movimentos de libertação iriam salvaguardar os direitos daqueles que, no seu entender, justificavam a manutenção da guerra e neste sentido, só restava uma solução: “(...) explicar, esclarecer e convencer a comunidade internacional das razões que nos assistem e da impossibilidade de obtermos a paz por outros caminhos (...)”²¹⁴.

Mas a falta de determinação decorria de uma das suas características da sua própria personalidade. Caetano ao apostar numa “renovação na continuidade”, foi impotente para aproveitar todo o manancial de apoio que recebeu, nem soube lidar com as “vozes da

²¹³ Rosas, Fernando (1999), “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.) *do marcelismo ao fim do império, revolução e democracia*, Lisboa, Notícias Editorial, p. 49.

²¹⁴ Baptista, António Alçada (1973), *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes Editores, pp. 226-227.

desconfiança” de quem não queria ouvir falar de “Novos Brasis”. O que faltou a Caetano terá sido algo que este bem sabia que nunca poderia ter herdado do seu antecessor: o seu carisma²¹⁵. Ou seja, em nosso entender, ter-lhe-á faltado aquilo a que Max Weber, em tempos, analisou brilhantemente e que designou por “poder carismático”. Um tipo de poder cuja essência está numa “relação social puramente pessoal” e que, no âmbito de um processo de transição, com a retirada do detentor individual do carisma têm tendência para se vulgarizar²¹⁶. E foi por isto, que em 1968, se colocou o eterno problema do domínio carismático: “a sucessão”²¹⁷.

É óbvio que o seu eventual êxito não dependia “apenas das suas capacidades”. Num memorando de 13 de Setembro de 1968, a Central Intelligence Agency (CIA) associava a possibilidade de êxito do projecto de Caetano, ao “progresso económico”, à “crescente modernização da vida em Portugal” e, ainda, à ausência de “derrotas militares em África”. A CIA concluía, nesse mesmo relatório, que a possibilidade de surgir um “conflito interno” era grande, caso todos estes factores se viessem a tornar “incontroláveis”. Logicamente que a continuidade da guerra confirmou o cenário traçado pela CIA. Tal como realçava o jornal *New York Times*, na sua edição de 29 de Setembro 1968, A “opção africana” “limita drasticamente a possibilidade de alocar fundos adicionais, quer destinados ao desenvolvimento económico, quer para reduzir o deficit de Portugal em termos de habitação,

²¹⁵ Entenda-se carisma como “um atributo que os seguidores dão aos seus líderes baseados nos comportamentos observados. Os comportamentos que suportam a liderança carismática incluem a articulação de uma visão estratégica, a sensibilidade às necessidades dos seguidores, a sensibilidade ao ambiente, a coragem para tomar riscos e a disponibilidade para fazer auto-sacrifícios para materializar a visão da organização. (...) Os líderes carismáticos são descritos frequentemente como empreendedores inovadores por causa das suas habilidades em descobrir e procurar estar na vanguarda.” Apud, Rouco, José Carlos; Sarmento, Manuela (2010), “Liderança Carismática: Um Factor Estratégico Para o Sucesso Organizacional”, *Proelium*, 14, pp. 85-86. Pedro Aires de Oliveira também corrobora esta análise, em seu entender, no caso específico de Marcello Caetano, em comparação com o seu antecessor, não se lhe reconhece este atributo, na medida em que, não terá sido capaz de manter as diversas facções do regime unidas em torno de uma política ultramarina essencialmente caracterizada pela ambiguidade e indecisão. Oliveira, Pedro Aires (2002), “Uma Mão Cheia de Nada? A Política Externa do Marcelismo”, *Penélope*, 26, p. 95.

²¹⁶ Weber, Max (2007), *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*, Lisboa, Tribuna da História, p. 12.

²¹⁷ Pinto, Jaime Nogueira (1995), *Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*, 3ª Edição, Algés, Difel, p. 151.

educação e Saúde Pública”. Era uma opção que apenas privilegiava os interesses económicos de quem vinha beneficiando da “estagnação” e da “ortodoxia financeira” do regime²¹⁸.

Marcello Caetano foi um líder que, perante uma estrutura política dividida, por impotência ou por incapacidade, não soube impor as suas ideias e, ao mesmo tempo, agregar as sinergias de ambos os lados em prol de um plano reformador que contribuísse para a reafirmação do seu poder. Poder-se-á perfeitamente dizer que Marcello Caetano calculava ser exequível “governar com a unanimidade: desmantelou a direita e retirou-lhe o poder; estimulou e acarinhou a esquerda mas não lhe deu o poder; e estranhou depois que uma e outra se eximissem a colaborar”²¹⁹. Desta forma, o destino só poderia ser um, a ruptura, tal como viria a acontecer em Abril de 1974.

4. SPÍNOLA - “O EMBATE”

Era neste mar de incertezas, que acabámos de descrever, que o regime de Caetano navegava. Para além disso, a contestação internacional acentuava-se, concorrendo para isso alguns acontecimentos que catapultaram uma imagem negativa de Portugal perante os diferentes actores do SPI. Foi o caso da recepção dos principais dirigentes dos movimentos de libertação pelo Papa Paulo VI, em Julho de 1970²²⁰; o impacto da invasão da Guiné-Conakri no contexto das Nações Unidas, bem como do sucessivo agravamento do tom das resoluções neste organismo²²¹; as manifestações de protesto que envolveram a visita de Marcello

²¹⁸ Rodrigues, Luís Nuno (2009), “O crepúsculo da era Salazar: os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano”, em José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social, Portugal nos últimos dois anos*, Lisboa, ICS, pp. 569-577.

²¹⁹ Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal (1933:1944 - II Suplemento)*, Porto, Livraria Civilização, p. 530.

²²⁰ A 1 de Julho de 1970, Paulo VI recebeu os dirigentes dos movimentos nacionalistas, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos. A audiência provocou uma tempestade nas relações entre Lisboa e a Santa Sé. A ruptura esteve iminente e só não ocorreu porque o Vaticano declarou que aqueles dirigentes foram recebidos na qualidade de cristãos e o Governo português preferiu aceitar esta pia justificação. Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1970 – A ilusão das grandes operações, Volume II*, Lisboa, Quidnovi, p. 46.

²²¹ Em 22 de Novembro de 1970, uma força especial constituída por comandos e fuzileiros, sob as ordens do capitão-tenente Alpoim Calvão, realizou uma acção militar na Guiné-Conakri com o objectivo de eliminar o presidente da República, Sekou Touré, apoiar o golpe de Estado e com isso instalar um Governo mais colaborante com Portugal, destruir edifícios do PAIGC e resgatar 25 militares portugueses e um civil da cadeia de “La Montaigne”. Gomes, Carlos de Matos e Aniceto

Caetano a Londres, em 1973, no seguimento dos massacres em Moçambique²²²; e, ainda, a declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau e seu reconhecimento pela Assembleia Geral da ONU. Este cenário era tudo menos tranquilizador, nomeadamente, para os defensores da “linha dura” do regime.

Estes casos e mais alguns, nomeadamente a nomeação de Silva Cunha para a pasta da Defesa resultante da remodelação ministerial de 7 de Novembro de 1973, terão sido os motivos para que no final desse ano, o triunvirato formado por Kaúlza de Arriaga, Silvério Marques e Luz Cunha²²³, convencido que “o período de oiro do esforço ultramarino português” se estava a esvoaçar e que a resolução dos “problemas vitais” já não estava ao alcance de Marcello Caetano e do seu Governo, tenha sugerido “a substituição rápida daqueles governantes por outros capazes de novas ideias e iniciativas, e dotados de mais autoridade, de mais força actuante e de muito maior capacidade realizadora”. Kaúlza e o seu grupo de generais delinearum um “programa de acção, em termos de pressionamento do poder”. Tentaram angariar o apoio de Spínola, mas o general demarcou-se deste quadro de intenções preferindo, segundo o próprio Kaúlza, fazê-lo “com a sua gente e quando o entendesse”²²⁴.

Efectivamente, o que estava em causa era a preocupação de Kaúlza com a “responsabilização das Forças Armadas”, no contexto da orientação da “política de ambiguidade de Marcello Caetano que, em seu entender, estava sub-receptivamente orientada para o colapso militar no Ultramar”. Face a esta convicção salientou, perante Spínola, a urgência da substituição do presidente do Conselho, prevendo, caso fosse necessário, a “possibilidade de uma intervenção militar”. Spínola concordou com a avaliação da situação

Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1970 – A ilusão das grandes operações, Volume 11*, Lisboa, Quidnovi, pp. 84-90.

²²² A 18 de Julho de 1973, “cerca de 500 pessoas gritaram “Caetano assassínio” quando o primeiro-ministro português visitou o museu britânico e deslocaram-se para a frente da residência do primeiro-ministro inglês durante a realização do jantar oficial. Estas manifestações deviam-se às notícias dos massacres de Wiriyamu”, ocorridos em Dezembro de 1972. Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1973 – Perder a guerra e as ilusões, Volume 14*, Lisboa, Quidnovi, p. 67.

²²³ A estes três generais juntar-se-ia Bethencourt Rodrigues, para escreverem um livro que rebate a tese de que a guerra estaria militarmente perdida. Cunha, J. da Luz, Kaúlza de Arriaga, Bethencourt Rodrigues, Silvério Marques (1977), *África, A Vitória Traída*, Lisboa, Intervenção.

²²⁴ Arriaga, Kaúlza (1987), *Guerra e Política, Em nome da verdade os anos decisivos*, Amadora, Edições Referendo, pp. 61-67.

política mas propôs outro rumo, diferente daquele que lhe estava a ser apresentado: “utilização da via institucional através do presidente da República”. A solução que ambos previam para a situação nas colónias, também era divergente. Spínola fez alusão ao seu livro, que estaria na iminência de ser concluído, e divulgou “alguns dos seus conteúdos”, fazendo crer a Kaúlza que a sua publicação traria “grandes inconvenientes para o esforço que se realizava em África”. Contudo, Kaúlza não iria desistir sendo que, o passo seguinte seria uma aproximação à oficialidade intermédia, que estava a iniciar um processo de contestação à recente legislação que iria reger as suas carreiras. Através do coronel Frade Júnior, Kaúlza deu conhecimento da recusa de Spínola e manifestou a necessidade de “eliminar Spínola e manter a confiança” nos outros generais. Este anseio tinha subjacente a “defesa intransigente do Ultramar” como “objectivo prioritário no programa dos generais” divergindo, em absoluto, do caminho já definido pelos oficiais de patente mais baixa que, recentemente, tinham criado o Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (o aparecimento deste movimento e o processo conducente ao 25 de Abril de 1974 será abordado no capítulo IV). O movimento ainda solicitou, por escrito, uma clarificação da posição dos generais relativamente às questões, que consideravam, centrais: “as medidas políticas que os generais pretendiam tomar no âmbito interno” e a solução para a “crise do Ultramar”. As respostas não foram do agrado do movimento e, com isso, deu-se início a um “conjunto de acções” que visavam boicotar a iniciativa: no dia 15 de Dezembro de 1973, começaram por alertar António Ramos, homem próximo de Spínola e Costa Gomes que, por sua vez, informou Silva Cunha; no dia seguinte, foi o próprio ministro que chamou Spínola para o pôr ao corrente da situação; e, finalmente, no dia 17 de Dezembro, Carlos Fabião, outro homem da confiança de Spínola, durante uma aula que estava a decorrer no IAEM, denunciou “publicamente a chamada Kaúlzada”²²⁵.

São estes os acontecimentos que antecederam a nomeação do general Spínola para vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Esta nomeação constitui a solução encontrada para colocar um homem de “grande prestígio”, angariado durante os tempos que passou na Guiné, mas que, em simultâneo, representava uma voz incómoda relativamente à política colonial assumida pelo Governo. Como seria de esperar os “conservadores e integristas”, nomeadamente Américo Thomaz, não iriam esquecer as “posições reformistas” e a demarcação de Spínola relativamente aos intentos de Kaúlza e contestaram a nomeação com base numa argumentação que abarcava os seguintes pontos: as necessidades não impunham a criação de um cargo “destinado expressamente para uma pessoa; e o facto de o presidente da

²²⁵ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 204-208.

República não ver com bons olhos o cenário de “juntar dois oficiais generais do Cume das Forças Armadas, susceptíveis de criar dificuldades na orientação seguida em relação ao Ultramar”. Foi neste contexto, que no seu discurso de tomada de posse “apelou à disciplina e coesão nas Forças Armadas”, “procurando afastar tentações revolucionárias” das mentes dos “jovens capitães”, tranquilizou os conservadores garantindo que as “Forças Armadas estariam à altura das suas responsabilidades” e, por fim, avisou o “poder estabelecido” para os perigos das “idealizações equívocas” que, “mais tarde ou mais cedo, poderia pôr a Pátria em perigo”²²⁶.

A Spínola ser-lhe-ia reconhecido, tal como iremos ver, o carisma que Caetano não tinha. Militar convicto, terá tomado, em 1961, a decisão de não se alhear do acontecimento que, em termos militares, iria contribuir, decisivamente, para a sua realização profissional: a guerra do Ultramar. Já com 51 anos, mas ainda tenente-coronel, teve a possibilidade de já não vir a ser mobilizado porém, voluntariou-se e foi-lhe incumbida a missão de constituir o Batalhão de Cavalaria 345 que viria a ser projectado para Angola em Novembro de 1961. Após um período de adaptação ao teatro de operações em Luanda, no Grafanil, chegou ao Norte de Angola nos primeiros dias de Janeiro de 1962 e, no contexto de um quadro operacional extremamente difícil, seria-lhe atribuída uma missão cujo objectivo principal seria dificultar, ao máximo, as operações dos movimentos de libertação que actuavam na região de Bessa Monteiro: “detectar e destruir bandos de terroristas que se acoitavam na região de Bessa Monteiro, ou, no mínimo criar-lhes impossibilidade de vida, destruindo-lhes habitações e meios de subsistência, criar-lhes a insegurança e a conseqüente diminuição de potencial bélico e moral para o prosseguimento da luta”. Seguiu-se São Salvador do Congo, num cenário semelhante, com as mesmas dificuldades que já sentira em Bessa Monteiro e com uma missão cujo objectivo principal passava pela “destruição dos bandos terroristas existentes, bem como a ocupação e a organização de posições que permitam, por acções de contraguerrilha, bloquear eventuais infiltrações da zona de acção”²²⁷.

Mais tarde, em Maio de 1963, Spínola e o seu batalhão partiram para Sá da Bandeira e num ambiente operacional de “aparente normalidade”, comandou Zona de Intervenção Sul de Angola (ZIS). Em ambas as missões, o desempenho do batalhão seria reconhecidamente valorizado não só em termos operacionais como também no âmbito da sua “acção psicossocial”, de tal forma que, apesar de muitas destas actividades terem disso praticadas

²²⁶ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 209-211.

²²⁷ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 59-70.

pelas autoridades administrativas, registou-se uma assinalável melhoria das relações entre os angolanos e os soldados portugueses, “apresentando-se os nativos muito mais abertos e animados de melhor espírito de colaboração”, após a retracção do batalhão. No sul este tipo de acções incidiria na assistência médico-social pelo facto de se ter identificado uma deficiente assistência sanitária aos angolanos, nomeadamente fora das sedes de distrito e de alguns concelhos²²⁸.

Terá sido no decorrer deste esforço psicossocial, levado a cabo pelas forças do seu batalhão, que iriam ser aperfeiçoados e treinados os princípios orientadores da guerra contra-subversiva que Spínola viria a pôr em prática, anos mais tarde, na Guiné. A experiência adquirida enquanto operacional terá sido fundamental para se aperceber, por um lado, do percurso que a guerra estava a tomar e, por outro, para ter um profundo conhecimento do “substrato africano e das potencialidades humanas da África negra”²²⁹, facto que terá contribuído para, no seu íntimo, convencer-se que o problema do Ultramar teria que ser solucionado por outras vias que não a militar.

Neste contexto, Spínola nunca se alheou da actividade política da Metrópole e nesse particular o episódio do general Deslandes, seu amigo desde os tempos do Colégio Militar, com o então ministro do Ultramar, Adriano Moreira, viria a marcá-lo profundamente, na mediada em que assistiu, pela primeira vez, à recusa factual do regime em aceitar uma nova forma de governação para as colónias, que passaria pela concessão de uma maior autonomia administrativa²³⁰. Este caso surgiu no âmbito da proposta do general Deslandes, governador de Angola, para a criação da Escola Superior Politécnica de Angola. Adriano Moreira, durante a sua visita a Angola, explicou ao general porque não iria publicar o seu diploma socorrendo-se, para o efeito, do argumento “que deixava um vazio em Moçambique e que se afastava do modelo universitário em vigor no país. Deslandes não desistiu, o que fez com que o ministro lhe respondesse de uma forma pouco diplomática: “disse que lhe proibia a publicação do projecto” na medida em que era inconstitucional e ultrapassava as

²²⁸ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 79-81.

²²⁹ Precisamente aquilo que, no entender de Spínola, Salazar não tinha em 1968. Spínola, António de (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, Scire, p. 19.

²³⁰ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 77.

competências do governador. A partir daqui as relações com o Governo central nunca mais foram as mesmas²³¹.

Portanto, quando Oliveira Salazar, em 1968, com agravar da situação militar da Guiné, convida o então brigadeiro a embarcar de imediato para aquela província, já Spínola reflectira, e muito, “sobre o Estado português em função da heterogeneidade e da descontinuidade geográfica”. Daí a sua convicção que era impossível de acautelar a unidade nacional sem uma reformulação do conceito português de permanência em África²³², estando o seu modelo colonial perfeitamente consolidado e longe daquele que era preconizado pelo regime. De qualquer forma, Salazar no decorrer dessa longa conversa, cujo resultado final muito surpreenderia o brigadeiro²³³, convencido que as realidades locais e as suas responsabilidades, decorrentes do cargo que estava prestes a ocupar, fizessem ver a Spínola que o mundo não iria permitir a viabilidade das suas ideias²³⁴, ouviu uma profunda crítica à sua política ultramarina e aceitou tudo o que Spínola lhe viria a exigir como condições para aceitar o cargo: a constituição uma equipa escolhida por si; a montagem imediata de uma emissora de rádio na Guiné; e o seu acesso privilegiado ao presidente do Conselho em caso de necessidade absoluta²³⁵. Mas pouco tempo depois, o acidente de Salazar iria por termo a um relacionamento que se vislumbrava difícil para o novo governador da Guiné, no sentido de fazer passar a sua ideia de regime de excepção para aquela província ultramarina portuguesa sob pena de a Nação poder vir a perder a guerra²³⁶.

Seguia-se Marcello Caetano e, desta vez, o panorama sugeria uma convergência de ideias em termos de matéria colonial. O ambiente era deveras encorajador e ambos partilhavam uma mútua admiração. Spínola, em 1993, chegou mesmo a assumir a sua “veia marcelista”²³⁷ e também Caetano, no seu *Depoimento*, escrito após os cinco anos e meio à frente do Governo,

²³¹ Moreira, Adriano (2008), *A Espuma do Tempo, Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina, pp. 241-242.

²³² Spínola, António de (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, Scire, p. 20.

²³³ Spínola diria, em 1993, a Manuel Bernardo, que sentiu da parte de Salazar uma maior abertura do que se poderia supor. Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola: A Ruptura*, Lisboa, Edições Margem, p. 283.

²³⁴ Nogueira, Franco (1984), *Salazar, O Último Combate (1964-1970)*, Vol. VI, Porto, Livraria Civilização Editora, p. 347.

²³⁵ Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola: A Ruptura*, Lisboa, Edições Margem, pp. 284-285.

²³⁶ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 91.

²³⁷ Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola: A Ruptura*, Lisboa, Edições Margem, p. 283.

terá tornado público a sua disposição para manter um “bom relacionamento com Spínola”²³⁸. Para além disso, Caetano representava, para Spínola, uma nova esperança para o problema colonial: enquadrava-se, totalmente, na linha política em que Spínola, desde cedo, baseou toda a sua acção governativa²³⁹. Mas o tempo trataria de gorar as expectativas de ambos.

A partir de uma leitura cuidada das quatro obras que congregam os textos das declarações proferidas por Spínola durante o período da sua governação na Guiné, nomeadamente, *Por uma Guiné Melhor*, *Linha de Acção*, *No Caminho do Futuro* e *Por uma Portugalidade Renovada* conseguimos atingir a verdadeira dimensão de suas palavras, quando se referiu ao seu relacionamento com Marcello Caetano, em entrevista já aqui mencionada: “(...) a minha política estava mais avançada do que os pontos de vista que ele defendia em relação a Angola e Moçambique”²⁴⁰. Vejamos então, o sentido destas palavras.

Sem esquecer aqueles objectivos que representam, ainda hoje, os fins últimos do Estado, que são a segurança, o progresso e o bem-estar, Spínola assentava toda a sua linha de acção política nas “características próprias de cada sociedade”, pois só assim seria possível, no seu entendimento, definir objectivos válidos que constituíssem as bases de planos de acção que conduzissem a um “progresso e bem-estar efectivos”. Ou seja, vislumbrava-se uma “revolução social” que tinha como finalidade, a “valorização e a dignificação das gentes da terra”, mas que só triunfaria caso fosse conduzida num “clima de paz e de harmonia”. A partir daqui, Spínola estabeleceu os princípios fundamentais da sua política com o intuito de instaurar uma nova ordem baseada em “justiça social, respeito pelas instituições, fomento económico e social, participação na Administração Pública e segurança interna”. Eram estes os cinco princípios da governação de Spínola naquela província ultramarina portuguesa. Da teoria passou à prática, após um curto período de observação (cerca de 5 meses desde que chegou à Guiné) veio a Lisboa com o intuito de angariar apoios de toda a espécie no sentido de fazer implementar o seu plano de acção, que envolveu obras concretas nas áreas económicas, sociais e culturais. Promoveu o empenhamento das populações guineenses na participação política e na defesa territorial da Guiné e, para isso, criou os chamados Congressos do Povo, que se reuniam, anualmente e formou as Companhias Africanas com o objectivo de se criar uma força militar regional²⁴¹. Deu-se também um reordenamento das

²³⁸ Caetano, Marcello (1976), *Depoimento*, 2ª Edição, Record, p.191.

²³⁹ Apud, Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 178.

²⁴⁰ Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola: A Ruptura*, Lisboa, Edições Margem, p. 283.

²⁴¹ Spínola, António de (1970), *A Batalha da Paz na Guiné*, Lisboa, Agência do Ultramar, pp.7-12.

populações “sob controlo das nossas autoridades”; “uma mudança da atitude por parte das Forças Armadas portuguesa para com a população nativa”; a libertação de prisioneiros políticos, nomeadamente o antigo presidente do Comité Central do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); um conjunto de obras e melhoramentos de onde se destacavam a construção de novos aglomerados populacionais; e, por fim, a construção de escolas primárias e o seu respectivo apetrechamento²⁴². Perante a sua convicção de que era impossível, resolver a questão do ultramar pela via militar, Spínola viu-se “forçado a invadir o campo da política na procura de soluções que melhor garantissem o bem-estar das populações”²⁴³.

Esta conduta não deixa de reflectir dois estilos de acção díspares. Enquanto Caetano, segundo uma política de gabinete, se dedicava a pensar e a legislar as suas ideias de renovação em termos de matéria colonial²⁴⁴, Spínola, adoptando uma política de proximidade, imprimiu à acção que desenvolvia no terreno, um cunho, que ele próprio caracterizou de “eminentemente nacional”²⁴⁵ e que, para Spínola, terão excedido “largamente as previsões mais optimistas”. Foi esta sua convicção que o levou a comunicar a Caetano, o “desfasamento de ritmo no desenvolvimento de uma linha de evolução política” era evidente e contribuía para a deterioração das relações, pessoais e profissionais, entre os dois²⁴⁶. Contudo, devemos assinalar na linha de acção de Spínola algum afastamento da realidade, por se tratar de um exercício extremamente desgastante e inglório para a época, imaginar um cenário que garantisse a sobrevivência de regimes de minoria branca na África Austral nos anos de 1970. Ou seja, parece-nos que estas acções se ajustavam mais a um contexto de manobras moratórias para adiar o inevitável.

A este ponto devemos juntar um outro, que está relacionado com a forma como Marcello Caetano se referia aos movimentos de libertação e que, neste caso em particular, reflectiu na perfeição a sua linha de acção política já aqui analisada: “Observei repetidamente ao general que ao sentar-se à mesa das negociações na Guiné ele teria na frente, não homens interessados

²⁴² Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 118-125.

²⁴³ Carta de Spínola a Marcello Caetano em Outubro de 1972. Antunes, José Freire (1985), *Cartas Particulares a Marcello Caetano, 1.º volume*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 157.

²⁴⁴ Estamos a referir-nos ao projecto de revisão constitucional.

²⁴⁵ Spínola, António de (1971), *Linha de Acção*, Lisboa, Agência - Geral do Ultramar, p. 144.

²⁴⁶ Carta de Spínola a Marcello Caetano em Outubro de 1972. Facto que, por uma questão de lealdade, levou Spínola a pedir a sua demissão. Antunes, José Freire (1985), *Cartas Particulares a Marcello Caetano, 1.º volume*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 158.

em discutir e em encontrar melhores soluções para os problemas, mas sim agentes enfeudados a ideologias e forças internacionais”²⁴⁷. Tudo somado, encontramos as “raízes” das divergências entre estas duas importantes personagens da nossa história, cujos primeiros sinais de crise foram dados durante as duas visitas de Spínola a Lisboa, após a de Caetano, em Abril de 1969, às províncias ultramarinas, na medida em que representou a fase em que a desilusão se começou a apoderar de Spínola face à inoperabilidade do regime perante o quadro que apresentou, relativamente à situação militar da Guiné: “desarmou-me pela sua receptividade às minhas críticas, mas, entretanto, ainda não senti que tenham sido tomadas soluções”²⁴⁸. Estes desencontros viriam a tornar-se públicos, em Outubro de 1969, durante a cerimónia de despedida de Franco Nogueira. Marcello Caetano não compreendia como é que poderia haver alguém que “ingenuamente ou perversamente” admitisse negociar a entrega dos territórios, onde vivem e trabalhavam milhões de compatriotas, com os “chefes dos movimentos terroristas”, na medida em que dessas conversações só poderia resultar no aniquilamento e na “expulsão dos bons portugueses” de um local onde reinava a “paz, a prosperidade e a harmonia”²⁴⁹.

Mas Spínola não se amedrontou e continuou, com atrasos é certo²⁵⁰, a implementar o seu plano de acção, facto que nos leva ao ponto seguinte. Este modelo do general, que estava estritamente relacionado com a captação das populações, é transversal em toda a sua obra, bem como, em toda a sua linha de acção governativa na Guiné. Por esse motivo, era natural que Spínola pensasse em Amílcar Cabral, o líder do PAIGC, para levar a cabo a sua política²⁵¹, tanto mais que, a partir de 1971, Spínola encetou, secretamente, os primeiros contactos com aquele movimento de libertação, com o propósito de envolver ambas as partes num eventual projecto que visasse a resolução do problema da Guiné. Para estes contactos

²⁴⁷ Nota de Marcello Caetano ao Livro de Spínola *País Sem Rumo*. Serrão, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano, Confidencias no Exílio*, 5ª Edição, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, p. 361.

²⁴⁸ Carta de Spínola a Venâncio Deslandes em Novembro de 1969. Apud, Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 135.

²⁴⁹ Caetano, Marcello (1969), *Portugal Não Pode Ceder*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, p. 7.

²⁵⁰ Em Março de 1969, escreveu uma carta ao ministro da Defesa, manifestando o seu desagrado pelo facto de não se ter dado cabal cumprimento às directrizes do próprio ministro que tinha aprovado a mobilização urgente de reforços militares para a Guiné. Citado Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 127.

²⁵¹ António de Spínola ao Expresso em Janeiro de 1993. Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola: A Ruptura*, Lisboa, Edições Margem, p. 441.

Spínola, “que considerava essencial, para a liberdade dos povos, a existência de órgãos responsáveis por garantir a segurança indispensável ao livre funcionamento das instituições, papel que, no seu entender, deveria caber à Polícia Internacional do Estado (PIDE)”²⁵², socorreu-se de um inspector da sua inteira confiança, Fragoso Allas. Este iria substituir o inspector Matos Rodrigues na chefia da PIDE na Guiné, após o assassinio dos três majores (Passos Ramos, Pereira da Silva e Magalhães Osório)²⁵³ e do insucesso da “Operação Mar Verde”²⁵⁴, tendo sido através dele que estabeleceu os “contactos directos com o Presidente do Senegal, Leopold Senghor, e até com o próprio Amílcar Cabral”²⁵⁵.

Neste particular, o ano de 1972 foi rico em iniciativas que tinham como objectivo uma solução negociada para o problema da Guiné e, por isso, iremos de seguida destacar dois episódios, a nosso ver marcantes e, ao mesmo tempo, esclarecedores das desilusões que se apoderaram de Spínola relativamente às orientações do regime.

O primeiro está relacionado com as iniciativas do general junto de Leopold Senghor, presidente do Senegal, que desde cedo tentou encontrar vias de diálogo para a resolução do problema colonial da Guiné. Era um “homem de cultura” que via com bons olhos a presença portuguesa em África e que considerava os países latinos mais eficazes em termos de “relacionamentos pacificadores”. Contudo o imobilismo político do Governo português

²⁵² Spínola, António de (1971), *No Caminho do Futuro*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, p.29.

²⁵³ A 20 de Abril de 1970 estes três majores, acompanhados pelo alferes Palmeiro Mosca e dois intérpretes, foram assassinados na região de Teixeira Pinto, perto da povoação de Jolmete a norte de Pelundo, junto ao Rio Cacheu, quando se dirigiam, desarmados, a mais um encontro com comandantes do PAIGC no chamado “Chão Manjaco”. Estes oficiais, que prestavam serviço no Comando de Agrupamento Operacional, estavam envolvidos numa longa e difícil operação de aliciamento de comandantes do PAIGC para os levarem a apresentar-se às autoridades portuguesas com os seus homens e esta seria a última das reuniões. Foram recebidos a tiro pelos seus interlocutores e os seus corpos deixados no local da emboscada. Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1974-1975 – A revolta dos capitães e o fim da guerra, Volume 15*, Lisboa, Quidnovi, pp. 30-31.

²⁵⁴ O plano da Operação Mar Verde foi iniciado em 1969 com a proposta do Comandante Alpoim Galvão de destruir as lanchas do PAIGC e da Guiné-Conacri, assim evitando que elas pudessem atacar as embarcações portuguesas. Tinha vários objectivos: promover o derrube e eventual assassinio de Sekou Touré; Capturar Amílcar Cabral; os aviões MIG-17 da Força Aérea da Guiné Conacri; e, finalmente, a libertação dos prisioneiros portugueses feitos pelo PAIGC durante os anos de guerra. O objectivo primário da operação era, conforme confessou Spínola, “executar um golpe de estado contra Sékou Touré”. Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 144-145.

²⁵⁵ Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola: A Ruptura*, Lisboa, Edições Margem, p. 286.

preocupava-o, na medida em que, no seu entender, caso Portugal fosse expulso de África pela via militar, isso poderia significar o “fim da cultura portuguesa em África”. A partir de 1968 e com a chegada de Spínola à Guiné, começou a ver no general, “um interlocutor para conseguir uma independência negociada”²⁵⁶. Todo este interesse não era inocente. Ao presidente senegalês não lhe interessava a “instabilidade na Guiné nem a crescente influência que a República da Guiné - potencial rival na região - demonstrava ter junto dos nacionalistas guineenses”. Para além disso, o Senegal estava preocupado com as “tendências separatistas da população e com a crescente actividade militar na região fronteiriça de Casamança”²⁵⁷.

Os primeiros contactos entre o Estado do Senegal e Portugal datam do início da década de 1960 (Julho de 1963) e visavam uma aproximação à Frente para Libertação e Independência da Guiné (FLING) através do seu chefe, Benjamim Pinto Bull²⁵⁸, com objectivo de “tentar fórmulas de entendimentos que permitissem por termo à luta”, num quadro que mantivesse a Guiné ligada a Portugal²⁵⁹. Em 1969, preocupado com as facilidades aeronavais concedidas pela Guiné-Conacri aos soviéticos, Senghor apresentou publicamente, em Dacar, este seu plano e, em 1972, as negociações foram retomadas através do inspector Allas que deu seguimento a uma sugestão do presidente do Senegal para que tivesse lugar um encontro entre este e Spínola. O encontro, que surgiu no seguimento de um outro ocorrido a 27 de Abril desse mesmo ano com o ministro senegalês da Informação, Ousmane Camara, realizou-se, após autorização do Governo português, em 18 de Maio, em Cap Skiring no Senegal²⁶⁰, junto à fronteira com a Guiné, num ambiente de grande cordialidade tendo daí resultado uma proposta de Senghor para servir de mediador entre o Governo português e Amílcar Cabral, com o intuito de se obter “um cessar-fogo e a concessão de, pelo menos 10 anos de autonomia progressiva” e, a partir daqui, encontrar um plano para o futuro da Guiné no quadro de uma comunidade luso-afro-brasileira ou, apenas, luso-africana²⁶¹.

²⁵⁶ Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1969 – Acreditar na vitória, Volume 10*, Lisboa, Quidnovi, p. 25.

²⁵⁷ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 162.

²⁵⁸ A FLING surge como émulo ao PAIGC mas apenas preocupada com a Guiné, no entanto, será o PAIGC a obter o reconhecimento dos meios afro-asiáticos. Nogueira, Franco (1984), *Salazar, A Resistência (1958-1964), Volume V*, Porto, Livraria Civilização Editora, p. 454.

²⁵⁹ Cunha, Silva (1977), *O Ultramar a Nação e o “25 de Abril”*, Coimbra, Atlântida Editora, p. 37.

²⁶⁰ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 165.

²⁶¹ Spínola, António de (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, Scire, p. 33.

Depois de um pequeno trajecto pelas ideias de Spínola, efectuado no decurso deste texto, não nos surpreende o entusiasmo com que o general viria a receber a proposta do presidente do Senegal que fazia transparecer uma “total identidade das ideias essenciais defendidas por Spínola”, nomeadamente no que concerne à preferência por um quadro de negociações que conduzissem a uma solução equilibrada para o problema da Guiné²⁶². De facto, a proposta não lhe suscitaria “grande diversidade de interpretação”, com excepção para a expressão “cessar-fogo”, que sob o ponto de vista “jurídico e comum” poderia conduzir a interpretações diferentes. Spínola inclinava-se para a segunda, acreditando que o presidente do Senegal, ao utilizá-la, estava-se a referir ao “termo da violência”. Relativamente à questão temporal, 10 anos parecia-lhe um período que considerava razoável e “suficiente para podermos alterar o curso dos factos, fazendo-os evoluir favoravelmente”, fruto de uma nova plataforma de harmonização das nossas teses com as da parte contrária”, de uma redução das “despesas com a defesa militar da Guiné” e, finalmente, com a “descompressão do ambiente operacional”²⁶³.

Embarcaria, na semana seguinte, para Lisboa a fim de comunicar ao presidente do Conselho “as boas novas”. Simplesmente, o entusiasmo de Spínola não duraria muito tempo. O pensamento colonial de Marcello Caetano nesta altura, conforme tivemos oportunidade de analisar, também já estava perfeitamente consolidado, nomeadamente no que diz respeito ao papel dos movimentos nacionalistas. Logo, no caso particular da Guiné, iniciar negociações com Amílcar Cabral, mesmo tendo Senghor como intermediário, representaria algo que para Caetano era inaceitável: “reconhecer oficialmente o partido que ele chefiava como sendo uma força beligerante e reconhecia-se mais, que essa força possuía importante domínio territorial, uma vez que aceitávamos negociar com ela um armistício (ou cessar-fogo) como preliminar de um acordo”²⁶⁴.

A esta convicção, Caetano, juntava uma outra objecção: a questão de Cabo Verde. Esta província, juntamente com Angola e Moçambique, fazia parte dos territórios ultramarinos com um enorme potencial estratégico garantindo-lhe um estatuto muito semelhante ao dos Açores e Madeira. Assim, a Caetano colocava-se-lhe uma questão vital para o país: “que potência mundial iria aproveitar a privilegiada posição estratégica de Cabo Verde?”. No seu

²⁶² Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 166.

²⁶³ Spínola, António de (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, Scire, pp. 33-35.

²⁶⁴ Caetano, Marcello (1976), *Depoimento*, 2ª Edição, Record, p.189.

entender, a entrega da Guiné seria, mesmo localmente, o “primeiro passo para o abandono de Cabo Verde” que, naturalmente, o PAIGC iria introduzir nos seus objetivos. Nesse sentido, não se podia adoptar, para a Guiné, princípios e soluções inadmissíveis nas outras províncias²⁶⁵. Para além destes argumentos, não nos podemos esquecer que o Governo, conforme nos relata Silva Cunha, então Ministro do Ultramar e que também marcara presença na recepção a Spínola, acreditava que a política ultramarina assumida pelo regime estava legitimada pelas eleições de 1969 para a Assembleia Nacional. Portanto, nestes termos, dar início a um processo de abandono significaria, para o regime português, “contrariar abertamente a vontade do Povo representado pelo seu eleitorado”²⁶⁶. Foi neste contexto que Marcello Caetano explicou ao general, no decorrer deste encontro, o dever anunciado do Governo português: “Só temos um caminho: defender todo o Ultramar”²⁶⁷.

Contudo, devemos sublinhar que um acto eleitoral só legítima a política de um Governo se for conduzido segundo as regras democráticas. Neste caso específico, “o plebiscito estava à partida viciado porque a opção já estava feita”, na medida em que “os militares tinham condicionado a aceitação de Marcello Caetano para a chefia do Governo através do seu compromisso de prosseguir coma a defesa do Ultramar”. Por outro lado, porque até àquele momento tinham sido as teses “do não abandono e pela continuação da guerra” a marcarem o seu posicionamento político relativamente à questão do Ultramar. E para além de tudo isso, a lei legislativa era explícita relativamente ao destino a dar aos candidatos que ousassem seguir “ideias contrárias aos princípios fundamentais da ordem estabelecida, ou defendessem princípios inconciliáveis com as bases da Constituição”: a exclusão. Para complementar, a censura operou na sua plenitude ao “evitar que se fizessem afirmações perigosas para a segurança do Estado, para as operações militares ou para os interesses superiores de Portugal ou para os interesses superiores de Portugal no Mundo”²⁶⁸.

Como é óbvio, perante este cenário torna-se, extremamente difícil, compreendermos a proposta de Caetano para a recondução de Spínola como governador da Guiné. É natural que

²⁶⁵ Caetano, Marcello (1976), *Depoimento*, 2ª Edição, Record, p.46. Este foi também o tema de uma Comunicação proferida por Marcello Caetano, através da Rádio e da Televisão, em 15 de Janeiro de 1973. Caetano, Marcello (1973), *Só Temos Um Caminho: Defender o Ultramar*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação.

²⁶⁶ Cunha, Silva (1977), *O Ultramar a Nação e o “25 de Abril”*, Coimbra, Atlântida Editora, p. 50.

²⁶⁷ Caetano, Marcello (1976), *Depoimento*, 2ª Edição, Record, p.190.

²⁶⁸ Souto, Amélia Neves de (2007), *Caetano e o ocaso do «Império», Administração e Guerra Colonial durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento, p. 48.

a sua substituição não se vislumbrasse tarefa nada fácil, uma vez que o general já tinha obra feita e o seu prestígio junto das populações era algo inquestionável. De qualquer forma, não deixa de transparecer, uma vez mais, um equívoco difícil de explicar, face ao conhecimento que Caetano tinha da doutrina do general baseada na captação das populações. Mais cedo ou mais tarde, era de prever, que Spínola quisesse aprofundar as negociações que, até certo ponto, já vinha fazendo com aqueles que se intitulavam os legítimos representantes do Povo e que assim eram reconhecidos por várias resoluções da ONU.

Mais tarde, ocorreria episódio das eleições presidenciais de 1972 que iria voltar a testar o relacionamento entre ambos. Caetano constituiu-se como o elemento fundamental de apoio que faltou a Spínola para uma eventual candidatura à Presidência da República. Foi uma possibilidade que ganhou “consistência”, na segunda metade de 1971, no seio da oficialidade que com ele serviu na Guiné. Aproveitando o “crescente protagonismo de Spínola”, a ideia tinha por base a “colocação de Spínola” em Belém e o seu “afastamento do sector militar”, que era encarado como principal responsável pelo impasse em que o país vivia, sem tudo isto obrigar a saída de Marcello Caetano do Governo. Este plano era visto como uma oportunidade para o Governo português “alterar a sua política colonial para moldes mais compatíveis com os que o general vinha defendendo”. Ao apoio vindo da Guiné juntava-se a Ala Liberal da Assembleia Nacional, onde sobressaíam homens como Pinto Balsemão, Sá Carneiro, Mota Amaral e Pinto Leite. Rapidamente se encetaram conversações entre militares e políticos no sentido de se alcançar “uma plataforma de entendimento” que, na verdade, não foi “total”. Os políticos, particularmente Sá Carneiro, queriam a “institucionalização de uma democracia” e só depois resolver a questão do Ultramar, contrariamente, os militares exigiam “resolver a questão de África” de imediato e só posteriormente avançar com a “democratização interna”. Quanto à hierarquia da instituição militar as ideias de Spínola também “já não eram compatíveis com a ortodoxia vigente”. Apesar de tudo, contaria com o apoio de Venâncio Deslandes que defendia um perfil de presidente que, no seu entender, encaixava na imagem de Spínola: deveria ser “chefe militar e político” e devia ter “vivido intensamente os problemas e os desafios que se colocavam a Portugal”. Contudo, iria faltar o “apoio essencial” a esta eventual candidatura de Spínola: o de Marcelo Caetano. O presidente do Conselho, tal como ele próprio viria a assumir, encontrava-se limitado na sua “margem de manobra”, porque tinha noção que, caso patrocinasse a candidatura de Spínola sofreria forte contestação da “ala ultradireitista do regime” e, por outro lado, também tinha consciência que as ideias federalistas de Spínola e relativamente liberais” não tinham grande aceitação no

interior das Forças Armadas. Face a este cenário a sua decisão passou por apoiar “uma pessoa de quem até aí só recebera provas de estima e confiança”, Américo Thomaz²⁶⁹.

Entretanto, a desolação tomou conta de Spínola e o cenário inicial de convergência, entre estes dois homens, começava a desmoronar-se. Visões que, à partida, tinham tudo para se complementar entravam, desta forma, num processo de “divórcio” sem retrocesso. Gorada esta via de negociação, iria abrir-se uma outra, desta vez sob a iniciativa de uma das facções do PAIGC e no seguimento de um conjunto de iniciativas que tinham como objectivo a marcação de uma reunião entre os responsáveis portugueses da Guiné e representantes daquele movimento de libertação em Londres²⁷⁰. Em Outubro de 1972, durante o período de férias do general na Metrópole, este recebeu uma mensagem secreta do inspector Fragoso Allas “dizendo que o Amílcar Cabral estava na disposição de ir a Bissau, conferenciar” consigo e com o próprio presidente do Conselho, caso este fizesse questão de estar presente²⁷¹. A resposta de Caetano seria imediata e seria aquela que Spínola menos queria ouvir: “disse-me redondamente que não iria”²⁷², esclarecendo que “se fosse só o problema da Guiné, ainda aceitaria”²⁷³, mas “esta fazia parte de um conjunto e o Governo tinha de encarar o seu caso dentro de uma estratégia global”²⁷⁴. O general considerava que se estava a perder a última oportunidade de negociar com Amílcar Cabral em “situação transitória de manifesta superioridade”²⁷⁵, facto que o terá levado, anos mais tarde, a confidenciar aquilo que, verdadeiramente, varreu o seu estado de espírito perante a intransigência do presidente do Conselho: “A partir daí deixei de ser marcelista. Senti-me traído”²⁷⁶. Quanto a Marcello, o caso da Guiné ficará marcado como o espelho da sua falta de audácia.

O que é curioso é termos constatado que, logo em 1974, mais concretamente em Março, o Governo português aceitaria estabelecer um contacto com o “Governo da Guiné no exílio”, tendo o Foreign Office como intermediário, com o intuito de lhe oferecer a independência política plena, sem todavia estabelecer um calendário” para o efeito. A razão de tal iniciativa,

²⁶⁹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 156-159.

²⁷⁰ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 173.

²⁷¹ Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola: A Ruptura*, Lisboa, Edições Margem, p. 288.

²⁷² Apud, Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 173.

²⁷³ Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola: A Ruptura*, Lisboa, Edições Margem, p. 288.

²⁷⁴ Nota de Marcello Caetano ao Livro de Spínola “País Sem Rumo”. Serrão, Joaquim Veríssimo, Marcello Caetano, *Confidencias no Exílio*, 5ª Edição, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, p. 361.

²⁷⁵ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 173.

²⁷⁶ Entrevista de Spínola a Manuel Bernardo. Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola: A Ruptura*, Lisboa, Edições Margem, p. 289.

segundo testemunho do enviado a Londres, foi transmitida pelo próprio Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros, e estava associado à degradação militar da Guiné face ao aparecimento dos mísseis soviéticos Strella²⁷⁷, sendo possível que a razão fosse outra, e que estivesse relacionada com as negociações que o Governo português mantinha para aquisição de uma arma que restabelecesse o equilíbrio de forças no terreno.

Desde Março de 1973 que a situação na Guiné se vinha agravando com o abatimento de 5 aeronaves pelo PAIGC²⁷⁸. Perante este novo sistema de armas que ameaçava alterar a relação de forças em favor do PAIGC, a estrutura superior da Força Aérea reuniu-se em Lisboa, a 24 de Abril de 1973, com o objectivo de encontrar “novos meios aéreos de combate face a uma possível escalada da guerra na Guiné”. No topo das prioridades aparece o Mirage, pela sua “capacidade de combate aéreo e ataque ao solo e a possibilidade de ser usado em missões de retaliação”. Para além disso, esta aeronave francesa era “o único avião de altas qualidades incluído no plano de rearmamento da Força Aérea e, nesse contexto, o melhor equipado para fazer frente à nova ameaça dos mísseis terra-ar”²⁷⁹. São conhecidas as boas relações entre Portugal e França durante a vigência de De Gaulle à frente da França que se traduziram num apoio claro ao esforço de guerra português durante a década de 1960²⁸⁰ e que tornou a França no principal fornecedor de armas a Portugal durante o período entre 1964 e 1971, num total de negócio que “ascendem a 700 milhões de francos”. Contudo, com a chegada do presidente Pompidou, dá-se um volte-face na política externa francesa com uma nítida aproximação aos países africanos, facto que provocou uma clara redução das vendas francesas a Portugal com os valores a caírem para os “190 milhões de franco”. Neste contexto, a questão dos Mirage que vinha sendo avaliada desde 1968 através do estudo que tinha como objectivo o “reapetrechamento global da Força Aérea” sofreu altos e baixos. No entanto, com as alterações operacionais já referidas e com a remodelação ministerial de Caetano em 1973, que fez chegar à pasta da Defesa Silva Cunha, o tema ganhou um novo ímpeto. O novo ministro conseguiu o aval das Finanças e assistiu-se a uma intensificação das negociações a partir de

²⁷⁷ Villas-Boas, José, *Caderno de Memórias*, Lisboa, Temas e Debates, p. 101.

²⁷⁸ Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1973 – Perder a guerra e as ilusões, Volume 14*, Lisboa, QuidNovi, p. 26.

²⁷⁹ ADN F3/17/37/64: Acta da reunião de 24 de Abril de 1973, na biblioteca do EMFA, sobre a ameaça antiaérea no Ultramar, pp. 9 e 21. Consultado em Matos, José (2013), “A História Secreta dos Mirage Portugueses, 2ª Parte”, *Revista Mais Alto*, 401, p. 25.

²⁸⁰ Ver, Marcos, Daniel (2007), *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa, MNE-ID.

Fevereiro de 1974. Porém, a “solução” tinha “inconvenientes” que teriam que ser ultrapassados: a França tinha um “acordo de defesa” com o Senegal e o estacionamento dos aviões na região poderiam pôr em perigo as relações do Governo francês com a sua antiga colónia²⁸¹; “e a preparação do pessoal de voo exigia cerca de 18 meses”²⁸².

A situação só foi desbloqueada pelo ministro Rui Patrício que se reuniu, no dia 24 de Abril, com o embaixador francês em Lisboa, Bernard Durand. Patrício apresentou um quadro de urgência absoluta na aquisição dos aviões que se destinavam a realizar “um efeito de dissuasão sobre o adversário, principalmente, no caso da Guiné portuguesa”. A questão do Senegal continuou presente nas preocupações do embaixador, no entanto, “Rui Patrício chega mesmo a dizer que, se for necessário, Portugal pode dar garantias ao Senegal de que nenhuma operação com os Mirage será realizada contra o seu território”. Obviamente que a impossibilidade do estacionamento dos aviões na região, particularmente em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, retirava todo o efeito operacional desejado na aquisição dos aviões, facto que tornaria o negócio inviável caso a França continuasse intransigente relativamente a este ponto. Curiosamente, no mesmo dia que o embaixador francês informa o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, “a venda terá sido autorizada pelo primeiro-ministro francês, Pierre Messmer”. Posteriormente, em finais de Maio desse ano, confirmou-se que “a venda de 32 Mirage IIIE tinha sido aprovada pelo primeiro-ministro pelo valor de 750 milhões de francos, mas com a restrição dos aviões não serem enviados para a Guiné-Bissau, nem para as ilhas de Cabo Verde”, uma restrição inaceitável para o Governo português²⁸³.

Portanto, quando José Manuel Villas-Boas foi chamado às Necessidades a ideia do Governo português poderia ser bem diferente daquela que lhe foi apresentada. A diligência de Londres poderia, perfeitamente, encaixar-se no contexto de uma manobra de distracção que possibilitasse ganhar tempo, através de um acordo de cessar-fogo, tendo em vista uma eventual negociação da independência numa posição privilegiada para Portugal ou, simplesmente, para continuar a guerra. No quadro da política do regime, parece-nos mais

²⁸¹ AHD – Maço 23 - PEA Confidencial: Apontamento de Luís Navega, Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre as conversações no Quai D`Orsay de 21 e 22 de Janeiro de 1971, 2 de Fevereiro de 1971. Consultado em Matos, José (2012), “A História Secreta dos Mirage Portugueses, 1ª Parte”, *Revista Mais Alto*, 400, p. 38.

²⁸² Cunha, Silva (1977), *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Coimbra, Atlântida Editora, p. 319.

²⁸³ ADN F3/17/37/64: Acta da reunião de 24 de Abril de 1973, na biblioteca do EMFA, sobre a ameaça antiaérea no Ultramar, pp. 9 e 21. Consultado em Matos, José (2013), “A História Secreta dos Mirage Portugueses, 2ª Parte”, *Revista Mais Alto*, 401, p. 29.

óbvia a segunda, porque até seria uma forma de garantir o tempo que faltava para a implantação do paradigma de Caetano.

De qualquer forma, registamos o testemunho de José Manuel Villas-Boas, o então cônsul-general português em Milão, que foi incumbido de se encontrar em Londres com uma delegação guineense (Vítor Saúde Maria, ministro dos Negócios Estrangeiros, Silvino Manuel da Luz e Gil Fernandes), numa missão altamente secreta, para propor uma “oferta de independência à Guiné-Bissau, a troco de um cessar-fogo”. Mas, o que é ainda mais curioso, para espanto do próprio José Villas-Boas é o facto de Marcello Caetano nunca se ter referido a esta história que o diplomata português conta nas suas memórias²⁸⁴. Como é óbvio sabemos que se esta iniciativa tivesse sido tornada pública seria, tal como Rui Patrício viria a assumi-lo anos mais tarde, a “derrocada de toda a construção política e jurídica em que assentava a política externa portuguesa”²⁸⁵.

A ruptura iria consumir-se definitivamente em 1973. Após o assassinato de Amílcar Cabral e a seguir à grande ofensiva militar do PAIGC, a guerra na Guiné iria atingir uma fase “estritamente militar”, onde se impunha a tomada de decisões que, obviamente, contrariavam a “linha política” a que o general se tinha vinculado originando, dessa forma, uma “situação incompatível com os compromissos” que assumira perante as populações²⁸⁶: era hora de regressar. Spínola regressou a Lisboa, em Agosto de 1973, com o “fardo” de não ter conseguido uma solução política, mas convencido que isso terá acontecido por falta de apoio do regime. Em Janeiro de 1974 foi nomeado vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e em Fevereiro publicou *Portugal e o Futuro*. Documento a que voltaremos mais tarde esclarecendo desde já que, no entender do general, conforme terá observado pessoalmente a Caetano em 7 de Março de 1974, este livro “rematava uma experiência

²⁸⁴ Villas-Boas, José, *Caderno de Memórias*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 100-107.

²⁸⁵ Rui Patrício era o Ministro dos Negócios Estrangeiros na época e foi por ordem dele que José Villas Boas, que estava em Genebra, teve que se apresentar em Lisboa para levar a cabo esta missão. Ele caracterizou estes encontros como diálogos internos e não como mecanismos diplomáticos assumidos pelo Estado português. Xavier, Leonor (2010), *Rui Patrício, A vida conta-se inteira*, (s.l.), Temas e Debates e Círculo dos Leitores, pp. 208-209.

²⁸⁶ Carta de Spínola a Silva Cunha, Ministro do Ultramar, em 9 de Junho de 1973. Spínola, António de (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, Scire, p. 61.

política como governador da Guiné” e, por isso mesmo, “entendia que devia ao país o resultado da sua experiência”²⁸⁷.

Dois homens e duas visões que marcaram, claramente, o debate do problema ultramarino durante o período que delimita o nosso estudo. De um lado tínhamos um militar prestigiado, com uma personalidade vincada e com um carisma difícil de igualar e capaz de suscitar nos outros sentimentos diametralmente opostos; do outro lado, um político que, rodeado por uma elite política bipolarizada face ao problema do Ultramar, “tentou praticar uma política de abertura, mas esta, como efectuada, a nada podia conduzir”²⁸⁸. Apesar de tudo, eram ambos homens de fortes convicções e, por isso mesmo, no seguimento de momentos históricos um tanto ou quanto semelhantes, terão tido o mesmo destino: o exílio. Aqui, no seguimento da construção narrativa de suas memórias trocaram argumentos acusatórios e de responsabilização daquilo que, para ambos, traduziu o maior equívoco da revolução de Abril: “O crime da descolonização, em benefício do imperialismo soviético”²⁸⁹.

A questão colonial foi de uma importância vital para estes dois líderes, ao ponto de ter sido o problema do ultramar a marcar a ruptura entre Marcello e Spínola e, como iremos ver mais à frente, entre este e o Movimento das Forças Armadas (MFA). Por outro lado, foi de acordo com estes princípios orientadores que o Portugal de Marcello e Spínola se relacionaram, no espaço geopolítico africano, com os vizinhos das suas províncias ultramarinas. No caso específico do Zaire, aquele que nos interessa, Portugal já se tinha envolvido, desde os tempos da independência Congo Belga, na questão da secessão do Catanga de forma a explorar a atitude do líder daquela província Moisés Tchombé. Apesar da sua frágil posição internacional, que insistia na manutenção desta política ultramarina, o regime português influenciou o desenvolvimento da crise do Congo com o intuito de garantir o controlo da fronteira leste de Angola²⁹⁰.

²⁸⁷ ANTT - AMC - Caixa 12 - Presidência do Conselho, Ultramar, Relatórios, n.º 10: Apontamentos sobre a reunião em 7 de Março de 1974, entre o Presidente do Conselho de Ministros, Professor Marcello Caetano, e o General Spínola. ANTT, AMC, Lisboa, CX. 12, Presidência do Conselho, Ultramar, Relatórios, n.º 10.

²⁸⁸ Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal (1933:1944 - II Suplemento)*, Porto, Livraria Civilização, p. 530.

²⁸⁹ Spínola, António de (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução, Portugal*, Scire, p. 19.

²⁹⁰ Ver Velez, Rui Bonita (2012), *Salazar-Tchombé, O Envolvimento de Portugal na Questão do Catanga (1961-1967)*, Linda-a-Velha, DG Edições.

A partir de 1965, com a chegada ao poder de Mobutu e com a saída de Moisés Tchombé da cena política congoleza, as inquietações portuguesas agravaram-se de tal forma que obrigaram os líderes portugueses, Caetano primeiro e Spínola depois, a uma reinterpretação das relações de poder. É verdade que, em teoria, os equilíbrios de poderes deveriam ser facilmente calculáveis mas, na prática, revelaram-se sempre de difícil concepção, bem como, a harmonização dos “próprios cálculos com os dos outros Estados”²⁹¹. Será sobre estas dificuldades, que estão directamente relacionadas com as tentativas de estabelecimento de consensos, que iremos tratar de seguida.

²⁹¹ Kissinger, Henry, (2007), *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, p. 51.

CAPÍTULO II - A AFIRMAÇÃO AFRICANA DE MOBUTU

“This man has spoken; he has written, set forth orientation and decrees. The sum total of his actions constitutes Mobutism, just as the sum total of Mao’s teachings constitutes Maoism...The President and Founder of the MPR repeats incessantly that a people aiming for greatness should neither repudiate other nations nor copy them”²⁹².

Mpinga Kasenda

1. O CONTEXTO REGIONAL DO ZAIRE DE MOBUTU

Para melhor compreendermos o papel que o Zaire desempenhou nas dinâmicas do poder regional e internacional não poderemos esquecer três elementos de análise fundamentais que, no nosso entendimento, representam as características, de ontem e de hoje, deste país africano. O primeiro elemento está directamente associado às dimensões físicas do país. Na verdade, o Zaire representa uma imensurabilidade de território no seio da realidade geográfica africana lembrando que, para termos uma mínima percepção da dimensão das nossas palavras, a área deste país representa dez vezes a da Grã-Bretanha, cinco vezes a da França e oito vezes a da Bélgica e, se quisermos ainda sobrepor esta extensão num qualquer mapa da Europa Ocidental, verificamos que o Zaire cobrirá a Bélgica, a França, a Holanda, a Dinamarca, a Suécia, a Noruega, o Luxemburgo, a parte Ocidental da Alemanha, Portugal e, ainda, a Suíça. O segundo elemento diz respeito à riqueza e às suas próprias potencialidades agrícolas, minerais e energéticas, facto que não terá passado despercebido aos olhos do mundo, na medida em que grande parte do interesse evidenciado pelo Zaire foi inspirado pela consciência dessa magnificência que, em condições normais, representaria uma fonte de prosperidade para este país²⁹³. Finalmente o terceiro elemento, a importância da sua posição estratégica. Situado em pleno coração africano, este país fazia fronteira a oeste com o Congo-

²⁹² Mpinga Kasenga foi Primeiro-ministro de 1977 a 1979. Apud, Young, Crawford; Turner, Thomas (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 47.

²⁹³ Kanza, T.R. (1968), “The Problems of The Congo”, *African Affairs*, (online), volume 67, 266, pp. 55-56.

Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/720480?uid=2&uid=4&sid=211042977113>.

Brazzaville, a norte com a República Centro Africana e com o Sudão, a este com o Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia e a sul com Angola e com a Zâmbia²⁹⁴. Estes países constituem o “espaço político congolês” que, por sua vez, pode ser dividido em três regiões geográficas: os Estados da zona dos Grandes Lagos (Ruanda, Burundi, Tanzânia); os Estados da bacia do rio Zaire (Angola, Congo-Brazzaville e a República Centro Africana); e por último o Uganda e o Sudão. Muitas das populações zairenses que viviam nos limites fronteiriços de todos estes Estados, tinham familiares nestes países vizinhos facto que, no âmbito da implementação de qualquer plano económico, político ou militar, assumia-se como um aspecto de incontornável importância. Para além deste aspecto, todos os acontecimentos políticos relevantes, que ocorressem num desses países, tinha um impacto directo sobre a estabilidade do Zaire e, inversamente, qualquer instabilidade ou conflito neste país era imediatamente sentido nesses estados limítrofes²⁹⁵.

Todo este enquadramento é fundamental para compreendermos a importância deste espaço territorial potenciador de grandes rivalidades e que, ao longo da História, materializou as ambições pela liderança regional, nomeadamente entre o Zaire e Angola.

Este contexto regional ficaria amputado de um outro importante elemento de análise, caso não fizéssemos referência a um conjunto de acontecimentos que, à época, terão influenciado as relações internacionais entre os diferentes actores do SPI. Estamos a referir-nos à evolução da descolonização durante o período da GF. Com o fim da II Guerra Mundial, o número de Estados soberanos aumentou de 68 (incluindo os poucos estados pequenos na Europa) para 183 (variando de acordo com a interpretação, a 193). No entanto, esse facto não materializou uma promoção plena dos direitos destes novos actores no seio do “xadrez internacional”, na medida em que continuariam a estar condicionados pelo domínio global dos EUA e da URSS que, tal como a China, iriam influenciar determinantemente as suas orientações políticas, ideológicas, sociais e económicas. É certo que houve uma profunda mudança no comportamento destes novos Estados que, por intermédio dos seus líderes, adoptaram uma atitude mais activa no sentido de lhes proporcionar novos rumos políticos. No entanto, o esforço efectivo para evitar alianças com os EUA ou com a URSS, não significava que estariam impedidos de estabelecer laços de cooperação com estas duas potências com o

²⁹⁴ Ver Anexo A (Mapas – Congo).

²⁹⁵ Kabemba, Claude (2000), “The Democratic Republic of Congo, From Independence to Africa’s First World War”, *Centre for Documentation and Research - UNCHR*, (online), 16.
Disponível em: <http://www.refworld.org/pdfid/3bc5a95e8.pdf>.

objectivo de alcançarem o ambicionado desenvolvimento sócio económico para os seus países, condicionado por séculos de subjugação. Efectivamente o que aconteceu foi uma integração destes novos Estados soberanos nas esferas de influência das grandes potências e só parcialmente é que estes tinham a veleidade de jogarem os seus próprios papéis, ou seja, no encaixe da construção de uma nova ordem mundial, em conformidade com os seus respectivos interesses, estes novos actores não foram muito bem sucedidos²⁹⁶.

Continuando na senda da luta pelo continente africano, para termos um amplo entendimento desta temática, é necessário recuar até ao instante em que se deu a “internacionalização do fenómeno colonial”: a Conferência de Berlim de 1884. No século XIX a Europa, que detinha o “policiamento da comunidade dos Estados”, ocupou-se activamente, e preferencialmente, pela partilha de África. Com a incursão alemã, francesa, inglesa e italiana surgiram inúmeros conflitos de interesses que atingiram o seu clímax no momento de se saber qual o quinhão que a cada um cabia na região denominada por África Central. Foi no seguimento desta disputa que as potências colonizadoras foram convocadas para uma conferência, que decorreu em Berlim entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, e que tinha como objectivo tentar-se encontrar um equilíbrio entre “o interesse nacional e o interesse comunitário”. Para além disso, desenharam as bases de um estatuto colonial que não iria permitir, por um lado, a atribuição exclusiva de benefícios aos países colonizadores e, por outro, iria estabelecer o “princípio da porta aberta” para o acesso aos mercados e às matérias-primas. Neste contexto o ponto quente foi o Congo. Este imenso território não poderia ser concedido a qualquer dos grandes países uma vez que “quem dominasse o Congo, dominaria a África negra”, porque se considerava que, face aos seus recursos económicos e à sua posição geográfica, este país representava a “chave do continente”. Por esse motivo, o Congo não poderia ser atribuído a uma grande potência, financeira e militar, como forma de evitar um perigo para os demais. E foi desta forma que o Congo calhou em sorte à Bélgica e terão sido estes os aspectos que, eventualmente, foram esquecidos aquando da independência do Congo Ex-Belga em 1960 e que explicam, em grande parte, a disputa entre leste e oeste durante o período que anteriormente referimos.

²⁹⁶ Reiter, Erich (s.a.), *An Essay On New Global Geopolitics, Some Geopolitical and Geostrategic on the Effects of the return of Geopolitics to Central Asia on European Security*, (online).

Disponível em: http://www.bundesheer.at/pdf_pool/publikationen/09_sb1_05_egg.pdf.

Claramente, cada um dos blocos sabia que, “sob pena de perder toda a África, não podia deixar ao outro o domínio exclusivo do território”²⁹⁷.

Foi esta disputa que emergiu no seio do novo sistema internacional caracterizado pela dominância das duas superpotências. O “ponto nevrálgico” das relações entre os EUA e a URSS baseava-se na “balança de poder” que se instituiu após 1945, “assentando aí a preservação do novo ordenamento bipolar”. Quer isto dizer, que a conservação do sistema “dependia da capacidade de Washington e de Moscovo preservarem o equilíbrio global de poder”, evitando “qualquer perturbação séria” que pudesse pôr em causa esse mesmo equilíbrio²⁹⁸.

Contudo, este sistema tinha na sua génese concepções divergentes sobre o futuro da humanidade. A leste, Estaline preocupava-se com a “segurança para si mesmo, o seu regime, o seu país e a sua ideologia, precisamente por esta ordem”. O líder soviético pretendia “que nenhum desafio interno pudesse voltar a ameaçar o seu domínio pessoal e que nenhuma ameaça externa voltasse a colocar o seu país em perigo”. Era um objectivo que, estando estritamente ligado ao seu regime, ao seu país e à sua ideologia, deixava para segundo plano os “interesses comunistas noutros lugares do mundo”. Imbuído do espírito ilusório da doutrina comunista de Lenine, Estaline acreditava na ideia de “uma crise no espaço capitalista” e por esse facto admitia que não seria necessário uma confrontação directa com os americanos e com os britânicos para atingir os seus propósitos. Ou seja, mais do que “restabelecer o equilíbrio de forças na Europa”, Estaline queria “dominar” o velho continente tal como Hitler ensaiara²⁹⁹.

Por sua vez, a Oeste, com o seu território praticamente intacto e com o trunfo estratégico da bomba atómica, os EUA também pretendiam a “segurança”. No entanto, contrariamente aos soviéticos, “estavam muito menos certos do que teriam de fazer para consegui-la”. Perante uma Europa devastada e à mercê das forças hostis, a ideia de se manterem à margem do quotidiano internacional deixou de fazer sentido para os americanos. Ao longo da história, os Estados Unidos, por permanecerem separados do resto do mundo pelos oceanos, “nunca

²⁹⁷ Nogueira, Franco (1961), *As Nações Unidas e Portugal*, Lisboa, Ática, pp.14-15.

²⁹⁸ Sá, Tiago Moreira de (2007), *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa, As relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE, p.31.

²⁹⁹ Gaddis, John Lewis (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, pp. 22-24.

tiveram de se preocupar muito com a segurança”, todavia, a nova ordem internacional iria levá-los a abandonar essa tradição isolacionista³⁰⁰. Vejamos como isso aconteceu.

Com visões discrepantes, a tensão entre as duas super-potências emergiu naturalmente. A divisão do mundo libertado em esferas de influência irá constituir um dos melhores exemplos desse estado das relações Leste/Oeste. O marasmo inicial da posição americana relativamente aos soviéticos, só em 1947 toma outros contornos. Num artigo anonimamente assinado por X (mais tarde identificado como George F. Kennan), com o nome de *The Sources of Soviet Conduct*, publicado na revista *Foreign Affairs*, foi apresentada a doutrina que os americanos iriam adoptar relativamente à estratégia soviética, tendo em conta as suas “tendências expansionistas”. Segundo Kennan, os EUA tinham que assumir uma “política de contenção” que conseguisse “conter o poderio soviético”, pois só dessa forma seria possível alterar as “directrizes” da política externa soviética³⁰¹.

Neste contexto, um dos temas que vai emergir, entre muitos, será o fim do colonialismo europeu. Inicialmente, ambos evidenciaram pouca preocupação relativamente ao declínio dos impérios europeus, com a URSS mais preocupada em “recuperar da guerra e a tentar alargar a sua influência tanto quanto possível na Europa” e com os EUA também a não evidenciarem grande disponibilidade para “defender o colonialismo europeu”. Contudo, o interesse pelo tema foi-se alterando e em 1949, com a divisão da Europa num impasse, russos e americanos irão “explorar oportunidades noutros lugares”. Os soviéticos, já com Krushev à frente do país, assumiram um apoio claro aos “movimentos de libertação nacional” responsáveis pelas independências mais recentes³⁰². Quanto aos americanos o posicionamento foi mais hesitante. A condenação do colonialismo não podia pôr em causa o relacionamento com os seus velhos aliados, numa fase em que a prioridade era a restauração da segurança e a prosperidade da

³⁰⁰ Gaddis, John Lewis (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, p. 26.

³⁰¹ Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar: O leão e a raposa*, (s.l.) Círculo dos Leitores, p. 26.

³⁰² “Entre 1943 e 1953, uma primeira vaga de descolonização diz principalmente respeito à Ásia e ao Próximo Oriente. Na Índia, uma elite numerosa reclama *o self government* sob a influência de Ghandi. No entanto, contrariamente aos seus desejos, o Império Britânico das Índias não dará origem a um país único. A *Bill of Independence*, de 15 de Julho de 1947, constitui dois Estados, a União Indiana e o Paquistão de maioria muçulmana. A divisão faz-se pelo confronto e com massacres. No Sudoeste Asiático, Washington concede uma independência controlada às Filipinas, em 1946, e a Indonésia triunfa sobre as tropas enviadas pelos países Baixos, em 1949. Na Indochina, Ho Chi-Minh proclama a independência do Vietname a partir de 1945”. Boniface, Pascal (2009), *Atlas das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano Editora, p. 20.

Europa. Por outro lado, também poderia acontecer que os rancores provenientes do colonialismo “tornassem o comunismo uma opção apelativa”. Ou seja, segundo os EUA, o interesse pelos jovens Estados independentes residia no receio de que as suas escolhas “pudessem vir a alterar o equilíbrio de forças na Guerra Fria”, garantindo esse facto um novo enquadramento à descolonização, uma vez que o “surgimento do colonialismo podia causar tantos problemas como a continuação do colonialismo”³⁰³.

Quanto aos “Estados do terceiro mundo”, o método que eles utilizaram para travar esta disputa foi o “não-alinhamento”. A ideia passava por manter uma posição neutral relativamente a ambos os lados da GF, deixando sempre em aberto a possibilidade de um eventual compromisso. Caso a pressão de uma das superpotências “se tornasse demasiado forte, a potência mais pequena podia defender-se ameaçando aliar-se à outra superpotência”. Esta linha orientadora teve como pioneiro Josip Tito, presidente da Jugoslávia, sendo ele também o responsável pela disseminação do “não-alinhamento para além da Europa de Leste”. Apercebendo-se do recrudescimento deste ideal na Ásia, angariou o apoio de Nehru da Índia e Chu En-Lai da Chin. Em 1955, conseguiu reunir pela primeira vez em Bandung “as nações não-alinhadas”³⁰⁴.

Entretanto, o fulgor nacionalista chegou ao continente africano. Em 1957, a Inglaterra deu a independência ao Gana com o líder ganês, Nkrumah, a assumir-se como “um apóstolo do pan-africanismo e um símbolo revolucionário do continente em transfiguração”. No ano seguinte, o impasse da guerra da Argélia irá ressuscitar o general De Gaulle que, enquanto primeiro presidente da quinta república francesa, irá “assumir a responsabilidade histórica da descolonização”, presenteando as colónias francesas da África Ocidental e Equatorial com a independência. Em Fevereiro de 1960 será, Harold MacMillan, a reconhecer, em pleno parlamento da África do Sul, a “inevitabilidade da revolução africana”. Meses depois, em Junho de 1960, seria o Congo belga a proclamar a independência, fazendo mergulhar a antiga colónia belga “numa sangrenta anarquia onde se envolveram a União Soviética e os Estados Unidos”. Num instante, a “Guerra Fria chegou às portas de Angola”³⁰⁵.

Efectivamente esta onda de libertações nacionais constituiu um rude golpe na política imperialista europeia, ajudou a desbastar as forças do imperialismo e, por outro lado, criou

³⁰³ Gaddis, John Lewis (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, pp. 130-131.

³⁰⁴ Gaddis, John Lewis (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70, pp. 132-134.

³⁰⁵ Antunes, José Freire (1992), *Kennedy e Salazar: O leão e a raposa*, (s.l.) Círculo dos Leitores, pp. 39-42.

condições “internacionais mais favoráveis para o esforço de reabilitar a economia da URSS e construir a comunidade socialista emergente”. Assim, enquanto as potências imperialistas foram afastadas de África pelos movimentos independentistas, a luta pela independência do continente funcionou como um “aliado tático da URSS” no contexto da GF. Esta “aliança” tomou outros contornos a partir de 1953 com os soviéticos a defenderem a causa da descolonização na ONU. Por exemplo, a resolução sobre a “Concessão de Independência” às colónias, aprovada na sessão XV (1960) da ONU, foi despoletada pela URSS. Por esta ordem de razões, em 1960 a maioria dos novos Estados independentes foram confrontados com uma disputa que visava a angariação de forças aliadas nos “campos ideológicos opostos” do sistema internacional da GF. Para além desta circunstância, de ter que lidar com a complexidade das questões internacionais, estes Estados, também tiveram que enfrentar “a questão de consolidar a sua independência”. O ex-Congo belga foi um destes casos. Como vimos, localizado em pleno coração do continente africano, o Congo vai naturalmente suscitar uma disputa entre os dois blocos ideológicos, essencialmente, pelas seguintes razões. Primeiro que tudo, a província do Catanga possuía valiosos recursos minerais que eram essenciais para o “desenvolvimento económico e militar do Ocidente”, face aos grandes interesses belgas, franceses e ingleses aí instalados. Em segundo lugar, como já referimos, o Congo partilhava extensas linhas de fronteira com Angola e a Rodésia do Norte (actual Zâmbia), à época colónias portuguesas e britânicas respectivamente. Segue-se a questão do Caminho-de-Ferro de Benguela que ligava as minas do Catanga com o porto angolano de Benguela. Por fim, a presença de Lumumba na Conferência dos Povos africanos em Acra no ano de 1958, foi caso de grande preocupação, nomeadamente para os interesses imperialistas no Congo³⁰⁶.

Foi em função destes desenvolvimentos que o Congo passou a ser um objectivo importante no âmbito de um combate ideológico, político e estratégico entre os EUA e a URSS, uma vez que ambos tinham plena consciência que, num qualquer confronto entre duas potências, “qualquer ganho para um lado é uma perda para o outro”³⁰⁷.

Por conseguinte, gostaríamos que ficasse registada nesta fase da investigação que o nosso argumento se desenrolou num espaço geopolítico altamente volátil onde se verificaram grandes disputas regionais e internacionais. As primeiras, que estavam relacionadas com a

³⁰⁶ Natufe, Omajuwa Igho (1984), “The Cold War And The Congo Crisis, 1960-196”, *Rivista trimestrale di studi e documentazione dell’Istituto italiano per l’Africae l’Oriente*, (online), Ano 39, 3, pp. 357-358.

Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40759745>.

³⁰⁷ Kissinger, Henry, (2007), *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, p. 15.

natureza e o nível da penetração estrangeira, referiam-se à balança de poderes entre as duas potências no continente africano, ou seja, o Zaire de Mobutu era visto como um verdadeiro “às de trunfo” nesta luta por zonas de influência onde quem o perdesse, perderia também o equilíbrio naquela região de África, correndo ainda o risco de assistir ao mesmo cenário em territórios vizinhos. As segundas, alimentadas pelas questões de segurança, visavam o controlo da região. Com isto queremos dizer que, durante este período, não foram só razões de engrandecimento que dominaram a questão do Zaire. Regionalmente Mobutu sempre se amedrontou com as questões de segurança, nomeadamente no que diz respeito à vizinha Angola, onde uma descolonização precipitada, a favor do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), poderia significar um foco de instabilidade comunista junto à sua fronteira. Ou seja, se quisermos perfilhar o pensamento de Thomas Turner, para Mobutu o facto de o seu país ser um Estado limítrofe de Angola não se tratava apenas de uma simples questão de fronteira. Sendo o seu país “contíguo ao poder branco instalado em África”, também era seu interesse envolver-se na luta de libertação, particularmente em Angola³⁰⁸.

Sem descurar a primeira das contendas aqui apresentadas, que irá também merecer a nossa atenção, será essencialmente esta última que nos ocupará, no sentido de compreendermos de que forma estes dois actores, o Zaire e Angola, se relacionaram tendo em vista a persecução dos seus respectivos interesses.

2. DA ESPERANÇA AO CAOS

Comecemos pelo estudo da “estrutura notavelmente sólida” onde se erguia o edifício colonial belga. Segundo Crawford Young, a “estrutura do poder colonial” no Congo belga deve ser analisada em termos de uma “trindade” polarizada “na administração, na igreja e nas grandes empresas”. Reconhecidamente esta “tripla aliança” não só constituiu uma “teia praticamente perfeita” como cada um dos seus elementos, dentro da sua respectiva área de actuação, foi, pela extensão dos seus “impactos”, de uma importância impar em toda a África Central. No que diz respeito à administração, desde cedo (1920) que a “densidade” administrativa do Congo assumiu contornos inigualáveis em África, tirando algumas excepções como eram os casos da Mauritânia e do reino do Daomé (actual Benim). Na altura em que se deu a independência, havia 10.000 funcionários públicos belgas na administração, na magistratura e no Exército. Nenhum congolês, fosse ele do meio rural ou do meio urbano,

³⁰⁸ Turner, Thomas (2002), “Angola’s Role in The Congo War”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, p. 76.

ficava alheio ao círculo administrativo em que estava inserido, nomeadamente nos locais onde o sistema belga assumia, pelos níveis de ocupação e organização, características que o diferenciavam de todos os outros em África, em particular no interior rural. De todas essas particularidades, a mais conhecida e, ao mesmo tempo, a mais impopular era a existência de um “director agrícola” por região, coadjuvado por vários “assistentes africanos” e por uma “rede de monitores”, verdadeiramente mal preparados. Este modelo tinha como objectivo “manter uma proximidade constante entre o sistema administrativo e a grande generalidade da “população”. Quanto à actividade agrícola propriamente dita, a legislação em vigor também permitia, até 1960, “60 dias por ano (45 depois de 1945) de cultivo compulsivo”. Foi nas “vastas zonas” de cultivo do “algodão”, no lado oriental do país e nas regiões do interior agrícola, adjacentes aos grandes centros urbanos e aos campos de exploração do minério com o intuito de abastecer a população africana com os elementos essenciais à sua alimentação, onde mais se fez sentir esta prática laboral. Em 1937, estimava-se que cerca de 700.000 chefes de família congolezes estivessem abrangidos pelo “sistema compulsivo”. Para além destas medidas, a administração marcava a sua presença no dia-a-dia das populações de inúmeras formas, como por exemplo a “manutenção das estradas secundárias”, que era feita à custa dos aldeões, e os “serviços médicos do Congo”, responsáveis por conduzir “campanhas de imunização em larga escala” que tinham como objectivo a localização e a eliminação de “doenças epidémicas”³⁰⁹.

Quanto ao papel da igreja é impossível alguém ficar indiferente ao “alcance do esforço evangélico no Congo”. Em 1958, era estimado que no Congo existiam “5.371.785 cristãos”, sendo que, “80 %” dos quais faziam parte da comunidade católica romana deste país. No final da era colonial, os católicos mantinham “669 missões conduzidas por 6000 missionários”, ajudados por cerca de “500 sacerdotes africanos”. O clero era secundado por “25.566 catequistas”, que garantiam uma “instrução religiosa rudimentar nas aldeias”. No ensino e nas ordens de caridade havia ainda um adicional de “386 irmãos congolezes e 745 freiras”. Ou seja, para além do contacto permanente com as autoridades administrativas locais e regionais era rara a aldeia que, pelo menos ocasionalmente, não era visitada pelos missionários. Estes eram essencialmente constituídos por britânicos, americanos e escandinavos, cuja lealdade ao “empreendimento colonial belga” era inquestionável. Depois de 1906, no decorrer de uma negociação com o Vaticano ficou determinado que o “esforço missionário seria

³⁰⁹ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 10-12.

essencialmente belga”, tal como veio a acontecer até 1960. A concordata de 1906 veio proporcionar um enquadramento normativo onde um sistema de cooperação podia ser desenvolvido e partilhado em simultâneo pelas missões religiosas e pela administração central³¹⁰. Perante este quadro, o Estado não só passou a subsidiar as escolas missionárias católicas como também pagava a manutenção dos missionários. No seguimento desta linha orientador, era garantido uma importante “ajuda material indirecta” baseada na cedência de uma “concessão de terra”, na ordem dos “200 hectares”, que possibilitasse o “estabelecimento do posto da missão” não só para acautelar o “provisionamento da missão” mas também para efeitos de “exploração comercial”. Foi neste contexto que a administração belga se envolveu na evangelização do território congolês como parte integrante dos seus objectivos, de uma forma “mais empenhada que os britânicos ou que os franceses que nas suas colónias tiveram que lidar com inúmeras populações muçulmanas”³¹¹.

Relativamente ao último elemento da “trindade do poder”, os grandes grupos empresariais, em termos de contributo para o seu regular exercício, não foi menos relevante que os restantes. Estas companhias representavam, até um certo ponto, “a sobrevivência do regime de concessão” a que Leopoldo II recorreu para tornar “efectiva” a ocupação do país pelo Estado Livre do Congo. Foi neste contexto que surgiram duas grandes áreas de produção a envolver a actividade empresarial destas companhias: uma relacionada com as grandes plantações de óleo de palma e de borracha, sedeadas nas regiões da floresta equatorial da bacia central e pertencentes à Sociedade Geral belga (Companhia do Kasai, Busira-Lomami, etc.); a outra estava arrolada à exploração dos minérios. Esta última só iniciou a sua produção em larga-escala a partir de 1920 com introdução de um esquema “intensivo de trabalho” que viria a provocar um impacto enorme nesta actividade. Em termos da sua localização, estas

³¹⁰ Os papas condenaram “a separação da igreja do Estado, não somente quanto à doutrina mas também na sua aplicação nas nações de maioria católica. (...) “é uma impiedade e um erro próximo à heresia defender que o Estado deve estar separado da Igreja e a Igreja do Estado”. O espírito de PIO X resume-se na sua encíclica “Vehementer nos” de 11 de Fevereiro de 1906: “A necessidade de separar o Estado da Igreja é uma tese absolutamente falsa e um erro pernicioso. Baseado no princípio de que o Estado não deve reconhecer nenhum culto religioso, ela é antes de tudo injuriosa a Deus, fundador e conservador das sociedades humanas, ao qual devem tributar culto público e social”. Lefebvre, Marcel (1991), *Do Liberalismo à Apostasia, A Tragédia Conciliar*, Rio de Janeiro, Editora Permanência, (online), pp. 66-67.

Disponível em: <http://www.saotomas.com/livros/Portugues/Doliberalismoaapostasia.pdf>.

³¹¹ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 12-14.

companhias concentraram-se na “metade Este do país”, tendo sido o cobre descoberto no Catanga, o estanho no Norte daquela província e em Maniema e os diamantes em duas grandes minas, uma localizada nas extremidades opostas do Kasai e a outra no Nordeste do Kivu Oriental. Efectivamente, face a um rol de riquezas naturalmente disseminadas por todo o Congo, eram raras as zonas onde não se encontrava uma grande companhia que se dedicasse à exploração de uma plantaçao ou de uma mina e que não dominasse o meio em que estava inserida. Em termos do auxílio prestado pela administração colonial a estas companhias, tal como no caso das missões católicas, verificava-se um “apoio total”, nomeadamente através do “recrutamento laboral”, recorrendo às “pressões administrativas” necessárias para o efeito e garantindo os “alimentos” essenciais à mão-de-obra a laborar nos campos de trabalhos. Para além destes aspectos, o investimento também era atraído para o Congo porque a administração colonial era preparada para lidar com “áreas invulgarmente grandes”, principalmente ao nível da marcação dos terrenos disponíveis e necessários às explorações agrícolas administradas pelas grandes companhias. Outro “factor operacional” que contribui determinantemente para a ocupação efectiva belga e o favorecimento destas empresas foi a “estrutura de carreiras do serviço colonial”. Os funcionários públicos coloniais depois de 23 anos de serviço passavam à aposentação. A pensão que passavam a auferir não era uma quantia monetária significativa, situação que fazia com que muitos deles procurassem outra oportunidade laboral, particularmente nas administrações destes grandes grupos empresariais. Desde que as companhias começaram a recrutar estes funcionários, obviamente que actividade administrativa destes indivíduos começou a ficar condicionada, tendo em vista a perspectiva de cada um deles vir integrar no futuro um lugar com maior responsabilidade e mais bem remunerado no sector privado³¹².

Este cenário fomentou a “concentração da propriedade” e com isso potencializou a influência do sector privado na administração colonial. Do universo destas companhias, grande parte delas eram filiais de um punhado de gigantes sociedades gestoras de participações de capitais, sendo a maior e a mais bem-sucedida a Sociedade Geral da Bélgica. Esta sociedade tinha interesses na União Mineira do Alto do Catanga (UMHK), na Forminière (diamantes), nos caminhos-de-ferro do Baixo-Congo no Catanga (BCK), na Companhia do Congo para a Indústria e para o Comércio, na Companhia Congoleza de Algodão, na Géomines (estanho), a Companhia Pastoral de Lomami (gado) e, ainda, numa série de

³¹² Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 14-17.

empresas de menor dimensão³¹³. Ou seja, “era uma agregação verdadeiramente temível de poder económico”. Procurar “influenciar a formulação política” por parte do sector privado em prol dos seus próprios benefícios, era um cenário perfeitamente “natural”. O que não era usual na situação colonial do Congo era a inexistência de um sistema baseado na “influência compensatória”. O acesso aos órgãos de elaboração política, através de órgãos consultivos ou pelos canais informais, era extremamente fácil, situação que fomentava a promiscuidade entre os interesses privados e a administração colonial³¹⁴.

Quanto à descolonização belga no Congo, a sua história materializou o culminar de um processo extremamente turbulento. O assunto espoletou nos círculos coloniais belgas em 1946 com a célebre declaração de Pierre Ryckmans, governador-geral do Congo: “os dias do colonialismo acabaram”. Posteriormente, em 1947, foi Guy Malengreau, uma influente figura dos círculos católicos liberais, a avisar que o “paternalismo deveria ser substituído por uma política de educação”. Neste mesmo ano, o Senado belga enviou uma missão parlamentar para estudar o desenvolvimento político no Congo. Deste estudo sobressaiu o pessimismo de alguns senadores relativamente ao futuro da colónia que, fruto da realidade que encontrara, concluíram que “um certo dia os nossos territórios africanos irão desejar quebrar todos os laços políticos connosco”³¹⁵. Apesar destes avisos, os belgas agarraram-se aos laços históricos e à convicção de que não havia qualquer urgência em iniciar o processo de descolonização e quando isso viesse a acontecer o mesmo permaneceria sob “controlo absoluto da Bélgica”, marcando dessa forma uma postura vincadamente conservadora³¹⁶.

Estes receios só atingiriam outras proporções em 1955 quando, no decorrer de uma visita a Léopoldville do rei da Bélgica, Balduino I, emergiu uma onda de expectativa que apontava para uma evolução objectiva do modelo de administração colonial belga. No entanto, o que daí resultou foi apenas uma profunda desilusão diagnosticada, logo de início, a partir do discurso de abertura do monarca belga. Na verdade, o que os europeus aguardavam era a concessão de maiores facilidades para a exploração dos recursos naturais da colónia, bem como a continuação ou o fortalecimento do quadro normativo que regulamentava as relações

³¹³ Ver Anexo B (Sociedade Belga).

³¹⁴ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 17-18.

³¹⁵ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 33.

³¹⁶ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 36-37.

entre empregador e empregado, ou seja, entre europeus e africanos. Por sua vez, os congoleses acreditavam no contrário, aguardando uma melhoria substancial das suas condições económicas e sociais e, sobretudo, o abrandamento das medidas de segregação racial³¹⁷.

Era óbvio que as fugazes “iniciativas integracionistas” não se traduziram em grandes alterações à discriminação instalada pelo regime colonial belga em termos de “carreiras” e “oportunidades económicas”. Assim que os congoleses se aperceberam que a “igualdade e a justiça não podiam ser obtidas ao abrigo do quadro colonial”, o impacto foi grande, nomeadamente no seio dos estratos sociais mais descontentes, como era o caso dos “evoluídos” africanos que, a partir daí, optaram por aderir à resistência anticolonial e liderar a luta pela independência³¹⁸.

Ainda durante o ano de 1955 foi apresentado o “Plano Van Bilsen” da autoria do belga A. J. Van Bilsen, professor do Instituto Ultramarino de Antuérpia, economista e sociólogo de renome internacional. Este plano para 30 anos previa a emancipação política da colónia belga através da formação prévia de quadros, que garantissem uma transferência gradual de responsabilidade e de autoridade para as populações locais e, ainda, o estabelecimento de um “sistema político federal baseado numa constituição que considerasse as particularidades étnicas, económicas, sociológicas e políticas” da região³¹⁹. Mais uma vez as reacções foram díspares. Na Bélgica e no Congo a publicação do “Plano Van Bilsen” promoveu um “brado de indignação geral”, sendo que os mais complacentes designavam o professor de “visionário” e os outros, os mais cáusticos, de “vendedor do império”. Pelo contrário, os congoleses aproveitaram a oportunidade para fomentar uma discussão “apaixonada” sobre a plenitude dos seus direitos³²⁰. Na sua essência, este plano reflectia a “teimosia” belga em considerar a

³¹⁷ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, p. 73.

³¹⁸ Ntalaja, Nzongola Georges (2002), *The Congo, From Leopold to Kabila, A People's History*, London, Zed Books, p. 80. Com o terceiro maior número de assalariados na África, o regime colonial belga criou um movimento operário, relativamente forte, e uma classe de funcionários administrativos a partir da qual a liderança do movimento nacionalista emergiu entre os funcionários públicos de classe média conhecida por evoluídos (“évolués”). Ntalaja, Nzongola Georges (2002), *The Congo, From Leopold to Kabila, A People's History*, London, Zed Books, p. 5.

³¹⁹ Ki-Zerbo, Joseph (1972), *História de África Vol. II*, 2ª Edição, Mem-Martins, Publicações Europa-América, p. 236.

³²⁰ Chomé, Jules (1975), *Mobutu Chefe Supremo, Do Sargento Joseph Désiré ao General Sese Seko*, Porto, Afrontamento, p. 10.

independência como uma solução válida para o imediato, fazendo emergir, no seio da classe política belga um “dilema”: por um lado, consideravam que nem a Bélgica estava pronta para admitir a independência, nem o Congo tinha sido preparado para a receber, mas por outro, também “temiam as consequências de não fazê-lo”³²¹.

No Congo, houve duas “reações notáveis” ao plano Van Bilsen: a primeira, teve origem num “grupo moderado de católicos intelectuais africanos”, chamado “Consciência Africana” e a segunda partiu da iniciativa da “Associação dos Bakongos” (ABAKO)³²². No dia 23 de Agosto de 1956, a data que para o professor Nzongola marca o início da luta pela independência do Congo, o grupo da “Consciência Africana”, fundado pelo Abade P. Joseph Malula, bispo auxiliar de Léopoldville, e estimulado por Joseph Iléo que tinha colaborado na redacção do primeiro manifesto daquele grupo a proclamar a abolição da discriminação racial, o reconhecimento da personalidade africana e o direito à liberdade de expressão e cultural³²³. Este foi o momento que marcou o início da “dissolução da trindade colonial belga”, com as comunidades cristãs afastarem-se do “moribundo sistema colonial” instalado no Congo³²⁴. Aproveitando esta onda reivindicativa a ABAKO, uma associação cultural do grupo étnico Bacongo³²⁵, fundada em 1950 e presidida, a partir de 1955, por Joseph Kasavubu³²⁶, viria a reclamar, meses mais tarde, por uma maior emancipação política através da constituição de partidos políticos congolezes. Numa tentativa de satisfazer as expectativas dos líderes africanos congolezes que pretendiam que fosse o povo a escolher os seus próprios representantes, no ano seguinte e pela primeira vez na história do Congo, as autoridades belgas organizaram uma eleição popular. Cada município elegia os seus “conselheiros municipais”, no entanto os “burgomestres” continuavam a ser nomeados pelos governadores das províncias. A desilusão instalou-se na população e o resultado do escrutínio não foi o

³²¹ McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, p. 36.

³²² Ver Anexo C (Principais Partidos Políticos Congolezes - ABAKO).

³²³ Ntalaja, Nzongola Georges (2002), *The Congo, From Leopold to Kabila, A People's History*, London, Zed Books, pp. 81-82. Ver Anexo D (Principais Dirigentes Congolezes - Joseph Iléo).

³²⁴ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 148-149.

³²⁵ O grupo étnico Bakongo habitava uma extensa área desde as cidades de Léopoldville e Brazzaville (Congo-Francês) até ao Oceano Atlântico, abrangendo o norte de Angola, uma parte do Congo-Brazzaville e todo o Baixo-Congo. Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, p. 88.

³²⁶ Ver Anexo D (Principais Dirigentes Congolezes - Joseph Kasavubu).

mais ambicionado, provocando um ambiente de crispação que foi contrário ao inicialmente esperado, ou seja, a harmonização das reivindicações populares³²⁷. Efectivamente, tal como Crawford Young registou, nem a “História” nem o “nacionalismo Africano” aceitaram como admissível o plano deste homem, a quem apelidou de “profeta” por imaginar ser possível, naquela época, vir a ser considerado o “engenheiro da descolonização” do Congo³²⁸.

Os acontecimentos que se seguiram, em 1958 e 1959, levaram a Bélgica a “considerar seriamente a independência”: o discurso de De Gaulle em Brazzaville e os tumultos de 1959 em Léopoldville. Em 1958 tinha decorrido a Exposição Universal de Bruxelas que reuniu, no mesmo espaço, os representantes de várias etnias e grupos culturais do Congo para que pudessem tomar consciência da situação de “inferioridade” em que viviam e, posteriormente, conjugarem esforços para poderem mudar tal situação. Neste seguimento, o discurso do general De Gaulle, efectuado no dia 24 de Agosto de 1958, no decorrer de uma visita a Brazzaville, onde este propôs a independência da “África Francófona”, viria a ter um impacto decisivo. Estas palavras “estimularam”, no vizinho Congo belga, as “exigências” por uma independência que levasse as autoridades administrativas a perderem o controlo sobre “determinados centros regionais”, nomeadamente, na riquíssima província do Catanga³²⁹. Foi neste contexto que Lumumba viajou para Acra, ainda no término desse mesmo ano. Na capital do Gana, teve lugar a Conferência Pan-Africana dos Povos Africanos, onde estiveram representados os movimentos independentistas do Congo, da África do Sul e de Angola. Terá sido, segundo Holden Roberto, único angolano presente neste evento, o maior e o mais relevante “fórum de aglutinação dos africanos, até aquela data, marcando uma viragem sem precedentes na luta contra o colonialismo e no posicionamento do nacionalismo africano”³³⁰. Nesta conferência o povo congolês foi representado pelos líderes do “Movimento Nacional

³²⁷ Por exemplo, em Léopoldville a ABAKO ganhou 133 dos 170 lugares na Comuna Africana, com apenas 46 % do total dos votos. Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 116-118. Ver Anexo E (Eleições de Maio de 1960).

³²⁸ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 4.

³²⁹ McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 36-37.

³³⁰ N’ganga, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano, As Memórias de Holden Roberto, I Volume, 1923-1974*, São Paulo, Editora Parma, p. 71.

Congolês” (MNC)³³¹ tendo-se destacado, entre eles, Patrice Emery Lumumba³³² que, fruto de um discurso altamente inflamado, que representou o primeiro programa de acção estabelecido por um líder congolês contra o poder colonial, obteve um impressionante sucesso pessoal. De regresso ao seu país, Lumumba foi recebido como um herói nacional, tendo repetido o discurso perante uma multidão de congoleses que exigia a independência imediata do Congo³³³.

Tudo se precipitou em Janeiro de 1959. Os maiores motins da história da colónia tiveram lugar a 4 de Janeiro, em Léopoldville, após a proibição de uma manifestação da ABAKO, onde estava prevista uma intervenção pública do seu principal dirigente, Kasavubu. Os manifestantes congoleses recusaram dispersar e, inclusivamente, revoltaram-se contra a acção das autoridades policiais, facto que obrigou a uma forte intervenção policial cujo resultado se traduziu em centenas de mortos. A antecipação da independência parecia agora inevitável, mas a realidade da situação revelava a inoperância da Bélgica perante a ausência de um “plano concreto para transferência” de autoridade. O “dilema” voltava a emergir: “o Congo não estava politicamente ou administrativamente preparado para a independência, nem a Bélgica estava preparada para conceder a independência, mas muito paradoxalmente, agora a independência parecia inevitável”³³⁴.

Pressionados por esta hecatombe de acontecimentos, o rei e o Governo em Bruxelas precipitam-se a prometer a independência, numa declaração proferida a 13 de Janeiro. Mais uma vez, iria surgir um plano progressivo de independência para o Congo, mas agora, projectado para quatro anos. Este plano, que teve como autor um grupo de trabalho liderado pelo então ministro das Colónias, Pierre Ryckmans, “propunha estabelecer no Congo belga um Estado autónomo que beneficiasse de um regime democrático que respeitasse os direitos do homem e os valores africanos”³³⁵. O novo diagrama institucional previa para os congoleses uma prática do poder no “estádio inferior da comuna, depois ao nível regional através dos Conselhos Territoriais e em seguida da província a partir dos Conselhos Provinciais. Por fim,

³³¹ Ver Anexo C (Principais Partidos Políticos Congolese - MNC).

³³² Ver Anexo D (Principais Dirigentes Congolese – Patrice Lumumba).

³³³ Ki-Zerbo, Joseph (1972), *História da África Negra Vol. II*, 2ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 236-237.

³³⁴ McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, p. 37.

³³⁵ Apud, Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 165.

as “eleições gerais”, previstas para Dezembro de 1959, garantiriam ao Congo um quadro à escala do país sendo, posteriormente, constituído um “Governo Central por homens que teriam tido a oportunidade de dar as suas provas nas instituições de nível inferior”³³⁶. Mas a sorte deste ministro belga não foi diferente da do professor Bilsen. O processo iria encravar no mecanismo eleitoral proposto, por “existir uma profunda contradição entre o carácter puramente administrativo do território e a existência de um conselho eleito ligado a ele”. Perante este cenário, as eleições, na grande generalidade das províncias foram “boicotadas” e os conselhos territoriais nunca chegaram a ser eleitos, colocando um ponto final no plano inicialmente delineado pelo ministro belga³³⁷. Segundo algumas vozes, este malogro foi visto pelos principais líderes congolezes, nomeadamente por Lumumba, como mais uma prova, inequívoca, que a independência não passava de um “instrumento de propaganda” e “que nada mais restava se não prosseguir a luta”³³⁸. A quebra de confiança no Governo belga era um facto e, mais uma vez, se tornava evidente a inevitabilidade da antecipação da data da independência.

A esta instabilidade vieram juntar-se os rumores de que “era tempo de os brancos porem em marcha os planos gizados pela UMHK” para a secessão do Catanga³³⁹. Face ao crispar da situação, as autoridades belgas, de 20 de Janeiro a 20 de Fevereiro de 1960, convocaram todos

³³⁶ Chomé, Jules (1975), *Mobutu Chefe Supremo, Do Sargento Joseph Désiré ao General Sese Seko*, Porto, Afrontamento, pp. 17-18. Ver Anexo F (Novo Plano Institucional Para o Congo).

³³⁷ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 170.

³³⁸ Chomé, Jules (1975), *Mobutu Chefe Supremo, Do Sargento Joseph Désiré ao General Sese Seko*, Porto, Afrontamento, pp. 17-18.

³³⁹ “A UMHK possuía o monopólio mundial do urânio desde 1926. Em 1939, Frederic Juliot-Curie, então director do Centro Nacional de Investigação Científica, de Paris, negociou com a UMHK o fornecimento de 5 toneladas de óxido de urânio. Este urânio foi transferido para Londres antes da chegada das tropas alemãs a Paris. Os americanos recebiam igualmente urânio da UMHK. Foi a UMHK que lhes forneceu 1500 toneladas para o projecto Manhattan de onde saíram as bombas atómicas de Hiroshima e Nagasaki (...). Em 1959, os lucros belgas da UMHK ultrapassaram os 3,5 biliões de francos belgas (as taxas sobre as exportações constituíam mais de 50% dos rendimentos do Governo). Em 1960, as vendas da UMHK atingiram o montante de 200 milhões de dólares americanos e a companhia produziu 60% do urânio ocidental, 73% do cobalto, 10% do cobre. A UMHK tinha ainda interesses em 24 outras actividades, desde a produção eléctrica à química e ao caminho-de-ferro. Era este empório que estava por detrás de Tchombé e da independência do Catanga. Foi nacionalizada por Mobutu em 1967”. Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso, (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1962 – Optar pela guerra, Volume 3*, Lisboa, QuidNovi, p. 44.

os chefes políticos congolese para uma “mesa-redonda”, organizada em Bruxelas, com o objectivo de discutir o futuro da colónia para assim fixar o sistema político para o território do Congo. Os dois principais pontos desta reunião foram a calendarização da independência e a constituição de um Estado Independente. Relativamente à primeira questão, a data fixada foi 30 de Junho de 1960, o que surpreendeu toda a opinião pública internacional face ao favorecimento que os belgas garantiam à celeridade de todo este processo. No que concerne à segunda questão, e perante as dificuldades de entendimento entre a tese federalista de Kasavubu e a tese de um Estado unitário de Lumumba³⁴⁰, estabeleceu-se uma república parlamentar, com um Governo Central forte e seis Governos Provinciais e, para assegurar a transição, foi instituída uma constituição provisória chamada “Lei Fundamental”. O Governo Central seria designado após as eleições gerais, obrigatoriamente organizadas antes de 30 de Junho, e só depois seria encontrado o Chefe de Estado mediante uma decisão da “Câmara dos Representantes e do Senado”³⁴¹.

Pretendia-se com tudo isto, estabelecer a “base da ordem social e política do novo Estado”. Contudo, devemos sublinhar que, independentemente do anúncio destas mutações políticas, o “gradualismo em vez do imediatismo parece ser a visão mais adequada da política de descolonização belga”. Era um plano que tinha tudo para correr mal. Inspirado nas instituições políticas europeias, pretendia importar o “modelo democrático parlamentar da metrópole para o Estado Independente do Congo”, onde a única “experiência política contemporânea tinha sido o autoritarismo colonial”. Em nenhum momento da história do

³⁴⁰ Kasavubu revelou-se como o principal defensor das teses federalistas tal como Tchombé da CONAKAT. Ambos defendiam uma confederação e a constituição de uma comunidade com a Bélgica, tipo comunidade britânica de nações. Com o decorrer dos trabalhos as posições de Kasavubu e Tchombé, defendendo uma federação de Províncias com grande autonomia político-administrativa, foram-se aproximando, acabando por constituir uma frente unida contra as teses unitárias de Lumumba. Para este a regionalização, federalismo e autonomia das províncias era sinónimo de separatismo, secessões e fragmentações territoriais facto que iria originar conflitos tribais e arrastar o país para o caos. Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Katanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 117-118.

³⁴¹ A Câmara dos Representantes ficaria com 137 deputados, distribuídos pelas diferentes províncias de acordo com sua representatividade em termos de população, e o Senado com 84 membros. O senado deveria contar com doze membros por cada uma das regiões do Congo, sendo um terço reservado para os chefes tribais. Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Katanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 187-191.

colonialismo belga, os políticos congolezes foram preparados para operar uma “máquina política” com tais características³⁴².

Neste contexto, a questão que se colocava era a de saber quem é que iria operacionalizar o sistema fixado porque, na realidade, o ensino belga no Congo rejeitou “sistematicamente a formação de qualquer elite”, condição essencial para concretizar a transferência gradual de responsabilidade e de autoridade para as populações locais sugerida pelo professor Van Bilsen. O ensino universitário era praticamente nulo e em 1960, por exemplo, não havia no Congo um único aluno africano a frequentar cursos das áreas científicas do direito, da medicina ou das ciências sociais, não havia, também, nenhuma formação política, nem liberdade de imprensa nem liberdade de associação acessível aos congolezes. Consequentemente, à data da independência, não existia uma elite política congoleza, com uma formação de base, que proporcionasse garantias mínimas de sucesso ao sistema que se pretendia implementar³⁴³. Esse é o cenário que podemos confirmar através do retrato da situação educacional do Congo nas escolas africanas nas vésperas da independência:

Nível Escolar	N.º de Alunos	N.º de Professores Africanos
Primário	1.502.588	43.251
Secundário e Superior	13.583	84
Técnico & Agrícola	17.142	734

Quadro 1.2: Frequência das Escolas Africanas em 1959³⁴⁴

Efectivamente, os belgas nunca se preocuparam em cultivar uma prática política “progressista” que amenizasse a “imagem” e a “realidade” das colónias. Pouco ou nada fizeram para atenuar os factores mais negativos de uma “exploração colonial dos recursos africanos”, com o intuito de legitimar as “desigualdades resultantes do colonialismo ou sequer para assegurar a sua aceitação por parte das elites africanas emergentes”. Foi por estes motivos, que Congo se apresentava como um dos melhores exemplos da exploração dos recursos africanos pelos europeus. Também foi por esta ordem de razões que as empresas

³⁴² McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, p. 37.

³⁴³ Chomé, Jules (1975), *Mobutu Chefe Supremo, Do Sargento Joseph Désiré ao General Sese Seko*, Porto, Afrontamento, pp. 10-12.

³⁴⁴ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 200.

européias instaladas no Congo, nomeadamente na província do Catanga, se recusavam a abdicar dos “benefícios do colonialismo”, só porque era urgente adoptar uma nova orientação política que correspondesse às exigências libertadoras dos últimos anos da década de 1950. Esta era a principal característica do “legado colonialista” no Congo, ao qual a comunidade internacional teve que reagir, à medida que esta região africana se tornava “no principal foco da Guerra Fria no início da década de 1960”³⁴⁵.

Em termos económicos, a herança também foi pesada. Durante o período em que Leopoldo II foi rei e senhor do seu imenso território africano designado por Estado Livre do Congo, os ingleses, através das Concessões do Tanganica, garantiram em 1899 um conjunto de direitos que visavam a exploração mineira. Todavia, a do Catanga, a província mais rica do Congo, ficou sob a alçada da Companhia do Catanga criada por Leopoldo. Em 1904, já com o Comité Especial do Catanga em funções (foi criado em 1900), ocorreu uma importante acção de fiscalização ao reino privado de Leopoldo levada a efeito por uma “comissão de inquérito parlamentar de carácter internacional”. Foi o cariz “demolidor” deste relatório que fez com que a Bélgica, em 1908, anexasse aquele território africano para o transformar numa das suas colónias. Como já vimos, os belgas a constituírem a Sociedade Geral Belga para assumir um papel preponderante na riquíssima região do Catanga. Conferiram uma “face mais humana ao legado de Leopoldo”, no entanto a primordial preocupação era conceber uma “máscara e não efectuar qualquer mudança profunda”. A linha de continuidade também foi evidente na manutenção dos interesses da Companhia do Catanga e do Comité Especial do Catanga, que posteriormente viriam a ser determinantes no processo conducente à independência, nomeadamente na “questão das transferências económicas e financeiras da Bélgica para o Congo Independente”. Pela preponderância que as questões económicas, sobretudo as “contenciosas”, assumiram no processo pós-independência, este assunto é elementar para compreendermos todo o processo de descolonização do Congo. Verdadeiramente, aquilo que foi transferido para o novo Governo congolês foi “a dívida resultante dos esforços belgas no sentido de melhorar as condições no Congo”, que constituíam parte importante dos “assuntos contenciosos”. Tal significava que Bruxelas reconhecia os direitos do novo Governo Independente do Congo sobre as entidades “paraestatais, as acções e as obrigações emitidas por empresas privadas com direitos de propriedade ou de exploração, mas só depois de

³⁴⁵ Kent, John (2011), “Descolonização e Guerra Fria, A ONU os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais, Volume 30, Os Ventos de Mudança e a Descolonização*, p. 39.

ultrapassadas todas as situações litigiosas”. Até lá insistiu em mantê-las “sob a sua alçada, assim como os dividendos resultantes das suas acções”, situação que seria recusada pelas novo poder instituído em Léopoldville³⁴⁶.

É este o enquadramento que explica, em parte, a turbulência dos acontecimentos que marcaram o ano de 1960. Em Maio desse mesmo ano, realizaram-se as eleições nacionais. Perante uma ausência de verdadeiras “organizações políticas” e uma enorme diversidade de “interesses políticos concorrentes” associados a uma infinidade de partidos (mais concretamente quarenta) com orientações essencialmente étnicas, uma vez que a etnia representava a única “base política” importante para a “mobilização política”, a votação ocorreu segundo “linhas étnico-regionais”. Como resultado, nenhum partido conseguiu atingir uma maioria absoluta. No entanto, o MNC de Lumumba ganhou 41 dos 137 lugares da Assembleia Nacional emergindo, dessa forma, no seio de uma “pluralidade de assentos” que tornava inevitável as “estratégicas alianças políticas”³⁴⁷. Para além disso, confirmou-se que a independência proclamada pelos diversos partidos não “era um conceito amplamente compreendido” e conseqüentemente nenhum grupo político garantiu a legitimidade necessária para formar o Governo nacional de um Congo independente³⁴⁸.

Foi um período de intensa actividade política no Congo, em grande parte fruto de um resultado eleitoral que gerou um vencedor - Lumumba - mas sem uma maioria que lhe permitisse governar sozinho. Naturalmente que este cenário não era o mais desejado pelos belgas, que passaram a ter como prioridade máxima afastar da chefia do governo um líder nacionalista que não estaria muito disponível para garantir a manutenção das “relações económicas coloniais”. Assim que os resultados eleitorais foram tornados públicos, Ganshof van der Meersch, o ministro residente do Congo, foi incumbido de encontrar o líder congolês que, de acordo com uma Constituição inspirada pela Lei Fundamental belga, teria a missão de constituir o novo Governo. No entanto, Van der Meersch em vez de nomear o líder do principal partido, Lumumba, preferiu optar por Joseph Kasavubu que, obviamente, foi

³⁴⁶ Kent, John (2011), “Descolonização e Guerra Fria, A ONU os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais*, volume 30, *Os Ventos de Mudança e a Descolonização*, pp. 40-41.

³⁴⁷ Ver Anexo E (Eleições de Maio de 1960).

³⁴⁸ McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, p. 37.

incapaz de organizar uma equipa governativa sem o apoio de Lumumba³⁴⁹. Tal como John Kent refere a “estratégia anti-Lumumba foi posta em prática ainda antes de se poder verificar que este era comunista ou que estava a ser instrumentalizado pelo comunismo soviético”. Quanto aos Estados Unidos, a preocupação não era tanto económica. Em Washington, de uma forma geral, Lumumba era visto “como um comunista ou alguém passível de ser instrumentalizado pelos soviéticos”. Logo, o que estava em causa era uma aproximação aos africanos através da instituição de um “Estado capitalista e democrático de sucesso, que aplicasse os princípios do capitalismo americano na África pós-independência – em oposição às práticas capitalistas coloniais que caracterizavam o capitalismo europeu”³⁵⁰.

Contudo, gorada a tentativa de Kasavubu formar Governo, foi a Lumumba que, no seguimento de intensas conversações, coube a responsabilidade de obter uma maioria parlamentar que lhe concedesse o voto de confiança necessário à formação do primeiro executivo governativo. Durante este período, os círculos políticos de Bruxelas e de Léopoldville concentraram-se no conflito entre aqueles dois dirigentes que, após diversas congeminações, conseguiram alcançar um acordo, ficando Lumumba como primeiro-ministro e Kasavubu como presidente da República. Este entendimento fazia prever o fim dos principais problemas, afastando o perigo de desmembramento do Congo através do confronto entre os dois principais blocos políticos e a eclosão de conflitos tribais em larga escala no interior do novo Estado³⁵¹.

No entanto, o desmoronamento deste cenário apaziguador seria apenas uma questão de tempo. No decorrer das celebrações da Independência de 30 de Junho de 1960, presididas pelo rei Balduino da Bélgica, Lumumba brindou o monarca belga com um discurso excessivamente inflamado onde estava resumido todas as humilhações de um passado amargo: “(...) Vimos as terras espoliadas, a lei desigual para brancos e pretos, as perseguições

³⁴⁹ No relatório elaborado por Van der Meersch relativo ao acto eleitoral, foi o próprio ministro assumir que “ele fez tudo o que era legalmente possível para evitar um Governo liderado por Lumumba”. Apud, Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 309.

³⁵⁰ Kent, John (2011), “Descolonização e Guerra Fria, A ONU os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais*, volume 30, *Os Ventos de Mudança e a Descolonização*, pp. 41-42.

³⁵¹ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Katanga*, Hong Kong, UHAKI, p. 199.

políticas e religiosas, as casas magníficas para os brancos e as palhotas para nós. Quem pode esquecer os enforcamentos e tiroteios em que pereceram tantos dos nossos irmãos?”³⁵².

No dia seguinte ao das comemorações, Lumumba não conseguiu conter a eclosão de desacatos no seio de uma população ávida de vingança. Com a “Força Pública” ainda no comando e com um corpo de oficiais inteiramente europeu, os belgas convenceram-se que era possível conceder a independência enquanto o edifício colonial mantivesse o “controlo efectivo” durante um determinado período de “transição institucional”, que se iria prolongar para além da “transferência formal do poder”. A crença numa mais que improvável possibilidade de convívio fraterno entre uma “juventude contestatária” e uma “burocracia colonial conservadora” durou apenas 5 dias. Ao fim de uma semana, perante a teimosia do último comandante europeu general Janssens, ao não permitir uma rápida implementação do “programa de africanização por ele próprio idealizado”, o exército colonial amotinou-se, com os oficiais europeus a serem expulsos das fileiras e a esmagadora maioria dos administradores belgas a fugirem para a riquíssima província Catanga³⁵³.

Com o intuito de apaziguar os ânimos, no dia 8 de Julho o Conselho de Ministros decidiu-se pela africanização da cúpula militar surgindo o coronel Mobutu³⁵⁴, que até então era um simples sargento da “Força Pública”, como chefe de Estado-Maior do novo Exército Nacional Congolês (ENC) que passava a ter como comandante supremo o general Lundula. Quanto à constituição do novo corpo de oficiais, esta seria efectuada com base no plano idealizado pelos belgas que tinha como ideia central “uma massiva promoção dos sargentos”. Posteriormente foram enviados para os diferentes campos militares instalados por todo o território congolês, delegações para superintender a instalação desta leva de comandantes saídos de um processo de formação que se resumiu a uma cerimónia de imposição de galões. Obviamente, o plano revelou-se desastroso. Fruto da incapacidade dos novos oficiais para impor a sua autoridade, nos meses seguintes instalou-se o caos no ENC. Este cenário de anarquia instituído nas fileiras do ENC, levou as Nações Unidas a sugerir necessidade de, sob os seus auspícios, desarmar, reorganizar, e reciclar todo o exército congolês. Inicialmente, o

³⁵² Apud, Gomes, Matos (1963), *África em Chamas*, Lisboa, Edições Euroáfrica, p. 297.

³⁵³ Young, Crawford (2002), “Contextualizing Congo Conflicts, Order and Disorder in Postcolonial Africa”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, p. 17.

³⁵⁴ Ver Anexo D (Principais Dirigentes Congolese - Mobutu).

Governo congolês não colocou qualquer entrave e no dia 15 de Julho começou o desarmamento na guarnição militar de Léopoldville³⁵⁵.

Contudo, este quadro de cooperação alterou-se completamente com os acontecimentos do Catanga. Nesta província, que “contribuía com 66% do orçamento do país inteiro”, emergiu uma outra importante figura da cena política congoleza, que dava voz aos que defendiam a secessão daquela região e que seria o vencedor das eleições provinciais. Tratava-se de Moisés Tchombé³⁵⁶, líder da Confederação das Associações do Catanga (CONAKAT)³⁵⁷. Permitir a secessão do Catanga era, para muitos, condenar o país à pobreza e, por esse motivo, durante as conversações de Bruxelas, ficou definido que a estrutura final das províncias deveria ser fixada por uma “lei institucional adoptada por cada província, por uma maioria de dois terços”. Apesar da vitória, Tchombé no decurso do acto eleitoral, não obteve essa maioria, facto que, à luz desta lei, tornou o seu Governo provincial sem a coesão política necessária para almejar os intuitos do seu líder. No entanto, os interesses das empresas belgas falaram mais alto no sentido de pressionar o Parlamento belga a aprovar uma emenda contrária ao que a “Lei Fundamental” previa para legitimar a constituição de um “Governo da CONAKAT homogéneo”. Esta surpreendente solução política viria a ser determinante para o que aconteceu logo a seguir ao 30 de Junho de 1960³⁵⁸.

Estes acontecimentos constituíram o elemento iniciador de uma situação que se tornou insustentável quando Moisés Tchombé, a 11 de Julho, com o apoio e a cumplicidade das tropas belgas proclamou a secessão da sua província e a constituição de um outro Estado independente. O Governo de Lumumba considerou este acontecimento inaceitável. Previsivelmente, o ambiente inicialmente apaziguador que se viveu em Léopoldville tinha os dias contados. Para Lumumba continuar “a tolerar o desarmamento do seu Exército”, teriam que ser introduzidas novas exigências nas condições do acordo, nomeadamente “a retracção das tropas belgas e uma acção mais vigorosa das Nações Unidas no Catanga”. Desta forma, a missão da ONU passava a estar ao abrigo de um mandato estabelecido por uma resolução emanada pelo Conselho de Segurança a exigir a retirada das tropas belgas e a solicitar o apoio

³⁵⁵ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 446-448.

³⁵⁶ Ver Anexo D (Principais Dirigentes Congolezes – Moisés Tchombé).

³⁵⁷ Ver Anexo C (Principais Partidos Políticos Congolezes - CONAKAT).

³⁵⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 182 - 183.

militar das Nações Unidas ao Exército congolês³⁵⁹. A resolução foi aprovada a 14 de Julho e a crise congoleza passou a partir dessa data a chamar a “atenção internacional”, aparecendo como “intervenientes externos” a União Soviética, os Estados Unidos, as Nações Unidas e a Bélgica³⁶⁰.

No entanto, nenhuma destas exigências se verificou: os destacamentos belgas permaneceram no terreno ao mesmo tempo que Tchombé preparava a sua gendarmerie e nenhuma acção imediata por parte das Nações Unidas se previa. Evidentemente que o facto das forças belgas apoiarem a atitude de Tchombé no Catanga veio complicar os objectivos da ONU em particular o seu secretário-geral. Dag Hammarskjold, no dia 6 de Agosto tomou a iniciativa de solicitar ao Conselho de Segurança o estabelecimento de regras que permitissem as forças da ONU entrar no Catanga sem interferir com os assuntos internos do Congo, facto que fazia transparecer que nenhuma “acção imediata” iria ser tomada contra o novo regime instituído no Catanga³⁶¹.

Foi este o ponto que levou John Kent a assinalar, no contexto internacional em que se desenhou este conflito (GF), a preferência do secretário-geral da ONU: apesar de não apoiar a posição de Tchombé no Catanga, Hammarskjold inclinava-se mais para o lado dos interesses ocidentais. O que verdadeiramente estava em causa era a contenção da “influência soviética” sem interferir nos assuntos internos do Congo, uma vez que Lumumba era visto como um “neocomunista”, representando a sua permanência no poder a garantia de “consequências graves para os interesses ocidentais”. Quanto a Tchombé, apesar de ser um assumido anti-comunista, ao desafiar a “lógica ocidental de descolonização através da criação de estados unificados e viáveis”, impediu que os Estados Unidos e a Bélgica pudessem vir a reconhecer a secessão do Catanga. Desta forma, o desafio que se colocava às Nações Unidas era saber “reconciliar, por um lado, os objectivos declarados dos países ocidentais descolonizados e, por outro, os compromissos para com democracias viáveis e – particularmente para os EUA no caso do Congo - para com um capitalismo mais abrangente e menos eurocêntrico”³⁶².

³⁵⁹ Ver Anexo G (Resolução n.º 143 de 1960 da ONU).

³⁶⁰ McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, p. 39.

³⁶¹ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 448.

³⁶² Kent, John (2011), “Descolonização e Guerra Fria, A ONU os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais*, volume 30, *Os Ventos de Mudança e a Descolonização*, p. 43.

Importa lembrar que esta acção das Nações Unidas veio reforçar uma iniciativa pessoal do embaixador americano Clare Timberlake em Kinshasa, efectuada no dia antes aos acontecimentos na província do Catanga e no decorrer dos motins que ocorreram no seio da “Força Pública”. O diplomata americano acreditava que a anarquia que se instalara no Congo teria repercussões muito para além da “crise imediata” e iriam lançar o Congo directamente “nas mãos dos russos”. Para o embaixador americano, a instabilidade e a anarquia proporcionariam uma oportunidade única para as forças radicais tomarem conta do país, ameaçando dessa forma os interesses ocidentais nesta “parte rica e estratégica de África”. Coagido por esta sua convicção, Timberlake convenceu-se que a melhor forma de proteger os interesses ocidentais no Congo passava por defender a presença das tropas da ONU, uma vez que os belgas tinham decidido intervir unilateralmente, nada melhor do que legitimar essa intervenção colocando essa força “sob o chapéu” das Nações Unidas³⁶³.

Quanto aos Estados Unidos, o envolvimento na crise do Congo de 1960 “ilustra de forma dramática um dilema americano na política externa”: a aparente “incompatibilidade” entre a “rejeição emocional do colonialismo no país e o peso da liderança mundial, que incluíam consequências anticoloniais”³⁶⁴. Durante este período, ainda com Eisenhower à frente dos Estados Unidos, esta ideia de contar com as Nações Unidas para lidar com o assunto do Congo através do envio de uma força multi-nacional liderada pelos EUA para garantir a defesa dos interesses americanos na região, tornou-se parte integrante da política americana para o Congo. Mas o “plano de acção” não se ficava por aqui. A segunda dimensão deste plano passava por prever um “golpe militar” liderado por Mobutu, para destituir Lumumba e entregar o poder a Kasavubu. Por fim, previa-se a preparação de um “plano ultra-secreto” para eliminar Lumumba³⁶⁵.

Ou seja, objectivamente tanto a intervenção da ONU como a política dos Estados Unidos, representou mais “uma consequência do medo da expansão soviética do que uma resposta às necessidades de integridade e segurança do território do Congo”. Para além disso, também conseguimos garantir alguma plausibilidade à argumentação de que houve uma fusão de

³⁶³ Kalb, Madeleine G. (1982), *The Congo Cables, The Cold War in Africa – From Eisenhower to Kennedy*, New York, MacMillan Publishing Co., Inc., p. 7.

³⁶⁴ Kaplan, Lawrence S. (1967), “The United States, Belgium, and the Congo Crisis of 1960”, *The Review of Politics*, (online), Volume 29, 2, p. 239.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1405667>.

³⁶⁵ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, D. Quixote, Alfragide, pp. 28-29.

interesses estratégicos, especialmente o anti-sovietismo, o acesso aos depósitos de urânio do Congo e a dimensão geográfica do país, juntamente com a sua localização no coração da África. Independentemente da ponderação de cada um destes factores, qualquer um deles condicionou a conduta de Washington e por esse motivo a leitura anterior parece-nos razoável: “com o conhecimento e a aprovação pessoal de Eisenhower, agências e agentes americanos foi arquitectado não só golpe de Mobutu, mas a deposição, prisão e, possivelmente, o assassinato, de Lumumba”³⁶⁶.

Portanto, era natural que os EUA inicialmente tentassem evitar, por todos os meios ao seu alcance, a aprovação de uma resolução que compreendesse um pedido de retirada das forças belgas. Como vimos, esses esforços revelaram-se infrutíferos. O Conselho de Segurança pronunciou-se favoravelmente aos desejos congolezes, mas a intransigência belga continuou a favorecer os interesses americanos, no entanto com consequências indesejadas. Como na prática a resolução nada veio alterar, Lumumba e Kasavubu jogaram o trunfo Moscovo ao solicitar auxílio a Khruchtchev. A ideia era colocar os russos a “monitorizar a situação” e ameaçar com “um pedido de ajuda aos soviéticos” caso a Bélgica prosseguisse com a sua atitude. Esta posição chegou aos ouvidos do embaixador belga em Washington, que de imediato a descreveu como “uma crescente ameaça soviética”. Com a tensão aumentar, os EUA viram-se obrigados a ceder, dando início a um conjunto de diligências que tinham como objectivo pressionar a Bélgica a “retirar as suas tropas do Congo, ou pelo menos iniciar o processo e afirmar de forma inequívoca que a retirada era o objectivo final”. Contudo, a teimosia belga não cessou e Hammarskjold continuou hesitante quanto ao envio de tropas para o Catanga, factores que “fizeram com que Lumumba perdesse a paciência” dando início a um ataque severo ao secretário-geral das Nações Unidas. A ameaça da perda de preponderância das forças da ONU no terreno fez soar o alarme em Washington. Perante o cenário de alargamento da influência soviética no Congo e o agravamento da guerra civil, os americanos juntamente com os ingleses concluíram “que, em vez de obrigar a Bélgica a obedecer às resoluções da ONU, o melhor seria afastar Lumumba”, passando a constituir o

³⁶⁶ Nwaubani, Ebere (2001), “Eisenhower, Nkrumah and the Congo Crisis”, *Journal of Contemporary History*, (online), Volume 36, 4, p. 611.

Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3180775>.

tônico da administração Eisenhower para o Congo: afastar Lumumba e os seus apoiantes dos centros de decisão congolese³⁶⁷.

A deterioração das relações entre as forças da ONU e o GCC conjugada com as pressões diplomáticas da Bélgica, da França e, sobretudo, a crescente influência da Central Intelligence Agency (CIA) na política congolese, convenceram Kasavubu “que estava no âmbito das suas responsabilidades a demissão de Lumumba e a formação de um novo Governo”, situação que viria a suceder no dia 5 de Setembro de 1960 originando, dessa forma, a primeira crise constitucional do Congo³⁶⁸. O eleito de Kasavubu, para constituir o novo Governo, foi Joseph Ileo que acabou por ser neutralizado a 14 de Setembro por Mobutu, a partir de uma demonstração de força que proclamou o seu primeiro golpe de estado, com a argumentação que era necessário por “termo ao problema constitucional que o Congo vivia”. Ao suspender o Governo em exercício instituiu, de imediato, uma administração composta por universitários, oriundos da Universidade Católica de Lovaine, a que deu o nome de “Colégio dos Comissários”, presidida por Justin-Marie Bomboko, político que vinha desempenhando as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros³⁶⁹. A transformação radical do panorama político com a instalação do Colégio dos Comissários e a sua auto-nomeação como Comandante Supremo, garantiu a Mobutu “a oportunidade que ele precisava para consolidar o controlo do exército”. Durante este período, instalado em Léopoldville, agregou à sua causa os “elementos mais antigos do exército”, a “elite da Polícia Militar” e um “recém-criado comando de Batalhão em Thysville”, constituiu um “batalhão de paraquedistas para servirem

³⁶⁷ Kent, John (2011), “Descolonização e Guerra Fria, A ONU os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais*, volume 30, *Os Ventos de Mudança e a Descolonização*, pp. 44-46.

³⁶⁸ Importa lembrar o envolvimento da CIA neste processo, para o efeito recordemos o testemunho de Andrew Tully, o historiógrafo oficial da Casa Branca para o período 1948-1961, na sua obra “CIA, The Inside Story”. Segundo Tully, terá sido esta organização a responsável por toda a preparação e destituição de Lumumba, através de mecanismos de pressão diplomática e, muito particularmente, as contrapartidas que os americanos garantiram a Kasavubu caso este demitisse o primeiro-ministro, a quem acusavam de comunista. Tully atribuiu, também, àqueles serviços secretos não só a descoberta de Mobutu como sobretudo a organização do seu golpe de estado. Tully, Andrew (1962), *CIA, The Inside Story*, New York, Fawcett Crest Book, pp. 178-187.

³⁶⁹ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 262-263.

como sua guarda pretoriana” e, por fim, instalou em Thyseville, “um esquadrão de blindados”³⁷⁰.

O sucesso de Mobutu fazia prever início do calvário dos seus opositores ou de todos aqueles que pudessem pôr em causa a consolidação da sua liderança. O primeiro foi Lumumba. Em Janeiro de 1961, após uns dias de encarceramento e na sequência de uma ordem dada por Mobutu, Lumumba foi enviado para o Catanga local onde se consumou a sua sentença de morte. As circunstâncias e a natureza dos apoios que levaram ao assassinato de Lumumba permanecem inconclusivas. No entanto, mesmo que tenham sido as forças de Tchombé a “puxar o gatilho”, este desaparecimento correspondeu, como já vimos, ao desejo belga e americano de pôr fim a quem, segundo estes, punha em causa a “estabilidade” e o “ideal anti-comunista que tinham para África”. Ambos acreditavam que, eliminar tais ameaças significava a concretização de importantes vitórias para “políticas incipientes de África”. Foi desta forma que Lumumba capitulou, sendo ele próprio vítima de um “clima político caótico e dos interesses paroquiais dos quebra poderes ocidentais” que o viam como uma ameaça³⁷¹.

Três dias depois de Lumumba voar para o Catanga, no dia 20 de Janeiro de 1961, a administração Kennedy assumiu os destinos americanos³⁷². “Com Kennedy, a estratégia dos Estados Unidos para a Guerra Fria passou a centrar-se nos novos estados africanos independentes” e para que se verificasse essa mutação na política norte-americana para o Congo, muito terá contribuído o assassinato de Lumumba e o impacto que causou na opinião pública internacional³⁷³. O destino de Lumumba provocou uma onda de contestação, interna e externa, que iria patrocinar o reconhecimento internacional dos seus apoiantes, nomeadamente Gizenga, como a única solução política credível para o Congo e, em sentido contrário, a condenação daquele que era visto como o principal responsável pelo sucedido, Moisés Tchombé. Este passa a ser visto pelos responsáveis políticos congolese, como a

³⁷⁰ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 448-449.

³⁷¹ McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 39-40.

³⁷² Kalb, Madeleine G. (1982), *The Congo Cables, The Cold War in Africa – From Eisenhower to Kennedy*, New York, MacMillan Publishing Co., Inc., p. 196.

³⁷³ Kent, John (2011), “Descolonização e Guerra Fria, A ONU os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais, Volume 30, Os Ventos de Mudança e a Descolonização*, p. 46.

principal causa de todos os males que assolavam o Congo e, por tudo isto, irá ter um destino semelhante ao de Lumumba: a prisão. Será Mobutu, que já lhe tinha confidenciado a sua amizade, que o libertaria dois meses após ter sido encarcerado em Léopoldville³⁷⁴.

Perspectivando-se um quadro de violência generalizada, era urgente encontrar uma solução governativa para que o Congo garantisse a unidade do país³⁷⁵: a escolha recaiu em Cyrille Adoula³⁷⁶, o “preferido pelos americanos não obstante as suas ligações à esquerda moderada”³⁷⁷. No âmbito da organização da sua equipa governativa, Adoula fez questão de convidar vários lumumbistas, garantindo a pasta da vice-presidência a Gizenga que, por ver em Mobutu a génese de todos os problemas do Congo, estabeleceu uma condição para aceitar a pasta que, mais tarde, viria a ditar a sua sorte: o afastamento de Mobutu e do seu amigo Victor Nendaka, o então chefe da segurança. Mobutu, por sua vez, que acreditava que “um êxito de Gizenga no parlamento levaria à destituição de Kasavubu, à secessão do Baixo-Congo e a um renascimento da secessão do Catanga”, promoveu, inicialmente, o divórcio entre Gizenga e Adoula, ao não colaborar com as operações que visavam acabar com a secessão do Catanga, condição essencial para restabelecer a unidade do país, para mais tarde mandar prender o próprio Gizenga acusando-o de planejar um atentado contra a sua pessoa. Este episódio irá marcar o recrudescimento da violência contra o Governo central de Léopoldville. A marcha dos acontecimentos internos do Congo iria expôr a “confusão e a péssima administração do país” e, simultaneamente inflamar todos os sentimentos de revolta do povo congolês: “a rebelião, para uns, mas a revolução para outros”, estava lançada³⁷⁸.

³⁷⁴ É importante, mais uma vez, destacar o papel da CIA que, segundo Andrew Tully, terá sugerido a Mobutu a importância de ter Tchombé fora das catacumbas de Léopoldville: “Tchombé foi mantido como prisioneiro durante dois meses, enquanto a CIA fazia reclamações a seu favor e alertava para o perigo de se criar um novo “mártir”. Com ou sem o acordo de Kasavubu, em Junho, Mobutu ordenou a libertação de Tchombé”. Tully, Andrew (1962), *CIA, The Inside Story*, Fawcett Crest Book, New York, p. 184.

³⁷⁵ Adoula era um acérrimo defensor da “unidade do Congo” e um opositor das teses independentistas do Catanga. Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 338.

³⁷⁶ Ver Anexo D (Principais Dirigentes Congolezes - Cyrille Adoula).

³⁷⁷ Kent, John (2011), “Descolonização e Guerra Fria, A ONU os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais*, volume 30, *Os Ventos de Mudança e a Descolonização*, p. 47.

³⁷⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 189 - 191.

O Congo passava a estar “irreversivelmente fragmentado”: Stanleyville, controlada por Gizenga e a reclamá-la como a verdadeira capital do Congo; o Catanga, que vivia uma secessão liderada por Tchombé e o Kasai do Sul que, à semelhança da sua província vizinha, sob a égide de Albert Kalonji, tinha proclamado o segundo regime separatista do Congo. Rapidamente a ONU, sentindo que a reunificação era a única forma de garantir alguma estabilidade ao Congo, deu início a uma série de conversações na tentativa de chegar a um entendimento que permitisse alcançar esse objectivo. Em Janeiro de 1963, a secessão de Catanga chegava ao fim e o líder separatista Tchombé fugia para o exílio. Apesar de tudo, este epílogo não permitiu tranquilizar as inúmeras “tempestade do Congo” e outros episódios se seguiram³⁷⁹.

Em 1964, Mobutu, que na sua caminhada para o poder tinha vindo a promover o afastamento de todos os elementos próximos das teses lumumbistas e a fomentar a crescente perda de autoridade de Adoula, teve que lidar com o “clímax” de toda esta contestação: a revolta de Pierre Mulele e de Gaston Soumialot. Mulele, antigo ministro da educação de Lumumba, que tinha regressado da China após um período de doutrinação, tentou sistematizar as “ideias das massas populares”, tendo como ponto de partida o “quadro da luta de classes de Marx e Lenine” conjugado com a “estratégia Maoista”³⁸⁰. Daí o facto de Crawford Young aproximar o discurso “Mulelista” ao de uma “versão simplificada da doutrina Maoista”. Ao “discurso revolucionário” de Mulele aderiram “alguns milhares de guerrilheiros” que, tendo como “apoio de base” as aldeias, conseguiram erguer um verdadeiro “o exército nacional” que tomou e controlou a província de Kwilu durante vários meses. Em contraste, a revolta no leste liderada por Soumialot foi mais “fragmentada” e baseada numa “linguagem radical nacionalista”, conseguindo, através da “manipulação de um discurso sobrenatural”, rapidamente tomar conta de quase metade do país, atingindo contornos quase nacionais. Ao contrário da revolta de Mulele, baseada nos “redutos rurais, as revoltas do leste conquistaram os centros urbanos sem qualquer projecto ou capacidade para os governar”³⁸¹.

³⁷⁹ McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, p. 40.

³⁸⁰ Ntalaja, Nzongola Georges (2002), *The Congo, From Leopold to Kabila, A People's History*, London, Zed Books, pp. 374-375.

³⁸¹ Young, Crawford (2002), “Contextualizing Congo Conflicts, Order and Disorder in Postcolonial Africa”, em John F. Clark (edited), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 20-21.

Foi desta forma, que o ambiente insurrecto que se instalara no país fez transparecer a impotência governativa de Adoula e a incapacidade operacional das tropas de Mobutu para controlar a escalada de violência. O Governo de Adoula, “sob uma nuvem de incerteza política”, foi incapaz de evitar o “colapso”, avizinhando-se um novo período sob a égide de um outro líder. Chegara a vez de Tchombé. Em Julho de 1964 regressou do seu exílio de Madrid, para liderar um novo governo constituído por Kasavubu. Desde logo assumiu algumas iniciativas políticas, destacando-se a substituição da Lei Fundamental instituída durante a independência, por uma nova constituição e a alteração da designação do país para República Democrática do Congo. No entanto, o novo Governo e a introdução de novas reformas constitucionais foram impotentes para determinar o “fim das rivalidades e das ambições políticas”³⁸².

Desde 1961 que a “prioridade” dos Estados Unidos passava pelo combate aos movimentos congolezes “identificados com a esquerda”, nomeadamente aquele que era encabeçado por Antoine Gizenga, que era rei e senhor em Stanleyville e mantinha estreitas ligações com Moscovo. Kennedy acreditava que a “credibilidade dos Estados Unidos iria obrigar a uma reintegração do Catanga no Congo”, afigurando-se Adoula como o homem ideal para promover a reintegração daquela província e, em simultâneo, lidar com os vários problemas que agitavam o Congo. A estratégia americana passou por tentar resolver, em primeiro lugar, o caso de “Stanleyville e Gizenga” e só posteriormente lidar com a questão do Catanga, uma vez que esta era encarada “como a melhor forma de assegurar a manutenção dos valores socioeconómicos do capitalismo americano e europeu na África”³⁸³. No contexto da GF, ao contrário de Cuba e da Indochina, o Congo foi, segundo Madeleine Kalb, o “único” caso onde a política externa norte-americana pode ser descrita como um “êxito duradouro”, tendo esse sucesso perdurado até determinada altura, graças ao empenhamento de Mobutu. Kennedy acreditava que a melhor maneira para contrariar o desafio soviético em África passava por ganhar o respeito dos “líderes neutralistas e trabalhar em estreita colaboração com eles”, recusando-se a negociar directamente com quem não respeitava os mesmos princípios democráticos. Este estilo, marcadamente “liberal”, assiná-la uma ruptura relativamente ao seu

³⁸² McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, p. 40.

³⁸³ Kent, John (2011), “Descolonização e Guerra Fria, A ONU os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais*, volume 30, *Os Ventos de Mudança e a Descolonização*, p. 48.

antecessor, Eisenhower, que preferiu uma abordagem mais “conservadora” sustentada no argumento que “nada é perfeito no mundo” e que Mobutu, com todos os seus defeitos, constituía um “activo” muito importante no combate aos interesses soviéticos no Congo. Ainda que no essencial pouco ou nada tenha mudado, tal como Tiago Moreira de Sá o refere³⁸⁴, não podemos deixar de concordar que se tratou de dois estilos diferentes, que determinaram o modo como os Estados Unidos se relacionaram durante este período com o Congo e, muito particularmente, com Mobutu. Quanto a Kennedy, foi esta linha orientadora que o levou a apoiar, em 1961, a formação do Governo de Adoula e, posteriormente, a “treinar e a fortalecer” o Exército de Mobutu como forma de garantir a reintegração da Província do Catanga e, com isso, a estabilidade da governação de Adoula³⁸⁵.

Foi este o contexto que permitiu a erguer em Novembro de 1964 a “Operação Dragão Vermelho”, realizada com o apoio militar e financeiro dos Estados Unidos, Bélgica, Israel, entre outros, juntamente com os gendarmes e os mercenários de Tchombé, para recuperar Stanleyville. Esta situação proporcionou ao líder catanguês, e nesta altura responsável pelos destinos do Congo, o “sucesso” que o exército de Mobutu não conseguira obter meses antes, numa derrota, considerada por alguns historiadores, de “profundamente humilhante”³⁸⁶.

Atingindo este objectivo, as atenções voltavam-se, de novo, para a capital, com o presidente Kasavubu a assumir o papel principal de um filme rocambolesco que não havia forma de chegar ao seu termo. Tchombé, ainda primeiro-ministro, empenhou-se na missão de pacificar o Congo e, simultaneamente, preparou-se para as eleições de Março de 1965, organizando um partido de cariz nacional, sem ligação à CONAKAT, que viria a designar-se “Convention Nacional Congolaise” (CONACO) e que foi o grande vencedor desse acto eleitoral. O prestígio de Tchombé passou a constituir um tormento para Kasavubu que, em vésperas de eleições presidenciais, sentiu a sua posição fragilizada, vislumbrando a necessidade de afastar Tchombé do panorama político congolês. Para o efeito, construiu um quadro incriminatório assente na aproximação de Tchombé aos mercenários e demitiu-o no dia 12 de Outubro de 1965, tendo sido nomeado para o seu lugar Evariste Kimba³⁸⁷, antigo

³⁸⁴ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, D. Quixote, Alfragide, p. 29.

³⁸⁵ Kalb, Madeleine G. (1982), *The Congo Cables, The Cold War in Africa – From Eisenhower to Kennedy*, New York, MacMillan Publishing Co., Inc., p. 374.

³⁸⁶ Ntalaja, Nzongola Georges (2002), *The Congo, From Leopold to Kabila, A People’s History*, London, Zed Books, pp. 138-139.

³⁸⁷ Ver Anexo D (Principais Dirigentes Congolese – Evarist Kimba).

ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo seccionista do Catanga e, em tempos, amigo de Tchombé”³⁸⁸.

Esta decisão, que tinha subjacente uma vontade firme de melhorar as relações com os Estados vizinhos, bem como uma viragem da política congoleza à esquerda, juntamente com a abertura demonstrada, por parte de Kimba, para negociar com os revoltosos, nomeadamente Soumialot, ditaria a sorte de Kasavubu e do seu, recém-nomeado, primeiro-ministro: “Mobutu jamais se deixaria ultrapassar”³⁸⁹. Kasavubu ainda tentou uma reviravolta, promovendo Mobutu à patente de general, no entanto o seu destino estava traçado. Reconhecendo a janela de oportunidade que o conflito político havia criado, na noite de 24 para 25 de Novembro de 1965 Mobutu, com o envolvimento da CIA³⁹⁰, demite-o e assume-se como chefe de Estado, proclamando, dessa forma, o fim da primeira república e, com isso, “muda por completo os elementos políticos, económicos e humanos” tornando, a partir daí, o futuro do Congo “mobutista”³⁹¹. No seio de toda esta instabilidade, o apoio a Mobutu passava a ser visto pelos seus parceiros internacionais, nomeadamente os Estados Unidos, a Bélgica e a Inglaterra, como “o menor dos males”, ou seja, “os riscos de depor Mobutu ultrapassavam largamente os possíveis benefícios”³⁹². Este factor foi decisivo para a afirmação de Mobutu enquanto responsável máximo pelos destinos do Congo.

Efectivamente, o quadro da crise congoleza coloca, de uma forma geral, as proeminentes figuras políticas congolezas, como Lumumba, Kasavubu, e Tchombé num patamar secundário relativamente ao contexto internacional da GF e, ainda, presos aos interesses dos soviéticos, dos americanos e da política das Nações Unidas. No entanto, as acções de congolezes e os entendimentos da crise, tal como aqui foram descritos, também garantem alguma razoabilidade à leitura mais recente da crise congoleza efectuada por Lise Namikas: “os congolezes reinterpretaram a retórica de Washington, Moscovo, Nova York e de Bruxelas e

³⁸⁸ Chomé, Jules (1975), *Mobutu Chefe Supremo, Do Sargento Joseph Désiré ao General Sese Seko*, Porto, Afrontamento, pp. 102-112.

³⁸⁹ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 195 - 197.

³⁹⁰ Crawford Young socorre-se do estudo Stephen R. Weissman, no seu entender o “estudante mais assíduo e minucioso sobre o papel da CIA no Zaire”, para reafirmar o envolvimento americano no golpe de 25 de Novembro. Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 53.

³⁹¹ Apud, Chomé, Jules (1975), *Mobutu Chefe Supremo, Do Sargento Joseph Désiré ao General Sese Seko*, Porto, Afrontamento, p. 113.

³⁹² Kissinger, Henry (2003), *Anos de Renovação*, Lisboa, Gradiva, p. 830.

muitas das vezes integravam essas reinterpretações em leituras e reflexões locais da crise sobre a posição do Congo relativamente a uma descolonização rápida do continente de África”³⁹³.

Desta forma chegava ao fim a primeira república do Congo que se resumiu a cinco anos “caóticos” deste novo Estado africano. Para o Congo, a independência traduziu-se em “fragmentação, conflito, caos, e colapso económico”, fruto da inoperância de uma “elite política pós-colonial” que se mostrou “incapaz para liderar o país”. Ao contrário do que se esperava, sob os auspícios da primeira república, os novos intervenientes políticos, que permanentemente deambulavam de lugares e funções sem qualquer tipo de critério ou preparação, contribuíram para a instituição de “um tipo de regras neocolonialistas”. Praticando uma cultura política “quase tão autoritário quanto a dos governantes coloniais”, a “classe política nativa” mostrou-se mais preocupada com as “vantagens políticas do que com a construção de um Estado coerente e funcional”. Ou seja, os problemas das “identidades étnicas e regionais, ao invés de serem mitigados pela classe política pós-colonial, foram exacerbadas”. Ao Congo foi concedido a independência sem uma indispensável “consciência política nacional” fruto de uma elite política inexperiente, em que o seu desempenho intensificou a possibilidade de colapso do Estado congolês. O fim da experiência colonial foi o resultado de uma independência mal calculada, sendo o cenário de crise que a seguir se instalou o mais provável, se não mesmo inevitável. A questão que agora se colocava, passava por saber se o general Mobutu seria o “homem de Estado” certo para tirar Congo desta crise pós-colonial³⁹⁴.

3. “O ESTADO SOU EU”

Mobutu explicou a sua actuação em 1965, ano que inaugurou a proclamado “Segunda República”, como a única forma que encontrou para evitar que o Congo, cuja existência enquanto nação soberana estava ameaçada, caísse no caos e na corrupção. Segundo o pensamento de Mobutu, amadurecido desde os tempos do seu primeiro golpe de estado, os políticos tinham conduzido o país à ruína ao colocarem os seus interesses pessoais à frente dos interesses do país e dos congolese através de “jogos políticos” que, mais tarde,

³⁹³ Namikas, Lise (2013), *Battleground Africa: Cold War in the Congo, 1960–1965*, Stanford, Stanford University Press, p. 47.

³⁹⁴ McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 40-41.

acabariam por os “esterilizar”³⁹⁵. Determinado a restaurar um novo Governo central em Léopoldville, Mobutu estabeleceu-se na cadeira do poder com a convicção que era possível, através de uma profunda reestruturação de todo o Governo congolês, pôr termo a cinco anos de guerra civil e de conflitualidade política para, posteriormente, iniciar um novo período de prosperidade para o seu país e para o seu povo.

Neste contexto, Mobutu declarou que iria assumir a presidência e governar por decretos presidenciais suspendendo, para o efeito, os partidos políticos, por um período de cinco anos, com o intuito de os afastar do processo de tomada de decisão governamental; por fim, nomeou Leonardo Mulamba, “um admirador incondicional de Tchombé”³⁹⁶, como seu primeiro-ministro. O seu propósito passava por retirar, progressivamente, o poder legislativo ao Parlamento, para que este órgão ficasse apenas com a prerrogativa de ser informado, não consultado, e, ao mesmo tempo, concentrá-lo na sua pessoa como forma de institucionalizar um regime militar pleno que viria a ser oficialmente anunciado, a senadores e deputados, em Março de 1966³⁹⁷. A reconfiguração das fronteiras provinciais foi outra das formas encontradas para quebrar com as bases do poder político estabelecido: primeiramente, em Abril de 1966, de 21 províncias passou-se para 12 e, posteriormente, em Dezembro de 1966, “foi imposta uma reestruturação mais abrangente, reduzindo para 8”³⁹⁸.

Em 1967, menos de dois anos após a ascensão de Mobutu ao poder, a nova Constituição veio estabelecer formalmente, através de um referendo nacional, um Governo altamente centralizado na figura do chefe de Estado. Com esta constituição, promulgada em 24 de Junho de 1967, o Congo era considerado um “Estado unitário, democrático e social” que elegia como pilares fundamentais a “origem do poder no povo”; a criação de dois partidos; o condicionamento da liberdade de religião à “ordem pública e aos bons costumes”; o “direito à liberdade de expressão”, ainda que limitada pelas determinações regulamentares; a “educação da juventude”, proporcionado pelo ensino oficial e particular; a garantia dos “direitos de propriedade individual e colectiva” sendo, no entanto, possível a apropriação de empresas

³⁹⁵ Apud, Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 199.

³⁹⁶ Segundo testemunho de Ian Colvin. Colvin, Ian (1968), *Moisés Tchombé, De Elizabethville à Argélia*, Lisboa, Editorial Inácio, p. 278.

³⁹⁷ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 197-198.

³⁹⁸ Young, Crawford; Turner, Thomas (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 55.

privadas se o interesse nacional assim o justificasse; o reconhecimento do direito à inviolabilidade domiciliária; e, finalmente, o direito à greve desde que realizadas de acordo com a lei em vigor. A estes mandamentos devemos juntar as do presidente da República que, na sua essência, se resumiam ao controlo “da política estrangeira do país”; à promulgação de leis com direito de veto; à possibilidade de nomear e demitir membros do Governo Central e dos Governos Provinciais, magistrados, oficiais das Forças Armadas e da Polícia, bem como a determinação das suas respectivas atribuições³⁹⁹. Três anos mais tarde, antecipando o fim do período de cinco anos de proibição de partidos políticos, a Constituição foi cirurgicamente alterada para que todos os elementos dos gabinetes ministeriais fossem, obrigatoriamente, oriundos do partido do qual era presidente-fundador, o Movimento Popular da Revolução (MPR), implementando, definitivamente, um regime de partido único. Consequentemente, o MPR passava a assumir o controlo de todas as estruturas administrativas, incluindo as Forças Armadas e os Tribunais, sujeitando, dessa forma, os órgãos de Estado às decisões do partido⁴⁰⁰. Ou seja, em 1967 Mobutu criou a sua própria “máquina partidária” ao instituir o MPR e promulgou o quadro constitucional que faltava para legitimar o seu regime. Foi esta reformulação política, que visava atribuir a Mobutu a plenitude do poder legislativo, executivo e judicial, que levou Crawford Young a designar esta fase por “consolidação do regime”, tendo ela decorrido de 1965 a 1967. Durante este período foi progressivamente desmantelada a “máquina da primeira República”, foi criado o “quadro institucional” do novo regime e foram afastados e encarcerados aqueles que eram vistos como “os mais perigosos opositores”⁴⁰¹.

Importa referir que esta consolidação do modelo de centralização de poder de Mobutu eliminava, literalmente, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se negavam a aderir a esse processo evolutivo e que, dessa forma, representavam uma ameaça para o seu domínio pessoal. Isso foi o que aconteceu, também, a Tchombé. Mobutu, depois de, astuciosamente, garantir o apoio da maioria do CONACO no parlamento, começou a dispensar o seu auxílio e os seus conselhos, facto que levou Tchombé a temer pela sua própria vida e a concluir que já

³⁹⁹ AHU – Serie 66 – Pasta 4. Informação n.º 2 954 do Ministério do Ultramar de 13 de Janeiro de 1970, A Constituição da República Democrática do Congo.

⁴⁰⁰ Chomé, Jules (1975), *Mobutu Chefe Supremo, Do Sargento Joseph Désiré ao General Sese Seko*, Porto, Afrontamento, pp. 114-115.

⁴⁰¹ Young, Crawford; Turner, Thomas (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 54-58.

não lhe “restava muito para fazer no Congo” decidindo-se, novamente, por um novo exílio em Madrid⁴⁰².

Fruto do ambiente persecutório que se vivia no Congo, em meados de 1966 “já não havia dúvidas” que Tchombé estava “envolvido activamente” numa conspiração para destituir Mobutu que, ao tomar conhecimento desses rumores, condenou-o à morte por traição, em Março de 1967. A ameaça Tchombé foi definitivamente eliminada, em Junho desse ano, numa operação secreta cujas principais “ramificações” continuam por esclarecer e que o levou até às catacumbas da Argélia, onde viria a falecer em 1969. Nos finais de 1967, os “pesos-pesados” da primeira república já tinham sido neutralizados e substituídos pelas novas “figuras-chave” do novo regime: Nendaka, Bomboko e Diaka. O passo seguinte de Mobutu determinou uma assaz perseguição aos intitulados conspiradores do regime para demonstrar, a quem tinha dúvidas, que tudo faria para se manter no poder. De todos eles, o caso mais paradigmático foi aquele que ocorreu em Maio de 1966, que ficou conhecido pela “Conspiração dos Pentecostes” e que fez com que quatro antigos ministros, entre os quais se incluía o ex-primeiro-ministro Kimba, fossem presos sob a acusação de traição, julgados perante um tribunal militar e enforcados perante milhares de pessoas. Este sistema governativo assente na hegemonia pessoal do seu principal líder e que privilegiava a lealdade em detrimento da competência tornou-se cada vez mais “marcante” e foi acompanhado por um processo de constante redução das “esferas de actividades autónomas”, ou seja tudo era controlado. Esta “ascensão do regime”, que se estendeu desde os finais de 1967 até 1970, foi marcada pela concretização da “ascendência pessoal de Mobutu” sobre o Estado e pela “patrimonialização do Estado”⁴⁰³. Ou seja, ao mesmo tempo que reformulava o sistema político de seu país Mobutu foi, em simultâneo, remodelando a sua classe política como forma de alimentar o seu modelo de “centralização do poder”. A que foi considerada por muitos como a mais ampla reforma operada por Mobutu, consistiu em desalojar do Governo figuras políticas de relevo, alguns deles seus cúmplices desde os tempos áureos do “Grupo de Binza”, como foi o caso de Justin Bomboko e de Victor Nendaka (sucessivamente, desde Julho de 1965, ministro do Interior, dos Transportes e Comunicações e das Finanças). Ambos foram designados para cargos diplomáticos no estrangeiro para posteriormente, sob a acusação de actividades subversivas e de atentarem contra a vida do chefe de Estado, terem

⁴⁰² Colvin, Ian (1968), *Moisés Tchombé, De Elizabethville à Argélia*, Lisboa, Editorial Inácio, p. 278.

⁴⁰³ Young, Crawford; Turner, Thomas (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 54-60.

sido convidados a abandonarem o território congolês⁴⁰⁴. Foi em Outubro de 1971, durante a reunião do Conselho Governamental, após a apresentação do orçamento para 1972, que Mobutu revelou aos membros do Governo o “complot” que contra si estava a ser preparado por Nendaka, Bomboko e Alphonse Bengala, antigo governador de Kinshasa. Mobutu apresentou documentos escritos e sonoros e 10 cartões com dinamite e explicou a forma como os conspiradores tencionavam liquidá-lo: em primeiro lugar convidariam Mobutu para visitar um local afastado de Kinshasa e eliminá-lo com uma explosão de dinamite. Caso este plano falhasse, organizariam um plano para eliminar a guarda presidencial, prender e conduzir Mobutu à Radiotelevisão Nacional Congoleza, para que ele comunicasse a sua própria demissão para, posteriormente, o assassinar⁴⁰⁵.

Esta remodelação possibilitou a entrada para o Governo do antigo primeiro-ministro Cyrille Adoula, desta vez para exercer funções de ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. A autoridade continuou a exercer-se sobre todas as províncias, tendo-se registado algumas “permutas entre Governadores provinciais e a suspensão de um deles”⁴⁰⁶. O Governo ia sendo, progressivamente, expurgado de todos aqueles cuja lealdade, para com Mobutu, lhe suscitava dúvidas ou que pudessem, no futuro, desafiar a sua autoridade, inclusivamente, aqueles que, pela suas qualidades intelectuais, se destacavam no panorama político congolês como foi o caso de Bomboko e Nendaka.

Este foi o desenrolar dos acontecimentos mais relevantes até finais de 1970 e que culminaram com a vitória de Mobutu nas eleições presidenciais de 31 de Outubro desse ano que materializou o último episódio de uma peça que tinha como objectivo legitimar o golpe de 25 de Novembro de 1965, elemento essencial para Mobutu considerar o seu regime “suficientemente consolidado”⁴⁰⁷.

Em termos económicos, até 1965, perante o quadro que aqui foi traçado era difícil o Congo ter alguma ideia de organização económica. Os custos económicos da, denominada, Primeira República foram muito elevados. Até 1962 não havia nenhum orçamento e durante todo esse

⁴⁰⁴ AHU – Séria 66 – Pasta 4. Relatório Especial de Informação n.º8 do SCCIA de Maio de 1970. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo.

⁴⁰⁵ AHU – Séria 66 – Pasta 5. Informação n.º 1-200 da Direcção de Serviços de Informação de 13 de Outubro de 1971. República Democrática do Congo.

⁴⁰⁶ AHU – Séria 66 – Pasta 4. Relatório Especial de Informação n.º8 do SCCIA de Maio de 1970. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo.

⁴⁰⁷ AHU – Séria 66 – Pasta 5. Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Junho de 1971. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo.

período o controle financeiro, realizado pelo sector público, era praticamente inexistente. O Produto Interno Bruto (PIB), que em 1959 atingiu os 1.268 milhões de dólares (a preços de 1958), caiu para 1.196 milhões de dólares em 1964. A produção comercial agrícola, em 1965, foi apenas 64 por cento dos números atingidos em 1959. Apesar da produção mineral, de uma forma geral ter crescido, houve, no entanto, uma importante perda de divisas face ao contrabando de diamantes que, em 1962, atingiu cerca de 10 a 12 milhões de quilates, o equivalente, em valores, à saída de 50 milhões de dólares. A tonelagem total de todos os bens a circular nas linhas de caminho-de-ferro, em 1965, foi apenas 60 por cento do que transitou em 1959. Em 1961, a inflação teve um crescimento, por altura da independência o valor real da moeda, medido à luz do mercado paralelo, estava situado num índice de 741 (1960, ano da independência, = 100) e em 1967, antes da estabilização da inflação, este mesmo índice subiu para 1.250. Ainda durante o ano de 1961 tentou-se uma desvalorização moderada da moeda mas sem grandes resultados na medida em que, o franco congolês passou de uma situação de paridade com o franco belga para uma outra, bem mais desfavorável, onde 85 francos congolezes passaram a ser o equivalente a 50 francos belgas. Um esquema de desvalorização mais abrangente, em Novembro de 1963, garantiu, no ano seguinte, alguma folga à economia congoleza que se esfumou, por completo, durante o regime de Tchombé, em parte, provocado pela liquidação de algumas dívidas que o Estado tinha em atraso, pagamento de salários e, também, pelos custos na defesa que as rebeliões de 1964, obrigatoriamente, impuseram. A forma encontrada para ultrapassar estes resultados foi a criação de uma “taxa dupla de câmbio” de 150 francos, por dólar, aplicada às exportações e 180 relativamente às importações. A inflação, no ano anterior ao golpe de Mobutu, foi essencialmente causada por uma desordem nas finanças públicas e por uma expansão monetária para fazer face aos défices orçamentais. Apesar dos pagamentos vindos do exterior se manterem num relativo equilíbrio, no que diz respeito às despesas regulares o Governo apenas conseguia cobrir cerca de 60 por cento⁴⁰⁸.

Os erros cometidos ao nível económico, durante o período pós-independência, foram universalmente reconhecidos e lamentados, o que terá garantido a legitimidade que Mobutu necessitava para pôr em marcha o seu plano económico. A primeira acção de Mobutu foi a nacionalização da UMHK, que se traduziu numa “luta melodramática” contra o conglomerado belga que, politicamente, era o que estava mais vulnerável e que, depois de quase um ano de

⁴⁰⁸ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 277.

fortes embates, foi totalmente nacionalizada em 1967 com a ruptura das negociações por parte das autoridades governativas e com o respectivo anúncio que a companhia teria que, unicamente, conformar-se com o acervo legislativo que obrigava a integração do sector estatal. A companhia negou-se determinantemente a transferir o seu “Quartel-General” para Kinshasa. Mobutu, por sua vez, replicou com o bloqueio das exportações, confiscando as contas bancárias da companhia e anunciando um novo conselho de administração provisório. A UMHK, ao desafiar a legislação nacional, colocava-se à margem da lei e, portanto, deixava de ter o seu direito de operar. Inicialmente o Estado ficou com 60% das acções enquanto os restantes 40% ficaram disponíveis para capitais estrangeiros. Para além deste proclamado “nacionalismo económico” é importante fazer uma referência às motivações políticas do presidente, uma vez que, no contexto em que foi consumado, somos levados a corroborar a tese dos que avaliaram esta decisão como um “acto político deliberado e cuidadosamente preparado”. Este procedimento era visto, por Mobutu, como mais um dos elementos fulcrais no processo de consolidação do seu poder presidencial, uma vez que, através das “imposições fiscais” à companhia, era garantido um importante apoio orçamental. Para além disso, a nacionalização da companhia marcou uma determinação, sem precedentes, no sentido de retirar à UMHK a capacidade para apoiar financeiramente os potenciais adversários políticos do regime, nomeadamente, aquele que era considerado o “protegido e o instrumento secular da UMHK”, Moisés Tchombé⁴⁰⁹.

Apesar das dificuldades sentidas pelo povo, fruto de uma inflação que tendia a institucionalizar-se, os dois primeiros anos da governação de Mobutu ficaram imediatamente marcados por uma ligeira recuperação que, na sua essência, se traduziu numa redução substancial da despesa pública e no aumento vertiginoso da receita, fruto de uma administração fiscal mais eficaz e do aparecimento de alguns novos impostos. Seguiu-se aquela que foi considerada a peça central do novo regime de reformas económicas, o plano de estabilização de Junho 1967. Este plano, que continha medidas abrangentes e objectivos de longo prazo, foi projectado para restaurar o “equilíbrio monetário e para lançar as bases do desenvolvimento”. Inicialmente tentou conter a inflação para colocar as finanças públicas numa “base sólida e estável”, para “incentivar os exportadores e os produtores rurais”, para pôr termo ao “controlo das importações”, para eliminar os constrangimentos comerciais traçados em torno do “sistema de licenciamento” e para criar um ambiente de confiança, de

⁴⁰⁹ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 288-296.

forma a tornar possível o desenvolvimento a longo prazo. A reforma incluiu um pacote de medidas que consistiram numa desvalorização aproximada de 300%, na criação de uma nova unidade monetária, o Zaire, que passava a ser equivalente a 1.000 francos congolezes, na eliminação da dupla taxa de câmbio, ao aumento acentuado na tributação sob o comércio estrangeiro, na promessa de um sector público com uma representatividade de 40%, no aumento do salário mínimo, no fim da licença de importação e na libertação das remessas de lucros⁴¹⁰.

De uma forma geral, em meados de 1968, a operação de estabilização já era um sucesso contribuindo decisivamente para a credibilidade do regime que parecia desfrutar da energia e da competência necessária para levar a cabo um projecto que se revelava de difícil e delicada execução. Estavam, desta forma, lançadas as bases para um novo ponto de partida económico. A partir daqui assistiu-se a uma política de consolidação económica que, na sua essência, previa uma “franca abertura aos investimentos exteriores” nos sectores agrícolas, mineiros e industriais. Para concretizar esta linha de acção política muito terá contribuído o “Código de Investimentos”, publicado a 24 de Junho de 1969, no qual o Governo seguiu uma “política liberal” que previa “isenções fiscais”, nomeadamente durante os primeiros anos de exploração, e a possibilidade de as empresas poderem vir a transferir os lucros resultantes da sua actividade empresarial. No final desse mesmo ano, relativamente ao investimento, já era notória a alteração do quadro económico com o anúncio de 40 novos projectos com capitais estrangeiros, na sua essência, vindos de empresas americanas do ramo dos minérios, que se propuseram a pesquisar e explorar novos jazigos de cobre e de estanho no Catanga, e do ramo do turismo com a construção de um hotel na capital do país. Já os franceses instalaram uma fábrica de montagem de veículos, uma de fósforos e outra de panificação industrial, apostaram nos curtumes de peles de animais e criaram uma fábrica de têxtil. Os ingleses orientaram-se para os diamantes, para os automóveis, para os têxteis e para a actividade bancária com uma participação de um banco inglês, o “Standard Bank”, no banco belga de África. Os japoneses, por seu turno, viraram-se para a concessão mineira no Catanga, instalação de fábricas de têxteis e de chapas galvanizadas e, ainda, vendas de automóveis e de material ferroviário. Os italianos apostaram na construção de um complexo industrial da “FIAT” e de uma refinaria de petróleo. Em 1969, com tudo isto, já a balança comercial apresentava um saldo favorável com as exportações, predominantemente de matérias-primas,

⁴¹⁰ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 277-279.

com especial evidência para o cobre, diamantes, estanho, zinco, cobalto e manganês, a aumentarem, para países como a Bélgica, Itália, França, EUA e Alemanha, e as importações, com relevância para os bens de consumo, a diminuir⁴¹¹.

Esta tendência acentuou-se em 1970 com as exportações a crescerem 18%, com a situação financeira a registar, até 1971, um progressivo incremento orçamental e com os excedentes registados na balança de pagamentos a permitirem “uma acumulação de divisas”, situações que contribuíram, e muito, para a posição estável do Zaire durante este período. Para este panorama, foi a indústria mineira que assumiu uma importância vital no conjunto da economia congoleza, uma vez que em 1971 já representava 80% do valor total das exportações, 60% das receitas orçamentais e 55% do PIB. Para além disso, assistiu-se a uma diversificação das actividades económicas, em grande parte fruto da forte queda da cotação dos preços do cobre verificada em 1970⁴¹², como foi o caso da energia eléctrica com o projecto de financiamento para a construção da central hidro-eléctrica de Inga, iniciado em 1968, com a participação da Itália e do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)⁴¹³. Além deste projecto, durante o ano de 1970, o Congo continuou a promover obras e construções diversas que absorviam gigantescos investimentos, como foi o caso da construção da siderurgia de Maluku, do porto de Banana, no Baixo-Congo, com o caminho-de-ferro, de fábricas de cimento, de cerveja, de plásticos e, também, uma outra de cabos eléctricos⁴¹⁴.

Relativamente ao sector agrícola, que em 1968 teve uma atenção privilegiada por parte de Mobutu, de tal forma que ficou conhecido pelo “ano da agricultura”, abrandou em 1969, verificando-se um aumento importante nos anos seguintes⁴¹⁵. A principal dificuldade desta

⁴¹¹ AHU – Séria 66 – Pasta 4. Relatório Especial de Informação n.º8 do SCCIA de Maio de 1970. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo.

⁴¹² Ver Anexo H (Indicadores Económicos).

⁴¹³ O Fundo Europeu de Desenvolvimento é o principal instrumento da ajuda comunitária no âmbito da cooperação para o desenvolvimento dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, assim como dos países e territórios ultramarinos. O Tratado de Roma de 1957 previu a sua criação para a concessão de ajuda técnica e financeira, inicialmente aos países africanos que eram colónias na altura e com os quais determinados Estados mantinham laços históricos. Europeia, União (2007), “Fundo Europeu de Desenvolvimento”, em União Europeia (orgs.), *Síntese da Legislação da União Europeia*, (online).

Disponível: http://europa.eu/legislation_summaries/development/overseas_countries_territories.

⁴¹⁴ AHU – Séria 66 – Pasta 5: Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Junho de 1971. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo.

⁴¹⁵ Ver Anexo H (Indicadores Económicos).

área de actividade era atribuída à questão do escoamento das produções, tendo em conta o problema que representava os transportes, e que foi sendo ultrapassado através de parcerias com alguns países, dos quais se destacaram a Alemanha e o Japão. No quadro da cooperação externa, o sector agrícola beneficiou de auxílios importantes oriundos da China, através da “Missão Agrícola Chinesa”, que se encarregou de operacionalizar campos experimentais de produção de arroz e de disponibilizar equipas de técnicos agrícolas que garantiam assessoria ao Governo para que fossem tomadas as opções mais adequadas para o sector; da Itália, com quem foram efectuados contractos com técnicos italianos para o Instituto de Estudos Agro-económicos do Congo; de Israel, que se disponibilizou a acolher estagiários em território israelita; e por último, da Índia que ofereceu acções de formação, em “pesquisa agronómica”, a estudantes congolezes. Ao nível da exportação, o óleo de palma, o café, o cacau, o chá e o algodão ocupavam lugares de destaque, sendo os seus principais clientes os países da Comunidade Económica Europeia (CEE), organismo que, a par da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), esteve na base de inúmeros projectos agrícolas⁴¹⁶. O Congo recorreu sempre à ajuda vinda do estrangeiro e no caso particular da agricultura os melhores exemplos são o acordo com a AID, assinado em Janeiro de 1970, relativamente a um “programa de crédito agrícola” para beneficiar os agricultores com maiores dificuldades e os fundos, oriundos do FED, para o fomento da cultura do algodão e do cacau⁴¹⁷.

A dinâmica ao investimento era de tal ordem que nem o pânico da quebra da cotação do cobre, que fez reduzir as receitas orçamentais cerca de 55% reflectindo uma quebra nas exportações na ordem dos 65%, nem a crise monetária internacional iriam perturbar a “confiança de Mobutu”, de tal forma que, a partir dos finais de 1973, denotando um desprezo completo pelos princípios que orientaram a sua acção política até aquele momento, Mobutu lançou-se num conjunto de medidas que, a breve trecho, iriam ser responsáveis pelo anúncio do fim do seu período de glória como veremos mais à frente⁴¹⁸.

Ao mesmo tempo que eram traçados planos exímios para o crescimento rápido do país, Mobutu não descurou outras valências que, no seu entender, em conjunto com as anteriormente referidas, eram fundamentais para a consolidação do poder em torno da sua

⁴¹⁶ AHU – Séria 66 – Pasta 4: Relatório Especial de Informação n.º8 do SCCIA de Maio de 1970. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo.

⁴¹⁷ AHU – Séria 66 – Pasta 5: Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Junho de 1971. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo.

⁴¹⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 215.

pessoa, como era o caso da defesa e da segurança. Relativamente à defesa o enfoque deu-se na organização das forças armadas, em termos humanos, materiais e do ensino. Os efectivos das forças armadas do Congo, ao longo do período de governação de Mobutu, aumentaram sempre chegando a atingir, em 1971, um total de 40.000 homens, tendência esta que foi semelhante no que diz respeito ao investimento no seu reequipamento, nomeadamente, através da aquisição de “carros blindados, barcos de guerra, caças e aviões de transporte C-130 e munições”. Neste sector, a influência do capital estrangeiro também se fez sentir, uma vez que, para concretizar os planos de modernização que estavam delineados, o Governo congolês contou com o apoio importante dos EUA e da Bélgica, da Itália, que apesar de ter sido em menor escala tinha à sua responsabilidade o ramo da Força Aérea, e de Israel, que assumiu a preparação das tropas para-quedistas. Destes actores, devemos destacar o empenho dos EUA cujo envolvimento decorreu nos termos de um acordo celebrado em 1963 e conhecido por “Military Assistance Program”⁴¹⁹. Em termos de ensino, Mobutu organizou um modelo com base num conjunto de escolas que tinham por missão o enquadramento da “formação de quadros superiores do exército”. Assim, foi criado, em 1969, o Agrupamento das Escolas Militares, com uma direcção liderada por um oficial superior belga que, por sua vez, encabeçava uma equipa de professores e instrutores, na sua maioria belgas, que teriam como missão a formação dos quadros militares congolezes. Este agrupamento compreendia um Centro Militar, para a formação dos oficiais, uma Escola de Comandantes de Companhia e um Centro Superior Militar, que por sua vez integrava a Escola de Comando e Estado-Maior e a Escola de Comando de Batalhão⁴²⁰.

O departamento de segurança do Estado, denominado Centro Nacional de Documentação (CND) e que tinha total autonomia administrativa, financeira e largos poderes⁴²¹, mais do que as forças armadas, foi, talvez, o principal instrumento da “manutenção do status quo” que, segundo esta lógica, tinha como elementos-chave a “segurança, a vigilância e a submissão”. O seu modo de actuação privilegiado passava por infiltrar os seus agentes no coração das acções subversivas ao regime, como, por exemplo, manifestações e reuniões clandestinas, e

⁴¹⁹ AHU – Séria 66 – Pasta 5: Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Junho de 1971. *Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo.*

⁴²⁰ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 232-233.

⁴²¹ Foi em Agosto de 1969, que este departamento, que era conhecido por Sûrete, tomou esta designação. AHU – Séria 66 – Pasta 4: Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Maio de 1971. *Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo.*

incentivar, abertamente, a denúncia às autoridades dos potenciais adversários do regime que participavam nesses encontros. Para além de ser um meio de intimidação e repressão, o CND também era altamente eficaz em recolher e verificar, escrupulosamente, informações precisas sobre uma ampla gama de actividades que ocorriam, essencialmente, no interior do país, sobressaindo a tenacidade e a persistência com que o CND fazia a “perseguição aos rumores”⁴²².

De uma forma muito resumida, foi assim que se viveram os anos de glória de Mobutu, um período que correspondeu, sensivelmente, aos seus primeiros cinco anos de governação e que o projectou internacionalmente como um homem de Estado, movido pelo desejo de fazer crescer o seu país, que tinha a argúcia necessária para antecipar o que era prioritário relativamente às metas que estabelecia. Exímio praticante da “política de poder”, Mobutu foi um dos que melhor exaltou a “concepção pessimista do homem” inaugurada, nos tempos modernos, por Maquiavel e que está associada a todas “as artes que o príncipe” tem que fazer uso para dominar as massas que, no caso de ser deixada aos “seus egoísmos e instintos”, depressa criará o caos. Não sabemos se, alguma vez, Mobutu terá lido o “Príncipe” de Maquiavel, mas estamos certos que foi um mestre na arte de “governar as massas e não a pactuar com elas”, garantindo a sua dominação pela “astúcia ou pela força”⁴²³. E o seu prestígio foi de tal ordem que, em finais de 1969, já a imprensa internacional descrevia este cenário: “regressar hoje ao Congo e encontrar uma estranha espécie de tranquilidade. Os brancos estão de regresso. A economia está a recuperar”⁴²⁴. De uma forma geral, era esta a imagem internacional do Congo. Embora o regime tenha tido sempre os seus “críticos”, internamente teve força suficiente para pôr em marcha um plano de estabilização económica à imagem do seu líder, levando importantes pensadores do meio académico, tal como o professor de Ciência Política da Universidade de Wisconsin, Crawford Young, a colocar o Congo, em 1970, na “lista dos países africanos seguros e estáveis”. Nesta altura, parecia que Mobutu tinha criado uma nova e legítima ordem política no Zaire⁴²⁵.

⁴²² Willame, Jean-Claude (1988), “Political Succession in Zaire”, *The Journal of Modern African Studies*, 26, p. 40.

⁴²³ Sobre os escritos de Maquiavel, Bessa, António Marques e Jaime Nogueira Pinto (1977), *Introdução à Política*, Lisboa, Edições Templo, pp. 48-51.

⁴²⁴ AHU – Série 66 – Pasta 4: Artigo da Revista US News & World Report, de 03 de Novembro de 1969, The Congo: Country on the Way Back.

⁴²⁵ Young, Crawford (1978), “Zaire: The Unending Crisis”, *Foreign Affairs*, (online), volume 57. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/>.

4. A POLÍTICA EXTERNA E AFRICANA DO REGIME DE MOBUTU

Se, no plano interno, o desafio passava por consolidar o poder central e, ao mesmo tempo, por cobrir os focos de rebelião e de contestação, no plano internacional, numa fase inicial, a ideia era, em primeiro lugar, que o Congo recuperasse a consideração e a posição que lhe era devida, fruto do seu estatuto no seio geopolítico do continente africano e, em segundo lugar, o acolhimento na cena política africana da personagem de Mobutu. Sobretudo este último objectivo, não se adivinhava de fácil concretização, uma vez que os seus foragidos como Mulele, Olenga, Soumaliot, entre outros, nunca deixaram de denegrir a sua imagem e de o apresentar como o progenitor de todas as pandemias do país fazendo, dessa forma, emergir um isolamento que ofuscava os interesses de Mobutu. Não era difícil perceber que, à semelhança do plano interno, era fundamental um forte investimento no plano externo que, no essencial, se fez sentir através de um novo programa de acções e de um novo corpo diplomático, mas sem nunca aceitar posições de subalternidade, nomeadamente, em relação à Organização de Unidade Africana (OUA), à qual viria a presidir em 1967. A conhecida posição desta organização relativamente aos regimes brancos em África não iria alterar a sua “atitude pragmática” que, em matéria de política externa, se adaptava às circunstâncias, na medida em que reforçava os laços económicos com uns, tal como veio a acontecer discretamente com Portugal nos primeiros anos da década de 1970, e com outros evidenciava uma total intransigência ao diálogo, tal como aconteceu com o regime de Ian Smith na Rodésia⁴²⁶. O que contava eram os seus interesses que, no caso particular do Zaire, se confundiam com os do país.

Sendo assim, no contexto dos primeiros anos da governação de Mobutu, marcada por um alinhamento com os países do bloco ocidental, nomeadamente com aqueles que em tempos constituíram a sua “alavanca logística no ataque à rebelião do leste”, tal como foram os EUA e a Bélgica, e que se mantiveram, até certa altura, em posição de influenciarem o Governo, a actividade diplomática foi intensa. Esta resumiu-se a “auxílios externos de cariz multilateral”, sobretudo, a partir das organizações internacionais mais importantes, como eram os casos da ONU e da CEE e apoios bilaterais oriundos dos EUA, da Bélgica, da França, da Itália, do Canadá, da Dinamarca, da República Federal da Alemanha (RFA) e da Suíça. Para além disso verificou-se a assinatura de inúmeros acordos com os mais diversos actores internacionais privilegiando aqueles que, à sua semelhança, aderiram às profecias do ocidente, e ainda, a

⁴²⁶ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 308-310.

aposta na instituição de relações diplomáticas com determinados Estados que, até então, tinham sido marginalizados, como foi o caso do Vaticano⁴²⁷.

No caso particular dos EUA, a sedimentação desta política baseada na afirmação de Mobutu e na doutrina do não-alinhamento, que mais à frente iremos clarificar, não exigia, como já vimos, uma hostilidade directa ao ocidente e, nesse contexto, as ligações entre os dois países, durante grande parte da liderança de Mobutu, mantiveram-se “estáveis e colaborantes”. No entanto, a natureza deste relacionamento foi sofrendo mutações de acordo com as alterações conjunturais mais marcantes. Com a situação interna e externa, relativamente estabilizada a partir de 1967, o relevo das ligações com os EUA, em termos da cooperação militar e dos serviços de informações, conduzidos pela CIA, diminuíram drasticamente. De acordo com uma fonte diplomática americana, citada por Young e Turner, as “recompensas políticas” da CIA para com Mobutu, no final da década de 60, já tinham terminado e, em 1970, todos os programas de ajuda americana no Zaire sofreram enormes cortes com o argumento de que a entrada de capital público e privado eram suficientes para manter, a um bom ritmo, a “locomotiva do desenvolvimento”⁴²⁸.

É preciso não esquecermos que a orientação da política externa do presidente Nixon baseava-se no conceito de “interesse nacional da América”. Partindo do pressuposto que todas as grandes potências fariam o mesmo, convenceu-se que o “equilíbrio emergiria do choque entre interesses antagónicos” e que um “equilíbrio de poder produziria a estabilidade”, considerando, para o efeito, essencial construir uma América forte⁴²⁹. À luz deste ordenamento multipolar do mundo e da “realpolitik” de Nixon e Kissinger⁴³⁰, o “surto de nacionalismo do Terceiro Mundo”, que mobilizou as atenções e as preocupações de Kennedy, passava a ser encarado como “um mero epifenómeno da estratégia global de Moscovo”. Neste contexto o continente africano aparecia como “uma região marginal no dispositivo estratégico da Casa Branca”, sendo considerado uma “zona de tutela” das antigas potências colonizadoras europeias. Tratava-se de assumir uma “visão eurocêntrica de África”, que se tinha feito sentir

⁴²⁷ AHU – Séria 66 – Pasta 4: Relatório Especial de Informação n.º8 do SCCIA de Maio de 1970. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo, pp. 11-14.

⁴²⁸ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 371-372.

⁴²⁹ Kissinger, Henry, (2007), *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, pp. 614-615.

⁴³⁰ “A palavra alemã *Realpolitik* substituiu a expressão *raison d'état*, sem, contudo, alterar o seu significado. (...) A noção de que as relações entre os Estados são determinadas pelo puro poder e os mais fortes vencerão”. Kissinger, Henry, (2007), *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, p. 87.

a partir do fim da segunda grande guerra, nomeadamente na administração de Eisenhower. Ou seja, tudo fazia prever que se iria assistir a um renascimento da orientação “conservadora da política africana de Washington”⁴³¹.

Focado nas suas prioridades políticas, só no dia 10 de Abril de 1969 é que foi ordenado uma nova apreciação conjuntural da África Austral que incluísse um “leque completo de opções estratégicas e políticas que se colocavam aos Estados Unidos”: o *National Security Study Memorandum 39* (NSSM39)⁴³². A partir daqui, era do ónus do presidente decidir qual o caminho a adoptar. Foi após um longo período de reflexão e discussão que Kissinger, em 15 de Janeiro de 1970, fez a sua “proposta de acção política” que levou Nixon a inclinar-se para a opção 2, mais tarde conhecida por “Tar Baby”⁴³³. Esta orientação baseava-se no princípio que “os brancos estavam na região para ficar” e por eles teria que passar a viabilização de uma eventual evolução “construtiva”. O cenário que vislumbrava a possibilidade de os “negros” obterem a emancipação política “através da violência” era pouco credível, sendo que a luta conduzida nesses termos só poderia “levar ao caos e aumentar as oportunidades comunistas”. Este quadro fazia sugerir “um relaxamento” da política americana relativamente ao reduto branco (Portugal, África do Sul e a Rodésia) que insistia em permanecer no continente, mesmo que publicamente, tivessem que exprimir uma clara “oposição à repressão racial”. Ou seja, pegando nas palavras de Tiago Moreira de Sá, “tratava-se de uma política de

⁴³¹ Antunes, José Freire (1992), *Nixon e Caetano, promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, p. 58.

⁴³² Apud, Antunes, José Freire (1992), *Nixon e Caetano, promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, pp. 67-68. As seis orientações resumiam as seguintes ideias força: apoio quase explícito aos regimes minoritários brancos (opção 1); apoio moderado aos países de minorias brancas da África Austral (opção 2); incrementar a identificação e o apoio aos Estados negros, como pré-condição para se atingir os interesses mínimos necessários, económicos, estratégicos e científicos” nos Estados brancos (opção 3); o apoio aberto aos países africanos (opção 4); afastamento dos regimes brancos com uma aproximação aos regimes negros como forma de melhorar o posicionamento americano, relativamente à questão racial, em África e internacionalmente (opção 5); e, por último, adoptar, depois dos apropriados avisos diplomáticos, medidas coercivas contra os regimes brancos (opção 6). Keefer, Edward C. (2011), *Foreign Relations of the United States, 1969-1976, Volume XXVIII, Southern Africa*, (online), Washington, Department of State. Disponível: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d17>.

⁴³³ “Tar Baby significa “bebê de alcatrão”. Foi uma alegoria a uma famosa história infantil de Joel Chandler Harris: a raposa tenta apanhar o coelho, usando como truque um boneco de alcatrão e terebintina, a que chama “Tar Baby”, e que coloca no meio da estrada”. Apud, Antunes, José Freire (1992), *Nixon e Caetano, promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, p. 126.

acomodação ao status quo”, sendo que esta orientação provocou o “enfraquecimento da influência dos EUA junto dos movimentos nacionalistas”, facto que terá auxiliado a “preponderância da União Soviética junto destes últimos anos na década de 1970”⁴³⁴.

Perante este distanciamento, era natural que, entre 1969 e 1973, os laços políticos entre estes dois países evoluíssem para um relacionamento baseado, essencialmente, na representação diplomática dos EUA em Kinshasa. Esta personalização resultou de uma “anormal intimidade” entre Mobutu e o embaixador americano no Zaire, Sheldon Vance. Este diplomata americano ficou profundamente impressionado com a obra de Mobutu, que, no seu entender, teria criado o que parecia ser um “país unificado, estável e próspero” impulsionando, dessa forma, as suas próprias aspirações em termos de liderança regional, e, por esse motivo, trabalhando como um “emissário persuasivo junto da comunidade financeira”. Com esta postura, Vance atraiu grandes oportunidades de investimento para o Zaire. Foi no seguimento desta lógica que, em Agosto de 1970, ocorreu a visita de Mobutu aos EUA que tinha como um dos principais objectivos a captação de mais investimentos americanos para o seu país. O relacionamento “arrefeceu” em 1974-1975, após a saída do embaixador Vance, no final de 1973. O seu substituto, Dean Hinton, chegou no início de 1974, mas nunca foi capaz de estabelecer um relacionamento de trabalho cordial com Mobutu. Pelo contrário, Hinton nunca se conformou com o rumo que o programa de radicalização do regime de Mobutu, adoptado a partir desta altura, estava a tomar e fez questão de o expressar abertamente e sem recurso a comportamentos de “bajulação”, algo que era recorrente junto dos que estavam próximos do presidente. Seguiu-se uma escalada da hostilidade entre os dois Estados que culminou com a ruptura em 1975 fruto da acusação de Mobutu relativamente a um eventual envolvimento da CIA num plano que tinha como objectivo a sua destituição e, até mesmo, a sua eliminação física⁴³⁵.

Por outro lado, com a Bélgica, por motivos históricos provenientes dos tempos da colonização, as relações foram um pouco oscilantes mas, também, preponderantes. Em 1967, passados os tempos conturbados, já aqui mencionados, decorrentes da nacionalização da UMHK, a situação entre os dois países começou a desanuiar com as diligências, efectuadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Pierre Harmel, para, parcialmente, amenizar

⁴³⁴ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, D. Quixote, Alfragide, pp. 38-40.

⁴³⁵ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 372-373.

os atritos entre os interesses belgas na região e Mobutu. A sua ideia passava por garantir uma maior liberdade de acção ao sector privado na defesa dos seus próprios interesses diminuindo, dessa forma, a constante intervenção política do Governo belga que passaria a concentrar-se, exclusivamente, nos “vínculos sociais e culturais entre os dois Estados”. Em 1968, o estado de apaziguamento já era evidente, particularmente, na atitude favorável das empresas belgas, em termos de captação de novos investimentos para o Congo. Por sua vez, o Governo de Kinshasa autorizou, de novo, a repatriação dos lucros das empresas belgas. Ainda em 1968, Mobutu visitaria a Bélgica que iria retribuir, nesse mesmo ano, com uma forte participação de capitais belgas na primeira “Kinshasa International Trade Fair”. Mas o apogeu deste período de tréguas foi alcançado em meados de 1970, quando o rei Balduino visitou, novamente, a antiga colónia, tendo sido recebido de forma calorosa tal como fora em 1955. Em finais de 1970, inicia-se uma nova fase. Em Setembro, os interesses belgas na UMHK foram atingidos com a “perda de novas concessões de cobre” para um consórcio concorrente; em Março de 1971, funcionários belgas do “Société Congolaise de Banque” foram presos sob a acusação de fraude cambial e evasão fiscal; ainda em 1971, foi estabelecido “um teto de curta duração” relativamente às importações provenientes da Bélgica; Mobutu, deliberadamente, começou a ignorar os novos investimentos com a participação de capitais belgas; e, em 1973, com as medidas de 30 de Novembro, que mais à frente irão ser abordadas, dar-se-ia o golpe final nas relações entre os dois países⁴³⁶.

Para além destes, havia outros importantes actores que faziam avultados investimentos no Zaire e participavam, em simultâneo, na organização do país e das forças armadas, constituindo-se em peças fundamentais para um “gigante ainda não de todo assente nos seus pés”⁴³⁷. A França era um deles. Foi visitada por Mobutu em 1971 com o intuito de convencer o capital francês a investir no seu país e para diversificar a assistência técnica francesa que, até aquela altura, se resumia a um acordo técnico e cultural assinado, entre os dois Governos, em 1963. Durante esta visita a França viria a acordar uma parceria, com “agentes de colaboração”, para o ramo dos transportes, no sector do ensino e no sector financeiro⁴³⁸. Em 1973, já numa fase em que as opções da política externa zairense se traduzia numa

⁴³⁶ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 373-374.

⁴³⁷ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 320.

⁴³⁸ AHU – Séria 66 – Pasta 5. Ofício n.º 73 de Abril de 1971 da Embaixada de Portugal em Kinshasa. Visita de Mobutu a França.

diversificação das suas relações com uma nítida e acentuada abertura aos países do leste, Mobutu voltaria a Paris desta vez para manifestar o anseio de adquirir material de guerra, desejo este que se materializou com a aquisição de “15 Mirages, 30 aviões Puma e de auto-metralhadoras anti-aéreas”⁴³⁹.

Por fim, refira-se mais um exemplo para concretizar este tema. Trata-se da Itália que, neste contexto, também constituiu um importante parceiro. Em 1973, Mobutu visitou Roma com o intuito de reforçar os laços cooperantes entre os dois países patenteados nas obras empreendidas pelos italianos no “complexo de Inga, na refinaria de Moanda, no complexo siderúrgico de Maluku e na fábrica Fiat de montagem de tractores e camiões”. Nessa visita foi assinado um conjunto de acordos que incluía uma “convenção para evitar a dupla tributação”, uma outra em matéria de “comunicações aéreas e marítimas” e, o mais importante, uma “cooperação técnica nos sectores agrícola, geológico, nuclear, sanitário e aeronáutico”. Este acontecimento foi considerado um êxito, nomeadamente, pelas autoridades governativas italianas que viam no Zaire um importante elemento, no âmbito da sua política de aproximação ao continente africano, para “reforçar a sua posição junto das potências europeias com interesses em África”, bem como, para consolidar a sua “influência económica e política” no continente africano⁴⁴⁰.

Analisemos agora, o plano regional. O contexto africano não seria, de forma alguma, descurado procurando-se, primeiro que tudo, a afirmação de Mobutu como principal líder africano e, posteriormente, o afastamento do fantasma da segurança que assolava o país, fruto da presença de milhares de congoleses em países fronteiriços do Congo, que fugiram aos efeitos da guerra civil e que se constituíam como uma ameaça ao regime e à sua pessoa⁴⁴¹. A partir daqui, desenvolveu-se uma actividade diplomática intensa através de inúmeras iniciativas que tinham como objectivo único, uma aproximação do Congo aos seus países vizinhos. De todas estas iniciativas não poderíamos deixar de destacar a assinatura, em Abril de 1968, entre o Congo, a República de Centro Africana e o Chade da carta da União dos Estados da África Central (UEAC), com repercussões nos sectores económico, cultural, comercial, dos transportes e comunicações e da segurança. Este acordo constituiu um

⁴³⁹ AHU – Séria 66 – Pasta 7. Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Direcção Geral dos Negócios Políticos de 4 de Junho de 1973. Visita de Mobutu a França.

⁴⁴⁰ AHU – Séria 66 – Pasta 7. Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Direcção Geral dos Negócios Políticos de 11 de Junho de 1973. Visita de Mobutu a Itália.

⁴⁴¹ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 310-311.

importante sucesso da política externa de Mobutu, uma vez que o Congo, como “Estado director”, via o “alargamento da sua esfera de influência” como uma forma de ampliar o seu prestígio junto dos seus pares africanos. Estas duas vertentes da política externa de Mobutu não eram estanques, ou seja, ambas viviam em estreita ligação uma com a outra contribuindo, em simultâneo, para os fins a atingir, tal como viria acontecer com a assinatura desta carta que foi vista, por alguns, como o resultado da “influência americana no Congo”. Os EUA teriam, basicamente como objectivo o alargamento da sua “própria esfera de influência na África Central, a partir do Congo, e compensar a influência francesa nesta região africana”, ao mesmo tempo que garantiam mais um obstáculo ao “avanço comunista para o interior do continente a partir da Costa Ocidental (Congo Brazzaville) e Oriental (Tanzânia e Burundi)”. Em termos regionais, este acordo produziu uma “acentuada celeuma” entre os restantes países desta região de África (Congo Brazzaville, Gabão e Camarões) uma vez que os obrigou a um reajustamento perante esta “nova dimensão”, que lhes estava a ser imposta⁴⁴².

Foi segundo este modelo que Mobutu, num primeiro instante, se relacionou com os diferentes actores do SPI. No que respeita às relações com os países africanos, no quadro da sua afirmação no continente, Mobutu desenvolveu relações sociais cordiais com os países vizinhos. Em 1968, registou-se uma aproximação à Costa do Marfim e à Tunísia, países visitados por Mobutu; com o Quênia, tendo sido inaugurado uma ligação telex directa entre Kinshasa e Nairobi; com o Chade, que se constitui em país membro da UEAC; e com o Senegal⁴⁴³. Em 1969, promoveu também um bom entendimento com a Zâmbia tendo, para o efeito, contribuído a presença do presidente Kaunda em Kisangani, durante o mês de Maio, nas comemorações do 2º aniversário do MPR; com a Tanzânia, país que recebeu a visita de Mobutu no âmbito da conferência bianual do partido governamental tanzaniano; com o Uganda e com o Sudão, países cujos chefes de Estado foram, também eles, recebidos por Mobutu, ultrapassando desconfianças do passado que levaram ao reforço do dispositivo do ENC nas regiões fronteiriças, para evitar infiltrações de “elementos rebeldes” no seu território; com o Burundi e com o Ruanda, cujas relações não eram as melhores, fruto do “diferendo surgido a respeito do destino a dar aos mercenários aí instalados”, tendo sido encetadas conversações com vista à constituição de um “agrupamento regional formado pelas

⁴⁴² AHU – Séria 66 – Pasta 3. Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Junho de 1969. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo, p.12.

⁴⁴³ AHU – Séria 66 – Pasta 3. Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Junho de 1969. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo, p.14.

três antigas colónias belgas”⁴⁴⁴. Em 1970, as relações do Congo com os países africanos, poderiam considerar-se boas e definitivamente estabilizadas, com uma nova aproximação à República de Centro Africana, desfazendo definitivamente a divergência que opunha estes dois Estados motivado pelo afastamento daquele país, em 1969, da UEAC. Entretanto, após várias diligências falhadas, assistiu-se a uma aproximação entre os dois Congos que se traduziu no restabelecimento das relações diplomáticas em Dezembro de 1970⁴⁴⁵.

O caso da República do Congo (Brazaville) é, no entanto, um caso muito específico uma vez que, paralelamente, as relações entre os dois Estados se mantiveram sempre muito difíceis, ao longo deste período. Apesar de no início do ano de 1968 se ter registado uma pequena aproximação no sentido de se normalizarem as relações entre os dois Estados, no final desse mesmo ano, a tensão voltou a subir “motivado pelo facto do trânsito de armas, destinado a uma tentativa de golpe de estado na República do Congo, ter sido efectuado através da RDC. Episódios que envolveram a captura de pescadores e o rapto de habitantes de vilas, junto à margem do rio, por parte das autoridades de Kinshasa, também não ajudaram a um possível entendimento⁴⁴⁶. Os dois estados comportavam-se como o “gato e o rato com cada um deles a assumir uma alternância um ao outro daqueles papéis”. Por um lado, Mobutu organizava esquemas para eliminar Ngouabi e, por outro, este, com o apoio dos chineses e do MPLA, procurava minar o regime de Mobutu. No ponto alto da “exaltação conciliatória”, em que cada um se convenceu que conseguia converter o outro, estão as visitas de reconciliação que tiveram lugar durante o ano de 1970 e que culminaram, como já referimos, com o restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países mas que, num ápice, foram interrompidas tendo para isso contribuído os rumores que saíram do processo que ficou conhecido por LICOPA⁴⁴⁷. Foi, sem qualquer tipo de dúvida, um relacionamento carregado

⁴⁴⁴ AHU – Séria 66 – Pasta 4. Relatório Especial de Informação n.º8 do SCCIA de Maio de 1970. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo, p.17.

⁴⁴⁵ AHU – Séria 66 – Pasta 5. Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Junho de 1971. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo, p.17.

⁴⁴⁶ AHU – Séria 66 – Pasta 4. Relatório Especial de Informação n.º8 do SCCIA de Maio de 1970. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo, p.17.

⁴⁴⁷ As autoridades zairenses afirmaram que a Embaixada do Congo, em Kinshasa, funcionava como um intermediário entre a Liga Congoleza para a Paz e Amizade entre os Povos (Ligue Congoleza pour la Paix et l'Amitié Entre les peuples, LICOPA) e zairenses que lutavam contra o regime de Mobutu. Este chegou a declarar “persona non grata” a “todo o pessoal da Chancelaria congoleza, ordenando que esta encerrasse de imediato, nem admitindo que Brazzaville nomeasse, ao menos,

de casos, muitos deles graves, do qual ficam registados assassinatos, tentativas de golpes de um e de outro lado, operações subversivas para obter informações sobre actividades de dissidentes de ambos os lados, marcando um “estado permanente de tensão em que se perdiam as energias dos dois países”⁴⁴⁸.

No entanto, importa referir que, apesar deste enquadramento, foi precisamente neste ano que se começou a registar uma “ligeira e cautelosa abertura ao bloco socialista soviético”, materializada com as visitas que Mobutu efectuou à Roménia e à Jugoslávia, países que eram relativamente “não-alinhados” dentro deste bloco, mas que faziam parte da “zona de influência soviética”⁴⁴⁹. Esta aproximação, que não fez distrair as autoridades políticas do Congo relativamente a possíveis acções “subversivas apoiadas por países daquele bloco”, como foi o caso da expulsão de alguns funcionários soviéticos colocados em Kinshasa em Julho de 1970, fazia adivinhar a construção de uma nova imagem do Congo, “menos cingida aos EUA e mais “autenticamente neutralista”, como forma de contrariar o papel de actor alinhado com o “imperialismo ocidental”⁴⁵⁰.

Resumidamente a política externa congoleza, até certo momento, baseava-se, para além da aclamação de um nacionalismo que iria descobrir, como de seguida iremos ver, a sua manifestação interna no “recurso à autenticidade”; no apoio dos EUA, que funcionavam como um verdadeiro assessor de Mobutu que, por sua vez, ouvia atentamente os conselhos que vinham de Washington; da Bélgica que, apesar dos contratempos imperativos da História entre os dois países, no plano externo, funcionava como um “factor de estabilização”; de outros tantos Estados que investiam no país e colaboravam na organização dos diferentes

um encarregado dos Arquivos”. Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 312.

⁴⁴⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 312-316.

⁴⁴⁹ Boniface, Pascal (2009), *Atlas das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano Editora, p. 17. No contexto da partilha da Europa no pós-guerra, a Jugoslávia não se tornou um “satélite soviético”. A autonomia deste país “não resultou do acordo entre Churchill e Estaline, mas do facto de ter estado sob ocupação soviética durante muito pouco tempo e se ter libertado da ocupação militar alemã através de um enorme esforço próprio de guerrilha”. Kissinger, Henry, (2007), *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, pp. 614-615.

⁴⁵⁰ AHU – Séria 66 – Pasta 5. Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Junho de 1971. Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo, pp.16-17.

sectores da sociedade congoleza; por último, as comunidades estrangeiras radicadas, desde cedo, no Zaire, questão que ainda não foi abordada⁴⁵¹.

Mas eis que se dá a reviravolta. A partir do momento em que Mobutu se convenceu que o segredo da sua ambicionada liderança africana já não provinha do bloco ocidental, inauguraria uma viragem assente, primeiramente, numa obsessão pela política de regresso à autenticidade e, posteriormente, numa radicalização que assumiria contornos verdadeiramente alarmantes, a partir de Novembro de 1973, depois de toda uma série de iniciativas realizadas pelo chefe de Estado zairense. A política de “autenticidade” transformou-se, com o decorrer do tempo, na base de sustentação de toda acção governativa de Mobutu tendo sido apresentada como uma “espécie de teoria sócio-política” mais abrangente que outros movimentos anteriormente lançados em África, como foi o caso do “Pan-Africanismo”⁴⁵², e implementada como uma “nova filosofia” que aspirava, não ser apenas vocacionada para a “revalorização do homem africano” mas sim para constituir um “princípio inspirador de toda a humanidade”. Esta tese era de tal forma importante para Mobutu que, para conseguir demonstrar a relevância da temática e com isso convencer o povo da importância desta política, promoveu o debate no seio da comunidade académica e cultural, organizando conferências nos principais centros culturais de África e da Europa como foi o caso de Dakar, de Bruxelas e de Paris⁴⁵³.

Este foi apenas um pequeno aspecto de um processo que despoletou com um conjunto de medidas que iriam marcar uma nova orientação na política externa do Zaire. Por isso mesmo, consideramos que a decisão de Outubro de 1971 de transformar a República Democrática do Congo na República do Zaire não terá sido apenas um acto isolado, antes pelo contrário, a necessidade prevista de conservar uma frágil unidade nacional produziu uma campanha que teve como objectivo o “regresso às origens históricas do país”, e da qual apresentamos alguns exemplos: a “toponímia belga” foi gradualmente abandonada; os monumentos erigidos em memória das grandes personalidades estrangeiras, como Leopoldo II ou Henry Stanley⁴⁵⁴,

⁴⁵¹ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Vega, Lisboa, pp. 319-320.

⁴⁵² Doutrina que, muito resumidamente, defende a unidade e a solidariedade dos povos africanos.

⁴⁵³ AHU – Séria 66 – Pasta 7. Telegrama da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de Gonzaga Ferreira, expedido em 23 de Abril de 1973.

⁴⁵⁴ Sir Henry Morton Stanley (Denbigh, País de Gales, 28 de Janeiro de 1841 – Londres, 10 de Maio de 1904) foi um jornalista e viajante inglês. Explorador da África central, onde encontrou Livingstone, atravessou a África equatorial de leste a oeste. Prestou serviços a Leopoldo II da

foram destituídos; os nomes de “som ocidental” foram proscritos começando, desde logo, pelo próprio Joseph Désire Mobutu que passou a adoptar o seu nome “autêntico” de Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu Wa Za Banga, entre outros. Estas e outras medidas seriam, a título de balanço, reafirmadas e sublinhadas por Mobutu, em Maio de 1972, no discurso da cerimónia inaugural do Congresso do MPR e que assinalou o 5º aniversário da sua criação, como forma de justificar a prática que era necessária para pôr termo aos “vestígios ocidentais” e, dessa forma, dar ao país um “nacionalismo autêntico, sem tribalismo ou regionalismos, corrupção e outros males que afectam o bem-estar das populações”. Sublinhando os “valores africanos”, Mobutu lançou um apelo a todos os países de África para se unirem e fazerem do continente um “bloco capaz de sobreviver económica, técnica e politicamente” sem o auxílio vindo do ocidente e, por fim, reiterou o contributo que, no seu entender, a sua política estava a garantir em prol “da unidade do continente” e da sua “total libertação”. Em matéria de política externa, este congresso iria consolidar a posição africana do Governo de Kinshasa para que o país pudesse, decisivamente, assumir um papel de chefia caracterizado pela “neutralidade absoluta”, abertura a todos os países, a não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e o emprego da via diplomática para a resolução das questões internacionais⁴⁵⁵.

No contexto africano Mobutu voluntariou-se, também, para assumir o papel de um conciliador diplomático entre os Estados africanos. Em 1970, ofereceu os seus serviços para reconciliar a Nigéria com os quatro Estados que tinham reconhecido o Biafra (Tanzânia, Gabão, Costa do Marfim e Zâmbia). Em 1971, após o derrube do Presidente do Uganda, Milton Obote, propôs os seus préstimos para restaurar as relações tensas entre a Tanzânia e o Uganda, funcionando como um elemento decisivo no estabelecimento de uma relação formal entre o novo responsável pelos destinos políticos do Uganda, Idi Amin, e o Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere. Também mediou, de forma activa, as disputas entre o Burundi e a Tanzânia relativamente às violações de fronteira efectuadas pelas forças do Burundi. Em 1971, já fazendo parte da equipa da OUA, da qual era um dos membros do “Comité des sages”, participou no processo que pretendia terminar com a ocupação do território egípcio por Israel. No entanto, este caso específico revelou-se, demasiadamente, problemático para

Bélgica para a criação de um Estado Livre do Congo. Koogan Larousse Seleções (1971), *Dicionário Enciclopédico, II Volume – Nomes Próprios*, pp. 1583-1584.

⁴⁵⁵ AHU – Séria 66 – Pasta 6. Informação N.º 635 – CI (2). Congresso do MPR, de 30 de Maio de 1972.

“sucumbir às habilidades de mediação” de Mobutu⁴⁵⁶ que, meses antes, tinha assinado um “Acordo de Cooperação Militar” com Telavive com o objectivo, principal, de normalizar a ajuda militar de Israel que vinha sendo concedida no âmbito de um protocolo que envolvia a formação dos quadros congolezes e que contribuiu de forma decisiva para a constituição de uma das suas brigadas aerotransportadas e para a diminuição do número de conselheiros militares⁴⁵⁷. Esta cooperação, no momento em que se estava a negociar “uma solução pacífica para o Médio Oriente”, não deixou de causar alguma surpresa entre os seus pares que foi, rapidamente e liminarmente, esclarecida na comunicação social: “não se tratava de um pacto de agressão ou de aliança militar. A aliança militar com Israel será a ponte para a paz!”. O epílogo das relações do Zaire com Israel foi moroso, decorreu entre muitas “hesitações e falsas promessas”, e o último acto teve lugar em 1973 com a iniciativa de Mobutu que, no “auge do seu eco internacional”, rompeu todos os laços que uniam estes dois países⁴⁵⁸.

Além deste papel de mediador, Mobutu, durante o ano de 1972, deu início a uma ambiciosa viagem diplomática que, na sua essência, visava uma aproximação às figuras mais extremistas da política africana, uma aglutinação dos ideais pan-africanistas e a afirmação do estatuto de “grande potência africana” que os governantes do país tanto queriam garantir ao Zaire. No início de Junho, Mobutu, acedendo a um convite do seu homólogo congolês, deslocou-se à outra margem do rio Zaire, a Brazzaville. A reunião, que se seguiu, como já vimos, a um período de tensão provocada pela ruptura das relações diplomáticas ocorrida em Agosto de 1971, terá permitido aos dois chefes de Estado lançar as bases de uma futura reconciliação que viria a ser ratificada, dois meses mais tarde, na “declaração de Franceville”. Nesta cidade do Gabão, onde se encontravam a convite do presidente Bongo, para assistir às comemorações do aniversário da independência daquele país, Mobutu e Ngoubi assinaram um protocolo que previa o reatamento as relações diplomáticas interrompidas e, conjuntamente, a nomeação de uma comissão que tinha por missão o estudo das possibilidades de reforço da cooperação entre os dois países no campo da economia, da política, da cultura, dos transportes e das telecomunicações. Posteriormente, ocorreu em Rabat, Marrocos, no âmbito do evidenciado “ardor revolucionário” de Mobutu e no seguimento da sua nomeação como Vice-

⁴⁵⁶ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 368.

⁴⁵⁷ AHU – Séria 66 – Pasta 6. Ofício do Ministério do Ultramar da Direcção Geral dos Negócios Políticos, de 25 de Outubro de 1971.

⁴⁵⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 322-324.

Presidente da 9ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da OUA, a sua apresentação como o verdadeiro “paladino do pan-africanismo”⁴⁵⁹. Tudo isto após um longo período de difícil aceitação deste tipo de manifestações organizadas, por parte daquela organização africana, como foi o caso do episódio ocorrido em 1971, onde só os esforços da diplomacia etíope impediram o Governo de Kinshasa de boicotar a 8ª Cimeira, após a sua transferência de Kampala para Addis Abeba. Esta decisão também foi vista, nomeadamente pela representação diplomática portuguesa em Kinshasa, como mais uma prova inequívoca da nova “vocaçãõ africana” da política externa de Mobutu que, a partir daí, começou a “pesar mais na política geral em África”⁴⁶⁰.

Mas o momento capital da viragem terá sido a visita que Mobutu realizou, em fins de Junho desse mesmo ano, à Guiné de Sekou Touré. Segundo os círculos diplomáticos de Kinshasa, teria sido um evento patrocinado pelos EUA, que estariam esperançados na “influência moderadora que o chefe de Estado zaireense poderia exercer sobre o presidente guineense”. Porém, o resultado foi, precisamente, o contrário, Mobutu ficou “deslumbrado com a disciplina partidária existente na Guiné, com a personalidade de Sekou Touré e com as realizações daquele regime”⁴⁶¹. De facto, no comunicado conjunto, que foi distribuído após a conclusão da visita, não era possível identificar as “profissões de fé” comuns entre os países africanos mais “progressistas” da época, apesar de algumas referências menos “elegantes” em relação a Portugal. De acordo com essa orientação, também as declarações pronunciadas pelo chefe de Estado zaireense, durante esta viagem, foram caracterizadas pela moderação

⁴⁵⁹ AHU – Séria 66 – Pasta 6. Ofício do Ministério do Ultramar da Direcção Geral dos Negócios Políticos, de 20 de Dezembro de 1972.

⁴⁶⁰ AHU – Séria 66 – Pasta 5. Ofício do Ministério do Ultramar da Direcção Geral dos Negócios Políticos, de 20 de Setembro de 1971.

⁴⁶¹ Relativamente ao envolvimento americano nesta visita, pretendeu encontrar-se a sua confirmação, aquando da anulação, em Novembro, da viagem que o presidente guineense deveria ter efectuado ao Zaire. Com efeito, afirmou-se nessa altura terem sido os meios franceses (sensíveis a uma crescente influência norte-americana na antiga África francesa) os responsáveis pela anulação da visita de Sekou Touré, porquanto teria a França incitado os países africanos seus amigos (nomeadamente, o Senegal e a Costa do Marfim), a desenvolverem os seus esforços nesse sentido. Tais asserções não encontraram, todavia, uma séria confirmação, muito embora se não desconheçam as relações muito particulares que ligam o Zaire e os EUA. Assim, aquando do seu conflito fronteiriço com a Guiné Equatorial, o Gabão (país cujas boas relações com a França parecem não oferecer dúvida) aceitou sem reserva a mediação que lhe foi oferecida pelos presidentes do Congo e do Zaire. AHU – Séria 66 – Pasta 6. Ofício do Ministério do Ultramar da Direcção Geral dos Negócios Políticos, de 20 de Dezembro de 1972.

contrastando com as do presidente guineense, marcadas pela “virulência dos seus discursos”. No entanto, a verdade é que a visita de Mobutu à Guiné passou a dominar, em grande parte, o panorama da política externa do seu país que, no quadro de estreitamento dos laços entre os dois países, anunciou um programa que visava o desenvolvimento das relações “políticas, diplomáticas, económicas, comerciais e culturais, bem como a cooperação científica e técnica”. Seguiu-se um período de contactos intensos entre estes dois países do qual resultou, um acordo para a instalação no Zaire, nas imediações da barragem de Inga, de um complexo industrial para o tratamento da bauxita (matéria prima mais usada na produção de alumínio) produzida pela Guiné; a assinatura de acordos de cooperação comercial, industrial e agrícola; e a visita de delegações ministeriais a Kinshasa e Conakry. Apenas no campo militar os contactos não tomaram as mesmas proporções, eventualmente devido à hostilidade de elementos das Forças Armadas do Zaire (FAZ). No quadro da afirmação do Zaire como o primeiro dos países de expressão francesa no continente africana, esta aproximação à Guiné chegou a estar associada a uma eventual “tentativa de implantação de Kinshasa num país francófono rebelde”⁴⁶².

Após a sua visita a Conakry, Mobutu colocou em marcha, no plano interno, um conjunto de medidas inspiradas no modelo guineense e que, na prática, irão reflectir uma radicalização da política de “autenticidade” anteriormente iniciada e, conseqüentemente, “o reforço de uma unidade nacional” assente nas ambições externas, que os dirigentes de Kinshasa acalentavam para o seu país. Estamos a referir-nos ao enquadramento da vida institucional do país pelo partido único, segundo o modelo dos países socialistas, o MPR; ao projecto de nacionalização das pequenas e médias empresas; à reforma da administração pública; a criação de um Conselho Superior de Administração; ao nível do ensino superior, suspensão de Bolsas de Estudo e requisição, por dois anos, de todos os finalistas de ciências pedagógicas para leccionarem nas escolas primárias e, com isso, reduzir o número de professores estrangeiros; e para o ensino primário, passou a estar prevista uma ajuda monetária para todas as crianças⁴⁶³. Quaisquer que fossem as suas ambições, é legítimo concordarmos com a leitura da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros portugueses, relativamente a esta orientação da política externa do Zaire, que viu estas iniciativas diplomáticas como uma

⁴⁶² AHD – PAA – Maço 1071: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 23 de Janeiro de 1973. Nova Política Externa do Zaire.

⁴⁶³ AHU – Séria 66 – Pasta 6: Informação n.º 850 – CI (2), da DGS - Direcção de Serviços de Informação, de 27 de Julho de 1972.

forma de Mobutu se associar aos “países africanos que mais independentes se podiam manifestar em relação à sua antiga metrópole, ou, em relação aos quais, não existiam, em África, um pólo de atracção suficientemente forte”: O Congo Brazzaville e a Guiné⁴⁶⁴.

Mobutu visitou, também, a Etiópia, passou pela Tanzânia, deteve-se na Zâmbia e, antes de partir para Kampala, capital do Uganda, encontrou-se com o presidente Kaunda, em Lubumbashi (ex-Elizabethville no Catanga), que o convidou para mediar o conflito entre o Uganda e a Tanzânia na “esperança que pudesse contribuir para uma solução pacífica e definitiva do caso”⁴⁶⁵. Em relação aos seus vizinhos de mais “modestas proporções”, não se absteve o Zaire de iniciativas de “grande frère”, designadamente, em relação ao Burundi, na ajuda “bastante concreta” concedida ao presidente Micombero. Mobutu visitou igualmente o Ruanda, ainda que, poucos anos antes, não houvesse poupado as suas invectivas contra Kigali, em virtude do “refúgio” oferecido aos “mercenários” que teriam operado em território congolês⁴⁶⁶.

Mobutu privilegiava um estilo de acção que explorava as divergências e as rivalidades dos outros em proveito dos seus próprios interesses, sustentados numa verdadeira política de “não-alinhamento”, que foi sendo aperfeiçoada com o passar dos tempos, e na construção de um personagem que materializava o papel do mediador de todos os conflitos africanos⁴⁶⁷.

A par destas iniciativas, o presidente do Zaire, no Outono de 1972, concretizaria uma abertura a leste. Num discurso pronunciado em 25 de Novembro, comemorativo do 7º aniversário da revolução zairiana, Mobutu anunciava o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Zaire e a República Popular da China, através de um protocolo assinado, nas vésperas, em Paris, por delegações representativas dos dois países e, assim, era inaugurado um novo conceito para a diplomacia do Zaire. No mesmo discurso, afirmava igualmente estar o seu país na disposição de rever a sua política em relação às “duas Alemanhas, às duas Coreias e aos dois Vietnams”, tendo, posteriormente, o Gabinete Político do MPR informado que caberia a Pankow (Berlim), Hanoi e Pyong-Yang promover

⁴⁶⁴ AHD – PAA – Maço 1071: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 23 de Janeiro de 1973. Nova Política Externa do Zaire.

⁴⁶⁵ AHU – Séria 66 – Pasta 6: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 06 de Novembro de 1972.

⁴⁶⁶ AHD – PAA – Maço 1071: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 23 de Janeiro de 1973, Nova Política Externa do Zaire.

⁴⁶⁷ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 325-327.

as diligências que melhor entendessem para o estabelecimento das suas relações com o Zaire. Esses compromissos, que teriam abrangido igualmente Cuba, iriam iniciar-se, com efeito, em Brazzaville, levando ao reconhecimento por Kinshasa, em 14 de Dezembro, da Coreia do Norte e da Alemanha de Leste. Nesse mesmo dia, chegou a Kinshasa o embaixador da Coreia do Sul em Brazzaville, portador de uma mensagem pessoal do presidente Mao Tsé Tung para Mobutu, convidando o chefe de Estado do Zaire a visitar Pequim. O convite foi imediatamente aceite e a visita ocorreu em Janeiro de 1973. No contexto das relações entre o Zaire e a República Popular China vislumbrava-se um “largo campo de actuação” no qual a China, em troca de fornecimento de certas matérias-primas (cobre, estanho, e o mercúrio), estaria disposta a oferecer ao Zaire cooperação técnica, médica e, no quadro de um programa de cooperação agrícola, a eventual instalação de uma refinaria de Açúcar⁴⁶⁸.

E assim aconteceu. De 10 a 20 de Janeiro de 1973, o general Mobutu visitou a República Popular da China, permanecendo em Pequim até ao dia 15, onde estabeleceu contactos com os dirigentes chineses tendo visitado, nos dias seguintes, as cidades de Xangai e Cantão. No decorrer da visita, Mobutu foi homenageado e a sua política elogiada porque, segundo os governantes chineses, a sua acção, baseada na “luta contra todas as formas de dominação estrangeira”, teria sido preponderante para se ter atingido a independência e a soberania no Zaire. Por sua vez, Mobutu sublinharia a “política de autenticidade” vigente no Zaire e as suas semelhanças com aquela que era praticada na China, pois, acrescentou, “ambos os povos têm lutado para expulsar das suas fronteiras o imperialismo dominador, e são contrários à injustiça, humilhação, discriminação e alienação mental”. Esta visita decorreu num ambiente de grande cumplicidade e terá tido “o melhor acolhimento tanto por parte dos dirigentes, que estiveram envolvidos, como do povo chinês”⁴⁶⁹. No final foi assinado um comunicado conjunto que confirmava os acordos de cooperação económica, técnica e comercial, bem como a assinatura de convenções para o estabelecimento de comunicações aéreas e marítimas e promoção do intercâmbio cultural, científico e técnico e, também, o comprometimento de,

⁴⁶⁸ AHD – PAA – Maço 1071: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 23 de Janeiro de 1973, Nova Política Externa do Zaire.

⁴⁶⁹ AHU – Séria 66 – Pasta 6. Informação n.º 105 – 2ª Divisão de Informações da DGS de 22 de Janeiro de 1973. República do Zaire.

ambos os Estados, continuarem a “apoiar os povos afro-asiáticos em luta pela igualdade e contra a dominação estrangeira”⁴⁷⁰.

Obviamente que esta “política de aproximação” do Zaire à China, não deixava indiferentes as autoridades portuguesas. Para os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, esta anunciada “política maoísta” para o Zaire e o desejo de Mobutu renunciar ao apoio ocidental, fazia prever “uma vitória estrondosa no continente africano que poderá conduzir não só a mutações profundas no continente como ainda é susceptível de provocar perturbações de feitos incalculáveis no panorama mundial”. Para legitimar esta avaliação não foi esquecida “a histórica frase de Mao Tsé-Tung que ao apreciar a posição estratégica do Burundi, afirmou: O Burundi é o caminho para o Congo, e quando o Congo cair toda a África o seguirá”. Na verdade, o Governo português nunca se alheou do facto de o Zaire ter constituído “sempre o objectivo principal da política chinesa de expansão da sua influência em África que se insere no quadro geral da estratégia expansionista definida pelos líderes chineses”⁴⁷¹.

Ao regressar a Kinshasa, Mobutu faria uma comunicação ao país para divulgar os pontos mais relevantes desta visita. Referiu-se aos acordos de cooperação assinados mas o enfoque seria o empréstimo, isento de juros e reembolsável no prazo de 30 anos, concedido pelas autoridades chinesas no valor de “100.000.000 de dólares, para a realização de projectos agrícolas”. Em termos de cooperação técnica anunciou a chegada de agrónomos chineses para trabalharem nos centros rizícolas, assim como de um grupo de médicos para colaborarem com os centros hospitalares no interior do país. Para além disso, Mobutu exaltou as “realidades positivas” que observara na China, nomeadamente, o “dinamismo e a qualidade de trabalho do povo chinês”⁴⁷². A visita constituiu uma notável mudança de atitude de um Governo considerado, desde sempre, como um bastião do Ocidente e do anti-comunismo em África.

O deslumbre de Mobutu era evidente e denunciava a sua determinação em aplicar, no plano interno, os métodos do regime maoísta e, para além disso, a assunção de que o progresso chinês estava intimamente ligado ao “investimento humano” e não a “investimentos

⁴⁷⁰ AHU – Séria 66 – Pasta 6. Informação n.º 131 – 2ª Divisão de Informações da DGS de 30 de Janeiro de 1973. República do Zaire.

⁴⁷¹ AHU – Séria 66 – Pasta 7: Relatório de Informações n.º 18/1973 dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, de 19 de Fevereiro de 1973. Ver Anexo I (A China e a África Austral – “A Cintura Vermelha”).

⁴⁷² AHU – Séria 66 – Pasta 6: Informação n.º 146 – 2ª Divisão de Informações da DGS de 02 de Fevereiro de 1973. República do Zaire.

financeiros”, facto que o terá levado a adoptar três novas linhas orientadoras: uma, tendo como referência o ideal da auto-suficiência, iria exigir uma maior disciplina ao partido no sentido de reorganizar a vida das pessoas em torno de três períodos de oito horas cada um (trabalho, repouso e dormir), sendo que, do período destinado ao repouso, independentemente da função, todos os cidadãos teriam que obrigatoriamente dedicar duas a três horas à agricultura; a segunda, pretendia pôr um término à “assistência técnica ocidental”, com o incremento da produção agrícola; e, por último, a punição exemplar de qualquer tentativa de “subversão ou sabotagem por parte de estrangeiros às medidas que irão ser adoptadas”⁴⁷³.

Apesar da doutrina do “nacionalismo zairense” preconizada pelo MPR e sustentada na “cooperação com todos os países do mundo”⁴⁷⁴, seria o início de uma nova era que iria tornar “Pequim a irmã de Kinshasa” e “incendiar a mente de Mobutu contra o Ocidente”. Começaram-se a descobrir seculares laços de identidade “nascidos da luta conduzida pelos povos chinês e zairense para se libertarem do jugo do colonialismo e do imperialismo internacional” e, por conseguinte, foi banido todo e qualquer sentimento de repulsa por tudo “o que cheirasse a comunismo e a maoísmo”, precipitando a adopção de novos modelos que eram originários desta nova aliança. Os acordos assinados com Itália, os EUA, a Bélgica, entre outros, seriam progressivamente substituídos pelos “serviços das novas amizades” com resultados nefastos e que “conduziram, em pouco menos de três anos, à completa desorganização dos serviços e órgãos que haviam assessorado”⁴⁷⁵.

Segundo Crawford Young, houve um conjunto de factores que, do ponto de vista de Mobutu, também facilitaram esta aproximação à China. Em primeiro lugar, a visita triunfante do presidente Nixon à China em 1972. Este importante acontecimento diplomático fez transparecer que “as pontes para a China” deixavam de ter que enfrentar a “hostilidade americana”. E em segundo lugar, também se registaram alterações expressivas nas relações sino-soviéticas com o “vizinho de Brazzaville”, nomeadamente após a queda de Fulbert

⁴⁷³ AHU – Séria 66 – Pasta 6: Ofício do Ministério do Ultramar do Gabinete dos Negócios Políticos de 09 de Fevereiro de 1973.

⁴⁷⁴ Foi o próprio Mobutu que a 5 de Dezembro de 1972 sentiu necessidade de anunciar, pensamos nós sem qualquer efeito, alguma contenção relativamente a esta aproximação à China: “Aproveitamos esta ocasião para sublinhar que esta normalização não determina qualquer contradição da nossa política”. Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Vega, Lisboa, p. 335.

⁴⁷⁵ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 336-339.

Youlou, em Agosto de 1963, com o “radicalismo ideológico” a assumir-se como a doutrina instituída pelo novo regime. Entre 1968 e 1972 a diplomacia chinesa reafirmou a sua predominância, no entanto, o seu envolvimento na “conspiração Diawara” no final de 1972 para destituir Ngouabi, fez com que os chineses perdessem espaço de manobra relativamente às autoridades Brazzaville. Desta forma, as relações privilegiadas com Kinshasa tornaram-se tão úteis para Pequim como eram para Mobutu⁴⁷⁶.

Entretanto, o Zaire não se desinteressou por contactos que vinham a ser erigidos desde 1970, com países da Europa Oriental. Em Agosto, foram restabelecidas as relações diplomáticas entre Kinshasa e Sófia; com a Roménia, intensificaram-se os contactos estreitos que os dois países vinham mantendo, designadamente no campo económico; em Setembro, e ainda para conversações do mesmo âmbito, deslocou-se a Bucareste o ministro zairense dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Nguza Karl-I-Bond; em relação à URSS, em fins de Junho, visitou Moscovo o secretário-geral dos Negócios Estrangeiros do Zaire, Sr. Lombo Lo Mangamanga, para concretizar uma melhoria das relações entre os dois Estados através da assinatura de um acordo cultural, técnico e científico e, por outro lado, os russos viriam a desenvolver um conjunto de iniciativas direccionadas para o Zaire, propondo a Kinshasa, em 16 de Junho, um acordo económico e comercial⁴⁷⁷.

Esta “política de abertura” prosseguida pelo Zaire foi sublinhada, reiterada e comprovada durante a “6ª Conferência Diplomática” que decorreu em Kinshasa, em Abril de 1973, sob o signo do “Salongo”, palavra de ordem que significa trabalho, e foi lançada a toda a Administração Pública do país, após a visita de Mobutu à China. Foi aí que foi salientado a importância desta orientação da política externa no crescente número de Missões Diplomáticas na capital zairense que, nesse ano, contava já com 63 Missões acreditadas, ou seja, o triplo das que existiam quando Mobutu assumiu a Presidência da República. O estabelecimento destas relações diplomáticas terá tido um papel fundamental para “dar a conhecer ao mundo as novas opções políticas do país, traduzindo concretamente a preocupação de “autenticidade” das autoridades governativas do Zaire, durante este período, e reflectindo uma intransigente “recusa de influências ideológicas ou culturais estrangeiras”. Com efeito, este foi o principal tema de debate para salientar a necessidade do corpo

⁴⁷⁶ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 371.

⁴⁷⁷ AHD - PAA – Maço 1071: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 23 de Janeiro de 1973, Nova Política Externa do Zaire.

diplomático assumir um certo “espírito de militantismo” para que pudesse deixar de ser a “guarda avançada da burguesia militante” e passar a trabalhar na via do “neutralismo positivo” adoptando, dessa forma, o papel missionário de “porta-estandartes da revolução zairiana autêntica no estrangeiro”, a fim de garantir ao país a “grandeza e audiência internacional” que tinha direito⁴⁷⁸. Esta conferência terá, eventualmente, representado a acção de formação que estava em falta, de forma a habilitar a comunidade diplomática do Zaire a difundir, no espaço exterior, a reorientação política que estava a ser processada.

Por fim, a Cimeira de Argel dos países não-alinhados e o discurso de Mobutu perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, respectivamente em Setembro e Outubro de 1973, iriam marcar outro momento importante da política externa do Zaire durante este período, uma aproximação aos países árabes.

Durante a sua permanência em Argel, onde participou nos trabalhos da conferência dos não-alinhados, Mobutu manteve encontros com diversos dirigentes políticos, nomeadamente, Kaunda, Nyerere, Kadhafi, Ould Daddah (Mauritânia), Omar Bongo (Gabão), Fidel Castro, Indira Gandhi, Mujibur Rahaman (Bangladesh), Norodom Sihanouk (Camboja) e Yasser Arafat; fez questão de reconhecer o Bangladesh e o Governo do Príncipe Norodom Sihanouk; e estabeleceu relações diplomáticas com Cuba. No regresso ao Zaire, Mobutu, fez escala em Trípoli para se encontrar com Kadhafi. No final das conversações ambas as partes anunciaram o estabelecimento de relações diplomáticas ao “nível de embaixadores e ligações aéreas e marítimas”. Para além disso, condenaram o regime da África do Sul e reafirmaram o seu total apoio, material e moral, aos movimentos independentistas e à resolução da décima sessão plenária da OUA relativamente ao Médio Oriente, particularmente, a condenação de Israel no caso da Palestina⁴⁷⁹. Mobutu, que sempre fez questão de enaltecer a argúcia evidenciada por Israel, no momento mais conturbado da rebelião no Zaire, através do seu apoio e ajuda técnica ao Governo congolês, ficaria extremamente agastado com a reacção dos israelitas a esta resolução da OUA, que a classificariam de “consequências limitadas”. Seria o prenúncio do

⁴⁷⁸ AHU – Séria 66 – Pasta 7: Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Direcção dos Negócios Políticos de 10 de Julho de 1973.

⁴⁷⁹ AHU – Séria 66 – Pasta 7. Informação 1039 da Direcção dos Serviços de Informação da DGS de 19 de Setembro de 1973. República do Zaire.

que estava para vir ao considerar, perante um jornalista em Kinshasa, tal reacção como um acto de arrogância intolerável para com os Estados que produziram a dita resolução⁴⁸⁰.

Mobutu escolheria a tribuna das Nações Unidas para anunciar formalmente o rompimento das relações diplomáticas entre Kinshasa e Jerusalém, manifestando total apoio às teses árabes e consolidando, dessa forma, o esquema extremista que vinha imprimindo à política externa do seu país. Perante a Assembleia Geral, pronunciou um violento ataque ao reduto branco em África (Portugal, Rodésia, África do Sul) que reflectiu o verdadeiro sentido, e talvez único propósito, do pensamento de Mobutu baseado na ideia da “criação de um eixo formado pelos países que fazem fronteira com a África Austral” (Zâmbia, Tanzânia, o próprio Zaire e o Congo Brazzaville). Esta ideia representava, no entender de Mobutu, a melhor forma de lutar contra “racistas e colonialistas”. Ainda relativamente a este eixo, Mobutu apelou para que outros países de África aderissem para erigir um bloco ainda mais coeso que, “embora fraco militarmente, pesaria pela sua força humana e pela capacidade de influência no plano internacional”⁴⁸¹.

Era quase obsessiva a ânsia que Mobutu tinha em ser reconhecido como o “mediador africano” e, na verdade, todos os meios serviam para atingir tal fim, nomeadamente, a sua participação em tudo o que fosse comité ou comissões de organizações internacionais onde pudesse fazer vincar essa “missão de conciliador” que, a partir de certa altura, ficou no topo das prioridades de Mobutu em “paralelo e conjuntamente à da segurança do regime”⁴⁸².

5. ZAIRINIZAÇÃO E UM POUCO DE RADICALIZAÇÃO

Apesar de nos encontrarmos no plano externo, foi este o enquadramento para o que iria acontecer, no plano interno, depois de 30 de Novembro de 1973. As medidas radicais anunciadas nesse dia pelo presidente Mobutu, que para muitos pensadores parecia representar uma “tentativa de tirar o fôlego à independência económica do país”, foram desde logo apelidadas por “zairinização” e iriam traduzir-se na apreensão de uma vasta área da economia, que permanecera, até essa data, em mãos estrangeiras. Relativamente aos factores que motivaram essas medidas alguns dados podem ser elencados. Para começar, a zairinização

⁴⁸⁰ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 326-327.

⁴⁸¹ AHU – Séria 66 – Pasta 7. Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Direcção Geral dos Negócios Políticos de 26 de Setembro de 1973.

⁴⁸² Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 327.

pode ser vista como parte de uma propensão africana para o afastamento dos estrangeiros do sector comercial. No Zaire, o período colonial tinha feito, por um lado, surgir um sector mercantil guarnecido por imigrantes, de origem mediterrânea ou asiática, à margem das grandes empresas capitalistas e, por outro lado, erguera uma diversidade impenetrável, descrita como “mecanismos de bloqueio”, sobrando para zairenses apenas o comércio mais pequeno. Para além disso, a maioria das casas comerciais com maior envergadura, eram belgas e uma grande fracção do sector comercial estava nas mãos dos portugueses, dos gregos, dos italianos, dos judeus e dos paquistaneses. O carácter familiar de muitas destas empresas, cujo seu carácter familiar e sua franca adaptabilidade às “formas irregulares de comércio”, como o contrabando e o tráfico de divisas, contribuiu para uma forte resistência à africanização destas actividades. Quando se tornou evidente, no Zaire e em outros locais, que não se iria verificar uma diminuição voluntária da participação dos estrangeiros neste sector, os potenciais rivais africanos encetaram uma campanha de acesso completo ao comércio e que traduzia a exigência de reduzir os comerciantes imigrantes e, em determinados casos, a sua expulsão. As medidas da zairinização também podem ser vistas como uma manifestação da vontade do Estado para atingir a autonomia económica, que representava um compromisso com o “nacionalismo económico consagrado na base ideológica do MPR”. A “patrimonialização do poder” também desempenhou o seu papel. Os fundamentos do clientelismo estiveram no acesso aos recursos e a aquisição, deste enorme sector da economia, ofereceu um vasto e novo conjunto de bens para distribuição patrimonial aos membros da classe política⁴⁸³.

Veamos então como este plano se efectivou. Após a visita a Pequim e depois da Cimeira de Argel, Mobutu passou a ambicionar o controlo pleno das ocorrências e do povo, como forma de desencadear uma via revolucionária que teria como objectivo expurgar do país todos aqueles que, no seu entender, extorquiam as suas riquezas.

Pouco tempo antes deste importante ensejo da história política e económica do Zaire, já reinava um ambiente de “desânimo e preocupação” no seio das comunidades estrangeiras, particularmente a portuguesa, face às atitudes que vinham a ser tomadas pelas autoridades administrativas regionais. Registou-se um “endurecimento assumido”, que se traduziu no incremento de uma apertada política de fiscalização das sociedades portuguesas e em permanentes “ameaças pessoais” que as obrigavam a desembolsar importantes somas

⁴⁸³ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 326-328.

monetárias para evitarem uma eventual visita aos calabouços policiais. Esta situação causava ainda mais preocupação pelo facto de se saber que a “atitude negativa” das autoridades regionais era ditada por certas personalidades do Governo central, facto que fazia adivinhar, o perigo de este comportamento se generalizar a todo o território do Zaire⁴⁸⁴.

Apesar das tentativas de Mobutu para tranquilizar as diferentes comunidades estrangeiras quanto ao seu futuro no Zaire⁴⁸⁵, os dados estavam lançados e a metamorfose política, inicialmente delineada com fins revolucionários, seria anunciada em 30 de Novembro de 1973, perante o Conselho Legislativo do Zaire, sob o título de “Políticas de Zairinização”, destinando-se a despoletar o processo que iria possibilitar o acesso nacional aos sectores que se encontravam, maioritariamente, nas mãos de estrangeiros. Daí viriam a resultar decisões que iriam afectar, para todo o sempre, todas as comunidades estrangeiras instaladas no Zaire, particularmente a portuguesa, a grega e a paquistanesa. Esse famoso discurso, depois de um rasgado elogio à China, denunciou aquilo que, no seu entender, representava uma campanha que apregoava a China como o “perigo amarelo”, quando se deveria antes falar de um “perigo branco”. Após exuberar um largo roatório contra a antiga potência colonizadora, ao ponto de o embaixador belga ter abandonado a sala, anunciou medidas drásticas em termos de matéria económica que, segundo Mobutu, iriam garantir uma prioridade absoluta à “libertação do Continente” e que importa aqui salientar: todas as plantações, quintas, explorações agropecuárias, pequeno comércio, entre outros, passavam a pertencer aos zairenses, com o intuito de ocupar as suas habitações e confiscar os seus meios de transporte para os impedir de alcançar a fronteira; sob o pretexto de acautelar a “fraude e o contrabando”, determinou a “interdição absoluta de permanência de todo e qualquer cidadão português nas regiões

⁴⁸⁴ AHD - PAA – Maço 1077: Telegrama da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 7 de Março de 1973.

⁴⁸⁵ Foi isso que aconteceu, de forma indirecta, no discurso que iria pronunciar em Mbanka, em fins de Outubro, quando se referiu ao corte de relações diplomáticas com Israel: “comerciantes ou industriais judeus estabelecidos no Zaire devem viver total tranquilidade, porque o povo zairense é povo aberto ao mundo, hospitaleiro, cujas tradições bom acolhimento todos os estrangeiros se tornaram lendárias”. Foi no seguimento desta passagem que Mobutu se referiu aos portugueses: “comércio era coisa diferente de política” (...) “os portugueses continuam a trabalhar no Zaire sem nunca haverem sido perturbados, apesar de desde há muito este Governo condenar firmemente política do Governo português”. AHD - PAA – Maço 1077: Telegrama da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 27 de Outubro de 1973.

fronteiriças de Angola e Cabinda”]; por fim, estendeu esta interdição aos paquistaneses que estavam instalados na região oriental do país⁴⁸⁶.

Estas decisões originaram um comportamento, de tal forma, abusivo que obrigaria o Conselho Executivo Nacional do Zaire a reunir-se, em sessão extraordinária, poucos dias depois, para estudar “as modalidades de aplicação” das medidas que foram anunciadas. Resumidamente, aquilo que se pretendia era que todos os estrangeiros atingidos pelas medidas de interdição, permanecessem nas suas localidades até à entrega das suas propriedades, comércio ou empresa, situação que teria que ocorrer no prazo máximo de 90 dias a contar do dia 1 de Dezembro de 1973. Para além disso, os antigos proprietários deveriam ficar nas localidades onde residiam e continuar a fazer funcionar as suas propriedades e empresas esperando a data de entrega. E por fim, no que respeita aos assalariados das empresas ou sociedades estrangeiras abrangidas, o Conselho decidiu que teriam que continuar a beneficiar das mesmas vantagens salariais, designadamente no que se refere a transferências. Apesar da severidade das medidas definidas por Mobutu, estas últimas decisões constituir-se-iam como um elemento essencial para uma normalização, ainda que momentânea, da vida das comunidades estrangeiras que viram, desta forma, garantido um prazo de três meses para a entrega dos seus bens e esperar por receber uma indemnização pelas suas perdas⁴⁸⁷.

O indivíduo que se dizia conhecedor e admirador dos atributos dos portugueses, que optaram por se estabelecer no Zaire e que, no decorrer dos seus últimos discursos, fazia questão de sublinhar, matreiramente, que a sua revolta não era contra o povo português mas sim contra a “clique de portugueses colonialistas”, deixava uma mensagem de aviso ao Ocidente e às comunidades estrangeiras residentes: o Zaire já não se enfrentava com os problemas vívidos em 1960, uma vez que teria encontrado parcerias (China, Líbia, Guiné Conakry) dispostas a apadrinhar a concretização das medidas que então decretava, nomeadamente, Mao Tse Tung, que foi apresentado como a sua última fonte de inspiração. Este acesso imediato e sem qualquer preparação dos nacionais zairenses a todos os sectores da economia, resultante de um processo traumático e impreparado, rapidamente, iria ocasionar dificuldades que haveriam de ser reportadas a um “faltoso estrangeiro que não à inépcia e à

⁴⁸⁶ AHD - PAA – Maço 1077: Telegrama da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 30 de Novembro de 1973.

⁴⁸⁷ AHD - PAA – Maço 1077: Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Direcção Geral dos Negócios Políticos, de 11 de Dezembro de 1973.

ganância dos locais que se haviam acasalado num enlace fatal para o Zaire”. Embora a maioria dos zairenses tivessem sido céleres em reconhecer que os benefícios da zairinização estariam reservados para uma minoria, passados três meses do discurso de Mobutu já eram visíveis os primeiros sinais do desconcerto que iria depois reinar nos negócios nacionalizados⁴⁸⁸.

Em meados de 1974, já os serviços de segurança do regime descreviam o ambiente de forte contestação à classe política que, na consciência nacional, ficaria associada a um novo grupo social que, em termos pejorativos, eram conhecidos pelos “acquéreurs” (colaboradores próximos de Mobutu). Estes, respeitando escrupulosamente o gosto do presidente pelo “regresso à terra”, não perdiam nenhuma oportunidade para adquirir uma ou mais “plantações”, materializando, tal como poderemos verificar no quadro 2.2, a principal causa do conflito entre os interesses públicos e privados, constituindo o maior paradoxo das medidas decretadas em 30 de Novembro:

Beneficiários	N.º de Negócios efectuados	Percentagem de negócios atribuídos
Políticos	69	35.4
Homens de Negócios	67	34.4
Funcionários Públicos	9	4.6
Outros	50	25.6

Quadro 2.2: Efeitos da Zairinização em Lumbumbashi⁴⁸⁹

Relembramos que o Estado assumiu a responsabilidade de administrar, ostensivamente, o processo de apreensão e distribuição dos activos de forma a garantir os interesses da sociedade como um todo. Era esperado que os membros da classe política dominante fizessem uso das suas competências para garantir os seus próprios lucros e, ao mesmo tempo, para vigiar esta operação que, inicialmente, visava o auxílio a toda a população. No sector agrícola inúmeros problemas surgiram. No caso particular do número de plantações, os corpos permanentes, os estabelecimentos agrícolas e as instalações de tratamento foram repartidas criando, dessa forma, tremendas dificuldades a um processo que, anteriormente, funcionava a

⁴⁸⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 282.

⁴⁸⁹ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 341.

partir de “operações integradas”. Após o fracasso desta fórmula, algumas plantações foram atribuídas às diversas repartições nacionais de agricultura e quando os seus responsáveis assumiam a sua incapacidade para as capitalizar, a sua impreparação para lidar com os funcionários e a dificuldade de liquidez para fazer face às obrigações salariais, eram prontamente entregues ao cidadão comum. Em suma, a má gestão e a incompetência da chamada classe dos “acquéreurs”, como um todo, foi amplamente assumida em Agosto de 1974 e em 1975 tornou-se oficialmente “ortodoxa”. Outro grande problema foi o despedimento em série de trabalhadores, com o intuito de oferecer empregos aos membros desempregados da família ou da etnia dos “acquéreurs” que, apesar de no início de Dezembro 1973, terem sido alvos de constantes avisos no sentido de parar com a demissão de pessoal, foram generalizando essa prática. Frases amargas de protesto, por parte dos funcionários demitidos, começaram a surgir junto das administrações e dos sindicatos, nomeadamente, da União Nacional dos Trabalhadores Zairenses (UNTZA) que, por sua vez, ficou exasperada com a recusa de muitos “acquéreurs” em assumirem as dívidas coletadas dos trabalhadores. Finalmente, refira-se a questão do não pagamento das compensações aos ex-proprietários causada pela falta de liquidez, situação que conheceu o seu apogeu no pico da crise económica. O que inicialmente foi anunciado estabelecia que um ex-proprietário seria pago ao longo de dez anos, de acordo com os lucros e os bens que a empresa declarara no momento da inventariação efectuada pelo Estado, desde que o “proprietário expropriado permanecesse no Zaire com a finalidade de ajudar o novo proprietário durante este período”. Na realidade, esta formulação, aparentemente simples, era inadequada e impraticável. Um dos erros mais óbvios foi o facto de não terem sido previstas as condições em que o ex-proprietário iria coabitar com o novo proprietário durante aquele período de dez anos e, por esta lacuna, os “acquéreurs” poderiam colmatar estas obrigações pelo simples procedimento de não pagar os salários que eram devidos aos ex-proprietários. Esta situação só seria publicada e oficializada em Setembro de 1974, ainda que adiada até Janeiro de 1976, já depois de abandonada obrigação de permanecer durante o período de amortização de dez anos. Deste problema decorreu um outro que estava associado à concretização da compensação. Ou seja, para o sector comercial esta questão não constituiu um grande problema, uma vez que os recursos correspondiam ao valor inventariado; quanto ao sector industrial a situação era diferente, pois os activos do capital investido foram substancialmente superiores, o que levou os proprietários a uma luta

árdua e insistente pela compensação a que tinham direito e para conquistarem o apoio dos seus respectivos Governos na concretização deste objectivo⁴⁹⁰.

Com a aumentar da contestação social relativamente a estas decisões, o regime viu-se obrigado a criar certos mecanismos para fazer diminuir os protestos, nomeadamente, a criação, em Março de 1974, de uma comissão para auscultar as queixas dos ex-proprietários. Por outro lado, sobre o processo de atribuição das plantações, a imprensa oficial, em meados de 1974, desencadeou fortes ataques aos “acquéreurs”: primeiro, acusando-os de não se “preocuparem com o bem-estar da população” e, depois, denunciando aquilo a que intitularam de “traição dos homens de negócio do Zaire”, a elite que começou a ficar conhecida como os “intocáveis”⁴⁹¹.

Entretanto, em Dezembro de 1974, depois da visita à URSS, China e Coreia do Norte, perante a desordem interna que o seu país estava a viver, Mobutu encantar-se-ia pela “disciplina revolucionária” destes países, especialmente, na Coreia do Norte que, na sua óptica, tinha conseguido extinguir a inflação e o desemprego, factores que constituíam os verdadeiros flagelos do Zaire. Mobutu iria aproveitar esta viagem pela Ásia para fazer uma reflexão sobre os tormentos que afligiam a sociedade zairense e que lhe iria proporcionar uma visão que, no seu entender, seria a solução para o seu país: a “radicalização da revolução”. Convocou, de imediato, o seu gabinete político e, em 30 de Dezembro, foi anunciado um programa com dez pontos, designado por “radicalização”, que identificava as dez “pragas” que arruinavam a sociedade zairense e a correspondente solução para cada uma delas, tal como se apresenta no quadro 3.2.

A apresentação deste programa à população em geral seria feita, de forma entusiástica, no seu discurso de 4 de Janeiro de 1975 onde expôs uma súmula das principais medidas a implementar: a carência de alimentos seria ultrapassada pela mobilização das chamadas “brigadas agrícolas”; o desemprego estaria extinto até ao final do ano; e a abolição da inflação, que para Mobutu passou a ser “um mal inerente ao sistema capitalista”. Neste período, que ultrapassa o espaço temporal do nosso estudo, seriam lançados os preceitos da radicalização. No entender de Mobutu, estas medidas configuravam a “revolução na revolução”, mas, na verdade, representaram apenas a última tentativa desesperada para salvar

⁴⁹⁰ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 343-349.

⁴⁹¹ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 350.

o país da “acumulação de problemas causados pela ascensão do Mobutismo”. No entanto, estas medidas radicais traduziram-se, exclusivamente, num “fiasco humilhante” para o regime e, em meados de 1976, já tinham sido, todas elas, praticamente abandonadas revelando, dessa forma, os verdadeiros limites, capacidades e competências do Estado⁴⁹².

Flagelo	Solução
1. Confundir liberdade com autorização para: dizer e escrever, não importa o quê; desrespeito pela autoridade; pornografia; drogas; multiplicidade de partidos políticos.	Disciplina; fidelidade a Mobutu; designação de locais que marcam a vida do Presidente de forma a transformarem-se em locais de peregrinação.
2. Crise da Agricultura; importação de alimentos.	Aumentar a produção de alimentos; cooperativas; estradas; zonas verdes em redor das cidades; fertilização; fundos de estabilização dos preços; abundância.
3. Desemprego	Plano para o mercado de trabalho; registar os desempregados; formação.
4. Inflação	Orientar a produção e o consumo; promover a chamada indústria pesada para remover as causas da inflação.
5. Sociedade de consumo; enriquecimento de um grupo restrito de indivíduos.	Reforço dos mecanismos de controlo das importações.
6. Ausência de uma educação de autenticidade	Obrigatoriedade do serviço cívico no trabalho agrícola; treino militar; educação política no ensino secundário; exigir relatórios favoráveis de serviço público e certificados relativos ao cumprimento do serviço militar para a admissão à faculdade; regresso ao Zaire de todas as crianças a frequentar escolas primárias e secundárias no estrangeiro; supressão das faculdades teológicas; o Movimento Popular Juvenil da Revolução ficar ligado à presidência; treinar os quadros do Movimento Popular Juvenil da Revolução por intermédio do instituto ideológico do partido.
7. Exército dispendioso e improdutivo.	Participação do Exército nos programas agrícolas; incrementar uma política de educação no Exército.
8. Injustiça Social; apropriação de grandes negócios por indivíduos privados.	O Estado deve tomar conta de toda a construção, produção em larga escala, e unidades de distribuição, todas as fábricas de material de construção, grandes empresas de transportes públicos, isentar as firmas estrangeiras a laborar de acordo com o código de investimentos.
9. Problemas Sociais	Abolição do Ministério dos Assuntos Sociais; A Esposa do Presidente Mobutu assume todas as responsabilidades sociais.
10. Individualismo e egoísmo	Os membros do gabinete político devem de entregar todos os negócios do Estado adquiridos pelas medidas de 30 de Novembro, ou todos os que tenham adquirido posteriormente; todos os membros devem dedicar-se às actividades agrícolas; todos os quadros do partido devem entregar ao Estado todos os seus negócios resultantes das medidas de 30 de Novembro.

Quadro 3.2: Radicalização⁴⁹³

⁴⁹² Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 350-351.

⁴⁹³ Apud, Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 352.

Durante este percurso pelo regime de Mobutu passámos pelas diferentes fases que, Crawford Young e Thomas Turner, atribuíram ao “Mobutismo”: conquista do poder (1961-1965), consolidação (1965 – 1967), ascensão (1967 – 1970), expansão do Estado (1970 – 1974) e, finalmente, crise e o declínio do Estado (1974 – 1976)⁴⁹⁴. Referimo-nos, também, às suas principais características enquanto responsável pelo Estado zaireense, o seu carácter, o seu presidencialismo e as suas extravagâncias. Faltou uma abordagem ao seu interesse pela questão ultramarina portuguesa.

6. MOBUTU E A SITUAÇÃO DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS

O Zaire, gozando de uma situação geográfica privilegiada em relação a Angola, contribuiu decisivamente para o esforço dos movimentos que ali actuavam. Desde os primeiros meses que se seguiram à proclamação da independência que existiram contactos entre o Zaire e os movimentos de libertação de Angola. Através de Lumumba, um dos símbolos da contestação ao colonialismo no continente africano e que cedo viria a desaparecer, o Zaire constitui uma importante base de auxílio aos seus vizinhos angolanos e cedo se viria a transformar num “centro de um movimento para a libertação de Angola”⁴⁹⁵. A transferência de autoridade belga para a congoleza facilitou a instalação, em Léopoldville, das sedes dos partidos políticos angolanos que viram, dessa forma, a sua liberdade de movimentos facilitada. Esta mobilidade resultou, por um lado, das reduzidas exigências fiscais por parte das autoridades congolezas e, por outro, das características naturais da própria fronteira que se estendia por milhares de quilómetros de selva e mato, proporcionando uma travessia sem qualquer tipo de dificuldade. A mensagem política de Lumumba também constituiria um importante elemento influenciador desta aproximação, tal como se pode constatar através do seu discurso de 25 de Agosto de 1960, em Léopoldville, na conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros. Nesta ocasião, Lumumba esclareceu a sua posição relativamente ao domínio português em Angola: “Angola pertencia aos angolanos, o regime colonial português devia desaparecer da terra africana”. (...) “o Governo e o povo irmão da República do Congo não poupariam o seu apoio à luta legítima do povo angolano”⁴⁹⁶. Lumumba começou por reconhecer a União das Populações de Angola (UPA) como partido político angolano, concedeu-lhe bases de

⁴⁹⁴ Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 47.

⁴⁹⁵ Apud, Gomes, Matos (1963), *África em Chamas*, Lisboa, Edições Euroáfrica, p. 311.

⁴⁹⁶ Felgas, Hélio (1961), *Guerra em Angola*, Lisboa, Clássica Editora, pp. 56-57

abastecimento e de treino militar (a mais conhecida Thyseville uma pequena cidade a sul de Léopoldville e perto da fronteira de Angola)⁴⁹⁷, autorizou a utilização da Emissora de Léopoldville através de um espaço radiofónico denominado *Voz de Angola Livre* e permitiu a publicação do Jornal do partido, *A Voz da Nação Angolana*, que surgiu em Setembro de 1960. Relativamente a estes apoios convém destacar o papel da Rádio de Léopoldville que, segundo Holden Roberto, teve um papel decisivo na “movimentação e espaço de manobra da UPA” particularmente, no desencadear da campanha contra Portugal, encabeçada pelo líder da UPA, incitando os angolanos à revolta. Foi precisamente numa dessas emissões, a 3 de Agosto de 1960, que Holden Roberto “assumiu o compromisso de tornar a vida impossível ao colonialismo português em Angola”⁴⁹⁸.

Em Junho de 1962, o Congo de Léopoldville seria o primeiro país a reconhecer o GRAE, chefiado por Holden Roberto e com Jonas Savimbi na pasta dos Negócios Estrangeiros. Em 1964, o GRAE já era agraciado por grande parte dos Estados da OUA e pelo agregado africano da ONU. Entretanto, Holden Roberto estabeleceu contactos com a China e com as delegações da URSS e de Cuba nas Nações Unidas sem, no entanto, deixar de lado o apoio norte-americano⁴⁹⁹.

Posteriormente, com a chegada ao poder de Tchombé, a situação complicou-se para a organização de Holden Roberto. Aquele líder congolês estava decidido a limitar a acção dos adeptos da UPA que, à data, já tinham assumido a nova designação de FNLA. No entanto, a evolução política congoleza estava condenada a favorecer a FNLA. Assistiu-se a um incremento do auxílio que, segundo Hélio Felgas, resultaria de três factores essenciais: primeiro, uma certa melhoria da situação global do Congo; segundo, o maior interesse dado ao assunto por Kasavubu; e terceiro, o indiscutível desenvolvimento do MPLA, que não poderia deixar de obrigar o Governo de Léopoldville, à época influenciado pelos norte-

⁴⁹⁷ Nogueira, Franco (1984), *Salazar – Volume V, A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora, p. 426.

⁴⁹⁸ Apud, Felgas, Hélio (1962), *Responsabilidade dos Grupos Políticos Angolanos do Congo Ex-Belga nos acontecimentos de Angola*, Separata da Revista Militar, Lisboa, Tipografia da LCGG, pp.13-18. Ver também, N’GANGA, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano (As memórias de Holden Roberto, I Volume – 1923-1974)*, São Paulo – Brasil, Editora Parma, p. 94.

⁴⁹⁹ Mateus, Dalila Cabrita Mateus (1999), *A Luta pela Independência, A Formação das Elites Fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Império, p. 121. FELGAS, HÉLIO (1966), *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*, Lisboa, Tipografia da LCGG, p. 9.

americanos, a garantir auxílio ao GRAE, até então o único movimento reconhecido por diversos estados afro-asiáticos⁵⁰⁰.

Por sua vez o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que em termos de presença e de apoio não teve tantas facilidades como a UPA em território congolês, viu, em 1961, a sua sede ser transferida para Léopoldville para, pouco tempo depois, ser assaltada pela polícia local, as suas armas e explosivos apreendidos e o seu líder carismático, Agostinho Neto, ser detido, por alegada posse de “documentos falsos”⁵⁰¹. Apesar de tudo, o MPLA não se alheou da luta, antes pelo contrário, fez uso da imprensa congoleza, para publicar em Julho de 1960, na *Présence Congolaise*, uma declaração na qual assegurava que “a política portuguesa em Angola tendia para a preparação febril de uma guerra colonial” e que o objectivo mais importante daquele movimento era “a liquidação urgente da dominação colonial portuguesa em Angola, por meios pacíficos e democráticos”, sendo que “esta evolução pacífica dependerá da actuação do Governo português”⁵⁰². Em 1963, teria que se mudar para Brazzaville fruto da sua orientação marxista facto, que para a época, era intolerável para os dirigentes congolezes, nomeadamente, Mobutu.

Em 1966 deu-se o corte de relações diplomáticas entre o Congo e Portugal. Anos mais tarde, no decorrer das conversações, entre os dois países, tendo em vista a instalação de um representante diplomático português em Kinshasa, houve um ponto, relacionado directamente com esta matéria, que era inegociável para Portugal e relevante para o Congo: “a garantia de que o MPLA continuaria a não ter o apoio do Governo congolês”. A relevância do assunto para Mobutu consistia, essencialmente, no receio das “influências comunistas” que pairavam sobre aquele movimento e, também, na sua preferência por Holden Roberto, com o qual tinha laços familiares, visto que era casado com uma das suas irmãs. Ainda no decorrer destas negociações também se clarificaram alguns aspectos relativamente à FNLA resultando daí importantes desenvolvimentos. Foi o caso, por exemplo, da apresentação às autoridades de Cabinda de um dos ministros do GRAE, juntamente com outros militantes daquele movimento, que, posteriormente, viriam a combater ao lado das forças portuguesas, integrando uma unidade combatente conhecida por TE (Tropas Especiais), mais tarde

⁵⁰⁰ Felgas, Hélio (1966), *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*, Lisboa, Tipografia da LCGG, p. 9.

⁵⁰¹ Apud, Mateus, Dalila Cabrita Mateus (1999), *A Luta pela Independência, A Formação das Elites Fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Império, p. 121.

⁵⁰² Apud, Felgas, Hélio (1966), *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*, Lisboa, Tipografia da LCGG, p. 19.

generalizada a outros grupos análogos, formados por antigos combatentes da FNLA e do MPLA. Os sinais que Mobutu deu durante as negociações faziam adivinhar um *modus vivendi* que facultasse um relacionamento estável entre os dois Estados⁵⁰³.

Em 1970, a evolução da postura do Congo para com Portugal foi desfavorável e, para isso, muito terá contribuído o discurso efectuado por Mobutu nas Nações Unidas em Agosto. Durante essa intervenção apelou aos países afro-asiáticos para se juntarem e encetarem uma luta contra “o colonialismo e contra o racismo”, e prometeu que o Congo jamais deixaria de conceder assistência aos “povos oprimidos”, apoiando os “movimentos de libertação na sua luta contra os regimes estabelecidos nos respectivos territórios”. Preconizou ainda uma acção diplomática no sentido de convencer as grandes potências a partilharem dos esforços para a “extirpação do colonialismo e do racismo”. Por outro lado, em Dezembro de 1970, no decorrer do seu encontro com Kaunda, trocou impressões relativamente aos apoios aos “movimentos político-subversivos a actuar na África Austral”. Portugal, nesta altura, ainda acreditava que o tom acusatório das declarações do responsável máximo do Congo servia para “encobrir a sua real atitude de colaboração” para com o regime português. No entanto, esse facto não era motivo para as autoridades portuguesas ignorarem o aumento significativo dos meios do GRAE que, sem o auxílio do Congo, não teriam grande relevância⁵⁰⁴.

Entretanto o movimento de Agostinho Neto estendeu a frente de batalha até ao leste de Angola. Com um forte apoio militar e financeiro da URSS e com o reconhecimento da OUA garantiu um “fortalecimento operacional” em detrimento da FNLA que viveu, nessa altura, um “declínio progressivo”. Com a interrupção do financiamento americano, Holden Roberto ficou cada vez mais dependente de Mobutu⁵⁰⁵.

No entanto, Mobutu com o seu vizinho angolano jogava outros trunfos. Os primeiros anos da década de 1970, tal como iremos ver mais à frente, também ficaram marcados por um conjunto de iniciativas que visavam o desenvolvimento de laços de cooperação entre o Zaire e Angola. Foi neste contexto que começaram a surgir, nessa época, reflexões que vislumbravam, entre Portugal, o Zaire e Angola, um interesse comum a defender como forma de promover uma eventual coexistência pacífica. Com este quadro houve quem conseguisse

⁵⁰³ Cunha, Silva (1977), *O Ultramar A Nação e o “25 de Abril*, Coimbra, Atlântida Editora, pp. 59-60.

⁵⁰⁴ AHU – Séria 66 – Pasta 5. Relatório Especial de Informações N.º 3 de Julho de 1970, República Democrática do Congo, *Evolução da Situação Política*, SCCI.

⁵⁰⁵ Foram atribuídos ao MPLA mais de 27 milhões de libras inglesas; autorizavam a utilização das bases logísticas, 70 a 80% do armamento era russo. Antunes, José Freire (1992), *Nixon e Caetano, promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, pp. 139-141.

vislumbrar entre Portugal e o Zaire um interesse comum a defender. No dia 6 de Fevereiro de 1972, surpreendentemente, o responsável pela representação diplomática em Kinshasa, Gonzaga Ferreira, foi convidado para um jantar com o Administrador Geral do CND, Antoine Akafomo⁵⁰⁶, que queria saber mais detalhes sobre uma ideia que lhe tinha sido apresentada e que motivara grande interesse ao seu Presidente: um eventual encontro entre o governador-geral de Angola e Holden Roberto.

Este encontro, devido às exigências dos assuntos a tratar, começou por volta das 19 e prolongou-se até às 22 horas e decorreu nos termos que a seguir se apresentam. O Embaixador português interveio primeiro e começou por explicar os fundamentos que, para Portugal, sustentavam a razão de ser desta ideia: os perigos que pesavam sobre a região e a situação do GRAE. Relativamente ao primeiro ponto, Gonzaga Ferreira, desenvolveria a já conhecida argumentação da “existência de movimentos esquerdistas de influência maoista que pretendem libertar Angola e o Zaire”. Ferreira enfatizou o papel daqueles que apoiavam os referidos movimentos, nomeadamente a China, que tinha como objectivo atingir o Zaire e as províncias ultramarinas portuguesas porque, uma vez subjugadas essas extensas áreas, o resto de África “não só cairia de maduro como obrigaria a África do Sul a reagir”. Caso isso acontecesse, a “tensão entre blocos” voltaria a dominar todo o continente por não ser possível acreditar que o ocidente viesse a abdicar dos seus interesses na região. Tudo isto justificava, para o embaixador português, a presença portuguesa no continente como “elemento fundamental no equilíbrio de forças”, ao ponto, de imaginar Portugal como “um tampão protector da África negra”. Logo de seguida, insistiu na explicação da sua tese com base em duas premissas para a independência de Angola: primeiro, “manter a presença portuguesa; segundo, “abandonar”. Sendo que, neste último caso apenas duas resoluções poderiam ser equacionadas: num primeiro cenário a vitória do MPLA que, por razões de “disciplina e organização interna”, ditaria o afastamento de Holden Roberto; e, num segundo cenário, uma declaração de “independência unilateral”, ou seja, uma nova Rodésia, uma vez que, no seu entender, a África do Sul não ficaria passivamente a assistir ao alargamento da esfera de influência comunista junto das suas fronteiras. Por fim, o diplomata português, de forma

⁵⁰⁶ Em Fevereiro de 1973 seria condenado a seis meses de prisão sob a acusação de ter “sido corrompido com a soma de três milhões de escudos para facilitar uma evasão, num posto - fronteiro do Baixo - Zaire de sete prisioneiros de guerra de nacionalidade portuguesa”. AHD - PAA – Maço 1081: Telegrama da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 26 de Fevereiro de 1973.

realista, remataria com uma pergunta directa ao dirigente zairese: “E que dizer de uma independência unilateral trazendo os sul-africanos até ao Cuango e à foz do Rio Zaire?”. Sem qualquer tipo de moralismo, Gonzaga Ferreira, alertava desta forma para os perigos vindos do sul do continente, que o Zaire poderia ter que enfrentar caso se concretizassem estes indicadores e que fundamentavam, no seu entender, a necessidade de preservar “o equilíbrio de forças” à época vigente na região⁵⁰⁷.

Ficava a faltar uma abordagem à questão do GRAE. A argumentação do embaixador português baseou-se na “inoperância” deste Governo no exílio ao longo de 11 anos de luta; leia-se inoperância em termos “políticos”, “militares” e de “formação de quadros”. Conhecedor dos problemas de segurança fronteiriça que apoquentavam as autoridades zairenses, o embaixador português, revelou o compromisso de Portugal de “retirar o grosso das nossas forças, que tanto preocupam alguns, para leste para um melhor combate a um inimigo comum”, desde que, fossem dadas garantias que o braço armado do GRAE, o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), não continuaria as suas infiltrações pela fronteira norte de Angola. De seguida, Gonzaga Ferreira, explorou o tema da inoperância militar. Se era verdade a improdutividade das operações efectuadas pelo ELNA, porque não integrar “alguns dos seus comandantes e seus soldados nas forças portuguesas, para combater o inimigo que é tanto do GRAE, do Zaire ou de Angola?”. Por tudo isto o governador-geral considerou que seria “interessante” encontrar-se com o “angolano Holden Roberto”, desde que fossem excluídas quaisquer ideias pré-concebidas de “compromissos políticos ou concessões” e que a palavra “independência” fosse considerada proibitiva⁵⁰⁸.

Akofomo ouviu atentamente a exposição de Gonzaga Ferreira e, logo de seguida, explanou a sua leitura do que ali estava a ser discutido. Concordou, inteiramente, com todos os pontos de análise do embaixador português e assumiu a existência de “interesses comuns a defender”. Partindo destes pressupostos, perguntou se não se justificaria um apoio ao GRAE sem qualquer tipo de reserva, ao ponto de considerar a exclusão de qualquer ideia de independência e, caso Holden Roberto não fosse considerado o homem ideal para este tipo de aproximação, “buscar alguém que oferecesse melhores condições de êxito”. No seu entender, era fundamental conjugar esforços para “barrar o caminho ao MPLA, quer no que diz respeito

⁵⁰⁷ AHD - PAA – Maço 1090: Aerograma da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 02 de Fevereiro de 1972.

⁵⁰⁸ AHD - PAA – Maço 1090: Aerograma da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 02 de Fevereiro de 1972.

a Angola quer ainda no que se refere ao Zaire”. Nesta altura, ainda o Zaire “abominava tudo o que cheira a comunismo”. No entanto, a ânsia de reclamar um papel de liderança na cena política africana era grande e tudo era válido para atingir esse patamar, inclusivamente, apoiar uma união entre o MPLA e o GRAE⁵⁰⁹. Na lógica de um estilo de política conduzida de acordo com os interesses e a ocasião, a pergunta que se seguiu não surpreendeu: “não seria prudente, mais uma vez, prevermos fórmulas que impeçam em definitivo que tal aconteça (referia-se à união do GRAE e do MPLA), atribuindo a um GRAE renovado e remodelado algum apoio que evite todos os riscos graves que enumerou”. Falar, conversar e trocar ideias, sem qualquer tipo de compromisso prévio, é o procedimento normal entre duas partes que se encontram, ocasionalmente, à mesa de um qualquer restaurante e essa, segundo o dirigente do CND, teria que ser a lógica de qualquer contacto com o GRAE para não denunciar “perspectivas futuras”. Antes de terminar perguntou de quem partira a iniciativa deste encontro, ao que Gonzaga Ferreira respondeu: “do governador-geral de Angola”⁵¹⁰.

Apesar de terem sido ligeiramente reatados no ano seguinte (como confirma o episódio Inonga relatado uns parágrafos mais à frente), sabemos que estes contactos nada produziram. No entanto, confirmam a estratégia adoptada por Portugal, durante esta fase do conflito armado contra os movimentos de libertação e que vinha no seguimento do que foi feito com “grande sucesso”⁵¹¹ no Leste de Angola, desde 1970, contra o MPLA e que materializou a operacionalização de um plano, com o nome de código “Operação Madeira”, que previa um acordo com a União Nacional para a Independência de Angola (UNITA) para sustentar o avanço do MPLA. Esta manobra foi idealizada pelo comandante-chefe, general Costa Gomes, com o consentimento do Governo português que, através do seu ministro do Ultramar, Silva Cunha,

⁵⁰⁹ Relembramos que, desde os fins de 1971, Mobutu criticava o MPLA (este movimento estava proibido de desenvolver qualquer tipo de actividade em território zairense e, por motivos óbvios, esquecia-se de Holden Roberto) por não quererem aceder a um entendimento com a FNLA por questões meramente ideológicas. (...) “Não pretendemos com isto a sua divisão, mas sim gostaríamos de os ver unidos”. Palavras de Mobutu num dos seus discursos perante milhares de apoiantes, em Kinshasa, em 31 de Dezembro de 1971. AHD - PAA – Maço 1090: Informação N.º 58 – CI (2) da DGS, Direcção de Serviços de Informação de 10 de Janeiro de 1972.

⁵¹⁰ AHD - PAA – Maço 1090: Aerograma da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 02 de Fevereiro de 1972.

⁵¹¹ Depoimento do brigadeiro Pezarat Correia no âmbito do Programa sobre a Guerra Colonial da autoria de Joaquim Furtado. Arquivos RTP. Furtado, Joaquim (2008), *A Guerra Colonial*, documentário, RTP. (Online).

Disponível: <http://www.guerracolonial.org>.

considerou “de muito interesse as iniciativas para a eventual colaboração com a UNITA contra o MPLA e a UPA”⁵¹². Desta operação, que também contou com a participação da PIDE e que foi comandada pelo general Bettencourt Rodrigues no terreno, resultou a eliminação de praticamente todas as células do MPLA e da FNLA no sector leste de Angola⁵¹³. Em 1972, no sector norte, tentou-se a FNLA para alcançar o mesmo objectivo só que, desta vez, sem grande sucesso.

Mas, como já vimos, a visita de Mobutu à Guiné e à China viria a mudar tudo. Foi nesse quadro, absolutamente novo, que surgiu a “insistência de Mobutu na reconciliação do GRAE com o MPLA”, que viria a efectivar-se em Dezembro de 1972 em Kinshasa, após um período de negociações que se iniciou em Junho no decorrer da reunião da Comissão Ministerial da OUA, facto que viria a ter repercussões “nos termos das relações entre Portugal e o Zaire”⁵¹⁴. Foi aí que “sob os olhos dos maiores que os haviam levado à capital zairiana, Agostinho Neto e Holden Roberto ensaiavam um simulacro de entendimento e de abrandamento do antagonismo activo que sempre os separa”. Numa tentativa de “comprazer a OUA”, Mobutu viria a baptizar esta reconciliação manifestando, contra todas as expectativas, algumas concessões ao movimento liderado por Agostinho Neto. A OUA estava a patrocinar a “reconciliação entre irmãos desavindos e o Zaire não podia, em consciência, senão felicitar-se com a alta missão que a OUA empreendera”⁵¹⁵. Segundo a missão diplomática portuguesa em Kinshasa, Mobutu terá manobrado neste argumento respeitando dois princípios: um, “público”, que o apresentaria como o “paladino da reunificação”; outro, “secreto”, que se harmonizaria com os reais interesses do Zaire, e pelo qual Mobutu poderia privilegiar o

⁵¹² Apud, Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *As Grandes Operações da Guerra Colonial (1961-1974), Vitória na Frente Leste, Angola, 1970-1972, 12*, Lisboa, Quidnovi, p.12.

⁵¹³ “A Operação Madeira foi um êxito. Por um lado as tropas portuguesas deixaram de enfrentar um grupo de guerrilha. Por outro lado, ganharam um aliado considerável na guerra contra o MPLA. Quando Costa Gomes e Bettencourt Rodrigues abandonaram Angola, apenas um pequeno núcleo de guerrilha estava activo no Leste e outro enquistado nos Dembos”. Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *As Grandes Operações da Guerra Colonial (1961-1974), Vitória na Frente Leste, Angola, 1970-1972, 12*, Lisboa, Quidnovi, p.12.

⁵¹⁴ Foi um momento que fez balançar as relações entre os dois países, Portugal e o Zaire: “o encarregado de negócios de Portugal é mandado abandonar a capital congoleza” e em ameaça o Governo português declarou que “vai proceder à revisão geral da sua atitude quanto aos problemas que interessam aos dois países”. Nogueira, Franco (1984), *Salazar – Volume V, A Resistência (1958-1964)*, Porto: Livraria Civilização Editora, p. 490.

⁵¹⁵ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 208-210.

entreve a uma eventual reconciliação. Caso se verificasse essa unificação, poderia “moldá-la” para que não se constituir num “ponto de partida para a guerra total contra Portugal, antes tencionando explorar o facto como propaganda para a sua figura de líder pan-africanista”. À época, nos círculos diplomáticos de Kinshasa, apesar de Mobutu sempre se ter preocupado com “uma independência precipitada de Angola”, por acreditar que seria feita em proveito do MPLA em detrimento do GRAE que, segundo este, não apresentaria ainda “estofos ou envergadura para tal empreendimento”, todos se questionavam se não estaria Mobutu, em consciência, pensando no “enorme prestígio que alcançaria, caso conseguisse ser o obreiro da solução do problema angolano”⁵¹⁶.

Importa referir, no entanto, que este apoio à unificação dos dois movimentos, não fez resfriar as desconfianças de Mobutu relativamente ao MPLA. No seguimento das conversações mantidas entre o líder do Zaire e Agostinho Neto, para o estabelecimento do movimento em Kinshasa, chegou-se a um ponto de impasse quando o líder do MPLA exigiu “o livre-trânsito de soldados e armas do MPLA por território zairense a caminho de Angola”, condição que foi categoricamente recusada por Mobutu. Parecia que se colocava um dilema às autoridades governativas zairenses, entre “a promoção e total apoio da unificação ao nível africano e a recusa, ao nível nacional, da satisfação das exigências de Agostinho Neto”. Mas não se tratava de nenhum dilema, esclareceu o comissário de Estado adjunto dos Negócios Estrangeiros do Zaire, Inonga L’Ome, em Março de 1973, ao representante diplomático português em Kinshasa, Gonzaga Ferreira. Tratava-se sim de uma crença sustentada na responsabilização dos desentendimentos e das divergências, entre os dois movimentos, no colapso do projecto de unificação, não obrigando, dessa forma, Mobutu a assumir qualquer posição de “marcha-atrás”⁵¹⁷. E, na realidade, foi isso que veio a acontecer.

Entretanto, em meados de 1973 já era evidente o seu verdadeiro propósito. A jogada de apoiar a reconciliação dos dois movimentos de libertação angolanos inseria-se no âmbito das iniciativas levadas a efeito pelo Governo zairense para se colocar na “primeira linha dos progressistas partidários da violência como única forma de libertação do continente”. Tratava-se de acções que iam desde a promoção da unificação GRAE-MPLA até à procura de uma “estratégia comum”, em relação á África Austral pelo Zaire, Zâmbia e Tanzânia e, ainda, o

⁵¹⁶ AHU – Séria 66 – Pasta 6. Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Direcção Geral dos Negócios Políticos de 20 de Dezembro de 1972.

⁵¹⁷ AMU – Maço 958 – Processo QQ-28-1: Telegrama da Embaixada de Portugal em Kinshasa de 12 de Março de 1973.

convite a determinados “dirigentes de movimentos não angolanos”, que até então, não eram bem recebidos em Kinshasa. Por outro lado, o facto de passar a ser visto na cena política internacional como um “revolucionário africano” indicava que o seu Governo passava, definitivamente, a adoptar uma política extremista que excluía qualquer “parcela de moderação e realismo” que pudessem contribuir para o equilíbrio regional que Portugal procurava⁵¹⁸.

Foi este o contexto que motivou, a partir de 1973, o reforço da influência da FNLA junto do Governo do Zaire: se, em tempos, temeu uma rápida independência de Angola porque sabia que esta nunca se faria com Holden Roberto, preferindo a presença de Portugal a uma Angola livre mas nas mãos do MPLA, nesta fase, Mobutu já pensava em preparar as condições para fazer de Angola “uma projecção amiga e agradecida de Kinshasa”. Com o apoio das autoridades zairenses, o movimento iniciou o recrutamento em larga escala dos angolanos residentes no Zaire, com o intuito de preparar, em 1974, uma eventual ofensiva contra o território angolano, tendo para o efeito, contado com a colaboração das FAZ através do treino operacional destes novos combatentes que passaram a fazer parte do ELNA, braço armado do GRAE, muitas das vezes, recorrendo a manobras militares junto à fronteira de Angola. No plano internacional, desfrutando do prestígio de Mobutu no continente africano, conseguiu juntar ao Zaire o apoio da Tanzânia e da Zâmbia, facto que representou para Portugal, “o perigo da criação de uma frente activa do ELNA a leste, a partir da Zâmbia e do Zaire” e, também, “o perigo de uma futura utilização do porto de Dar-es-Salaam para o encaminhamento de material de guerra destinado à FNLA”. A estes, juntou-se o apoio vindo de Pequim através da cedência de instrutores militares e de armamento (Holden Roberto visitou Pequim, em Dezembro de 1973, resultando daí um acordo entre a China e a FNLA com a anuência de Mobutu)⁵¹⁹. O engrandecimento da FNLA fez gorar todas as expectativas quanto à concretização de um eventual acordo de reconciliação com o MPLA⁵²⁰ que, por sua vez, iria sofrer um certo enfraquecimento em virtude das dissidências internas resultantes do

⁵¹⁸ AHU – Séria 66 – Pasta 8. Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Direcção Geral dos Negócios Políticos de 30 de Agosto de 1973.

⁵¹⁹ AHD - PAA – Maço 1071: Informação de Serviço, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de, 17 de Dezembro de 1973.

⁵²⁰ Para consolidar a sua imagem na cena política africana tudo valia par Mobutu. É nesta altura que se assiste a uma mudança radical na direcção política de Mobutu através de uma certa abertura do Zaire ao MPLA. Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 208.

conflito que se gerou entre Agostinho Neto e Daniel Chipenda, como consequência do enfraquecimento da actividade militar no Leste onde, naquela altura, o movimento concentrava o esforço das operações⁵²¹.

Contudo, o único ataque do ELNA digno de registo em 1973, tratou-se daquele que foi efectuado “nos dias 10 e 11 de Outubro à fazenda Margarido, uma das maiores de Angola, no distrito de Luanda”. Facto que corresponde com a leitura que é feita à situação militar de Angola durante esse ano, considerando-a estável, fruto da “melhoria geral da situação” operacional para as tropas portuguesas⁵²². Todavia, as informações disponíveis na altura, levaram o ministério dos Negócios Estrangeiros português a destacar a determinação de Mobutu para se apropriar de algumas “parcelas do território angolano, designadamente da zona petrolífera de Cabinda, sob o pretexto da libertação de Angola”⁵²³.

Para além disso, importa sublinhar que estas ambições se enquadravam no plano que tinha sido apresentado em Setembro de 1973 nas Nações Unidas, por Mobutu. Perante a Assembleia Geral, o presidente do Zaire lançou um “ataque violento contra Portugal, a Rodésia, a África do Sul, a Grã-Bretanha e o Ocidente em geral”. A ideia, como já vimos, passava por tentar convencer os seus pares a criar um “eixo de dissuasão que, apesar de “fraco militarmente, pesaria pela força humana e pela capacidade de influência internacional”. Assumidamente, o Zaire, pela voz de Mobutu, proclamava a sua propensão “libertadora de África” sem esquecer a profecia de Franz Fanon⁵²⁴, “que dizia que a África tem a forma de um revólver cujo gatilho se situa no Zaire”. Por consequência, só faltava apertar o gatilho, algo que Mobutu e os seus pares estariam preparados para o fazer. Crescia assim a convicção

⁵²¹ AHD - PAA – Maço 1071: Informação de Serviço, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de, 17 de Dezembro de 1973.

⁵²² Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1973 – Perder a guerra e as ilusões, 1973 – Perder a guerra e as ilusões, Volume 14*, Lisboa, Quidnovi, pp. 6-8.

⁵²³ AHD - PAA – Maço 1071: Informação de Serviço, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de, 17 de Dezembro de 1973.

⁵²⁴ Frantz Omar Fanon (1925 – 1961). “Era natural de Martinica nas Antilhas e médico psiquiatra, formado em Lyon, França. Participou na 1ª guerra mundial (...) depois decidiu combater o colonialismo francês alistando-se na guerrilha argelina. Organizou a rede clandestina bombista na cidade de Blida, a 2ª maior da Argélia, onde era o director do hospital local”. Foi também um influente pensador do século XX sobre os temas da descolonização e da psicologia da colonização. Foi em Capri que Holden Roberto o encontrou com Jean Paul Satre, intelectual francês que acabaria por vir a escrever o prefácio do seu último livro “Les Damnés de la Terre”, publicado já depois da sua morte. N’ganga, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano, As memórias de Holden Roberto, I Volume, 1923-1974*, São Paulo, Editora Parma, pp. 125-126.

de que, a partir deste discurso, desapareceria o fosso entre a “realidade das intenções e o verbalismo” de Mobutu, resultando daí duas “conclusões lógicas”: o receio pelo destino da representação diplomática portuguesa e da Comunidade portuguesa do Zaire; e o inevitável envolvimento num confronto militar que, já nesta altura, se anunciava para o ano de 1974 ao longo de toda a fronteira de Angola⁵²⁵.

Na verdade, toda a especulação em torno de eventuais operações militares, ao longo da fronteira com Angola, para o ano de 1974 revelavam o circunstancialismo criado no Zaire em torno dos problemas da “libertação africana”. Por outro lado, o radicalismo de Mobutu, materializado com as suas intenções agressivas relativamente a Angola, foi a tónica da política do seu regime em relação a Portugal até meados de 1974. Veremos, posteriormente, o que mudou.

Por agora, importa realçar a importância desta contextualização para aprofundarmos o estudo das relações do Zaire com Portugal em dois períodos importantes da História de Portugal.

⁵²⁵ AHD - PAA – Maço 1071: Informação de Serviço, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção Geral dos Negócios Políticos de, 26 de Setembro de 1973.

CAPÍTULO III - MOBUTU, MARCELLO CAETANO E ANGOLA

“Uma nação assume responsabilidades não só porque tem recursos materiais, mas porque tem uma determinada visão do seu próprio destino. Hoje em dia o país mais pobre da Europa ocidental – Portugal – tem os mais pesados compromissos fora da Europa porque a imagem histórica de si próprio depende das suas possessões ultramarinas”⁵²⁶.

Henry Kissinger, 1979

1. DA RUPTURA AO ENTENDIMENTO POSSÍVEL

O final do verão de 1966, no que diz respeito às relações com Kinshasa, marcaria um período francamente intenso para a diplomacia portuguesa. No dia 19 de Setembro, em Bruxelas, Bomboko reclamou, perante o embaixador português Eduardo Leitão, “uma grande concentração de tropas portuguesas e material de guerra”, insinuando que seria conhecedor de um suposto ataque de Portugal à RDC e que, “caso as forças portuguesas atravessassem a fronteira, ainda que em pequenos grupos, seria inevitável a declaração de guerra do Congo a Portugal”. Apesar da firme negação de Leitão, Mobutu reuniu os jornalistas em Kinshasa e reiterou as deduções de Bomboko ao comunicar que se “queixará ao CS e à OUA”, situação que se viria a concretizar dois dias depois numa carta dirigida ao CS onde as autoridades congoleesas se irão referir, pela primeira vez, a um “estado de guerra”⁵²⁷.

Seguiu-se o ataque à Embaixada de Portugal em Kinshasa no dia 24 de Setembro de 1966. Cerca de 400 indivíduos atacaram, com violência, o edifício da Embaixada portuguesa, para emboscarem o encarregado de Portugal, António Ressano Garcia, que foi conduzido para local incerto, um secretário, Carlos Milheirão, e a dactilógrafa, Helena Silva. Na sequência do sucedido, invadiram o interior do edifício, destruíram o mobiliário, saquearam os arquivos e incendiaram os automóveis portugueses estacionados em frente à Embaixada, tudo isto, sobe

⁵²⁶ Tradução de José Freire Antunes, de uma passagem do primeiro volume das memórias de Henry Kissinger relativas aos anos passados na Casa Branca e escritas, pelo próprio, em 1979. Apud, Antunes, José Freire, (1992), *Nixon e Caetano, promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, p. 34.

⁵²⁷ Nogueira, Franco (2000), *Salazar, VI O Último Combate (1964-1970)*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, S.A., pp. 211-212.

o olhar passivo da Polícia congoleza, que nada fez. A reacção das autoridades portuguesas foi imediata, através de um “plano de acção”, delineado pelo então ministro Franco Nogueira, que compreendeu “uma nota oficiosa dando ao país notícia do sucedido, uma queixa imediata ao CS, um protesto junto da missão congoleza em Nova Iorque, um pedido de intervenção do secretário-geral da ONU e, por fim, um pedido de intervenção humanitária da Santa Sé e da Cruz Vermelha Internacional”. Os efeitos não tardaram. No final do dia, chegava a Lisboa o primeiro telegrama de Ressano Garcia informando que os sequestrados, apesar de maltratados, tinham sido libertados, facto que motivaria um certo regozijo ao ministro dos Negócios Estrangeiros que se convenceu que teria conseguido “organizar contra o Congo uma densa atmosfera internacional, mesmo um cerco político, através de intervenções que deixam aquele pessimamente colocado”⁵²⁸.

Perante a argumentação desenvolvida por Lisboa, a queixa congoleza “perde crédito” na imprensa internacional e Bomboko é levado a fazer uma declaração a lamentar o sucedido e a pedir desculpas a Portugal. Entretanto, logo nos primeiros dias de Outubro, aproveitando o “mau-olhado” sobre o comportamento do Governo congolês, Tchombé, que estava exilado em Madrid, informou Salazar que se “prepara para retomar o poder no seu país” a partir de um plano que previa uma primeira intervenção militar no Catanga para, posteriormente, se alastrar a todo o território congolês. No entanto, Salazar decidiu que Portugal não se deveria envolver e, informalmente, comunicou ao líder catanguês a impossibilidade de Portugal viabilizar, na sua totalidade, o plano que tinha em mente (o político congolês não poderia partir de território português, que apenas poderia ser utilizado para uma escala de um único avião). Por sua vez, Tchombé, inconformado, insistiu com os “demais auxílios” e desvendou a data que tinha previsto para a acção, ou seja, o dia 15 de Outubro⁵²⁹.

⁵²⁸ Nogueira, Alberto Franco (1986), *um político confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 3ª edição, Porto, Civilização, pp. 194-196.

⁵²⁹ “Que plano é esse? (...) Um pequeno grupo de voluntários, cerca de sessenta, deslocará da Rodésia, e aterrará no Catanga, de preferência em Elisabethville; meia hora depois, vindo também da Rodésia, um segundo avião transportando Tchombé aterrará no mesmo aeródromo, entretanto capturado e defendido pelos sessenta voluntários; com estes e os elementos que o acompanham, além de outros que espera já haja aliciado localmente, Tchombé terá constituído um contingente de duzentos homens, cujo armamento foi transportado nos dois aviões; logo após, Tchombé difundirá um apelo à polícia catanguesa e ao exército congolês estacionado no Catanga; e a partir desse momento fica aberto o caminho para Léopoldville. Mas de onde procedem os voluntários? Tchombé deseja embarcá-los em Lisboa para a Rodésia. E como sai de Madrid? Planeia fazê-lo via Lisboa (...). E os dois aviões que serão utilizados? Estão neste momento na Rodésia (...). E o

Logo nos primeiros dias as águas agitaram-se. A 7 de Outubro de 1966, através de um ofício do ministério dos Negócios Estrangeiros congolês dirigido à representação diplomática portuguesa em Kinshasa, o Congo comunicava, oficialmente, o corte de relações diplomáticas como forma de “protestar contra a manutenção da subversão por parte de Portugal contra o território congolês”⁵³⁰. Foi um comunicado de uma página, curto mas muito contundente, a exigir que toda a representação diplomática portuguesa abandonasse o país no prazo máximo de 8 dias. Esta decisão não foi inocente e foi vista, pelos observadores internacionais, como uma reacção aos rumores que davam conta do ressurgimento de Tchombé, considerado o verdadeiro “pivot da crise”. O termo “subversão” foi, desta forma, o pretexto encontrado, por Mobutu, para acusar o Governo português de estreitar ligações com o seu rival mais recente⁵³¹.

Entretanto, Bomboko viajou até Nova Iorque para, coagido por um ambiente internacional que não perdia uma oportunidade para apontar o dedo à política ultramarina portuguesa, acusar Portugal “com amplas provas” que confirmavam o envio e o recrutamento de voluntários ou mercenários, a partir do território português, com o objectivo de desestabilizar o regime congolês. Tratava-se de acusações fundamentadas, uma vez que estes homens eram, essencialmente, os seguidores de Tchombé que, após o malogro da sucessão do Catanga, entraram em Angola por Teixeira de Sousa com o respectivo material de guerra para virem a constituir as unidades de “fiéis”, uma das inúmeras forças irregulares constituídas em território angolano. No entanto, tal como nesta situação em particular, foram sempre refutadas pelo Governo português. Contudo, apesar do forte repúdio do representante do Governo português, Bonifácio Miranda, que no contexto da sua contra-argumentação anunciou a disponibilidade para que fosse feito um “inquérito” às tais “bases de mercenários existentes em Angola” com a condição que igual procedimento fosse adoptado relativamente ao Congo quanto às “bases terroristas”, foi aprovado e votado, em 14 de Outubro, um texto (abstiveram-se a Inglaterra, os EUA, a Nova Zelândia e a França) que, na prática, se resumiu a uma

armamento? Espera que seja fornecido por Portugal (...).”Nogueira, Franco (2000), *Salazar, VI O Último Combate (1964-1970)*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, S.A., pp. 214-216.

⁵³⁰ Ressano Garcia viria a ter conhecimento desta decisão no próprio dia em que ela foi tomada, seis de Outubro, por intermédio do encarregado de negócios americano que foi informado pelo próprio Mobutu. Nogueira, Alberto Franco (1986), *um político confessa-se (Diário: 1960-1968)*, 3ª Edição, Porto, Editora Civilização, p. 198.

⁵³¹ AHD – PAA – Maço 1072: Nota n.º 131/12767/66 de 6 de Outubro de 1966 do Ministère des Affaires Etrangères, République Démocratique du Congo.

simples referência crítica a Portugal, traduzida num convite para que Angola não fosse “utilizada como base nas operações contra o Congo”⁵³².

Estava-se a meio do mês de Outubro, as relações diplomáticas entre os dois países cortadas, o Governo espanhol, a pedido de Portugal, a encarregar-se dos interesses portugueses no Congo e o plano de Tchombé sem ter passado de uma mera intenção. É nossa convicção que esta sequência de acontecimentos se encaixava na perfeição no modelo de centralização de poder de Mobutu e de tudo o que daí decorria, nomeadamente, a eliminação de todos aqueles que pudessem por em causa a sua hegemonia. Tchombé, nesta fase, apesar de estar exilado, nunca terá colocado de lado os anseios de retorno ao seu país e, por esse motivo, representava a maior ameaça à cadeira do poder de Mobutu. Se juntarmos a esse factor as notícias que davam conta do envolvimento de Portugal no financiamento e treino dos mercenários que seriam responsáveis pelo regresso de Tchombé e o facto de ser no norte de Angola que estavam instalados os gendarmes catangueses e “fiéis” seguidores do líder catanguês no exílio, tendo como objectivo prioritário a destabilização do Congo, conseguimos identificar, para esta fase, as linhas mestras do plano de acção de Mobutu. Por um lado, aniquilar todas as expectativas de um regresso pacífico ao Congo do mítico líder do Catanga e, por outro lado, no que diz respeito a Portugal, acautelar uma questão que visava mais os aspectos de segurança interna do seu país, do que, fomentar o isolamento internacional do regime português.

No contexto da realidade política do Congo deste período, Mobutu e Tchombé, ambos terão jogado o “papel de amigos do Ocidente”. Se o primeiro era o “preferido pelos interesses financeiros”, por usufruir de uma posição privilegiada na província mais rica do Congo, pelo contrário, o segundo “dava mais garantias de ordem interna, ao controlar a maioria do aparelho militar”. Este cenário gerou uma certa divergência entre os interesses privados dos grandes investidores estrangeiros e os interesses nacionais do Estado congolês. Quando Mobutu tomava medidas no âmbito de seu programa de nacionalizações, que mais à frente iremos analisar, tornava-se num alvo a abater, mas quando estava em causa a hegemonia do Ocidente na região, por eventuais transtornos causados aos avultados investimentos em curso, nessa altura, o capital estrangeiro preferia apoiar-se na “garantia que pressupunha Mobutu”. Relativamente a Portugal obter a neutralização da fronteira com Angola, era o objectivo fundamental para a região. O primeiro a ser apoiado foi Tchombé mas, com o seu

⁵³² Nogueira, Franco (1985), *Salazar, VI O Último Combate (1964-1970)*, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 216-219.

desaparecimento, tentou-se explorar as carências do regime congolês para alcançar idêntico fim⁵³³.

Se o primeiro já muito nos ocupou⁵³⁴, concentremo-nos no segundo. No final do ano de 1966, mais concretamente em 15 de Dezembro, Portugal, agastado com a intensificação do apoio logístico aos movimentos independentistas e com os constantes “ataques das forças terroristas executados a partir do território congolês” fez anunciar, através de uma nota oficiosa do director político do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, “o encerramento imediato da fronteira de Angola com o Congo”. Foi a resposta que o Governo português encontrou, perante uma conduta que considerou como um desrespeito às “regras elementares do direito e da convivência internacionais”⁵³⁵. Ou seja, o Governo de Salazar proibia, desta forma, a circulação de pessoas e mercadorias nos postos fronteiriços do Norte de Angola e através da utilização do CFB. Os olhares internacionais viam, nesta decisão, uma tentativa de “asfixiar a África Central”, com Portugal a negar a utilização da “única via de penetração para leste” que, no caso particular do Congo, representava cerca de “85% do seu tráfego com o exterior”. No que diz respeito às relações com Kinshasa, foi um final de ano conturbado que, segundo Oliveira Salazar, não terminaria sem um “magnífico presente de natal”: “no dia de Natal de 1966, mais de 500 guerrilheiros atravessavam a fronteira de Leste (...). Estão bem armados (...). Mas as forças portuguesas não se deixam surpreender: os ataques são repelidos, fogem, e abandonam no terreno cerca de 300 mortos”⁵³⁶.

O período que se seguiu, até à chegada de Marcello Caetano, ficou marcado pelos inúmeros relatos de violações fronteiriças e pela eterna discussão em torno do tema dos mercenários, decorrente dos rumores que davam conta do seu estacionamento no Norte de Angola. Relativamente aos incidentes de fronteira, materializados através de ataques, incursões em território alheio e actos de sabotagem ao CFB, existem numerosos registos que comprovam e, ao mesmo tempo, justificavam o reforço do dispositivo de segurança, que

⁵³³ Santiago, María José Tíscar, (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, p.329.

⁵³⁴ Velez, Rui Bonita (2012), *Salazar-Tchombé, O Envolvimento de Portugal na Questão do Catanga (1961-1967)*, Linda-a-Velha, Edições Gouveia.

⁵³⁵ Apud, Santiago, María José Tíscar, (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, p. 328.

⁵³⁶ Nogueira, Franco (1985), *Salazar, VI O Último Combate (1964-1970)*, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 235-239.

ambas as partes operacionalizaram. Deste universo de acontecimentos, um dos exemplos que melhor reflecte esta observação diz respeito ao incidente de 23 de Junho de 1968 que deu origem a uma queixa das autoridades congolezas ao CS e que envolveu um suposto “bombardeamento” português à povoação de Yongo, a três quilómetros da fronteira angolana, causando “45 mortos e o incêndio daquele povoamento”. Este “acto de agressão” teria sido, segundo os responsáveis congolezes, o terceiro, de uma serie de episódios, tendo o primeiro causado “27 mortos e o segundo 18”. Esta queixa antecedeu uma outra que expunha uma eventual violação de fronteira efectuada, no dia 26 de Junho, por 15 soldados portugueses na região da aldeia congoleza de Shamurundi no sector de Kulundi para aprisionar “cinco refugiados angolanos, ameaçar as populações locais e incendiar as habitações”⁵³⁷. Apesar de prontamente refutados pelas autoridades portuguesas, nomeadamente pelos comandos militares daquela região, este foi o “modus vivendi” que caracterizou a conflitualidade dos dois países junto à fronteira norte de Angola, com acusações mútuas mas que, na prática, não serviram para agudizar, ainda mais, um relacionamento que até certo ponto, no contexto de conflito que se vivia, passou a ser visto com uma certa normalidade, dado o fluxo deste tipo acontecimentos que teimavam em não terminar⁵³⁸.

No que diz respeito aos mercenários e aos gendarmes catangueses acantonados em território angolano, a questão era mais complicada e obrigou a uma intervenção oficial das Nações Unidas que, através do CS, apreciou, em 1966 e 1967, diversas acusações provenientes dos países africanos limítrofes contra Portugal. Em Outubro de 1966, aprovou, “por unanimidade, uma resolução onde exprimia a profunda inquietação pelo facto de o governo português permitir a mercenários e partidários de Moisés Tchombé servirem-se de Angola e Cabinda como bases para atacarem o governo zairese”⁵³⁹. Em 1967 a situação agravou-se e em 15 de Novembro o CS, no âmbito de uma queixa congoleza que se baseava em relatos que davam conta de “um grupo de mercenários que teriam atravessado a fronteira e

⁵³⁷ AMU – Maço 949 - Processo QQ-28-99: Congo – Assunto: Queixa apresentada na ONU pelo Congo. Ofício do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 23 de Julho de 1968.

⁵³⁸ Em resposta a este tipo de alegações o gabinete português utilizava a seguinte argumentação: “(...) e além do mais as queixas, por tão repetidas e sempre sem fundamento, não podem estar mais desprestigiadas. Mas tudo é já parte de uma rotina que não impressiona alguém”. Nogueira, Franco (1985), *Salazar, VI O Último Combate (1964-1970)*, Porto, Livraria Civilização Editora, p. 370.

⁵³⁹ Silva, A. E. Duarte (1995), “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”, *Análise Social*, volume XXX, 130, (1º), p. 30.

penetrado em território congolês”, perfilhou uma deliberação que dava como “provado o uso de Angola por mercenários, reprovava as interferências nos negócios internos do Congo e expressamente condenava Portugal por não haver prevenido o trânsito dos mercenários de Angola para o Congo”⁵⁴⁰.

Quanto a este tema, importa recordarmos que foi o próprio Costa Gomes, comandante da região militar de Angola de Maio de 1970 até meados de 1972, a assumir a utilização dos antigos gendarmes do Catanga, as denominadas unidades de “Fiéis”, como “uma importante força auxiliar quer em termos operacionais, quer em termos políticos”. Durante o tempo que permaneceu em Angola foi sua preocupação manter estes homens, permanentemente, operacionais, organizados e motivados, tendo sido sua a iniciativa de implementar algumas medidas que, no seu entender, a isso conduziriam. Um desses exemplos foi a “gratificação paga aos Fiéis”, instituída em Novembro de 1970 e, posteriormente, face à possibilidade de regresso ao Congo de alguns desses homens, a “criação de um órgão político-militar, um verdadeiro embrião de um Governo no exílio, com as funções de dirigir e coordenar, em ligação com a DGS, todas as actividades dos catangueses, excepto a actividade operacional destes em Território Nacional”. Mais tarde, em Fevereiro de 1971, foi decido “melhorar o nível dos vencimentos, equipamentos e uniformes dos Fiéis”, proporcionando-lhes “missões em zonas da Província politicamente convenientes”. Ainda no seguimento destas orientações, em Março desse mesmo ano, operou-se em Angola, uma reunião entre o comandante dos Fiéis e o director da DGS, com o intuito de arquitectar um plano promocional do “partido dos Fiéis no exterior”, com a contrapartida de ver instalada no Catanga “uma rede externa de informação e propaganda”, operacionalizada pelos próprios Fiéis. No que diz respeito aos militares portugueses, estes deveriam garantir o incremento e o aperfeiçoamento dos “equipamentos e fardamentos” dos Fiéis, bem como, a instrução e o treino dos seus quadros “não só para os furtar à ociosidade mas também para satisfação de parte dos seus anseios – treino militar – aproveitando-os para a actividade operacional em nosso proveito”. Foi desta forma que Costa Gomes criou a sua “zona tampão” relativamente ao Congo, garantindo o controlo da extensa fronteira com aquele país vizinho de Angola⁵⁴¹. Apesar destas evidências,

⁵⁴⁰ Nogueira, Franco (1985), *Salazar, VI O Último Combate (1964-1970)*, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 302-303.

⁵⁴¹ Rodrigues, Luís Nuno (2008), *Marechal Costa Gomes, No centro da tempestade, Biografia*, 2ª Edição, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 84-86.

a opção do regime português passou sempre pela desvalorização das decisões que provinham do CS das Nações Unidas.

Com a chegada ao poder de Marcello Caetano começaram a ser observados novos rumos. Como já vimos, tudo levava a crer que, enquanto presidente do Conselho, Caetano continuaria a defender a sua fórmula federalista assente na sua ideia de “autonomia progressiva e participada”. É com essa convicção que Marcello iniciou o seu périplo pelas terras portuguesas de África logo no ano seguinte à sua tomada de posse, 1969. Entusiasmado com o encontro que teve com Nixon poucos dias antes em Washington, no decorrer das cerimónias fúnebres de Eisenhower, parte para o continente africano com objectivos muito concretos, já mencionados e que agora resumimos: transmitir sinais de confiança às suas Forças Armadas, que já combatiam há nove anos e precisavam, urgentemente, de um impulsionamento estrutural e operacional; fortalecer os vínculos com os portugueses ali residentes para lançar a ideia de uma progressiva descentralização burocrática e uma maior participação da população negra; e por fim, revitalizar a imagem da metrópole com o intuito de alavancar o investimento necessário, para o crescimento económico que tinha em mente. Pensamos nós que o entusiasmo que a visita suscitou, não foi só no seio do reduto branco. Os rumores desta nova abordagem à questão ultramarina espalharam-se por todo o continente africano e lançaram, nas mentes dos seus principais líderes, novos horizontes de entendimento, tal como viria a suceder com Mobutu que, no decorrer do caminho que traçou para ser o principal líder africano, passou a ver em Caetano o governante certo para acolher os seus planos de pacificação para Angola.

Ao contrário de Marcello Caetano, que acabara de chegar à cadeira do poder, Mobutu já transportava consigo uma imagem política construída a partir dos seus quatro primeiros anos de governação que, relativamente a Portugal, ficaram marcados pela animosidade que aqui foi descrita. No que diz respeito aos seus pares africanos, a par do sucesso que estava a garantir à sua economia, Mobutu tentou desmistificar a imagem que lhe era atribuída de “coveiro das liberdades conquistadas por Lumumba”⁵⁴², estabelecendo relações cordiais com o intuito de ultrapassar os constrangimentos do passado. Efectivamente, no final da década de 1970, como já tivemos oportunidade de concluir anteriormente, a relação do Congo com os países africanos tendia para a estabilização. Era a sua ambição pan-africanista a falar mais alto.

⁵⁴² Expressão de Gonzaga Ferreira. Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 28

No caso particular de Portugal, é nesta altura que se dá mais uma mutação na orientação estratégica de Mobutu. Depois de se dar conta que o corte de relações com Portugal não garantiria nenhuma, ou quase nenhuma, mais-valia para si e para o seu país, pôs em marcha, a partir de 1968, o seu projecto de reaproximação. Certamente, Mobutu terá concluído que os ares ameaçadores do vizinho angolano provenientes, por um lado, de um passado recente que envolveu Portugal no apoio a Tchombé e aos seus “gendarmes” e, por outro lado, do perigo que continuava a representar para o seu país a excessiva dependência relativamente ao CFB, persistiam, tornando-se indispensável “neutralizar tal ameaça, convertendo-a antes em benefício próprio”. Ou seja, a sua sede de protagonismo misturava-se com a sua obsessão pelas questões de segurança. Fica-nos a faltar uma referência ao último dos postulados que fundamentaram esta aproximação, “o anticomunismo que informava o regime”. Mobutu receava que o sucesso do MPLA em Angola se traduzisse num rude golpe “nas muralhas da segurança” e que acabasse por “esmagar o Congo” e, por isso mesmo, disponibilizou-se a apoiar o Exército português na “perseguição e aniquilamento do MPLA”⁵⁴³.

Foi este o enredo que Mobutu construiu para justificar uma nova abordagem à questão angolana. A partir de certa altura, nomeadamente, depois da sua visita a Tunis em 1969, Mobutu em relação a Portugal, terá suspenso a sua veia revolucionária para se concentrar mais na defesa dos seus interesses e do Estado congolês⁵⁴⁴. Manifestamente, aquilo que constatamos é que a sua política externa só seguia as orientações dos seus pares africanos (leia-se OUA) até onde lhe convinha. Por exemplo, no caso de Portugal poder vir a ser despejado de África, situação que poderia trazer graves consequências para o seu país, tratava-se de antecipar um eventual vazio de poder que, podendo ser aproveitado pelo MPLA, teria que ser acautelado sem, no entanto, pôr em causa a sua hegemonia no continente.

A aproximação iniciou-se em fins de 1968 e intensificou-se em 1969, sempre através de intermediários até ao encontro do embaixador Coelho Lopes, em Bruxelas, com Mobutu e Cyrile Adoula. Inicialmente recorreu aos excelentes laços de amizade com as importantes

⁵⁴³ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 26-29.

⁵⁴⁴ Foi durante o encontro com Caldeira Coelho em Bruxelas que Mobutu assumiu esta “nova orientação que o Governo congolês se propunha imprimir às relações com Portugal”. AHD – PAA – Maço 1072: Relatório de Caldeira Coelho, de 18 de Novembro de 1969, “Relativo à deslocação a Bruxelas, a fim de tratar com o General Mobutu e Cyrile Adoula do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Congo e o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre este país e a Província de Angola”, p. 19.

figuras da Comunidade portuguesa no Congo, como foi o caso do seu mais ilustre representante, o comendador Jaime da Cunha Viana, amicíssimo de Bomboko. A este português, nascido em terras onde o navegador português Diogo Cão chegou em 1482, foi solicitado que viajasse até Lisboa para avaliar as reais intenções do Governo português em relação a uma eventual reabertura de uma missão portuguesa em Kinshasa. Fê-lo em finais de Agosto, numa das suas passagens por Lisboa, tendo sido recebido por Franco Nogueira para, “juntamente com outros assuntos, tratar do envio de um cônsul de carreira para junto da Embaixada de Espanha”. Perante este pedido, o ministro português respondeu afirmativamente expressando “que iria imediatamente fazer uma nota ao Governo congolês neste sentido”⁵⁴⁵.

Seguiram-se as iniciativas de Joaquim Martinho que, durante muitos anos, foi advogado da Casa Nogueira em Kinshasa, tendo aí mantido inúmeros contactos com a elite política congoleza, constituindo-se, no decorrer da sua actividade, num verdadeiro impulsionador das relações comerciais entre Portugal e a Bélgica⁵⁴⁶. Foi no decorrer de um convite endereçado por Adoula, indivíduo que substituíra Bomboko na pasta dos Negócios Estrangeiros e seu amigo pessoal, que se iria encontrar em Bruxelas com aquele ministro congolês, depois de ter informado o facto a Franco Nogueira e “lhe ter sido recomendado que se limitasse a ouvir e a registar” aquilo que o representante congolês tivesse para lhe comunicar. Efectivamente, Adoula teve um papel decisivo em todo este processo. Durante uma viagem com António Xara Brasil Nogueira, poucos meses antes de assumir o ministério, Adoula terá mesmo confessado “os seus planos para a gerência da pasta dos Estrangeiros e as grandes linhas

⁵⁴⁵ AHD – PAA – Maço 1072: Carta de Jaime da Cunha Viana a Caldeira Coelho, 14 de Novembro de 1969.

⁵⁴⁶ A fazer fé no testemunho de Holden Roberto, já tinha havido, antes desta, uma aproximação ao líder da UPA. Holden Roberto tinha sido empregado de Joaquim Martinho, pelo qual nutria “muito respeito e consideração”. De acordo com o testemunho de Holden Roberto, Martinho encontrou-se em 1968, em Léopoldville, como enviado de Portugal para encontrar uma “solução negociada para as colónias”: “(...) o novo presidente do Conselho pretende falar consigo, com Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane, temos que encontrar uma solução pacífica e benéfica para todos – concluiu. (...) Não podia haver maior concordância da nossa parte, - retorqui-, desde que a Autodeterminação dos angolanos fosse encarada como solução fina. Sempre estivemos abertos a negociações e defendemos abertos a negociação e defendemos a via pacífica. Foi o único encontro que tivemos”. N’ganga, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano, As memórias de Holden Roberto, I Volume, 1923-1974*, São Paulo, Editora Parma, p. 210.

mestras da sua política externa. E entre elas contava precisamente, a aproximação a Portugal”⁵⁴⁷.

Do encontro ficam-nos as considerações e os argumentos de um mensageiro que expôs as motivações do seu país para que se “restabelecessem e se estreitassem as relações entre o Congo e Portugal” até ao final daquele ano. Resumidamente, o político congolês propunha que Portugal procedesse à “abertura da fronteira com o Congo e à normalização das relações comerciais e do tráfego terrestre e marítimo”; ao reatamento da cooperação respeitante aos “trabalhos de conservação e preservação das condições de navegabilidade do Rio Congo”; e ao afiançamento da “liberdade de navegação e pesca aos barcos congolese para além do limite de três milhas das águas territoriais”. Por sua vez, o Congo aprovaria a instituição de um “canal de contacto através de um representante português residente em Kinshasa”; adoptaria os mecanismos obrigatórios para que a FNLA “suspendesse toda a sua actividade militar, de modo a permitir que as forças portuguesas se concentrassem no combate e desarticulação da frente leste” (ver quadro 1.3); e “far-se-ia representar em Lisboa através da Bélgica”. No caso específico da representação portuguesa em Kinshasa, o político congolês sugeriu que se procedesse por “fases de modo a evitar qualquer relação inconveniente por parte dos outros Estados africanos”. Para o efeito era proposto que, inicialmente, esse mandatário estivesse alocado à Embaixada de Espanha e que não ocupasse o, ainda destruído, edifício da Embaixada portuguesa da Avenida dos Aviadores.

Zona	1968	1969	1970
Norte	835	726	1116
Leste	645	748	1355
Centro	31	8	77
Total	1511	1482	2548

Quadro 1.3: Acções Executadas pelos Movimentos Independentistas⁵⁴⁸

⁵⁴⁷ AHD – PAA – Maço 1073: Apontamento de Gonzaga Ferreira de 03 de Junho de 1970: A Embaixada de Portugal em Kinshasa e o Trabalho que a seu favor desenvolveu o Administrador Geral do Centro Nacional de Documentação – CND, p. 2.

⁵⁴⁸ Adaptado de, Nunes, António Pires (2002), *Angola (1966-1974) – Vitória Militar no Leste*, Lisboa, Prefácio, p. 6. Em 1970, estimava-se que o MPLA tivesse no Leste, nas suas bases exteriores 1300 homens (dos quais 520 em formação). No interior, havia 3000 guerrilheiros (2/3 dos quais integrados em esquadrões) e 2500 armas, na IIIª RPM (Distritos do Moxico e Cuando-Cubango); 800 guerrilheiros e 300 armas, na IVª RPM (Distritos de Malange e Lunda); 50 guerrilheiros e 50

Relativamente à suspensão das actividades militares da FNLA, o Governo congolês afiançava “um compromisso firme”, apesar de considerar ser preferível deixar que, pelo menos aparentemente, o GRAE garantisse que os fundos da OUA não passassem a “reverter integralmente em favor do MPLA” que era de “interesse comum exterminar”⁵⁴⁹. Era importante certificar que as verbas, inicialmente, destinadas ao GRAE não fossem canalizadas, todas elas, para o MPLA, facto que, a acontecer, iria contribuir para o fortalecimento da posição deste movimento como principal precursor dos ideais independentistas em Angola, subjugando aquela região do continente à esfera de influência do comunismo.

Seguindo a mesma orientação, foram dadas ordens ao CND para que explorasse um modo de institucionalizar novos laços com Portugal, através dos contactos que já vinham sendo mantidos com os portugueses da PIDE, em Luanda e em Matadi, junto à fronteira. As relações entre ambos os serviços eram bastantes próximas e, com o incentivo de Kinshasa e de Luanda, iam muito para além das suas atribuições institucionais. No seguimento destes contactos conseguiu-se que, em Junho, o coronel Pierre Efomi, administrador-geral do CND, acompanhado do secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros Fabian Inonga e do seu secretário particular Jacques Boketsu, se deslocasse a Luanda para um encontro com os elementos da delegação da PIDE em Angola. Nesta reunião, que visou um entendimento relativamente a um conjunto de temas que vinham suscitando alguma celeuma a ambas as partes, tratou-se da presença dos mercenários e dos catangueses no Norte de Angola, da “luta contra o comunismo”, da reabertura de um consulado português em Kinshasa, das “relações comerciais”, da “reabertura da fronteira”, da “troca de prisioneiros”, e, ainda, das “carreiras aéreas”⁵⁵⁰.

De todos estes temas o primeiro a ser resolvido foi a questão dos prisioneiros que “inadvertidamente” tinham, no ano transacto, entrado em território congolês pela fronteira de Teixeira de Sousa e que, por esse motivo, estiveram detidos durante 15 meses na prisão militar de Kinshasa. Foi acordado, para o dia 10 de Agosto, na fronteira de Noqui-Matadi,

armas na V.^a RPM (Distritos de Huíla, Moçâmedes e Benguela)”. Nunes, António Pires (2002), *Angola (1966-1974) – Vitória Militar no Leste*, Lisboa, Prefácio, p. 24.

⁵⁴⁹ AHD – PAA – Maço 1072: Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de Caldeira Coelho, de 13 de Outubro de 1969: Normalização das Relações com o Congo (Kinshasa).

⁵⁵⁰ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de São José Lopes para o Ministro do Ultramar, de 10 de Setembro de 1969: Contactos da delegação da PIDE em Angola com o Administrador-geral da Sureté National da República Democrática do Congo.

uma permuta de prisioneiros militares, onde foram entregues 9 congolese por troca de 13 militares portugueses, aqueles que aparecem na figura 1.3. Foi um encontro que decorreu num ambiente de “boa confraternização, entre as duas delegações”, tendo sido a parte portuguesa representada pelo comandante militar de Noqui, coronel Manuel de Andrade Junqueira, pelo administrador de Noqui, Manuel Pereira Guedes, pelo inspector-geral da PIDE de Luanda, Fragoso Allas e o chefe da PIDE de Noqui, Adão de Sousa Pires. Acompanhou a delegação congolese e os militares portugueses até à fronteira Jaime Viana, que assistiu a todas as “manifestações realizadas para este fim”⁵⁵¹. Segundo Jaime Viana, ele e outro português, Álvaro José Dias Teixeira, deram um importante apoio a estes homens durante o período de reclusão, garantindo “diariamente assistência aos nossos soldados, facultando-lhes alimentação, revistas, tabaco, roupas”, entre outras coisas. A ideia passava por os “ajudar a minorar tão grande sacrifício a que foram condenados longe da sua Pátria”. Foi também graças à insistência de Jaime Viana junto do Presidente Mobutu, do General Bobozo, e do Ministro Bomboko, que, segundo ele, “se conseguiu a libertação dos nossos soldados” nesta data⁵⁵².



Figura 1.3: Os 13 Militares portugueses trocados em Noqui⁵⁵³

⁵⁵¹ AHD – PAA – Maço 1090: Carta de Jaime da Cunha Viana a Franco Nogueira, 17 de Agosto de 1969.

⁵⁵² AHD – PAA – Maço 1085: Carta de Jaime Viana a Palma Carlos, de 29 de Maio de 1974.

⁵⁵³ AHD – PAA – Maço 1090: Incidentes de Fronteira – 13 militares portugueses aprisionados. Foram entregues às autoridades de Noqui os seguintes militares: Victor Manuel dos Santos Rente; Fernando José Correia de Oliveira; Manuel Pinto da Fonseca; João Palhares Ribeiro; António Soares Ferrão; Óscar Manuel Nunes Lamas; José Luiz Pereira da Costa; Joaquim de Jesus

Com o objectivo de dar continuidade a estes contactos, diligenciou-se a ida a Kinshasa do inspector Fragoso Allas, durante os primeiros dias de Setembro. Foi uma visita que decorreu num ambiente de “amizade, franqueza e distinção” e onde o “agente” português voltou a abordar os assuntos anteriormente apresentados, em Luanda, pelo coronel Efomi que, em resposta, entregou a Allas um documento, assinado e autenticado, de “grande interesse” para os serviços de informação portugueses. O valor residia, não só, no seu “conteúdo”, como também, “por nos certificar a intenção honesta” do Governo congolês que, desta forma, excluía qualquer tipo de receio de uma eventual denúncia, por parte das autoridades portuguesas, face aos “contactos e compromissos” que estava disposto a ter com Portugal. O único assunto que gerou alguma desconfiança, anunciado pelo dirigente congolês a Fragoso Allas “pedindo-lhe o maior segredo”, foi a disponibilidade patenteada pelo Governo congolês em “apoiar um golpe de Estado contra o Governo da República do Congo-Brazza”. Sabendo-se que os EUA continuavam, ainda nesta época, a garantir à RDC “conselheiros técnicos e políticos” e conhecendo-se, de ante mão, o especial interesse que este golpe pudesse representar para os americanos, a PIDE estranhou que tal assunto lhe fosse revelado “pedindo o nosso apoio”. São José Lopes, director desta organização em Luanda, depois de muito ponderar sobre o assunto, informou o ministro português do Ultramar que não via “grave risco de ficarmos seriamente comprometidos” no caso do referido golpe poder vir a falhar, uma vez que, o apoio, materializado através da cedência de material de guerra, seria entregue directamente aos serviços de informação congolezes, na pessoa do tenente-coronel Efomi⁵⁵⁴.

Este episódio foi parte integrante do plano preambular de reaproximação dos dois países, nesta fase, circunscrito e operacionalizado pelos serviços de segurança. Inicialmente, através de encontros aleatórios de fronteira para, posteriormente, passarem a ter lugar este intercâmbio de visitas entre Luanda e Kinshasa. Em Lisboa, o Governo português era avisado e, em simultâneo, dava orientações de cariz político-diplomático.

No entanto, ao mesmo tempo que decorriam estas diligências, a convivência entre aqueles que, no terreno, punham em prática estes dois modos de aproximação às autoridades congolezas, os homens da segurança e os representantes da Comunidade portuguesa no

Cordeiro; Manuel Gonçalves Nunes; Vivente Manuel Pimentão; Álvaro Alves da Luz. AHD – PAA – Maço 1090: Carta de Jaime da Cunha Viana a Franco Nogueira, 17 de Agosto de 1969.

⁵⁵⁴ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de São José Lopes para o Ministro do Ultramar, de 10 de Setembro de 1969: Contactos da delegação da PIDE em Angola com o Administrador-geral da Sureté National da República Democrática do Congo.

Congo, a partir de certa altura, deixou de ser a melhor, facto que seria responsável por denunciar “o problema da competência e validade dos canais de comunicação em Kinshasa”⁵⁵⁵. Ambos reclamavam para si a condução de todo este processo gerando, por vezes, situações de não se saber, ao certo, com quem as autoridades congolosas deveriam dialogar, o que causava algum incómodo, pessoal e institucional, aos elementos que marcavam presença nesses encontros. Isso mesmo foi o que aconteceu no dia 5 de Setembro de 1969, quando o inspector Allas foi convidado para almoçar em casa do tenente-coronel Efomi e este o confrontou com uma carta timbrada do ministério dos Negócios Estrangeiros português, datada de 27 de Agosto desse ano, explicitando que Jaime Viana era a única pessoa “credenciada” para conduzir os assuntos relativos aos interesses do estado português⁵⁵⁶. Bem como, poucos dias depois, a 29 de Setembro, algo semelhante terá acontecido, mas desta vez com os papéis invertidos. Nesse mesmo dia, indignado, Jaime Viana escrevia a Franco Nogueira para se queixar que tinha sido chamado ao gabinete do coronel Efomi para lhe ser comunicado que o inspector Allas teria informado, aquele responsável congolês, “que todas as decisões a serem tomadas entre os dois Governos” não eram para ser intermediadas por si, Jaime Viana⁵⁵⁷.

Eram situações como estas que vaticinavam o “problema da dispersão da estrutura de comando” em Angola. Quando Costa Gomes chegou a Angola, constatou que existiam uma “série de guerras diferentes”, em que uma delas era precisamente encabeçada pela PIDE/DGS. Neste contexto, uma das suas primeiras iniciativas foi a introdução de medidas que evitassem uma evidente “dispersão de meios” responsável pela ausência de “um plano coordenado, lógico, coerente e capaz, para nos opormos com uma certa possibilidade à subversão”. Foi com este referencial que logo no início de 1971, através da directiva n.º 1/71, chamou a si “o comando completo das forças terrestres, navais e aéreas, passando a dispor para isso de um Quartel-General”. A sua prioridade passava por “centralizar o comando de todas as operações”, inclusivamente as que eram dirigidas pela PIDE através das “forças não

⁵⁵⁵ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de Serviço de Gonzaga Ferreira de 27/12/69: Funções e Interferência do Quadro da Missão a Criar em Kinshasa, p. 1.

⁵⁵⁶ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de São José Lopes para o Ministro do Ultramar, de 10 de Setembro de 1969: Contactos da delegação da PIDE em Angola com o Administrador-geral da Sureté National da República Democrática do Congo.

⁵⁵⁷ AHD – PAA – Maço 1090: Carta de Jaime da Cunha Viana a Franco Nogueira, 29 de Setembro de 1969.

convencionais” que dela dependiam, os Flechas: “a PIDE pode fazer guerras, mas é por minha conta”⁵⁵⁸.

Como não seria de estranhar, estes casos não eram favoráveis aos interesses portugueses, antes porém, representavam fragilidades que, no contexto negocial que se vivia, eram passíveis de serem aproveitados pelo Governo congolês e, como tal, eram vistos em Lisboa, como incidentes que deveriam, a todo custo, ser acautelados. Para além de todas estas circunstâncias, a esta metodologia centrada nos serviços de informação, cedo foram identificadas lacunas decorrentes das limitações, óbvias, de quem as conduzia e de quem não tinha uma visão global de toda a problemática. Como sabemos, a componente da segurança é apenas uma das valências a explorar num quadro de política externa que tem que ser coordenado e dirigido por quem tem essa capacidade, ou seja, neste caso em particular, o assunto, naturalmente, passou a ser dirigido a partir do Palácio das Necessidades. Efectivamente, neste contexto emergiu a insistência destes contactos passarem a ser realizados por elementos bem colocados no aparelho político português para que fossem discutidos os derradeiros contornos de um acordo que já se prolongava por alguns meses.

Foi assim que se diligenciou o encontro do director-geral adjunto Coelho Lopes, em Bruxelas, com Mobutu e Adoula para serem delineados os principais pontos de um entendimento luso-congolês que envolvesse o “restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Congo e o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre este país e a Província de Angola”. Esta ronda de negociações está documentado num extenso relatório de 28 de páginas redigido pelo próprio Coelho Lopes para o presidente do Conselho, Marcello Caetano, e constitui, no nosso entender, a memória mais importante de todo este processo de reaproximação⁵⁵⁹.

A reunião foi planeada para Novembro de 1969 marcando presença, por Portugal, Coelho Lopes e Fragoso Allas, este último indicado pelos contactos privilegiados que vinha mantendo com os principais líderes congolezes em Kinshasa, nomeadamente, com o tenente-coronel Efomi, dirigente com um acesso fácil a Mobutu, que apadrinhou o encontro ao credenciar a delegação portuguesa com uma mensagem pessoal, para ser entregue em mão ao presidente, expondo o motivo que estava na origem daquele encontro. Efectivamente, a concepção do chefe de Estado congolês dava uma primazia absoluta ao CND, dirigido por

⁵⁵⁸ Rodrigues, Luís Nuno (2008), *Marechal Costa Gomes, No centro da tempestade, Biografia*, 2ª Edição, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 81-84.

⁵⁵⁹ Ver Anexo J (Informação de Serviço de Coelho Lopes)

Efomi, e às FAZ. É neste contexto que se destacam os méritos deste militar congolês, na reaproximação a Portugal. Foi o próprio Gonzaga Ferreira que reconheceu “a actuação do coronel Efomi” como elemento “a favor do regresso dos portugueses a Kinshasa”. Na verdade, o engenho para o sucedido não terá sido da sua inteira exclusividade, mas o diplomata português admitiu que Efomi “demoveu todos os obstáculos para trazer-nos a Kinshasa. Poder-se-á dizer em certa fase a ele cabe todos os méritos e riscos”⁵⁶⁰.

Depois da chegada a Bruxelas, na noite de 6 de Novembro, os contactos começaram logo no dia seguinte. Para o efeito, o inspector Allas dirigiu-se à Embaixada congolosa para apresentar a carta de que eram portadores ao embaixador congolês que, de imediato, o conduziu até à zona de residência da Embaixada onde estava instalado Mobutu. Este, depois de ter lido a carta do seu “amigo Efomi”, manifestou o seu contentamento por se estar a oficializar o “restabelecimento das relações diplomáticas” e disponibilizou-se para dar logo início às conversações marcando, para esse mesmo dia, uma reunião por volta das 12 horas. No entanto, fruto de uma série de inoportunas peripécias, que ocasionaram um atraso à delegação portuguesa, o evento não viria a ter lugar, ficando agendada um outro encontro para as 20 horas desse mesmo dia. Como é hábito nestas ocasiões, o “jantar real” atrasou-se e o encontro só se realizou por volta das 23 horas e só com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Adoula, que ficou incumbido de “conduzir as conversações” face aos prenúncios de cansaço que Mobutu alegara. Esta circunstância não foi bem acolhida por Coelho Lopes, que a interpretou como um “inconveniente”, de tal ordem, que o motivou a propor uma outra reunião mas desta vez com o próprio presidente Mobutu, “pois tinha sido encarregado de lhe entregar pessoalmente uma carta de S.Ex.^a. o presidente do Conselho e bem assim um documento discriminativo dos assuntos sobre o que poderia haver um entendimento imediato”. Após a insistência ficaria marcada uma nova reunião, com a presença de Mobutu, para o dia seguinte pelas 9 horas da manhã⁵⁶¹.

⁵⁶⁰ AHD – PAA – Maço 1073: Apontamento de Gonzaga Ferreira de 03 de Junho de 1970: A Embaixada de Portugal em Kinshasa e o Trabalho que a seu favor desenvolveu o Administrador Geral do Centro Nacional de Documentação – CND, p. 1. Ver Anexo K (Carta de Efomi para Mobutu).

⁵⁶¹ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de Serviço de Coelho Lopes, de 18 de Novembro de 1969, “Relativo à deslocação a Bruxelas, a fim de tratar com o General Mobutu e Cyrile Adoula do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Congo e o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre este país e a Província de Angola”, pp. 1-6.

Entretanto, não se perdeu a ocasião para uma breve alusão aos assuntos que ali eram para serem tratados. Coelho Lopes começou por abordar as “vantagens de ordem económica, política e de segurança”, que poderiam resultar no caso de um entendimento entre os dois países, justificadas a partir dos “precedentes históricos, da conjuntura política internacional, da situação política internacional dos países vizinhos da República do Congo, designadamente no tocante à penetração comunista”. Referiu-se, também, à oportunidade da RDC poder vir a “adquirir directamente e a preços mais vantajosos os produtos originários de Angola, que estavam a obter através de terceiros, com agravamento do custo e prejuízo da qualidade”. Do lado congolês, Adoula apreciou as reflexões que lhe tinham acabado de ser narradas considerando de “mútuo interesse” a reconciliação entre os dois países, referiu-se ao “grave erro” que tinha representado o corte de relações diplomáticas com Portugal mas, por fim, acabaria por sugerir alguma ponderação, ao fazer uso da expressão, “avançar passo a passo”. Ficava implícito, nas suas palavras, os receios decorrentes dos condicionalismos de uma política externa que não podia obviar as orientações dos seus vizinhos africanos, facto que não terá passado despercebido a Coelho Lopes que, de imediato, no sentido de aliviar a tensão, propôs a criação de um “canal de comunicação válido”. Na sua proposta estava subjacente a importância de se colocar à margem de todo este processo a Embaixada de Espanha em Kinshasa que, até aquela data, vinha tomando conta dos assuntos portugueses em Kinshasa. Na representação diplomática espanhola estava instalada uma “Secção de Interesses Portugueses” que até 1970, basicamente resumiu a sua actividade a trâmites consulares: “emissão de passaportes, certidões de óbitos, comunicações sobre o serviço militar, correspondência, emissão de vistos para Portugal e os seus territórios africanos, procura de pessoas (...), entre outras coisas para melhorar o regime alimentar dos militares portugueses detidos na RDC”⁵⁶². Neste contexto, segundo o representante português, caso se viesse a optar pela instalação da representação portuguesa no edifício espanhol, era inevitável que os funcionários espanhóis tomassem contacto com assuntos que, acima de tudo, exigiam a máxima descrição, nomeadamente, no que diz respeito “à cooperação que mutuamente pretendíamos estabelecer no domínio da segurança”. Nestas circunstâncias, o ideal para Portugal era ficar ligado à “Embaixada de Espanha mas em edificio próprio”, dando, desde

⁵⁶² Santiago, María José Tíscar (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, p. 336.

logo, início às obras de “reconstrução da Embaixada de Portugal” para, num futuro muito próximo, se proceder à sua reocupação⁵⁶³.

De seguida debateu-se a questão das ligações aéreas entre Luanda e Kinshasa que, segundo o ponto de vista português, se destinavam sobretudo a “evitar que a TAP pudesse sofrer qualquer prejuízo na exploração das suas rotas comerciais da Europa para África e vice-versa”. Relativamente ao tráfego fluvial o tema gerou um certo desacordo na medida em que o ministro congolês sugeria, pelo menos numa fase inicial, que os barcos portugueses não se deslocassem a Matadi, facto que inviabilizava o transporte de mercadorias oriundas de Angola por aquele meio, obrigando, dessa forma, que o encaminhamento dos produtos fosse efectuado por via-férrea ou rodoviária. Esta foi a deixa para se chegar ao tema da FNLA. A verificar-se esta situação, era fundamental que o Governo congolês obtivesse da parte daquele movimento as garantias de que não se iria imiscuir no tráfego rodoviário em direcção ao Congo, pois, “só assim se poderia estabelecer um clima de confiança”. Adoula também não perdeu a oportunidade para defender o seu “amigo de infância”, dizendo que Holden Roberto estava inteiramente “dependente” do seu Governo e, ao mesmo tempo, consciente que o GRAE estava prestes a perder o reconhecimento da OUA, alvitando-se a possibilidade que todos queriam evitar. Ou seja, que todo o apoio daquela organização passasse a ser canalizado para o MPLA. Foi nesta altura que Coelho Lopes vislumbrou uma janela de oportunidade para confrontar o líder congolês com a possibilidade do Governo congolês vir a convencer Holden Roberto a reduzir a actividade operacional da FNLA, de tal forma, “que nos permitisse deslocar importantes efectivos das nossas tropas para a fronteira leste, de modo a lutarmos mais eficazmente contra o inimigo comum”, que era o MPLA. Apesar de a conversa já ir longa e de Adoula apresentar sinais visíveis de cansaço, o ministro congolês, antes de recolher aos seus aposentos, não terminaria o encontro sem deixar de alertar para o facto de o seu amigo ser uma “pessoa razoável e de forma alguma um extremista”, deixando, dessa forma, antever que alguma coisa de positivo se haveria de conseguir⁵⁶⁴.

⁵⁶³ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de Serviço de Coelho Lopes, de 18 de Novembro de 1969, “Relativo à deslocação a Bruxelas, a fim de tratar com o General Mobutu e Cyrile Adoula do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Congo e o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre este país e a Província de Angola”, pp. 7-10.

⁵⁶⁴ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de Serviço de Coelho Lopes, de 18 de Novembro de 1969, “Relativo à deslocação a Bruxelas, a fim de tratar com o General Mobutu e Cyrile Adoula do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Congo e o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre este país e a Província de Angola”, pp. 11-14.

No dia seguinte as conversações continuaram mas desta vez na presença do presidente Mobutu. A delegação portuguesa, depois de “um longo compasso de espera”, por volta das 11 horas foi conduzida à presença do general Mobutu que os recebeu “em colete e mangas de camisas, junto de uma pilha de jornais”. Depois de uma breve troca de palavras de circunstância, Mobutu recebeu, da mão de Coelho Lopes, a carta que Marcello Caetano lhe enviara e leu-a atentamente disponibilizando-se para, logo de seguida, ouvir uma explanação do diplomata português, em tudo semelhante à do dia anterior proporcionada ao ministro Adoula. Mobutu tomou a palavra começando por dizer que concordava “inteiramente não só com o que fora dito mas também com o que constava do documento que lera”, para depois passar em revista os temas da actualidade política referentes aos seus pares africanos, Kenneth Kaunda da Zâmbia, Julius Nyrere da Tanzânia e Diallo Telly, à época, altura o secretário-geral da OUA. Nenhum escapou às críticas do líder congolês pelo facto de todos eles se terem deixado enamorar pelas teses comunistas. Foi nesta altura que deixou cair a sua veia revolucionária para declarar o seu lado mais realista, que no nosso entender, como já tivemos oportunidade de o referir, justificou este processo de reaproximação a Portugal: “quando se trata da barriga do seu povo não tinha que dar satisfações a ninguém”. Relativamente às posições que o seu ministro tomou, no dia anterior, concordou com quase todas elas insistindo apenas em dois pontos. No primeiro deles fez questão de manifestar o desejo que o inspector Fragoso Allas fizesse parte da missão, aspecto que, não só, teve a anuência de Coelho Lopes como lhe terá, desde logo, atribuído a missão de “ficar responsável por tratar com as competentes autoridades locais dos assuntos de segurança e pelo pessoal burocrático indispensável”. No segundo ponto referiu-se ao tráfego fluvial e ao desacordo com o que foi explicitado por Adoula, no dia anterior, revelando que, “se os barcos congolezes podiam escalar os portos angolanos, os portugueses poderiam começar a ir a Matadi no dia seguinte”. Não terminaria sem se referir a Holden Roberto. Mobutu começava a ter em mãos os incómodos provenientes de uma acção descontrolada do GRAE dentro e fora do país e, como se não bastasse, os olhares dos seus vizinhos africanos balanceavam para os lados do MPLA, facto que punha em causa a sua ambição de líder africano, caso continuasse a ser associado a Holden Roberto. Consciente desta sua vulnerabilidade, cinicamente tentou convencer a delegação portuguesa do contrário, sem utilizar as expressões amistosas do seu ministro, referiu-se ao lado “compreensivo” do líder da FNLA que, segundo Mobutu, após ouvir as suas novas ideias relativamente a Portugal, terá “concordado que a guerra não conduz a parte alguma”. Esta ronda de negociações ficaria concluída na manhã do dia seguinte, 8 de

Novembro, com um curto encontro com Adoula que serviu, essencialmente, para Coelho Lopes lhe transmitir o que tinha sido abordado no dia anterior com Mobutu. Antes de se despedirem, o ministro congolês reiterou a sua incompreensão pelo corte das relações entre os dois países e, por sua vez, Coelho Lopes aproveitou a onda conciliatória para sublinhar o carácter diferenciador da política ultramarina portuguesa assente nas convicções do seu novo líder, ou seja, ela “não podia ser confundida com o colonialismo”, antes pelo contrário, era preocupação do regime português promover o “bem-estar económico e social das populações, assim como a elevação do seu nível cultural”, com o objectivo de proporcionar a “formação de sociedades multirraciais”⁵⁶⁵. Esta era a imagem que Portugal, incansavelmente, tentava passar em todos os fóruns onde a política internacional dos Estados era esgrimida.

Parece-nos que o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, tal como Coelho Lopes lavrou, representava para os congoleses “um desejo e uma necessidade”, nomeadamente, de resolução do seu problema de “segurança interna”, que acreditavam que pudesse ser anulado a partir do exterior. Mas para os políticos realistas, nas relações entre os Estados, não há espaço para moralidades e as boas intenções são sempre olhadas com alguma desconfiança. Foi por isso que, ao diplomata português, voltou a suspeição da presença “do dedo dos EUA” nesta aproximação a Portugal, na medida em que, uma eventual necessidade de se organizar operações contra países vizinhos utilizando como ponto de partida o território congolês, alvitando-se a eventualidade dos “meios de acção” que Angola pudesse garantir, não seria uma hipótese de rejeitar para os americanos. Para além disso, Coelho Lopes não desvalorizou o “interesse” que, naquele momento em particular”, levou certos responsáveis americanos, quer em Lisboa quer em Bruxelas, a indagarem do “estado das nossas relações com o Congo (Kinshasa)”⁵⁶⁶. Estas suspeições viriam confirmar-se, tal como iremos verificar mais à frente.

⁵⁶⁵ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de Serviço de Caldeira Coelho, de 18 de Novembro de 1969, “Relativo à deslocação a Bruxelas, a fim de tratar com o General Mobutu e Cyrile Adoula do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Congo e o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre este país e a Província de Angola”, pp. 14-24.

⁵⁶⁶ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de Serviço de Caldeira Coelho, de 18 de Novembro de 1969, “Relativo à deslocação a Bruxelas, a fim de tratar com o General Mobutu e Cyrile Adoula do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Congo e o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre este país e a Província de Angola”, p. 25. No rol destes indivíduos, incluía-se George W. Landau, homem de Confiança do Secretário Dean Rusk e o director responsável pelos assuntos relacionados com Portugal e Espanha que, de acordo com a indicação

Por sua vez, para Portugal era urgente, nesta fase do conflito, anular a ameaça que a FNLA representava para as forças portuguesas que actuavam no Norte de Angola para que se pudesse, dessa forma, canalizar outros meios para a frente leste. Para além disso a defesa dos interesses económicos da metrópole, de Angola e da Comunidade portuguesa do Congo era uma questão incontornável e que não foram esquecidos durante todo este processo negocial que chegou ao fim com ambas as partes convictas que estavam criadas as condições para o reatamento diplomático e desenvolvimento do intercâmbio comercial. Da parte portuguesa ficaria, ainda, a sugestão que, nos dias seguintes, fossem considerados um conjunto de procedimentos para que o trabalho desenvolvido em Bruxelas, fosse concluído com o sucesso desejado: que se desse conhecimento ao Governo espanhol, o mais rapidamente possível, das diligências efectuadas⁵⁶⁷; que fosse imediatamente nomeado os “componentes da missão”, para que pudessem chegar a Kinshasa “no mais curto prazo possível”; que da missão fizessem parte “dois funcionários da Secretaria de Estado, dos quais um com a categoria de conselheiro de Embaixada, pelo inspector Fragoso Allas, que deveria figurar com a categoria de conselheiro comercial ou secretário da Embaixada” e, ainda, dois administrativos do quadro do ministério; tendo em conta os dois canais que se utilizou neste processo, o coronel Efomi dos serviços de segurança e Adoula do Governo, e a constituição que se propunha para a Missão, alertava-se para a necessidade desta ser imbuída de espírito que observasse estes dois canais como “complementares e não concorrentes”; por fim, sugeria-se a designação de um arquitecto para os serviços de “reconstrução da Embaixada”. Foi um momento decisivo da história dos dois países que garantiu, ao seu principal interveniente, o mérito de “arrombar uma porta aberta” viabilizando, dessa forma, a instalação de uma missão diplomática em Kinshasa⁵⁶⁸.

do próprio Rusk, passaram a ser tratados de forma separada relativamente ao Gabinete dos Assuntos da Europa Ocidental. Day, Arthur (1991), “Interview to Ambassador George W. Landau”, em The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs Oral History Project, (online).

Disponível em: <http://www.adst.org/>.

⁵⁶⁷ A diplomacia espanhola considerava conveniente em qualquer caso que o Governo de Madrid estivesse a par do que estava ocorrendo entre Portugal e o Congo. Santiago, María José Tíscar (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, p. 340.

⁵⁶⁸ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de Serviço de Coelho Lopes, de 18 de Novembro de 1969, “Relativo à deslocação a Bruxelas, a fim de tratar com o General Mobutu e Cyrile Adoula do

O momento em que ocorrem estas negociações constituiu um período de relativo júbilo para Marcelo Caetano, particularmente após a vitória no acto eleitoral de 26 de Outubro de 1969. Em termos de política externa, este foi o passo que, no entender do presidente do Conselho, veio garantir a legitimidade que faltava à orientação da política ultramarina do Governo e, ao mesmo tempo, reafirmar a opção pela “manutenção e defesa da unidade e integridade de todos os territórios portugueses, de protecção das respectivas populações e do seu desenvolvimento económico e social”⁵⁶⁹: “temos que ser intransigentes quanto a uma retirada que comprometeria por muitos anos, tudo quanto fizemos e preparámos durante séculos, na Europa e no Mundo, à custa de um esforço incontável, de muito sofrimento e de muito sangue vertido das nossas veias”⁵⁷⁰. Rapidamente se frustravam as expectativas dos que ambicionavam o fim da guerra e a descolonização. Como reafirma o historiador Fernando Rosas, perante uma ausência total de capacidade política para resolver o problema central do regime e com isso aproveitar o momento certo para levar por diante uma transição que tirasse Portugal do isolamento internacional, Marcello Caetano, por convicção e por pressão da ala conservadora, tentou reformar fazendo perdurar a guerra. Contudo, a constatação da inviabilidade desta tese iria “comprometer tudo o mais do seu plano de reformas”, porque, “perante a impossibilidade de lhe pôr termo, o regime vai manter a guerra, acabando com a liberalização”⁵⁷¹.

Diante deste cenário, aos relatórios das Nações Unidas que desde 1961 vinham condenando a política ultramarina portuguesa, irão juntar-se as denúncias e as acusações de outras organizações internacionais. No início do ano de 1969, mais concretamente a 18 de Janeiro, realizou-se em Kartum, capital do Sudão, a “Conferência Internacional de Solidariedade para com os Povos das Colónias Portuguesas e da África Austral”, onde marcaram presença representantes africanos, asiáticos, europeus, da América Latina e, ainda, várias organizações estrangeiras internacionais, como foi o caso do Conselho Mundial da Paz,

restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e o Congo e o desenvolvimento do intercâmbio comercial entre este país e a Província de Angola”, p. 25-28.

⁵⁶⁹ Foi a 15 de Dezembro de 1969 que a Assembleia Nacional aprovou a moção que plasmava este desiderato. Castilho, José Manuel Tavares (2012), *Marcello Caetano, Uma biografia política*, Almedina, Coimbra, p. 530.

⁵⁷⁰ Discurso pronunciado no palácio das necessidades em 6 de Outubro de 1969. Caetano, Marcello (1969), *Portugal não pode Ceder*, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, p. 11.

⁵⁷¹ Rosas, Fernando (1999), “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.) *Do marcelismo ao fim do império, revolução e democracia*, Lisboa, Notícias Editorial, p. 49.

o Comité Francês da Conferência Cristã pela Paz, entre outras. Ainda neste mês a “Comissão Justiça e Paz” da Bélgica aprovou uma “moção na qual se pede ao governo e deputados daquele país que votem na ONU a favor da independência” da Guiné, de Angola e Moçambique, que suspendam o “fornecimento de armas a Portugal” e “influenciem”, no âmbito da OTAN, para que Portugal fosse pressionado a pôr fim à guerra. Nos finais de Junho, realizou-se em Roma a “II Conferência Internacional de Apoio às Lutas dos Povos das Colónias Portuguesas”, que veio definir o “apoio concreto aos movimentos de libertação, ali considerados os “detentores do poder efectivo nos seus países”. Por fim, no dia 1 de Julho, foi a própria igreja, através do papa Paulo VI, a receber em sua própria casa os principais representantes dos movimentos de libertação, uma atitude que foi considerada por Portugal como “atentatória dos seus interesses”⁵⁷².

A contestação internacional crescia mas Marcello Caetano, imbuído de uma inoperante onda reformadora que não conseguia pôr termo à guerra, preferiu incrementar, ainda mais, um discurso acusatório que visava todos aqueles que, no seio das Nações Unidas e não só, fomentavam uma oposição crescente à permanência de Portugal em África: “quanto, por exemplo, à incrível campanha que nos é movida e tem como principal tribuna a da Assembleia das Nações Unidas, não temos outra saída que não seja a preconizada no velho rifão: a palavras loucas orelhas moucas”⁵⁷³.

Este era o fio condutor da política externa do regime e foi com este enquadramento que, ainda antes do final do ano de 1969, partiria para o Congo uma equipa constituída por Coelho Lopes, que a chefiava, Gonzaga Ferreira⁵⁷⁴, o diplomata eleito para dirigir a Embaixada em Kinshasa, e Fragoso Allas, que a estes se juntou em Luanda porque, como já vimos, foi ele que acompanhou o processo de aproximação e era ele, que materializava uma das exigências de Mobutu para integrar o quadro da futura missão diplomática. A incumbência desta delegação era discutir os “termos diplomáticos” referentes à instalação da missão portuguesa

⁵⁷² Castilho, José Manuel Tavares (2012), *Marcello Caetano, Uma biografia política*, Almedina, Coimbra, pp. 590-594.

⁵⁷³ Discurso pronunciado perante as Comissões Distritais da Acção Nacional no palácio da Foz, em 27 de Setembro de 1970. Caetano, Marcello (1970), *Portugal é de Nós Todos Nós Todos Somos de Portugal*, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, p. 13.

⁵⁷⁴ Luíz Gonzaga Ferreira nasceu nos Açores em 1928. Economista entrou na carreira diplomática bastante tarde, com 31 anos. Com duas excepções (Tóquio e Bruxelas), foi sempre chefe de missão: Dakar, Havana, Kinshasa, Beirute e Sófia. Por duas vezes, uma no princípio da guerra, outra no fim, participou em tentativas de resolução do problema colonial por via pacífica. Ambas sem sucesso.

na capital congoleza para que ficasse definitivamente traçado o “quadro institucional” da futura representação diplomática, depois de esclarecidos um conjunto de considerações que, na sua essência, compreendiam os aspectos de ordem política e diplomática, a posição da missão perante o GRAE, sem esquecer o MPLA que “habitava” na outra margem do rio, a “respeitabilidade perante a Comunidade portuguesa do Congo”, assunto que voltaremos mais tarde, e por fim, a mais urgente, “encontrar instalações dignas tendo em conta todos os factores que pesavam sobre a representação portuguesa”⁵⁷⁵. Para este efeito, após alguns sobressaltos, a equipa contactou com os altos dirigentes do CND, tentou, sem êxito, um encontro com o próprio Mobutu que, durante aqueles dias, descia o rio Zaire no seu iate presidencial, e com a Embaixada de Espanha que, desde 1966, se ocupava dos assuntos portugueses⁵⁷⁶.

Foi assim que, após um período difícil nas relações entre os dois países, se conseguiu alcançar o entendimento possível com os contornos que anteriormente se descreveu e que envolveu duas abordagens diferentes ao problema. Inicialmente, o canal que verdadeiramente contou centralizou-se nos organismos que cuidavam dos assuntos relacionados com segurança, como foi o caso da PIDE do lado português e do CND, da parte congoleza, para posteriormente, com as proporções que assunto tomou face ao alargamento dos interesses que estavam em jogo, passar ser liderado através dos órgãos governativos, nomeadamente, o ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁵⁷⁵ A missão portuguesa instalou-se inicialmente numa casa oferecida pelo próprio Mobutu, em Mont-Stanley, local de residência e das casas civis e militar do Presidente da RDC. Pouco tempo depois, por falta de condições, procurou-se um lugar onde instalar a chancelaria enquanto se conseguia a devolução do velho edifício da Embaixada. Foi aceite para tal uma vivenda propriedade de Jaime Viana, mas em dada altura, Gonzaga Ferreira achou que não podiam continuar assim “sem risco de perda de face perante a comunidade portuguesa, a Embaixada de Espanha, e as demais missões diplomáticas que pouco a pouco se iam apercebendo da situação”. Após um longo período de negociações para obter as necessárias autorizações iniciou-se a árdua tarefa de recuperar o fulgor da Embaixada de Portugal que só ficaria terminada na segunda metade do ano de 1972. Foram três anos de trabalhos que restituíram à sua “traça original e com melhoramentos e adaptações que a tornavam mais eficaz, mais habitável, decorada a preceito e sem dúvida com uma outra segurança, para tranquilidade dos que ali labutavam dia a dia e nela residiam”. Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p.72 e pp. 90-102.

⁵⁷⁶ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 46-82.

Foi este o enquadramento preparatório que antecedeu a partida da missão diplomática portuguesa liderada por Gonzaga Ferreira, no início de 1970, para, em terras do Congo, defender as grandes áreas de interesse que o Governo português definiu, em Lisboa: garantir uma sustentação credível “ao interesse de Mobutu pelas relações de cooperação com Angola” e, conseqüentemente, determinar as formas possíveis de cooperação com Congo, “desde as económicas e técnicas às culturais, sem esquecer as vias de comunicação e as telecomunicações”; precaver, pela via diplomática, a questão da “segurança da fronteira Norte de Angola, a integridade territorial, a paz e a tranquilidade das populações e a preservação dos bens”; recuperar o edifício da Avenida dos Aviadores e “reinstalar a Embaixada portuguesa”; impulsionar a Comunidade portuguesa e explorar-lhes todas as potencialidades”⁵⁷⁷. A partir deste cenário ambos os países foram esgrimindo argumentos num debate que tinha como finalidade a defesa intransigente dos interesses que cada um ia definindo e que era conduzido de acordo com os intervenientes do momento.

2. OPERAÇÕES SECRETAS E UMA “PROPOSTA INCONSIDERADA”

Desde o fim da secessão do Catanga que Mobutu vivia obcecado com o perigo constante que representavam os gendarmes catangueses acantonados em Vila Luso, no Leste de Angola. Segundo a sensibilidade de Gonzaga Ferreira, esta questão terá sido uma das razões que levava Mobutu a almejar “uma reaproximação com Portugal e a reabertura de uma Missão portuguesa em Kinshasa”. Como já vimos, os gendarmes reentraram no Congo durante o período em que Tchombé foi primeiro-ministro e, mais tarde, envolveram-se na “rebelião dos mercenários, quando estes se recusaram a acatar a ordem de suspensão e licenciamento no momento em que a situação já não requeria os seus serviços”. Depois disso, retornaram a Angola para acautelarem a sua integridade física, receando a destino que os seus parceiros tiveram ao confiarem “nas medidas de clemência do regime mobutiano”, as mesmas que levaram Mulele à força⁵⁷⁸.

Em meados de 1968, ainda sem a representação diplomática portuguesa a trabalhar em Kinshasa e ainda com alguma tensão no relacionamento entre os dois países, Portugal, através da PIDE, desencadeou uma operação que tinha como objectivo o controlo destes refugiados

⁵⁷⁷ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 85-86.

⁵⁷⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 311.

catangueses (segundo Costa Gomes, 4000 homens⁵⁷⁹) que se infiltraram em território angolano e que tinha como nome de código “Operação PHOENIX”. Foi com a concordância do ministro do Ultramar e do governador-geral de Angola que os refugiados foram reunidos em “centros de recepção”, não só para serem “controlados, mas também para serem mentalizados” a participarem em operações que visavam a desestabilização do vizinho Congo ou o combate aos movimentos independentistas. Este dado é de tal forma verdadeiro que, apesar de numa fase inicial só se terem aquartelado os catangueses no Luso, em virtude das infiltrações pelas povoações fronteiriças do Cuango, procedentes da área de Kasongo-Lunda e em Camaxilo procedentes da área de Kahemba, a PIDE chegou a alertar para a necessidade da criação destes centros respectivamente no Cuango e Camaxilo. Foi também sugerido, pela PIDE, a “construção de um campo pelos próprios gendarmes no percurso Chiluage - Henrique Carvalho, nas margens do rio Luachimo, fornecendo-se aos interessados os meios de construção que se resumiriam ao fornecimento de machados, catanas e enxadas”⁵⁸⁰. A direcção destes “campos” era da responsabilidade da PIDE, cujo representante era coadjuvado por “um quadro administrativo e por um oficial do Exército” que, no âmbito das tarefas que lhes estavam atribuídas, participavam na “instrução dos refugiados” e, sempre que fossem chamados, cooperavam ao nível operacional com as forças armadas e, ao nível das informações, com a polícia⁵⁸¹.

Mais tarde, já num quadro de cooperação, as autoridades congolosas começaram a manifestar um grande interesse por aqueles refugiados, particularmente após a amnistia promulgada por Mobutu em 1967, tendo sido frequentes as diligências para acertar o regresso dos catangueses ao Zaire. Neste contexto, as autoridades portuguesas de fronteira foram contactadas, em diferentes circunstâncias, por elementos oficiais daquele país que procuravam saber “quantos eram os refugiados e que motivos alegavam para justificar o seu regresso ao país de origem”. O interesse do Governo de Kinshasa por estes indivíduos foi oficialmente

⁵⁷⁹ Cruzeiro, Maria Manuela (1998), *Costa Gomes, o Último Marechal, entrevista de Maria Manuela Cruzeiro*, (s.l.), Círculo dos Leitores, p. 130. Pezarat Correia refere que, em 1974, os gendarmes catangueses representavam uma importante força operacional no terreno angolano, contando com 16 companhias. Apud, Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, p. 124.

⁵⁸⁰ AHD – PAA – Maço 1091: Informação n.º 318 – SC / CI (2), “Operação Phoenix”, de 28 de Março de 1968.

⁵⁸¹ Mateus, Dalila Cabrita (2004), *A PIDE/DGS na Guerra Colonial, 1961-1974*, Lisboa, Terramar, pp. 182-183.

revelado durante uma conversa entre o representante português em Kinshasa e o coronel Omba do CND, em Maio de 1972, quando este relatou que Mobutu “aguardava um gesto da nossa parte que viria reforçar a cooperação entre as autoridades zairianas e a nossa Embaixada”. Estas diligências não faziam cair os representantes portugueses no poço da ingenuidade, pois sabiam que as verdadeiras intenções de Mobutu residiam no “receio permanente de ver instalado do outro lado da fronteira um sector da população” zairense fugida ao seu regime e, na qual, constava este grupo de ex-gendarmes que, mesmo sem a fraternidade do seu presidente, se supunha terem a esperança de um dia regressarem ao Zaire. Segundo o ponto de vista de Portugal, era de todo o interesse em manter aquele grupo em território angolano com forma de garantir uma importante “peça de jogo político”, mais que não fosse por se tratar de uma “força contrária e potencialmente perigosa”, que estava fora do controle do Governo de Kinshasa. Aliás, foi o próprio general Costa Gomes que confirmou a importância deste corpo catanguês, como já vimos conhecido por “Fiéis”, ao assumir que eram empregues “quando havia uma operação ofensiva contra Angola, principalmente na região do Catanga, com origem no Zaire, facto que se constituía como um elemento perturbador naquele país”⁵⁸². Dentro desta ideia, ou seja, a defesa dos interesses portugueses sem melindrar Mobutu, o ministério dos Negócios Estrangeiros chegou a sugerir um acordo que facultasse o regresso dos catangueses “que assim o desejassem, continuando a dar refúgio àqueles que, por receio ou porque já têm a sua vida estabelecida em Angola, preferissem ficar”⁵⁸³. Algo que nunca viria acontecer por se ter concluído, a determinada altura, que Portugal “estaria a concorrer para mais uma acção de genocídio”⁵⁸⁴.

Passado o período de instalação, num espaço minimamente cómodo, e de provimento dos quadros necessários a operar os serviços da Missão Diplomática portugueses em Kinshasa, estava tudo em condições para pôr em marcha o plano “determinado em Lisboa pelo ministro Rui Patrício”, que se resumia à contenção da FNLA, ao impedimento das tentativas de penetração do MPLA pelo Norte de Angola, não só para reconstituir a “frente neutralizada” pela acção das forças portuguesa e do ELNA como também para “estabelecer contacto operativo com as forças da frente Leste pelo Kasai”, e à intensificação dos laços de

⁵⁸² Cruzeiro, Maria Manuela (1998), *Costa Gomes, o Último Marechal, entrevista de Maria Manuela Cruzeiro*, (s.l.), Círculo dos Leitores, p. 130.

⁵⁸³ AHD – PAA – Maço 1087: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 25 de Julho de 1972, Refugiados Catangueses em Angola.

⁵⁸⁴ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 312.

cooperação entre os dois países⁵⁸⁵. Segundo António Monteiro, diplomata português que serviu em Kinshasa de 1971 a 1976 e que assumiu a gestão dos assuntos portugueses após a saída de Gonzaga Ferreira em 1973, “a abertura ao Zaire foi importante porque nos permitiu controlar a situação militar em Angola” e também porque possibilitou a neutralização do MPLA. Apesar das dificuldades em atravessar o território do Zaire, este movimento de libertação tentou “impor-se e ter acção no Norte de Angola”. Contudo, era a FNLA que mantinha a predominância da “actividade militar” nesta região do vastíssimo território angolano, assim “que estabelecemos relações com o Zaire – relações disfarçadas, mas relações –“ verificou-se “da nossa parte um certo controlo da FNLA, porque Mobutu controlava o movimento”⁵⁸⁶.

No entanto, seria um problema de segurança interna do Congo que, quase três meses depois de estabelecidos, iria concentrar as atenções dos funcionários da Missão, nomeadamente daqueles que zelavam pelos serviços de informações, confirmando-se as desconfianças de Coelho Lopes, meses antes em Bruxelas, relativamente à organização de operações contra Estados vizinhos com o auxílio do Estado português. Estamos a falar de uma tentativa de golpe de Estado em Brazzaville com o nome de código “Operação BIKINI”, desencadeada a partir de Kinshasa e instigada pelo tenente Pierre Kinganga e o capitão Augustin Poignet, adversários de Nguabi, com a colaboração do CND (relembramos que este tema já tinha sido afluado, em tempos, numa conversa que se estabeleceu entre Efomi e Fragoso Allas), numa fase em que as relações entre os dois vizinhos do rio Congo viviam um período de extrema tensão. No dia 1 de Janeiro de 1970 o Governo de Brazzaville tinha anunciado que “aviões de guerra do Congo-Kinshasa que escoltavam o presidente Mobutu no seu regresso do Uganda e do Burundi, tinha sobrevoado Brazzaville a 31 de Dezembro”. Neste contexto, era previsível que “em qualquer momento um incidente como este provocasse a hecatombe”⁵⁸⁷.

⁵⁸⁵ Relativamente ao MPLA, esta acção tinha como objectivo “refazer a frente neutralizada desde que as forças portuguesas e as acções do ELNA haviam confinado o que restava da 1ª Região do MPLA, a um pequeno reduto nos Dembos” e estabelecer contacto operativo com as forças da frente Leste pelo Kasai, na zona angolana a Sul”. Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 117-118.

⁵⁸⁶ Monteiro, António (1995), “António Monteiro, Missão em Lusaka”, em José Freire Antunes; *A Guerra de África (1961-1974)*, (s.l.), Círculo de Leitores, Lda, pp. 638-639.

⁵⁸⁷ Santiago, María José Tíscar (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 419-420.

As negociações para a participação portuguesa na “Operação BIKINI” já vinham ocorrendo desde Novembro de 1969. Foi no prosseguimento dos contactos que a PIDE vinha mantendo com o coronel Efomi que ocorreu, no dia 29 desse mês, um encontro de fronteira, em Noqui, com o capitão Omba, seu mandatário, e onde foram abordados alguns temas de interesse comum. O último deles terá constituído, para o director provincial daquela polícia, “o ponto mais importante deste contacto e certamente a razão da sua deslocação a Noqui”: “(...) o pedido de apoio para a condução do golpe de estado contra a República Popular do Congo (RPC)”. O Governo da RDC estava interessado que as autoridades portuguesas autorizassem a instalação, em território angolano, de uma “base para treino militar de cerca de 100 congolezes de Brazzaville, enquadrados por técnicos e instrutores congolezes da RDC”. Mais uma vez ficava claro que nas relações entre os Estados não havia espaço para moralidades. O coronel Efomi, que teve um papel importante no regresso dos portugueses a Kinshasa, começou, desta forma, a exhibir a sua factura ao salientar o seu “maior empenho neste pedido que apresenta às autoridades portuguesas”⁵⁸⁸. Dadas as circunstâncias, Portugal aceitou cooperar tendo o referido apoio sido encaminhado para Carmona, mais propriamente, para o campo de Lufíge que passou a ser o “centro de instrução da tropa destinada à “Operação BIKINI”, treinada pelo coronel Ikuku, e cujos efectivos se converteram em moeda de troca entre Luanda e Kinshasa”⁵⁸⁹.

A operação cingiu-se a uma “breve mas sangrenta batalha na manhã de 23 de Março de 1970” onde se confrontaram as tropas de elite do Exército regular da RPC com um conjunto de indivíduos provenientes de Kinshasa. Na madrugada desse dia, o edifício da Rádio-Congo “A Voz da Revolução Congoleza”, em Brazzaville, foi ocupado por um comando vindo da outra margem do rio para, logo de seguida, iniciarem a emissão de um “comunicado de vitória” que culminava com o antigo hino nacional, “A Congoleza”, ao mesmo tempo que, num ambiente festivo, eram desfraldadas, em pleno centro da cidade, bandeiras com as cores da antiga bandeira nacional. Não foi preciso esperar muito tempo para o Exército nacional replicar e com o isso anular o pretense golpe que colocaria na presidência da República Bernard Kolelas (representante diplomático da RPC em Kinshasa). O epílogo foi anunciado,

⁵⁸⁸ Efomi estava ausente na Europa, por lhe terem falecido a mulher e quatro filhos num acidente de viação. Para este encontro credenciou o Capitão Omba, um dos seus adjuntos com poder para o representar. AHD – PAA – Maço 1090: Informação N.º 32 da PIDE - Delegação de Angola, de 29 de Novembro de 1969. Assunto: Encontro com o CND da RDC, p. 4.

⁵⁸⁹ Santiago, María José Tíscar (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, p. 425.

ao início da tarde, pelo próprio Ngouabi quando se referiu ao “esmagamento da contra-revolução” e à captura de Kinganga, cujo corpo foi exposto em praça pública (Poignet conseguiu fugir para Kinshasa). Da parte da RDC, estiveram envolvidos nesta operação o coronel Efomi do CND e outros oficiais do ENC (o tenente Tinda Bernard do Ministério da Defesa) que, por estarem próximos dos serviços de informação portugueses, foram, por estes, mais tarde aproveitados para garantirem “informações sobre a política interna do seu país sobretudo no que se refere às Forças Armadas e ao CND”. Por sua vez, em troca, a estes homens eram pagos almoços, presentes para as suas famílias, empréstimos em dinheiro e férias em Angola⁵⁹⁰.

Gonzaga Ferreira sabia que, naquela altura, se desenrolava uma “feroz batalha” entre os coronéis Tukuzu – militar que se previa de largo futuro – e Efomi, aparecendo o “major Omba como aparentemente neutro, mas conduzindo na sombra o jogo contra o segundo”. Por este motivo, o diplomata português desaconselhou o envolvimento de Portugal neste tipo de acções, por entender que, ao mínimo descuido, a missão portuguesa em Kinshasa “poderia vir a ser utilizada como joguete ou moeda de troca” na “luta de influências e ambições” que, na altura, se vivia no seio da estrutura superior do CND, facto que, para o diplomata português, exigia um “extremo cuidado”, de forma a poder-se manter uma posição neutral, numa “luta que não nos dizia respeito”⁵⁹¹. Contudo, como de seguida poderemos verificar, a verdade é que esse envolvimento existiu e esse é que constitui o elemento histórico relevante a destacar.

Apesar do desastre em que se traduziu esta tentativa de assalto ao regime de Ngouabi, a resistência não baixou os braços e outros episódios iriam ter lugar. Da parte portuguesa as expectativas de mudança também não ficariam por aqui e a cooperação continuaria, nomeadamente pelos serviços de informações de ambas as partes, tendo em vista a congeminação de uma nova fase da “Operação BIKINI”. Terá sido a 21 de Agosto de 1970 que “Fragoso Allas informou o director da PIDE de Angola das intenções de Omba se reunir com este com o intuito de discutir este tema”⁵⁹².

⁵⁹⁰ Santiago, María José Tíscar (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 420-422.

⁵⁹¹ AHD – PAA – Maço 1073: Apontamento de Gonzaga Ferreira de 03 de Junho de 1970: A Embaixada de Portugal em Kinshasa e o Trabalho que a seu favor desenvolveu o Administrador Geral do Centro Nacional de Documentação – CND, p. 5.

⁵⁹² Santiago, María José Tíscar (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, p. 424.

Entretanto, face à indefinição da situação, pouco tempo depois, o CND propôs a Fragoso Allas a partida de Poignet, que estava exilado em Angola à guarda da PIDE, para a Europa e o embarque dos “instruendos de Carmona para o campo militar de Kolwezi”. Cenário que só se viria a verificar em Novembro de 1971, com “Augustin Poignet a declarar, por escrito, o seu acordo pela desistência do asilo político que foi concedido aos seus homens em Angola e também o acordo pela sua transferência para a República do Zaire”⁵⁹³. Por sua vez, Allas, convicto da importância de não se perder esse “ponto de contacto íntimo”, sugeriu a Omba, o enviado do CND, que iria propor às autoridades portuguesas que os “instruendos” e o seu responsável máximo, o coronel Ikuzu, deveriam permanecer em Carmona, nem que para isso fosse necessário deslocar as suas famílias para aquela região angolana, de forma a poderem continuar com o “treino intensivo”. Tratava-se de uma medida transitória, que funcionaria como um “elemento de certa pressão”, até que novos desenlaces permitissem operacionalizar um novo assalto a Brazzaville⁵⁹⁴.

As acções para destituir Ngouabi continuariam nos anos que seguiram, destacando-se a frustrada tentativa de golpe de Estado, de Fevereiro de 1972, com a participação do Zaire, preparada pelo tenente Diawra e que “levou à detenção de alguns amigos que ali dispúnhamos como Pascoal Lissouba antigo primeiro-ministro de Mاسsemba-Demba”⁵⁹⁵.

Em meados de 1973, começaram a correr rumores que estaria em curso a “reorganização das forças oposicionistas congolenses aglutinando várias facções, da direita à extrema-esquerda”. Do lado zaireense, esta operação teria sido apoiada por intermédio do director da revista “Zaire”, que terá patrocinado uma “razoável soma de dinheiro”, tendo na sombra o “comissário de Estado zaireense para a Orientação Nacional”. Ngouabi tomou conhecimento da participação activa do Zaire neste “complô”, situação que terá provocado um sério “embaraço” ao general Mobutu, em virtude de ter tido, ele próprio, prévio conhecimento das coordenações que estavam a ser celebradas. Foi nesta altura, com Fragoso Allas já na Guiné junto de Spínola, que voltou a ser avaliada a participação portuguesa. O grupo do capitão Poignet, instalado na região de Shaba no Zaire (antiga província do Catanga), continuava

⁵⁹³ AMU – Maço 1157 - Processo H-4-13-22: Assunto: “Operação BIKINI”. Ofício da Secção Geral de Segurança – Delegação de Angola, N.º 135 de/71, de 22 de Novembro de 1971, Assunto: “Operação BIKINI”.

⁵⁹⁴ AMU – Maço 1157 - Processo H-4-13-22: Assunto: “Operação BIKINI”. Telegrama da Representação Portuguesa em Kinshasa de 03 de Agosto de 1970, de Gonzaga Ferreira.

⁵⁹⁵ AMU – Maço 1157 - Processo H-4-13-22: Assunto: “Operação BIKINI”. Aerograma de 15 de Março de 1973, da Embaixada de Portugal em Kinshasa.

activo, no entanto, segundo fonte próxima das autoridades zairenses, este só se mostraria “disposto a qualquer atitude positiva mediante uma colaboração por parte das autoridades portuguesas”, facto que fazia prever uma nova aproximação a Portugal, por parte do Zaire, caso os contactos com Poinet viessem a ser reatados com Kinshasa⁵⁹⁶. Poinet daria novidades, poucos meses depois, mas desta vez para informar Mobutu dos primeiros passos de um plano, para o qual contava com a “colaboração dos serviços especiais franceses”⁵⁹⁷.

Este facto sugere-nos que só a partir desta data, para agrado do diplomata português em Kinshasa, se assistiu ao afastamento definitivo de Portugal, como parceiro privilegiado neste tipo de “intentionas” que eram conduzidas, essencialmente, pelos homens da segurança dos dois países. Esta particularidade constituiu um sério factor de ruído no seio da própria missão diplomática portuguesa e, neste contexto, o flop dos acontecimentos de 23 de Março de 1970, materializou um importante argumento para Gonzaga Ferreira marcar a sua posição e, ao mesmo tempo, sugerir a Lisboa o não envolvimento português neste tipo de “complôs”, face aos eventuais ventos de contestação provenientes da comunidade internacional.

Depois deste malogro, seguiu-se uma proposta, de todo inesperada. Mobutu sempre foi um observador atento da questão ultramarina portuguesa, não só por questões de segurança mas, também, porque existia no Zaire uma enorme Comunidade portuguesa que tinha participação dos sectores mais importantes da sociedade. A chegada ao poder de Marcello Caetano, que queria introduzir uma nova dinâmica neste tema, fez Mobutu acreditar que a política ultramarina portuguesa se iria tornar mais permissível, ao ponto de vislumbrar a possibilidade de a influenciar de forma a satisfazer os seus próprios interesses, que se resumiam à resolução do problema de Angola, com o qual tinha uma fronteira de dois mil quilómetros, e à anulação dos intentos do MPLA. Relativamente a este movimento, Mobutu convenceu-se de que a vitória do MPLA em Angola teria consequências mais abrangentes e que, mais cedo ou mais tarde, destruiria o Congo tal como ele o concebera. A secessão do Catanga de Moisés Tchombé e a forma como Portugal se posicionou perante este episódio estavam, ainda, bastante frescas para fazer esquecer os perigos que representava uma Angola que, a todo o momento, pudesse asfixiar o Congo através do CFB. No entanto, em termos de cenários alternativos, Mobutu tinha uma pedra no seu sapato que era Holden Roberto. Este líder

⁵⁹⁶ AMU – Maço 1157 - Processo H-4-13-22: Assunto: “Operação BIKINI”. Ofício da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do MNE, de 5 de Abril de 1973.

⁵⁹⁷ AMU – Maço 1157 - Processo H-4-13-22: Assunto: “Operação BIKINI”. Aerograma de 17 de Julho de 1973, da Embaixada de Portugal em Kinshasa.

nacional africano, à luz dos olhares portugueses, personificava a imagem do revolucionário angolano responsável pelos acontecimentos de Março de 1961 que deram lugar ao conflito armado em Angola e era visto como principal instigador da acção subversiva da FNLA no Norte de Angola. Por tudo isto, perante os novos planos de Mobutu relativamente a Angola, o líder congolês, na esperança de convencer a diplomacia portuguesa em Kinshasa, passou a difundir a ideia que nutria um profundo desdém por Holden Roberto, como forma de congregar esforços numa solução que agradasse a portugueses e a congoleses. Para além destes dados, havia a sua ambição insaciável de assumir o papel do líder mais proeminente da cena política africana, o que, face à contestação de alguns chefes africanos mais revolucionários, não se afigurava uma tarefa nada fácil. Para a concretizar, nada melhor do que uma participação activa na resolução da questão de Angola tendo em vista a sua total independência. Estas foram as razões que levaram Mobutu, para espanto de muitos observadores, numa entrevista ao jornal *Soleil* de Dakar, a “pisar o olho” a Portugal colocando-o no grupo daqueles que melhor entendiam a “situação e a disposição de espírito da RDC” pois, no seu entender, Lisboa compreendia muito bem que “o mérito do Congo, se é que há algum mérito para ajudar irmãos africanos a libertarem-se do domínio colonial, é agir em silêncio, com descrição e sem grandes alvoroços”⁵⁹⁸.

Tratou-se de uma proposta apresentada no final do Outono de 1970 e tornada pública apenas em 1999, aquando da publicação das memórias de Gonzaga Ferreira. Mobutu pretendia tentar resolver o problema colonial português de uma forma que, no seu entender, iria “revolucionar todo o contexto centro-africano e por decorrência imediata de todo o continente”. O líder congolês propunha a Marcello Caetano que, dentro do universo de angolanos radicados em Luanda ou noutra qualquer parte do território, fosse escolhido o mais predestinado, ou seja, aquele que oferecesse maiores garantias em termos de carácter, de carisma e de saber para ser enviado para Kinshasa e, com o apoio “recomendado pelas circunstâncias, se apossar do poder político e militar dentro do FNLA”. Esta manobra implicava uma outra não menos importante e que passava por garantir, em torno desse personagem, um círculo de individualidades políticas, de total confiança, que viabilizassem este projecto “de domínio do movimento nacionalista”. Depois de restabelecido a “coligação de base do FNLA sob direcção portuguesa e o beneplácito mobutiano, completado o trabalho interno pela projecção exterior”, a FNLA teria a complacência das autoridades portuguesas

⁵⁹⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 27-34.

para entrar em Angola. Posteriormente, poderia constituir-se num partido político que defendesse uma autonomia que fosse legitimada por Lisboa, com o seu líder a ocupar um lugar num “Governo de base autonómica” e a sua equipa repartida pelas funções para as quais estariam mais habilitados. Por fim, os militares seriam absorvidos pelas Forças Armadas portuguesas para que se congregasse esforços no combate ao que Mobutu definia como pandemia que punha em causa ambos os regimes, “a infiltração maoista sob coberta de certos movimentos”⁵⁹⁹.

Era óbvio que Mobutu queria fazer da FNLA o “interlocutor principal no caso de haver uma evolução em Portugal para o diálogo político”. Aí residia, no entender de António Monteiro, um claro “objectivo político” da parte de Mobutu, situação que foi muito bem aproveitada por Holden Roberto, ao ponto de a isso juntar as divisões internas do MPLA e a associação de Agostinho Neto aos soviéticos⁶⁰⁰.

Esta iniciativa representava um empenhamento sério por parte de Mobutu que solicitou ao próprio Gonzaga Ferreira que apresentasse esta ideia pessoalmente, e não por carta ou telegrama, evitando dessa forma os constrangimentos das comunicações e eventuais deturpações à “pureza do seu pensamento”. E assim aconteceu. O diplomata português foi recebido por Marcello Caetano num encontro que se previa curto mas que se estendeu muito para além do planeado. No seguimento de uma breve exposição, que pretendia contextualizar a carta que lhe estava a ser entregue em mão, Caetano interessou-se por outros temas relativos à actualidade congoleza: a FNLA e o MPLA; os incidentes de fronteira; a Comunidade portuguesa; Holden Roberto, Agostinho Neto e, por fim, Mobutu. Foi quando se referiu ao líder congolês que Caetano surpreendeu, Gonzaga Ferreira, com o “sentido profundo do seu pensamento”. Marcello negou terminantemente a proposta que lhe era dirigida, convicto de que “iríamos para o desastre” caso se efectivasse um qualquer tipo de acordo com o GRAE. Denotando um profundo conhecimento do estilo de acção de Mobutu, depressa se apercebeu da incongruência da iniciativa e a isso somou-lhe o facto de não reconhecer nenhuma “credibilidade” à FNLA para assumir um compromisso deste género. Para Marcello, “sabendo quem está em causa nessa proposta, nada havia a esperar se não “doblez”, quer de um lado quer de outro, denotando, dessa forma, uma profunda descrença no carácter dos

⁵⁹⁹ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 36.

⁶⁰⁰ Monteiro, António (1995), “António Monteiro, Missão em Lusaka”, em José Freire Antunes; *A Guerra de África (1961-1974)*, (s.l.), Círculo de Leitores, Lda, pp. 640.

homens com quem lhe estava a ser proposto negociar. Mas o que “deslumbrou” o entendimento de Gonzaga Ferreira foi Marcello Caetano ter admitido uma eventual negociação, caso a proposta tivesse vindo do lado do MPLA e de Agostinho Neto. É certo que um entendimento desta magnitude teria que ser sempre “no interesse de Angola e de Portugal e desde que com os acomodamentos indispensáveis”, exercício que, tendo em conta princípios ideológicos do MPLA, fariam deste cenário, no entendimento do diplomata português, um mero “exercício académico” por parte do Presidente do Conselho⁶⁰¹.

Apesar de tudo, este pensamento, vindo de Marcello Caetano, não deixa de ser estranho. Em 1980, já no exílio, Caetano confidenciava a Joaquim Veríssimo Serrão o seu choque pela presença de Ramalho Eanes nas cerimónias fúnebres de Agostinho Neto, manifestando de forma clara a imagem que lhe ficou do líder do MPLA, depois da tentativa frustrada de instalar nos territórios ultramarinos portugueses a sua “comunidade lusíada”: “Os Agostinhos Netos converteram-na em colónia soviética, subjugada por um exército cubano de ocupação e controlada por técnicos e funcionários de vários países comunistas”⁶⁰².

No entanto, somos levados a acreditar que esta sua visão deve ter enquadramento no conceito de “autonomia progressiva”, já aqui explicado, assente numa aglutinação da cultura e do pensamento dos povos em causa. Nesta tese não havia espaço para os dogmas do passado, que teimavam em subsistir. Certamente que, naquele momento, Caetano, no âmbito da formação das elites africanas em Portugal, se terá lembrado do passado académico de Agostinho Neto em Coimbra e, depois, em Lisboa.

O líder do MPLA tinha viajado para a metrópole em 1947, para estudar medicina. No entanto, cedo se envolveu nos movimentos de contestação à política ultramarina portuguesa, nomeadamente no Movimento Anti-colonialista (MAC). Até terminar a sua licenciatura foi preso várias vezes e, no âmbito de um dessas enclausuras, foi libertado graças a “uma campanha de solidariedade internacional em que participam Jean Paul Satre, Simone du Bevoir, Louis Aragon e outros”. Foi reconhecidamente considerado um homem inteligente e um dos poucos capazes de liderar um movimento subversivo contra a potência

⁶⁰¹ Apud, Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 36-39.

⁶⁰² Serrão, Joaquim Veríssimo (1985), *Marcello Caetano, Confidências no Exílio*, 5ª Edição, Lisboa/São Paulo, Verbo, pp. 277-279.

colonizadora⁶⁰³. Fica-nos a ideia que Marcello Caetano, teria mais confiança nos valores humanos que integravam o MPLA e na competência dos homens que o inteiravam e, possivelmente, terá sido esse o facto que garantiu a este movimento, naquele preciso momento, “uma imagem de maior consistência”⁶⁰⁴.

Seguiu-se em 1971, o caso da operação denominada de “MALAPARTE” que consistia na execução de um plano de acção, a desenvolver por elementos dissidentes da UPA e do PDA, que previa a eliminação de Holden Roberto e dos seus mais directos colaboradores. Foi no dia 5 de Março de 1971, que o representante de Portugal em Kinshasa se reuniu com um indivíduo angolano (cujo o nome foi ocultado), que declarou haver pertencido ao PDA intitulado-se representante de um grupo de outros antigos membros do GRAE e do PDA, detidos em Kinkuzu por Holden Roberto nos fins de 1961 e que teriam sido libertados entre 1969 e 1970. Era a entrada em cena da “Comissão da Reforma Política de Angola” (CRPA). Nesse encontro o representante deste grupo, que “teria sido detido por se opor à política de violência praticada no GRAE”, submeteu para consideração do diplomata português, um “plano de acção” que continha as seguintes orientações: “tomada do poder pelos adeptos da não-violência”; suspensão da luta armada em Angola e regresso das populações; “proclamação da igualdade de direitos totais entre negros e brancos pelo Governo português”; e a melhoria do nível de vida e da representatividade dos angolanos em todas as instituições do Estado. Este grupo de dissidentes, desde a sua libertação de Kinkuzu, vinha amadurecendo esta ideia através de uma análise à situação interna do GRAE e à postura dos Governos congolezes e portugueses relativamente à acção que aspiravam empreender. Quanto a Portugal convenceram-se que o plano não poderia deixar de suscitar interesse, pois era uma forma de “consolidar a facção política que o pretende levar a cabo”, conseguindo dessa forma objectivos que seriam também os seus. Nesse contexto, o envolvimento que propunham implicava a criação de uma “colónia agrícola angolana” onde seria reunido um efectivo de aproximadamente “500 homens”, com idades compreendidas entre os “15 e os 30 anos de idade”, para o respectivo planeamento e treino desta operação. A coberto da actividade agrícola, seria forjada, “durante oito meses, toda a preparação política e militar” para, oportunamente, se proceder ao rapto dos dirigentes do GRAE e à ocupação das suas

⁶⁰³ Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A Luta pela Independência, A Formação das Elites Fundadores da Frelimo, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito, pp. 225-224.

⁶⁰⁴ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 345.

instalações. O representante português sabia que a dimensão do plano que lhe estava a ser proposto excedia as suas capacidades de negociação para celebrar qualquer tipo de compromisso. Para além disso, qualquer acção deste género, para o diplomata português, não faria qualquer sentido sem o “consentimento do Governo congolês”. Com efeito, e sem excluir a hipótese do enviado angolano constituir um “agente provocador”, fez questão de frisar a intolerância de Mobutu relativamente a situações provocadas por estrangeiros “albergados no Congo” que pudessem pôr em causa a ordem e a paz reinantes no país”. Estava-se ainda numa fase muito embrionária deste processo, facto que sugeria ao diplomata português, algumas cautelas na abordagem ao tema, ao ponto de propor uma reflexão centrada no real interesse da eliminação de Holden Roberto, “posto que o vazio criado poderia vir a ser eventualmente preenchido pelo MPLA”⁶⁰⁵. No entanto, Mobutu rapidamente foi inteirado destas acções e, através do Major Omba (que, entretanto, tinha sido promovido), mostrou a sua receptividade a “tal manobra” e, no que diz respeito ao envolvimento português, perguntou directamente ao seu homem do CND “qual é o ponto de vista dos nossos amigos portugueses”, visto que não se contentaria apenas com uma “atitude de certo modo passiva”, do lado português⁶⁰⁶.

O Governo congolês vinha dando sinais de inquietação relativamente a Holden Roberto e ao movimento que este liderava, na medida em que o apoio financeiro tinha sido reduzido para “metade do subsídio” que lhe atribuía e, por outro lado, no que diz respeito às reuniões regulares que Mobutu mantinha com Roberto, corriam rumores de que o último, em Dezembro de 1970, “teria sido assaz tempestuosa e violenta e inteiramente insatisfatória para Holden”⁶⁰⁷. Daqui passou-se para a insistência na saída da sede do GRAE de Kinshasa, como

⁶⁰⁵ AMU – Maço 7461 - Processo L-5-1-21: Ofício do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar de 16 de Março de 1971.

⁶⁰⁶ AMU – Maço 7461 - Processo L-5-1-21: Informação do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar de 17 de Março de 1971, J. Catalão.

⁶⁰⁷ As reclamações de Holden foram as seguintes: “a) saber sobre o pensamento do Governo quanto ao GRAE depois do encerramento dos escritórios do interior; b) estranhar que as fronteiras tivessem sido abertas, possibilitando que os angolanos pudessem circular de um país para o outro; c) informar-se sobre a segurança em que se encontrava a FNLA depois da chegada a Kinshasa do embaixador de Portugal e da PIDE haver instalado na Embaixada um dos seus inspectores”. Mobutu terá respondido nos termos que se seguem: “1) o encerramento dos escritórios não dependia dele, mas do seu ministro do Interior; 2) que ele, Mobutu, então eleito pelo povo e com o Parlamento aberto e em funções, já não podia dispor a seu bel-prazer, nada pode fazer sem ouvir o Parlamento; 3) o presidente Holden não tinha por que controlar a amizade do Congo com o

forma de se desembaraçar das “exigências e impertinências” do seu líder que, mais do que nunca, queria passar à fase da “ofensiva geral” ao longo de toda a fronteira Norte com Angola. Mobutu, apercebendo-se do alcance de uma operação que, no caso de sucesso, garantia-lhe a possibilidade de se livrar de alguém que o incomodava, insistiu no parecer “activo e não apenas mental” do Governo português. Portugal também tinha interesses nesta questão e simultaneamente constituía um elo fundamental para o êxito deste plano de acção⁶⁰⁸.

O apoio de Portugal era de tal forma decisivo para a concretização do plano, que a CRPA, durante a fase das conversações, adoptou uma atitude de “pressão” para com as autoridades governativas portuguesas. No caso de não conseguir o referido apoio, procuraria estudar, com a devida atenção, as “propostas que para o efeito lhe foram dirigidas pelos Governos da União Indiana e da RPC”. Relativamente a este último chegaram a ser feitos contactos directos e pessoais. Foi a 22 de Fevereiro de 1971 que a referida comissão foi recebida pelo ministro do Interior da RPC para expor as suas “queixas e a nova orientação política dos movimentos de libertação de Angola”. Segundo o relatório dos contactos havidos entre a comissão e as autoridades congolosas de Brazzaville, entregue à delegação portuguesa em Kinshasa na pessoa de Gonzaga Ferreira, o ministro da RPC descreveu um posicionamento de não ingerência nos assuntos internos de outros Estado e lembrou, ainda, as afinidades do GRAE com Kinshasa que, no passado, teria apoiado o reconhecimento oficial da FNLA-GRAE como movimento representativo dos povos angolanos. Para as autoridades congolosas, fazendo fé nos intentos deste grupo de dissidentes angolanos, a solução deveria ser encontrada no seio de “todos os angolanos” e, mais importante que tudo, no caso de decidirem avançar, deveriam “tomar precauções para que as forças do ELNA não intervissem para manter Holden Roberto no poder”. De qualquer forma, as autoridades congolosas, comprometiam-se a velar pela segurança da comissão e a viabilizar o plano desde que satisfeitas algumas exigências: manter

Governo português, pelo que deixasse em paz o0 Embaixador; 4) a abertura das fronteiras tão-pouco lhe dizia respeito, pois fora assunto tratado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros com Portugal; 5) a perda de consideração perante a OUA e demais Estados africanos, não era falta sua, mas do GRAE, por não haver feito coligação com o MPLA, como ele, Mobutu, tanto recomendara; 6) informava o chefe do GRAE que a política do presidente Conselho português evoluíra, pois passava a preconizar a autonomia para Angola”. Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 346-347.

⁶⁰⁸ AMU – Maço 7461 - Processo L-5-1-21: Telegrama n.º 608 da Representação Portuguesa em Kinshasa, de 13 de Março de 1971, Gonzaga Ferreira.

informado o ministro do Interior, até 48 horas antes do início da acção, “a fim de neutralizar as forças do ELNA”; “garantir a vida” dos dirigentes do GRAE em exercício de funções; “as operações de destituição e tomada de poder” teriam que ser realizadas no interior das instalações do GRAE; acautelar qualquer “motim”; e por fim, entregar, em mão do ministro do Interior, as provas de “má administração dos fundos concedidos ao GRAE, da morte de três garagistas congolezes e do tráfico de pedras preciosas nas zonas mineiras onde estão acantonadas as tropas do ELNA”. Quatro dias depois, a 24 de Fevereiro, em Kinshasa, a comissão seria recebida pelo ministro da Informação, que não dando por garantida a aprovação do presidente Mobutu, os informou que o projecto tinha “60 % de probabilidade de ser aprovado”. Estes dados também podem ser comprovados a partir dos contactos que a representação diplomática portuguesa mantinha com o Major Omba do CND em Kinshasa: “O general ter-se-ia mostrado interessado acerca do grupo “Malaparte” e agradecido vivamente confiança que lhe demonstrávamos e perguntou de seguida ao major “qual o ponto de vista dos nossos amigos portugueses” a propósito de golpe de Estado contra Holden”⁶⁰⁹.

Entretanto, a comissão tinha informações relativamente ao estado de prontidão operacional e disciplinar do ELNA e que davam conta das dificuldades dos militares, fazendo crer que “uma acção rápida seria bem acolhida e teria apoio de uma facção importante da tropa”. Estes dados tinham origem num militar contratado pelo GRAE para as comunicações militares, de nome major Londes (nome de Guerra), e que teria estabelecido contactos com a comissão durante o período de 16 a 23 de Fevereiro de 1971. Dos seus testemunhos a comissão registou a “desmoralização que se vivia no seio dos militares da base de Kinshasa”; as situações de “insuficiência alimentar”; e os “novos objectivos militares com vista às próximas emboscadas e deslocações das suas tropas em direcção a Nordeste da cidade de Luanda e de outros sectores”, realçando a “gravidade e perigo que eles trazem, mas cujo êxito dará um golpe sério às forças portuguesas”⁶¹⁰.

No entanto, Portugal sugeria mais prudência em todo este processo. Poucos dias depois, eram difundidas, a partir do Palácio das Necessidades, algumas linhas orientadoras para quem estava a lidar directamente com este problema, ou seja, a representação diplomática

⁶⁰⁹ Parte de uma conversa de Omba com Gonzaga Ferreira em Kinshasa sobre este tema. AMU – Maço 7461 - Processo L-5-1-21: Telegrama da representação portuguesa em Kinshasa de 13 de Março de 1971, de Gonzaga Ferreira.

⁶¹⁰ AMU – Maço 7461 - Processo L-5-1-21: Informação n.º 3290, de 27 de Maio de 1971, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de Matias da Silva, Assunto: Operação Malaparte, p. 6.

portuguesa em Kinshasa. Depois de devidamente ponderados todos os elementos, o Governo português não vislumbrou grandes resultados decorrentes do projecto Malaparte, “por depender de uma longa preparação envolvendo muita gente em condições que não pareciam permitir o sigilo necessário para o êxito” do plano de acção. Esta era a convicção que fazia sugerir o não envolvimento directo de Portugal no problema. De qualquer forma, também seguia de Lisboa a indicação que esta posição deveria ser mantida em segredo, continuando a manter-se em público uma “posição de expectativa e sem quebrar contactos estabelecidos”. Neste contexto deveria ser transmitido aos mandatários de Mobutu que Portugal não pretendia tomar qualquer posição antes de tomar conhecimento do “sentimento do presidente a este respeito”. Isto porque, “não encararíamos encorajar de qualquer modo angolanos ou outros portugueses residentes no Congo e como nós hóspedes desse país, a tomar iniciativa que não se enquadrasse intenções desse Governo”⁶¹¹.

Dois meses depois ainda não havia uma tomada de decisão por parte de Lisboa. Continuava a faltar a confirmação das autoridades portuguesas sendo que, no entender da “toupeira” da comissão de dissidentes (o tal major Londes), teria que se chegar a um compromisso antes de 31 de Março de 1971, data limite para aquela comissão se pronunciar acerca dos eventuais convites que lhe terão sido endereçados por Ngouabi e pelo Governo indiano, “pois a não ser assim seria preciso cessar essas negociações e pensar noutras soluções”. A resposta não só tardou, como não chegou a ser concretizada oficialmente. Na verdade, as circunstâncias não sugeriam a falta de credibilidade das informações que davam conta do interesse que outros Governos pudessem ter pela acção do grupo de dissidentes do GRAE, nomeadamente o da RPC, que atrairia à sua esfera de influência esta nova facção de um movimento que, até então, era dominada por Kinshasa e a quem, no entender de Lisboa, “imprimiria outros objectivos, que não os inicialmente programados pelos adeptos da não-violência”. No entanto, para as autoridades portuguesas, eram inaceitáveis, e até mesmo “grosseiras”, as bases de “pressão” a que estavam a ser sujeitos, na medida em que, face aos objectivos a concretizar pela CRPA quando viesse a ocupar a cadeira do poder, não conseguiam entender “como se pode pôr a alternativa entre o Governo português e os outros Governos indicados”. Para além disso, no momento em que se deu esta aproximação, face à situação militar na frente Norte de Angola, era ainda mais difícil de admitir a possibilidade de

⁶¹¹ AMU – Maço 7461 - Processo L-5-1-21: Telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo Português, para a Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 15 de Março de 1971, Moreira de Andrade.

GRAE efectuar “um golpe sério às forças portuguesas e à economia de Angola”. Sem um conhecimento das reais possibilidades de êxito na acção imediata para a tomada do poder no GRAE e sem haver um prévio entendimento do interesse que tal grupo pudesse “merecer aos nossos inimigos”, a “abstenção” foi a posição sugerida pelos órgãos de apoio à decisão do Governo português⁶¹².

Apesar dos cuidados e dos secretismos que envolviam estas negociações, nesta fase era visível que todas estas movimentações representavam exemplos práticos da política de contenção relativamente à FNLA e ao GRAE, gizada em Lisboa e que estava na génese do interesse português relativamente a uma aproximação ao Congo. Para Portugal, este quadro cooperativo seria decisivo para reorganizar o seu dispositivo operacional e, com isso, canalizar novos efectivos militares para a frente leste como forma de aí alterar a relação de forças a favor das tropas portuguesas. Desta forma, era possível combater com um potencial mais efectivo um inimigo que, neste contexto, se vislumbrava comum: o MPLA. Quanto a Mobutu, conseguido este desiderato também se resolvia, segundo o líder congolês, um dos aspectos mais relevantes da segurança interna do seu país. Com maior ou menor dificuldade, tudo decorria conforme delineado.

Seguiu-se um outro caso, já aqui abordado sob o ponto de vista das conversações que eram mantidas pelos serviços diplomáticos portugueses em Kinshasa com os responsáveis do CND relativamente aos movimentos de libertação, que diz respeito a uma eventual aproximação do governador-geral de Angola a Holden Roberto no sentido de se poder atingir um entendimento como o que estava, à época, “em curso com Jonas Savimbi”, no âmbito da “Operação Madeira”. Em Janeiro de 1972, um mês antes da conversação que Gonzaga Ferreira manteve com Akafomo em Kinshasa sobre este tema, o diplomata português, no decorrer de uma das suas viagens a Luanda, encontrou-se, como era seu hábito, com Rebocho Vaz para o pôr a par dos últimos desenlaces sobre a “situação geral do Zaire, do GRAE e das relações Zaire-Angola”. Entre outros temas abordados, o eventual encontro de Holden Roberto com o governador-geral de Angola, junto à fronteira, patrocinado por Mobutu, foi o que terá suscitado maior interesse ao governador-geral de Angola, Rebocho Vaz. Esta ideia carecia, na opinião do diplomata português, de contrapartidas e fruto do entusiasmo que a proposta lhe sugeria, Rebocho Vaz disponibilizou-se a oferecer um conjunto de cedências

⁶¹² AMU – Maço 7461 - Processo L-5-1-21: Informação n.º 3290, de 27 de Maio de 1971, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de Matias da Silva, Assunto: Operação Malaparte, pp. 7-10.

que, no enquadramento da política ultramarina portuguesa daquela época, representava um plano mais ambicioso e inovador relativamente ao que estava a ser praticado na frente Leste com Savimbi. Foi neste contexto que Rebocho Vaz informou Gonzaga Ferreira que se disponibilizava a oferecer o “regresso das populações angolanas” para diminuir os custos sociais e económicos na economia do Zaire e a respectiva “integração dessas populações em território nacional”, a “luta contra o inimigo comum que é o MPLA”, através do desvio dos comandantes e tropas do ELNA para leste integrados nas forças portuguesas, “postos compatíveis para os oficiais com vencimentos adequados” e “pagamento às tropas”, disponibilidade em combinar, “para efeitos de cobertura”, a continuação do funcionamento do aparelho político do GRAE no Zaire e, por fim, caso se viesse a concretizar este encontro e Holden Roberto se “mostrasse cooperativo e compreensivo, poder-se-ia convidá-lo mais tarde para vir até ao interior de Angola”. Para o governador de Angola, o que estava em jogo era a deslocação de “alguns comandantes do ELNA e os seus seguidores” no âmbito de um plano, patrocinado pelas autoridades zairianas, com o nome de código “Operação TRANSFUGA”. No entender de Rebocho Vaz, esta era a orientação política a seguir consubstanciada em “quebrar o esforço de guerra do ELNA” e para a pôr em prática devia-se recorrer a todos os “meios possíveis de compra, corrupção, aliciamento, intoxicação, quer das autoridades locais quer junto dos elementos do ELNA”. Ainda no decorrer da sua visita a Luanda, Gonzaga Ferreira, também manteve contactos com o general Costa Gomas para, entre outros assuntos, examinar esta e outras operações. Relativamente à “Operação TRANSFUGA”, as opiniões do general comandante-chefe coincidiram, em tudo, com as do governador, tendo manifestado a sua disponibilidade para “aceitar, mediante as necessárias precauções, a utilização de eventuais trânsfugas do ELNA para a luta no Leste”⁶¹³.

Como já vimos, a ideia do governador-geral tinha aceitação em Kinshasa. No entanto, mais uma vez, Mobutu iria surpreender tudo e todos com evolução do seu pensamento nesta matéria. Pouco tempo depois, encheu-se de dúvidas e fez transmitir, através dos seus interlocutores de Kinshasa, que “via mal que fosse ele a patrocinar a reunião de um Holden Roberto com a primeira figura de Angola pois não caberia levar a um encontro, mesmo a título privado, alguém que é contestado por todos”. De repente tomou consciência que não podia alhear-se de um tratamento profilático a um movimento político que se instalara no seu território, correndo o risco de ser alvo de uma forte contestação por parte dos seus pares

⁶¹³ AHD – PAA – Maço 1073: Informação da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de Gonzaga Ferreira, de 28 de Janeiro de 1972, pp. 5-8.

africanos, caso adoptasse alguma “acção drástica contra aquele movimento de libertação africana”. Tal como Gonzaga Ferreira confessou, “o plano teria sido perfeito, não houvesse pelo meio o seu primeiro proponente, Mobutu”⁶¹⁴.

Estas operações, bem como, a proposta que aqui foi abordada fazem-nos transparecer um período, que vai até meados de 1973, de alguma cumplicidade entre Kinshasa e Lisboa na defesa dos interesses de cada Estado. De um lado Mobutu a jogar nas duas extremidades do tabuleiro fazendo-o pender, a qualquer momento, para o lado que lhe fosse mais conveniente e, do outro lado, Caetano sempre desconfiado das boas intenções do líder congolês, fizeram com que não passassem do papel quase todas as abordagens de um Mobutu que queria resolver a questão de Angola a seu favor. A este estado de suspeição latente, entre dois vizinhos que, obrigatoriamente, por questões históricas e geográficas, estavam condenados a relacionarem-se, parece-nos que fica uma excepção e que diz respeito à desagregação do ELNA e o conseqüente aproveitamento dos seus oficiais e das suas tropas para combater no Leste, tal como estava a ser feito com a UNITA⁶¹⁵. Esta sim, terá sido uma orientação que Portugal traçou, desde os tempos da ronda negocial de Bruxelas, e através da qual tentou tirar o devido proveito das relações com o Zaire de Mobutu.

Obviamente que estes dados vêm confirmar a estratégia do regime português: a continuação do esforço de guerra. Tinham passado praticamente quatro anos desde a sua tomada de posse e a anunciada reforma administrativa para o Ultramar apenas tinha trazido “Governos, assembleias legislativas e tribunais próprios” a funcionar numa lógica que tendencialmente faria “privilegiar e perpetuar o sistema de domínio da população branca”, como uma agravante, o presidente do Conselho teimava em manter o “empenhamento militar”⁶¹⁶. Para salientar esta ideia, é importante recordar um dos melhores exemplos que eventualmente melhor retrata esta teimosia: a recusa de Caetano ao plano de Spínola em 1972. Como já aqui observámos, Spínola, o Governador e Comandante-Chefe das forças armadas na

⁶¹⁴ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 403-404.

⁶¹⁵ Não devemos esquecer que foi nesta fase que se deu uma rebelião no interior da FNLA, em que foi detido um importante grupo de comandantes do ELNA. A situação do ELNA agravava-se, facto que fazia prever uma redução da actividade deste movimento no Norte de Angola, durante este período proporcionando, dessa forma, as condições para a viabilidade da ideia do governador-geral.

⁶¹⁶ Rosas, Fernando (1999), “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.) *Do marcelismo ao fim do império, revolução e democracia*, Lisboa, Notícias Editorial, p. 49.

Guiné, no âmbito dos encontros que manteve com Senghor, tendo em vista uma solução para a Guiné que envolvesse Amílcar Cabral (assunto a que voltaremos em momento oportuno), veio a Lisboa dar conhecimento das propostas recebidas. No entanto, para Caetano, negociar com o líder do PAIGC era o mesmo que reconhecer o indivíduo que personificava todo o movimento anti-português apoiado pela ONU, pela OUA e por toda a imprensa internacional. Refugiado no exemplo do Brasil de 1822, que para ele sempre constituiu uma das suas “paixões”, determinou a suspensão dos contactos e com isso gorou-se a “ponte” que o presidente do Senegal lhe lançou “para uma “solução negociada da guerra na Guiné” e, conseqüentemente, “para o problema africano”. Para José Castilho, este é o momento em que o Ultramar deixa de constituir “a questão central do regime” para se tornar numa “questão de vida ou de morte”⁶¹⁷.

Como se não bastasse, internacionalmente o ano de 1973 também vai ser marcante com o agravamento do isolamento de Portugal. Pouco tempo depois de Nixon assumir o poder, a opção “Tar Baby” trouxe os seus frutos para Portugal, na medida em que nos “fins de 1969 e princípios de 1970, os americanos tinham mudado de curso”, registando-se “promessas políticas de Nixon de um melhor entendimento que invertesse a hostilidade violentíssima do tempo de Kennedy”. Até 1973, confirmou-se as melhores expectativas quanto à melhoria das relações com os Estados Unidos⁶¹⁸. Porém, em Outubro desse ano, durante a guerra entre Israel e o Egipto, a nega de Caetano ao pedido de “autorização para usar a base das Lajes”, tendo em vista o reabastecimento dos aviões norte-americanos que iam carregados de armas destinadas a equipar as tropas israelitas, foi o suficiente para se registar uma deterioração do ambiente apaziguador que até então reinava entre os dois países⁶¹⁹. No sentido de tirarem partido desta emergente necessidade americana, os governantes portugueses assumiram uma postura arrogante, com objectivo imediato de neutralizarem a “superioridade militar” do

⁶¹⁷ Castilho, José Manuel Tavares (2012), *Marcello Caetano, Uma biografia política*, Almedina, Coimbra, pp. 685-690.

⁶¹⁸ Patrício, Rui (1995), “Rui Patrício - Perder na retaguarda”, em José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974) - Volume II*, (s.l.), Círculo de Leitores, Lda, p. 1041.

⁶¹⁹ “(...) todos os membros da NATO e Espanha – que no seu conjunto recebiam cerca de 80% do seu petróleo do Médio Oriente – recusaram-se a permitir que aviões americanos se reabastecessem no seu território”. Schneidman, Witney W. (2004), *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Tribuna, Lisboa, p. 188.

PAIGC⁶²⁰. Contudo, Kissinger não se demoveu perante as pressões exercidas, anunciou um “autêntico ultimato” e Caetano foi obrigado a ceder. Objectivamente, Portugal saiu deste episódio fragilizado internacionalmente e historicamente esta postura apenas serviu para “lembrar a obstinação cansativa de Franco Nogueira dez anos antes”⁶²¹.

3. COOPERAÇÃO ECONÓMICA: CONSTRUÇÃO DE UMA ILUSÃO

Em termos conceptuais, importa recordar nesta fase as teses de Pierre Renouvin. Este autor dedicou grande parte dos seus estudos à análise das RI entre os Estados, nomeadamente à “maneira como a influência das forças profundas se manifestou, de facto, nas RI”, aumentando ou diminuindo o poder dos Estados. Uma dessas forças foi precisamente o factor posição. Segundo Renouvin, o papel que um determinado Estado desempenha nas RI, pode ser afectado “pelo lugar que ocupa no mapa-mundo”, pois é “graças à sua situação geográfica”, que Estados pequenos “puderam marcar, na história, vestígios não deixados por Estados mais vastos, dotados de recursos muito superiores”. Em termos de elemento potenciador de poder, os Estados privados desta faculdade ficam vulneráveis a uma paralisação das suas trocas comerciais com o exterior, pelo facto de ficarem sujeitos a “pressões económicas” em caso de tensão política⁶²². Vejamos a sustentabilidade destas reflexões no nosso caso de estudo.

A intensificação e diversificação dos laços económicos entre Angola e o Zaire constituíram um vector fundamental da política seguida pelo Governo português para que se restabelecesse, o mais rapidamente possível, “uma cooperação efectiva e dinâmica” nos sectores que a ambos mais interessavam. Do lado de Portugal, para que este plano fosse operacionalizado, a nova Embaixada portuguesa em Kinshasa, com orientações recebidas de Lisboa, teve um papel preponderante para, nos momentos oportunos, “atacar” os projectos mais aliciantes, dos quais se destacaram: “a abertura dos postos de fronteira”; “restabelecimento das telecomunicações”; “negociação do acordo aéreo”; “expansão do

⁶²⁰ “Portugal queria que fossem entregues de imediato nos Açores mísseis antiaéreos RedEye de fabrico americano, para que pudessem ser utilizados na Guiné-Bissau”. Schneidman, Witney W. (2004), *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Tribuna, Lisboa, p. 188.

⁶²¹ Schneidman, Witney W. (2004), *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Tribuna, Lisboa, pp. 187-191.

⁶²² Renouvin, Pierre e Jean-Baptiste Duroselle (1967), *Introdução à História das Relações Internacionais*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, pp.16-21.

comércio”; “reabertura dos portos aos navios portugueses”; e, ainda, “conversações ao nível técnico” em diferentes sectores de actividade⁶²³.

No entanto, antes de nos envolvermos no desenvolvimento deste tema, pensamos que, a título de enquadramento, é fundamental compreendermos os fundamentos do elemento de pressão geopolítica mais importante e que se destacou nos momentos mais tensos das relações entre Portugal e o Zaire: o CFB. Para que se perceba o que estava em causa, nada melhor do que recuar até ao ano de 1967, altura em que se assistiu a um forte incremento das acções de sabotagem na linha do CFB, resultando daí a interrupção do tráfego ferroviário com a província do Catanga com consequências para a situação económica daquele território, materializadas através dos avultados prejuízos nos meios industriais, comerciais e particulares daquela província catanguesa. Vejamos o exemplo da União Mineira, que à data, fruto do processo de nacionalizações, já tinha adoptado a nova designação de “Sociedade Geral de Pedreiras e Minas” (GECAMINES), e os constrangimentos financeiros que esta empresa teve que enfrentar, decorrentes desses problemas de fronteira. Segundo os acordos estabelecidos entre esta sociedade e a companhia que lhe comprava os minérios, o pagamento só seria efectuado quando estes estivessem a bordo dos navios no porto do Lobito, de Matadi ou de Dar-Es-Salaam, de onde seguiriam para Antuérpia⁶²⁴. Esta era uma exigência que originava uma constrangedora relação de dependência que obrigatoriamente teria que ser ultrapassada para escoar, com o devido proveito económico, os minérios das minas do Catanga.

Não nos podemos esquecer que, historicamente, a descoberta das minas do Catanga, em 1901, dera lugar à assinatura de um contrato, datado de 28 de Novembro de 1902, entre o Governo português e a “Tanganyika Concessions Limited”, para a construção e exploração do CFB por “99 anos sem subvenção do Estado português”. Foi neste contexto que, para vincular a linha férrea de Benguela à região mineira do Catanga, se encetaram negociações de “cooperação entre a Companhia do CFB e as Companhias ferroviárias do Congo belga (Caminhos de Ferro do Baixo-Congo no Catanga – BCK– e Caminhos-de-Ferro de Kinshasa-Dilolo-Lubumbashi – KDL), e entre Portugal e a Bélgica”. Estes acordos iriam facultar a possibilidade de aliar o CFB à linha férrea Tenke a Dilolo de forma a torná-lo um

⁶²³ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 118-119.

⁶²⁴ AHD – PAA – Maço 109: Informação n.º 22/67 da PIDE, delegação de Angola, de 26 de Abril de 1967.

“transcontinental africano ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Índico”⁶²⁵. Foram estes os acordos que influenciaram, de forma decisiva, o “traçado definitivo do CFB” com intuito de acautelar, entre outras, questões económicas e, também, políticas⁶²⁶.

Portanto, seria de admitir que o Governo congolês quisesse despachar os minérios, tratados ou por tratar, para o porto do Lobito que, na altura, era o principal ponto de escoamento das riquezas oriundas da província do Catanga e, para além disso, era também o melhor ponto de entrada de toda a complexa maquinaria de combustíveis de que o Catanga necessitava. Este era um dado que se comprovava a partir da incapacidade do porto fluvial de Matadi que, na época em que as companhias estavam em plena laboração, ainda durante a permanência dos belgas, “nunca conseguiram transportar por aquela via mais de 30 % da produção do Catanga”. Caso optassem pelas Companhias ferroviárias do Congo, nomeadamente a linha do BCK, até Port Francqui a situação complicar-se-ia com troços da linha férrea degradados, os rios assoreados e com metade das gruas do porto fluvial inoperacionais⁶²⁷. Quanto a Dar-Es-Sallam a situação não seria melhor, uma vez que, teriam que cruzar cerca de metade da província do Catanga no sentido Oeste, recorrer a outro meio para percorrer sensivelmente a mesma distância no sentido Norte e, ainda outra metade no sentido Leste até Albertville, onde se iria encontrar um porto com as mesmas condições de Port Francqui. A partir daqui teria que se efectuar o transbordo para se atravessar o Tanganica, seguindo-se novo transbordo em Kigoma (importante cidade portuária da Tanzânia, situada na costa Este do Lago Tanganica) e, por fim, a travessia da Tanzânia até ao mar. As dificuldades deste trajecto eram uma realidade incontornável e faziam acreditar as autoridades portuguesas que o Congo estaria sempre obrigado a negociar com Portugal, como forma de ultrapassar todos estes constrangimentos⁶²⁸. Estes eram os dados que os serviços de informação portugueses, a actuar em Angola, confirmavam para Lisboa no decorrer das análises que começaram a ser feitas fruto do decréscimo que se verificava no tráfego ferroviário, após os incidentes que levaram ao encerramento do CFB em Setembro de 1966: “não retiraram da gare de Dilolo um só vagon de minério para o fazer seguir pela famigerada via nacional, embora ali se

⁶²⁵ Ver Anexo A (Mapas - Caminhos-de-Ferro da República Democrática do Congo).

⁶²⁶ Esteves, Emanuel (2000), “O Caminho-de-Ferro de Benguela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência (1902-1952)”, *Africana Studia*, 3, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 55-56.

⁶²⁷ Ver Anexo A (Mapas - Caminhos-de-Ferro da República Democrática do Congo).

⁶²⁸ Ver Anexo A (Mapas - Vias que podiam ser utilizadas para escoamento dos minérios do Catanga).

encontrassem mais de 300 vagons. Tínhamo-los nas mãos; estavam à nossa mercê; Porque sem cobre não há divisas, sem divisas não há técnicos e sem técnicos o Catanga morreu”⁶²⁹.

Para corroborar esta análise havia, ainda, os testemunhos da larga Comunidade portuguesa residente na região de Dilolo que, no quadro do encerramento da fronteira com o Congo e na perspectiva de esse facto influenciar negativamente as suas actividades comerciais, feitas maioritariamente por estrada, tentou fazer ver às autoridades portuguesas, nomeadamente ao governador-geral de Angola, que para coagir o Governo congolês teria que se actuar ao nível dos caminhos-de-ferro: “Serão os comboios completos de cisternas que passam, são os vagões e vagões de máquinas que entram, são os milhares de toneladas de minério que diariamente saem. Feche-se a ponte ferroviária de Luau durante três meses e o Congo está paralisado, e o Congo geme, e o Congo render-se-á à evidência”⁶³⁰.

Parece-nos que o CFB tinha um cunho estratégico, político e económico que obrigou estes dois Estados, independentemente das clivagens políticas que os separavam, a relacionarem-se como forma de defender, da melhor forma possível, os seus interesses nacionais. O Congo queria evitar o estrangulamento da sua economia e, por sua vez, Portugal queria consolidar os ganhos de um processo que culminou, até certa altura, com a “neutralização da fronteira entre os dois países e a consequente preservação da segurança de pessoas e bens de que tínhamos a tutela e a responsabilidade”⁶³¹.

Foi a partir deste pressuposto que se estabeleceram relações comerciais, industriais e culturais entre ambos, nomeadamente a partir do reatamento das relações diplomáticas. Observemos como este caso específico se processou. As diligências começaram pouco tempo depois dos diplomatas portugueses chegarem a Kinshasa. Ainda no decorrer do ano de 1971, a representação de Portugal em Kinshasa solicitou que fosse comunicado, com a maior urgência possível, ao secretário provincial de Economia de Angola que dois importantes investidores do Congo, Ferdinand Kazadi e André Kalombo, estariam na disposição de investir, “numa primeira fase, capital numa sociedade de importação de leite engarrafado de Angola. Para uma segunda fase, de leite a granel para engarrafamento no Congo, com vista a baixa do

⁶²⁹ AHD – PAA – Maço 1091: Informação n.º 22/67 da PIDE, delegação de Angola, de 26 de Abril de 1967.

⁶³⁰ AHD – PAA – Maço 1091: Informação n.º 22/67 da PIDE, delegação de Angola, de 26 de Abril de 1967.

⁶³¹ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 120.

preço”⁶³². A abertura das negociações eram feitas localmente através da representação diplomática, no entanto, a partir de certa altura, fruto da complexidade que tomavam, passou a ser necessário “pôr muitos desses adquiridos em forma de acordo”. Para esse efeito aterrou em Kinshasa, no ano seguinte, uma “Delegação angolana para negociações com a contraparte congoleza”⁶³³.

Tinha chegado ao conhecimento do Gabinete de Promoção de Exportações, da Direcção dos Serviços de Economia da Província de Angola, que o ex-ministro das Finanças do Zaire, de nome Litho, que no futuro acabaria por vir a exercer funções de presidência numa empresa de alimentação (Sociedade Geral de Alimentação), teria ido a Madrid para operar uma compra de produtos alimentícios. Estes rumores foram, imediatamente, comunicados a Gonzaga Ferreira, em Kinshasa, para que este intercedesse junto do presidente daquela sociedade no sentido de ser dado prioridade às “compras dos produtos congéneres de Angola”, uma vez que estaria preparada para poder abastecer, “em condições competitivas de preço e de qualidade, não só peixe e carne como também outros produtos alimentares”. Os contactos iniciais foram efectuados, o responsável pela delegação diplomática portuguesa no Congo comunicou, para Luanda, a possibilidade de o negócio se concretizar e daí à nomeação de um “Missão Comercial de Angola”, constituída pelos produtores e exportadores dos sectores alimentares mais representativos para se deslocarem a Kinshasa o mais rapidamente possível, foi apenas um pequeno passo. A Missão partiu para a capital congoleza no dia 17 de Abril de 1972 para encetar negociações que visassem “o maior incremento possível das relações económicas entre a Angola e o Zaire”. Foram inúmeras reuniões e muitas horas de trabalho para avaliar, detalhadamente, as propostas de venda de cada um dos sectores que estavam representados na missão. No final, os resultados das negociações traduziram-se num enorme sucesso com a conclusão de um vasto pacote de negócios: carnes frescas; feijão; cerveja; rebuçados; peixe e farinha de peixe; cebolas e batatas. Para além destes artigos de proveniência alimentar, que estiveram na origem destas negociações, os congolezes mostraram interesse na importação de outra variedade de produtos, como por exemplo fios, cabos eléctricos e sacos de papel, ficando em aberto a concretização, no futuro, da compra de “mosaicos de vidro, alumínio,

⁶³² AMU – Maço 949 – Processo QQ-28-34: Ofício da Direcção-Geral dos Negócios Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 03 de Maio de 1971.

⁶³³ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 119.

levedura fresca, conservas de carne e peixe, tintas, colas, malas e tubos de escape”⁶³⁴. Em resumo, a visita desta missão comercial traduziu-se num montante de negócios de “venda no valor de 25.000 contos” (valores da época), tendo ficado no ar a perspectiva de, num curto espaço de tempo, se poderem vir a efectuar “vendas adicionais no valor de, pelo menos, 180.000 contos/ano”, número que fazia acreditar que pudesse ser possível fazer duplicar o valor das exportações normais de Angola para o Zaire, que desde 1968 atingiam os índices indicados no quadro 2.3:

(valores em milhares de escudos)

	1968	1969	1970	1971
Entradas	109 457	54 990	143 508	144 154
Saídas	5 302	15 548	18 189	11 699
Saldos	104 065	30 442	125 310	132 455

Quadro 2.3: Movimento de Mercadorias com o Zaire⁶³⁵

Esta tendência não deixava de ser a confirmação de uma economia assente, essencialmente, na indústria extractiva e transformadora e que apostava pouco no desenvolvimento do sector da agricultura, que naquela época registava uma pequena melhoria na produção de mandioca, arroz, legumes e produtos hortícolas e uma diminuição na produção de milho, amendoim e banana, e no sector das pescas que, simultaneamente, registava progressos exíguos⁶³⁶. Neste contexto a dependência do Zaire em produtos alimentares, face a terceiros com capacidade de exportação, constituía uma realidade e, ao mesmo tempo, uma vulnerabilidade que as autoridades portuguesas exploraram como forma de rentabilizar as possibilidades do mercado zairense. Tal como António Monteiro testemunhou, “tudo o que Zaire precisava nós fornecíamos”⁶³⁷.

⁶³⁴ AMU – Maço 949 – Processo QQ-28-34: Informação n.º 97 do Gabinete de Promoção de Exportação, Missão Comercial de Angola a Kinshasa, de 29 de Abril de 1972.

⁶³⁵ AMU – Maço 949 – Processo QQ-28-34: Informação n.º 97 do Gabinete de Promoção de Exportação, Missão Comercial de Angola a Kinshasa, de 29 de Abril de 1972.

⁶³⁶ AMU – Maço 949 – Processo QQ-28-34: Informação n.º 97 do Gabinete de Promoção de Exportação, Missão Comercial de Angola a Kinshasa, de 29 de Abril de 1972.

⁶³⁷ Monteiro, António (1995), “António Monteiro, Missão em Lusaka”, em José Freire Antunes; *A Guerra de África (1961-1974)*, (s.l.), Círculo de Leitores, Lda, pp. 640.

Mas nem tudo correu bem. Tal como Marcello Caetano confessara a Gonzaga Ferreira, em Lisboa, pouco tempo antes, a sua ideia de que Mobutu não passava de um “doublez”, também os serviços provinciais angolanos iriam testemunhar os problemas de liquidação que começaram a surgir do lado congolês. Em 1973, as autoridades portuguesas iriam reconhecer essa imagem de duplicidade aos importadores de Kinshasa que, a partir daquela que se tornou a sua “conduta tradicional”, a falta de pagamento, passaram a prejudicar os interesses dos exportadores portugueses através do uso de “artifícios para demorar os pagamentos”, relativos, por exemplo, ao fornecimento de milho, de peixe, de carne e de farinha. Luanda cedo se consciencializou que, “infelizmente”, o desenvolvimento das relações comerciais com o Zaire não se poderiam fazer nos termos que “todos desejaríamos e seria até natural não fossem as limitações conhecidas”⁶³⁸.

Seguiu-se o “projecto da sociedade mista de pescas”. O eventual acordo no domínio das pescas, sector vital para o Congo, teve as suas raízes no ano de 1969, constituindo mais um dos motivos que levou Mobutu a reaproximar-se de Portugal. Ganhou consistência no ano seguinte no decorrer de uma solicitação de Mobutu ao Governo português no sentido de serem reconhecidos os “direitos históricos, para usufruto da “Sociedade Geral de Peixe Marítimo do Congo” (PEMARCO), para oito ou nove navios tradicionais poderem pescar na faixa de seis a 12 milhas das águas territoriais portuguesas de Angola, na secessão do que haveria sido atribuído à antiga metrópole belga”, o que corresponderia a um máximo de “9.000 toneladas de pescado ano”⁶³⁹. Ao invocar este argumento dos “direitos históricos”, Mobutu fazia-se valer do Decreto-Lei n.º 47947, de 18 de Setembro de 1967. Com base nesse decreto solicitava que “fosse acordado à RDC suceder legitimamente naqueles direitos históricos, beneficiando dos privilégios que ele continha e de que fora beneficiário o Reino dos belgas”⁶⁴⁰. Contudo, segundo o Centro de Geografia do Ultramar não existiam “nos nossos arquivos quaisquer documentos pelos quais se possa admitir a existência de títulos ou

⁶³⁸ AMU – Maço 916 – Processo QQ-28-30: Informação n.º 3910 do Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Relações Comerciais com o Zaire, de 03 de Outubro de 1973.

⁶³⁹ AMU – Maço 457 – Processo QQ-28-35: Ofício da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 31 de Outubro de 1970.

⁶⁴⁰ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 394.

direitos históricos da Bélgica à pesca nas águas de Angola, e mesmo que esse privilégio lhe tivesse sido reconhecido não poderia ser transferido para a RDC”⁶⁴¹.

Mobutu sabia que semelhante pedido já tinha sido recusado à França e à Espanha. No entanto, por considerar uma “virtude” a vizinhança com Angola, acreditava num “tratamento particularizado”. Outro factor que, para Mobutu, justificava uma aproximação entre os dois países, era a “estreiteza da sua faixa marítima” pelo que, caso o Governo português correspondesse ao seu pedido, iria representar “um autêntico desafogo” para o sector da pesca congoleza. A evolução da Missão portuguesa em Kinshasa fez com que Mobutu confiasse na possibilidade de torner as dificuldades que surgiram até aquela data, sobretudo, da parte do secretário provincial de Economia. Servindo-se de uma falsa moralidade, fruto das vulnerabilidades que emergiam de uma “fronteira marítima minúscula”, tentou convencer as autoridades portuguesas que a “boa vizinhança começa por se facilitar a vida daqueles que menos dispõem”, como era, neste caso em particular, o seu próprio território⁶⁴².

Para Portugal, a viabilidade desta proposta residia numa outra abordagem ao problema, nomeadamente, na eventualidade de se poder constituir uma “sociedade mista que servisse de cobertura para um interesse comum e que permitiria que os navios pescando sob pavilhão português sem limites de água, pudessem transportar e vender peixe em Matadi” com a devida autorização do Governo de Kinshasa⁶⁴³. Segundo a Missão diplomática portuguesa em Kinshasa, esta ideia teria todas as condições para ser um sucesso, essencialmente, porque, por um lado, a reduzida frota pesqueira em causa, não iria afectar os interesses das pescas em Angola e, por outro, essa sociedade mista luso-congoleza passaria a constituir o melhor veículo para serem colocados, naquele país, quantidades apreciáveis de peixe fresco oriundos dos barcos angolanos. A missão portuguesa juntava a este desejo a convicção de que esta oferta de cooperação seria um regozijo para Mobutu, uma vez que lhe proporcionaria “perspectivas políticas de real interesse, além de eventuais benefícios de ordem material”. Os termos mais adequados para esta sociedade poder operar, segundo os interesses portugueses, seriam a observância das leis nacionais, ou seja, tripulações portuguesas podendo levar a

⁶⁴¹ AMU – 457 – Processo QQ-28-35: Ofício n.º 472, do Centro de Geografia do Ultramar, Problemas das Pescas do Congo em Águas territoriais de Angola, de 15 de Dezembro de 1970.

⁶⁴² AMU – Maço 457 – Processo QQ-28-35: Ofício da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 31 de Outubro de 1970.

⁶⁴³ AMU – Maço 457 – Processo QQ-28-35: Ofício n.º 892 da Repartição de Gabinete do Governador-Geral, Rebocho Vaz, de 18 de Novembro de 1970.

bordo técnicos e peritos congolezes, sendo que, os arrastões, que constituiriam parte da frota, representariam o capital congolês da referida sociedade⁶⁴⁴.

Em Lisboa, nos gabinetes ministeriais, as reuniões prévias para analisar o problema repetiam-se e, ao mesmo tempo, multiplicavam-se os pareceres. Simultaneamente, em Luanda, os responsáveis provinciais, insistiam na necessidade de vincular o Congo, o mais possível, a Angola através do desenvolvimento e do fortalecimento dos laços comerciais entre os dois países, para criar, relações de dependência do Congo para com Angola. Esta ansiedade que Luanda demonstrava com certeza que não era alheia aos rumores de que os espanhóis tentavam, por todos os meios, infiltrar-se no mercado local, de maneira a colocar o peixe dos seus barcos que operavam no Atlântico Sul. Para além dos espanhóis também os romenos tinham aberto uma delegação naquele país para tratar, com os congolezes, da venda do peixe dos seus barcos que navegavam nas regiões do Sul, facto que parecia reforçar os argumentos e as preocupações de Luanda no sentido de se acelerar um processo que, no entender do governador-geral, iria colocar Angola numa posição privilegiada no abastecimento de peixe fresco ao Congo⁶⁴⁵.

O processo negocial prolongou-se ao longo do ano de 1971, tendo como ponto alto a reunião de 24 de Setembro, em Lisboa, entre o Governo português e o mandatário de Mobutu para questões de cooperação, um aristocrata belga com o título de barão e de nome Rolin Jaequemyns, para oficialmente, tomar conhecimento da posição portuguesa relativamente a esta matéria⁶⁴⁶. Efectivamente, quando Mobutu começou a pensar no assunto das pescas em 1969 a sua primeira ideia foi enviar o barão Rolin Jacquemyns a Lisboa. Posteriormente, o presidente em sintonia com Bomboko optou por incumbir Jaime Viana de “levar ao conhecimento do Governo português um memorando onde se incluía o caso das pescas. Com

⁶⁴⁴ AMU – Maço 457 – Processo QQ-28-35: Informação n.º 3164, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Problemas das Pescas do Congo em Águas Territoriais de Angola, de 02 de Dezembro de 1970.

⁶⁴⁵ AMU – Maço 457 – Processo QQ-28-35: Ofício n.º 117, da Direcção-Geral dos Negócios Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 29 de Janeiro de 1971.

⁶⁴⁶ AMU – Maço 260 – Processo QQ-28-35: Informação n.º 37/71 do Centro de Bioceanologia e Pescas do Ultramar, da Junta de Investigações do Ultramar, do Ministério do Ultramar, Problemas de Pescas do Congo, de 25 de Setembro de 1971.

a saída de Bomboko e certamente por influência do conselheiro belga, a questão foi retomada pelo Barão Jacquemyns⁶⁴⁷.

Portugal assumia a impossibilidade de reconhecer os direitos históricos de pesca à Bélgica ou ao Congo. No entanto, para que se estabelecessem laços de boa vizinhança, o Governo português não se opunha à criação de um empresa de pescas com capitais lusos e congolezes, desde que a maioria dos capitais e dos navios fossem portugueses. Portugal pretendia, ainda, a organização de uma “sociedade de transformação e exportação do pescado”, com instalações em Angola, podendo esta ser constituída com capitais maioritariamente congolezes”. Por fim, sugeriu o estabelecimento de um acordo entre as duas sociedades determinando que o peixe capturado pela primeira fosse totalmente entregue à segunda para, posteriormente, ser exportado para o Zaire⁶⁴⁸.

As conversações só voltariam a ser retomadas em meados de 1972, num quadro de melhoria das relações entre os dois países e depois de as autoridades congolezas terem reconhecido o “alcance político” das mesmas, para “concretizar” os pontos que tinham sido discutidos em Setembro do ano anterior. Combinou-se uma nova ronda negocial, outra vez em Lisboa, para se detalhar a questão do princípio que iria reger a “cooperação entre os dois países”, a definição do “estatuto jurídico” das futuras sociedades e a escolha da empresa que “serviria de associada” às firmas mistas que iriam ser criadas⁶⁴⁹.

Mais uma vez, as vontades de Lisboa e de Luanda eram díspares. Na metrópole, assumiu-se uma postura mais cautelosa materializada por um périplo de análise que deu lugar a um conjunto de reuniões com o objectivo de actualizar o plano de acção. Por sua vez, o Governo provincial, considerando o “interesse político e económico” da concretização destas sociedades, tentou acelerar os trabalhos em Lisboa, com propostas de projectos de empreendimentos que poderiam servir de base a modelos consistentes para, posteriormente, serem apresentados ao representante congolês. O melhor que se conseguiu foi abreviar todo este processo segundo uma proposta, originária dos grupos de trabalho de Lisboa, que

⁶⁴⁷ AMU – Maço 457 – Processo QQ-28-35: Informação n.º 3164, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Problemas das Pescas do Congo em Águas Territoriais de Angola, de 24 de Março de 1971.

⁶⁴⁸ AMU – Maço 260 – Processo QQ-28-35: Informação n.º 37/71 do Centro de Bioceanologia e Pescas do Ultramar, da Junta de Investigações do Ultramar, do Ministério do Ultramar, Problemas de Pescas do Congo, de 25 de Setembro de 1971.

⁶⁴⁹ AMU – Maço 260 – Processo QQ-28-35: Telegrama n.º 1416, do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, de 22 de Abril de 1972.

reconhecia a importância de se estabelecer um contacto directo entre o barão Rolin e os industriais angolanos que estivessem interessados no empreendimento, de maneira a concertar todos os fundamentos da criação daquela sociedade. Como forma de acautelar a posição do Governo português, só depois de refinados estes ajustamentos entre as partes privadas, é que as autoridades de Portugal estariam dispostas a estudar o conteúdo de um eventual protocolo a celebrar com o Governo do Zaire⁶⁵⁰.

No seguimento destas indicações, o barão belga foi a Luanda em Junho de 1972 mas os resultados foram praticamente nulos, uma vez que não se encontrou com o seu “partenaire angolano” indicado pelo governador-geral, Ezequiel Santos, um homem de negócios de Moçâmedes bem visto junto das esferas governamentais. Por outro lado, o contrato que a empresa de Rolin teria assinado, em tempos, com uma outra firma angolana de congelação, para regular o fornecimento de peixe ao Zaire e para carregar os seus barcos em portos angolanos, deixou de funcionar com normalidade, situação que o representante português em Kinshasa considerou preocupante, pois prejudicava o prestígio e o futuro das exportações portuguesas para o Zaire⁶⁵¹. Para além disso, estas empresas eram vistas “como o embrião do plano mais vasto das sociedades mistas em estudo” e o falhanço sistemático no cumprimento das cláusulas, por desleixo do sector privado, bem como o descrédito que daí ocorria, punham em causa a constituição e o bom andamento das sociedades mistas, com repercussões directas nos interesses políticos e económicos de Portugal na região⁶⁵².

O ano de 1972 passou sem notícias da concretização de tais negociações. Chegou o ano de 1973 e com ele o episódio de Kinkuzu, de que mais à frente nos iremos ocupar. As relações entre os dois países complicaram-se, comprometendo todas as possibilidades de eventuais acordos de cooperação entre Angola e o Zaire. Tentou-se, mais uma vez, uma conciliação de interesses económicos num “jogo de contrapartidas” esgrimido entre ambos os países que, no caso particular deste projecto, iria abrir as portas a novas “perspectivas de entendimento”, com repercussões directas no “abrandamento das pressões sobre a fronteira Norte”. No entanto, o projecto da Empresa Mista de Pescas iria encalhar num processo de decisão que se revelou demasiado lento para aproveitar a disponibilidade momentânea de Mobutu para

⁶⁵⁰ AMU – Maço 260 – Processo QQ-28-35: Informação n.º 116, da Direcção-Geral de Economia do Ministério do Ultramar, Negociações Luso-Congolesas, 31 de Maio de 1972.

⁶⁵¹ AMU – Maço 260 – Processo QQ-28-35: Informação n.º 67, do Instituto das Industrias de Pescas de Angola, da Província de Angola, Negociações Luso-Congolesas, de 24 de Julho de 1972.

⁶⁵² AMU – Maço 260 – Processo QQ-28-35: Ofício, da Direcção-Geral dos Negócios Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 06 de Abril de 1972.

“jogar em termos correctos” com Portugal. As decisões eram discutidas nos gabinetes ministeriais de Lisboa e enquadradas pelas orientações do presidente do Conselho que, como já vimos, desconfiava de Mobutu e de todos aqueles que eram produto do seu regime⁶⁵³.

Luanda, até certo ponto, ainda tentou lapidar estes sinais de prudência que vinham da metrópole, focando-se nos proveitos mais económicos do que políticos para aligeirar um processo que teimava em não ser concluído. Não quer isto dizer que as autoridades provinciais, nomeadamente o director da DGS, São José Lopes, confiassem em Mobutu. No entanto, sendo o líder do Zaire o que todos acreditavam que era, “haveria que ir o mais rápido possível para a frente com todos os projectos que nos interessavam e sacar o maior lucro desta fase de aproximação”⁶⁵⁴. Eram velocidades diferentes que fizeram o processo arrastar-se no tempo e que faziam sugerir, tal com veio a acontecer, o insucesso das negociações. Insistiu em 1972, no entanto, a volatilidade do regime político de Mobutu e a incapacidade para manter compromissos, também não permitiu a conclusão do processo. Em termos dos campos de cooperação entre os dois países, as pescas fizeram apenas parte de uma ideia que não passou de um mero processo de intenções.

De facto, até 1972 emergiram prodigiosas iniciativas que visavam o reforço dos laços de cooperação económica entre o Zaire e Angola, noutros sectores de actividade, para além das pescas. Já referimos alguns exemplos, vamos agora abordar o sector da electricidade. Em meados desse ano, em reunião ocorrida no ministério dos Negócios Estrangeiros zairense, foi debatido a possibilidade do Zaire poder vir a “fornecer energia eléctrica à região setentrional de Angola, a partir do aproveitamento da barragem de Inga (400 quilómetros de Kinshasa e perto de Matadi)”⁶⁵⁵. Esta obra foi inaugurada em 1972 (1ª fase) e contava com dois geradores de 56 MW, ficando preparada para poder chegar, num futuro próximo, aos quatro, os quais no seu conjunto proporcionariam uma potência de 330 MW. A construção de uma outra barragem, três vezes ainda maior, ficou, desde logo, projectada para um local próximo, cerca de três quilómetros de Inga. Esse empreendimento permitiria a construção de uma linha de

⁶⁵³ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 364.

⁶⁵⁴ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 354.

⁶⁵⁵ AMU – Maço 958 – Processo QQ-28-01: Nota n.º 20, da Direcção dos Serviços Eléctricos, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, *Aquisição de Energia Eléctrica da Republica do Zaire*, de 11 de Maio de 1972.

transmissão, com o comprimento de 1800 quilómetros até à região do Catanga, ficando desde logo ligada à gigantesca barragem de Kariba, no rio Zambeze⁶⁵⁶.

Este eventual projecto representaria, não só a possibilidade do Zaire poder vir a compensar a sua balança comercial com a exportação de excedentes de electricidade da sua barragem de Inga, mas poderia também ser visto como mais um elemento de convergência nas relações do Zaire com Portugal, provocando, dessa forma, um controle mais estreito da actividade do GRAE, tendo em conta a “salvaguarda dos interesses dos dois países”. A ideia foi bem recebida pelo governador-geral de Angola que, de imediato, com os elementos que possuía relativamente ao aproveitamento de Inga, mandou elaborar um esquema que implicava a construção de 180 quilómetros de linhas de alta tensão em território angolano. Este estudo previa que essa linha, “partindo de Songololo, no Zaire, atravessaria a fronteira em Luvo, no distrito do Zaire, e seguiria para S. Salvador, Cuimba e Buela, também no distrito do Zaire, e Maquela do Zombo, no Distrito do Uíge”⁶⁵⁷.

No entanto, sob o ponto de vista português, este projecto envolvia, a montante, uma avaliação das consequências políticas que estavam subjacentes a uma eventual venda de energia eléctrica do Zaire a Angola. Só depois é que faria sentido uma análise dos aspectos técnicos e económicos com vista a eventuais conversações. No entender das autoridades governativas portuguesas, nomeadamente, da Direcção dos Serviços Eléctricos, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do ministério do Ultramar, uma postura favorável de Portugal, para além de constituir um factor de progresso nas relações com o Zaire, seria também um argumento de peso em defesa do projecto português de Cabora Bassa (em construção desde 1969), no contexto africano. Isto porque, o cenário que se colocaria em relação à barragem de Inga, no caso de Angola, seria semelhante ao “aproveitamento de Cabora Bassa em relação aos territórios vizinhos de Moçambique”, ou seja, “Portugal adquirindo energia de Inga, ganharia autoridade para colocar energia de Cabora Bassa nos países vizinhos”. Portanto, seguindo as indicações dos seus serviços, para o ministro Silva Cunha este assunto passou a ser visto, “como um problema fundamentalmente político, sendo quase irrelevante os aspectos técnicos e económicos”, facto que lhe fazia sugerir um parecer

⁶⁵⁶ AHD – PAA – Maço 1081: Ofício n.º 103 da Embaixada de Portugal em Kinshasa, Projecto barragem na República do Zaire, 8 de Fevereiro de 1972.

⁶⁵⁷ AMU – Maço 958 – Processo QQ-28-01: Nota n.º 20, da Direcção dos Serviços Eléctricos, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, Aquisição de Energia Eléctrica da Republica do Zaire, de 11 de Maio de 1972. Ver Anexo A (Mapas – Baixo-Congo).

favorável do ministério dos Negócios Estrangeiros, antes de ser dada qualquer indicação aos serviços diplomáticos portugueses em Kinshasa. Isso mesmo viria acontecer pouco tempo depois, com o ministério dos Negócios Estrangeiros a informar que “se lhe afigura de interesse a importação, por parte de Angola, de energia a produzir pelo aproveitamento hidroeléctrico de Inga, tanto mais que dela não resultaria uma grande dependência em relação ao exterior”⁶⁵⁸.

Portugal acreditava que os consumos correntes das povoações fronteiriças do Norte de Angola não justificavam qualquer receio, no que diz respeito à importação de electricidade do vizinho Zaire. Antes pelo contrário, esta poderia ser uma forma de estabelecer uma boa convivência entre “as forças vivas dos dois lados da fronteira”, uma vez que esses novos fornecimentos de energia eléctrica a Angola também representariam um aumento adicional de receita às municipalidades zaienses. Por outro lado, tecnicamente, estes abastecimentos nunca poderiam servir de “base de pressões inaceitáveis” porque, à partida, a corrente que o Zaire iria disponibilizar seria facilmente substituída pela “produzida em pequenos grupos electrogêneos”, disponíveis em reserva ou nos próprios mercados locais. Politicamente, a convicção generalizada da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações e do Governo-Geral de Angola era de que os interesses portugueses estavam garantidos, ficando, desde logo, criadas as condições para o “processo continuar”. A partir daqui podiam ser dadas indicações à Embaixada de Portugal em Kinshasa do “acordo de princípio” do ministério, bem como da conveniência de obter, por parte do Governo do Zaire, as informações necessárias para avaliar a viabilização económica do projecto (tarifas e outras condições de fornecimento)⁶⁵⁹.

Estas indicações foram transmitidas ao governador-geral de Angola em Outubro de 1972, embora, a julgar pela documentação disponível, a questão acabasse por não ter seguimento em termos diplomáticos⁶⁶⁰. Parece-nos que, tendo em conta o agravar das relações entre os dois países no final desse ano, já não houve tempo para concluir um projecto que, no entender de ambos, contribuiria para consolidar as relações de vizinhança entre o Zaire e Angola.

⁶⁵⁸ AMU – Maço 958 – Processo QQ-28-01: Nota n.º 29, da Direcção dos Serviços Eléctricos, da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar, *Importação de Energia Eléctrica da República do Zaire*, de 22 de Julho de 1972.

⁶⁵⁹ AMU – Maço 958 – Processo QQ-28-01: Acta n.º 27 da reunião de 3 de Agosto de 1972, do Grupo de Trabalho de Electricidade.

⁶⁶⁰ AMU – Maço 958 – Processo QQ-28-01: Ofício do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar de 04 de Outubro de 1972.

Foi um período curto (1970-1972), mas intenso, que marcou uma fase no relacionamento de Portugal e do Zaire, materializado por um sem número de projectos, uns que se concretizaram de facto e outros que, apesar das boas intenções, não passaram do papel. Apresentámos alguns exemplos, ficando outros por relatar, com foi o caso, de uma proposta congoleza encaminhada por Manuel Borges da Cunha, residente em Kinshasa e proprietário de uma Sociedade de Aluguer de Automóveis. Numa fase mais embrionária (1968) Mobutu interessou-se pela ideia de que as entidades portuguesas financiassem, com “três ou quatro milhões de dólares”, uma sociedade congoleza destinada ao transporte marítimo do petróleo que o Congo consumia, proveniente do Médio Oriente e da Venezuela, como forma de contribuir para a normalização das relações entre Portugal e o Congo⁶⁶¹. Mais tarde, também ocorreram negociações para o reatamento das telecomunicações, a melhor utilização dos barcos da Agência Marítima do Zaire e o retomar das ligações aéreas Kinshasa-Luanda⁶⁶².

A ideia que gostaríamos de salientar reside no esforço, que houve de facto, durante um determinado período, por parte de ambos os países, Portugal e o Zaire, no sentido de estabelecer elos de ligação e cooperação que visavam os interesses comerciais de ambos e, ainda, a estabilização dos relacionamentos de fronteira entre o Zaire e Angola. No entanto, as circunstâncias históricas e políticas nunca foram esquecidas durante as rondas de negociações que envolviam cada ideia de cooperação que ia surgindo. Por um lado, as desconfianças portuguesas, fruto de um conhecimento perfeito do que tinham sido os últimos anos de instabilidade do Congo, associados ao estilo de liderança do seu chefe. Por outro, a volatilidade do regime de Mobutu que, sem esquecer a visão que o levou a aproximar-se de Portugal, a partir de certo momento quis jogar nos dois lados do tabuleiro. Ao mesmo tempo que queria afirmar-se como o paladino da solução do problema angolano, manobrando de forma a satisfazer o ideal político dos seus parceiros da OUA, pretendia também defender o interesse nacional do Congo, o seu verdadeiro desígnio.

4. A COMUNIDADE PORTUGUESA NO ZAIRE: DA REPUTAÇÃO AO DESESPERO

O quadro anteriormente descrito, como é óbvio, não passou ao lado da enorme Comunidade portuguesa no Zaire, uma vez que “na altura da transformação do Congo-

⁶⁶¹ AHD – PAA - Maço 1075: Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, redigido por Hall Themido, em 15 de Fevereiro de 1968.

⁶⁶² AMU – Maço 958 – Processo QQ-28-01: Ofício do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar de 16 de Fevereiro de 1972.

Kinshasa em Zaire viviam cerca de 30 mil portugueses no país, 21 mil na capital”⁶⁶³. No seio desta diáspora lusa em terras de África sobressaía, como já vimos, Jaime Viana. Este português nasceu no Congo e desde muito cedo que desempenhou funções de relevo, das quais se destacam: em 1952 foi durante 8 meses vice-cônsul de Portugal em Matadi; de 1958 a 1964 foi secretário-geral da Casa dos Portugueses em Kinshasa, tendo sido mais tarde nomeado secretário, funções que ocupou até aos finais de 1971; em 1972 foi nomeado pelo MPR para vice-presidente do sindicato da zona de Ngaliema, de iniciativa daquele partido. Decorrente destas actividades mantinha “boas relações pessoais com várias personalidades daquele Zaire”, sendo por esse motivo “solicitado muitas vezes pela comunidade para interferir junto das autoridades zaienses, no sentido de prestar auxílio a compatriotas”. Disso foi exemplo o caso já aqui analisado relativamente aos 13 soldados portugueses, que durante 15 meses estiveram detidos na prisão militar de Kinshasa. Foi condecorado com a “Ordem Nacional do Leopardo do Zaire” e em 1968 e 1969 foi “designado” pelo próprio Mobutu, através do ministro dos Negócios Estrangeiros, Justin Bomboko, para se deslocar a Portugal com “mensagens destinadas ao nosso Governo” que foram entregues, pessoalmente, a Franco Nogueira, tendo no regresso, sido portador da respectiva resposta por parte do ministro português. Por todos estes motivos, no seio da sociedade congoleza, era “apresentado como sendo advogado dos portugueses”⁶⁶⁴.

As autoridades portuguesas, nomeadamente o governador-geral de Angola, Rebocho Vaz, reconheciam a importância da Comunidade portuguesa do Zaire como um elemento decisivo para “se poder influenciar as decisões políticas em certas circunstâncias e conjunturas”. Ciente desta realidade, Rebocho Vaz contribuiu para a consolidação do prestígio da

⁶⁶³ Leite, Francisco Almeida (2009), “Portugueses recebem indemnização do ex-Zaire”, *Diário de Notícias*, (online), 14 de Fevereiro.

Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior>.

“Segundo o professor Jean-Luc Vellut, da Universidade de Lovaine (em “La Communauté Portugaise du Congo Belge: du regime de Léopold II à la II Guerre Mondiale”), a população portuguesa era de: em 1887=70 portugueses; em 1888=66 portugueses; e em 1940=1772 portugueses”. Apud, Guerreiro, Vasco (1992), *Os Portugueses no Zaire, Integração e Tragédia*, Lisboa, Rosa-Gabinete Comercial Gráfico, Lda, p. 28. “No início dos anos sessenta falava-se em trinta mil”. Este número é-nos sugerido por Gonzaga Ferreira que contactou directamente com a Comunidade. O diplomata português levanta ainda a possibilidade de este número ser superior ao referir-se aos portugueses “que nunca buscam um consulado”. Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 127.

⁶⁶⁴ AHD – PAA – Maço 1084: Carta de Jaime Viana a Palma Carlos, 29 de Maio de 1974.

comunidade, dotando-a de “instrumentos que a dignificassem aos olhos dos locais, lhes demonstrassem a robustez e a capacidade de mobilização”⁶⁶⁵.

Efectivamente, o peso das gentes portuguesas na economia do Zaire era algo que vinha em crescendo desde a chegada dos primeiros “pioneiros” ao Congo no século XIX. Foram-se disseminando e podiam ser encontrados dispersos pelas regiões do Baixo-Congo, Kinshasa, Equador e parte do Alto-Congo. Conforme iam penetrando para o interior, tendo em conta a sua experiência e os seus métodos de trabalho, foram criando raízes no sector que, inicialmente, mais os ocupou: o comércio. A “modernização da actividade comercial”, que até ao início do século XX obrigava os comerciantes portugueses a abastecerem-se em firmas inglesas e alemãs “sob forma de conta corrente”, realizou-se com a criação do Banco do Congo Belga, em Janeiro de 1909 que, a partir desse momento, proporcionou o acesso ao crédito àqueles que queriam enveredar por projectos mais ambiciosos⁶⁶⁶. Passados alguns anos, após as duas guerras hegemónicas que destruíram a Europa, a Comunidade portuguesa cresceu, fazendo evoluir os interesses e as aspirações para negócios que estavam relacionados com o comércio por conta própria ou de outrem, o cultivo da palma e todo o complexo industrial que envolvia a sua transformação, os cafezais, a criação de gado e o investimento na indústria. Para além disto, não deixaram de aproveitar as potencialidades do rio Zaire através do transporte fluvial das populações. Tal como o próprio Gonzaga Ferreira registou nas suas memórias, “os portugueses iam a tudo” e proliferavam por todo lado, desde Kinshasa, onde estavam instaladas as grandes Sociedades (Mampesa, Nogueira, Silvades, Coutinho, Bolingo, entre outros), até ao interior das florestas, onde aí desempenhavam, em paralelo com as suas actividades, uma “importante função social” junto dos povos locais⁶⁶⁷.

Para além de se dedicarem a actividades comerciais, os portugueses demonstraram “uma extraordinária qualidade associativa” que se iria manifestar em diversos sectores do país, nomeadamente, através de organizações, colectividades e clubes que não só distraíam como procuravam servir a Comunidade. A mais antiga foi a “Amicale Portuguesa” que se dedicava, desde a data da sua fundação em 1918, à actividade recreativa, cultural e desportiva e que tinha em Jaime Viana o seu maior dinamizador. Ao mesmo nível encontrava-se a “Casa dos

⁶⁶⁵ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 133.

⁶⁶⁶ Guerreiro, Vasco (1992), *Os Portugueses no Zaire, Integração e Tragédia*, Lisboa, Rosa-Gabinete Comercial Gráfico, Lda, pp. 25-33.

⁶⁶⁷ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 141.

Portugueses” de Vasco Guerreiro, a outra figura de maior destaque no seio da Comunidade, fundada em Fevereiro de 1947 e que “visava criar um Centro Recreativo e Cultural”. Mais tarde, em 1965, impulsionou o seu projecto pioneiro do “Colégio de Kinshasa”, na altura o “primeiro liceu português fora de Portugal, no espaço europeu e africano”, e que tinha por missão “levar a língua e a formação nacional a dezenas de jovens portugueses em terras do Congo”. A verdadeira dimensão destas instituições pode ser avaliada pelos inúmeros anos que se mantiveram em actividade, conseguindo ultrapassar os diversos períodos de insegurança vividos no Zaire, particularmente, o período de maior instabilidade para as comunidades estrangeiras naquele país: a “zairinização”. Para além disso, avaliamos a sua importância através da dinamização social, cultural e económica que promoviam como produto da sua actividade e que se reflectia no “espírito e relações existentes entre a nossa Comunidade e as autoridades zairianas”. Disso foi exemplo a decisão, por unanimidade, de designar o Colégio Português de Kinshasa por “Centro Cultural e Desportivo da República do Zaire”⁶⁶⁸.

Para além destas, outras organizações e instituições proliferaram por todo o Congo, como foi o caso do Clube Português de Stanleyville ou do jornal *A Gazeta* da mesma cidade, a “Amicale Desportiva de Boma” e a Escola que ali funcionou graças a um outro português de nome Berto Barata. Estes representantes da Comunidade tiveram uma acção empreendedora que se revelou extremamente “prestimosa”, não só pelas suas acções associativas e culturais, mas também, pela aproximação da Comunidade com as mais altas individualidades congolezas. Com efeito, as autoridades locais mantinham uma “apreciável compreensão” para com os problemas e dificuldades dos portugueses e, ainda, um “vincado desejo de cada vez mais se melhorarem e aprofundarem as relações de vizinhança”⁶⁶⁹.

Todo este passado de prospecção e de prosperidade foi esquecido no dia em que Mobutu anunciou a “zairinização”, ou seja, em 30 de Novembro de 1973, momento que marcou, de forma acentuada, o início do desespero para a diáspora portuguesa no Congo. Como medida contra a política colonial portuguesa, todas as pequenas e médias empresas portuguesas foram expropriadas e as grandes firmas comerciais passaram a ser geridas sob o controle de uma sociedade estatal zairense. A medida com maiores repercussões, esteve relacionada com a proibição de qualquer português continuar no interior do país a menos de 300 quilómetros da

⁶⁶⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 129-137.

⁶⁶⁹ AHD – PAA – Maço 1081: Ofício n.º 103 da Embaixada de Portugal em Kinshasa, Escola Portuguesa, de sete de Novembro de 1970.

fronteira de Angola ou de Cabinda, facto que significava acabar com a presença portuguesa nestas regiões. O prazo concedido para a concretização destas operações, conhecidas por “remise-reprise”, foi de três meses a partir do dia 1 de Dezembro de 1973, período que ficou marcado por uma insegurança sem precedentes no seio da Comunidade portuguesa. Sobretudo do ponto de vista económico, foram cometidas “arbitrariedades e prepotências” que se foram agravando com o aproximar da data limite para a execução desse plano de acção: os antigos proprietários eram obrigados a assinar inventários preparados de forma duvidosa, por uma Comissão constituída para o efeito; os empregados das Sociedades estabelecidas nas regiões atingidas pela medida de expulsão dos portugueses das zonas fronteiriças eram “despedidos”; as contas bancárias foram “bloqueadas” e os portugueses só podiam movimentar-se com um salvo-conduto, mas nunca dispor de “soma superior a 50 Zaires”; os novos proprietários apoderaram-se dos bens pessoais dos portugueses expropriados; arbitrariamente, os sectores que, à partida, não estavam abrangidos pelas medidas presidenciais eram incluídos neste processo, pelas administrações regionais, fruto de uma “aplicação contraditória e discriminatória das medidas”, que por si só já contribuía para o “abuso, a fraude e a prepotência”; os imigrantes portugueses ficaram também à mercê de uma legislação, que fazia antever pesadas penas para os crimes económicos, mas que estava redigida de uma forma tão abrangente que não era difícil prever abusivas interpretações da mesma, como forma de contribuir para “espoliação total” dos bens dos imigrantes portugueses⁶⁷⁰.

O ambiente de Kinshasa, em finais de 1973 e inícios de 1974, não fazia sugerir outra coisa que não o abandono em massa daqueles que perderam os seus empregos e as suas empresas. No entanto, com base na experiência do período pós-independência, que revelou alguma precipitação por parte dos que imediatamente quiseram largar os seus bens a caminho de Lisboa, havia quem acreditasse que tal não acontecesse. A dificuldade de readaptação à vida na “pátria-mãe”, os “salários atractivos”, as “compensações”, a determinação de criarem “explorações similares” noutras regiões de África e o “apego à obra realizada” eram argumentos que faziam valer esta tese⁶⁷¹. De qualquer forma, Portugal preparou-se para o pior cenário e porque estamos a falar das relações entre os dois países, importa perceber como é

⁶⁷⁰ AHD – PAA – Maço 1079: Aerograma da Embaixada de Portugal em Kinshasa de 25 de Fevereiro de 1974.

⁶⁷¹ AHD – PAA – Maço 1079: Aerograma da Embaixada de Portugal em Bruxelas de 12 de Março de 1974.

que o Governo português reagiu a este ataque às comunidades estrangeiras a residir no Zaire, nomeadamente a portuguesa.

Na noite de 3 de Dezembro de 1973, numa das suas habituais “conversas de família”, o presidente do Conselho, Marcello Caetano, condenou vivamente o discurso em que o presidente do Zaire “pregou ódio aos brancos e em especial aconselhou os seus súbditos a cultivarem ódio contra os portugueses”. Para Caetano, esta “providência” marcou um forte revés nas relações entre os dois países, porque se tratou de um ataque “injusto”, proferido pelo próprio chefe de Estado contra um universo de “cidadãos pacíficos e estabelecidos há muito num país para cujo desenvolvimento contribuem e que na estima popular têm até agora encontrado justificação da sua presença e escudo da defesa”. Relembrou as relações amistosas que vinham sendo mantidas até aquele momento, ao resumir as respostas de Angola às necessidades manifestadas pelo país vizinho em períodos de carência, a forma colaborante e disciplinada como os portugueses eram vistos no Zaire. Por sua vez, em território português, também os zairenses tiveram sempre “acolhida franca”, como tal, não podia o Governo português deixar de contestar veemente a “violência que se projecta praticar contra os cidadãos portugueses”. Não deixaria passar a oportunidade de se referir às Nações Unidas, organização na qual se desenhava, à época, uma forte contestação à política ultramarina portuguesa. O seu pensamento ia no sentido de questionar o posicionamento daquele fórum internacional por não se incomodar, ao contrário do que acontecia relativamente a Portugal, com os Estados africanos que, através dos seus chefes soberanos, “incitavam à perseguição dos portugueses que regularmente tinham sido admitidos nos seus territórios e pacificamente neles trabalhavam”. Sem deixar cair as relações entre os dois países, manifestou a intenção de manter os princípios da convivência internacional, mas também alertou que não era legítimo pensar que Portugal pudesse vir a aceitar “abdicações vizinhas do aviltamento”⁶⁷².

No quadro de aplicação das medidas anunciadas pelo responsável máximo do Zaire, tratou-se de uma reacção forte e imediata, que teve em linha de conta não só o discurso de Mobutu, mas também os relatos do que se estava a passar em Kinshasa. Apesar de nada na personalidade de Mobutu lhe suscitar ventos de boa esperança, Caetano para acautelar a questão da estabilização da fronteira Norte de Angola, teve que deixar em aberto a via diplomática para a resolução de um problema que achava que não ia acabar bem, tal como em tempos deu a entender a Gonzaga Ferreira.

⁶⁷² AHD – PAA – Maço 1077: Aerograma do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 04 de Dezembro de 1973, redigido por Bonifácio Miranda.

Para contrapor, chegou a resposta do Governo do Zaire através de um comunicado emitido pela agência noticiosa do Zaire, “Agence Zairoise de Press“ (AZAP). O comunicado começava por rebater a questão do ódio relativamente aos portugueses do Zaire uma vez que, segundo a perspectiva do Governo zairense, seria o “Senhor Caetano” e não o general Mobutu o responsável pela inquietação dos seus compatriotas ao infiltrar, no seio da Comunidade portuguesa, os espões que punham em causa a “segurança do Zaire e a luta pela libertação de Angola”. Relativamente à questão da humilhação, o Governo do Zaire devolveu a acusação dizendo que eram os portugueses que humilhavam, nas suas províncias coloniais, os seus “irmãos africanos” e sobre a proibição de permanência junto à fronteira com Angola, argumentou que se tratou, simplesmente, de “uma decisão política e uma medida de segurança”. O comunicado terminava com a versão do Governo local no que diz respeito ao auxílio dos portugueses para o desenvolvimento e progresso do Zaire: “Não foi o Zaire que beneficiou do esforço económico português, mas sim os portugueses e Portugal que se aproveitaram das riquezas do Zaire”. Alegando um “profundo desejo de clarificação”, o Governo zairense, em tom acusatório, contou desta forma a sua versão da “história da presença portuguesa no Zaire”⁶⁷³.

Assim foram esquecidos os motivos que levaram Mobutu a encetar uma aproximação a Portugal nos finais da década de 1960. Foram também obviados os princípios orientadores que o levaram a conduzir um plano de cooperação com Portugal em diversos sectores de actividade, nos primeiros anos da década de 1970.

Os dois países entravam novamente num período de tensão que se estendeu à missão diplomática portuguesa em Kinshasa. Gonzaga Ferreira e o CND entraram em linha de colisão e a “obstaculização” dos serviços de segurança do Zaire à acção da Embaixada portuguesa em Kinshasa, passou a ser a ordem do dia. Com uma situação dramática a pesar sobre a Comunidade portuguesa e sem condições para qualquer tipo de interferência, fruto do eclipse da rede de contactos privilegiados que tinham vindo a ser construídos desde a sua chegada a Kinshasa, Gonzaga Ferreira acabou por desistir: “consumara-se um projecto que dera os seus frutos que entretanto se viam agora ameaçados de aniquilamento”. Sem condições para operar nos termos que o haviam levado ao Congo não restava outra solução se não “uma castrante integração na Embaixada de Espanha”, não se justificando, neste quadro, mais do que “um secretário de Embaixada para tratar das questões consulares”. Era hora de

⁶⁷³ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 273.

voltar a Lisboa e, quanto a isso, também estiveram de acordo quer Marcello Caetano quer o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício⁶⁷⁴.

Entretanto, em Março de 1974, já os serviços de informação de Mobutu não conseguiam camuflar o cenário caótico que se vivia em Kinshasa. Não obstante a forte propaganda, a receptividade das populações à política de zairinização foi reduzida. Alheias às orientações políticas e económicas, as populações começaram a mostrar a sua “impaciência” face à escassez dos “géneros de primeira necessidade” e à conseqüente subida vertiginosa dos preços. Simultaneamente, a imprensa denunciava o fracasso do plano económico e os inúmeros casos de corrupção. Passados os 90 dias para o trespasse das actividades comerciais, os “nacionais europeus” começaram a chegar à capital, onde aguardavam, pacientemente, a concessão dum “salvo-conduto para a saída do país”. Como resultado desta conjuntura, numerosos portugueses, usurpados dos seus bens, passaram por uma situação aflitiva, “ao verem-se incapazes de fazer face à sua subsistência e liquidar os bilhetes das passagens”, uma vez que só lhes era permitida a saída do Zaire por via aérea, a partir de Kinshasa. A partir de dada altura só o “espírito de solidariedade de outros portugueses”, que conseguiram reunir algum numerário, é que ajudava a resistir a uma onda de indiferença que punha em pânico aqueles que aguardavam por uma solução⁶⁷⁵.

Em Lisboa, a situação fez despertar um processo que tinha por objectivo a ajuda humanitário a estes cidadãos e para isso foi superiormente determinada a constituição de um grupo de trabalho destinado a examinar os problemas que surgiram no decorrer das medidas de nacionalização das actividades económicas decretadas pelo Governo do Zaire. Do trabalho desenvolvido deveriam surgir algumas decisões, que se afiguravam urgentes, quanto à atitude a seguir para a protecção das Comunidades portuguesas ameaçadas. Disso eram exemplos os problemas do serviço militar, do transporte de bens, da possibilidade de virem exercer a mesma actividade profissional, do regulamento de passagens aéreas, do reconhecimento da validade de documentos oficiais, do desejo de as empresas depositarem na Embaixada os seus arquivos para eventuais futuras indemnizações e ainda os subsídios de instalação. Eram

⁶⁷⁴ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 274-276.

⁶⁷⁵ AHD – PAA – Maço 1083: Informação N.º 393 da Direcção dos Serviços de Informação, República do Zaire/Situação Económica, de 22 de Março de 1974.

decisões abrangentes que ultrapassavam as competências do ministério dos Negócios Estrangeiros e, que por esse motivo, teriam que ser tomadas em Conselho de Ministros⁶⁷⁶.

No final do mês de Março, mais propriamente no dia 28, teve lugar uma reunião onde estiveram presentes “Ribeiro Vaz, Lopes da Costa e Fernandes Pereira, pelo ministério dos Negócios Estrangeiros, Ângelo Ferreira e Pereira Monteiro, pelo ministério do Ultramar, Gil Pereira pelo secretariado nacional da Emigração e Araújo e Sá pelo ministério das Finanças”. Depois de analisadas as diversas hipóteses, os elementos presentes, concluíram que a melhor solução seria a constituição de uma “comissão ad-hoc” com autonomia suficiente e na qual participariam representantes dos ministérios dos Negócios Estrangeiros, do Ultramar, das Finanças, das Cooperações, da Defesa, do Interior e do secretariado nacional da Emigração, para a qual seriam encaminhados os problemas dos refugiados, tendo em conta a natureza dos mesmos. Face à celeridade que o tratamento deste assunto exigia, não só pelo “impacto que teriam junto dos interessados” como para evitar a “acumulação de matérias a aguardar uma solução”, propôs-se a publicação de um “decreto-lei de natureza estatutária, aprovado em Conselho de Ministros”, que regimentasse estes assuntos⁶⁷⁷.

O “projecto de decreto-estatuto” disposto a “regular o regime especial de ajuda” aos nacionais deslocados de certos países por motivo das “medidas de nacionalização, restrição ou proibição de exercício por estrangeiros de determinadas actividades económicas decretadas pelos respectivos Governos”, foi elaborado em tempo relâmpago e foi presente a Conselho de Ministros nos primeiros dias de Abril⁶⁷⁸. No seu papel de coordenador dos trabalhos, o ministério dos Negócios Estrangeiros, ouviu os delegados dos outros ministérios sobre as matérias da responsabilidade de cada um deles, disponibilizou informação sobre o problema da Comunidade portuguesa e reuniu legislação publicada por outros países para situações similares. Neste contexto, a única decisão que ficaria pendente e à mercê do Conselho de Ministros, por nenhum dos ministérios representados nas reuniões de trabalho mostrar disponibilidade para integrar o Serviço de Recepção e Apoio aos Refugiados, a criar pelo

⁶⁷⁶ AHD – PAA – Maço 1083: Apontamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 01 de Março de 1974.

⁶⁷⁷ AHD – PAA – Maço 1083: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 29 de Março de 1974.

⁶⁷⁸ AHD – PAA – Maço 1083: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Auxílio aos Refugiados do Zaire, de M. Fernandes Pereira, de 9 de Maio de Maio de 1974.

decreto que estava em discussão, seria a constituição de um “serviço independente, ou pelo contrário, de o integrar no Departamento de Estado que se entendesse por mais vantajoso”⁶⁷⁹.

O referido decreto-lei, foi aprovado em Conselho de Ministros em meados de Abril, não tendo chegado a ser publicado pelo facto de estar ainda na “fase de recolha das assinaturas dos ministros competentes quando se verificou a mudança de regime”. A revolução aconteceu e a concretização e aplicação deste projecto, tal como estava a ser desenhado, atrasou-se. Entretanto, iam chegando a Lisboa “numerosos nacionais regressados do Zaire que solicitam, com urgência, uma solução para os seus problemas”⁶⁸⁰.

Para muitos, essa solução passou por dar continuidade aos mesmos apelos, mas agora dirigidos a outros responsáveis políticos e noutros termos⁶⁸¹. Lisboa passou a viver, também ela, tempos instáveis e próprios de uma revolução, vislumbrando-se outras prioridades que, certamente, não iriam facilitar a vida de quem ambicionava soluções urgentes para os seus problemas. Essa alteração conjuntural também iria marcar, profundamente, o início de uma nova fase no relacionamento dos dois países, assunto que desenvolvermos em breve.

Mas antes disso, importa aprofundar o estudo de toda esta turbulência, cujas raízes são provenientes de um episódio que marcaria, não só o início de todo este ambiente de terror que se instalou no seio da Comunidade portuguesa mas, também, a fase do relacionamento destes países, Portugal e o Zaire, que fez regressar os fantasmas de 1966: tratou-se da questão dos prisioneiros de Kinkuzu, tema que será desenvolvido no ponto seguinte.

⁶⁷⁹ AHD – PAA – Maço 1083: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Projecto de Decreto (Estatuto), Para os Portugueses Repatriados de Vários Países, 8 de Abril de Março de 1974.

⁶⁸⁰ AHD – PAA – Maço 1083: Informação de Serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Auxílio aos Refugiados do Zaire, de M. Fernandes Pereira, de 9 de Maio de Maio de 1974.

⁶⁸¹ Em carta enviada por Jaime Viana a Palma Carlos podemos comprovar esses novos termos: “(...) Desejamos por isso, que Vossa Excelência, aquém todos nós portugueses depositamos a nossa confiança, para ver um Portugal melhor, próspero e unido, pedem que as medidas já tomadas, continuem em vigor, e agradecemos todas as outras que o Governo de Vossa Excelência possam tomar para bem de todos nós portugueses que aqui residíamos há imensos anos, e que de um dia para o outro, fomos obrigados a regressar à Pátria Mãe, abandonando todos os bens, fruto do trabalho e sacrifícios de pais, filhos e netos.” AHD – PAA – Maço 1083: Carta de Jaime Viana a Palma Carlos de 27 de Maio de 1974.

5. KINKUZU: O REGRESSO DOS FANTASMAS DE 1966

A questão dos prisioneiros portugueses detidos no campo de Kinkuzu⁶⁸², no Baixo-Zaire ao lado da estrada para Matadi⁶⁸³, já tinha sido alvo de discussão no decorrer das reuniões mantidas em Bruxelas em 1969 e, por se tratar de um tema central na aproximação dos países, passou a ser debatida nos encontros intermédios entre a DGS e o CND. Foi em Dezembro de 1970, que Gonzaga Ferreira, por intermédio de Guillaume Bédert, delegado adjunto regional do Comité Internacional da Cruz Vermelha para a África Ocidental e Central, tomou conhecimento pela primeira vez da situação dos portugueses detidos no campo de Kinkuzo. No decorrer de uma das visitas efectuadas aos serviços diplomáticos portugueses em Kinshasa por aquele delegado, com o intuito de expor a situação dos prisioneiros portugueses em Brazzaville, foi “largamente” abordado o “caso dos militares detidos pelo GRAE no campo de Kinkuzu, Congo Central”. A relação apresentada referia-se aos seguintes indivíduos: António Alberto Martinho Alves, furriel miliciano; Fortunato da Silva Dolores, soldado; Joaquim Faria, soldado; Vitor Manuel de Oliveira Severino, soldado; Joaquim Rebelo Aguiar Fragosela, motorista – civil; José Manuel Calé Mendes, motorista – civil; Hélder Leopoldo de Oliveira, soldado; e António Pinto Figueiredo, motorista – civil. O delegado da Cruz Vermelha informou ainda que os portugueses se encontravam “relativamente bem instalados”, que dispunham de uma “casa de pedra” onde tinham construído “o seu forno de fabrico de pão” e “uma horta para seu próprio uso”. Relativamente à libertação destes indivíduos, Bédert informou o diplomata português que o GRAE pretendia que a “libertação destes militares se efectuasse mediante troca com prisioneiros seus em Angola”. No entanto, Bédert estava crente que esta questão não dependia “em última instância” do GRAE, mas sim do Governo congolês. Tal como o secretário-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, Inonga Fabien, teve oportunidade de lhe comunicar as autoridades congolezas “estariam descontentes com as exigências desses prisioneiros no seu território em mãos de uma organização estrangeira” mas, ao mesmo tempo, também não sabiam como se desobrigar “dos mesmos sem com isso criar uma situação que os prejudique aos olhos do resto do continente”. Estes receios provinham do facto de poderem vir a tomar partido “da potência colonialista que desenvolve uma guerra de repressão contra aquela organização”. Face a esta circunstância, Gonzaga Ferreira aconselhou “precaução e rodeios especiais” no tratamento do problema de forma a se encontrar uma solução que satisfizesse todos os “interesses envolvidos” e que

⁶⁸² Ver Anexo L (Vista Panorâmica do Campo de Kinkuzo).

⁶⁸³ Ver Anexo A (Mapas – Baixo-Congo).

respeitasse “as linhas fundamentais de segurança e prestígio político deste país e até certo ponto do GRAE”. Desta forma, a situação não fazia prever uma solução rápida do problema⁶⁸⁴.

Só voltamos a encontrar documentos relativos a este assunto datados do início de 1972. Já tinha havido em tempos, intenções, nomeadamente por parte da DGS, de enviar para Kinshasa um indivíduo, de nome Francisco Vieira, a quem chegou a ser atribuída uma “verba de 300.000\$00”, com o objectivo de fazer fugir um dos prisioneiros de Kinkuzu. Esta circunstância não deixaria de causar alguma celeuma ao diplomata português em Kinshasa quando disso tomou conhecimento, pelo facto do assunto ter sido alvitado à revelia da Embaixada. A juntar a isso, na sua opinião, os antecedentes desse enviado especial, segundo informações de que dispunha, não eram de molde a fazer crer que se lhe pudesse confiar semelhante missão e, para além disso, a reacção que pesaria sobre os demais seria fatal. Gonzaga Ferreira transmitiu, pessoalmente, o seu desagrado a São José Lopes e este cedeu, mandando cancelar a iniciativa que, na sua cabeça, ficaria guardada para mais tarde⁶⁸⁵.

Em meados de 1972, sem fumo à vista para a resolução do problema, começaram a surgir rumores que Holden Roberto “planeava fazer executar todos os prisioneiros portugueses”, sob o pretexto de que algo de semelhante se teria passado em Angola contra alguns dos seus homens. Esta eventualidade fez despoletar uma operação “político-humanitária”, de nome de código “NOCTURNO”, que contava com a “plena assunção de Mobutu” e com a “cooperação das FAZ e do CND”. Segundo os serviços diplomáticos portugueses em Kinshasa, esta operação era política porque representaria “um golpe muito sério contra o FNLA” e humanitária porque iria resultar na libertação dos prisioneiros detidos pelo GRAE em “condições abomináveis, alguns deles há já alguns anos”. O sucesso do plano residia na legitimidade que Mobutu teria que garantir à operação e, para o efeito, Gonzaga Ferreira fez uso dos seus habituais interlocutores para “forçar a reacção” do presidente zaireense. O diplomata português avançou em duas direcções, uma visando “os sentimentos nacionalistas” de Akafomo, então o principal administrador do CND e outra, atacando a própria presidência através de Omba, homem muito próximo de Mobutu e do ministro dos Negócios dos Estrangeiros. Ensaaiando uma indignação sem limites, o diplomata português, adoptou uma

⁶⁸⁴ AHD – PAA – Maço 1087: Aerograma da Embaixada de Portugal em Kinshasa, expedido no dia 05 de Dezembro de 1970.

⁶⁸⁵ AHD – PAA – Maço 1073: Informação da Embaixada de Portugal em Kinshasa, pp. 13-14, de 28 de Janeiro de 1972.

metodologia que tinha como finalidade questionar a soberania do Zaire face a uma situação considerada intolerável e denunciada, a toda a hora, inclusivamente pela imprensa. Nas suas palavras, “se Mobutu comandava ainda o seu país, como podia ele admitir que o desafiassem despudoradamente, que o pusessem em cheque, em cada dia horroroso de humilhação e vergonha que se levantava para os prisioneiros de Kinkuzu (...)?”⁶⁸⁶.

O plano começou a dar resultados. Mobutu, depois de todo este trabalho de sensibilização, deixou-se convencer e diligenciou uma “primeira missão de levantamento da situação dos prisioneiros portugueses” que, ao contrário do que era suposto, só conseguiu retirar de Kinkuzu três desses homens (José Manuel Calé Mendes, Hélder Leopoldo de Oliveira e António Alberto Martinho Alves) que ficariam sob a custódia do CND, em Kinshasa, a aguardar novos desenlaces. O resultado desta primeira acção provocou uma “raiva poderosa” a Mobutu que, na hora, ordenou uma “operação helitransportada”, que implicou a invasão e a ocupação da Base de Kinkuzu para retirar, à força, os restantes prisioneiros que, a partir dessa altura, ficariam, todos eles, à guarda do CND (Joaquim Alberto Jorge France, Fortunato da Silva Dolores, Joaquim Faria e António Pinto de Figueiredo). Gonzaga Ferreira conseguiu estabelecer um “programa de repatriamento cadenciado dos prisioneiros” e acordou um tratamento especial para estes homens que, na sua essência, englobava alimentação, vestuário, assistência médica, possibilidade de receber e enviar correspondência, saídas diurnas até à Embaixada que, com o passar do tempo e com a confiança que foram ganhando perante os homens do CND, se transformaram em nocturnas e a locais bem mais festivos. Sem perderem o desejo de abandonarem o Zaire, os prisioneiros viviam uma espécie de “paraíso”, a aguardar um final que os levasse ao seu almejado destino⁶⁸⁷.

Mas o inesperado aconteceu. Na noite de 28 para 29 de Dezembro os prisioneiros evadiram-se de Kinshasa, rompendo com tudo o que estava acordado entre a Embaixada portuguesa e o Governo de Mobutu. Gonzaga Ferreira acusou a PIDE e o seu responsável de Luanda, São José Lopes, pelo sucedido relembrando que, no seu entender, se tratava de “um golpe de prestígio” e uma sede “vingança por muitas coisas antigas”, nomeadamente a possibilidade do envio do tal emissário especial em finais de 1971 a que o diplomata português se tinha oposto. O diplomata português apesar de assumir o seu desconhecimento

⁶⁸⁶ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 415-418.

⁶⁸⁷ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 419-422.

relativamente à forma como a operação decorreu, sempre desconfiou que a mesma foi levada a efeito por um africano português, um tal de Dr. F., que mandatado pelo responsável máximo da DGS em Angola se deslocou de Luanda a Kinshasa, onde conseguiu contactar os prisioneiros e a quem terá exposto o plano de fuga⁶⁸⁸.

Na verdade, não conseguimos comprovar a participação da PIDE neste episódio. Isto porque, dois dos prisioneiros foram ouvidos em Luanda, poucos dias depois de terem passado a fronteira, e durante o depoimento não só esclareceram a forma como terão chegado à fronteira, como também, assumiram a iniciativa da fuga e de a terem efectuado sem ajuda de quem quer que fosse, tal como se pode aferir pelos autos de declarações dos prisioneiros António Pinto de Figueiredo e Hélder Leopoldo Bastos de Oliveira, efectuados no dia 6 de Janeiro de 1973, na Delegação Geral de Segurança, na presença do Inspector Manuel Brás, do Subinspector António da Costas Oliveira e do Agente Manuel Tomás Azevedo, todos da mesma direcção-geral⁶⁸⁹.

Estes interrogatórios foram feitos pela própria PIDE e, como é óbvio, dificilmente encontraríamos nestes testemunhos alguma referência que incriminasse os agentes que, eventualmente, pudessem ter estado envolvidos na operação. Para além disso, da leitura dos dois depoimentos que tivemos acesso, o de Hélder Oliveira e o de António Figueiredo, auto-intitulados os mentores do plano, constatamos que foram feitos nos mesmos moldes, com a mesma ordem de ideias e terminam, ambos, da mesma maneira, ou seja, aludindo ao facto de não terem tido o apoio de ninguém antes e durante a concretização do plano. Se considerarmos que os depoimentos foram feitos isoladamente, não deixa de ser curioso todo este alinhamento de ideias, facto que poderá indiciar alguma razoabilidade nas acusações de Gonzaga Ferreira ao referir-se às responsabilidades da PIDE neste processo, convicção que lhe ficara de conversas tidas com o próprio São José Lopes, em Luanda, ainda em tempos de alguma cumplicidade, onde este lhe confessara “o quão fácil seria mudar os destinos do Congo, sem recorrer aos militares”⁶⁹⁰.

De qualquer forma, não é esta questão que nos ocupa. O que de facto nos interessa relevar são as repercussões deste episódio nas relações entre os dois países. Mobutu ficou extremamente desagradado com o sucedido. A recusa de Caetano estava ainda bem presente e

⁶⁸⁸ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 398 e 425.

⁶⁸⁹ Ver Anexo M (Fuga de Prisioneiros - Auto de Declarações)

⁶⁹⁰ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 431.

esta fuga veio criar uma situação intolerável para o presidente do Zaire e insustentável para o representante máximo da diplomacia portuguesa em Kinshasa que não se livrou das suspeitas de cumplicidade em toda esta maquinação, reiteradas pelo facto de se encontrar em Lisboa nos dias da fuga dos prisioneiros. Entretanto chegava a Kinshasa a notícia que gerou ainda mais indignação a Mobutu: a Rádio de Luanda anunciava a chegada dos prisioneiros e referia que alguns deles já estariam num voo em direcção a Lisboa, situação que, em Portugal, fez gerar o receio de eventuais retaliações levadas a cabo por Mobutu, que poderiam passar “pela detenção de todo o pessoal da Embaixada até ao regresso dos prisioneiros a Kinshasa”⁶⁹¹.

Como consequência, Mobutu abriu uma caça aos supostos culpados e mandou deter o administrador-geral do CND, Akafomo, o pessoal do CND responsável pelas prisões, o segundo secretário da Embaixada António Carvalho Faria, o chanceler António Magalhães Pinto e, ainda os portugueses Cardoso e Albuquerque⁶⁹². Mais tarde mandaria também deter o proprietário do Hotel Sintra, fruto de rumores, que se revelariam infundados, mas que colocavam o chanceler da Missão no Bar daquele hotel, na noite anterior à fuga, em conversa com um dos prisioneiros⁶⁹³. O estado de frustração de Mobutu foi de tal forma que o levou a não ter qualquer tipo de contemplos com os seus conterrâneos, nomeadamente Akafomo que foi condenado a uma pena de seis meses de prisão acusado, juntamente com os seus colaboradores, de “ter sido corrompido com a soma de três milhões de escudos”, para facilitar a fuga dos 7 prisioneiros de nacionalidade portuguesa. Esta fuga só foi possível por terem tido acesso a documentos que lhes garantiam a qualidade de técnicos italianos a trabalhar na barragem de Inga e que, à partida, teriam que ter sido obtidos com a conivência dos funcionários do CND⁶⁹⁴. Quanto aos portugueses, valeu-lhes a intervenção de um dos colaboradores mais próximos de Mobutu, o Coronel Omba do CND, que mantinha um relacionamento próximo com a Missão portuguesa e que, provavelmente, terá também ele receado que a investigação o envolvesse nesta intentona, fruto dessa relação privilegiada. Terá sido este homem a convencer Mobutu que Gonzaga Ferreira não tinha estado envolvido na

⁶⁹¹ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 428.

⁶⁹² TT-PIDE-DGS-Serviços Centrais. Direcção Geral de Segurança / Delegação de Angola, do Posto de Luanda, Mensagem de 6 de Janeiro de 1973.

⁶⁹³ TT-PIDE-DGS-Serviços Centrais. Mensagem de Silva Pais para a Direcção Geral de Segurança / Delegação de Angola, (sd).

⁶⁹⁴ AHD – PAA – Maço 1081: Telegrama n.º 2824 da Embaixada de Portugal em Kinshasa de 28 de Fevereiro de 1973. Ver Anexo N (Prisão de Akafomo).

preparação da fuga dos prisioneiros mantidos à guarda do CND, depois de transferidos de Kinkuzu. No final de Janeiro de 1973 já eram visíveis os sinais de “acalmia”, vislumbrando-se um certo apaziguamento entre o Governo de Kinshasa e a Embaixada portuguesa⁶⁹⁵.

Mas, para Mobutu nada era feito sem contrapartidas. Se a culpa não fora da Embaixada, de alguém teria sido: da PIDE, do governador-geral ou até mesmo do próprio Governo português. Um dado é certo: a partir de certa altura, à semelhança de Gonzaga Ferreira, Mobutu também se inclinou para o envolvimento da PIDE. No entanto, sempre terá manifestado, que uma operação de tal envergadura teria que ter tido “uma cobertura política”⁶⁹⁶ e, por esse motivo, Mobutu nunca terá ilibado os responsáveis de Lisboa, que estavam bem longe de saber como de facto tudo se teria passado.

Mobutu perdera a margem de manobra junto dos seus parceiros africanos e a influência que mantinha sobre o GRAE até ao fatídico momento em que ordenara uma demonstração de força para libertar prisioneiros de guerra oriundos de uma potência colonizadora. Estava dado o golpe final nas relações de Portugal com o Zaire durante este período, sendo que a gravidade da situação era de tal ordem que todos os projectos de cooperação foram postos em causa. A partir dessa altura, o líder do Zaire deixou cair qualquer interesse que, em tempos, vislumbrou na aproximação a Portugal e as consequências revelaram-se, nomeadamente ao nível das negociações para a operacionalização do seu ambicionado projecto da Empresa Mista de Pescas que, face ao exposto, se percebe porque não tiveram o final esperado.

Como se não bastasse, chegavam rumores a Kinshasa, vindos da Embaixada do Zaire em Bruxelas, que Mário Cardoso, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Mobutu, estaria a conspirar contra o seu regime. Este episódio também iria contribuir para o exacerbar das tensões entre Kinshasa e Lisboa, na medida em que Mobutu convenceu-se de que o golpe era real e que estaria a ser orquestrado em conluio com Portugal, por pensar que, após ter sido descoberto, só “com a cumplicidade da Embaixada pudera Mário Cardoso fugir de Kinshasa para a Suíça, para ali pedir e obter das autoridades portuguesas o título de refugiado político”.

⁶⁹⁵ AHD – PAA – Maço 1081: Telegrama n.º 2824 da Embaixada de Portugal em Kinshasa de 26 de Janeiro de 1973. Como consequência desta fuga de prisioneiros deu-se o “desmantelamento de algumas redes de informadores que trabalhavam no Zaire para Portugal”. María José Tíscar, (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri, p. 350.

⁶⁹⁶ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 430.

O episódio Mário Cardoso foi, de tal forma, constrangedor que obrigou Marcello Caetano a preparar uma carta dirigida ao próprio presidente Mobutu para desfazer o mal-entendido⁶⁹⁷.

Depois destes episódios, em meados do ano de 1973, começaram a surgir notícias contraditórias acerca de eventuais medidas que iriam ser tomadas pelo Governo zaireense relativamente a portugueses estabelecidos no país. Os dados que punham em marcha um possível projecto relativo aos portugueses, por se considerar que “chegara o momento de o Zaire adoptar uma atitude concreta de condenação contra Portugal pela sua política africana”, eram provenientes de um sindicalista e comissário do povo, de nome Luyeye. Segundo Luyeye, os seus companheiros pretendiam apresentar em Conselho um projecto que, globalmente, contribuisse para “um controlo rígido de todos os portugueses estabelecidos no Zaire e as actividades a que se dedicam”. O tema foi levado ao Conselho Legislativo mas não obteve grande concordância, nomeadamente do próprio presidente desse órgão que reagiu violentamente contra a intenção dos comissários do povo⁶⁹⁸.

Outros episódios se seguiram. O primeiro marcou a ruptura entre o CND e a PIDE/DGS, após os serviços de segurança zaireenses terem desmantelado três redes de espionagem com origem ou implicações estrangeiras que agiam no Zaire. Uma delas era organizada e mantida pelos serviços de segurança portugueses de Luanda, com a finalidade de controlar a política interna zaireense. O segundo foi uma nota-circular com origem no departamento zaireense para os Negócios Estrangeiros, a anunciar a interdição da saída do perímetro de Kinshasa a todos os diplomatas e respectivas famílias. E o terceiro foi um novo envolvimento, por parte de Mobutu, na questão dos catangueses e as diligências do irmão de Tchombé. Todas as notícias convergiam no sentido de que Thomas Tchombé “estaria a angariar fundos destinados a reforçar o equipamento militar de um total de 4800 catangueses, concentrados em Vila Luso, onde os treinariam mercenários europeus e oficiais do Exército português”⁶⁹⁹. Todos estes acontecimentos marcaram o início de um ambiente persecutório em relação aos portugueses que culminaria com o discurso de 30 de Novembro de Mobutu e o respectivo anúncio de um plano que englobava um conjunto de medidas, já aqui referidas, que punham em causa os interesses das comunidades estrangeiras no Zaire, onde se incluía a portuguesa. O caso da

⁶⁹⁷ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 438-442.

⁶⁹⁸ AHD – PAA – Maço 1081: Ofício da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do Ministério para o Director Geral de Segurança, de 11 de Junho de 1973.

⁶⁹⁹ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, pp. 452-468.

fuga dos prisioneiros portugueses de Kinshasa foi a mexa que fez acender todo um devaneio de emoções e ameaças, responsável pelo ambiente de terror que, pouco tempo depois, se instalou por todo o país em relação aos emigrantes estrangeiros e que já aqui tivemos oportunidade de descrever.

Em simultâneo, Mobutu retaliou com a reabertura de duas frentes. A primeira estava direccionada para o GRAE. Para tentar reconquistar um espaço perdido, possibilitou a “participação das FAZ ao lado do ELNA na luta no interior de Angola” e garantiu mais “três campos de treino situados em Matadi-Mayo, Mfuy e Ntampa”. Por sua vez o GRAE, vivendo uma situação algo instável não deixou de aproveitar o impulso de quem lhe queria dar um novo alento e incrementou o seu processo de recrutamento junto de jovens angolanos simpatizantes, de facto ou não, do MPLA no Zaire⁷⁰⁰. A segunda frente levou Mobutu a envolver-se, de novo, no “activismo do Zaire em relação à libertação de Angola” e, particularmente, em relação a Cabinda. Se relativamente a um eventual ataque a Angola a questão não lhe sugeriu grande entusiasmo pelas consequências económicas que daí adviriam para o Zaire, já em relação a Cabinda a situação era outra. Mobutu não só não descartaria uma proposta de ataque, como se ofereceria para disponibilizar “1800 homens” das FAZ para “enquadrar o ataque do ELNA”. Uma ofensiva sobre Cabinda começou a ganhar viabilidade quando Mobutu vislumbrou a possibilidade de recuperar o prestígio perdido, uma vez que passaria a ser o primeiro líder africano a ousar atacar o colonialista português consolidando, dessa forma, o seu papel de condutor dos destinos do continente e “em especial os da guerra até à vitória final sobre o racismo na África do Sul e do colonialismo em Angola, Moçambique e Guiné portuguesa”. Pretendia abraçar um plano que denotava uma ambição desmedida, mas que lhe iria permitir “arrecadar o petróleo de Cabinda” e alargar “a abertura do seu país para o Atlântico”. Era uma ofensiva com inúmeros riscos e que todos sabiam, inclusivamente os portugueses em Kinshasa, só ser possível com ajuda externa e, por isso mesmo, terão começado a surgir novos rumores na capital do Zaire, em finais do ano de 1973, que havia quem oferecesse a Mobutu os “aviões militares (Mirage), que se encarregariam de flagelar as posições portuguesas em Cabinda, a abrir caminho fácil às tropas em terras”,

⁷⁰⁰ Nesta altura terão sido raptados cerca de “1145 angolanos” que foram conduzidos para as “comunas” do GRAE no Zaire. Esta situação provocou o regresso a Angola das populações angolanas no Zaire, como forma de fugir aos “recrutadores” do ELNA. Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 463.

nomeadamente, os seus amigos que o ajudaram na sua anunciada “viragem à esquerda”. Tratava-se, ainda de acordo com os referidos rumores, de Muhamar Kadhafi que, em Setembro de 1973, esteve reunido com Mobutu durante a “Conferência Cimeira de Argel”. Contudo, estas ideias não passaram disso mesmo, rumores e nada mais, dando credibilidade à avaliação e aos relatórios que a Embaixada portuguesa fazia para Lisboa sugerindo, apenas, uma avaliação realista, constante e periódica, sem, no entanto, negligenciar as hipóteses mais remotas. Como se esperava, depois de aliviada a tensão e o ódio, veio uma análise mais realista por parte de Mobutu que, em parceria com os seus assessores, pesou os riscos que uma acção deste género implicaria, nomeadamente, com o seu vizinho de Brazzaville, que ali também tinha interesses, e com os seus amigos árabes e a cruzada que eles mantinham contra Israel que, com certeza, lhe iriam cobrar uma qualquer consequência contra aquele Estado judaico. Ou seja, Mobutu terá percebido que, nesta fase, a sua viragem à esquerda teria que “contemplar outra vertente, possivelmente, a “luta de libertação em Angola”⁷⁰¹.

O ano de 1973 terminava com o regresso dos fantasmas de 1966 e com os dois Estados praticamente de costas voltadas um para o outro. Para Portugal, esta fase marcou o início do fim de um dos objectivos que mais contribuiu para a instalação da Embaixada portuguesa em Kinshasa: a estabilização da fronteira Norte de Angola e a neutralização das actividades do ELNA. E para o Zaire, que estava prestes a anunciar uma viragem à esquerda, o início de uma tendência anti-colonial, sem precedentes e já aqui narrada, que fazia ruir todo o modelo arquitectado que tinha contribuído para que se estabelecessem importantes laços de cooperação entre o Zaire, Angola e Portugal.

Pouco tempo depois, em Fevereiro de 1974, novos rumores de uma “ameaça real” surgiam. Foi na reunião do Conselho de Defesa Militar do dia 19 desse mês que o comandante-chefe das Forças Armadas de Angola, Luz Cunha, “fez uma exposição sobre a possibilidade de um ataque de grande envergadura da República do Zaire a Cabinda”. De forma explícita foi referido pelo general Luz Cunha o melindre que a questão de Cabinda reunia face ao acentuado número de notícias que se referiam à “possibilidade da FNLA executar uma acção de força contra aquele território apoiada directa ou indirectamente pelas Forças Armadas do Zaire e por outros países, nomeadamente a Líbia. A “verosimilhança” destas notícias sugeriam o “reforço sucessivo com meios de combate”, de forma a antecipar as acções desencadeadas pelo “inimigo” e promoveram no mês seguinte, face às vulnerabilidades do

⁷⁰¹ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 469-471.

sistema de defesa de Cabinda, um pedido de apoio à Força Aérea da África do Sul que respondeu favoravelmente. Esta operação, que fomentava o reforço do dispositivo de segurança de Cabinda, estava prevista para o período “de 29 de Abril a 3 de Maio”. Entretanto deu-se o 25 de Abril. De qualquer forma, tal como Matos Gomes e Aniceto Afonso assinalam, este “planeamento revela o elevado grau de ameaça sobre Angola e em particular sobre Cabinda por parte do Zaire”⁷⁰².

No entanto, a questão de Cabinda não ficou esquecida, como veremos mais à frente, num outro momento da história de Portugal, Mobutu voltaria a colocá-la como um dos seus assuntos prioritários numa ronda comercial com o general António de Spínola que envolveu o tema da descolonização de Angola. A seu tempo voltaremos a referir-nos a ela.

Abril de 1974 chegou e, com isso, uma nova fase na história das relações entre Portugal e o Zaire.

⁷⁰² A África do Sul colocava em Luanda “dois aviões Camberra para missões de reconhecimento fotográfico e seis aviões Mirage para a execução de acções de demonstração de força. (...) Os aviões manteriam as insígnias sul-africanas e o pessoal usaria o uniforme nacional. As autoridades sul-africanas propunham que a justificação da presença sul-africana (cover story) fosse a de ligação e treino de voo”. Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1974-1975 – A revolta dos capitães e o fim da guerra, Volume 15*, Quidnovi, pp. 36-38.

CAPÍTULO IV - MOBUTU, SPÍNOLA E A DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

“Na verdade, olhando quer para o passado quer para o futuro, não podemos advogar o dogma do imobilismo nacional, pois a defesa intransigente de uma concepção uniforme e absoluta para o Todo Nacional tomada como uma «realidade permanente» levanta sérias interrogações quanto ao desfecho a que pode conduzir. Aparentemente aliciante, tal concepção não só não é, de forma alguma, uma constante histórica, como carece de actualidade e sentido prático”⁷⁰³.

António de Spínola, Fevereiro de 1974

1. ANTECEDENTES: UM LIVRO NO CONTEXTO DA ARQUITECTURA DE UM GOLPE

Entre portas, Portugal preparava-se para viver um dos períodos mais marcantes da sua história. A liderança do país continuava a oscilar entre a renovação e a continuidade e o regime revelava-se incapaz de controlar a ascensão subversiva de um universo de militares pertencentes aos patamares intermédios da hierarquia militar, que demonstravam uma total indisponibilidade para dar continuidade à guerra. Tal como já aqui observámos, sustentados no trabalho do historiador Fernando Rosas, foi este tema – o fim da guerra colonial – que aglutinou o debate político a partir de 1968 e que no fim traduziu o efeito “mais grave” da anunciada mudança, ou seja, a ausência de uma “solução política descolonizadora”. Era evidente que qualquer “abertura política” teria que prever a discussão do fim da guerra e da descolonização, uma vez que “o prolongamento do conflito sem fim à vista impunha o congelamento da liberalização, com risco de levar ao impasse e de abrir um processo de rotura e queda do regime”. Contudo, a partir de 1971 Marcello Caetano começou a dar sinais claros de que a guerra estaria para ficar. A revisão constitucional de 1971 e as iniciativas legislativas de 1972, que culminaram com a derrota de todos os “projectos liberais” pela “maioria afectada ao Governo e aos ultradireitistas” (por exemplo a lei de imprensa e lei da amnistia e de liberdade de associação), constituíram um primeiro golpe nas expectativas da “ala liberal quanto à evolução marcelista”. A eleição presidencial de 1971, seria a prova final

⁷⁰³ Spínola, António de (1974), *Portugal e o Futuro*, Arcádia, p.122.

de que Caetano pretendia “manter a guerra” e com isso “sacrificar a liberalização”. Verificadas estas circunstâncias, a questão que se colocava era “saber durante quanto tempo era possível prolongá-la”⁷⁰⁴.

Como elementos multiplicadores desta dinâmica, irão revelar-se, a partir de 1970, a intensificação dos ataques da comunidade internacional e a contestação interna. Efectivamente, no plano externo a situação irá agravar-se com os episódios da recepção do Papa aos dirigentes dos movimentos nacionalistas, da acusação ao sucedido em Wiryamu, do insucesso da visita de Caetano a Londres, do agravamento da situação militar da Guiné, da intensificação das condenações na ONU e a crise económica de 1973. Quanto ao plano interno, perante a “frustração eleitoral de 1969”, iremos assistir a uma “radicalização das oposições e a reunificação dos seus sectores tradicionais”. Esta contestação irá manifestar-se com o surgimento de “grupos maoístas e marxistas-leninistas” e com o início das “acções armadas contra objectivos político-militares efectuadas pela Acção Revolucionária Armada (ARA), o braço armado com que o PCP tentou evitar a perda de protagonismo nesta luta. A contestação irá alargar-se “aos católicos progressistas” através do “testemunho” pessoal de alguns padres e do “activismo de vários núcleos” que se materializava através da “propaganda anticolonial clandestina e até do apoio de parte deles às acções armadas”. Entretanto, a partir de 1973, ao nível partidário assiste-se a uma congregação de esforços entre o recém-criado Partido Socialista e o PCP, que estabelecem ambos “uma plataforma de actuação unitária contra o regime”. Como se não bastasse, “a coligação marcelista de 1968-1969” começou a desagregar-se com a deserção dos liberais após as desilusões de 1971-1972⁷⁰⁵.

Perante este enredo, a energia reformadora foi substituída pela cedência a pressões de índole conservadora que os ultras nunca deixaram de injectar no sistema central do regime, durante aquele período. Sem a determinação e a convicção do seu antecessor, Marcello Caetano revelou-se incapaz de descobrir a profilaxia certa para a enfermidade que assolava a proclamada liberalização política. Se juntarmos a esta incapacidade política, que para alguns

⁷⁰⁴ Rosas, Fernando (1999), “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.) *Do marcelismo ao fim do império, revolução e democracia*, Lisboa, Notícias Editorial, p. 43.

⁷⁰⁵ Rosas, Fernando (1999), “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.) *Do marcelismo ao fim do império, revolução e democracia*, Lisboa, Notícias Editorial, pp. 52-54.

representou uma absoluta “falta de imaginação para governar”⁷⁰⁶, a convicção do próprio Marcello de que “a política de autonomia progressiva exigia a continuação da guerra”, encontramos os factores que determinaram a inviabilidade de uma solução política para um conflito que já se arrastava há mais de uma década e que constituiu a gota de água que acabaria com a perseverança da oficialidade dos quadros intermédios das Forças Armadas, responsável pela condução da maioria das operações no terreno, ou seja, do esforço de guerra. Para isso também terá contribuído o contínuo aumento de efectivos em Angola, Moçambique e Guiné, conjugado com uma cada vez menor frequência de cadetes na Academia Militar, tornando insuficientes os quantitativos dos quadros permanentes⁷⁰⁷. Foi neste contexto que, em meados de 1973, os capitães, comandantes de companhia no ultramar, iniciam um processo de reivindicação corporativa que viria a ter um papel crucial no desenrolar dos acontecimentos que culminaram com o 25 de Abril de 1974.

No dia 1 de Junho de 1973 tem lugar, no Porto, a abertura do primeiro Congresso dos Combatentes do Ultramar favorável à defesa do espaço ultramarino em nome da “grandeza e unidade de Portugal”, constituindo-se como ideia força desse evento, a expressão agregadora, “não seremos a geração da traição”. As correntes mais conservadoras do regime, preocupadas com os equívocos militares da guerra, consideravam que tinha chegado o momento certo para a realização de um congresso de combatentes com objectivo de reafirmar o modelo colonial adoptado e, com isso, reunir novas energias para o prosseguimento da guerra. Tendo em conta este alinhamento, instalou-se nos círculos próximos do presidente do Conselho de Ministros, a preocupação que esta reunião estimulasse atitudes extremistas. Marcello Caetano sentiu-se na obrigação de acautelar esta inquietação, envolvendo determinados membros do Governo, nomeadamente, Sá Viana Rebelo, ministro do Exército e da Defesa Nacional, nomeando o general António Augusto dos Santos para presidente do congresso e, solicitando aos comandantes dos teatros de operações que incentivassem a presença de delegações representativas dos seus militares. Relativamente a estes, destacaram-se os que serviam na Guiné, uma vez que, desde os finais de Março, o descontentamento se vinha apoderando dos

⁷⁰⁶ Bessa, António Marques (2012), *Portugal-Tempo de Todos os perigos, o Golpe de Estado e a revolução*, Lisboa, A Causa da Regras, p. 36

⁷⁰⁷ Rosas, Fernando (1999), “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição do Estado Novo”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.) *Do marcelismo ao fim do império, revolução e democracia*, Lisboa, Notícias Editorial, p. 55.

oficiais em geral⁷⁰⁸. O assunto do congresso foi apenas um elemento instigador de um movimento de oficiais que, a partir dessa altura, passou a reunir-se com alguma regularidade, nos quartéis para debater a oposição à corrente de pensamento que reivindicava a continuação da guerra⁷⁰⁹.

E porquê na Guiné? Porque foi neste teatro que as operações militares encontraram os seus maiores problemas, ao ponto de se prever, como em mais nenhuma outra província ultramarina em guerra, o colapso militar. A partir de Março de 1973, com o aparecimento dos mísseis Strella, desapareceu a supremacia aérea portuguesa e, como consequência directa, quase todo o apoio aéreo próximo às forças terrestres. A degradação da situação militar teve repercussões no moral das tropas e fez exacerbar o sentimento de isolamento das unidades de quadrícula. Sem uma solução política à vista, os capitães, a par das questões corporativas, começaram a desenvolver uma consciência política e programática com o objectivo de evitar a perda das províncias do ultramar num contexto de sucessivas derrotas militares, com as Forças Armadas a serem “apresentadas ao país como responsáveis máximas do desastre”, tal como acontecera com a Índia⁷¹⁰.

Foi também na Guiné que surgiu um homem, um comandante ou, simplesmente, um militar que defendeu uma solução política ou diplomática para a guerra de África, ou seja, alguém que, naquela época, teve o mérito de verbalizar claramente aquilo que muitos pensavam, mas não tinham coragem para assumir. Como seria de esperar, a tese do general António de Spínola ganhou apoiantes e foi aproveitada como veiculador dos descontentamentos daqueles que verdadeiramente arriscavam a vida em combate e de outros que por lá já tinham passado. Relembramos que a unidade táctica por excelência era a companhia, tendo sido por isso “os capitães, comandantes das companhias, que desde o princípio suportaram, praticamente sozinhos, o peso das operações”. Ao invés, os oficiais superiores raramente se ausentavam dos quartéis. Foi esta circunstância que contribuiu para

⁷⁰⁸ Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1973 – Perder a guerra e as ilusões, Volume 14*, Lisboa, Quidnovi, p. 52.

⁷⁰⁹ Segundo Pezarat Correia esta contestação só assume uma “forma organizada” na Guiné no dia 28 de Agosto de 1973 no âmbito da recolha de assinaturas de adesão ao movimento de rejeição do decreto-lei 353-73 de 13 de Julho, que visa solucionar o problema de capitães e subalternos no Exército. Correia, Pezarat (2000), “O MFA nas Colónias, Do Congresso dos Combatentes ao 25 De Abril”, *Máthesis*, 9, p. 268.

⁷¹⁰ Martelo, David (2001), *1974, Cessar-Fogo em África, Lisboa*, Edições Europa-América, p. 79.

uma “divisão” no seio do Exército “entre aqueles que faziam a guerra no mato e aqueles que a faziam no ar condicionado”⁷¹¹.

A primeira intervenção organizada desse grupo de capitães a combater na Guiné foi, precisamente, contestar a representatividade do congresso do Porto, através de um telegrama enviado de Bissau e assinado por Marcelino da Mata e Rebordão de Brito, dois oficiais naturais da Guiné e agraciados com a mais alta condecoração portuguesa (Torre e Espada). Nesse comunicado, os oficiais a prestar serviço na Guiné reafirmavam a “defesa dos interesses da Nação”, não reconheciam aos organizadores do congresso a “necessária representatividade” e por esse motivo não aceitavam que pela sua ausência fossem “definidas posições ou atitudes que possam ser imputadas à generalidade dos combatentes”. Estas foram as razões evocadas para se manterem “totalmente alheios às conclusões do congresso, independentemente do seu conteúdo ou da sua expressão”⁷¹².

Mas o regime, que vivia na convicção de que a guerra era para continuar, preferiu ignorar o aviso e resolveu o problema que tinha em mãos da maneira que lhe pareceu mais simples e óbvia mas que, pouco tempo depois, se viria a revelar fracturante: recrutou milicianos e deu-lhes as mesmas condições dos oficiais dos quadros permanentes. Nesta senda, o Governo português publicaria a 13 de Julho de 1973 o decreto-lei 353/73 com o objectivo de criar um incentivo à profissionalização dos milicianos, promover ao posto de major os oficiais mais velhos em idade, que era o caso dos ex-oficiais milicianos que tinham ingressado na Academia Militar com idades a rondar os 30 anos tendo, no entanto, à sua frente outros capitães mais novos mas à frente deles na escala de antiguidades e, por fim, demorar a promoção de capitães ainda jovens, aumentando-lhes o tempo de permanência no posto⁷¹³.

Era a solução encontrada para a escassez dos quadros e que plasmava, tal como se pode comprovar pelo quadro 1.4, o esgotamento a que se chegara. O Governo ainda tentou contrabalançar com a publicação de um outro decreto-lei, o 409/73, onde se previa que a alteração de antiguidades decorrentes do anterior não poderia exceder “a do capitão mais antigo do quadro da respectiva arma”, ou seja, desta forma estava salvaguardado a

⁷¹¹ Valente, Vasco Pulido (2002), *Marcello Caetano, as desventuras da razão*, Lisboa, Gótica, p. 107.

⁷¹² Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1973 – Perder a guerra e as ilusões, Volume 14*, Lisboa, Quidnovi, pp. 52-53.

⁷¹³ Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1973 – Perder a guerra e as ilusões, Volume 14*, Lisboa, Quidnovi, pp. 63-64.

antiguidade dos oficiais superiores, ficando como únicos lesados os capitães e os subalternos⁷¹⁴.

Ano	Medida	Resultados
1966	Formação de capitães a partir de tenentes milicianos que se encontravam na situação de disponibilidade e não haviam sido mobilizados como subalternos. Para tal, frequentavam um curso de cinco meses na Escola Prática de Infantaria.	Cerca de 100 capitães/ano.
1969	Criação do quadro especial de oficiais, a preencher basicamente, por oficiais milicianos de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, sendo o seu ingresso no quadro obtido directamente, sem frequência da Academia Militar.	51 capitães em 1-1-1973
1970	Formação de capitães a partir de instruendos do curso de oficiais milicianos. Em apenas cerca de 15 meses, os militares seleccionados faziam um percurso de instrução e treino que os levava da condição de civil ao comando de uma companhia. Ficaram conhecidos, na gíria militar, por “capitães de proveta”.	Cerca de 160 capitães/ano

Quadro 1.4: A Problemática dos Capitães⁷¹⁵

Para além desta questão das promoções existiu uma outra, menos consensual, mas não menos importante e decorrente da primeira, que agudizou a insatisfação dos capitães: “a queda do seu estatuto social”. Comparativamente com outras classes profissionais, os capitães auferiam menos e punham em risco a sua própria vida numa guerra que, pelas suas circunstâncias, não era propícia à progressão na carreira. Para além disso, em Portugal, o seu prestígio social foi perdendo espaço, em detrimento daqueles que tiveram tempo para desenvolver o seu intelecto e o seu património, passando a ser vistos “como gente subalterna”⁷¹⁶. A esta realidade devemos acrescentar o facto de, durante a década de 1960, o vencimento dos capitães corresponder a 45% do vencimento de um tenente-general, situação

⁷¹⁴ Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1973 – Perder a guerra e as ilusões, Volume 14*, Lisboa, Quidnovi, p. 72.

⁷¹⁵ Martelo, David (2009), “Os Homens do Posto-chave, Capitães”, Adaptado de Carlos Matos Gomes e Aniceto Afonso (orgs.), *Guerra Colonial, Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, Diário de Notícias, p. 546.

⁷¹⁶ Valente, Vasco Pulido (2002), *Marcello Caetano, as desventuras da razão*, Lisboa, Gótica, pp. 112-113.

que muito contribuía para a instabilidade que se começava a instalar no seio das Forças Armadas⁷¹⁷. Apesar de se tratar de uma leitura demasiado materialista, pensamos que seja aqui que reside o argumento financeiro como uma importante fonte de descontentamento dos capitães e que, segundo a historiadora Maria Inácia Rezola, “foram fundamentais no início do processo da sua mobilização”⁷¹⁸.

Contudo, não deixaria de ser uma análise simplista se reduzíssemos as motivações dos capitães a questões meramente corporativistas e financeiras. Se isso fosse verdade, a contestação no seio da oficialidade teria abrandado, não só depois do recuo do Governo, como também depois da nomeação, em Outubro, de uma comissão para estudar o estatuto das carreiras do Exército. Efectivamente o que se verifica é que “as reuniões dos capitães não param e adquirem uma natureza cada vez mais política”. Tal como Costa Gomes fez questão de recordar, “o que tornou inevitável o 25 de Abril foi a necessidade de resolver o problema da Guerra em África” e é dentro desta lógica que, segundo o historiador José Medeiros Ferreira, “melhor se entende a persistência dos esforços conspirativo e organizativo após a suspensão dos decretos”⁷¹⁹.

Vejamos como se desenvolveu esta consciencialização política. O Governo, pouco tempo depois, consciente do descontentamento, esboçou um certo recuo através da substituição do ministro, da suspensão do decreto-lei de 13 de Julho e da aprovação de uma nova tabela salarial. Mas já não havia retorno possível. As reuniões tinham começado, em Bissau e em Lisboa, no dia imediatamente a seguir à publicação do decreto de 13 de Julho e não mais cessaram. Em 28 de Agosto, 51 oficiais a prestar serviço na Guiné enviam uma “exposição a várias individualidades revelando-se feridos no seu prestígio profissional”; a 9 de Setembro, no Monte do Sobral, ocorre a reunião que, historicamente, marca “o nascimento do Movimento dos Capitães e o início da conspiração”; em meados de Novembro, num café de Santarém, os capitães convocados, onde se incluíam os membros da Comissão Coordenadora (Dinis de Almeida, Vasco Lourenço, Rodrigo de Castro, Mário Frazão, Mariz Fernandes, Campos de Andrade, Sanches Osório, Hugo dos Santos, Otelo Saraiva de Carvalho e correia Bernardo) conduziram uma acesa discussão para definir a “forma de actuação”; em

⁷¹⁷ Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1974-1975 – A revolta dos capitães e o fim da guerra, Volume 15*, Lisboa, Quidnovi, p. 6.

⁷¹⁸ Rezola, Maria Inácia (2007), *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 30.

⁷¹⁹ Ferreira, José Medeiros (1992), *Comportamento Político dos Militares – Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, p. 307.

Novembro, mais propriamente no dia 24, ocorreu uma reunião plenária, realizada na Parede, com o debate a girar em torno da “necessidade de redefinir objectivos e de constituir uma nova Comissão Coordenadora”; no primeiro dia de Dezembro, um novo encontro, desta vez em Óbidos, para se decidir uma mudança de denominação da organização que passa a designar-se por Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA), determinar o alargamento aos outros ramos das Forças Armadas e, ainda, para eleger a nova Comissão Coordenadora, “passando a integrar 19 elementos”. Desta reunião, também foi decidido a “linha estratégica” a adoptar pelo movimento, com a “hipótese legalista” a vencer, por maioria, a “hipótese do golpe de Estado”. Por fim, elegeu-se os eleitos para fazer a ponte com o poder político: Costa Gomes e Spínola. O primeiro, aquele que angariou mais votos, ficava com a Presidência da República, o segundo era-lhe atribuída a “direcção suprema das Forças Armadas”. Poucos dias depois, a 5 de Dezembro, na Costa da Caparica, discutiu-se a “via do golpe de Estado” que foi novamente “rejeitada por alegada falta de fundamentação”⁷²⁰.

Ou seja, o decreto de 13 de Julho foi substituído mas com isso não foi revogada a insatisfação dos capitães. Os seus objectivos passaram por um processo evolutivo e às reivindicações corporativas juntaram-se-lhes outras de índole política e com isso a ambição de pôr termo à guerra, desejo que, no contexto político daquela época, significava o fim do regime em vigor. Tal como no 28 de Maio de 1926, previa-se que a intervenção militar tivesse um papel fundamental na mutação do regime. Agora só faltava algo que inflamasse todo este espírito revolucionário, tal como veio a acontecer nos primeiros meses de 1974.

Toda esta conspiração não passou despercebida a Marcello Caetano. Sabia da existência do Movimento dos capitães e também sabia que Spínola e Costa Gomes tinham sido os escolhidos como os seus pontos de referência. Conhecedor da acção e do carisma que o primeiro espalhou por terras da Guiné, imaginou que Spínola fosse o líder dos capitães e tentou angariar a sua cumplicidade política e hierárquica.

Primeiramente, no contexto da remodelação governamental de 1973, “ponderou fortemente a possibilidade de nomear António de Spínola para a pasta do Ultramar”, para substituir Silva Cunha nessas funções. Contudo, após uma conversa privada entre os dois, Marcelo Caetano comprovou que se mantinha a intransigência de Spínola quanto à necessidade de se “caminhar ao encontro de soluções políticas” para resolver o problema ultramarino, facto que faria o presidente do Conselho de Ministros recuar. Face a esta constatação, era necessário

⁷²⁰ Rezola, Maria Inácia (2007), *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 29-39.

“encontrar uma colocação condigna para um militar com a sua graduação e com o seu prestígio”. A solução encontrada foi convidá-lo para assumir um cargo, criado propositadamente para ele: o de Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (VICE-CEMGFA)⁷²¹.

No entanto, o resultado não foi o que Marcello esperava. No próprio dia da sua tomada de posse, Spínola confrontou o presidente do conselho com a sua intenção de publicar um livro onde constata a impossibilidade de uma vitória militar, por um lado, e a defesa do modelo federal, por outro e que, por altura da remodelação ministerial de Novembro de 1973, teria já surgido no meio de uma conversa entre ambos. Este propósito, que Caetano julgava esquecido, iria obrigá-lo a elucidar o general da necessidade do aval do Governo para a obra que pretendia publicar. Incomodado, Spínola entregou a Costa Gomes a fotocópia de Portugal e o Futuro para elaborar um parecer. O então general Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) submeteu-o a Silva Cunha, o ministro da Defesa Nacional, que, sem ter lido o livro, aprovou a apreciação de Costa Gomes à obra do general Spínola⁷²². Marcello Caetano recebeu um exemplar do livro no dia 18 de Fevereiro de 1974 e, nesse mesmo dia, iniciou a sua leitura com a convicção que iria ler mais um texto a proclamar a “defesa de uma solução federativa”. No entanto, no final, de acordo com o seu próprio testemunho, compreendeu “que o golpe de Estado militar, cuja marcha eu pressentia há meses é agora inevitável”⁷²³.

⁷²¹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp. 203-209.

⁷²² “Assunto: Portugal e o Futuro”. 1. O livro com o título em epígrafe escrito pelo General António de Spínola apresenta, de uma forma muito elevada, a solução que julga melhor para resolver o maior problema com que a Nação se debate – a guerra do Ultramar. 2. O General Spínola defende com muita lógica uma solução equilibrada que poderemos situar mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: a independência pura, simples e imediata de todos os territórios ultramarinos, patrocinada pelos comunistas e socialistas, e a da integração num todo homogéneo de todas aquelas parcelas, preconizada pelos extremistas da direita. Não necessitamos de desenvolver grande argumentação para concluirmos que estas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva aos interesses nacionais e a segunda por ser inexequível. 3. Julgo que o livro está em condições de ser publicado, acrescentando mesmo que o General Spínola acaba de prestar desta forma ao País que devem ser considerados tão brilhantes como os que com tanta galhardia e integridade moral provou possuir nos campos de batalha”. Apud, Spínola, António (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, SCIRE, pp. 73-74.

⁷²³ Caetano, Marcello (1976), *Depoimento*, 2ª Edição, Rio de Janeiro/São Paulo, Record p. 195.

Da leitura do testemunho do próprio Marcello Caetano e da nossa interpretação dos acontecimentos que antecederam a publicação do livro de Spínola a palavra que nos ocorre é a mesma que surgiu a Vasco Pulido Valente: “armadilha”⁷²⁴. De facto, parece-nos que Spínola engendrou um esquema tendente a dificultar aos membros do Governo, inclusivamente ao seu responsável máximo, o conhecimento detalhado de uma obra cuja mensagem, mais do que apresentar a já conhecida tese federalista, punha em causa a política ultramarina seguida pelo regime, particularmente, no que diz respeito ao rumo que a guerra estava a tomar, ou seja, no entender do seu autor, o colapso. Era uma convicção que o assolava desde os tempos da Guiné. Segundo o general Spínola, “caso a metrópole não reforçasse o dispositivo para fazer face às novas possibilidades do inimigo, a guerra na Guiné, em termos militares, estaria a breve trecho irremediavelmente perdida”. Estes dados podem ser comprovados pela acta da reunião de Comandos de 15 de Maio de 1973 no Quartel-General do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, presidida pelo general Spínola. Nesse documento foram traçados os condicionamentos da “nova fase de evolução da Guerra”, à qual as tropas portuguesas tinham que “fazer face com um mínimo de afectação do curso normal da manobra de contra-subversão traçada”. Este novo enquadramento resultava do “crescente potencial do In”, particularmente com o aparecimento dos mísseis terra-ar, conjugado com limitações de índole operacional, nomeadamente “restrições no apoio de fogo da Força Aérea” e logístico com “a necessidade de empenhamento de mais meios e mais forças na protecção dos fluxos de reabastecimento”, bem como “o imperativo de defesa e enquadramento das populações que se desequilibrarão em favor do In perante a constatação de qualquer abrandamento na protecção que lhes é dada ou na política de promoção em curso”. Todos estes constrangimentos iriam obrigar “não só à manutenção do actual dispositivo em superfície como até ao seu reforço”. Para além disso, “as intenções do In em relação a áreas pretensamente libertadas obriga ainda ao substancial reforço dos meios de intervenção do Comando-Chefe, ampliando pelas limitações impostas à liberdade de acção aérea”. Estes foram os dados que levaram o general Spínola a considerar “manifestamente insuficientes os meios actuais face à evolução verificada, pois considero demonstrada à evidencia a impossibilidade de alterar a manobra para economizar meios, sem grave compromisso da missão (...)”⁷²⁵.

⁷²⁴ Valente, Vasco Pulido (2002), *Marcello Caetano, as desventuras da razão*, Lisboa, Gótica, p. 123.

⁷²⁵ Excerto da acta da reunião de Comandos de 15 de Maio de 1973 no Quartel-General do Comando-chefe das Forças Armadas da Guiné, presidida pelo general António de Spínola. Este documento

Portanto, não havia retorno possível. Na melhor das hipóteses, a obra seria publicada com a autorização do Governo, tal como veio a acontecer, e no pior dos cenários, haveria de ser publicado à revelia do regime, uma vez que, tal como o próprio editor, Paradela de Abreu, afiançou, a obra em Dezembro de 1973, portanto bem antes de ter chegado às mãos de Marcello, já estaria impressa e pronta para ser “vendida clandestinamente”, caso fosse reprimida pelo Governo⁷²⁶.

Para Marcello Caetano o livro de António de Spínola representou uma manifestação clara “de oposição ao regime” que, vindo de quem veio, “não poderia deixar de influenciar negativamente as Forças Armadas e a opinião pública quanto aos rumos da política interna e externa” do país. Perante este quadro, Caetano concluiu que só havia uma saída possível: a sua “demissão” e “a entrega do poder às Forças Armadas”. Para o efeito, em conversa pessoal com Spínola e Costa Gomes ocorrida no dia 22 de Fevereiro de 1974, Marcello Caetano sugeriu que estes procurassem o presidente da República para exporem pessoalmente este seu pensamento. No entanto, Spínola e Costa Gomes recuaram. Para Costa Gomes, a publicação do livro “não era motivo para inibir Caetano de continuar a governar” e para Spínola, também não havia razão para que o presidente do Conselho “não continuasse à testa do Governo”, uma vez que o livro apenas representava a consciencialização da opinião pública de forma a permitir criar as “condições humanas que permitissem ao Governo solucionar a crise nacional à luz realista das soluções possíveis”. Este foi o episódio que levou Spínola, duas décadas depois, a assumir o “erro histórico de não ter assumido a liderança do processo de mudança de regime”. Dessa forma, segundo o general, ter-se-ia garantido uma transição “suave” sem recurso a uma revolução, uma vez que “os seus objectivos seriam atingidos pela via democrática”⁷²⁷.

Quanto ao livro propriamente dito, para o seu autor, tinha apenas o objectivo de proporcionar ao país “uma porta sobre o futuro”, num momento verdadeiramente constrangedor para Portugal, face às opiniões do mundo que contestavam, de viva voz, a intransigência do Governo português em termos de matéria colonial⁷²⁸. Spínola era um cidadão que acreditava, profundamente, no perfil histórico da Nação e nos seus princípios

foi amavelmente cedido pelo coronel de Artilharia Morais da Silva, nosso professor na Academia Militar.

⁷²⁶ Apud, Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p.215.

⁷²⁷ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp. 226-227.

⁷²⁸ Spínola, António (1978), *País Sem Rumo: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, SCIRE, p. 76.

fundadores, e ao mesmo tempo orientadores, herdados dos nossos antepassados e, com base nessa crença, confiava na construção de um futuro próspero para o seu país. Se naquela época, o país se consumia na defesa desses princípios, num esforço que não se poderia aceitar que viesse a ser considerado desnecessário, para Spínola também não se poderia “admitir que hoje se morra apenas que para amanhã continue a morrer-se”⁷²⁹. Portanto, alguma coisa tinha que ser feito e com o seu livro ficava registada a sua proposta.

Tal como o historiador Luís Nuno Rodrigues escreveu, o livro “partia de dois pressupostos essenciais”⁷³⁰. O primeiro resulta da leitura amargurada que Spínola faz do estado em que o seu país se encontrava, identificando-lhe sintomas de crise profunda, e daí a urgência de o “regenerar” através de “uma nova estratégia nacional que defina objectivos, concentre esforços, mobilize meios e obtenha recursos com vista a vencer os estrangulamentos de ordem social, económica, militar, política e ideológica que caracterizam a crise nacional do presente”. A tarefa não se adivinhava nada fácil porque, em termos sociais, juntava-se-lhe um “clima emocional” que alimentava uma contestação crescente que era proveniente de um sentimento de “apreensão e de inquietude” que se tinha instalado na opinião pública em geral, inclusivamente nas gentes das províncias ultramarinas⁷³¹.

O segundo pressuposto do livro assentava na “centralidade da chamada questão ultramarina” e é nesta que verdadeiramente nos vamos concentrar. Neste contexto de crise, que sumariamente resumimos, esta questão “constitui-se como o problema central do país”⁷³². Spínola inicia o debate a renegar “o abandono puro e simples do Ultramar”, uma vez que, no seu entender, a saída de África iria afectar “a nossa sobrevivência como nação livre”, causava o abandono daqueles que no “Ultramar construíram as suas vidas confiando-se à Bandeira Nacional” e, por fim, por não haver um motivo de força maior que justificasse “abdicar de tudo em favor de amigos e inimigos”⁷³³. Parece uma posição semelhante à que era assumida pelo regime. No entanto, para o general a presença portuguesa não poderia ser feita nos moldes que o Governo português preconizava, ou seja, dando continuidade a uma guerra que só poderia ser resolvida com o recurso a uma solução estritamente militar. Spínola recorreu à sua experiência da Guiné, caracterizou o conflito armado, avaliou a situação militar nos

⁷²⁹ Spínola, António (1973), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, p. 14.

⁷³⁰ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p. 215.

⁷³¹ Spínola, António (1973), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, pp. 19-39.

⁷³² Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p.216.

⁷³³ Spínola, António (1973), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, pp. 53-54.

territórios ultramarinos e concluiu que “pretender ganhar uma guerra subversiva através de uma solução militar é aceitar, de antemão, a derrota, a menos que se possuam ilimitadas capacidades para prolongar indefinidamente a guerra, fazendo dela uma instituição”. Não era o caso de Portugal, que se confrontava com um problema de aumento das despesas militares que, mais tarde ou mais cedo, iriam concorrer para o “estrangulamento cada vez maior da expansão económica”⁷³⁴.

Perante este cenário não havia como obviar a mudança, e era convicção do general que seria a sua proposta para a resolução do problema colonial português, que iria materializar a superação da crise que o país enfrentava. A sua solução passava pela aceitação de três princípios basilares: “o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação”, “o recurso à consulta popular” e, finalmente, “anunciar propósitos e de os fazer plebiscitar no contexto geral da Nação”. Relativamente à autodeterminação era um cenário que não se afigurava de simples produção. Curiosamente para se atingir a plenitude do conceito, amplamente explicado pelo autor, era necessário recorrer a uma emancipação gradual das Províncias Ultramarinas, em “clima de crescente expressão das instituições africanas”⁷³⁵. Isto porque, segundo Spínola, a integração plena das populações ultramarinas na República Portuguesa só seria possível quando estas se sentissem em “pleno pé de igualdade” e capazes de perceberem, por eles próprios, que “é na adesão a uma comunidade lusitana que está o caminho do seu progresso, do seu bem-estar e da sua verdadeira independência, face ao neo-colonialismo que avassala os seus vizinhos africanos”. Era sua convicção que, depois de devidamente esclarecidos e no contexto de uma “consulta referendada”, os “nossos africanos, escolheriam a permanência num contexto português” e, no fim, sem medos, cabia-nos ter a coragem para assumir publicamente as decisões tomadas, ou seja, respeitar o último dos princípios⁷³⁶.

O acolhimento destas três premissas representaria “o ponto de chegada da tese de António de Spínola”⁷³⁷. É óbvio que a solução do general para o problema ultramarino passava pela criação de um sentimento que unisse as várias “populações de além-mar”. No entanto, ele próprio assumiu a dificuldade de resolver esta equação no contexto de uma “república unitária”, em virtude dos constrangimentos que provinham da “heterogeneidade geral e

⁷³⁴ Spínola, António (1973), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, pp. 45-46.

⁷³⁵ Spínola, António (1973), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, pp. 56-58.

⁷³⁶ Spínola, António (1973), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, pp. 148-149.

⁷³⁷ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p.218.

descontinuidade geográfica”. Estas duas variáveis levaram-no a concluir que “não somos uma nação, mas um complexo de nações” e a assumir que as características próprias do espaço sugeriam a construção de um “Estado plurinacional” em que a integração política só seria possível “no quadro de uma solução federativa”⁷³⁸, materializada na desconcentração e descentralização de poderes, na especialidade das leis, na pluriformidade orgânica e na individualização efectiva dos governos locais”⁷³⁹.

Efectivamente, tal como o próprio autor faz questão de frisar, não se vislumbra um rompimento total com a política anunciada por Marcello Caetano, inclusivamente, procura-se até reforçar a política anunciada por Caetano ainda que, com poucos resultados. Spínola reconheceu a importância do regime ter assumido uma autonomia progressiva que iria, desde logo, proporcionar a “integração pela via da participação total dos africanos na vida nacional”. No entanto, Spínola achou que, a partir de determinado momento, a autonomia ficou aquém das expectativas, por não “proporcionar a adequada representatividade qualitativa e quantitativa de cada parcela nacional nos órgãos centrais de administração e governo” e por isso mesmo não acreditava que tal mecanismo conduzisse a “resultados positivos”⁷⁴⁰.

A publicação do livro de Spínola iria provocar, a par de manifestações de grande entusiasmo, uma verdadeira turbulência nos meios políticos e militares português, ao desencadear uma série de acontecimentos que iriam confluir no fim do regime. Como já vimos, Spínola e Costa Gomes foram convocados para uma reunião na residência de Caetano para este lhes comunicar a sua leitura pessoal da situação do país após a publicação do livro, por outras palavras, a impossibilidade de continuar a dirigir um país com umas Forças Armadas que não estavam em sintonia com os princípios orientadores do regime. Poucos dias depois, a 28 de Fevereiro, Caetano foi recebido em audiência por Américo Thomaz para apresentar a sua demissão, pedido que este não aceitou.

Face à decisão do presidente da República, Caetano sentiu necessidade de reafirmar a legitimidade do seu Governo. No dia 5 de Março, num discurso proferido na Assembleia Nacional e transmitido pela Rádio Televisão Portuguesa (RTP), reiterou a defesa da sua política para o Ultramar. Logo de seguida, a Assembleia Nacional aprovaria uma moção que confirmava essa orientação política do regime e que foi posteriormente comunicada a Américo Thomaz, para que este garantisse a confiança institucional necessária ao Governo,

⁷³⁸ Spínola, António (1973), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, pp. 154-160.

⁷³⁹ Spínola, António (1973), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, p. 196.

⁷⁴⁰ Spínola, António (1973), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, p. 161-164.

algo que viria a suceder no dia 11 de Março. Seguiu-se, no dia 14 de Março, a cerimónia da “Brigada do Reumático” em S. Bento, para a qual os oficiais generais das Forças Armadas foram convidados a reafirmar o alinhamento com a política ultramarina adoptada pelo regime, e que tinha sido recentemente corroborada em plena Assembleia Nacional, tendo discursado o general Paiva Brandão, então o chefe de Estado-Maior do Exército, face às ausências de Spínola e Costa Gomes que, no próprio dia, foram exonerados das suas funções. No dia 15 de Março deu-se a última remodelação do Governo e, finalmente, no dia seguinte ocorreu a intentona das Caldas que foi facilmente reprimida pelas forças leais ao regime, mas que não deixaria de representar um primeiro ensaio do que estaria para acontecer brevemente.

Tal como Salgueiro Maia declarou no dia 13 de Maio de 1974, quando o livro de Spínola saiu os capitães constataram que os documentos por eles produzidos “completavam-se mutuamente e eram, nas suas linhas gerais, congruentes com o pensamento do general Spínola”⁷⁴¹. Evidentemente, que o capitão de cavalaria, um dos protagonistas do golpe militar, estava a referir-se aos documentos de “conteúdo político e programático” que o MOFA vinha preparando desde o lançamento do livro de Spínola. O primeiro desses documentos resultou de uma reunião realizada em Cascais, no dia 5 de Março de 1974, e intitulava-se “O Movimento das Forças Armadas e a Nação”, sendo o seu principal redactor o major Melo Antunes. Esse manifesto, segundo um dos oficiais presentes nessa reunião, “apelava à reflexão dos militares sobre a grave situação do país, criticando o princípio segundo o qual às Forças Armadas caberia, tão-somente, garantir os objectivos nacionais estabelecidos pelo Governo, sem cuidar de verificar a sua legitimidade”⁷⁴². Apesar de amplamente ratificado, pelos oficiais presentes no encontro, o cariz vincadamente político do documento gerou posições de recuo, de reserva e de hesitação da parte de um universo de militares dos três ramos que olhavam com inquietação para esta corrente revolucionária⁷⁴³. Ficou também determinado a constituição de dois grupos de trabalho, um militar e outro político. O primeiro, conhecido por “Comissão Militar” e constituído pelos majores Casanova Ferreira, Manuel Monge, Otelo Saraiva de Carvalho e, posteriormente, o capitão Armando Ramos em representação dos milicianos, ficaria responsável por “planear e accionar uma operação militar” (“os

⁷⁴¹ Hottinger, Arnold (1974), “O Movimento de Oficiais de Portugal como Força Revolucionária”, em, *O 25 de Abril Na Imprensa Estrangeira*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 85. As declarações de Salgueiro Maia foram proferidas no seguimento de uma entrevista concedida à revista “Factos e Fotos”, publicada na edição n.º 664 de 13 de Maio de 1974.

⁷⁴² Martelo, David (2001), *1974, Cessar-Fogo em África*, Lisboa, Publicações Europa-América, p. 79.

⁷⁴³ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp.248-249.

operacionais”) e o segundo, a “Comissão Política que integrava os maiores Melo Antunes, Vítor Alves e o capitão Vasco Lourenço por reformular o “Programa, que obrigatoriamente deveria ser submetido à revisão dos chefes eleitos” (“os políticos”)⁷⁴⁴. Como sublinha Luís Nuno Rodrigues, começou-se a observar “diferenças na forma como se avalia o futuro”, “os spinolista e os restantes”, materializadas logo nas discussões iniciais sobre quem os iria representar, Costa Gomes ou Spínola. Se nos lembrarmos que inicialmente o escolhido foi Costa Gomes, deparamos com a verdadeira dimensão dos receios evidenciados por Melo Antunes que, apesar da disponibilidade manifestada para se atingir um consenso, sempre temeu que “daí pudessem advir motivos de divisão suficientes para fazer abortar os esforços conjuntos”, tal como se veio a verificar⁷⁴⁵.

Efectivamente, se olharmos para o quadro 2.4, conseguimos encontrar alguns “pontos comuns” que faziam antever uma visível convergência de tendências no sentido de se chegar, no âmbito de uma ronda de negociações entre o MOFA e o eleito para presidir a futura JSN, aos pilares de um programa que pretendia materializar uma solução para o Ultramar e uma reforma do sistema político⁷⁴⁶.

A troca de correspondência entre o MFA e Spínola⁷⁴⁷, tendo em vista a aprovação final do programa do movimento das Forças Armadas, iniciou-se em finais de Março, no dia 22, e estendeu-se até às vésperas do 25 de Abril. Foram introduzidas, pelo general, algumas emendas à primeira versão sem, no entanto, se terem efectuado rectificações “ao conteúdo das alíneas dedicadas à questão ultramarina” no projecto inicial⁷⁴⁸. Tudo parecia bem encaminhado para que se chegasse a um entendimento, que se vislumbrava essencial para a resolução das questões mais prementes que, no dia a seguir à revolução, iriam exigir uma maior capacidade de resposta por parte de quem se responsabilizasse pelos destinos do país. O general recebeu a nova versão rectificadora de acordo com as suas “objecções”. No entanto, não deixou de ficar alarmado com o “cunho extremista” do projecto e decidiu, na hora, redigir

⁷⁴⁴ Spínola, António (1978), *País Sem Rumor*, SCIRE, p. 96.

⁷⁴⁵ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp.249-250.

⁷⁴⁶ Martelo, David (2001), *1974, Cessar-Fogo em África*, Lisboa, Publicações Europa-América, pp. 81-82.

⁷⁴⁷ O MOFA assume a designação de MFA, por proposta de Spínola, para “subentender a adesão de sargentos e praças”. Carvalho, Otelo Saraiva de (1984), *Alvorada em Abril*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 340.

⁷⁴⁸ Martelo, David (2001), *1974, Cessar-Fogo em África*, Lisboa, Publicações Europa-América, pp. 79-93.

uma nova versão, que acabaria por ser a que leu ao País na madrugada de 26 de Abril de 1974 e que resumia os “objectivos nacionais” a assegurar pela JSN⁷⁴⁹, ao “mesmo tempo que redigiu a mensagem de transferência de poder do MFA para a JSN. Entretanto foi ao encontro de Costa Gomes para o pôr ao corrente dos últimos desenlaces, nomeadamente os dois documentos que acabara de elaborar e para lhe confirmar que “o desencadeamento da operação era um facto irreversível”. Contudo, para espanto de Spínola, este manifestou o “seu propósito de se alhear do Movimento”. No dia 14 de Abril, o major Moraes, o escolhido para fazer a interlocução entre as partes, voltou a encontrar-se com Spínola para que lhe fosse entregue “o Programa Político com ligeiras alterações, os dois novos documentos, um gráfico e um esboço de organigrama”. Encontram-se novamente, passados poucos dias, para que fosse entregue a Spínola a versão corrigida de acordo com as suas orientações. Só voltaria a ser contactado nas vésperas do 25 de Abril para ser informado que a revolta militar estava em marcha⁷⁵⁰.

Consumado o golpe seguiu-se o processo de escolha do futuro líder. Sabia-se que Costa Gomes era o preferido dos capitães. No entanto, a catadupa de acontecimentos que de repente emergiram no próprio dia não permitiu que se atingisse esse propósito⁷⁵¹. Estava previsto no

⁷⁴⁹ O compromisso previa os seguintes objectivos nacionais: “Garantir a sobrevivência da Nação Soberana no seu todo pluricontinental; Promover, desde já, a consciencialização dos Portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que hão-de polarizar tendências e facilitar a livre eleição, por sufrágio directo, de uma Assembleia Nacional Constituinte e a subsequente eleição do Presidente da República; Garantir a liberdade de expressão e de pensamento; Abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade da eleição e a tarefa da futura Assembleia Constituinte e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir no processo que se deseja eminentemente nacional; Pautar a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos; Respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados; Dinamizar as suas tarefas em ordem a que no mais curto prazo o País venha a governar-se por instituições de sua livre escolha; Devolver o poder às instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito entre no exercício das suas funções”. Spínola, António (1978), *País Sem Rumo: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, SCIRE, p. 388.

⁷⁵⁰ Spínola, António (1978), *País Sem Rumo: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, SCIRE, pp. 106-108.

⁷⁵¹ O general Costa Gomes fora sempre o mais votado nas diversas reuniões preparatórias realizadas pelo MFA como, por exemplo, a de Óbidos, em Dezembro de 1973, e a de Cascais, em Março de 1974. Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p.279.

Programa do MFA o estabelecimento de uma Junta Militar com a “missão de garantir o exercício do poder político até à formação de um governo civil provisório”. Segundo a historiadora Maria Inácia Rezola, o processo de constituição da Junta foi “relativamente rápido”, com a atribuição de 3 lugares ao Exército, o “ramo verdadeiramente envolvido nos preparativos do golpe-de-Estado”, e 2 à Armada e à Força Aérea. Resolvida esta questão, outra surgia: “a da presidência”⁷⁵².

	PORTUGAL E O FUTURO DE ANTÓNIO DE SPÍNOLA	O “MOVIMENTO” AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO
GUERRA	...o futuro de Portugal depende de uma adequada resolução das situações decorrentes da guerra que enfrentamos, consumindo vidas, recursos e capacidades, e retirando cada vez maior potencialidade ao ritmo a que teremos de processar o nosso desenvolvimento para cobrir a distância que nos separa dos países a cujo lado deveríamos estar. (pág. 12)	O problema maior do povo português e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base de uma crise geral do regime.
ULTRAMAR	Qualquer política ultramarina que não se norteie pelo franco e declarado respeito pelo direito dos povos a dispoem de si mesmos e pelo reconhecimento da capacidade das populações ultramarinas para assumirem o papel que lhes cabe na condução dos seus destinos resulta condenada a maior ou menor prazo...(...) impõe-se desde já o reconhecimento de princípios fundamentais (...) e o primeiro deles é o da franca aceitação ao do direito dos povos à autodeterminação ... (pág. 146).	Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é a política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as Forças Armadas, uma vez mais, em “bode expiatório” de uma estratégia impossível: uma solução política que salvguarde a honra e dignidade nacionais, bem como os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios...
REGIME	Para a solução do problema deparam-se nas três vias: ou se envereda pelo caminho das concessões crescentes em cadeia, caminho que conduz a um ponto de rotura no limite das possibilidades de concessão; ou se encontra no campo da repressão totalitária, o que acelera a violência; ou se acerta o caminho da liberalização que também tem o seu reverso, mas que apesar de tudo cremos ser a solução, desde que se desenvolva progressivamente, na disciplina e sob o signo de uma firme autoridade então fortalecida pela via da legitimidade. (pág. 39)	... entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade; que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do povo. Por outras palavras: sem democratização do país não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

Quadro 2.4: “Portugal e o Futuro” vs “O Movimento das Forças Armadas”⁷⁵³

⁷⁵² Rezola, Maria Inácia (2007), *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 52.

⁷⁵³ Martelo, David (2001), *1974, Cessar-Fogo em África*, Lisboa, Publicações Europa-América, p.83.

A circunstância do general Costa Gomes se encontrar incontactável por motivos pessoais, que estavam relacionados com o acompanhamento de sua esposa que se encontrava hospitalizada, fez com que Spínola agarrasse todo o protagonismo. Para além disso, Marcello Caetano, perante Salgueiro Maia, só aceitou render-se a um oficial de alta patente, escolhendo para o efeito António de Spínola. Efectivamente, foi ao VICE-CEMGFA que Marcello Caetano, directamente do quartel do Carmo, telefonou a reconhecer a capitulação do seu Governo e a sugerir que fosse ao seu encontro assumir a responsabilização pela ordem pública, a tranquilidade do país e que “não deixasse cair o poder na rua”⁷⁵⁴. Este telefonema revelou-se um “importante trunfo” e a “primeira fonte de legitimação” de Spínola. A segunda veio da Pontinha. O general telefonou para o Regimento de Engenharia para obter a anuência do MFA, que na verdade foi dada pelo major Otelo, e para receber o poder das mãos de Marcello Caetano⁷⁵⁵. O livro também não pode ser esquecido. Realmente, Spínola, com a publicação do seu livro *Portugal e o Futuro*, consolidou um prestígio que já vinha desde os tempos da Guiné, garantindo-lhe, no seio dos opositores do regime, o estatuto de “herói” e uma “dimensão política e carismática a nível nacional e internacional”. Por fim, não podemos obviar o facto de ter sido Costa Gomes, segundo o testemunho do próprio, a propor que fosse o general Spínola a ocupar o cargo de presidente da JSN⁷⁵⁶. Alegando um desconhecimento absoluto dos meandros da política e da imprensa, fruto da sua longa vivência operacional, convenceu-se “que o general Spínola, pelas suas relações com os políticos e com os conhecimentos que tinha na imprensa (desde o Raul Rego e o *República* até ao *Diário de Lisboa* e ao *Expresso*) era o homem indicado para ocupar o cargo”⁷⁵⁷. Estava escolhido o futuro líder da JSN. Contudo, segundo Maria Inácia Rezola, esta “questão não é pacífica”. Com base no testemunho de Vitor Alves, a historiadora questiona as verdadeiras intenções de Costa Gomes ao recusar a presidência. Segundo este oficial da Comissão Política, “Costa Gomes não quis deixar as Forças Armadas nas mãos de Spínola. Sabia que se o fizesse ele tomava conta do país. Reserva para si o lugar de Chefe-de-Estado-Maior sabendo que Spínola (...) entraria a curto prazo em colisão com o MFA”. Independentemente dos fundamentos

⁷⁵⁴ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp. 272-273.

⁷⁵⁵ Rezola, Maria Inácia (2007), *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 60-61.

⁷⁵⁶ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp. 279-282.

⁷⁵⁷ Cruzeiro, Maria Manuela (1998), *Costa Gomes, O Último Marechal*, (s.l.), Círculo dos Leitores, pp. 216-217.

desta tese, a verdade é que a recusa de Costa Gomes constituiu um factor decisivo e condicionador do curso dos acontecimentos⁷⁵⁸.

Entretanto, o consenso momentâneo cedo se desvaneceu, particularmente quando, ainda na noite do dia 25 de Abril, se iniciou a discussão da redacção final do programa do MFA, a ser apresentado ao país na manhã do dia seguinte. Para surpresa de todos a sessão é aberta com o anúncio de Spínola a exigir “uma revisão mais aprofundada” do Programa do MFA⁷⁵⁹. A sua argumentação baseava-se na alegação que teria analisado o programa mas, sem a profundidade exigida, por considerar que teria tempo para o fazer no momento mais próximo da data que fosse determinada para a publicação, estando longe de pensar, que aquele momento tão embrionário da revolução seria o escolhido pelo MFA⁷⁶⁰. A tensão instalou-se, com o “MFA a insistir junto de Spínola no facto de existirem compromissos anteriormente assumidos relativamente ao programa”. O general cedeu com a condição que o documento fosse, novamente reavaliado, ou seja, o MFA também teve que ceder. Perante esta solução de compromisso iniciou-se uma reunião tendo em vista a revisão do programa, que duraria até às oito horas da manhã do dia 26 de Abril. Importa destacar que, durante esta reavaliação, Spínola não se coibiu de exigir a abolição do programa da referência “ao direito dos povos à autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação dos autóctones”. Em termos de política colonial, Spínola preferiu não se comprometer em demasia, ficando satisfeito com uma solução que apenas obrigava ao reconhecimento de que o desfecho adequado para os problemas das guerras nos territórios ultramarinos era “política e não militar”, excluindo, para espanto de todos, “o reconhecimento formal do direito dos povos submetidos à dominação colonial à autodeterminação com todas as consequências, isto é, a independência”⁷⁶¹. Os capitães avaliaram as alterações sugeridas e concluíram “que não

⁷⁵⁸ Rezola, Maria Inácia (2007), *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 57-59.

⁷⁵⁹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p. 283.

⁷⁶⁰ Spínola, António (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, SCIRE, p. 119.

⁷⁶¹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp. 283-284. “E ao fim de larga troca de impressões foram-lhe introduzidas algumas alterações, das quais se destacam as seguintes: - a não extinção da DGS nos territórios ultramarinos em guerra, onde deveria apenas ser reestruturada e organizada como Polícia de Informação Militar, enquanto as operações militares o exigissem; - a manutenção dos Secretários-Gerais investidos nas funções de encarregados do

teriam uma importância decisiva”, com base na convicção que surgiria uma “dinâmica pós-25 de Abril” que iria fazer prevalecer os pontos de vista do MFA, nomeadamente, neste matéria cuja orientação ia no sentido oposto, ou seja, “a resolução da Guerra Colonial por meios políticos e a atribuição sem restrições do direito de autodeterminação, podendo conduzir à independência dos povos das antigas colónias portuguesa”. E assim se chegou ao compromisso que visava um objectivo que, entretanto, já tinha sido concretizado sem o conhecimento prévio do general Spínola, a comunicação ao País do Programa do MFA⁷⁶². Foi nesta “matreirice” que assentou a resposta encontrada pelos capitães, à súbita ambiguidade de Spínola. Por tudo isto, não poderíamos estar mais de acordo com Luís Nuno Rodrigues quando aponta a noite de 25 para 26 de Abril como o “primeiro dia do resto da vida da democracia portuguesa, marcando decisivamente o que viria a passar-se nos meses seguintes”⁷⁶³.

Para Spínola, este foi um período marcante cujo desafio passava por aplicar as suas ideias num contexto político que evoluía num sentido contrário às suas convicções. Essa é a etapa que a partir de agora nos vai ocupar. Restringidos ao tema da descolonização, particularmente em Angola, vamos analisar a evolução dos acontecimentos tendo em conta o envolvimento do actor externo que nos tem vindo a ocupar: o Zaire.

2. O 25 DE ABRIL E A DESCOLONIZAÇÃO COMO CENTRO DE GRAVIDADE

Consumada a transição de regime no dia 25 de Abril de 1974, um novo estádio se inaugurava. A partir deste momento a questão premente e que irá determinar o desenrolar dos acontecimentos será a do “regime a implementar em Portugal”. No entanto, em termos internacionais, a descolonização irá assumir uma preponderância quase exclusiva, pelo menos, até Setembro de 1974, momento em que Spínola renuncia. Em poucas horas se irá desconjuntar o “aparelho central do Estado” para surgir um cenário de “poderes paralelos, com atitudes e políticas diferentes”. Cria-se desta forma um sistema difuso com o general Spínola a querer assumir pessoalmente a responsabilidade de resolver a guerra colonial e as questões que, intrinsecamente, dela dependiam, como era o caso da descolonização, com a

Governo Provisórios; - a não extensão da amnistia política aos presos de delito comum. Isto além de outras medidas de somenos importância”. Spínola, António (1978), *País Sem Rumo*, SCIRE, p. 121.

⁷⁶² Cruzeiro, Maria Manuela (2002), *Vasco Gonçalves, Um general na revolução*, Braga, Círculo dos Leitores, pp. 60-62.

⁷⁶³ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, p.282.

JSN, com a Comissão Coordenadora do MFA, o Governo Provisório e os Partidos Políticos. Sem querermos separar o patamar interno do externo, até por considerarmos que eles são sempre inter-dependentes, neste período em particular, é a política externa que nos vai ocupar e, nesse sentido, este quadro anteriormente descrito irá ter “consequências com efeitos externos importantes”. Para António Telo estes efeitos são, essencialmente, três. O primeiro diz respeito à pouca preocupação dada pelas principais forças políticas criadas, ou em vias disso, durante aqueles primeiros tempos do pós-25 de Abril a este tema, porque, tal como seria de esperar, próprio de um processo revolucionário, a “prioridade vai para a consolidação da organização própria num ambiente de vazio de poder”. O segundo aspecto vai confluir no incremento de “diplomacias paralelas”, com o objectivo de se encontrar uma solução política para a guerra colonial. Por fim, o terceiro efeito, a “paralisia” do “corpo de diplomatas profissional” que se vê surpreendido com os acontecimentos do 25 de Abril. Todos estes aspectos irão influenciar, de uma forma ou de outra, aquele que irá constituir o “eixo central” de todas as preocupações políticas: a descolonização⁷⁶⁴.

Como já vimos, relativamente à política de descolonização, Spínola tinha, na já referida reunião da Pontinha, exigido a eliminação do Programa do MFA da alínea referente à descolonização para evitar, perante os seus pares do momento e a opinião pública, um comprometimento explícito com a autodeterminação e, também, porque não pensar, para deixar em aberto, caso o desenrolar dos acontecimentos assim o permitisse, a possibilidade da viabilidade da sua tese federalista. De facto, foi daí que saiu a versão final do Programa, vindo-se a tornar “numa carta constitucional provisória entre o 25 de Abril e a promulgação da nova Constituição da República Portuguesa”, dois anos mais tarde. Para além disto, também o Protocolo do MFA “não definia uma nova política ultramarina”, apenas responsabilizava o futuro Governo Provisório, legitimado por um processo eleitoral, pela criação das “condições” e dos “fundamentos” de uma “solução definitiva para o conflito colonial”. Neste documento, não se vislumbrava que “nos próximos doze meses seja resolvido o problema do Ultramar”, o que fazia transparecer que a continuidade das operações militares era algo que tinha que ser assegurado. Por curioso que possa parecer, aqui não encontramos ambiguidades. Apesar desta condição, mais uma vez, expor as divergências e a discussão que havia dentro do MFA em relação ao Ultramar, é explícito o tempo que era visto como

⁷⁶⁴ Telo, António (2007), “De Marcelo Caetano ao Portugal Democrático as Relações Internacionais da Transição”, *Espacio, Tiempo y Forma, História Contemporánea*, (online), Serie V.

Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie5-2007-2221&dsID>.

minimamente aceitável para a resolução desta questão, fazendo-nos crer que, na mente dos militares, a tal solução encontrada pela “Nação” pudesse sair de um eventual “plebiscito que se pensava poder chegar a ser realizado”⁷⁶⁵.

É óbvio que este distanciamento entre as palavras e as acções não contribuiu para uma convergência de ideias que, face ao momento que se vivia, a existir, teria evitado desconfiças relativamente às verdadeiras intenções das partes envolvidas no processo. Esta circunstância foi mais um elemento, determinantemente, para que o MFA e o presidente da JSN não conseguissem potenciar os pontos de convergência identificados durante a fase das conversações para a construção do Programa do MFA, no sentido de se encontrar uma ideia consensual para o futuro do Ultramar. Para além disso, posteriormente, foi este distanciamento que abriu espaço para a crítica vinda daqueles que se limitaram a verificar que “nem os procedimentos anunciados no Programa do MFA, para conduzir a descolonização em âmbito puramente nacional, foram observados”⁷⁶⁶.

Nos meses que se seguiram ao 25 de Abril, no âmbito das suas inúmeras intervenções públicas assumiu, de forma explícita, a prioridade para o restabelecimento da paz para o Ultramar e a condução da política que, no seu tender, iria permitir tal desiderato. O rumo que idealizou assentava no “regresso dos partidos africanos de emancipação ao quadro da actividade política livremente desenvolvida”, para que os povos africanos pudessem escolher conscientemente uma opção, “com vista à solução do problema”⁷⁶⁷. Sem nunca estabelecer um programa ou calendário convincente, Spínola defendeu o direito destes à autodeterminação, desde que manifestada “sem pressões de espécie alguma” no âmbito de um processo que resultasse de “um amplo debate das viabilidades de opção, no clima de liberdade democrática instaurado”, para o efeito, era essencial “acelerar-se ao mais elevado ritmo a regionalização das estruturas políticas dos territórios ultramarinos, com apelo à participação dos seus naturais nas actividades da gestão pública”. Com base nestes referenciais, no dia 11 de Junho de 1974, no decorrer de um discurso proferido no acto de posse dos governadores-gerais de Angola e Moçambique, Spínola reafirmou o seu modelo de descolonização: “restabelecimento da paz; reconstrução e desenvolvimento acelerados; implantação de amplos

⁷⁶⁵ Santiago, María José (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, A Questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 50-51.

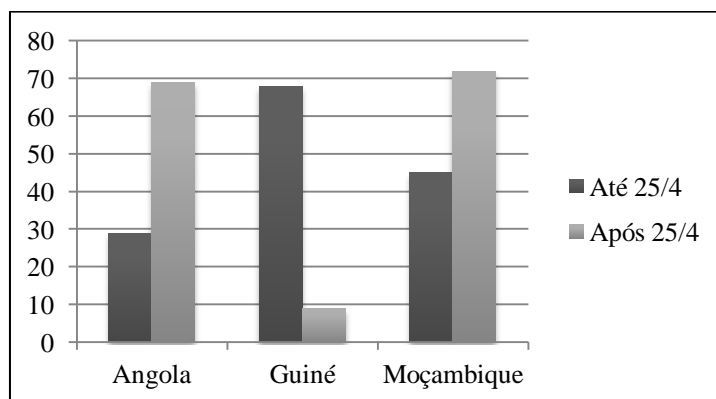
⁷⁶⁶ Moreira, Adriano (1977), *O Novíssimo Príncipe, Análise de uma Revolução*, 2ª Edição, Lisboa, Intervenção, p. 70.

⁷⁶⁷ Spínola, António de (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Ática/Bertrand, pp. 47-48.

esquemas democráticos de participação e de uma acelerada regionalização das estruturas políticas, económicas e sociais; e recurso à consulta popular”. Era um projecto ambicioso porque assentava na vontade dos próprios movimentos de libertação em quererem negociar um cessar-fogo que, na prática, não correspondesse à independência imediata, condição que, para Spínola, só era possível desde que resultasse “de uma autêntica autodeterminação, e só pode haver autodeterminação em clima de livre e perfeito funcionamento das instituições democráticas”⁷⁶⁸.

Contudo, o tempo não corria a favor de Spínola. O agravamento da situação operacional nas três frentes e a crescente divergência política quanto ao mais delicado dos problemas, descolonizar o mais rapidamente possível ou procurar protelar um processo que se revelava a todo o instante irreversível, dificultou o projecto de Spínola.

Quanto ao primeiro aspecto, a situação da guerra, depois do dia 25 de Abril de 1974, assistiu-se a um aumento das acções de guerrilha levadas a cabo pelos movimentos de libertação, em especial em Moçambique e em Angola, tal como se poderá comprovar pela observação do quadro 3.4:



Quadro 3.4: Mortos em Combate em 1974⁷⁶⁹

Enquanto na Guiné, devido ao cessar-fogo “negociado localmente o número de acções de combate foi praticamente insignificante”, em Angola e em Moçambique foi manifesto, tal como poderemos também constatar no quadro anterior, o “aumento das acções ofensivas dos

⁷⁶⁸ Spínola, António de (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Bertrand, pp. 85-89.

⁷⁶⁹ Adaptado de, Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1974-1975 – A revolta dos capitães e o fim da guerra, Volume 15*, Lisboa, Quidnovi, p. 69.

movimentos de libertação”⁷⁷⁰. A guerra não só continuava como se agravava nalgumas frentes, tornando o desgaste dos militares um factor de grande impacto no moral das tropas. Quanto a Angola, aquela que mais nos ocupa, a UNITA de Jonas Savimbi, logo no dia seguinte ao do golpe militar em Lisboa, realizou um ataque “a uma unidade militar portuguesa no Alto Cuíto”. A Norte, Holden Roberto ordenou, desde logo, às suas tropas, aí estacionadas, uma intensificação da guerra. A 3 de Maio, seria Agostinho Neto que, no âmbito de uma visita a Bruxelas, declarou a intransigência do MPLA em não aceitar o fim da luta armada “enquanto não fosse reconhecido por Portugal o direito à autodeterminação e independência, acabando mesmo por intensificar as hostilidades, sobretudo em Cabinda”. Mas também é importante que se refira que esta “renovada ofensiva dos movimentos armados pretendia disfarçar a sua fraqueza, ganhando assim poder negocial no âmbito do processo de descolonização”. A “fragilidade” dos movimentos de libertação angolanos era sobejamente conhecida e residia nas “debilidades estruturais” da FNLA, na divisão interna que reinava no seio do MPLA (Agostinho Neto, Daniel Chipenda e os irmãos Pinto de Andrade) e no “cerco que os outros movimentos lhe moviam”, e por fim, na “muita reduzida dimensão” das tropas da UNITA conjugado com a “falta de apoios externos” e a “ausência de bases seguras nos países vizinhos”. Neste contexto, era o MPLA que se assumia como o único movimento “com representatividade nacional”. Era uma opinião consensual e partilhada, inclusivamente, pelo consulado americano em Luanda que considerava o MPLA como “o menos tribal dos três movimentos” e, ao mesmo tempo, “o melhor para governar Angola”, ainda que os seus líderes surgissem nos relatórios da CIA como “mais próximos do socialismo radical europeu do que do marxismo-leninismo soviético”⁷⁷¹.

A ansiedade de não se vislumbrarem indícios de uma aclamada solução política para o conflito que os afastava das suas famílias na metrópole, fazia exacerbar a ausência de motivação para dar continuidade aos combates. A impaciência tomava conta das fileiras e as cisões entre o MFA e Spínola começavam a assumir dimensões preocupantes. A título de alerta, Spínola aproveitava os seus discursos para avisar, civis e militares, que “as ideias democráticas e de liberdade que inspiraram o MFA estão sendo sub-repticiamente minadas por forças contra-revolucionárias”. No entender do general, atitudes ideologicamente radicais

⁷⁷⁰ Gomes, Carlos de Matos; Afonso, Aniceto (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1974-1975 – A revolta dos capitães e o fim da guerra, Volume 15*, Lisboa, Quidnovi, p. 72.

⁷⁷¹ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, pp. 76-78.

não beneficiavam a construção de “um Portugal democrático, progressivo, livre e com mais justiça social”⁷⁷². Uma das suas últimas tentativas para fazer veicular esta ideia no seio do MFA, foi o plenário de 13 de Junho na Manutenção Militar, onde se fez acompanhar por Sá Carneiro e Vasco Vieira de Almeida, o ministro da Coordenação Económica, para tentar expor os perigos dessa radicalização ideológica⁷⁷³. É claro que a nomeação de Silvério Marques, um assumido integracionista, dois dias antes, para governador-geral de Angola em nada ajudou para acalmar esta animosidade. Para o MFA, Silvério Marques era um “fóssil” político e a solução passava por outro nome, Deodato Coutinho, um homem mais próximo de Costa Gomes⁷⁷⁴. Estava instalado, em definitivo, o confronto entre Spínola e o MFA.

Este quadro não era alheio à situação dos movimentos de libertação. A fórmula adoptada pelas novas autoridades governativas portuguesas, baseada numa resolução política do problema ultramarino, fez nascer um certo sentimento de desconfiança relativamente às reais intenções de Lisboa, ou seja, os movimentos de libertação olhavam para o programa da autodeterminação como o fim do seu ideal de independência total e imediata. Esta conjuntura constituía uma realidade em todas as províncias ultramarinas. Por exemplo, em Moçambique, em Maio de 1974, Samora Machel expôs publicamente a resposta da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) às propostas do general Spínola ao “proclamar a intenção de intensificar e ampliar as zonas da luta armada para a libertação nacional, luta esta que já nos tem dado grandes vitórias, para acelerar a queda do colonialismo português”. Já durante o rescaldo do 25 de Abril, Samora Machel tinha declarado que “os acontecimentos que acabam de ocorrer em Portugal estão intimamente ligados ao desenvolvimento da nossa luta armada, são um reflexo do combate anticolonialista”⁷⁷⁵.

Por outro lado, a recusa em negociar um cessar-fogo que possibilitasse as condições mínimas exigidas para a realização de um eventual referendo que garantisse às populações locais uma escolha consciente da solução política mais apropriada, também foi algo que esbarrou na divisão que reinava no seio das lideranças dos movimentos. Para além deste aspecto, faltava-lhes “todos os elementos para se lançarem numa actividade eleitoral dentro

⁷⁷² Spínola, António de (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Bertrand, pp. 53-54.

⁷⁷³ Santiago, María José (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, A Questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri, p. 78.

⁷⁷⁴ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, p. 86.

⁷⁷⁵ Apud, María José (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, A Questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri, p. 71.

das regras do jogo das democracias ocidentais, sem tradições nas sociedades africanas”⁷⁷⁶. Para estes, o cessar-fogo só poderia ser uma realidade com a calendarização das datas de independência. Como já vimos, foi para dar consistência a esta postura que reforçaram as actividades de guerrilha.

Em simultâneo, instalou-se o conflito nas relações entre o general e o ministro dos Negócios Estrangeiros em virtude de ambos terem “visões diferentes sobre o futuro do Ultramar”. Foi logo no dia 29 de Abril, no decorrer da primeira reunião do seu Conselho Directivo, que o Partido Socialista reclamou “o fim da guerra, o imediato cessar-fogo e a abertura de negociações “. Poucos dias depois, Mário Soares anunciou publicamente “que a posição do seu partido relativamente à questão colonial era a independência pura e simples”⁷⁷⁷. Tendo como orientação este referencial, Mário Soares, recentemente nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, parte para Dakar e posteriormente para Londres, para iniciar as conversações com o PAIGC. Soares, apesar de respeitar as orientações de Spínola, sempre procurou agir por sua conta e risco, pensando pela sua cabeça, com as suas convicções e tomando iniciativas próprias, tal como aconteceu em Dakar, no encontro que manteve com Aristides Pereira. Aí e, sobretudo, em Londres, para Spínola, o ministro dos Negócios Estrangeiros “avançara demais” ao dar a sua palavra “que iríamos descolonizar seriamente e que o primeiro passo seria a Guiné”. O general, agastado com o seu ministro, ameaçou interromper as conversações e assumiu, ele próprio, através do seu homem de confiança Carlos Fabião, a resolução da questão da Guiné, que se revelaria irreparável face à situação que se vivia no terreno “com as Forças Armadas desmotivadas e manipuladas pelo MFA local, atrasos nas rendições das tropas, contestação de milicianos, também enquadrados pelo MFA local”. Gerou-se um debate ameaçador entre ambos que deambulava entre a crença do general no seu próprio prestígio para inverter a situação e a do ministro que, pelo contrário, “achava que era preciso chegar, quanto antes, a um acordo na base do reconhecimento da independência”. Face às informações de insustentabilidade que recebia dos seus enviados à Guiné (Carlos Fabião, Manuel Monge e Almeida Bruno) e do relato pessoal acerca da realidade da colónia, de quem em 7 de Maio assumira o Governo da Guiné, Spínola recuou e

⁷⁷⁶ Telo, António (2007), “De Marcelo Caetano ao Portugal Democrático as Relações Internacionais da Transição”, *Espacio, Tiempo y Forma, História Contemporánea*, (online), Serie V, p. 260.

Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie5-2007-2221&dsID>.

⁷⁷⁷ Apud, Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, p. 85.

Mário Soares viajou para Argel, para a segunda ronda de conversações. Recorrendo às palavras do próprio interveniente, “as conversações foram cerradas”, mas as dificuldades foram ultrapassadas com a aprovação da Lei 7/74 que garantiu um “instrumento legal que lhes possibilitava pôr a sua assinatura nos acordos de Argel”, em 26 de Agosto de 1974, permitindo dessa forma o reconhecimento da soberania da Guiné, que entretanto já era um país independente e reconhecido por grande parte dos Estados da ONU, desde o dia 24 de Setembro de 1973, data em que teve lugar a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau feita pelo PAIGC, em Madina do Boé, no interior do território⁷⁷⁸.

Para além deste caso específico, Mário Soares, no âmbito da sua actividade ministerial, desenvolvia uma “intensa actividade diplomática”, enquanto o presidente da República se preocupava “em conquistar apoios internacionais para o seu projecto de descolonização”. Tal como sublinha o historiado Luís Nuno Rodrigues, “tratava-se, verdadeiramente, de um caso de diplomacias paralelas e com objectivos diferenciados”. Neste contexto, Soares encontrou-se com Henry Kissinger no âmbito de um conselho ministerial da OTAN em Otava, no Canadá, realizada a 17 de Junho, dois dias antes do encontro de Spínola com Nixon nos Açores. Seguiu-se a 26 de Junho, a reunião com o secretário-geral das Nações-Unidas, Kurt Waldheim, em Nova Iorque, onde este, no final dos trabalhos, declarou que “Portugal estava no bom caminho relativamente à solução do problema das suas colónias africanas”, tendo, por sua vez, Mário Soares assegurado a disponibilidade de Portugal para “aplicar as resoluções da ONU sobre Angola, Guiné-Bissau e Moçambique”. Kurt Waldheim retribuiria a visita ao ministro dos Negócios Estrangeiros português em Lisboa para continuar as conversações e, acima de tudo, para ultrapassar o verdadeiro entrave que o Governo de Portugal estava a colocar a um eventual acordo sob a égide da ONU, que era a questão do referendo. Soares acreditava que a presença do secretário-geral da ONU ajudasse Spínola a tomar consciência dos constrangimentos internacionais que condicionavam a descolonização portuguesa, enquanto, Waldheim estava convicto que poderia ajudar os “portugueses a completarem os acordos com o PAIGC”⁷⁷⁹. A 14 de Agosto de 1974, deslocou-se a Dar-es-Salam, juntamente com Almeida Santos e Melo Antunes, para participar numa ronda de “exaustivas conversações sobre assuntos não revelados oficialmente, na altura, mas que tinham a ver, soube-se depois, com a descolonização de Moçambique, preparatórias do acordo de Lusaca”,

⁷⁷⁸ Avillez, Maria João (1996), *Soares, Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, pp. 298-305.

⁷⁷⁹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp.412-414.

de 7 de Setembro de 1974 que reconheceria Moçambique como Estado independente a partir de 25 de Junho de 1975⁷⁸⁰.

Ainda neste contexto, Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, tinha uma orientação semelhante à de Mário Soares. Antes da sua nomeação, em entrevista ao *Século*, assumiu, de uma vez por todas, a sua “preferência pelo imediato reconhecimento às nossas colónias do direito à autodeterminação, incluindo a independência”. Esta convicção baseava-se na sua ideia “de que não dispúnhamos do tempo e do suporte militar exigidos pela montagem e consumação do esquema implícito no Programa do Movimento”. Daqui se retira o porquê do seu espanto quanto ao convite que lhe foi endereçado para assumir a pasta de um “novo ministério” que tinha como missão “coordenar territórios e não, propriamente, governá-los”, tal como o próprio Almeida Santos afirmou no acto de tomada de posse dos novos governadores de Angola e Moçambique⁷⁸¹.

Ou seja, internamente o debate em torno da descolonização, personificado pelos personagens políticos anteriormente referidos, traduzia as diferentes visões quanto ao futuro das províncias ultramarinas. Acontece que, no contexto internacional dos anos 1970, tal como iremos verificar, o modelo de Spínola era aceitável para poucos.

Efectivamente, a este impasse juntam-se “as pressões externas das mais diversas origens”. A ONU em 9 de Maio de 1974 apelou à JSN para, imediatamente, dar início às negociações com os movimentos de libertação e que “declarasse pública e categoricamente a sua aceitação de independência das colónias”. Posteriormente, no dia 11 de Maio, Spínola e Mário Soares receberam em Lisboa o “emissário especial” da ONU, Hans Janitschek, que lhes transmitiu a “ansiedade” em que se encontravam os representantes das nações africanas na ONU, pelo facto de quererem saber “as ideias exactas da Junta quanto à autodeterminação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau”. Poucos dias depois, a 17 de Maio, já depois da tomada de posse de António de Spínola e do Governo Provisório, foi emanado mais um comunicado do secretário-geral a sublinhar a importância das resoluções das Nações Unidas no contexto de uma “solução pacífica” para o “conflito que Portugal travava nos territórios africanos”. Tendo em conta estas resoluções, Kurt Waldheim fazia sentir a sua intenção de levar o novo Governo de Portugal a reconhecer “o direito dos povos dos territórios à autodeterminação e

⁷⁸⁰ Rama, M. Manuela e Carlos Plantier (1976), *Melo Antunes, tempo de ser firme*, Lisboa, Liber, pp. 22-27.

⁷⁸¹ Santos, Almeida Santos (2008), *Quase Memórias, Do Colonialismo e da Descolonização*, 3ª Edição, Lisboa, Casa das Letras, pp. 225-231.

independência”, sendo urgente que para atingir esse desiderato se devia iniciar “negociações com os movimentos de libertação africanos respectivos, sem demora, para que a paz possa ser restaurada”⁷⁸².

Por sua vez, a OUA na conferência de Mogadíscio, a 23 de Junho, face a uma posição pouco clara da parte do novo Governo português, relativamente à política ultramarina, manteve o “isolamento diplomático de Lisboa nos mesmos termos que antes do 25 de Abril”. O Egipto, por exemplo, um dos mais importantes no domínio afro-asiático, adoptou uma postura cautelosa até ter um conhecimento mais consistente sobre as novas orientações políticas para o ultramar português. A 8 de Maio, ainda não era visível uma reacção oficial do Cairo relativamente aos acontecimentos de Abril, em Lisboa, preferiu, antes, aguardar uma tomada de posição da OUA para, posteriormente, assumir o seu posicionamento relativamente ao novo Governo de Lisboa. Portugal mantinha relações com Marrocos e com os seus históricos amigos do reduto branco africano, no entanto, “o fim oficial do isolamento diplomático de Portugal em África” só viria a ser proclamado a 14 de Fevereiro de 1975 pelo general Teten Santl, presidente do Governo Provisório da Etiópia, no seguimento do discurso que proferiu na abertura da XXIV sessão do Conselho da OUA, em Adis Abeba⁷⁸³.

Na Europa Ocidental a “impaciência” e o “descontentamento” também se fizeram sentir. Aproveitando a visita de Mário Soares a Londres, o Governo inglês disponibilizou-se para “auxiliar o futuro Governo Provisório com a experiência britânica em termos de descolonização africana”, deixando em aberto a possibilidade dos dois governos estabelecerem um diálogo franco “acerca dos problemas que tinham experimentado no processo de descolonização e de como os tinham ultrapassado”. Dias depois, seguindo as indicações que chegaram da capital inglesa, o embaixador Nigel Trench reuniu-se com António de Spínola para manifestar “a abertura do seu Governo para acolher em Londres quaisquer conversações acerca dos territórios portugueses”. Era a prova que os ingleses já não acreditavam na “capacidade de Portugal conseguir adiar por muito mais tempo uma negociação directa com os movimentos de libertação”. Perante a inépcia do Governo português para fazer espoletar o processo de descolonização, a “impaciência” tomou conta do Governo britânico ao ponto do seu líder, Harold Wilson, temer “que Spínola pudesse deitar tudo a perder”. A Holanda também foi um dos países onde a questão colonial portuguesa era

⁷⁸² Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp. 383-384.

⁷⁸³ Santiago, María José (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, A Questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 66-67.

acompanhada como muita atenção. Apesar das desconfianças iniciais relativamente às verdadeiras intenções de Spínola, o Governo holandês, através do seu primeiro-ministro Den Uyl, desde logo “expressou o seu desejo de que as conversações entre Portugal e os movimentos de libertação começassem em breve”, tendo em vista a “autodeterminação” e a “independência completa das colónias portuguesas em África”. Este foi um desejo que traduziu um manifesto de intenções do Governo holandês a Portugal apresentado, logo nos primeiros dias de Maio no decorrer da visita de Mário Soares a Haia⁷⁸⁴.

Verificava-se, desta forma, um crescimento exponencial dos apoios externos à guerrilha e, para completar o quadro, faltava a esquivia de Nixon a Spínola no dia 19 de Junho nos Açores, ao assumir o seu apoio à “autodeterminação das colónias portuguesas, tal como afirmavam desde 1961”⁷⁸⁵.

Este último episódio inseriu-se num conjunto de outras iniciativas de cariz diplomático (Veiga Simão é nomeado para chefiar a delegação portuguesa na ONU a 28 de Junho; diligências junto do Governo britânico em finais de Junho; e uma reunião com Senghor a oito de Julho em Lisboa), constituiu uma verdadeira machadada no projecto de descolonização de Spínola e terá contribuído, decisivamente, para o seu isolamento, uma vez que o “general encontrou pouca receptividade por parte do seu homólogo norte-americano, que se limitou a prometer, vagamente, apoio a um Portugal independente, livre e próspero, deixando assim o general sozinho na sua luta pelo poder em Lisboa”⁷⁸⁶. Para além disso, a delegação que acompanhou Nixon aos Açores e que participou em conversações paralelas com a equipa de Spínola, perante as solicitações portuguesas, cordialmente, também “não assumiu qualquer compromisso”⁷⁸⁷. Tal como Spínola confessou ao *Expresso*, Nixon estaria “pouco informado sobre África e apenas preocupado com o estancamento do comunismo, tanto na Península Ibérica como em África”. Sobre este episódio destacamos os testemunhos de Spínola, nomeadamente o seu próprio livro *País Sem Rumo*⁷⁸⁸, para fazermos a nossa leitura histórica que vai ao encontro da interpretação do historiador José Medeiros Ferreira que, numa reflexão

⁷⁸⁴ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp. 386-387.

⁷⁸⁵ Telo, António (2007), “De Marcelo Caetano ao Portugal Democrático as Relações Internacionais da Transição”, *Espacio, Tiempo y Forma, História Contemporánea*, (online), Serie V, p. 260.
Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie5-2007-2221&dsID>.

⁷⁸⁶ Apud, Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá (2008), *Carlucci vs Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, p. 58.

⁷⁸⁷ Apud, Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p.412.

⁷⁸⁸ Spínola, António (1978), *País Sem Rumo*, Portugal, SCIRE, pp. 157-163.

sobre o teor do evento, concluiu “que ele foi a prova da ausência de reacção por parte dos EUA nos primeiros meses da revolução” e, ainda, “uma ausência de eco por parte do ainda presidente dos Estados Unidos aos consecutivos gritos de alarme lançados pelo presidente da JSN, que chamava a atenção para o apoio que os comunistas em Portugal estavam a receber da União Soviética”⁷⁸⁹.

Em resumo, “o tempo corria contra a política de Spínola” que temia “pela radicalização de todo o processo”⁷⁹⁰. Apesar das inerentes dificuldades de um qualquer contexto revolucionário, no caso particular do português, Spínola tinha noção de qual era o objectivo imediato a atingir, pois foi ele próprio que o afirmou, no discurso proferido na cerimónia de investidura do presidente da República, no dia 15 de Maio de 1974, que “o nosso propósito não pode ser outro senão o lançamento de bases sólidas” da democracia⁷⁹¹.

Perante esta convicção, Spínola rodeou-se de uma “manta de retalhos ideológica” (expressão utilizado por Almeida Santos ao avaliar os seus companheiros do I Governo Provisório)⁷⁹² ao convidar líderes políticos que, em termos da matéria central da acção governativa imediata, a descolonização, se encontravam num plano completamente divergente ao seu, fazendo transparecer que Spínola, nesta fase, já não tinha liberdade de escolha na selecção dos membros do I Governo Provisório, ou seja o poder absoluto. Querendo isto dizer que esta circunstância, também em nada ajudou o processo de harmonização política.

Foram três meses intensos que iriam marcar o desenrolar do resto dos acontecimentos e onde as palavras de ordem no aparelho governativo foram a disputa e o confronto. Cada uma das partes envolvidas no processo actuava de acordo com as suas convicções esquecendo os referenciais programáticos do modelo alternativo proposto pelos capitães. De um lado, aqueles que reivindicavam um processo mais paulatino em consonância com uma solução do tipo federativo e, dou outro lado, aqueles que, face às dificuldades do momento, pretendiam uma independência imediata como única saída aceitável para a guerra.

⁷⁸⁹ Apud, Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá (2008), *Carlucci vs Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, p. 62.

⁷⁹⁰ Telo, António (2007), “De Marcelo Caetano ao Portugal Democrático as Relações Internacionais da Transição”, *Espacio, Tiempo y Forma, História Contemporánea*, (online), Serie V, p. 260.
Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie5-2007-2221&dsID>.

⁷⁹¹ Spínola, António de (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Bertrand, p. 35.

⁷⁹² Santos, Almeida Santos (2008), *Quase Memórias, Do Colonialismo e da Descolonização*, 3ª Edição, Lisboa, Casa das Letras, p. 233.

Perante o bloqueio histórico com que o País se estava a defrontar, Spínola viu-se obrigado a desistir do ideal que o movia, entrou em colapso político e a incoerência tomou conta do seu discurso e das suas atitudes. O caso, eventualmente, mais paradigmático e revelador do que acabámos de escrever terá sido o debate conducente à aprovação, em Conselho de Estado, no dia 19 de Julho de 1974, da “Lei 6/74 que, “com alguma alteração posterior, iria constituir a Lei 7/74, promulgada com a data de 27 de Julho pelo presidente da República”⁷⁹³. Face ao impasse, no decorrer dos trabalhos de discussão da lei fundamental do processo de descolonização, a Lei 7/74, o presidente deixou cair um dos pontos mais importantes da lei constitucional (Lei 3/74), discutida anteriormente e que previa, na ausência de uma Assembleia Constituinte, ser da competência da “Nação definir a política ultramarina do Governo Provisório”, ao sugerir um “outro caminho”. No texto da lei, construído com base num projecto de lei discutido dias antes, logo no seu preâmbulo, a alternativa ficou assegurada pelo Conselho do Estado que, para Spínola, naquele particular momento, passou a ser “competente para fazer tal substituição”, uma vez que, era o órgão que estava no exercício dos poderes constituintes. Perante este raio de luz, Spínola concluiu que o “Conselho deverá justificar o afastamento do recurso ao plebiscito, invocando que, dada a urgência da resolução do problema, se torna materialmente impossível realizar uma consulta à Nação”. Ficava por ultrapassar o problema “do reconhecimento da independência de uma parte do território nacional e as disposições da Constituição Política de 1933” que, de acordo com Lei 3/74, mantinha-se em vigor nos aspectos que não contrariassem o Programa do MFA. Para o presidente passou a ser fulcral revogar, inequivocamente, um dos pontos centrais da Constituição do Estado Novo, ou seja, “o Estado não aliena por nenhum modo qualquer parte do território nacional”. Para o efeito, propôs que figurasse no artigo dois da lei um texto nos termos que se apresentam: “a aceitação do princípio de autodeterminação, nos termos do

⁷⁹³ “Segundo consta na acta da sexta sessão, o Conselho de Estado reuniu-se em Belém, contando só com catorze conselheiros, mais o presidente, pois tinham saído do órgão, para integrar o II Governo Provisório, Vasco Gonçalves, Vítor Alves, Melo Antunes e Costa Martins, que seriam substituídos por Franco Charais, Vasco Lourenço, Pinto Soares e Canto e Castro, que ainda não haviam sido empossados como conselheiros. Ausentes estavam Galvão de Melo e Azeredo Perdigão. E, assim, estiveram presentes, nesta transcendente reunião, as seguintes personalidades: generais António de Spínola, Costa Gomes, Jaime Silvério Marques e Diogo Neto; almirantes Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho; capitães-tenentes Vitor Crespo e Almada Contreiras; capitão de engenharia Pereira Pinto; professores Freitas do Amaral, Henrique de Barros, Isabel Magalhães Colaço e Ruy Luís Gomes; coronel Rafael Durão e tenente-coronel Almeida Bruno”. Santiago, María José (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, A Questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri, p. 126.

artigo anterior envolve o reconhecimento por Portugal, como estados independentes, dos territórios ultramarinos que optarem pela independência”. Colocada à consideração do Conselho, foram aprovados, por unanimidade, o preâmbulo e o primeiro artigo, quanto ao segundo artigo, aquele que se referia expressamente ao reconhecimento do direito à independência, foi aprovado por maioria com um único voto contra, que não foi o de Spínola, foi sim, o de Freitas do Amaral (com declaração de voto dos generais Silvério Marques e Diogo Neto)⁷⁹⁴.

Ao contrário de Palma Carlos que, pouco tempo antes, se tinha recusado a continuar à frente do Primeiro Governo Provisório, face à forma como o processo da descolonização estava a ser conduzido e, segundo o seu testemunho, “para não ser apodado de traidor à pátria”, Spínola cedeu⁷⁹⁵. Isolado e Portugal envolto num panorama político extremamente volátil, fruto das circunstâncias externas e internas, o general deixou-se ultrapassar pelos acontecimentos. Este episódio, que acabou por garantir o instrumento legal em falta para assinatura, sem a consulta das populações, dos acordos que estavam a ser discutidos com o PAIGC, representou regozijo para uns e conformismo para outros. Mário Soares sublinhou que “ficámos satisfeitos porque tínhamos, finalmente, eliminado um dos focos principais das guerras em África, dando um sinal importantíssimo para as Nações Unidas e criando melhores condições para negociar, com credibilidade, com Angola e Moçambique”⁷⁹⁶.

Spínola acabou por ser ele próprio que, implicitamente, reconheceu o malogro das suas ideias numa comunicação ao País, no dia a seguir à aprovação da referida Lei pelo Conselho de Estado a 27 de Julho de 1974, ao assumir o “começo dos trabalhos de planificação, programação e execução do processo de descolonização, com a aceitação desde já do direito à independência política, a proclamar em termos e datas a acordar”⁷⁹⁷.

⁷⁹⁴ Santiago, María José (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, A Questão das Actas*, Edições Colibri, Lisboa, pp. 125-133.

⁷⁹⁵ Relembramos que Palma Carlos insistiu na necessidade de um referendo, visto que, no seu entender, o problema do Ultramar já não podia esperar e tinha que ser resolvido sem demora, mas dentro dos parâmetros combinados a montante. Com Palma Carlos, “demitiram-se dos seus cargos o vice-primeiro-ministro, Sá Carneiro, o ministro da Administração Interna, Magalhães Mota, o da Defesa, Firmino Miguel, e o ministro da Economia, Vieira de Almeida”. Santiago, María José (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, A Questão das Actas*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 112-113.

⁷⁹⁶ Avillez, Maria João (1996), *Soares, Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, p. 303.

⁷⁹⁷ Spínola, António de (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Bertrand, p. 148.

Perante este recuo foi possível chegar ao almejado acordo político. Com ele foram ultrapassados os problemas que retardavam a assinatura dos protocolos com o PAIGC, foram imediatamente restabelecidos os contactos com os líderes daquele movimento e a 30 de Agosto, foi homologado o reconhecimento da Guiné-Bissau e Cabo Verde como territórios independentes⁷⁹⁸. Poucos dias depois, a 7 de Setembro, seriam assinados os acordos de Lusaka, tendo em vista o reconhecimento do direito à independência do povo Moçambicano.

Este epílogo constituiu um rude golpe para Spínola. Aliás, foi o próprio Vasco Gonçalves que, imediatamente após o discurso de Spínola à Nação, no âmbito da aprovação da Lei 7/74, testemunhou o estado de espírito do presidente da República: “Para grande surpresa nossa encontrámo-lo muito abalado, como se tivesse levado uma tarefa”⁷⁹⁹.

O episódio seguinte seria o de Angola, o verdadeiro “canto dos cisnes” de Spínola.

3. “AGORA ANGOLA É COMIGO!”⁸⁰⁰

Depois desta fase que, na prática, correspondeu ao afastamento de Spínola do processo conducente à descolonização dos territórios ultramarinos da Guiné e de Moçambique, o general tentou apoderar-se do caso angolano, assumindo um “papel mais directo e agressivo no processo de descolonização africano”. Foi o próprio embaixador americano em Lisboa, Stuart Nash Scott que, após um encontro com o assessor diplomático e confidente do presidente Spínola, Jaime Nunes Barata, já nos finais de Setembro de 1974, confirmou a desolação do general e a sua renovada impetuosidade. Com Angola, o mais rico dos territórios ultramarinos, o processo seria conduzido de forma diferente. Barata terá confessado a Scott que “independência de Angola não será tratada precipitadamente” e observou que, face às

⁷⁹⁸ Foi em 26 de Agosto de 1974 que se concretizou a “assinatura, em Argel, de um acordo entre Portugal e o PAIGC, na sequencias de negociações bilaterais entre delegações dos dois parceiros, tornando efectivo o reconhecimento da República da Guiné-Bissau por Portugal e o cessar-fogo já existente entre as forças no terreno”. Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1974-1975 – A revolta dos capitães e o fim da guerra, Volume 15*, Lisboa, Quidnovi, p. 86.

⁷⁹⁹ Apud, Macqueen, Norrie (1997), *A Descolonização da África Portuguesa, a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, p. 198.

⁸⁰⁰ “Numa entrevista em 1984, Vasco Lourenço, recordou um encontro com Spínola imediatamente depois do seu discurso à Nação sobre a promulgação da Lei n.º 7/74”: “Felicítamo-lo pelo discurso e ele respondeu-nos”: “Eu sabia que era isto que vocês queriam. Mas agora Angola é comigo”. Apud, Macqueen, Norrie (1997), *A Descolonização da África Portuguesa, a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, p. 198.

dificuldades que se verificavam no seio dos vários grupos guerrilheiros que disputavam o poder, Portugal teria “mais tempo para lidar com Angola do que teve com outros dois territórios”. Para sustentar a sua convicção, Barata ainda recordou o discurso de Spínola de 10 de Setembro, o estabelecimento de uma comissão de descolonização, e o encontro que se viria realizar na Ilha do Sal com Mobutu, como exemplos de um “papel presidencial mais activo”. Por sua vez, o embaixador americano faria uma leitura bem mais extensiva, ao acreditar que o presidente Spínola, aparentemente, sentia que chegara o momento certo “para ele reviver e implementar o conceito de uma descolonização democrática como apresentado pela primeira vez em seu livro *Portugal e o Futuro*, mas rapidamente superado pelos acontecimentos posteriores a 25 de Abril”⁸⁰¹.

Para a concretização deste desiderato, encetou, em simultâneo, acções que visavam a aceitação, interna e externa, do seu novo paradigma para Angola. Quis “alterar a correlação de forças”, empreendeu uma aproximação a outros sectores do “poder político-militar português, sobretudo do MFA” para os vincular ao seu “novo programa de descolonização de Angola” e, por fim, tentou garantir apoios internacionais. Primeiramente, confiando nas suas capacidades de aglutinação das massas, encetou, logo em Agosto, um périplo por “unidades militares-chave” (disto são exemplos o Regimento Pára-quedista de Tancos e de Comandos, a Escola Prática de Infantaria, entre outros) para, através de caracterização exacerbada e dramatizada da situação em que Portugal se encontrava, arregimentar os apoios que, em termos operacionais e táticos, lhe garantissem a liberdade de acção mínima para derrotar os seus adversários. Ainda em Agosto, mas já em pleno clima de tensão com Rosa Coutinho, divulgou um novo Programa para a Independência de Angola, “a desenvolver num prazo de três anos”⁸⁰². Pretendia-se, “clarificar” o processo de descolonização perante as Nações

⁸⁰¹ National Archives – Access to Archival Database: Telegrama, 04099, da Embaixada dos EUA em Kinshasa, de 24 de Setembro de 1974, Subj: Spinola to Take More Direct Role In Decolonization Process, (online).

Disponível em: www.archives.gov/aad/display-partial-records.jsp.

⁸⁰² Nesta altura Spínola irá receber uma “delegação de angolanos” que lhe irá transmitir as “apreensões quanto ao futuro dos portugueses de Angola perante a campanha antiportuguesa que ali se desenvolvia com o tácito assentimento das Forças Armadas e da Junta Governativa, em total desacordo com os princípios proclamados pela JSN”. Daqui saiu a acusação de Spínola a Rosa Coutinho de estar, juntamente com o MFA local, a procurar “por todas as formas eliminar do quadro de negociações a FNLA e a UNITA, bem como todos os movimentos políticos em formação ou individualidades que se opusessem ao desenvolvimento do plano de entrega a um partido único – o MPLA”. Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p.458.

Unidas que, partir desta fase, deveria resumir-se a um conjunto de acções que visassem, numa fase inicial, contactos com todos os movimentos de libertação tendo em vista um cessar-fogo imediato, “condição essencial para o sucesso das negociações”. Seguiu-se, em território angolano, patrocinado por Portugal, “um governo de coligação provisória” constituído “pelos movimentos de libertação e os grupos étnicos mais representativos”, onde se incluía a “comunidade branca”. Posteriormente, este novo Governo seria responsável por operacionalizar uma “lei eleitoral”, que permitisse aos povos angolanos expressarem, de forma livre, a sua vontade política, e um “recenseamento eleitoral” assente no princípio de “um homem, um voto”. As eleições para a assembleia constituinte, por voto directo, universal e secreto, teriam que ser realizadas num “prazo máximo de dois anos” que, no final, teria o dever de aprovar a “constituição do novo Estado” e determinar os termos em que se iram estabelecer as ligações com Portugal. Aprovada a constituição, a assembleia constituinte cessaria funções e seriam efectuadas “novas eleições”. Quanto a Portugal, comprometia-se a aceitar a legitimidade desse “Governo eleito de acordo com os princípios democráticos” e a permitir a permanência dos “observadores das Nações Unidas de modo a verificarem a honestidade dos actos eleitorais”. Este plano representava para Spínola um “teste decisivo da nossa capacidade de dar ao mundo novos mundos”, uma vez que, era sua convicção que Angola progredia decisivamente rumo ao “bem-estar das populações que começavam a sentir os benefícios do progresso e a compreender as virtualidades da construção de um novo país de expressão portuguesa”⁸⁰³. Mais uma vez, a ideia deparou-se com “obstáculos inultrapassáveis”, uma vez que os movimentos de libertação não mostraram disponibilidade para aderir “a um plano a tão longo prazo que não contemplava a transferência completa e imediata de poder”. Para além disso, “as Forças Armadas portuguesas em Angola, o MFA e a generalidade dos partidos de esquerda de Lisboa também não manifestavam apoio entusiástico a esta proposta”. Por fim, ao nível externo, “o plano não acolheu apoios substanciais, a despeito dos esforços diplomáticos de Spínola”⁸⁰⁴.

Paralelamente a estas iniciativas, “desenvolveu uma intensa actividade internacional” tendo em vista a aproximação aos EUA e, muito particularmente, ao Zaire⁸⁰⁵. Neste seguimento concordamos, em absoluto, com a ideia do historiador Moreira de Sá que confere

⁸⁰³ Spínola, António (1978), *País Sem Rumo*, Portugal, SCIRE, p. 327.

⁸⁰⁴ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp.459-460.

⁸⁰⁵ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, pp. 101-103.

aos “países africanos vizinhos”, em particular ao Zaire, um papel determinante na “internacionalização da descolonização de Angola”. Esta tese é corroborada com base num estudo americano (National Security Study Memorandum 224) que se refere ao envolvimento explícito e contínuo de Mobutu no apoio a Holden Roberto como forma de patrocinar um “governo amigável em Angola”⁸⁰⁶. No entanto, como já tivemos oportunidade de observar, este apoio nem sempre foi pacífico. Houve períodos de tensão entre os dois, Mobutu e Holden Roberto, e só com o agudizar das relações entre Portugal e o Zaire no decorrer dos acontecimentos de Kinkuzu, já aqui relatados, é que as afinidades estabilizaram para o lado do líder da FNLA. De qualquer forma, ambos representavam uma solução para Angola que, em momento algum, foi alvitrada por Marcello Caetano mas que, para Spínola, a partir dos acontecimentos que levaram à publicação da Lei 7/74, passou a representar a sua visão de futuro para o Ultramar português, nomeadamente, para Angola.

Para além das relações privilegiadas com a FNLA, o Zaire era visto por Spínola como “a força africana mais poderosa com interesse na descolonização de Angola”, essencialmente, por se tratar de “um país vizinho que sempre tem mais estabilidade do que qualquer dos movimentos de libertação e terá sempre uma palavra a dizer sobre o futuro de Angola”, e depois porque, em termos internacionais, Mobutu detinha apoios que apareciam “como antídoto contra uma zona de influência russa”⁸⁰⁷, nomeadamente nesta fase, aqueles que vinham dos lados de Pequim.

Relativamente ao Zaire é preciso recordar que, no âmbito das relações entre Portugal e o Zaire, o 25 de Abril cedo despertou as atenções de Mobutu. Poucos dias depois do golpe militar, já o encarregado de Negócios de Portugal em Kinshasa estava a ser convocado pelo conselheiro principal do presidente Mobutu, Mokolo Wa Mpombo, para um encontro. O primeiro ponto que as autoridades zaienses queriam esclarecer era o posicionamento da Embaixada relativamente ao MFA, “pelo que o diplomata português lhe deu a conhecer o seu inteiro apoio e a de todos os que trabalham na missão à JSN e ao seu Programa”. Posteriormente, Mokolo informou o diplomata português que “o Zaire estaria pronto a reconhecer o novo regime português e a estabelecer relações diplomáticas com Portugal desde que, a JSN desse a conhecer um programa detalhado para a autodeterminação dos territórios ultramarinos portugueses”. Também se disponibilizou para se deslocar a Portugal, ou a outro

⁸⁰⁶ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, p. 80.

⁸⁰⁷ Apud, Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p.464.

país europeu, a fim de estabelecer contactos com um representante da JSN e, caso fosse intenção portuguesa não difundir o programa para o Ultramar, “que o desse pelo menos a conhecer ao Zaire, que dele não daria qualquer publicidade”. Efectivamente, a resolução do “problema de Angola” representaria um grande “alívio”, uma vez que, a FNLA constituía um grande fardo para a “Nação zairiana” e, dessa forma, o Zaire poderia determinar “a linha de conduta da FNLA, já que esta depende dele totalmente”. Por estas razões, emitia “o voto de que sejam tidos sempre em consideração os angolanos refugiados no Zaire”. O Encarregado de Negócios português tomou, de seguida, a palavra para expor os princípios orientadores da política ultramarina do futuro Governo Provisório, com base nas indicações que tinha recebido de Lisboa. Dessa exposição houve um ponto que suscitou algumas dúvidas a Mokolo, aquele que se referia aos homens dos movimentos de libertação e às garantias que poderiam ser concedidas caso “depusessem as armas e regressassem a território nacional, e ali se organizassem em partidos políticos”, para, sem nenhuma interferência, participarem na “opção pelo futuro dos respectivos territórios”. Como resultado deste encontro, o Zaire manifestava oficialmente a disponibilidade para “uma abertura imediata do diálogo com o nosso país”, enquanto Portugal, por via da Embaixada em Kinshasa, comunicava “estarem as autoridades portuguesas prontas a receber um emissário da República do Zaire”⁸⁰⁸.

Entretanto Mobutu iniciou mais um dos seus périplos africanos. No decorrer de uma visita oficial ao Togo, pronunciaria as suas primeiras palavras sobre os acontecimentos de Lisboa, ao manifestar o seu desejo “de que a mudança de regime em Portugal seja benéfica aos povos africanos oprimidos”. E sublinhou ainda que “a questão que me vem ao espírito é de saber se o general António de Spínola autor da mudança ocorrida em Lisboa, será citado um dia como herói da história africana ou se serão surpresas que ele nos promete”⁸⁰⁹. No mês seguinte, seguiu-se mais uma visita, desta vez ao Alto Volta. E aí, Mobutu reiterou que “o Zaire não se importaria de “reconsiderar as suas relações” com Portugal, desde que este resolvesse pôr em prática “uma política sem equívoco visando conduzir indubitavelmente as suas colónias de África à independência”⁸¹⁰. A próxima paragem seria no Dahomey (actual Benim). Também aí não perderia a oportunidade de se referir à situação portuguesa, insistindo na tecla da

⁸⁰⁸ AMU – Maço 958 – Processo QQ-28-1: Nota n.º 4718, de 13 de Maio de 1974, da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁸⁰⁹ AHD – PAA – Maço 1071: O Movimento das Forças Armadas Portuguesas e o Presidente Mobutu, Ofício N.º 702, de 29 de Abril de 1974, da Embaixada de Portugal em Kinshasa.

⁸¹⁰ AHD – PAA – Maço 1071: Nota n.º 4723, de 13 de Maio de 1974, da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

“independência total” como condição essencial para “reconhecer sem equívoco e mesmo a estabelecer relações diplomáticas com o novo regime de Lisboa”⁸¹¹. Deste conjunto de intervenções públicas, nos dias que se seguiram ao culminar do Portugal que ele estava habituado a lidar, foi manifesta a intenção de Mobutu exteriorizar a sua preocupação relativamente ao futuro de Angola.

E é neste contexto que Mobutu, tendo conhecimento da viagem de Palma Carlos a Bruxelas, onde decorria a cimeira da OTAN para a assinatura da nova Carta do Atlântico, imediatamente se movimentou para fazer chegar à conversa com o chefe do Governo Provisório português um dos seus homens do CND, que também se encarregava das missões diplomáticas mais delicadas, Mokolo Mpombo. Mobutu recorreu a Gonzaga Ferreira, que já não se encontrava em Kinshasa, para intermediar estas diligências que tinham como objectivo último proporcionar um encontro entre o enviado de Mobutu e Mário Soares que integrava a delegação de Palma Carlos na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros. A ideia de Mobutu era muito simples: agendar, o quanto antes, um encontro com Mário Soares, que só se viria a concretizar meses mais tarde, em Kinshasa, já depois da renúncia de Spínola⁸¹².

O âmago das preocupações de Mobutu residia nos cerca de 2000 mil quilómetros de fronteira que o seu país possuía com Angola, facto que fazia crer que as suas reais intenções visavam eliminar a possibilidade de “ver instalado em Angola um regime extremista e instável nocivo para a África e que poderia levar a confrontações com o seu país ou obrigá-lo a intervir”. A somar a esta questão estava uma outra de cariz iminente económico, por querer continuar a manter os “laços económicos com as grandes potências do Ocidente”, e uma outra, relacionada com a “internacionalização do problema através de uma intervenção da OTAN (ou só dos EUA a coberto desta) ou de outros países ainda”, situação que poderia acarretar graves consequências para o seu país. Para Mobutu, o Zaire era “o gatilho de África” e representava o papel “senão de estado polícia da zona pelo menos de entidade tutelar dos vários estados que com ele têm fronteiras”, e essa sua convicção tornava intolerável a existência de um Estado vizinho, chefiado por um Agostinho Neto melindrado por sempre ter sido preterido relativamente a Holden Roberto, entre Zaire e o Atlântico e detentor do CFB. Este pânico era legítimo, porque por esta altura já era evidente que era o MPLA que surgia

⁸¹¹ AHD – PAA – Maço 1071: Nota n.º 4765, de 14 de Maio de 1974, da Direcção-Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁸¹² Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata, África, Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Vega, p. 285.

como o mais bem posicionado, o mais credível e o preferido de “Lisboa como interlocutor válido”⁸¹³.

Em Julho de 1974, apesar das boas notícias que chegavam a Kinshasa vindas de Luanda, face à rejeição de Silva Cardoso, então membro da Junta Governativa de Angola, quanto à sugestão de que Portugal deveria tentar formar um governo provisório em Angola sem FNLA, o caminho não se avizinhava nada fácil. Para este general português era um facto real que, à época, já a FNLA gozava de um total apoio de Mobutu que lhe providenciava um “significativo e crescente” apoio militar, particularmente, vindo do exército zairense. Neste contexto, um governo provisório em Angola que excluísse a FNLA criaria um grande “problema a norte”, para as autoridades governativas portuguesas em Lisboa⁸¹⁴. De qualquer forma Mobutu, em tempo devido, nunca deu ouvidos aos avisos que vinham, sobretudo, da Zâmbia, a insistir na necessidade de serem concedidas “maiores facilidades e apoio aos movimentos de libertação, sobretudo o direito de trânsito aos guerrilheiros do MPLA”, a fazê-lo talvez tivesse minimizado essa fragilidade. Por outro lado, o malogro do projecto que visou a aproximação de Holden Roberto a Agostinho Neto era um facto⁸¹⁵. Só em Julho de 1974 é que ocorreu a cimeira de Bukavu, tendo em vista a reconciliação da FNLA com o MPLA, onde foram desenhadas as “linhas mestras do que seria a uma plataforma nacionalista com vista a negociação da independência” e que foi reforçada na Cimeira de Mombaça, em Janeiro de 1975⁸¹⁶. No entanto, todas estas diligências estavam bem longe de vir a corresponder a um ambiente geral de apaziguamento ou de cooperação entre os movimentos. Os confrontos, como sabemos, iriam surgir mais cedo do que se esperava⁸¹⁷. Perante este cenário, a pergunta que tinha que ser feita era a de saber o que seria necessário para garantir a participação da FNLA num eventual governo provisório em Luanda. Holden Roberto teria a garantia de Mobutu sobre este assunto, porque à partida sabia-se que a sua meta de longo prazo para

⁸¹³ AHD – PAA – Maço 1071: Informação de Serviço, de 20 de Maio de 1974, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁸¹⁴ National Archives – Access to Archival Database: Telegrama, 06601, da Embaixada dos EUA em Kinshasa, de 30 de Julho de 1974, Subject: Zaire and the Future of Angola, (online). Disponível em: www.archives.gov/aad/display-partial-records.jsp.

⁸¹⁵ AHD – PAA – Maço 1071: Informação de Serviço, de 20 de Maio de 1974, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁸¹⁶ N’ganga, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano, As memórias de Holden Roberto, I Volume, 1923-1974*, São Paulo-Brasil, Editora Palma, pp. 258-259.

⁸¹⁷ Correio, Pedro Pezarat (1991), *Descolonização de Angola, A Jóia da Coroa do Império Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, p. 105.

Angola, pelo menos até Portugal clarificar a sua política africana, consistia em colocar Holden no poder de modo a desfrutar da vizinhança de um “Estado amigável entre Zaire e o mar”⁸¹⁸.

Entretanto, em Agosto, no seguimento da reunião do conselho nacional executivo zaireense presidido por Mobutu, já este elogiava as declarações de Spínola reconhecendo o direito dos territórios africanos portugueses à independência. A declaração elogiou a “coragem política” de Spínola e apelidou a sua deliberação de libertar os territórios africanos de um “acto de importância histórica”⁸¹⁹. Desta forma, o Zaire, que antes dos acontecimentos do 25 de Abril estava de costas voltadas a Portugal, registava com satisfação a mudança radical na política das autoridades portuguesas.

Por outro lado, internacionalmente, a essência desta política de Mobutu, que era vista como um contrapeso à influência dos “comunistas soviéticos liderados pelo MPLA” e que denotava uma louvável “astúcia política” ao procurar contactos directos com Spínola, também passou a ser elogiada. Em Kinshasa, os embaixadores americanos e franceses, começaram a acreditar na possibilidade de Mobutu e Spínola poderem, entre eles, “resolver o futuro de Angola, salvaguardando os legítimos interesses de segurança do Zaire, bem como os de Portugal, que estavam preocupados em proteger os seus cidadãos e a sua posição económica”⁸²⁰. Ainda neste contexto, não podemos esquecer que Nixon e Spínola, durante a cimeira dos Açores, já tinham ambos concordado “que Mobutu do Zaire poderia ser útil na descolonização de Angola”⁸²¹. Com a cumplicidade e a crença destes importantes “actores” internacionais, que abominavam o alargamento da esfera de influência comunista em África, estava criado o ambiente propício para uma aproximação entre o Zaire e Portugal, na pessoa dos seus respectivos líderes.

⁸¹⁸ National Archives – Acess to Arquivial Database: Telegrama, 06601, da Embaixada dos EUA em Kinshasa, de 30 de Julho de 1974, Subject: Mobutu Tribute to Spínola, (online).

Disponível em: www.archives.gov/aad/display-partial-records.jsp. 26 de Março de 2014.

⁸¹⁹ National Archives – Acess to Arquivial Database: Telegrama, 06941, da Embaixada dos EUA em Kinshasa, de 10 de Agosto de 1974, Subject: Zaire and the Future of Angola, (online).

Disponível em: www.archives.gov/aad/display-partial-records.jsp. 26 de Março de 2014.

⁸²⁰ National Archives – Acess to Arquivial Database Excertos de uma conversa entre os embaixadores americanos e franceses em Kinshasa. Telegrama, 07553, da Embaixada dos EUA em Kinshasa, de 05 de Setembro de 1974, Subject: Angolan Question at Brazzaville Summit Meeting of East na and Central African States, (online).

Disponível em: www.archives.gov/aad/display-partial-records.jsp. 26 de Março de 2014.

⁸²¹ Schneidman, Witney W. (2004), *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna, p. 253.

Neste contexto, já depois da criação da Comissão Nacional de Descolonização e do envio de um oficial do comando-chefe para Noqui com o objectivo de “estabelecer contactos com os homens da FNLA sediados em Matadi, desbravando o caminho para abertura oficial de negociações”⁸²², agendou-se um encontro entre Spínola e Mobutu, que chegou a estar marcado para 23 de Agosto, mas que só se viria a realizar a 15 de Setembro na Ilha do Sal, com o objectivo de partilharem pontos de vista relativamente à questão de Angola⁸²³. Tal como Moreira de Sá escreve, o que estava efectivamente em jogo, era a tentativa de Spínola de “converter Mobutu à sua visão para a descolonização de Angola”⁸²⁴.

Conhecedores deste intento, os pares africanos de Mobutu não fizeram uma leitura muito favorável relativamente aos motivos que levaram o líder do Zaire a aceitar, de imediato, o convite que lhe tinha sido endereçado, de tal forma que Mobutu se viu na obrigação de, publicamente, esclarecer as críticas que lhe eram apontadas. As razões que o levaram a aceitar o convite do presidente Spínola envolviam as questões da “interdependência Angola-Zaire, número de refugiados angolanos neste país e a presença de ex-gendarmes catangueses em Angola”, tendo concluído com a seguinte interrogação: “quando o homem da descolonização que é o general Spínola me convida para trocar os nossos pontos de vista, devo esquivar-me perante tal manifestação de boa-fé da sua parte, como se tivesse de prestar contas a quem quer que seja em África?”. Esta era uma ideia que, segundo Mobutu, revelava as reais intenções do regime que liderava, excluindo outras que davam conta do seu interesse nas “riquezas de Angola”, nomeadamente no “petróleo de Cabinda”, e das suas intenções em “criar uma federação Zaire-Angola”, liderada por si e por Holden Roberto. Segundo os seus esclarecimentos o que o movia era a “dignidade e autenticidade do homem africano” e a condenação do “colonialismo e do racismo”⁸²⁵.

⁸²² Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina do Livro, p. 423. Segundo o estudo efectuado por Alexandra Marques, foi através de Fragoso Allas, colocado na embaixada brasileira em Kinshasa que foi combinado o encontro com Mobutu. Apud, Marques, Alexandra (2013), *Segredos da Descolonização de Angola, Toda a verdade sobre o maior tabu da presença português em África*, 5ª edição, Alfragide, Dom Quixote, p. 54.

⁸²³ Presidida pelo presidente da República, tratava-se de um instrumento institucional que Spínola pretendia utilizar para, doravante, conduzir o processo da descolonização. Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp.459-460.

⁸²⁴ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, p. 110.

⁸²⁵ AHD – PAA – Maço 1081: Telegrama da Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 24 de Setembro de 1974.

Mobutu era conhecido como um líder “imprevisível”, umas vezes queria ter um papel de liderança ou de mediação em tudo o que se passava em África, mas por outro lado, em certas situações, patenteava modificações “bruscas de sentimentos e orientações acerca dos mais variados assuntos ao qual aliava um grande gosto pela improvisação”⁸²⁶. Neste caso concreto, era evidente que as suas reais intenções estavam mais relacionadas com as questões de segurança do que propriamente pelo respeito dos princípios orientadores da vida humana. Foi este seu estilo que levou Caetano a afastar-se, mas que pelos vistos terá tido pouca relevância para Spínola, caso contrário não estaria a contar com ele para um projecto a dois em relação a Angola.

Com este cenário como pano de fundo, Spínola partiu para o Sal, acompanhado por uma delegação presidencial da qual faziam parte, o ministro da Defesa Nacional, tenente-coronel Firmino Miguel, o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, o chefe do gabinete militar da Presidência, coronel Robin de Andrade, o chefe do gabinete Civil, tenente-coronel Dias Lima, o chefe da Casa Militar, tenente-coronel Almeida Bruno e o chefe de protocolo do ministério dos Negócios Estrangeiros, Mendonça Cunha. Quando a delegação chegou à ilha do Sal um episódio inesperado fez com que Spínola incumbisse Almeida Santos de uma “missão urgente de ordem interna na cidade da Praia”⁸²⁷. Cerca de duas dezenas de cabo-verdianos tinham-se deslocado da cidade da Praia para se manifestarem ostensivamente contra a comitiva portuguesa: “fascistas!, fascistas e independência ou morte!”. Perante este cenário, que indignou fortemente Spínola, Almeida Santos, prevendo que algo de semelhante se viesse a passar na visita que estava programada para a cidade da Praia, voluntariou-se para ir no lugar do presidente, evitando dessa forma uma situação constrangedora para o responsável máximo de Portugal. Inicialmente renitente, Spínola acabaria por enviar o ministro português em sua representação para a cidade da Praia. Aí, o cenário previamente traçado viria a confirmar-se, com milhares de pessoas a “repetir os amáveis slogans do aeroporto da ilha do Sal”. Para Almeida Santos, “este incidente serviu para confirmar que as pressupostas facilidades de descolonização dos territórios em que não tinha havido guerra não passavam de uma hipótese a corrigir”⁸²⁸.

⁸²⁶ AHD – PAA – Maço 1071: Informação de Serviço, de 20 de Maio de 1974, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁸²⁷ Spínola, António (1978), *País Sem Rumo*, Portugal, SCIRE, p. 322.

⁸²⁸ Santos, Almeida Santos (2008), *Quase Memórias, Do Colonialismo e da Descolonização*, 3ª Edição, Lisboa, Casa das Letras, pp. 303-306.

Quanto à cimeira, esta decorreu num “ambiente de cordialidade” e nela foram abordados diversos temas (figura 1.4)⁸²⁹.



Figura 1.4: Cimeira da Ilha do Sal⁸³⁰

Um deles passava por assegurar a participação da FNLA nas negociações com Portugal tendo como objectivo a descolonização de Angola. Atestado o cessar-fogo com a UNITA⁸³¹, esta cooperação permitiria “isolar politicamente o MPLA” e, possivelmente, “forçá-lo também a aceitar negociar com Portugal, através da mediação do Zaire”. Conhecedores da divisão que se instalara no seio daquele movimento⁸³², Mobutu e Spínola, apostavam em

⁸²⁹ Spínola, António (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução*, Portugal, SCIRE, p. 322.

⁸³⁰ AHD – PAA – Maço 1081: Recortes da Imprensa do Zaire: Jornal *Salongo* de 16 de Setembro de 1974 .

⁸³¹ Foi a 17 de Junho que “um comunicado do comandante-chefe em Angola anunciava que Portugal tinha conseguido obter um cessar-fogo com a UNITA. Depois de negociações conduzidas algures no Leste de Angola, ambas as partes concordavam em suspender as acções armadas o mais rapidamente possível para possibilitar a criação de uma atmosfera propícia ao desenvolvimento do diálogo político que permita a restauração da paz em Angola”. Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp.405-406.

⁸³² “As dificuldades internas do movimento tornaram-se evidentes a partir de 1970 e, para ultrapassar estes problemas foi convocado, em 1971, um congresso, que se realizou na Zâmbia, mas no qual no qual não se conseguiram acordos satisfatórios entre as partes, o que levou, já no final de 1972, a chamada Revolta do Leste, encabeçada por Daniel Chipenda e pelos comandantes que actuavam na zona dos bunda, que eram o grosso do contingente militar do MPLA. Num primeiro momento, esta dissidência contou com o apoio da Zâmbia e mesmo da União Soviética, mas, pouco depois, estes países voltaram a apoiar Agostinho Neto. As críticas à forma como o líder dirigia o movimento

Daniel Chipenda e, segundo a missão diplomática americana em Kinshasa, terão atingido um “acordo anti-Neto”, ao estabelecerem “um verdadeiro triunvirato em Angola que assegurasse a transição e o Governo de uma Angola independente: Holden Roberto, Jonas Savimbi e Daniel Chipenda”. Estas divisões internas levaram Spínola e Mobutu a concluir que “o poder não poderia ser transmitido para um partido apenas e os ministros do Governo Provisório não poderiam ser divididos com base em critérios raciais”, ou seja, era obrigatório instituir uma “frente comum” para que se pudesse conduzir uma negociação viável com Portugal. Contudo, esta intenção tropeçou na intransigência de Agostinho Neto⁸³³.

A imprensa britânica foi um pouco mais longe. Para o *Sunday Times*, que considerou esta reunião uma das “mais significativas da história de Angola”, Spínola terá aproveitado o facto de se ter instalado em Kinshasa um líder nacionalista, Daniel Chipenda, afecto ao MPLA mas que “preparou o seu próprio grupo dissidente, após uma contenda com o seu chefe”. Chipenda era visto como “um ardente nacionalista sem compromissos ideológicos e é, por conseguinte, aceitável aos olhos de Mobutu – e dos americanos”. Perante este quadro, ao general Spínola “deparou-se-lhe uma nova oportunidade”: “reconciliar a formidável combinação de Roberto e Savimbi, que Neto dificilmente poderia romper”. Para o jornal inglês, “plano de Spínola consistia num Governo provisório de 12 homens, composto por dois representantes de cada um dos movimentos de libertação, e seis representantes dos chefes tribais e de vários grupos de minorias brancas da capital, Luanda”. Obviamente que “o esquema possuía uma atracção irresistível para todos os presentes”, uma vez que Chipenda e Mário de Andrade “podiam reivindicar a representação do MPLA” e com isso, Agostinho Neto “podia ser completamente excluído e com ele todo o eixo Nyerere – comunista”⁸³⁴.

Esta tese também é corroborada por Witney Schneidman que, dentro desta orientação, se refere a este entendimento entre Spínola e Mobutu para a eliminação da “cena política angolana numa transição democrática para a independência” de Agostinho Neto e das

ampliaram-se quando. Em 1973, estalou a chamada revolta activa, sob direcção dos irmãos Andrade e com base na República Popular do Congo, constituída por outros intelectuais e alguns dos melhores quadros negros, mestiços e brancos da organização”. Cervelló, Josep Sanches (s.d.) “Movimentos de Libertação, Evolução Política, Guerra Colonial, Angola, Guiné, Moçambique”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos de Gomes (orgs.), *Guerra Colonial, Angola, Guiné, Moçambique*, (s.l.), Diário de Notícias, p. 419.

⁸³³ Apud, Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp.465-466.

⁸³⁴ AMU – Maço 7599 - Processo D-5-72: Tradução do Artigo do Sunday Times de 20 de Outubro de 1974, O Desenterrar do El Dorado Africano.

“facções marxistas do MPLA”, para sublinhar que “um dos objectivos principais de Spínola era garantir que o MPLA estaria representado no governo por Daniel Chipenda e pelo presidente honorário do Movimento, Joaquim Pinto de Andrade”⁸³⁵.

Relativamente a este ponto importa fazer um parêntese. O nome de Daniel Chipenda, o líder da “revolta do leste”, já tinha “caído” na Cimeira de Bukavu. De acordo com o testemunho de Holden Roberto terá sido uma das exigências de Agostinho Neto para marcar presença em futuras conversações tendentes à independência. Sabendo a intenção de Spínola de “evitar Agostinho Neto” e “credibilizar Daniel Chipenda”, e como tinha participado na cimeira de Bukavu, onde Chipenda tinha perdido toda a sua preponderância no seio nacionalista, Holden não marcou presença no Sal. Mas Mobutu que, pelo contrário, estava “impressionado com o general português”, vendo nele a resolução do problema angolano, fez uso de uma preponderância já antiga e pressionou Holden a dialogar com Portugal. A sua influência sobre Holden Roberto era de tal forma que este, “seguro das debilidades de Spínola”, chegou a fazer o seguinte desabafo: “nesta noite, eu devo ter emagrecido uns bons quilos. Decidi remeter como sempre o fiz, nos momentos mais difíceis, a minha decisão a Deus, mergulhando na oração, depois de ter ouvido os meus companheiros”. A intransigência e a convicção de Mobutu assente na sua eterna ambição de ascender ao pódio dos líderes africanos mais influentes fê-lo, de imediato, agendar duas viagens: uma para si, até Dar-es-Salaam, com o intuito de disseminar as conclusões das conversações do Sal; e outra para Holden Roberto, que não se chegou a realizar fruto da renúncia de Spínola, para que se estabelecesse contactos “ao mais alto nível” com Portugal⁸³⁶.

Por fim, existiu ainda uma outra leitura sobre esta reunião que se referia a um, eventual acordo entre Spínola e Mobutu “para a realização daquilo que este último chamou uma federação Zaire-Angola-Cabinda, tendo Mobutu como presidente e, eventualmente, Holden

⁸³⁵ Schneidman, Witney W. (2004), *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna, p. 253.

⁸³⁶ Segundo Holden Roberto, o MPLA terá esquecido um dos princípios fundamentais da sua linha – defender os interesses das massas mais exploradas. No leste o MPLA considerou a massa como ponto de partida e de chegada de toda a sua acção. O MPLA foi arrogante, não promoveu o homem da frente Leste. O MPLA quis impor aquilo que os seus dirigentes achavam justo sem consultar a massa militante – por isto, houve sempre choques, no princípio dos choques mais velados e mais tarde choques mais violentos o povo não foi respeitado, foi roubado, violado e sobretudo fuzilado sem julgamento”. N’ganga, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano, As memórias de Holden Roberto, I Volume, 1923-1974*, São Paulo-Brasil, Editora Palma, pp. 262-265.

Roberto como vice-presidente”⁸³⁷. Para além de ter sido uma versão, como já aqui vimos, que foi vivamente negada pelo próprio Mobutu, facto que não constitui motivo suficiente para aquilatar-mos do real valor desta tese, também o historiado Tiago Moreira de Sá dá pouca credibilidade a esta possibilidade. No entanto, foi a embaixada dos Estados Unidos na Guiné-Conakri que, num dos seus telegramas para o Departamento de Estado no âmbito deste encontro, se referiu às exigências que cada um aí apresentou e às posições assumidas por ambos. Segundo esse relatório, para além desta solicitação, Mobutu terá reclamado a Spínola o “apoio a Holden Roberto em Angola numa Angola sem a província de Cabinda” e a entrega de “Cabinda, com as suas reservas de petróleo, à Frente de Libertação de Cabinda, sediada em Kinshasa”. Ainda segundo este relatório, Spínola terá concordado com aquilo que lhe estava a ser pedido por Mobutu, desde que fossem respeitadas três condições. Primeiro Mobutu deveria ajuda-lo a recuperar o respeito necessário para empreender uma nova política colonial, depois exigiu o livre acesso, por parte das empresas portuguesas, “a todos os recursos naturais de Angola, Cabinda e Zaire por um período de 20 anos” e, por fim, pediu a Mobutu que o ajudasse a recuperar Moçambique e a Guiné-Bissau, “ou através de um golpe de estado, ou através da infiltração de mercenários e da corrupção de certos quadros dos movimentos de libertação locais”. Apesar deste “projecto megalómano” poder conter algumas “partes que fazem sentido”, como por exemplo, “a defesa dos interesses económicos de Portugal no território”, outras que possam ter algum fundo de verdade, como é o caso dos planos de Mobutu para a “secessão de Cabinda”, existem outras partes, no entanto, que também nos parecem “demasiado absurdas”, como é o caso da “hipótese de golpe de estado na Guiné e em Moçambique para recuperar o controlo do processo de descolonização”⁸³⁸.

Independentemente do grau de veracidade associado a esta última tese, aquilo que gostaríamos de registar é a importância de que esta cimeira se revestiu para Spínola, como forma de garantir dois pressupostos determinantes para a concretização do seu plano: moderar “os ímpetus bélicos de Holden Roberto” e a “dilatação temporal” do processo. Foi o próprio Spínola a reconhecer o “aproveitamento da ligação especial de Mobutu a Holden Roberto”. Segundo o presidente português, foi Mobutu que, durante esta cimeira, “lhe garantiu que seriam efectuadas diligências junto de Holden Roberto com vista a um próximo encontro e à

⁸³⁷ Freitas, Amadeu José (1975), *Angola, O Longo Caminho da Liberdade*, Lisboa Moraes, Editores, p. 458.

⁸³⁸ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, pp. 112-113.

imediate suspensão das acções armadas”. Para além disso, tendo como tema de debate o seu plano para a descolonização de Angola, era “uma peça fundamental na estratégia de Spínola” trazer para a mesa das negociações com Portugal a FNLA. Uma vez assegurado o cessar-fogo com a UNITA, o apoio da FNLA iria permitir o “isolamento político do MPLA e, eventualmente, forçá-lo também a aceitar negociar com Portugal, através da mediação do Zaire”⁸³⁹.

Relativamente ao Zaire, aquilo que queremos assinalar são as questões de segurança como o cerne de todas estas movimentações político-diplomáticas de Mobutu. Aliás, sensivelmente a mesma conclusão a que chegou “a equipa interdepartamental norte-americana criada para analisar o problema angolano”, ao referir que “uma Angola independente e não amigável era demasiado perigoso para o Zaire”, porque punha em causa “o seu acesso ao mar”. Vulnerabilidade que devia ser acautelada com uma intervenção em Cabinda, ou através da sua “integração no Zaire, ou a sua independência sob tutela de Kinshasa”. Como já vimos Mobutu não andava distraído relativamente a Cabinda, simplesmente uma acção directa do Zaire naquele território continha “substanciais impedimentos”, nomeadamente a “reacção hostil” dos seus vizinhos africanos, logo o momento sugeria uma “espera de uma oportunidade para agir”⁸⁴⁰.

O ambiente propício que se tinha manifestado durante o lançamento da cimeira, perante os sinais de “aparente sucesso” que o encontro proporcionou, intensificou-se e houve quem se quisesse associar a esta nova ideia para solucionar o problema de Angola, particularmente, os EUA. Apesar de ter sido por intermédio do Governo zairense, a diplomacia norte-americana em Kinshasa fez chegar a informação de que Washington estaria disposto a apoiar “Spínola e Portugal nas suas novas políticas africanas”⁸⁴¹. Entretanto, Spínola também terá conseguido convencer a administração de Gerald Ford, que tinha substituído Nixon na sequência do caso “Watergate”, a aceitar um plano que viabilizasse publicamente o seu projecto para o Ultramar e para a metrópole. A ideia passava por garantir o “apoio dos EUA” às “posições portuguesas relativamente aos territórios africanos” na 29ª Assembleia Geral das Nações Unidas, possibilitar uma “visita de Spínola aos EUA e o encontro oficial na Casa Branca” e, por fim, “a divulgação da aprovação de um programa de ajuda económica a Portugal”. Ainda que na

⁸³⁹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, pp.465-466.

⁸⁴⁰ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, p. 113.

⁸⁴¹ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p.466.

prática só se tenha concretizado a primeira das medidas, o apoio a Portugal na ONU, efectivamente, notava-se aqui alguma “evolução no comportamento norte-americano”, conseguindo-se vislumbrar um “esforço diplomático” que concorresse para uma maior aceitação internacional das iniciativas que Spínola estava a efectuar, tendo em conta a questão de Angola⁸⁴².

Quanto à Comunidade portuguesa no Zaire também houve uma “alteração de atitude” por parte das autoridades zairianas. No final desse mês, já a Embaixada de Portugal em Kinshasa, através de António Monteiro, registava “uma notável abertura política” que se previa que viesse a facilitar o estabelecimento de novos “contactos” e que evitasse a sujeição dos portugueses a “pressões e atitudes discriminativas, que antes só mediante contribuições monetárias (por vezes exorbitantes) podiam ser contornadas”. Também se começou a verificar uma “maior atenção” às reclamações dos portugueses aos “abusos” que se verificaram com a implementação da zairinização. Efectivamente, apesar de se referirem a casos isolados, começaram a surgir em Kinshasa relatos de “retribuições de bens indevidamente tomados e até de actividades legalmente abrangidas pelas medidas da zairinização”. Também se apurou o facto de certas empresas zairenses terem iniciado processos de contratação de portugueses, situação que motivou muitos portugueses a “adiarem o regresso ao nosso país”. Por outro lado, constatou-se a progressiva “manutenção de técnicos portugueses”, nomeadamente na região do Shaba, em lugares que, à partida, seriam obrigados a abdicar, caso se verificasse a rigorosa aplicação da medida que previa a evacuação das regiões fronteiriças, já aqui referidas. Para os serviços diplomáticos portugueses em Kinshasa, eram evidentes as repercussões positivas do encontro de presidentes no Sal, o que fazia prever uma “nova dimensão de perspectivas” nas relações entre os dois países. Era destacada a “popularidade do presidente Spínola” em Kinshasa, chegando-se ao ponto de serem difundidas pela rádio e pela televisão, “canções em sua honra”, facto que num país como o Zaire só era possível com o “consentimento” das autoridades governativas que, à época, passaram a revelar “uma especial disponibilidade para questões ligadas aos portugueses”. Afigurava-se um novo cenário nas relações entre os dois países que viabilizava uma abordagem ao problema dos portugueses que tinha sido objecto de “abusos e discricionariedades na aplicação das medidas da zairinização”, vislumbrando-se um “acréscimo de garantias” relativamente à observância das

⁸⁴² Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, pp. 114-115.

“disposições relativas às indemnizações dos bens e actividades abrangidas por aquelas medidas”⁸⁴³.

Apesar dos bons ventos internacionais, internamente a situação iria evoluir de uma forma que faria derrubar o projecto de Spínola em definitivo. O embate com Rosa Coutinho, o encontro com as “forças vivas” de Angola e a mobilização da “maioria silenciosa” foram actos de uma peça cujo epílogo se traduziu na renúncia de Spínola, no dia 30 de Setembro de 1974. O resumo do primeiro episódio passa por uma referência à forma como “o processo revolucionário de descolonização de Angola” estava a ser conduzido por quem, em Luanda, tinha responsabilidades para o fazer. Spínola contestava a “filiação pró-comunista em benefício exclusivo do MPLA” de Rosa Coutinho e mandou apresentá-lo em Lisboa com a intenção de o demitir. No entanto, o almirante fazendo uso da sua preponderância no seio dos militares que estavam em Angola, não tornou a tarefa nada fácil a Spínola, que acabou por retroceder nas suas intenções. Contudo, o presidente ficou bastante agastado e fez uso do seu poder ao impedir que o presidente da Junta Governativa continuasse a “intrometer-se nas negociações”⁸⁴⁴. Situação que seria confirmada por Rosa Coutinho a 22 de Setembro, dia do seu regresso a Luanda, ao comunicar que o presidente Spínola “decidiu tomar directamente nas suas mãos todas as negociações internacionais que haja que efectuar sobre o futuro de Angola”⁸⁴⁵.

Depois desta confrontação, seguiu-se a iniciativa pessoal de se reunir com “os representantes de movimentos angolanos” para abordar a questão de Angola. No entanto, os elementos que compunham a delegação causaram algumas “suspeitas” a certos sectores do MFA e do Governo Provisório, na medida em que, eram oriundos dos “grupos de terceira força” que tinham emergido em Angola após o 25 de Abril, “muitos dos quais tinham ligações ao Zaire”, ficando esquecidos os “representantes dos movimentos de libertação ou de grupos

⁸⁴³ AHD – PAA – Maço 1077: Telegrama n.º 360 da Embaixada de Portugal em Kinshasa de 24 de Setembro de 1974.

⁸⁴⁴ Não nos podemos esquecer que, Rosa Coutinho “na primeira vez que se deslocou a Lisboa depois de ter sido nomeado, propôs uma aliança Luso-MPLA-UNITA para expulsar a FNLA de Angola, sob pretexto de que Holden Roberto era simplesmente a voz do Zaire”. “Liminarmente” recusada por Spínola, porque para ele era impensável relacionar-se com alguém que recebia “ordens de Moscovo”. Macqueen, Norrie (1997), *A Descolonização da África Portuguesa, a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, p. 203.

⁸⁴⁵ Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos livros, p.467.

de brancos liberais”⁸⁴⁶. A reunião ocorreu a 27 de Setembro e foi utilizada como mais uma oportunidade para Spínola veicular o seu projecto para Angola e, ao mesmo tempo, para “denunciar” as “concepções de descolonização que assumam o pressuposto de uma opinião popular não expressa democraticamente”, ou seja, o desígnio que, para o general, tinha sido “durante muito tempo o suporte do regime colonial”⁸⁴⁷.

Para Spínola terminar o processo de readquirir o controlo da descolonização faltava acordar a “maioria silenciosa deste País”⁸⁴⁸. A ideia passava por mobilizar os apoiantes do presidente da República para legitimar através de uma manifestação em Lisboa, em definitivo, “o regresso à fórmula original de Spínola para a descolonização, ou seja, referendo com uma variedade de opções, incluindo a independência, mas também federação com Portugal”. Contudo, a manifestação redundou num verdadeiro fracasso e o resultado traduziu-se numa viragem “decisiva à esquerda” da “balança de poderes” para o lado do MFA, transmitindo-se a ideia de que o “poder popular” estava do lado daqueles e das forças de esquerda⁸⁴⁹. O MFA engendrou um “plano de acção” para sustentar “a marcha sobre Lisboa da maioria silenciosa” e Spínola, por sua vez, perante aquilo a que apelidou de uma “campanha de incitamento às massas contra a manifestação do chefe de Estado” propôs, inicialmente, a demissão do primeiro-ministro e, posteriormente, em pleno Conselho de Ministros, realizado no dia 27 de Setembro (no dia seguinte ocorreu uma reunião conjunta da JSN com a CC do MFA e uma outra do Conselho de Estado), sugeriu ao Governo que fossem tomadas “medidas imediatas para restabelecer a autoridade e a ordem”. No entanto, ao contrário do que eram as suas expectativas, Vasco Gonçalves não se demitiu nem foi demitido e a leitura do que se estava a passar nas ruas por parte do Conselho de Estado não foi aquela que Spínola esperava, uma vez que, por maioria, este órgão tomou partido da posição do MFA e das forças de esquerda⁸⁵⁰. Na prática, todas as forças partidárias acabaram por se desligar da tentativa

⁸⁴⁶ Macqueen, Norrie (1997), *A Descolonização da África Portuguesa, a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, p. 207.

⁸⁴⁷ Spínola, António (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Ática, Lisboa, Livraria Bertrand, p. 204.

⁸⁴⁸ Expressão utilizada por Spínola no acto de posse do II Governo Provisório. Spínola, António (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Ática, Livraria Bertrand, Lisboa, p. 120.

⁸⁴⁹ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, pp. 117-119.

⁸⁵⁰ Spínola, António (1978), *País Sem Rumo*, Portugal, SCIRE, pp. 216-235.

protagonizada por Spínola e ao ver-se confrontado com a fragilidade da sua posição⁸⁵¹, o presidente resignou, sucedendo-lhe Costa Gomes. Tal como Norrie Macqueen escreveu, foi desta forma que “o caminho para uma rápida transferência do poder em Angola estava agora desobstruído”⁸⁵².

Face à derrota anunciada de Spínola e do seu programa, outras “concepções ideológicas” iriam ganhar o espaço e o ímpeto que faltava para o sucesso, nomeadamente a de Melo Antunes que defendia “a identidade entre a autodeterminação e independência e pugnava pela transferência imediata de poderes para os movimentos de libertação, enquanto legítimos representantes dos povos coloniais”⁸⁵³. Como facilmente podemos constatar, concepções semelhantes às da ONU e da maioria dos países da Europa Ocidental, da Europa de Leste e dos países africanos.

Depois do 28 de Setembro o objectivo principal passava por atingir, o mais depressa possível, o cessar-fogo com a FNLA e o MPLA. Vejamos como tudo se processou até ao final do ano, na ausência de Spínola.

4. DO SAL A KINSHASA

Nas vésperas do 28 de Setembro, Mobutu viajou até Dar-es-Salaam para apresentar as conclusões da cimeira do Sal aos presidentes da Zâmbia e da Tanzânia, Kaunda e Nyerere respectivamente. Este último, à revelia do líder do Zaire, enviou prontamente uma mensagem a Agostinho Neto para que este se deslocasse à capital da Tanzânia, para aí defender os seus interesses relativamente a Angola. Mobutu quase não teve oportunidade para expor as suas ideias, à medida que a reunião decorria na “State House”, surgiu a notícia do insucesso da manifestação de apoio ao chefe de Estado português. Logo na semana seguinte, o jornal próximo de Nyerere, *Tanzanian Daily News*, referia-se à renúncia de Spínola, escrevendo

⁸⁵¹ “Com efeito, traído pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, sem o apoio expresso das unidades operacionais, com as forças de segurança inoperantes, sem a confiança do Conselho de Estado nem dos principais partidos democráticos, ao tempo totalmente perplexos perante a dinâmica revolucionária do Partido Comunista, e ante o completo alheamento dos forças vivas do País, o meu poder era menos que fictício. Era inexistente. Continuar em tais condições seria colaborar na traição à Pátria e ao Povo Português”. Spínola, António (1978), *País Sem Rumo*, Portugal, SCIRE, p. 235.

⁸⁵² Macqueen, Norrie (1997), *A Descolonização da África Portuguesa, a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, p. 208.

⁸⁵³ Teixeira, Nuno Severiano (2004), “O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa”, *Relações Internacionais*, 1, volume 1, p. 9.

“que era uma grande vitória para a causa da liberdade africana”. Acompanhava a notícia uma enorme fotografia expondo “Nyerere com os braços à volta de Neto e do líder esquerdista de Moçambique, Samora Machel” (figura 2.4). Era de facto uma história que fazia referência a uma reunião relativa à discussão do futuro do território angolano, que inicialmente estava planeada “para selar a exclusão das forças de esquerda em Angola, mas que culminaria com a glorificação do líder do MPLA⁸⁵⁴”.



Figura 2.4: Encontro com Nyerere⁸⁵⁵

Apesar desta contrariedade, para muitos sectores da imprensa internacional, a “primitiva estratégia de Spínola” envolvendo o Zaire e aplaudida pelos americanos, permanecia “singularmente intacta”, mesmo depois da saída do general do palácio de Belém⁸⁵⁶. Será que foi mesmo assim?

A oito de Outubro de 1974 o ministro dos Negócios Estrangeiros do Zaire Umba-di-Lutete, voou até Nova Iorque para uma longa reunião com o secretário de Estado adjunto para os assuntos africanos, Donald Easum, com o objectivo de discutir a situação angolana, reiterar o apelo aos EUA para continuarem a apoiar a FNLA de Holden Roberto e para realçar a importância do Zaire na questão de Angola. Neste contexto, para o ministro dos negócios

⁸⁵⁴ AMU – Maço 7599 - Processo D-5-72: Tradução do Artigo do Sunday Times de 20 de Outubro de 1974, O Desenterrar do El Dorado Africano.

⁸⁵⁵ Tanzania, The Facts (2014), “Nyerere as an advocate of African union and liberation supporter”, em The essential Tanzania: The people, places, culture, politics, climate and more, (online). Disponível em: http://www.soko-tanzania.com/tanganyika_zanzibar_union.html.

⁸⁵⁶ AMU – Maço 7599 - Processo D-5-72: Tradução do Artigo do Sunday Times de 20 de Outubro de 1974, O Desenterrar do El Dorado Africano.

estrangeiros do Zaire era imperativo que um “governo estável e favoravelmente orientado” assumisse uma Angola independente. Uamba lembrou que em Agosto, durante sua visita a Washington, já teria insistido na importância que tinha que ser dada a Spínola e nos cuidados que deviam suscitar as atitudes de Mário Soares e as posições da esquerda portuguesa que, para o governante africano, tentavam passar a ideia de que era a eles, em vez do governo português como um todo, que devia ser dado o crédito para a concessão de independência aos territórios africanos. Nesta altura Easum interrompeu o ministro zaireense para manifestar a convergência de vontades no que diz respeito ao desejo de ter uma Angola independente, bem relacionada com os EUA e com seus vizinhos africanos. No entanto, sublinhou que os meios para ajudar a alcançar esse fim eram muito limitados, por considerar que, principalmente, se tratava de um “problema para os próprios africanos resolverem”. Por sua vez, Uamba rebateu ao apontar a URSS como um actor profundamente envolvido na questão de Angola através de um apoio claro à facção do MPLA associada a Agostinho Neto, constituindo este um verdadeiro “valet sovietico” em África. Uamba lamentava, desta forma, o forte apoio financeiro que Neto estava recebendo da “aliança de socialistas científicos”, isto é, Ngouabi em Brazzaville, Soares em Portugal, e os soviéticos e os seus aliados do Leste Europeu. Em resposta à observação de Donald Easum que, apesar dos “esforços louváveis de Mobutu” para os envolver na mesma causa, as várias facções angolanas continuavam divididas, Uamba disse que entendia perfeitamente as preocupações americanas em relação à situação confusa e volátil que se vivia, bem como as dúvidas que persistiam relativamente ao que cada facção realmente representava e qual delas iria alcançar o poder em Angola. Questões que, para o governante do Zaire, eram de difícil esclarecimento, “mesmo que houvesse agora um cessar-fogo e um governo provisório em Angola”. Nesse sentido, propunha que se preparasse o futuro, “ajudando Holden”, tal como acontecera com Mobutu em 1960. A partir daqui passou-se a discutir a “força de Holden dentro de Angola” e sua personalidade. Para o secretário adjunto norte-americano Holden era de uma origem étnica pouco representativa, pois os Bakongos representavam apenas dez por cento da população em comparação com outros grupos étnicos, e observou ainda que, ao contrário do líder do MPLA, Holden chegou a desfrutar, em tempos, da reputação de ter sido um “racista”. Uamba, apesar de ter concordado que a FNLA não tinha um amplo apoio em Angola, rebateu as acusações de racismo como uma forma de propaganda pró-soviética com origem em Agostinho Neto para “desacreditar Holden”. Por tudo isto, mesmo que surgisse um governo liderado por Holden e Chipenda o risco de uma divisão norte-sul em Angola não estaria obviado e era por isso que todos os

esforços de Mobutu e de Holden estavam a ser dirigidos para a formação de uma “aliança de movimentos de libertação, ou seja, a FNLA de Holden, o MPLA de Chipenda e a UNITA de Savimbi”. E para comprovar essas iniciativas, lembrou a abertura de um escritório em Kinshasa por parte de Chipenda com a anuência de Holden, situação que, segunda Umba, podia ser facilmente confirmada pelos serviços diplomáticos americanos em Kinshasa junto dos representantes de Chipenda naquela cidade. Para além disso, apesar do silêncio de Savimbi sobre esta matéria e da ausência de reconhecimento deste movimento de libertação pela OUA, insistiu na ideia de que “muitos colonos em Angola já são simpáticos da UNITA e que Holden favorece a inclusão da UNITA como forma de facilitar a sua permanência e participação no processo político”. Já perto do final do encontro, Easum assegurou a Umba que iria “continuar a acompanhar de perto a situação”, desejando-se um cenário onde o futuro governo angolano tenha a representação de todos os principais grupos políticos e étnicos e que o envolvimento americano em relação a Holden não contribuísse para o enfraquecimento dessa ambicionada unidade⁸⁵⁷.

Faltava abordar a questão de Cabinda. Em resposta à pergunta de Easum relativamente ao enclave angolano, Umba disse de forma “enfática” que o Zaire, com todos os seus recursos, não tinha interesses em Cabinda nem nenhuma intenção de tomar o controlo daquele território ainda português. Referiu-se aos dois movimentos interessados na libertação de Cabinda como estando em patamares ideológicos opostos: de um lado, os que representavam os “socialistas”, com base em Brazzaville, e do outro lado, os “não-socialistas”, sitiados em Kinshasa. Segundo o governante zairense, os primeiros, assentes nas “forças de libertação de Cabinda” e representantes dos interesses congolezes na região, queriam assumir o enclave e já estariam a receber treino operacional na URSS. Quanto aos segundos, que materializavam o “ponto de vista de Holden Roberto” em termos desta matéria, Umba disse que este, no momento que corria, estaria apenas expectante, observando a situação e sem dizer nada. Embora fosse verdade que a posição da OUA passava pela não alteração das fronteiras das colónias, Umba observou que “Angola realmente não tem uma fronteira comum com Cabinda”, expressando de seguida as suas “dúvidas” se ambos os territórios, Angola e Cabinda, concordariam em ficar juntos, e apressando-se a acrescentar que, em todo o caso, não era problema para o Zaire. Para os americanos eram evidentes as preocupações que a questão angolana suscitava no

⁸⁵⁷ National Archives – Access to Archival Database: Telegrama, 223686, da Embaixada dos EUA em Kinshasa, de 10 de Outubro de 1974, Subject: Zaire and Angola, pp. 1-3, (online).

Disponível em: www.archives.gov/aad/display-partial-records.jsp, 26 de Março de 2014.

espírito de Mobutu, sendo que Holden Roberto era o seu escolhido para futuro líder de uma Angola independente. Por outro lado, a renúncia de Spínola, e o retrocesso que essa situação poderia representar nos planos de Mobutu, assim como a aparente disposição para cooperar, de alguma forma, com outras facções angolanas, reflectiam “uma certa flexibilidade e pragmatismo na forma como pretendem lidar com o problema angolano”⁸⁵⁸. Efectivamente, apesar destes exíguos sinais de abertura, pouco ou nada tinha se tinha alterado ao plano de Mobutu para Angola, mantendo-se firma as orientações discutidas na Ilha do Sal.

E quanto a Portugal? Ainda decorria a primeira quinzena de Outubro e já se preparava a visita de uma delegação portuguesa a Kinshasa, na qualidade de representantes da nova JSN presidida por Costa Gomes, para conversações com Holden Roberto, tendo Mobutu como intermediário, com o intuito de se chegar a um protocolo de acordo (figura 3.4).

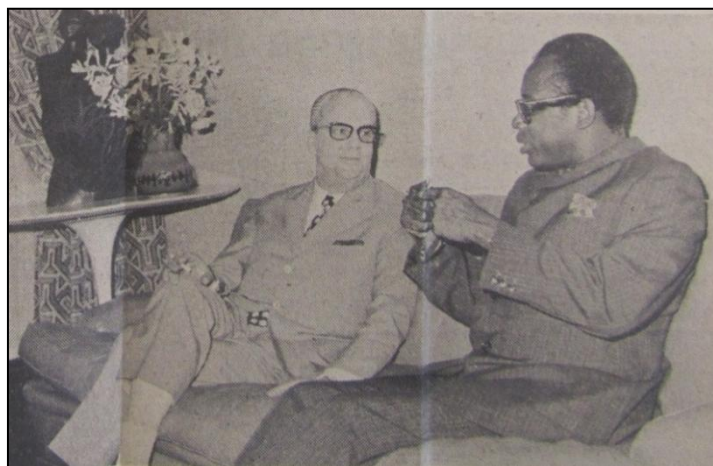


Figura 3.4: Mobutu e o general Fontes Pereira de Melo⁸⁵⁹

A visita foi organizada pelos “serviços de informação do Zaire e de Angola” e tinha como objectivo “exprimir e reafirmar ao presidente Mobutu a continuidade da política de descolonização portuguesa em relação a Angola, no prosseguimento das conversações havidas na Ilha do Sal com o senhor general Spínola”. Antes de partir, a comitiva foi recebida por Costa Gomes, para lhes ser dado a conhecer os “objectivos gerais da visita e as instruções à missão”. A delegação portuguesa era chefiada pelo general Fontes Pereira de Mello, o então

⁸⁵⁸ National Archives – Acess to Arquival Database: Telegrama, 223686, da Embaixada dos EUA em Kinshasa, de 10 de Outubro de 1974, Subject: Zaire and Angola, (online).

Disponível em: www.archives.gov/aad/display-partial-records.jsp, 26 de Março de 2014.

⁸⁵⁹ AHD – PAA – Maço 1316: Recortes da Imprensa do Zaire, Jornal *Salongo* de 11 de Outubro de 1974.

vice-chefe do Estado-Maior do Exército, que se fez acompanhar pelo tenente-coronel Firmino Miguel e pelo conselheiro da Embaixada, Fernando Reino, como representante do ministério dos Negócios Estrangeiros. Foi o próprio ministro dos Negócios estrangeiros que divulgou a Fernando Reina “instruções específicas sobre as relações diplomáticas entre Portugal e o Zaire, necessidade da sua normalização, questões ligadas à actual representação portuguesa no Zaire, intercâmbio comercial, além de problemas ligados à Comunidade portuguesa que habita aquele país”⁸⁶⁰.

A delegação viajou, primeiramente, para Angola para aí ser reforçada pelo Comodoro Leonel Cardoso, comandante das Forças Navais e membro da Junta Governativa de Angola, pelo tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, secretário de Estado da Administração Interna, e pelo major Manuel Duarte Cabarrão, da 2ª Repartição do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola, e também para participar num conjunto de reuniões preparativas. A primeira dessas reuniões foi com o almirante Rosa Coutinho, na presença da Junta Governativa, onde foram informados dos condicionalismos políticos e militares da província de Angola, com particular ênfase nas relações com os movimentos de libertação”. Dessas indicações a delegação registaria a “preocupação dominante” do momento, centralizada na “pressão que a FNLA estaria a exercer na área de Luanda (terrorismo urbano) e na zona de Carmona”, circunstância que estaria a afectar seriamente a economia angolana e que, por esse motivo, fazia sugerir “a necessidade imperiosa de se tentar conseguir uma situação imediata de cessar-fogo”. Seguiu-se uma série de briefings que visavam a situação política e militar e que, no essencial, destacou “a desmobilização psicológica das nossas forças” como elemento desencorajador de eventuais disposições do tipo militar para enfrentar a situação⁸⁶¹.

Dentro do carácter de confidencialidade que a viagem assumiu, a delegação chegou a Kinshasa no dia 10 de Outubro de 1974 no avião do governador-geral, teve direito às honras devidas, foi recebida pela comunicação social, ficou instalada no luxuoso Palácio de Mármore e, logo de seguida, iniciou as primeiras diligências⁸⁶². Ainda de manhã foram recebidos por Mobutu que, logo após as boas vindas, destacou os pontos que, no seu entender, eram

⁸⁶⁰ AHD – PAA – Maço 1316: Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974, pp.1-2.

⁸⁶¹ AHD – PAA – Maço 1316: Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974, p.2.

⁸⁶² A imprensa escrita de Kinshasa deu grande relevo a esta visita, salienta as declarações das autoridades zairianas que davam conta do carácter histórico de tal acontecimento: “le Zaire considere cette visite comme une visite historique, puisque c’est la première fois, depuis la rupture des relations diplomatiques entre les deux pays qu’une délégation portugaise de haut rang foule le sol zairois”. AHD – PAA – Maço 1316: Jornal *Elima* de Kinsahsa de 12 de Outubro de 1974.

fundamentais para se chegar a uma tentativa de descolonização de Angola. Num ambiente de aparente cordialidade as suas primeiras palavras foram para enaltecer “a nova política portuguesa” e para avisar que o processo negocial, tendo em vista a solução da questão de Angola, não se deveria iniciar sem antes se obter um “cessar-fogo”. Para Mobutu, o processo de descolonização teria que passar pelas “forças em armas em Angola considerando a esse respeito mais representativas o movimento de Holden Roberto e a facção de Daniel Chipenda” do MPLA, uma vez que Agostinho Neto e Pinto de Andrade não passavam de “intelectuais e políticos”. A tudo isto somava-lhe a “intransigência de Agostinho Neto” para sublinhar a complexidade de uma descolonização que tivesse que o envolver. No seguimento desta linha de pensamento, lembrou as conversações que manteve com Spínola no Sal e afirmou que, entretanto, teria conseguido a “anuência de Holden Roberto para negociar um cessar-fogo imediato, a ser celebrado formalmente com a delegação portuguesa”. Não terminaria sem reiterar a sua boa vontade em relação a Portugal ao anunciar a “reabertura das fronteiras com Angola”. Nos mesmos termos seguiu-se a resposta do general Fontes Pereira de Mello. Depois de retribuir as palavras amistosas que lhe foram dirigidas, reiterou a “continuidade da política portuguesa” face ao que tinha sido conversado na Ilha do Sal, concordou com a necessidade de “levar a efeito um cessar-fogo oficial com todos os movimentos de libertação”, manifestou a “indispensabilidade” de ouvir Costa Gomes relativamente à proposta de um cessar-fogo separado com a FNLA e, por fim, solicitou a “anuência em se avistar com Holden Roberto e Daniel Chipenda”⁸⁶³.

Na tarde desse mesmo dia, já depois do general Fontes Pereira de Mello ter falado ao telefone com Costa Gomes, a delegação portuguesa voltou a encontrar-se com Mobutu para lhe manifestar a anuência de Portugal relativamente à “formalização de cessar-fogo imediato com a FNLA”. Mobutu congratulou-se e, para dar rumo aos acontecimentos, disponibilizou o seu iate pessoal para aí se realizarem os “encontros com Holden Roberto e Daniel Chipenda”. Face à impossibilidade da presença de Agostinho Neto e Pinto de Andrade, chegou a ser sugerido “a possibilidade do general Mobutu conjuntamente com o presidente Kaunda tentar a indispensável conciliação e aproximação das várias facções do MPLA”. Ainda no decorrer desta ronda de negociações foram abordados outros assuntos de carácter diplomático com interesse para ambos os Estados. Não podendo o Zaire, “por razões de solidariedade africana”, dar o seu aval ao reatamento das relações diplomáticas com Portugal sem estar instituído o Governo Provisório de Angola, chegou-se a um acordo para a abertura de

⁸⁶³ AHD – PAA – Maço 1316: Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974, pp.3-4.

“Consulados Gerais em Kinshasa e em Luanda, além de um “bureau liaison” do Zaire em Lisboa. No campo da economia foi bem acolhida, por ambas as partes, a ideia da necessidade de se “incrementar as relações económicas recíprocas”, tendo-se para o efeito, particularizado a questão do “turismo prevendo-se a criação próxima de centros em Luanda e Kinshasa”. Como forma de rentabilizar esta aproximação, “acordou-se a necessidade de restabelecer as ligações aéreas” entre estas duas cidades autorizando-se, desde logo, contactos directos entre as administrações das duas companhias aéreas. Por fim Mobutu, não deixaria fugir esta oportunidade para expor os problemas que a presença de “mais de um milhão de refugiados angolanos” vinha causando à economia do Zaire, acabando por sugerir que o “seu regresso” deveria ser processado “lentamente após a constituição do governo de coligação ou após a independência”⁸⁶⁴.

Seguiu-se, no dia seguinte, o encontro com Holden Roberto e o seu staff (figura 4.4)⁸⁶⁵.



Figura 4.4: Holden Roberto e o general Fontes Pereira de Mello⁸⁶⁶

Após as habituais cordialidades iniciais, o general português começou por fazer uma breve exposição sobre a “nova política portuguesa e a honestidade dos propósitos de Portugal em

⁸⁶⁴ AHD – PAA – Maço 1316: Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974, pp.4-5.

⁸⁶⁵ O presidente da FNLA fez-se acompanhar das seguintes individualidades: “John Eduardo, Negócios estrangeiros; Ngola Cabango, Interior; Samuel Abrigada, Saúde; Henderik Vale Neto, Informação; Marques Barroso, Comandante da Zona I; Miguel João Baptista, Secretário-Geral dos Sindicatos; Manuel Miranda, Adjunto das Informações”. AHD – PAA – Maço 1316: Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974, p. 5.

⁸⁶⁶ N’ganga, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano, As memórias de Holden Roberto, I Volume, 1923-1974*, São Paulo-Brasil, Editora Palma, p. 266.

relação a Angola”. Holden Roberto tomou a palavra e começou por sublinhar a importância do momento, descrevendo-o como “sublime”, mas sem deixar de confessar o seu desagrado, por um lado, pela “campanha de difamação” que o seu movimento vinha sendo alvo e, por outro lado, pela postura de Portugal que, apesar dos contactos que vinham sendo efectuados com Rosa Coutinho, “tem sistematicamente fechado as portas ao FNLA”, uma vez que, as perseguições e detenções dos membros do seu movimento eram uma prática regular da Junta Governativa e, além disso, pelas “facilidades de carácter político” que eram garantidas ao MPLA e à UNITA. Neste contexto, Holden Roberto declarou que um eventual cessar-fogo teria, obrigatoriamente, que “inaugurar uma era de não discriminação em relação ao FNLA”. Por sua vez, o general Mello esclareceu alguns pontos e apelou à moderação, recomendando que a FNLA passasse para um novo estádio onde a “batalha das ideias” ocupasse o lugar da “guerrilha urbana” que em nada estava a contribuir para a conclusão do processo de independência de Angola (no espírito do general português estava o ataque a um avião da TAP, em Agosto, no então aeroporto Craveiro Lopes de Luanda). Em contrapartida, o líder da FNLA reconheceu a continuidade da “guerrilha urbana”, mas como um “acto de desespero” face à forma como o processo de descolonização de Angola estava a ser conduzido. Nessa altura interveio o comodoro Leonel Cardoso “para afirmar que os mal entendidos derivavam da falta de contactos” e para esclarecer que, no caso das prisões, elas eram o resultado dos ataques que estavam a ser efectuados nas ruas de Luanda e aos quais o Governo de Angola não “poderia assistir de braços cruzados”. A tensão começava a tomar conta das conversações e o general Fontes Pereira de Mello sentiu a necessidade de intervir para acalmar os ânimos, “apelando para que se esqueça o passado e se prepare o futuro num clima de honestidade”⁸⁶⁷. Só depois desta intervenção do chefe da delegação portuguesa, é que Holden Roberto acabaria por apresentar “um projecto de acordo de cessar-fogo e um segundo documento” que plasmava as orientações da FNLA relativamente ao “estatuto do futuro Estado de Angola e às relações com Portugal”. Os documentos foram lidos pelo comodoro Cardoso que, de

⁸⁶⁷ Segundo Holden Roberto houve outro momento de tensão “quando a delegação portuguesa nos disse que só podíamos abrir uma delegação em Luanda e não nas províncias. Foi a ruptura. Não havia mais nada a discutir”. Foi nesta altura que, para espanto de Roberto, o general Fontes Pereira de Mello lhe confidenciou o seguinte: “Presidente, olhe bem para o meu cabelo, a minha textura de pele. Eu não sou branco. A minha avó era parente de uma sua bisavó. Acautela-te, porque exceptuando eu próprio, todos são comunistas”. Entretanto, depois de contactada Lisboa, veio a “anuência portuguesa”. N’ganga, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano, As memórias de Holden Roberto, I Volume, 1923-1974*, São Paulo-Brasil, Editora Palma, p. 267.

imediatamente, considerou a proposta da FNLA “totalmente inaceitável por constituir um acto de capitulação das Forças Armadas portuguesas”. Para ultrapassarem este constrangimento combinou-se que as delegações se iriam reunir em separado para alinharem um novo texto. Holden Roberto viria a aprovar, com pequenas alterações de forma, o projecto português, que seria assinado só depois de ser dado a conhecer ao presidente Mobutu. Até lá, ambas as delegações comprometeram-se a garantir a confidencialidade do documento⁸⁶⁸. Após ter passado por um “ambiente de certa frieza e expectativa”, o encontro terminava em “franca cordialidade” e a delegação portuguesa iria partir para Lisboa com objectivo imediato atingido, ou seja, a suspensão das hostilidades para o dia 14 de Outubro e o lançamento das bases para o início das conversações formais”⁸⁶⁹.

Ainda sobre este encontro importa detalhar a posição da FNLA que foi sempre no sentido de garantir que o “tratado de independência” a promulgar estipulasse “sem ambiguidade e equívoco, que Angola será um Estado laico e independente aquém e além-fronteiras”, com uma organização política, económica, diplomática, militar e cultural determinada pelo povo angolano e com a salvaguarda da “integridade territorial de Angola nos seus limites geográficos e administrativos actuais”. Antes da instalação definitiva do novo Estado Independente de Angola, deveria ocorrer “um período de transição” liderado por um “executivo provisório” composto por uma maioria de elementos da FNLA, cerca de 4/5, e os restantes membros seriam portugueses. Para garantir a ordem e salvaguardar a autoridade durante este período, o executivo provisório deveria apoiar-se numa “força especial de ordem” constituída, na mesma proporção, por elementos da FNLA e do Exército português. Sobre o futuro das relações entre Angola e Portugal, este tinha que ser estabelecida sobre o princípio da “absoluta igualdade de direitos e obrigações entre ambas as partes e o reconhecimento por cada uma delas da soberania da outra” e todas as relações de cooperação teriam respeitar “um tratado especial” que determinasse “o género e as modalidades” de

⁸⁶⁸ Ver Anexo O (Protocolo de Acordo sobre o Cessar-Fogo).

⁸⁶⁹ AHD – PAA – Maço 1316: Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974, pp. 5-6. Houve vozes discordantes. Silva Cardoso, membro da então Junta Governativa e que à época já se encontrava em rota de colisão com Rosa Coutinho, criticou este protocolo: “aparentemente inócuo, pecava num ponto que viria a ter consequências dramáticas para o processo. Não fazia qualquer referência ao ELNA cujos elementos dissimulados sob a forma de seguranças dos delegados da FNLA, acabaram por constituir grupos armados, desenquadrados de qualquer estrutura militar e disseminados um pouco por toda a parte mas com maior concentração em Luanda, onde foram constituídos vários centros de apoio e mobilização de militantes”. Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, pp. 423-424.

cooperação em todos os domínios. Relativamente à minoria portuguesa, o novo “Estado Independente de Angola” comprometia-se a “assumir a segurança dos portugueses que preferirem ficar em Angola”, bem como dos seus bens. Eram estabelecidas regras de cidadania numa lógica em que Portugal e “Angola Independente” deveriam assumir as “condições privilegiadas” em “benefício dos cidadãos de cada país com estadia no território do outro”. Quanto ao sector empresarial herdado, “toda e qualquer espécie da antiga colónia em todas as empresas instaladas ou não em Angola, deverão pertencer de direito ao Jovem Estado Angolano”, com a promessa que seria estimulada a actividade industrial e o comércio privado útil à economia do Estado e a promoção do Povo”⁸⁷⁰.

Para o fim ficou guardada a reunião com a delegação de Daniel Chipenda⁸⁷¹. À semelhança do encontro anterior com os elementos da FNLA, o general Mello voltou a explicar a nova política portuguesa em termos de descolonização, acrescentando uma referência às “divisões no seio do MPLA” como elemento desestabilizador de todo o processo. Tomando a palavra, Daniel Chipenda começou por justificar a sua decisão de se instalar em Kinshasa e, como resposta ao comentário do chefe da delegação portuguesa, apontou responsabilidades a Agostinho Neto pelas cisões dentro do movimento, “considerando-o um caso patológico de autoritarismo”. Em detrimento das outras facções, enalteceu a sua acção no terreno, mas destacou uma certa sintonia com Pinto de Andrade ao ponto de lhe ter comunicado telefonicamente que se ia encontrar com uma delegação portuguesa. Seguiu-se um debate alargado sobre a eventualidade de se sair do “impasse que representa a desunião do MPLA”, tendo-se acordado um encontro entre um dos conselheiros de Chipenda e Agostinho Neto para comunicar a este o que ali tinha sido discutido e para avaliar “a possibilidade de ser levada a cabo uma reunião de conciliação no seio do MPLA”. A escolha do local para realizar este encontro gerou alguma discordância. Considerando que Kinshasa, por motivos óbvios, estava fora de questão, ficou acordado inicialmente Lusaka. No entanto, Chipenda recusou terminantemente essa cidade, afirmando estar na posse de provas irrefutáveis de que havia a intenção da facção de Neto “o liquidar fisicamente”. Posteriormente, admitiu-se levar a efeito o encontro em Dakar, cidade que também não gerou grande confiança a Chipenda⁸⁷². Sem

⁸⁷⁰ AHD – PAA – Maço 1316: Anexo ao Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, Posição da FNLA.

⁸⁷¹ “Daniel Chipenda encontrava-se acompanhado dos seguintes elementos da sua facção: Luís de Azevedo, Negócios Estrangeiros; Justino Combate, Conselheiro; Justino Frederick, Idem”. AHD – PAA – Maço 1316: Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974, p. 7.

⁸⁷² AHD – PAA – Maço 1316: Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974, p. 7.

outras referências parece-nos que esta eventual reunião não passou de conversa de circunstância.

Terminada a reunião com Chipenda, seguiram-se as despedidas e os agradecimentos ao general Mobutu que, no rescaldo destes encontros, teve a oportunidade de manifestar uma “mensagem de paz” ao seu povo, por acreditar que a “segurança de Angola será a segurança do próprio Zaire”⁸⁷³. Em Luanda, a delegação portuguesa foi recebida por Rosa Coutinho, para “uma troca de impressões profunda sobre a visita”, para de seguida o chefe da delegação juntamente com os dois membros que o acompanharam regressarem a Lisboa⁸⁷⁴.

É verdade que estas conversações se enquadravam dentro do plano geral de contactos com todos os movimentos de libertação de Angola, com vista ao rápido estabelecimento de um cessar-fogo e criação de um governo de coligação. Contudo, da leitura destes importantes documentos fica-nos a ideia de que as negociações com a Holden Roberto foram mais incisivas do que as efectuadas com Daniel Chipenda. Para isso muito terá contribuído a cimeira do Sal, semanas antes, as diligências de Mobutu junto de Holden Roberto e o facto de, no contexto da cisão que se vivia no seio do MPLA, Chipenda não ter, para Lisboa, o peso institucional de Agostinho Neto, desvalorizando qualquer acordo que fosse concluído sem o aval deste.

Para além destes aspectos, gostaríamos de realçar o facto de Portugal, mesmo depois da renúncia de Spínola, não ter ignorado o “papel do Zaire em África” e em relação a Angola⁸⁷⁵. Foi neste contexto que a delegação portuguesa se deslocou a Kinshasa, não só para dar continuidade ao que tinha sido debatido no Sal mas, essencialmente, para “trocarmos pontos de vista, porque todos, tanto eles como nós, estamos interessados em obter a paz rápida em Angola e que se faça uma descolonização honesta e tão rápida quanto possível”. Sem qualquer data marcada para o “início das conversações formais”, o objectivo imediato da delegação portuguesa tinha sido atingido: o apelo de Holden Roberto aos seus combatentes para suspenderem “todas as acções militares a partir das zero horas de 15 de Outubro”⁸⁷⁶.

⁸⁷³ AMU – Maço 12671 - Processo L: Jornal o Século, de 15 de Outubro de 1974.

⁸⁷⁴ AHD – PAA – Maço 1316: Relatório da Visita Oficial a Kinshasa, 14 de Outubro de 1974, p. 8.

⁸⁷⁵ “Si le Portugal traite avec la République du Zaire pour les problèmes de libération de l’Angola, c’est parce que nous sommes conscients du rôle du Zaire en Afrique et que nous savons que toute solution durable et sérieuse au problème angolais est liée à la position de la République du Zaire”. Estas foram as declarações do General Fontes Pereira de Melo à chegada a Kinshasa. AHD – PAA – Maço 1316: Jornal *Elima* de Kinshasa de 12 de Outubro de 1974.

⁸⁷⁶ AMU – Maço 12671 – Processo L: Jornal o *Século*, de 14 de Outubro de 1974.

Por conseguinte, o que estava em causa para Portugal não era uma eventual reabilitação do plano de Spínola. Esta diligência não se propunha dar continuidade ao plano de Spínola e Mobutu, tendo em vista o isolamento de Agostinho Neto. O que se pretendia era, através da influência de Mobutu, conduzir uma nova manobra de contenção da FNLA sem deixar perder a oportunidade para abordar o tema da conciliação do MPLA com quem estava instalado em Kinshasa sob a protecção do líder do Zaire. Como vimos, de acordo com os serviços diplomáticos americanos instalados em Kinshasa, desde o desaparecimento da cena política portuguesa de Spínola que o líder do Zaire vinha dando sinais de uma renovada disposição para lidar com a questão da descolonização de Angola. Tendo em conta estas circunstâncias, os governantes portugueses terão vislumbrado uma oportunidade para, através de Mobutu, que mantinha uma ligação privilegiada a Holden Roberto e Daniel Chipenda, conter as ofensivas da FNLA, em Luanda e no Norte de Angola e arregimentar um diálogo com aquele dissidente do MPLA, até como forma de afastar quaisquer acusações de favorecimentos a Agostinho Neto, onde fosse discutida a unificação do MPLA.

Entretanto, nos primeiros dias de Novembro de 1974, segundo o general Silva Cardoso, assistiu-se a um agravamento da situação em Luanda, com os confrontos entre os elementos do MPLA e da FNLA a aumentarem, cenário que contrastava com “a política aparentemente seguida pelas cúpulas dos movimentos na tentativa de constituírem uma frente unida para dialogarem com Portugal, marginalizando a UNITA”. Perante este cenário, novas diligências teriam que ser realizadas. Silva Cardoso, membro da Junta Governativa mas já em rota de colisão com Rosa Coutinho, decidiu, por iniciativa própria, reunir com as delegações dos movimentos instalados em Luanda, a partir do início de Novembro de 1974, no sentido de garantir o envolvimento de ambos num projecto que conduzisse “primeiro à acalmia em toda a Angola e depois à unidade de todos os angolanos com inteiro respeito pelos seus direitos”. A primeira dessas conversas foi com delegação do FNLA, na pessoa de Hendrick Vaal Neto, e teve como principal desenlace o agendamento de uma reunião com Holden Roberto em Kinshasa, nos mesmos moldes da que tinha ocorrido com Savimbi dias antes e da que iria ter lugar, futuramente, com Lúcio Lara do MPLA. O encontro entre Silva Cardoso e Holden Roberto, que manteve Mobutu sempre por perto, tinha um objectivo bastante claro para o militar português: “ganhar a confiança da cúpula da FNLA”. Dentro deste enquadramento, a conversação decorreu como planeada num ambiente de aparente normalidade e nela foram abordados, durante cerca de duas horas, temas relacionadas com o “processo de descolonização”, terminando de uma forma relativamente favorável às intenções iniciais,

levando Silva Cardoso a concluir que regressou a Luanda “com a sensação de ter conseguido o que pretendia e, portanto, a deslocação fora positiva”⁸⁷⁷.

Ainda em Novembro de 1974, o entusiasmo do brigadeiro Silva Cardoso motivou-o a organizar um encontro, no comando da região aérea, com os “três movimentos de libertação para uma conversa informal a quatro”. Os trabalhos duraram cerca de dois dias e “incidiram exclusivamente sobre a problemática da segurança com o objectivo de se conseguir operacionalizar “um serviço de informações capaz e de uma polícia perfeitamente apartidária e habilitada a manter a ordem pública”. A tensão foi diminuindo com o desenrolar da reunião mas o protocolo, antes de ser assinado, teria que ser aprovado pelo “comité central” dos respectivos movimentos. Depois de ultrapassadas as “reticências” iniciais tudo estava pronto para ser ratificado quando surgiu um telefonema de Holden Roberto a manifestar a sua discordância relativamente ao “texto que tinha sido acordado”, facto que motivaria nova viagem de Silva Cardoso a Kinshasa para “tentar convencer Holden Roberto”. Chegado à capital do Zaire e depois de ultrapassados alguns imprevistos, o encontro realizou-se, tendo-se conseguido clarificar todos os pontos solicitados e obtido a consequente “anuência” para avançar com as medidas discutidas com os outros movimentos em Luanda⁸⁷⁸.

Os acontecimentos multiplicavam-se com uma velocidade diabólica e o mês de Novembro não terminaria sem mais uma incursão ao Zaire por parte de uma delegação portuguesa. Desta vez seria Mário Soares, acompanhado por Firmino Miguel e Sá Machado, a deslocar-se a Kinshasa a convite de Mobutu para participar, a 24 desse mês, nas “festividades comemorativas do nono aniversário da segunda república”, durante as quais Soares foi publicamente apresentado à população do Zaire como sendo “o pioneiro da descolonização portuguesa”⁸⁷⁹ e “para conversações com o presidente Mobutu” com a “possibilidade de se encontrar com os dirigentes dos movimentos de libertação” (figura 5.4)⁸⁸⁰.

⁸⁷⁷ Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, pp. 449-450.

⁸⁷⁸ Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, pp. 454-455.

⁸⁷⁹ Guerreiro, Vasco (1992), *Os Portugueses no Zaire, Integração e Tragédia*, Lisboa, Rosa-Gabinete Comercial Gráfico, p. 131.

⁸⁸⁰ AHD – PAA – Maço 1081: Telegrama da Embaixada de Portugal em Kinshasa de 21 de Novembro de 1974. Relembramos que esta visita surge depois de uma outra a Argel, no dia 20 de Novembro, para se encontrar com Agostinho Neto. Silva Cardoso, admite que poderá ter sido aí que foi elaborado o “projecto de acordo a apresentar pelos três movimentos ao Estado português para a



Figura 5.4: Mário Soares em Kinsahsa⁸⁸¹

A estadia da delegação portuguesa em Kinshasa foi bastante divulgada pela imprensa local, com Mário Soares a dar algumas entrevistas a jornalistas de Kinshasa para, oficialmente, fazer chegar ao Zaire os objectivos e as intenções do Governo português em matéria de política externa que, à época, estava centrada no dossier da descolonização. O governante português aproveitou esse meio veiculador de informação para difundir o empenhamento de Portugal em implementar a descolonização nos territórios sob domínio colonial português e garantir que o fim normal desse processo só poderia ser a independência, representando esse o princípio orientador de toda a política externa de Portugal. Neste contexto revelou “um cronograma para a descolonização nos vários territórios sob domínio Português” que já tinha reconhecido a independência da Guiné-Bissau e a data da independência de Moçambique agendada para 25 de Junho de 1975. A sua presença em Kinshasa decorria da fase de negociação com os três movimentos de libertação de Angola com o intuito de se estabelecer um governo de transição em Angola com representantes das três facções, de modo a que “eles possam conduzir este grande país à independência em ordem, em paz e em liberdade”⁸⁸².

Ainda no âmbito destes contactos com os órgãos de comunicação social africanos Mário Soares esclareceu em que ponto se encontravam as relações entre o Zaire e Portugal. Sob o ponto de vista do Governo português, Mário Soares entendia que, apesar de ainda não estarem normalizadas, em virtude das decisões da OUA relativamente ao “Portugal colonialista”, as

cimeira dos movimentos com Portugal em território português. Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Esfera dos Livros, Lisboa, pp. 462-463.

⁸⁸¹ AHD – PAA – Maço 1081: Recorte de uma revista *Zaire* de 2 de Dezembro de 1974.

⁸⁸² AHD – PAA – Maço 1081: Entrevista de Mário Soares à Revista do Zaire, publicada em 02 de Dezembro de 1974.

relações entre os dois países “estavam no caminho certo” porque Portugal passou a “repudiar” o colonialismo, logo estavam criadas as condições e a confiança necessária para que se consolidassem, em todos os domínios, as relações com o Zaire. Faltava ainda uma tomada de posição sobre o tema que, naquele preciso momento, apresentava maior melindre, ou seja, a forma como Portugal interpretava o papel que o Zaire tinha vindo a desempenhar no processo de libertação dos países africanos colonizados e, particularmente, no caso de Angola. Era um tema para o qual, face às circunstâncias, a resposta exigia uma certa ponderação na escolha das palavras. Dessa forma, Mário Soares assumiu não conhecer “de forma exaustiva” o que Zaire tinha feito em prol da descolonização, para além do facto de dar guarida a alguns movimentos de libertação nacionalistas. No entanto, sabia que, no passado e no presente, o Zaire “tem feito o seu dever relativamente a África”. Isso era um aspecto positivo que, no entender de Mário Soares, tinha que ser sublinhado e que iria contribuir favoravelmente para as relações futuras entre Angola independente e o Zaire. Faltava ainda outro ponto quente que o jornalista de Kinshasa não iria deixar passar: o comentado favorecimento de Portugal ao MPLA no âmbito das conversações que envolviam o processo de descolonização de Angola. Aqui Mário Soares foi mais decidido, ao negar peremptoriamente tal leitura e ao caracterizar a postura do Governo português como “pragmática”. A sua linha de acção governativa, relativamente a esta matéria, passava por manter um diálogo político com todos os movimentos para “alcançar uma paz justa e duradoura” e por afastar qualquer manifestação de “simpatia ideológica”. Este era um tema relevante porque nele assentava a bipolarização política angolana, o sucesso ou não de um governo de transição ou, num cenário mais pessimista, um eventual quadro de guerra civil em Angola. Nesse contexto, Mário Soares teve que complementar uma pouco mais, insistindo na ideia de que Portugal estava concentrado em encontrar “soluções moderadas e de bom-senso” que envolvessem todas as etnias descendentes de Angola e que contribuíssem para preservação da “paz civil e a ordem” em todo o território angolano⁸⁸³. Era um momento importante da diplomacia portuguesa que vinha no seguimento das conversações do Sal e da Cimeira de Kinshasa, onde tinha sido alcançado um importante cessar-fogo com a FNLA. A ideia era dar continuidade a este processo de aproximação entre os dois Estados que visava a defesa dos respectivos interesses nacionais no contexto do processo de descolonização de Angola. Perante este cenário e de

⁸⁸³ AHD – PAA – Maço 1081: Entrevista de Mário Soares à Revista à Horizons 80, publicada em 30 de Novembro de 1974.

quem se tratava, as palavras tinham que ser bem medidas e ponderadas para não pôr em causa a fase de negociações que estavam a decorrer.

Ao chegar a Lisboa, Mario Soares elaborou uma carta aos presidentes da Zâmbia, da Tanzânia, da República Popular do Congo e da OUA a detalhar os temas abordados e as principais preocupações que o Governo português reteve durante e após aquele encontro. O primeiro tema referia-se à possibilidade de se poder vir a realizar “uma mesa redonda ou conferência geral” em Portugal durante a segunda quinzena de Dezembro de 1974, com a presença dos mandatários dos três principais movimentos, “para se tentar chegar a acordo quanto à formação, no mais breve prazo, de um governo transitório de coligação tripartidária em Angola, sob a égide de um Alto-Comissário representante do Chefe de Estado Português”. Previsivelmente, esse Governo teria a responsabilidade de, durante um período combinado entre todas as partes envolvidas nessa reunião, “encaminhar Angola para a independência total na data que for igualmente acordada”. Em Kinshasa, Mário Soares, no decorrer dos encontros mantidos, teria tido a concordância para a realização deste evento da FNLA e da UNITA. Quanto ao MPLA, o mesmo já havia sido obtido em Argel no âmbito dos encontros que Agostinho Neto manterá com Melo Antunes⁸⁸⁴.

Contudo, os destinatários da carta não teriam apenas boas notícias. A carta deu conta das “graves preocupações” que assolavam o Governo português, fruto de suspeitas que davam conta de tentativas levadas a cabo pelos movimentos de libertação, de “deslocarem a luta política para o campo da confrontação militar”, situação que poderia provocar um “estado de guerra civil em Angola” com todas as consequências nefastas de tal circunstância, quer para o futuro de Angola, quer para os povos da região. Outra dificuldade que assombrava “o estabelecimento de um governo transitório de coligação dos três movimentos” decorria das “divisões internas e aparentemente inconciliáveis de três facções distintas dentro do MPLA”. Este cenário aconselhava o Governo português a não interferir nesse “problema interno” esperando que ele se viesse a resolver o mais rapidamente possível. No entanto, não deixariam de ser oferecidos os bons préstimos portugueses. Simultaneamente, Portugal manifestou total disponibilidade para “desenvolver todos os esforços, com a mais completa isenção e boa-fé, no sentido de se chegar rapidamente a bom termo no processo de descolonização de Angola”. Como prova dessa boa vontade, propunha-se que fosse autorizado a “instalação em Lusaka de um departamento de ligação do Governo português,

⁸⁸⁴ AHD – PAA – Maço 1316: Carta aos Presidentes da OUA, Zâmbia, Tanzânia e Congo (Brazzaville), Dezembro de 1974, p. 1.

sem estatuto diplomático específico, mas que servisse de ligação e canal permanente” entre todas as partes com interesses neste processo, entre os quais se incluíam os destinatários desta carta, até que se pudesse estabelecer “formalmente relações diplomáticas normais”⁸⁸⁵.

Anos mais tarde e afastado das pressões que decorriam das funções de quem estava envolvido num processo altamente complexo, Mário Soares teve oportunidade de abordar novamente este episódio da sua longa vida política com a jornalista Maria João Avillez. Referiu-se a Mobutu como sendo “um homem de fidalguia e fino trato, inteligente e vivo, para lá dos defeitos que lhe são conhecidos e que, nesse tempo, eram menos visíveis”. O seu peso institucional era mais do que evidente: tinha um “certo prestígio, tinha autoridade, era reconhecidamente o homem forte do Zaire”. Foi num almoço carregado de ostentação, concedido em honra da delegação portuguesa, que Mobutu transmitiu os seus pontos de vista e as suas preocupações em relação à questão de Angola. Acima de tudo, exprimiu a ideia de que era necessário descolonizar mas com o devido “cuidado e prudência”, fazendo transparecer um certo receio de que Angola se viesse a transformar num “campo de batalha, alimentado pelos conflitos próprios da guerra-fria”⁸⁸⁶.

Não nos podemos esquecer que os Estados Unidos e a União Soviética não ignoravam este debate. Em Outubro de 1974, os soviéticos tinham decidido dar um novo rumo à sua política externa em relação a Angola adoptando três medidas reveladoras desse facto: “a opção definitiva por Agostinho Neto; o aumento do apoio ao MPLA; a promoção de uma aliança MPLA-UNITA, direccionada contra a FNLA”. Com estas decisões, Moscovo punha um fim aos “esforços de unificação dos grupos que compunham o MPLA”, concentrando dessa forma “o seu apoio em Agostinho Neto”. Esta orientação caracterizou-se “por vários desenvolvimentos, como foi o caso da aproximação de Agostinho Neto aos soviéticos, da conhecida preferência de Rosa Coutinho e dos militares portugueses em Luanda e da estratégia do Partido Comunista Português (PCP) junto do Kremlin. Em finais de 1974, a União Soviética garantiu outra dimensão a este envolvimento através “de um elaborado plano de auxílio ao MPLA, compreendendo o fornecimento de armamento e a disponibilização de pontos de trânsito no Congo”. Para o historiador Tiago Moreira de Sá este foi “o elemento externo fundamental desta fase do processo angolano” e coincidiu com “a vitória definitiva de Neto sobre as facções de Chipenda e Pinto de Andrade, conseguida em Outubro durante a

⁸⁸⁵ AHD – PAA – Maço 1316: Carta aos Presidentes da OUA, Zâmbia, Tanzânia e Congo (Brazzaville), Dezembro de 1974, pp. 2-3.

⁸⁸⁶ Avillez, Maria João (1996), *Soares, Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, pp. 388-389.

realização de uma conferência no Moxico. Perante este incremento da influência soviética em Angola, os Estados Unidos, através do responsável máximo pela política externa americana, Kissinger, mantinham-se fiéis à “estratégia definida no já referido NSSM39” que, como vimos, “recomendava que a casa Branca se acomodasse ao status quo na África Austral”. O mesmo status quo que, segundo Moreira de Sá, “tinha deixado de existir a 25 de Abril de 1974”⁸⁸⁷.

Na realidade, foi só depois da reunificação do MPLA que se assistiu a esta série de reuniões, no âmbito de um processo estimulado por Melo Antunes, o ministro sem pasta, e que tinha como objectivo atingir “um acordo entre os três movimentos armados”. A viagem de Mário Soares a Kinshasa fez parte dessas iniciativas, bem como as que a seguir ocorreram também na capital do Zaire, e que nos irão ocupar um pouco mais, no Luso com a UNITA e em Argel com o MPLA. De todas estas reuniões, Almeida Santos destacou a de Argel realizado no dia 20 de Novembro de 1974, de onde saiu um texto redigido por Melo Antunes e Agostinho Neto que “se constituiu como a proposta originária do Acordo de Alvor”⁸⁸⁸.

De regresso ao tema da visita a Kinshasa e ao testemunho de Mário Soares, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros abordou de seguida o tema dos movimentos de libertação tendo em conta as especificidades de cada um deles. No entender de Mário Soares o que movia Mobutu era a possibilidade de garantir “uma posição de algum modo tutelar relativamente a Angola”. Era bem relacionado com Holden Roberto e com Jonas Savimbi e tinha uma certa influência em relação aos “combatentes do MPLA que actuavam na frente leste”. Por estas razões, Mobutu queria ser “ouvido e entendia que tinha uma palavra a dizer na descolonização de Angola”. Obviamente que Mobutu não se iria esquecer de abordar um dos temas que, relacionado com a questão de Angola, mais o apoquentava, ou seja, os catangueses que os portugueses tinham, em tempos, acolhido. Nem mesmo Mário Soares iria ser apanhado desprevenido porque, para tratar dos “aspectos técnicos-militares” que envolviam esta questão, socorreu-se de Firmino Miguel. No entanto, o tema “revelou-se um fantasma sem consistência efectiva”, ou seja, Mário Soares saiu de Kinshasa com a sensação que a “questão dos catangueses não tinha a importância que lhe queriam atribuir”. Quanto ao encontro que manteve com os dirigentes dos movimentos de libertação reteve, essencialmente, um melhor

⁸⁸⁷ Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, pp. 125-137.

⁸⁸⁸ Apud, Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote, p. 129.

conhecimento da personalidade daqueles líderes africanos com quem teve a oportunidade de conversar. Relativamente a Jonas Savimbi, de quem “tinha um grande preconceito” por saber que estabelecera negociações com “os nossos militares” e com a PIDE (deveria estar a referir-se à Operação Madeira), reteve a imagem de um “verdadeiro chefe africano: autêntico e incontornável”, levando a perceber que tinha estado com um grande líder africano e com um homem possuidor de uma certa “sofisticação intelectual”. Quanto a Holden Roberto, “indiscutivelmente um líder mais fraco, falava mal português, era uma espécie de protegido de Mobutu”. Desta reunião convenceu-se, ainda mais, de que o “diálogo” entre “os líderes nacionalistas africanos” era uma peça essencial para o sucesso e, por esse motivo, antes de se despedir, deixaria de pé uma proposta sua para “que Portugal servisse de palco para esse diálogo multilateral”⁸⁸⁹.

Esta visita também marcou a Comunidade portuguesa a residir no Zaire. Foi no dia 25 de Novembro que este encontro se deu, constituindo, de acordo com as palavras de Vasco Guerreiro, um “momento de grande alegria, emoção e de importância transcendente para a vida Comunidade portuguesa ao receber pela primeira vez nestas apartadas terras africanas”, a visita de um governante “da pátria distante” e que seria aproveitada para “abordar alguns problemas que se põem aos emigrantes portugueses dispersos pelo mundo em geral e aos do Zaire em particular”. A mensagem seria lida por Vasco Guerreiro que, revelando uma rápida adaptação aos novos cenários políticos, abordou duas ideias fundamentais: o papel dos emigrantes na economia da metrópole durante o período do colonialismo como forma de desmistificar a fama de “exploradores e espoliadores”; e uma proposta de novos caminhos para recuperar a confiança daqueles que se viram expropriados do trabalho de uma vida inteira. Relativamente ao primeiro ponto não é preciso explicar muito mais. Vasco Guerreiro que era, como já vimos, a par de Jaime Viana uma das figuras mais proeminentes desta Comunidade, revelou o realismo que o momento exigia, como forma de tentar resolver as inúmeras dificuldades que se deparavam as famílias portuguesas. Criticou os tempos passados e bajulou os tempos vindouros. Quanto ao segundo ponto, Vasco Guerreiro concretizou com propostas. Segundo este, a “reação também aqui se fez sentir, estabelecendo um certo pânico nos espíritos mais crédulos”. Situação que tomava outras dimensões quando aplicado a um universo de famílias que “viam-se já arruinados, as suas economias por terra devido à desvalorização que estava prestes a surgir, os seus bens confiscados, pois que o “papão do comunismo, de tudo se ia apoderar”. Perante este cenário, justificadamente, na grande maioria

⁸⁸⁹ Avillez, Maria João (1996), *Soares, Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, pp. 389-390.

dos casos, as economias destes emigrantes deixaram de ser enviadas para o seu país, “procurando colocá-las em terras supostas seguras e que lhes garante uma remuneração razoável e isto com o fim de assegurar os seus velhos dias”. Portanto, no entender de Vasco Guerreiro era necessário recuperar a confiança para que todos os portugueses pudessem “participar na reconstrução nacional” e, para o efeito, propôs a criação, em Lisboa, de “um Fundo de Investimento do Emigrante, sob forma de sociedade para estatal ou privada, o qual daria uma justa e equilibrada remuneração ao capital ali colocado, uma associação de tipo social, que viesse em auxílio dos seus associados”. Esta era a solução que viabilizaria a entrada em Portugal de “verbas colossais de que hoje tanto necessita”. Como já tivemos oportunidade de observar, nesta altura, já se fazia sentir uma certa alteração na atitude das autoridades zaienses relativamente aos portugueses, facto que faz transparecer alguma serenidade nas palavras de Vasco Guerreiro que, apesar de tudo, manifestou um profundo apelo à consciência do Governo português, na pessoa de Mário Soares, para ver resolvido, da melhor forma possível, os problemas que continuavam a açular a sua Comunidade e, em simultâneo, para que os emigrantes portugueses em terras do Zaire pudessem regressar a Portugal “como cidadãos, e não com um rótulo que de modo algum merecemos”⁸⁹⁰.

Esta visita, a outra que a antecedeu e o encontro do Sal, entre Spínola e Mobutu, “contribuíram para que uma nova dimensão entrasse no jogo negro que até então se estabelecera entre o poder zaiense e a Comunidade portuguesa e Portugal”. Para António Monteiro, diplomata português em Kinshasa, estes encontros “criavam condições que poderiam, eventualmente, ser favoráveis a um entendimento entre os dois países quanto ao problema dos portugueses que haviam sido vítimas de abusos e procedimentos discricionários na aplicação das medidas de zairinização”⁸⁹¹. Infelizmente para estes portugueses, o tempo não lhe daria razão. Em 1989, no decorrer da segunda visita de Mário Soares ao Zaire, já como Presidente da República, as suas palavras ainda traduziam alguma inoperância do Estado português na resolução dos problemas da Comunidade portuguesa: “o nosso presidente informou a Comunidade de que o problema da zairinização estava a ser tratado,

⁸⁹⁰ AHD – PAA – Maço 1077: Comunicação de Vasco Guerreiro à delegação portuguesa chefiada por Mário Soares no dia 25 de Novembro de 1974.

⁸⁹¹ Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de Um Diplomata – África: Congo/Zaire – Angola*, Lisboa, Veja, p. 286.

apelando à “confiança dos portugueses”, não hesitando em afirmar “podem ter a esperança na vossa presença no Zaire, podem continuar a desenvolver este país”⁸⁹².

As relações económicas entre os dois países também não seria assunto esquecido. A partir de uma iniciativa da presidência de Mobutu, foi desde logo criado um “serviço de ligação Zaire-Angola-Portugal” com o objectivo de “estudar e promover trocas comerciais e intercâmbio económico”. António Monteiro manteve, logo no início de Dezembro, algumas reuniões com elementos daquele serviço que fizeram transparecer a intenção, por parte das autoridades do Zaire, de “aproveitar”, não só, “a oportunidade que Angola oferece”, mas também as “relações económicas e comerciais com Portugal”, como forma de aliviar os seus sectores económicos que se encontravam “numa situação precária”. Relativamente a Portugal, foi alvitrada a possibilidade de enviar a Lisboa, num curto espaço de tempo, “um funcionário do departamento de Estrangeiros para estudar a instalação de um gabinete de ligação” e uma “delegação comercial zairiana”. Todo este envolvimento económico fazia sugerir a António Monteiro a utilidade de ser elencada uma “estratégia a seguir” por Portugal no sentido de se procurar uma abertura de “vias de possível entendimento” entre os dois países no que dizia respeito às medidas decorrentes da zairinização e à respectiva defesa dos interesses portugueses que, segundo ele, não se podia “protelar” por muito mais tempo. Sendo que estava estabelecido que as indemnizações seriam, em princípio, “pagas a partir de um de Janeiro de 1976”, até lá deveriam ser criadas as condições para que os portugueses não viessem a ser prejudicados em relação aos belgas ou aos nacionais de outros países. Esta situação, independentemente do prestígio internacional que Mobutu não queria deixar fugir, ganhava uma dimensão acrescida face à convicção generalizada que dava conta da incapacidade do Zaire para “cumprir integralmente as promessas feitas e que procurará todos os pretextos para que daqui saia a menor quantidade possível de divisas”. Segundo António Monteiro, este ambiente favorável, não devia ser desvalorizado, devendo-se aproveitar o momento para, “paulatinamente”, se ir defendendo “os interesses nossos nacionais”, por exemplo, através da “criação de uma comissão mista luso-zairiana” com a responsabilidade de discutir o problema dos bens portugueses que foram afectados pela zairinização, podendo

⁸⁹² Guerreiro, Vasco (1992), *Os Portugueses no Zaire, Integração e Tragédia*, Lisboa, Rosa-Gabinete Comercial Gráfico, p. 132.

também funcionar como um “instrumento útil de fiscalização” do “correcto cumprimento dos prazos”, bem como, as “indenizações previstas pelas leis locais”⁸⁹³.

Voltemos ao processo de descolonização. Depois desta cimeira e com o Estatuto Orgânico do Estado de Angola aprovado, o processo ganhou uma nova dinâmica e, desde logo, se começou a falar de uma mesa-redonda conjunta a realizar em Portugal para se negociar o caminho definitivo para a independência. A 8 de Dezembro de 1974 deslocou-se a Kinshasa João Uva de Matos Proença, director-geral do ministério dos Negócios Estrangeiros, para se reunir com Holden Roberto, e com este esgrimir questões que envolviam a tal mesa-redonda que passava a tomar a designação de “Conferência da Descolonização”. O objectivo era entregar em mão ao líder da FNLA um convite pessoal de Costa Gomes para participar na referida conferência que iria ter lugar no dia 18 de Dezembro em S. Miguel nos Açores. Holden Roberto, denotando ao longo de toda a reunião alguma tensão fazendo transparecer alguma desconfiança “acerca das intenções portuguesas de descolonização”, aceitou o convite, sem no entanto, deixar de fazer alguns comentários. Primeiro que tudo achava estranho que as medidas tendentes a adaptar o regime de governo de Angola ao momento em que se encontrava o processo de descolonização (referia-se à aprovação da Lei 11/74), “não tivesse sido seguido de medidas tendentes também à substituição de pessoas, nomeadamente o almirante Rosa Coutinho”, aspecto que para Holden Roberto era fundamental e que teria que ser referido na “carta de resposta a Sua Excelência o Presidente da República”. Matos Proença referiu-se a estas novas medidas como “um primeiro passo do Governo português nesta nova fase do processo de descolonização em Angola”. No entanto, caso Holden considerasse indispensável expor qualquer reserva, o lugar próprio para o fazer seria a “Conferência de Descolonização de Angola” e não na carta de resposta a Costa Gomes. No final deste primeiro encontro foram abordados aspectos essencialmente logísticos relacionados com a deslocação da delegação da FNLA a Portugal: “Composição da Delegação (5 a 7 elementos”); “Possibilidades de Transporte” (a delegação da FNLA dispunha de avião próprio”; e a “Acomodação (a FNLA não vê inconveniente em ser acomodada no mesmo hotel em que ficam instalados as restantes delegações)”⁸⁹⁴.

⁸⁹³ AHD – PAA – Maço 1079: Telegrama do Consulado-Geral de Portugal em Kinshasa para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 17 de Dezembro de 1974.

⁸⁹⁴ AHD – PAA – Maço 1316: Relatório de Matos Proença de 11 de Dezembro de 1974, relativo ao encontro com Holden Roberto em Kinshasa, pp. 1-2.

No dia seguinte, depois de contactadas as “autoridades zairianas”, a FNLA convocava Matos Proença para uma nova reunião. Depois de um conversa introdutória em que Holden Roberto apenas falou de “frivolidades”, seguiu-se o momento de “passar às mãos a carta endereçada” a Costa Gomes com a confirmação da presença da FNLA na dita “Conferência concordando deixar a discussão de certas questões de fundo para essa ocasião”. Matos Proença ao ler a carta que lhe estava a ser entregue reparou em dois pormenores que não estavam previamente pensados e que lhe suscitavam “algumas dúvidas”: “a composição da delegação excedia o número sugerido da nossa parte, enquanto, ao mesmo tempo, se visava rodear a Conferência de um ambiente publicitário ostensivo”. Holden Roberto replicou que, quanto à composição da delegação, tinha sido uma decisão da direcção da FNLA e, por isso mesmo, era difícil “reduzi-la”. Em relação ao aspecto da divulgação, assunto que levou Matos Proença a admitir que esse “gesto” da FNLA “pudesse afectar outros esforços com vista à conferência pelo que conviria saber o pensamento de Lisboa”, Holden manifestou a disponibilidade para, através “Consulado Geral em Kinshasa”, ouvir a posição do Governo português sobre o assunto. O líder da FNLA concordaria em adiar o seu “intento” para dar tempo ao Governo português pensar no assunto, mas, caso não recebesse qualquer indicação através de António Monteiro, “o nosso silêncio significaria concordância”. A parte final da reunião serviu para Matos Proença esbater “o perigo comunista” que ia na mente de Holden Roberto fruto da leitura que este fazia da situação política interna de Portugal, expondo “o prestígio crescente do Governo e a linha lógica de um processo de descolonização sem dúvida irreversível”⁸⁹⁵.

Das conclusões de Matos Proença registamos uma clara assunção da influência de Mobutu nas decisões e atitudes da FNLA de Holden Roberto. Para o representante de Portugal era notória a preocupação da FNLA em não assumir “posições definitivas” sem ouvir as autoridades governativas do Zaire que, no fundo, representavam “pontos de vista insuflados por outros”. Para além disso, chamou a atenção a Matos Proença “o esforço do Zaire em patrocinar a criação de um Governo em Luanda que seja do seu agrado”, ou seja, na senda da FNLA. Este plano contribuiria para a degradação da posição de Agostinho Neto num tabuleiro onde “Pequim se opunha ao revisionismo russo”, o Zaire contra o “marxismo ortodoxo” e a “FNLA que reage epidermicamente ao perigo comunista”. Matos Proença recorreu à história mais recente do Zaire, lembrou a tentativa falhada de Mobutu para

⁸⁹⁵ AHD – PAA – Maço 1316: Relatório de Matos Proença de 11 de Dezembro de 1974, relativo ao encontro com Holden Roberto em Kinshasa, pp. 2-3.

derrubar Ngouabi e “com ele enterrar o marxismo” naquela região, para direccionar as hostilidades do Zaire para aquele que passava a ser o seu “inimigo directo”, Agostinha Neto. O representante português não terminaria o seu relatório sem deixar um voto de confiança à importância deste líder do MPLA: “Angola independente sem Agostinho Neto poderá revelar-se um exercício mais difícil que a procura de um não fácil acordo que globalmente incluía todas as tendências na futura fórmula governativa de Angola”⁸⁹⁶.

Ainda antes do final do ano iriam surgir alguns elementos perturbadores que chegaram a pôr em causa a realização desta Cimeira. O primeiro deles foi a questão dos catangueses acantonados em território angolano, com o Governo zairense a acusarem as “autoridades portuguesas de estarem empenhadas em manobras destinadas a fazer crer que a decisão de permanecer em Angola correspondia ao desejo da totalidade do grupo de catangueses”⁸⁹⁷.

O segundo elemento perturbador foi a intenção de Agostinho Neto, manifestada em carta de 13 de Dezembro dirigida a Costa Gomes, em alterar a data inicialmente prevista, 18 de Dezembro, por considerar que “o nosso programa de trabalhos, extremamente sobrecarregado, não nos permite estabelecer as negociações já no dia 18, e por isso proponho como data do início dos trabalhos o dia 27 de Dezembro. Por razões óbvias também não me parece ser o arquipélago dos Açores o local mais indicado (...)”. Informada de imediato pelos serviços diplomáticos portugueses em Kinshasa, a reacção da FNLA “foi altamente negativa e tempestuosa”, possibilitando, dessa forma, um diagnóstico real do estado em que se encontravam as relações entre a FNLA e o MPLA, tornando-se evidente que os dois movimentos se digladiavam mutuamente em busca do apoio de Savimbi para “reforçarem a sua posição no processo”, prevendo-se, segundo Silva Cardoso, que “qualquer cimeira a quatro resultasse num fracasso total de consequências imprevisíveis”⁸⁹⁸.

O terceiro e último acontecimento perturbador esteve relacionado com a reunião que Rosa Coutinho manteve com Agostinho Neto e Savimbi no Luso, no Leste de Angola, a 18 de Dezembro de 1974. No final deste encontro sairia um acordo entre aqueles dois movimentos de libertação que, na prática, pretendia condenar a interferência dos “interesses estrangeiros” no processo de descolonização em curso e o seu possível apoio à FNLA, numa alusão que,

⁸⁹⁶ AHD – PAA – Maço 1316: Relatório de Matos Proença de 11 de Dezembro de 1974, relativo ao encontro com Holden Roberto em Kinshasa, pp. 3-4.

⁸⁹⁷ AHD – PAA – Maço 1316: Telegrama n.º 17995 do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 31 de Dezembro de 1974.

⁸⁹⁸ Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, pp. 476-478.

pensamos nós, pretendia pôr em causa o comportamento dos EUA e da China. Por outro lado, denunciava também a existência de uma “reação interna” em torno da “comunidade branca”, que estava a ameaçar a independência de Angola⁸⁹⁹. Evidentemente que, de Kinshasa, viriam novas ondas de contestação da FNLA que sabia o que estava em causa porque, num passado muito recente, teria tentado a mesma “estratégia de namoro” à UNITA, mas sem os resultados pretendidos.

Foi esta evolução de acontecimentos que, no final do ano de 1974, obrigaria as autoridades portuguesas envolvidas no processo a uma série de diligências em Kinshasa, com o objectivo de desanuviar o ambiente adverso que se tinha instalado⁹⁰⁰. No dia 18 de Dezembro de 1974, o ministério dos Negócios Estrangeiros instruía António Monteiro para informar o “presidente da FNLA e o director do Gabinete do presidente Mobutu” que, em breve, iria chegar a Kinshasa uma “Missão constituída pelo representante especial do presidente da República, o brigadeiro Silva Cardoso, acompanhado pelo Major António Metelo da Comissão Nacional de Descolonização” para se encontrar com Holden Roberto e para tratar de questões “decorrentes do processo de descolonização”. Esta estadia também deveria ser aproveitada para a delegação se encontrar com Mobutu com o objectivo de “trocar impressões gerais sobre relações bilaterais e sobre as intenções do Governo português” relativamente à descolonização de Angola⁹⁰¹.

⁸⁹⁹ O Acordo salientava os seguintes pontos: “Considerando que a unidade dos movimentos de libertação de Angola é essencial à luta contra o colonialismo e o imperialismo e um instrumento de salvaguarda de independência nacional; tendo bem presentes as manobras imperialistas que põem em causa a paz e integridade territorial do país; considerando que a ingerência de interesses estrangeiros na vida política e a existência de uma reacção interna em Angola constituem uma ameaça à independência e ao desenvolvimento da sociedade angolana; preocupados com o agravamento constante da situação económica de Angola e suas incidências sociais; O MPLA e a UNITA decidem: pôr termo a toda a espécie de hostilidades e de propaganda que dificultem a colaboração franca e sincera entre as duas organizações (...)”. Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, pp. 481-482.

⁹⁰⁰ Excerto da carta de Costa Gomes enviada a Holden Roberto: “O meu emissário pessoal, Brigadeiro Silva Cardoso, acompanhado pelo adjunto da Presidência da República e do Secretário da Comissão Nacional de Descolonização, Major António Metelo, tem todos os poderes para me representar nas conversações a ver com V. Ex.^a, pelo que desde já agradeço o melhor acolhimento por parte dos responsáveis da FNLA”. Apud, Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, p. 483.

⁹⁰¹ AHD – PAA – Maço 1316: Telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 18 de Dezembro de 1974.

Mobutu manteve-se sempre a par das diligências que envolviam os preparativos da chegada a Kinshasa da delegação portuguesa e, desde logo, “manifestou o maior interesse em receber pessoalmente a missão” e, uma vez que se encontrava em visita oficial à China só chegando a Kinshasa no dia 24 de Dezembro, solicitou que aí permanecessem, pelo menos, até essa data⁹⁰².

Mas, entretanto, a reunião que Rosa Coutinho mantera com Neto e Savimbi, no dia 18 de Dezembro, chegou ao conhecimento de Holden Roberto e o alarme souo. Era preciso ir, com urgência, a Kinshasa para “acalmar os gajos”, conforme palavras de Silva Cardoso. António Metelo chegou a Luanda no dia 20 de Dezembro, juntou-se a Silva Cardoso e no dia seguinte estavam a aterrar em Kinshasa, onde foram, de imediato, conduzidos à sede da FNLA, local onde se encontrava Holden Roberto e a sua equipa de colaboradores. O primeiro a usar da palavra foi o brigadeiro português que, depois de umas palavras introdutórias, que lembravam os motivos da sua ida a Kinshasa, bem como a explicação das variáveis históricas, militares e ideológicas que garantiam uma grande complexidade ao processo que estava a ser conduzido, abordou de imediato o ponto mais relevante e aquele que “teria que ser resolvido antes de qualquer cimeira: o contencioso entre eles e o MPLA”. Silva Cardoso fazia transparecer a importância de serem ultrapassados todos os constrangimentos que dificultavam o estabelecimento de uma “plataforma comum”, sem a qual a cimeira não produziria os efeitos pretendidos. A posição de Portugal, relativamente a este tema, era clara e traduzia-se na “garantia de conceder a independência e a grande preocupação em salvaguardar os interesses de Angola e dos Angolanos”. Logo, as responsabilidades de um eventual “fracasso” não poderiam, em momento algum, ser atribuídas às autoridades portuguesas. Sem qualquer ponta de agressividade, Holden Roberto e a sua equipa fizeram uma pequena exposição dos “factos que tinham conduzido a toda a celeuma”⁹⁰³ e que resumiam um conjunto de “queixas” que, na medida dos possíveis, foram minimizadas pelo chefe da delegação, conseguindo-se, ao fim de

⁹⁰² AHD – PAA – Maço 1316: Telegrama da Embaixada de Portugal em Kinshasa para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 23 de Dezembro de 1974.

⁹⁰³ O brigadeiro Silva Cardoso resume esses factos: “posicionamento de almirante Rosa Coutinho no processo de descolonização ao qual desferiram um cerrado ataque; facilidades concedidas ao MPLA; cedência de viaturas do Exército para elementos e forças do MPLA; condenação da nomeação do Engenheiro Sócrates Daskalos para governador do distrito de Benguela; os órgãos de comunicação oficiais estarem a promover uma campanha altamente partidária com as armas apontadas ao seu movimento; a pré-cimeira não poderia ter lugar em Angola, mas num país africano”. Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, p. 487.

duas horas e meia de diálogo, chegar a um acordo quanto à realização da cimeira. De seguida veio o encontro com Savimbi, que se encontrava instalado na “aldeia da OUA” (bairro construído por Mobutu para receber os seus pares africanos na conferência da OUA em Kinshasa no ano de 1967). Esta conversa revelou-se bem mais fácil que a primeira, com o presidente da UNITA a concordar com a data e local da cimeira, sublinhando que estava disponível para “colaborar em tudo o que conduzisse à paz”. Terminado este encontro, a delegação portuguesa regressaria a Luanda com “a sensação de termos cumprido a missão” e com algumas conclusões retiradas. A primeira delas referia-se à reacção pouco violenta da FNLA, facto que fazia prever a presença na cimeira, em data e local previamente definidos. Depois, era expectável que a FNLA levasse todo este contencioso a debate, por não estar previsto qualquer encontro prévio com os outros movimentos de libertação. Ainda quanto à FNLA tinha sido evidente a “agressividade obsessiva” relativamente a Rosa Coutinho, “não aceitando sequer um encontro particular”. Por fim, destacou-se a “atitude moderadora” da UNITA que, aproveitando as divergências entre o MPLA e a FNLA, procurava “através de uma acção reconciliadora, reforçar a sua posição tanto internamente como externamente” e, através disso, apresentar-se como a “chave” do problema angolano⁹⁰⁴.

Acalmado o ambiente entre o MPLA e a FNLA, faltava ainda clarificar a questão dos catangueses, os cerca de dois mil homens provenientes do Catanga⁹⁰⁵ que se refugiaram em Angola entre 1963/64, onde foram recebidos ao abrigo das normas internacionais de protecção de minorias e de refugiados, com um “pequeno auxílio” das autoridades portuguesas. Estes catangueses tinham-se instalado no distrito de Lunda e aí constituíram família sem nunca terem criado qualquer tipo de problema “quer às autoridades portuguesas quer às autoridades zairenses”. Muitos deles foram “recrutados voluntariamente”, constituíram-se como forças auxiliares do Exército português mas àquela época já estavam a ser “desarmados e desmobilizados” e de regresso à actividade civil. O problema tomou outras proporções quando, após uma amnistia concedida pelo presidente do Zaire que não teve quaisquer efeitos na política de Portugal em relação ao assunto, os catangueses manifestaram

⁹⁰⁴ Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, pp. 486-490.

⁹⁰⁵ Não conseguimos encontrar duas fontes que convergissem relativamente ao real número de catangueses em Angola. Por exemplo, Silva Cardoso fala em “cerca de 4000 homens”. Independentemente do número, fica-nos a certeza de estarmos na presença de um número bastante significativo, facto que legitimava as preocupações de Mobutu. Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Oficina dos Livros, Lisboa, p. 469.

“por escrito ao Cônsul Geral do Zaire a sua decisão de permanecerem em Angola”⁹⁰⁶. A partir daqui o Zaire, através do seu Cônsul em Luanda, elaborou uma nota, em termos que foram considerados “ofensivos, onde acusava os portugueses de estarem determinados a levarem a cabo manobras com o intuito de fazer acreditar que a “decisão de permanecer em Angola correspondia ao desejo da totalidade do grupo de catangueses quando tal não era verdade”⁹⁰⁷.

Foi a representação diplomática portuguesa em Kinshasa, através de António Monteiro, que inicialmente se ocupou deste assunto e que ouviu explicitamente, no dia 9 de Novembro, da boca do director do gabinete da presidência da República, de nome Bisengimana, a posição oficial do Zaire. Não era intenção de Mobutu imiscuir-se num assunto que apenas diria respeito a Portugal. No entanto, o que estava em causa eram as suspeitas de favorecimento do MPLA por parte de Portugal, nomeadamente de Rosa Coutinho, facto que contrariava a perspectiva das autoridades governativas do Zaire que viam na “constituição de uma frente comum dos três movimentos emancipalistas, sem o apoio ostensivo de Portugal a nenhum deles, a única forma de evitar que se venha assistir em Angola a massacres como nunca houve em África”. Este alegado favorecimento, que chegou a ser veiculado a título acusatório em relação a Mobutu pelos órgãos radiofónicos angolanos, era considerado intolerável, porque, segundo Bisengimana, “no Zaire aceitamos todas as críticas, mas ofensas ao Presidente não podemos admitir; é a dignidade do País em Jogo”. E para reforçar esta posição não deixou passar o caso do navio Okito que, para carregar produtos com destino ao Zaire, demorou 46 dias no porto do Lobito, situação considerada inaceitável e que não se justificava com as dificuldades dos serviços portuários⁹⁰⁸. Era uma manifestação de intenções hostil que Mobutu adoptava em relação a Portugal, face aos contornos que o processo de descolonização estava a tomar, prevendo-se o fim do estado de graça nas relações entre os dois países celebrado na cimeira do Sal.

A tensão subia e o Governo provisório de Angola viu-se na obrigação de publicar um comunicado para esclarecer, detalhadamente, a situação em que se encontravam os

⁹⁰⁶ Para Silva Cardoso esta amnistia de Mobutu aos catangueses teve dois objectivos: “eliminar a ameaça que pesava sobre o país ou, muito provavelmente, contar com eles para reforçar o ELNA; e, por último, evitar a sua adesão ao MPLA”. Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, p. 469.

⁹⁰⁷ AHD – PAA – Maço 1316: Telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal em Kinshasa, de 31 de Dezembro de 1974.

⁹⁰⁸ Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, pp. 469-472.

catangueses e garantir que a postura do Governo português neste processo estava longe de ser o que impedia o regresso daqueles homens e suas respectivas famílias ao seu país de origem. Antes pelo contrário, eles tinham optado pela sua fixação em Angola “abstendo-se de actividades políticas contra Estados vizinhos e integrando-se na construção do novo país”. As preocupações não vinham só do lado das autoridades governativas do Zaire. Também Holden Roberto, influenciado por Mobutu, manifestou a sua “preocupação” relativamente aos desenvolvimentos que esta questão estava a ter, “afirmando que estava disposto a ir até às últimas consequências perante o que considerava uma situação grave tendo inclusivamente referido ameaças às forças da FNLA por parte dos catangueses”. Era evidente que o assunto se revestia da maior delicadeza e foi nesse contexto que a delegação portuguesa “procurou evitar a deterioração das nossas relações com o Zaire para que o problema dos catangueses poderá servir de pretexto”. A situação aconselhava ponderação e a expressão utilizada pelo ministério dos Negócios Estrangeiros para a caracterizar foi “absoluta imparcialidade”, para que todo processo de descolonização não saísse melindrado por causa de uma questão colateral. A determinação do Governo português foi de tal forma que admitiu “recorrer à intervenção do Alto-Comissário para os Refugiados”, no caso de a situação se poder vir a “deteriorar”, no sentido dos seus representantes poderem apurar localmente “a imparcialidade do Governo português na matéria”⁹⁰⁹.

Mas no decurso de todas estes contactos, o brigadeiro Silva Cardoso teve que se deslocar novamente a Kinshasa, no dia 27 de Dezembro, para “esclarecer toda a situação ao Presidente Mobutu”. Silva Cardoso, alegando dificuldades linguísticas, fez-se acompanhar de alguém que dominasse a língua francesa e o escolhido foi o secretário de Estado dos Estrangeiros, Jorge Campinos. Chegados a Kinshasa e após um contacto imprevisto com os órgãos de comunicação social, foram conduzidos à presença de Mobutu que, após umas breves palavras alusivas ao processo de descolonização, foi directo ao assunto que naquele momento mais o preocupava, ou seja, “o problema dos catangueses” e a sua intenção de os “integrar na sociedade zairense antes da independência de Angola”. O brigadeiro Silva Cardoso tomou da palavra para clarificar o posicionamento português, garantindo que a atitude do Governo português estava de acordo com “as convenções internacionais dando plena liberdade de escolha” àqueles homens, que poderiam regressar ao seu país de origem. Manifestou também

⁹⁰⁹ AHD – PAA – Maço 1316: Telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros Telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a missão portuguesa na ONU em Nova Iorque, de 31 de Dezembro de 1974.

a intenção de Portugal, enquanto responsável pelo território angolano, em impedir que “os exilados” intentassem qualquer acção contra o Zaire e garantiu que não seriam “expulsos de Angola contra a sua vontade”. Ainda revelou disponibilidade absoluta para facilitar os contactos com os “dirigentes desses catangueses”, levantando a possibilidade de Portugal poder vir a reagir “contra qualquer força” que efectuasse alguma “acção violenta” contra esses homens, muitos deles, com famílias constituídas em Angola e que, por esse motivo, não tinham qualquer anseio de regressar ao Zaire. Por fim, reiterou a afirmação de que Portugal não se responsabilizaria nem assumiria qualquer compromisso relativamente àquela questão, após a data de independência. Não eram bem estas as garantias que Mobutu pretendia, “mas também não manifestou qualquer animosidade”. Tudo tinha ficado esclarecido, inclusivamente a “tentativa de aliciamento daqueles homens por parte do MPLA”, negando Portugal qualquer envolvimento nesta cooperação que era, exclusivamente, uma manifestação de vontade própria dos catangueses sediados em Angola, garantido o ambicionado sucesso à missão perante um problema que se tinha revelado de enorme melindre⁹¹⁰.

No fim de todas estas diligências o objectivo tinha sido atingido na sua plenitude, com a questão dos catangueses clarificada e com a confirmação do acordo com os três movimentos para que a cimeira da descolonização ocorresse no dia 10 de Janeiro de 1975 no Algarve, antecedida de uma reunião de preparação em Nairobi entre os dias 3 e 5 desse mês.

Portugal conseguiu, nos finais de 1974, concluir os difíceis acordos de cessar-fogo com os três movimentos de libertação angolanos, condição considerada indispensável para dar início a uma ronda de negociações que conduzissem à descolonização de Angola, tal como a ONU tinha sugerido em Maio de 1974. Para além disso, conseguir agendar um encontro para Janeiro de 1975, no Algarve, onde os três líderes angolanos juntamente com o Governo português iriam debater a descolonização de Angola, tendo em vista um eventual acordo que permitisse restaurar, o mais rapidamente possível, um ambiente pacífico em Angola. Ou seja, relativamente a Angola, apesar das evidentes dificuldades, Portugal tinha alcançado os objectivos mais prementes.

Relativamente a Mobutu, o seu projecto de uma Angola independente liderada por Holden Roberto começava, nesta fase, a desmoronar-se. Depois dos sucessos iniciais, Mobutu inaugurava um novo estágio no capítulo das relações com Portugal, tomando consciência que os seus interlocutores portugueses ou não eram capazes ou não queriam enveredar por um

⁹¹⁰ Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina dos Livros, pp. 491-494.

modelo de descolonização que reflectisse um resultado aceitável para o Zaire. A sua personalidade não o levaria a admitir a frustração das suas diligências em relação a Portugal e, por isso mesmo, era previsível que, num futuro próximo, outras “movimentações” surgissem para que “continuasse a ter um papel activo relativamente ao processo de descolonização de Angola”. Pelo menos este era o cenário futuro traçado por Deane Hinton, embaixador americano em Kinshasa, para o departamento de Estado e que visualizamos como uma leitura muito plausível para a época, face aos acontecimentos descritos⁹¹¹.

E assim chegava ao fim o ano de 1974, com os três actores da nossa peça altamente envolvidos num processo extremamente complicado de conciliação de interesses, que mesmo agora acabamos de descrever, e que culminaria, no ano seguinte, com a descolonização de Angola.

⁹¹¹ National Archives – Access to Arquivai Database: Telegrama, 09729, da Embaixada dos EUA em Kinshasa, de 19 de Novembro de 1974, Subj: Portugal, Angola and Zaire, (online).
Disponível em: www.archives.gov/aad/display-partial-records.jsp. 26 de Março de 2014.

CONCLUSÃO

A explicação e a interpretação das relações bilaterais entre Portugal e o Zaire, durante o período que decorreu de 1968 a 1974, tal como foi inicialmente proposto, estiveram sempre associadas a um raciocínio comparativo que tinha como objectivo tentar descobrir paralelismos, distanciamentos ou até mesmo modificações, quanto às bases do comportamento político de Marcello Caetano e de António Spínola em relação a Mobutu, tendo em vista a concretização dos objectivos político/estratégicos de Portugal relativamente ao Zaire. Este tipo de análise sugere-nos, nesta fase do trabalho, uma observação comparativa e a respectiva apresentação de resultados, através da identificação de elementos tipificadores, de continuidades ou descontinuidades, com base na explicação dos acontecimentos históricos observados.

Começamos pela orientação da política colonial de cada um dos intervenientes. Relativamente a Marcello Caetano, ao tomar posse como presidente do Conselho anunciou desde logo o seu lema orientador: continuidade e renovação. Uma ideia que não passou disso mesmo e que admitia pelo menos dois cenários. Tanto era real a possibilidade de se manter a defesa da integridade do território, como era plausível assumir que se iria avançar para um novo quadro renovador. No caso específico da questão ultramarina, umas vezes reafirmava a suprema sabedoria dos portugueses no mundo, para outras vezes assumir um certo afastamento dos preceitos programáticos e fundadores do regime que viria a herdar. Efectivamente, perante estas visões antagónicas deixou de haver uma assunção clara da política ultramarina, porque reinava a incerteza quanto à concepção de algumas das suas orientações governamentais, nomeadamente aquela que passava a prever a defesa do feito ultramarino a partir da segurança da vida, da obra e do trabalho daqueles que integravam a Nação portuguesa e que em tempos viajaram para África em busca da proclamada unidade patriótica. Emergiam desta forma, um enumerado de enigmas de difícil resolução.

Desde o momento que tomou posse da Presidência do Conselho de Ministros em Setembro de 1968, esta aparente ausência de um pensamento linear e coerente manifestou-se de forma viral e adquiriu uma dimensão que culminaria com o fim da sua governação em Abril de 1974, porque na prática muito pouco foi alterado. Convicto dos apoios necessários à sua ascensão e manutenção no poder, cedeu ao domínio das elites que reivindicavam a continuidade da estratégia salazarista para os territórios ultramarinos, nomeadamente aquelas que reinavam no seio das Forças Armadas. Amedrontados com as ideias federalistas que em

tempos Marcello Caetano defendera, a maioria das chefias militares pretendia uma solução que fosse uma consequência directa de uma vitória militar categórica sobre os movimentos nacionalistas. A esta perseverança das chefias militares juntou-se a persistência da elite política conservadora e nacionalista do regime que, com poucas excepções, via na manutenção das províncias ultramarinas a única orientação política viável para os territórios africanos vistos como uma extensão da metrópole. Cenários que em 1968 já se apresentavam como perfeitamente remotos.

Em suma, em termos de política colonial, a mudança na liderança do regime, de Oliveira Salazar para Marcello Caetano, efectuou-se praticamente sem rupturas. A sua estratégia evolutiva, baseada numa autonomia progressiva e participada, serviu apenas para dar força à continuidade, bem como às orientações dos sectores integracionistas da comunidade política e militar do regime, em detrimento da renovação. Em 1973, com a alteração da situação táctica e operacional das forças militares portuguesas na Guiné, a juntar-se à já anunciada intransigência em negociar com os movimentos nacionalistas, estava anunciado o princípio do fim deste ideário político. Quer isto dizer que o impasse político, que materializou a terrível herança de Salazar, com Caetano também iria perdurar e esta foi a questão que condicionou toda a sua acção governativa.

Consumada a transição de regime, seguiu-se uma nova orientação relativamente à questão colonial. A aproximação de António de Spínola à temática referida é particularmente distinta. Inicialmente, como vimos, o afastamento de Spínola em relação à política ultramarina de Salazar era um facto que fazia prever, durante o mandato do novo presidente do Conselho, um bom relacionamento com Marcello Caetano. Enquanto governador e comandante-chefe da Guiné, sustentado nos princípios doutrinários da guerra subversiva, começou por reconhecer a eficácia do esforço doutrinário e de combate do PAIGC, para logo de seguida, se convencer que a guerra tinha de ser ganha conquistando as populações locais e não recorrendo à força das armas. Ou seja, uma orientação inovadora, baseada no diálogo e na conquista de “hearts and minds”.

Depois de um esforço inicial táctico e operacional no sentido de estabilizar a situação militar, definiu como objectivo imediato o estabelecimento de negociações com o PAIGC, tendo o presidente Senghor como intermediário. A ideia de Spínola passava por obter um cessar-fogo imediato, seguindo-se um período transitório e progressivo de autonomia interna, para num estágio final se atingir uma independência que garantisse a viabilidade de uma comunidade luso-africana.

A chegada de Marcello Caetano ao poder tinha dado um novo ânimo a Spínola, por acreditar que poderia ser encontrada, a breve trecho, uma solução política para o problema colonial. Contudo, os planos de Spínola esbarraram na incapacidade de Caetano para romper com o passado. O presidente do Conselho determinou que as conversações fossem imediatamente interrompidas por não ser viável admitir uma solução para a Guiné que, no seu entender, não seria praticável para Angola e Moçambique. Para além disso, Caetano tinha mais dois factores que não queria contrariar. Por um lado, o valor estratégico de Cabo-Verde e por outro lado, o facto da política ultramarina do regime ter sido, na sua opinião, legitimada com o acto eleitoral de 1969. Portanto, no seu entender, só havia uma opção: defender o Ultramar até à exaustão.

No pólo oposto, Spínola via as suas expectativas goradas face à intransigência do governo central, mas não só. Esta recusa também iria representar o fracasso da última oportunidade do regime para negociar uma solução diferente da militar para os seus territórios africanos. A situação operacional agravou-se com o aparecimento do míssil stella e, com ele, o fim do domínio aéreo e da liberdade de movimentos, facto que fez com que a situação militar se deteriorasse. Perante este quadro, só restava uma solução a Spínola: aguentar até onde fosse militarmente possível. Em Agosto de 1973, no término da sua comissão, apresentou-se em Lisboa, sem ter conseguido implementar o seu plano para a Guiné.

Embora, numa fase embrionária, o pensamento e as linhas de acção de ambos sugerissem alguma convergência, ou até mesmo uma certa complementaridade, com a acção governativa de Marcello Caetano os caminhos divergiram. O quadro passava a ser uma representação perfeita de dois proeminentes líderes, com duas visões absolutamente discordantes para o mesmo problema e que iriam marcar decisivamente as orientações do Estado português durante os períodos em que tiveram responsabilidades políticas.

Contudo, Spínola, à semelhança de Caetano, também tinha reservado para si um destino dramático. O contexto político, quer interno quer externo, iria evoluir num sentido contrário às suas convicções. Internamente, no contexto da consolidação e organização dos preceitos democráticos do novo regime, surgiram feridas insanáveis entre o general e os restantes elos do processo - a JSN, a Comissão Coordenadora do MFA, o Governo provisório e os Partidos Políticos -, que inviabilizaram um modelo consensual para o futuro do Ultramar. Desta forma, emergiu um sistema fraccionado, em que as partes envolvidas agiam de acordo com as suas convicções. Uns ambicionavam por um processo mais tranquilo baseado numa solução do tipo federativo que previsse uma consulta popular e outros, perante os obstáculos que se

erguiam, como foi o caso das pressões oriundas da comunidade internacional, a intransigência dos movimentos de libertação e o agravamento da situação operacional nos teatros de operações, pretendiam uma solução mais célere que deveria passar por garantir a independência imediata das Províncias Ultramarinas.

Para o exterior, estas visões divergentes também se revelaram fracturantes. Desenvolveu-se um modelo de diplomacia que era o espelho das cisões emergentes no seio do novo aparelho governativo português. De facto, internamente todos procuravam uma solução política para a guerra colonial, mas o verdadeiro cerne da questão era saber “qual” a solução política a adoptar. A esta dificuldade juntava-se a questão dos “projectos pessoais”. Se por um lado, todos os projectos eram pessoais, pois correspondiam aos desejos individuais das personalidades envolvidas; por outro, nenhum era pessoal, pois todos representavam concepções partilhadas por grupos mais amplos quanto ao futuro/fim do império português.

Perante este impasse, a solução de Spínola revelou-se minoritária, em termos nacionais e internacionais, e a saída foi renunciar ao cargo. Efectivamente, dentro deste período, este momento constitui um marco capital no processo de consolidação do regime democrático em Portugal. Em termos de política colonial, no contexto da questão que se transformou na centralidade da temática, ou seja a descolonização, o 28 de Setembro traduziu para Angola, o renascer de uma solução em tudo semelhante à de Moçambique, que tinha sido ratificada no início de Setembro de 1974 em Lusaka.

Quanto a Mobutu, o seu interesse em relação à questão de Angola foi evoluindo tendo em conta o desenvolvimento da situação política em Lisboa. Esta evolução ocorreu num contexto de uma política externa volátil que alternava de acordo com a satisfação das suas mais íntimas ambições. Inicialmente, o líder do Congo/Zaire cultivou uma aproximação ao mundo ocidental, nomeadamente aos EUA e à Bélgica, para garantir a estabilidade necessária ao desenvolvimento dos diferentes sectores da sociedade congoleza a partir do investimento de capital estrangeiro. Logo que se apercebeu que a sua afirmação africana dependia de uma radicalização da sua actuação política para promover um retorno à autenticidade, especializou-se em tirar proveito das divergências e das rivalidades dos seus pares do concerto africano para adoptar uma política de não-alinhamento e para se apresentar como o principal árbitro de toda a conflitualidade africana. Por fim, em 1972, dá-se a definitiva abertura a Leste. A visita à China foi determinante para Mobutu registar pontos de convergência entre o povo zairense e chinês na luta contra o colonialismo internacional. Surpreendentemente, Mobutu assumia claramente uma inovadora aproximação ao bloco comunista, pondo em

causa o tradicional apego aos EUA. Ainda que sejam encontradas razões que motivem esta conduta, é um facto que Mobutu aproveitou em seu próprio proveito esta aproximação à China para introduzir, ao nível das leis laborais, as medidas internas que considerava essenciais para incrementar a produção agrícola de forma a atingir os níveis que proporcionassem a auto-suficiência do país.

Obviamente que estas mutações políticas foram transversais e marcaram o relacionamento entre Portugal e o Zaire durante este período. Os momentos de tensão e aproximação entre os dois países estão directamente relacionados com estas oscilações da política externa de Kinshasa. Nas relações que mantinha com os Estados vizinhos foi sempre sua preocupação acautelar o perigo que, para o seu modelo de governação, representava os milhares de congolese aí acolhidos, foragidos aos confrontos da guerra civil e, muito particularmente, os líderes revoltosos que se ocupavam a forjar planos contra o seu regime. No caso específico de Angola, a questão dos gendarmes catangueses acantonados no Leste de Angola assumiu sempre uma importância transcendente no universo das razões que levaram Mobutu a encetar contactos com Portugal tendo em vista a reabertura de uma Missão diplomática portuguesa em Kinshasa. Por outro, em termos de escoamento das riquezas minerais do país provenientes da Província do Catanga, a excessiva dependência relativamente ao CFB traduzia uma carência que era imprescindível converter em benefício próprio.

Com Marcello Caetano abriam-se-lhe novas perspectivas, circunstância que o motivou a promover uma entusiástica dedicação e um autêntico anseio de cooperação entre as diplomacias dos dois países, constituindo o encontro de Bruxelas, entre o embaixador Coelho Lopes e o próprio Mobutu, em Novembro de 1969, o melhor exemplo da aproximação diplomática registada, durante esta fase, entre Portugal e o Zaire. Contudo, quando se apercebeu que o chefe do Governo português não estava muito disposto a satisfazer as suas ambições, a frustração tomou conta do seu estado de espírito, nomeadamente depois da recusa de Marcello Caetano à sua proposta revolucionária para a resolução da questão angolana através da FNLA. Quando outros factores se associaram a este sucedido, como foi o caso da fuga dos prisioneiros portugueses de Kinkuzu, a cólera tomou conta de Mobutu e todo o ambiente apaziguador e cooperante desapareceu definitivamente. Perante este novo quadro das relações entre os dois países, foi a Comunidade portuguesa que mais sentiu na pele toda o sentimento de revolta do líder do Zaire, quando lhe foram aplicadas, sem qualquer tipo de

contemplações, as medidas que previam a entrega de toda a riqueza do país nas mãos do povo zaireense.

Com o 25 de Abril de 1974, uma nova dimensão iria emergir na relação entre os dois países e com isso novas ambições quanto à intervenção de Mobutu em Angola iriam surgir. As autoridades zairenses, através dos serviços diplomáticos portugueses em Kinshasa, desde cedo encetaram contactos, essencialmente com o intuito de se familiarizarem com o programa dos novos responsáveis portugueses para Ultramar. Nesta fase, com o problema de Angola a passar por uma solução viável para o processo conducente à descolonização, o interesse de Mobutu passava por evitar que às portas do seu país se instalasse um regime de cariz extremista que aumentasse o índice de instabilidade na região e com isso a possibilidade real de virem a acontecer conflitos que o obrigassem a intervir. Ou seja, embora num contexto diferente, o objectivo político continuava a ser o mesmo: dar prioridade à FNLA. Diante desta ambição, o alvo a abater era Agostinho Neto e o MPLA liderado por este e foi a partir deste dado que se registou uma astuciosa aproximação ao presidente da JSN, António de Spínola, através de contactos directos que visavam a salvaguarda dos interesses de segurança do Zaire. Na prática, face ao malogro da solução de Spínola, mais uma vez as suas expectativas saíram goradas

Depois da renúncia de Spínola, Mobutu manteve o interesse na questão da descolonização de Angola. Consciente do seu posicionamento relativamente a Holden Roberto, Jonas Savimbi e Daniel Chipenda, Mobutu não punha de lado a possibilidade de ver garantida a autoridade suficiente para interferir na questão de Angola. Na verdade, durante esse período interferiu ao nível da intermediação das negociações entre Portugal e os movimentos de libertação com representação em Kinshasa, nomeadamente a FNLA. Para além disso, face às suas suspeitas de favorecimento ao MPLA por parte de Portugal, tentou introduzir alguma tensão no processo através da questão dos catangueses mas, concretamente, em nada resultou. A questão foi resolvida diplomaticamente e o final do ano de 1974 culminou com a marcação da reunião de Alvor nos primeiros dias de Janeiro de 1975.

Relativamente ao enquadramento internacional desta questão, e cuja influência se fez sentir no desenrolar dos acontecimentos, prevaleceu a disputa entre as duas super-potências, surgindo, a partir de determinada altura, a preponderância de um outra potência emergente na região: a China.

Com os Estados Unidos focados na ideia de equilíbrio de poder como elemento-chave da estabilidade, o continente africano perdeu preponderância no contexto da política externa

norte-americana. Nixon revisitou os princípios mais conservadores da política africana de Washington e através de Kissinger, fez renascer a visão periférica de Eisenhower relativamente ao continente africano, convencendo-se que o poder das potências colonizadoras na região estava para durar. Obviamente que esta política de acomodação, por sua vez, faria emergir a consolidação da influência do Leste comunista em relação aos movimentos nacionalistas a partir de 1970.

No caso específico do Zaire, este cenário concretizou-se em 1972 com o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Zaire e a República Popular da China, e no ano seguinte, com a visita de Mobutu àquele país, precipitando dessa forma a afirmação da ambição expansionista dos governantes chineses relativamente a este país africano.

Por sua vez, Portugal, no quadro Ocidental, viu-se favorecido por um apoio indesmentível procedente dos Estados Unidos. Porém, o ano de 1973 também se constituiria num marco nas relações entre os dois países. A intransigência inicial de Portugal no caso utilização das Lajes durante a guerra do Yon Kippur pelos aviões norte-americanos, debelada posteriormente, criou tensões que tão cedo não iriam ser esquecidas. Mesmo depois de consumada a transição de regime em Portugal, a desconfiança americana relativamente a Portugal não iria ser resolvida de ânimo leve. Durante a cimeira dos Açores, mesmo com os alertas para o alargamento da esfera de influência de Moscovo em Lisboa, foi a vez de Spínola sentir desta vez, a inércia americana relativamente a Portugal.

Quanto às dinâmicas regionais africanas, a onda de independências que se verificaram durante as décadas de 1950 e 1960 determinaram o início do fim dos impérios coloniais europeus em África. Com isso, abriu-se um espaço propício ao alargamento da esfera comunista que, por sua vez, viu no continente africano uma oportunidade para regenerar a economia soviética que teria como objectivo consolidar a posição do socialismo no mundo. Esta aproximação assumiu outra dimensão, a partir de 1953, com a URSS a tomar uma atitude de apoio explícito à descolonização no seio das Nações Unidas. Perante este quadro, o equilíbrio de poderes no continente africano passou a estar em causa e com isso fez-se sentir, de forma acentuada, o sistema internacional da GF, com os novos países libertados, em particular o ex-Congo belga, a verem-se envolvidos numa disputa que tinha subjacente os interesses que os dois blocos ideológicos tinham em África, nomeadamente os recursos minerais.

Foi com este cenário, que Portugal estabeleceu objectivos relativamente ao Congo/Zaire e operacionalizou políticas para os concretizar, sempre sustentadas na defesa dos interesses

nacionais definidos por cada um dos respectivos regimes. Durante o período de Marcello Caetano, no contexto de uma orientação política que na prática preconizava a continuação do esforço de guerra, o que estava verdadeiramente em causa era um plano que passava pela contenção da FNLA e pelo impedimento das tentativas de penetração do MPLA pelo Norte de Angola. Durante este período, Portugal tinha em mente a reorganização do dispositivo militar para lhe proporcionar a possibilidade de canalizar tropas para a frente Leste e, através disso, garantir a alteração da relação de forças a favor dos militares portugueses. Era a modalidade de acção que o Estado português elegia para, de uma forma encapotada, combater um inimigo comum a ambos, como era o caso do MPLA, com um potencial mais concludente.

Para melhor concretizar este plano também foi operada a abertura comercial ao Zaire através da promoção do comércio com a Angola. Aproveitando as limitações de um sector que estava longe de ser prioritário face ao peso que a indústria extractiva e transformadora tinha na economia do Zaire, Portugal soube tirar partido desta dependência e passou a fornecer, através de Angola, praticamente todo o tipo de produtos de que o Zaire estava privado. Era uma situação que beneficiava ambas as partes. Contudo, no que diz respeito a projectos de cooperação de maior dimensão, as circunstâncias históricas e políticas foram sempre factores limitativos e neste particular a influência de Marcello Caetano fez-se sentir.

As operações secretas que ambos os países promoveram, conduzidas essencialmente pelos homens da segurança, e a possibilidade de se vislumbrar um entendimento quanto à questão de Angola a partir de uma proposta de Mobutu, também comprovam uma certa cumplicidade entre Kinshasa e Lisboa, pelo menos até meados de 1973. Porém, o sigilo necessário ao sucesso destes projectos, como forma de não melindrar ainda mais a comunidade internacional, nunca deixou tranquilo Marcello Caetano, uma vez que sempre desconfiou das boas intenções do líder zairense. Apesar deste estado de desconfiança oculta, que inviabilizou um estreitar de relações mais intenso, o fim a atingir era a fragmentação do ELNA e o encaminhamento das suas tropas para a frente Leste. Por tudo isto, o Zaire não foi esquecido, ainda que o estilo de liderança e a volatilidade do regime de Mobutu nunca tenham sido ignorados pelo Governo português na hora de assumir compromissos com outras extensões. Ou seja, o interesse era grande mas a confiança era nula.

Em 1973, todas estas desconfianças do passado foram ressuscitados com as medidas implementadas e anunciadas por Mobutu em Novembro desse mesmo ano. Com este novo enquadramento, as relações entre os dois países voltaram a entrar num período de tensão, situação que se estendeu à missão diplomática portuguesa em Kinshasa. A capacidade de

intervenção foi enormemente reduzida, fruto do corte registado na rede de contactos privilegiados que o representante diplomático português vinha mantendo, e com isso desmoronava-se um projecto que tinha sido delineado em Lisboa e que, até certa altura, tinha funcionado bastante bem.

Concluída a transição de regime em Portugal, foi inaugurada uma nova fase nas relações entre os dois países, que corresponde ao período que vai do 25 de Abril ao 28 de Setembro de 1974. A partir do momento em que o tema da descolonização dos territórios africanos portugueses assumiu uma importância central, nas decisões a tomar por parte dos governantes portugueses, novos ventos iriam soprar na direcção de Kinshasa. Reconhecida, em Julho de 1974, a derrota do modelo de Spínola com a aprovação da lei que previa o início do processo conducente à descolonização e com isso a possibilidade de se atingir o tão desejado acordo político, tal como de imediato sucedeu com a Guiné e com Moçambique, as atenções do ainda presidente da República irão virar-se para Angola.

Com isso, ressurgiu o interesse por Mobutu como forma de tirar novamente partido da sua relação privilegiada com a FNLA. Desta vez, Spínola pretendia refrear os impulsos belicistas de Holden Roberto através de um acordo que proporcionasse a cessação das acções militares e a partir daí ganhar tempo para a implementação do seu plano de descolonização para Angola. Este constituía-se como o elemento decisivo do seu projecto e que, no seu entender, iria garantir o isolamento político do MPLA e, eventualmente, obrigá-lo a negociar com Portugal, tendo como interlocutor o Zaire. Com base neste projecto, Spínola pretendia afastar-se de outros modelos de descolonização, nomeadamente aqueles que assumiam o pressuposto de uma opinião popular não expressa democraticamente. Ou seja, o que verdadeiramente estava em causa era recuperar a ideia que em tempos já tinha defendido e que se baseava na realização de um referendo, no prazo máximo de dois anos, para eleger o novo órgão governativo. Para Spínola, este era o estado final desejado.

O esforço de Spínola foi bem mais longe, com o sucesso do Sal a estender-se ao outro lado do Atlântico. O general conseguiu um pequeno impulso ao associar os norte-americanos a um plano que viabilizasse o seu projecto governativo, apesar de na prática ter tido poucas consequências. Por outro lado, a questão dos problemas da Comunidade portuguesa no Zaire conheceu desenvolvimentos positivos, nomeadamente através de uma assinalável abertura política por parte das autoridades do Zaire, que os serviços diplomáticos em Kinshasa fizeram questão de registar. Também se verificaram outros desenvolvimentos prometedores. Uma progressiva disponibilidade dos técnicos portugueses para permanecerem em território

zairense, independentemente de se tratar de regiões que à partida teriam que abandonar, provocando dessa forma um incremento na contratação de portugueses. Por fim, uma assinalável popularidade de Spínola em Kinshasa, situação que à época só era possível com a legitimidade das autoridades do Zaire.

Como vimos, foi internamente que as coisas correram menos bem. Em Setembro de 1974, por circunstâncias internas, viu-se obrigado a abandonar o seu projecto e com isso a descolonização de Angola tomou um novo rumo.

Para além das assinaláveis diferenças, também registamos algumas disparidades no que diz respeito ao sentimento que ambos nutriam por Mobutu. Contrariamente a Marcello Caetano, o general tinha, por convicção, total confiança nas capacidades de persuasão do seu homólogo zairense. Neste período específico das relações entre os dois países, Spínola não teve tempo de avaliar as reais intenções de Mobutu, tal como Marcello Caetano teve oportunidade de apurar em 1973.

Como podemos constatar, no âmbito do nosso exame comparativo, até este momento histórico, conseguimos reconhecer a grande importância dada por ambos os regimes ao Zaire, nomeadamente através do aproveitamento da influência do seu líder junto da FNLA, como forma de limitar/controlar a preponderância do MPLA. Contudo as linhas de acção política adoptadas foram diferentes. Desde logo afastadas pelos naturais condicionamentos de tempo, quer os fins quer as grandes directrizes políticas tendentes à sua consecução geraram modos de relacionamento e interacções com contornos distintos entre os intervenientes. Tudo isso somado, traduziu conceitos de acção política diferenciados que determinaram as bases do comportamento governamental de cada um dos regimes tendo em conta a defesa dos interesses nacionais por ambos pré-referenciados.

Mas como sabemos, a nossa história não ficou por aqui. Seguiu-se a presidência de Costa Gomes e com ele também não seria esquecida a importância do Zaire no concerto africano e muito particularmente em relação a Angola. Nesta fase, que para o nosso estudo corresponde ao período que vai do 28 de Setembro até ao final do ano de 1974, era importante reabilitar novamente o único elemento que até ao momento se tinha revelado transversal aos dois regimes portugueses: a relação privilegiada de Mobutu com Holden Roberto. O general Fontes Pereira de Melo deslocou-se a Kinshasa como enviado especial do Estado português para, à semelhança de Spínola, tentar um acordo de cessar-fogo com Holden Roberto para, o mais rapidamente possível, se conseguir concluir a descolonização de Angola.

Mais uma vez, o que estava em jogo era uma manobra para conter a FNLA através da influência de Mobutu mas, desta vez, o desfecho ambicionado era diferente. Ou seja, não se tratava de uma acção que visasse uma reabilitação do plano de Spínola tendo em vista o isolamento de Agostinho Neto. Este registo é de tal forma factual que a delegação portuguesa, liderada pelo general português, não deixaria de avaliar junto do dissidente do MPLA com guarida em Kinshasa, Daniel Chipenda, a sua disponibilidade para encetar negociações, tendo em vista a unificação do MPLA. Porque na verdade, durante esta fase do processo, o afastamento do MPLA nunca foi opção para Portugal. Embora se consigam identificar algumas vozes discordantes que, sustentadas em determinado tipo de observações, tinham uma visão contrária, a realidade é que, de uma forma geral, a orientação política dos governantes portugueses envolvidos no processo da descolonização de Angola ia no sentido de manterem um diálogo equilibrado com os três movimentos armados, de forma a encontrar uma solução conjunta que garantisse a viabilidade de um eventual governo de transição patrocinado por Portugal.

Numa fase mais avançada do processo, foi precisamente este último o objectivo da visita de Mário Soares a Kinshasa. De acordo com a orientação política definida, o propósito passava por garantir um acordo com os três movimentos de libertação que viabilizasse um governo transitório de coligação tripartidária em Angola com o apoio de Portugal. Ainda que de forma implícita, Mário Soares assumiu a sua desconfiança em relação a Mobutu mas, mais uma vez, foi a forma que os governantes portugueses encontraram para se aproximarem de Holden Roberto e, neste caso específico, também de Jonas Savimbi. Tendo em conta o interesse que estava em jogo, desta feita também foram estabelecidas conversações para a criação de um grupo de trabalho que se concentrasse no estudo de eventuais possibilidades económicas para promover a ligação Zaire, Portugal e Angola.

Efectivamente, nesta fase das relações entre os dois países, Mobutu foi envolvido no processo porque a sua influência sobre Holden Roberto a isso obrigava, tal como veio confirmar a circunstância de terem aparecido elementos perturbadores do processo, no final do ano de 1974. No contexto de um processo altamente complexo, a necessidade de dispor de soluções para ultrapassar esses problemas momentâneos era fundamental, como foi por exemplo no caso, sempre presente, dos catangueses que conduziu a uma nova ronda de negociações em Kinshasa, ainda antes do final do ano. Tal como o regime que sucumbira em Abril de 1974, este também estava longe de querer admitir, quer o regresso ao Zaire destes homens, quer o seu alistamento nas fileiras do MPLA. Contudo, para não frustrar todo um

processo tendente à conclusão dos acordos de cessar-fogo entre os movimentos nacionalistas angolanos, não se podia criar uma situação que do outro lado fosse considerada como inaceitável.

Portugal conseguia assim os seus objectivos, ao concluir os difíceis acordos para um cessar-fogo e para a marcação de um encontro entre os três líderes angolanos e o Governo português, no início do ano de 1975. Quanto a Mobutu, iria terminar o ano de 1974 consciente de que os seus planos, de uma Angola independente liderada por Holden Roberto, tinham os dias contados.

Dando continuidade à nossa análise comparativa, nesta fase posterior, conseguimos, mais uma vez, confirmar a importância do Zaire para a política externa de ambos os regimes, invocando novamente os mesmos motivos para o efeito. Ou seja, tirar partido da proximidade de Mobutu relativamente a Holden Roberto. Para além disso, também conseguimos identificar outros elementos de confluência relativamente ao período governativo de Marcello Caetano, nomeadamente aqueles que estão centrados por um lado, na desconfiança com que ambos os regimes olhavam para Mobutu e por outro lado, no reconhecimento da importância da cooperação económica entre ambos os países, tendo em conta a consecução do objectivo que os movia.

Contudo, tal como no período anterior a este, o de Spínola, consideramos que estes elementos não são suficientes para verificar uma convergência ou uma complementaridade nas linhas de acção política relativamente ao Zaire por parte dos dois regimes portugueses que acabámos de estudar. Como podemos verificar, continuamos a registar os mesmos condicionamentos temporais e o mesmo distanciamento relativamente aos objectivos a atingir e, particularmente, às directrizes políticas que se constituíram para os concretizar. Efectivamente, mais uma vez, o que está em causa são conceitos de acção política distintos que, tendo em conta a defesa intransigente dos interesses nacionais previamente assumidos, promoveram comportamentos governamentais com contornos diversos que, posteriormente geraram diferentes modos de relacionamento entre os actores envolvidos no nosso estudo, durante o período que nos ocupou.

Chegou a hora da resposta. Quanto a este elemento central da metodologia científica, relembramos que no início tínhamos o âmago da nossa investigação: Como se caracterizou o relacionamento entre Portugal e o Zaire, no período de 1968 a 1974?; esta era a pergunta de partida a responder. Estamos então, nesta altura, em condições de solucionar o problema. Objectivamente, a principal conclusão a retirar do nosso estudo, é que durante este período

(1968-1974), Portugal relacionou-se com o Congo/Zaire estabelecendo relações oscilantes e evolutivas sem um padrão comum de actuação política entre os dois regimes que marcaram este período da História Contemporânea Portuguesa. Ou seja, as relações de poder que Portugal estabeleceu com o Zaire, por dois regimes divergentes em conjunturas diferentes, materializaram linhas de acção política diferentes. Marcello Caetano, focado na continuação do esforço de guerra, para conseguir a contenção da FNLA relacionou-se com Mobutu para aproveitar a desagregação do ELNA e a consequente utilização das suas tropas no combate ao MPLA na frente Leste. Por sua vez, Spínola, para implementar o seu plano de descolonização, queria estabelecer em Angola um Governo liderado por Holden Roberto e para isso contou com Mobutu para controlar a sua linha de conduta. Finalmente, com a retirada de Spínola, em Angola o objectivo evoluiu para uma transição rápida. No caso concreto da FNLA, fazendo uso da preponderância de Mobutu relativamente a Holden Roberto, o conceito centrava-se, inicialmente, por um protocolo de cessar-fogo para, posteriormente, se conseguir agendar uma reunião a quatro tendo em vista a conclusão do processo de descolonização.

Para concluir, importa deixar uma referência a um dos caminhos que fica em aberto com esta tese. Efectivamente, como eventual trabalho futuro, poder-se-á continuar a estudar as relações entre estes dois países até ao afastamento de Mobutu em 1997. Relembramos que, no final do ano de 1974, estava novamente em aberto a possibilidade de se restabelecerem ligações comerciais entre os dois países. Para além disso, ficou por resolver a questão das indemnizações dos bens confiscados aos portugueses residentes no Zaire no decorrer da zairinização. Posteriormente, em 1989, com a guerra civil angolana como pano de fundo, foram mantidos contactos entre Portugal e o Zaire tendo em vista uma solução pacífica para o conflito armado angolano. Estas são apenas algumas questões do universo de muitas que deveriam merecer um estudo aprofundado no âmbito da História das Relações Internacionais entres estes dois Estados. Aqui fica a nossa sugestão.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. ARQUIVOS

- Arquivo Histórico Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa
- Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
- Arquivo do Ministério do Ultramar, Lisboa
- Arquivo do Ministério da Defesa, Lisboa
- Arquivo Marcello Caetano no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
- Arquivo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
- Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Londres no CINAMIL, Lisboa
- Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Paris no CINAMIL, Lisboa
- Arquivo Histórico Militar, Acta da Reunião de Comandos de 15 de Maio de 1973 do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, documento disponibilizado pelo coronel Morais da Silva.
- National Archives – Access to Archival Database (NARA-AAD) em:
<http://aad.archives.gov/aad/>
- U.S. Department Of State – Office of the Historian em:
<https://history.state.gov/historicaldocuments>

2. FONTES IMPRESSAS

- Antunes, José Freire (1985), *Cartas Particulares a Marcello Caetano, Volume I e II*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Antunes, José Freire (1994), *Salazar e Caetano: cartas secretas - 1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural.
- Caetano, Marcello (1944), “Acto de posse de S. Ex^a o Ministro das Colónias: discurso do Sr. Prof. Marcelo Caetano”, *Boletim Geral das Colónias*, (online), 230-231.
Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt>.
- Caetano, Marcello (1946), “Comunicação à Colónia em 7 de Setembro de 1945”, *Boletim Geral das Colónias*, 247, volume XXII, pp. 41-44.
- Caetano, Marcello (1946), *Alguns discursos e relatórios – viagem ministerial a África em 1945*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Caetano, Marcelo, (1954), “Angola e Moçambique”, *Boletim Geral do Ultramar*, ano 30, n.º 348-349.
- Caetano, Marcello (1968), *Saibamos Ser Dignos desta Hora*, Lisboa, Serviço Nacional de Informação.
- Caetano, Marcello (1969), *Portugal não pode Ceder*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1969), *Nem prometi de mais, nem cumpri de menos*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.

- Caetano, Marcello (1969), *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa, Verbo.
- Caetano, Marcello (1969), *Portugal Não Pode Ceder*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1970), *Portugal é de Nós Todos Nós Todos Somos de Portugal*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1970), *Revisão Constitucional*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1972), *Pela Segurança, Progresso e Bem-Estar do Povo Português*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello, (1973), “A África Austral sob a influência da China ou da URSS significaria o fim da Europa”, *Permanência*, 40, pp. 10-11.
- Caetano, Marcello (1973), *Só Temos um Caminho: Defender o Ultramar*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, pp. 10-12.
- Caetano, Marcello (1973), *Só temos um Caminho: Defender o Ultramar!*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1973), *A Grande Opção: Servir ou Destruir Portugal*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1973), *Na Véspera de Eleições*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1974), *Reflexão Sobre o Ultramar*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, Marcello (1974), *Vencer a Hora da Sombra*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Fragoso, José Manuel (1970), *Imagem Exterior e Realidade Nacional, Aspectos de Problema Actual da Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Howard, Adam M. (2013), *Foreign Relations of the United States, 1964-1968, Volume XXIII, Congo, 1960-1968*, (online), Washington, Department of State.
Disponível: <http://www.voltairenet.org/IMG/pdf/frus1964-68v23.pdf>.
- Keefer, Edward C. (2011), *Foreign Relations of the United States, 1969-1976, Volume XXVIII, Southern Africa*, (online), Washington, Department of State.
Disponível: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v28/d17>.
- Nogueira, Franco (1969), *Como é que a perda do Ultramar é compensada pelas boas graças da ONU?*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação.
- Salazar, Oliveira (1944), *Discursos e Notas Políticas III (1938-1943)*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda.
- Salazar, Oliveira (1945), *Discursos e Notas Políticas, II (1935-1937)*, 2ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora Lda.
- Salazar, Oliveira (1948), *Discursos, I (1928-1934)*, 4ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.
- Salazar, Oliveira (1960), *Portugal e a Campanha Anticolonialista*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- Salazar, Oliveira (1961), *O Ultramar Português e a ONU*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.

- Salazar, Oliveira (1962), *Invasão e Ocupação de Goa pela União Indiana*, Lisboa, Secretariado Nacional de da Informação.
- Salazar, Oliveira (1963), *Realidades da Política Portuguesa*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- Salazar, Oliveira (1963), *Relações Diplomáticas entre Portugal e a Etiópia*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- Salazar, Oliveira (1967), *A Política de África e o Seus Erros*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- Spínola, António de (1970), *O Problema da Guiné*, Lisboa, Agência do Ultramar.
- Spínola, António de (1970), *A Batalha da Paz na Guiné*, Lisboa, Agência do Ultramar.
- Spínola, António de (1971), *No Caminho do Futuro*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- Spínola, António de (1974), *Forças Armadas e Política*, Lisboa, Ministério da Comunicação Social.
- Spínola, António (1974), *Autodeterminação e Democracia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Spínola, António (1974), *A Paz na África Portuguesa Alcançada na Justiça e na Liberdade*, Lisboa, Ministério da Comunicação Social.
- Spínola, António (1974), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia.
- Spínola, António (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática, Livraria Bertrand.

3. MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS CONTEMPORÂNEOS

- Amaral, Freitas do (1996), *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand/Nomen.
- Arriaga, Kaulza (1987), *Guerra e Política, Em nome da verdade os anos decisivos*, Amadora, Editorial Referendo.
- Avillez, Maria João (1996), *Soares, Ditadura e Revolução*, (s.l.), Público.
- Bernardo, Manuel Amaro (2004), *Memórias da Revolução, Portugal, 1974-1975*, Lisboa, Prefácio.
- Baptista, António Alçada (1973), *Conversas com Alçada Baptista*, Lisboa, Moraes Editores.
- Cunha, Silva (1977), *O Ultramar, A Nação e o “25 de Abril”*, Coimbra, Atlântida Editora.
- Caetano, Marcello (1976), *Depoimento*, 2ª Edição, Rio de Janeiro/São Paulo, Record.
- Caetano, Marcello (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, 2ª Edição, Lisboa, Verbo.
- Cardoso, Silva (2000), *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, 3ª Edição, Lisboa, Oficina do Livro.
- Carvalho, Otel Saraiva de (1984), *Alvorada em Abril*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Clark, John F. (2002), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan.
- Correio, Pazarat (1991), *Descolonização de Angola, A Jóia da Coroa do Império Português*, Lisboa, Editorial Inquérito.
- Cruzeiro, Maria Manuela (1998), *Costa Gomes, o Último Marechal, entrevista de Maria Manuela Cruzeiro*, (s.l.), Círculo dos Leitores.
- Cruzeiro, Maria Manuela (2002), *Vasco Gonçalves, Um general na revolução*, Braga, Círculo dos Leitores.
- Cunha, Luz; Arriaga, Kaulza; Rodrigues, Bethencourt; Marques, Silvério, (1977), *África, A Vitória Traída*, Lisboa, Intervenção.
- Devlin, Larry (2007), *Chief of Station, Congo*, New York, Public Affairs.

- Ferreira, Luiz Gonzaga (1999), *Quadros de Viagem de um Diplomata – África (Congo/Zaire - Angola)*, Lisboa, Vega.
- Guerreiro, Vasco (1992), *Os Portugueses no Zaire, Integração e Tragédia*, Lisboa, Rosa-Gabinete Comercial Gráfico, Lda.
- Kissinger, Henry (2003), *Anos de Renovação*, Lisboa, Gradiva.
- Monteiro, António (1995), “António Monteiro, Missão em Lusaka”, em José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974) - Volume II*, (s.l.), Círculo de Leitores, Lda.
- Moreira, Adriano (1977), *O Novíssimo Príncipe, Análise de uma Revolução*, 2ª Edição, Lisboa, Intervenção.
- Moreira, Adriano (1995), “Reformar e Sair”, em José Freire Antunes (orgs.), *A Guerra de África (1961-1974), Volume I*, Lisboa, Temas e Debates.
- Moreira, Adriano (2008), *A Espuma do Tempo, Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina.
- N’ganga, João Paulo (2008), *O Pai do Nacionalismo Angolano, As Memórias de Holden Roberto – I Volume (1923-1974)*, São Paulo, Editora Parma.
- Nogueira, Franco (1979), *Diálogos Interditos (A política externa portuguesa e a Guerra de África)*, Vol. I e II, Braga-Lisboa: Editorial Intervenção.
- Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal, 1933-1974: II Suplemento*, Porto, Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Franco (1986), *um político confessa-se, (Diário: 1960:1968)*, 3ª Edição, Porto, Editora Civilização.
- Nogueira, Franco (2000), *Salazar – Volume IV, O Ataque (1945-1958)*, 4ª Edição, Porto: Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Franco (2000), *Salazar – Volume V, A Resistência (1958-1964)*, Porto: Livraria Civilização Editora.
- Nogueira, Franco (2000), *Salazar – Volume VI, O Último Combate (1964-1970)*, Porto: Livraria Civilização Editora.
- Patrício, Rui (1995), “Rui Patrício - Perder na retaguarda”, em José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974) - Volume II*, (s.l.), Círculo de Leitores, Lda.
- Patrício, Rui (2012), “Política Externa Portuguesa”, em Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos (orgs.), *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Lisboa, Porto Editora.
- Santos, Almeida (1995), “Almeida Santos - Inspiração do bispo”, em José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974) - Volume II*, (s.l.), Círculo de Leitores, Lda.
- Santos, António de Almeida (2008), *Quase Memórias, Do Colonialismo e da Descolonização, 1º Volume*, 3ª Edição, Cruz Quebrada, Casa das Letras.
- Spínola, António (1978), *País Sem Rumor: Um Contributo para a História de uma Revolução, Portugal*, SCIRE.
- Themido, João Hall (1995), *Dez Anos em Washington, 1971-1981*, Lisboa, Edições Dom Quixote.
- Thomaz, Américo (1983), *Última Década de Portugal, vol. III*, Lisboa, Fernando Pereira Editore.
- Tully, Andrew (1962), *CIA, The Inside Story*, New York, Fawcett Crest Book.
- Villas-Boas, José (2003), *Caderno de Memória*, Lisboa, Temas e Debates.

Villas-Boas, José (2012), “Angústia e Hesitação”, em Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos (orgs.), *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Lisboa, Porto Editora, pp. 315-339.

Xavier, Leonor (2010), *Rui Patrício, A vida conta-se inteira*, (s.l.), Temas e Debates e Círculo dos Leitores.

4. BIBLIOGRAFIA

- Afoaku, Osita G. (2005), *Explaining the failure of democracy in the Democratic Republic of Congo: autocracy and dissent in an ambivalent world*, New York, E. Mellen Press.
- Albarello, Luc e Françoise Digneffe, Jean-Pierre Hiernaux, Christian Maroy, Danielle Ruquoy, Pierre de Saint-Georges, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil, Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Alexandre, Manuel Valentim (2006), “A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada”, em Manuela Franco (orgs.), *Portugal os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa, IPRI.
- Almeida, Políbio (1990), *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Almeida, J. F. e J. M. Pinto (1976), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Presença, Lisboa.
- Antunes, José Freire (1962), *Kennedy e Salazar, O Leão e a Raposa*, (s.l.), Círculo dos Leitores.
- Antunes, José Freire (1980), *O Império com pés de barro – colonização e descolonização: as ideologias em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Antunes, José Freire, (1992), *Nixon e Caetano, promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural.
- Antunes, José Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974), volume I e II*, (s.l.), Círculo dos Leitores.
- Antunes, José Freire (1996), *Jorge Jardim Agente Secreto*, 4ª Edição, Venda Nova: Bertrand Editora.
- Antunes, José Freire (2000), *Portugal na Guerra do Petróleo (Os Açores e as Vitórias de Israel – 1973)*, Carnaxide, Edeline.
- Aron, Raymond (1983), *Paz e Guerra entre as Nações*, 2ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Bandarra, Leonardo Carvalho (2010), “História e teoria das relações internacionais: uma relação conflituosa?”, *Fronteira*, (online), volume 9 (17).
- Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5244/5212>.
- Barata, Oscar Soares (1975), *Introdução às Ciências Sociais – Volume I e II*, Amadora, Bertrand.
- Barbosa, Márcio (2011), *Marcelo e Spínola: A Missão do Fim*, Coimbra, Almedina.
- Barroso, Luís Fernando (2008), *Salazar e Ian Smith, O apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968)*, Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, Lisboa, ISCTE.
- Barroso, Luís (2012), *Salazar, Caetano e o “Reduto Branco”*, Porto, Fronteira do Caos.
- Bechtolsheimer, Götz (2012), *Breakfast with Mobutu: Congo, the United States and the Cold War, 1964-198*, Thesis for the degree of Doctor of Philosophy, (online), London, London School of Economics.
- Disponível em: http://etheses.lse.ac.uk/403/1/Bechtolsheimer_Breakfast%20with%20Mobutu.pdf.
- Bernardo, Manuel (1994), *Marcello e Spínola a Ruptura*, Lisboa, Edições Margem.
- Bessa, António Marques e Jaime Nogueira Pinto (1977), *Introdução à Política*, Lisboa, Edições Templo.

- Bethencourt, Francisco e Kurti Chaudhuri, (1999), *História da Expansão Portuguesa, Volume 5*, Navarra, Circulo dos Leitores.
- Birmingham, David (1970), “Kongo History”, *The Journal of African History*, (online), volume 11, 3.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/180350>.
- Bloch, Marc (1974), *Introdução à História*, 2ª Edição, (s.l.), Publicações Europa-América.
- Bobbio, Norberto (2000), *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, 10ª Tiragem, Rio de Janeiro, Elsevier.
- Boniface, Pascal (2009), *Dicionário das Relações Internacionais*, Lisboa, Plátano Editora.
- Bonnardel, R. (1973). *Grand Atlas du Continent Africain (1ª Ed.)*, Paris, Éditions Jeune Afrique.
- Braga, Manuel e Rui Ramos *et al* (2012) (orgs.), *Marcelo Caetano, Tempos de Transição, depoimentos sobre Marcello Caetano e o seu Governo, 1968-1974*, Lisboa, Porto Editora.
- Brandão, Vicente de Paiva (2006), “A Defesa da África Austral no âmbito da política externa de Marcello Caetano”, *Proelium*, 11, pp. 57-84.
- Braudel, Fernand (1976), *História e Ciências Sociais*, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Presença.
- Brinkmann, Inge (2003), “Refugees on Routes, Congo/Zaire and the War in Northern Angola (1961-1974)”, comunicação apresentada no simpósio internacional *Angola on the Move: Transport Routes, Communications, and History*, 24-26 de September de 2003, Berlim, (online).
Disponível em: <http://www.zmo.de/angola/Papers/brinkmann.pdf>.
- Britannica, Encyclopedia (2014), *Joseph Kasavubu*, (online).
Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/312838/Joseph-Kasavubu>.
- Brito, J.M. Brandão *et al* (1999) (orgs.), *do marcelismo ao fim do império*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Bruneau, Thomas C. (1982), “As dimensões internacionais da Revolução Portuguesa: apoios e constrangimentos no estabelecimento da democracia”, *Análise Social*, volume. XVIII, pp. 885-896.
- Caetano, Marcello (1948), *Portugal e o Direito Colonial Internacional*, Lisboa, Oficina Gráficas Casa Portuguesa.
- Caetano, Marcello, (s.a.), *Ensaio Pouco Político*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Carr, E.H. (1981), *Vinte Anos de Crise, 1919-1939*, Editora Universidade de Brasília, Brasília.
- Carvalho, Thiago Almeida (2008), *Do lirismo ao pragmatismo: A Dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974-1976)*, Lisboa, MNE-ID.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Castelo, Cláudia (2011), “Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre”, em Instituto de Investigação Científica Tropical (orgs.), *Saber Tropical Knowledge, Blog História Lusófona*, (online).
Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=17451>.
- Castilho, José M. Tavares (2012), *Marcello Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina.
- Cervelló, Josep Sanchez (s.a.), “MPLA, Dos primórdios à formação do movimento”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos de Gomes (orgs.), *Guerra Colonial, Angola, Guiné, Moçambique*, (s.l.), Diário de Notícias.
- Cervelló, Josep Sanchez (s.a.), “UPA/FNLA, Tribalismo e nacionalismo”, em Aniceto Afonso e Carlos de Matos de Gomes (orgs.), *Guerra Colonial, Angola, Guiné, Moçambique*, (s.l.), Diário de Notícias.

- Chomé, Jules (1975), *Mobutu Chefe Supremo, Do Sargento Joseph Désiré ao General Sese Seko*, Porto, Afrontamento.
- Cline, Ray S. (1975), *World Power Assessment, A Calculus of Strategic Drift*, Washington D.C., Georgetown University, The Center for Strategic and International Studies.
- Colvin, Ian (1968), *Moisés Tchombé, De Elizabethville À Argélia*, Lisboa, Editorial Início.
- Correia, Pedro Pezarat (1999), “Descolonização”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.), *do marcelismo ao fim do império*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Correia, Pezarat (2000), “O MFA nas Colónias, Do Congresso dos Combatentes ao 25 De Abril”, *Máthesis*, 9, pp. 265-276.
- Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia, Vol. I e II*, Pedrouços: IAEM.
- Couto, Abel Cabral (2012), “Estratégia Portuguesa na Guerra de África”, em Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos (orgs.), *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Lisboa, Porto Editora.
- Cravinho, João Gomes (2002), *Visões do Mundo (As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo)*, Lisboa, ICS.
- Cruz, Manuel Braga da (1980), *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Day, Arthur (1991), “Interview to Ambassador George W. Landau”, em The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs Oral History Project, (online).
Disponível em: <http://www.adst.org/>.
- Dias, Carlos Manuel Mendes (2005), *Geopolítica, Teorização Clássica e Ensinos*, Lisboa, Prefácio.
- Dias, Carlos Manuel Mendes (2005), “A Grande Estratégia Nacional: o contributo do Método”, *Revista Militar*, 2441/2442, Junho/Julho, pp. 665-687.
- Dias, Carlos Manuel Mendes (2010), *Sobre a Guerra, Política Estratégia e Tática*, Lisboa, Prefácio.
- Dugos, Carlos (1975), *Descolonização Portuguesa, o Malogro de dois planos*, Alfragide, Edições Acrópole.
- Eco, Umberto (1982), *Como se faz uma tese, em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença.
- Esteves, Emanuel (2000), “O Caminho-de-Ferro de Benguela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência (1902-1952)”, *Africana Studia*, 3, pp. 49-72.
- Europeia, União (2007), “Fundo Europeu de Desenvolvimento”, em União Europeia (orgs.), *Síntese da Legislação da União Europeia*, (online).
Disponível: http://europa.eu/legislation_summaries/development/overseas_countries_territories.
- Evans, Graham e Jeffrey Newnham, (1998), *The Penguin Dictionary of International Relations*, Pinguin Books.
- Felgas, Hélio Esteves (1956), “A África Está Em Perigo”, *Revista Militar*, 2-3, pp. 129-151.
- Felgas, Hélio (1961), *Guerra em Angola*, Lisboa, Clássica Editora.
- Felgas, Hélio (1962), *Responsabilidade dos Grupos Políticos Angolanos do Congo Ex-Belga nos acontecimentos de Angola*, Separata da Revista Militar, Lisboa, Tipografia da LCGG.
- Felgas, Hélio (1966), *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique*, Lisboa, Tipografia da LCGG.

- Ferreira, José Medeiros (1984), “Descolonização e política externa”, comunicação baseada numa intervenção no colóquio *Portugal - Ten Years After the Revolution - Portugal and África*, Universidade de Columbia, Março de 1984, Nova Iorque, (online).
Disponível em: file:///C:/Users/Admin/Downloads/JoseMedeirosFerreira.pdf.
- Ferreira, José Medeiros (1992), *O Comportamento Político dos Militares, Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Ferreira, José Medeiros (2006), “Portugal e os Estados Unidos nas duas Guerras Mundiais: a procura do plano bilateral”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI, pp. 15-43.
- Fernandes, Horta (2004), “A Estratégia entra na idade adulta: Do Pós-Guerra à Contra-Subversão em África”, em Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (orgs.), *Nova História Militar de Portugal. Volume IV*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Finney, Patrick (2008), “International history”, Making History, (online),
Disponível em: http://www.history.ac.uk/makinghistory/resources/articles/international_history.
- Fox, Renee C. e Willy de Craemer, Jean-Marie Ribeaucourt (1965), "The Second Independence": A Case Study of the Kwilu Rebellion in the Congo”, *Comparative Studies in Society and History*, (online), volume 8.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/177537>.
- Frada, João José Cúcio (1994), *Guia Prático Para Elaboração e Apresentações de Trabalhos Científicos*, 4ª Edição, Lisboa, Edição Cosmos.
- Franco, Manuela *et al* (2006) (orgs.), *Os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa IPRI.
- Freitas, Amadeu José (1975), *Angola, O Longo Caminho da Liberdade*, Lisboa, Editores Moraes.
- Freyre, Gilberto (1958), *Integração Portuguesa nos Trópicos*, Lisboa, Ministério do Ultramar.
- Freyre, Gilberto (1952), *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, Edição Livros Brasil.
- Freyre, Gilbert (1961), *O Luso e o Trópico*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Furtado, Joaquim (2008), *A Guerra Colonial*, documentário, RTP. (Online).
Disponível: <http://www.guerracolonial.org>.
- Furet, François, *A Oficina da História*, Viseu, Gradiva.
- Gaddis, John Lewis (2007), *A Guerra Fria*, Lisboa, Edições 70.
- Gaddis, John Lewis (2002), *The Landscape of History, How Historians Map the Past*, Oxford, University Press.
- Galvão, Henrique (s.a.), *O Império*, Lisboa, Edições SPN.
- Garcia, Francisco Proença (2003), *Análise Global de uma Guerra, Moçambique 1964-1974*, Lisboa, Prefácio.
- Gibbs, David N. (1993), “Dag Hammarskjold, the United Nations, and the Congo Crisis of 1960-1: A Reinterpretation”, *The Journal of Modern African Studies*, Volume 31, 1, pp. 163-174.
- Gil, António Carlos (1991). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*, São Paulo, Editora Atlas.
- Gomes, Bernardino e Tiago Moreira de Sá (2008), *Carlucci vs Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote.
- Gomes, Matos (1953), *A Política Externa de Salazar*, Porto, Edições Além.
- Gomes, Matos (1963), *África em Chamas*, Lisboa, Edições Euroáfrica.

- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, Antecedentes – os anos que geraram um novo mundo, Volume 1*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1961 – O princípio do fim do império, Volume 2*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1962 – Optar pela guerra, Volume III*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1963 – Guiné, uma nova frente de combate, Volume 4*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1964 – Três teatros de operações, Volume 5*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1965 – Continuar a guerra, Volume 6*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1966 – Construir um bastião branco na África Austral, Volume 7*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1969 – Acreditar na vitória, Volume 10*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1970 – A ilusão das grandes operações, Volume 11*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1971 – Lutar em novas frentes, Volume 12*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1973 – Perder a guerra e as ilusões, Volume 14*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *Os Anos da Guerra Colonial, 1974-1975 – A revolta dos capitães, Volume 15*, Lisboa, QuidNovi.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso (2009), *As Grandes Operações da Guerra Colonial (1961-1974), Vitória na Frente Leste, Angola, 1970-1972, XII*, Lisboa, Quidnovi.
- Griffin, Edward (1964), *The Fearful Master, A Second Look to the United Nations*, Boston, Western Islands Publisher.
- Guimarães, Fernando Andresen (2006), “Os Estados Unidos e a descolonização de Angola: As origens de uma política falhada”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- Haag, Ernest Van (1962), *The War in Katanga: Report of a Mission*, New York, American Comitte for Aid to Katanga Freedom Fighters.
- Haskin, Jeanne M. (2005), *The Tragic State of the Congo, From Decolonization to Dictatorship*, United Sates, Algora Publishing.
- Hogan, Michael J. (2004), “The Next Big Thing: The Future of Diplomatic History in a global Age”, *Diplomatic History*, volume 28 (1).
- Hottinger, Arnold (1974), “O movimento de oficiais de Portugal como força revolucionária”, em *O 25 de Abril Na Imprensa Estrangeira*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Janke, Peter (1983), “O Banho de Sangue do Congo”. em Sir Robert Thompson (orgs.), *A Guerra no Mundo, Guerras e Guerrilhas desde 1945*, Lisboa, Verbo.

- Jerónimo, Miguel Bandeira e António Costa Pinto *et tal* (2012) (orgs.), *Portugal e o Fim do Império. Dimensões Internacionais*, Lisboa, Edições 70.
- Kabemba, Claude (2000), “The Democratic Republic of Congo, From Independence to Africa’s First World War”, *Centre for Documentation and Research - UNCHR*, (online), 16.
Disponível em: <http://www.refworld.org/pdfid/3bc5a95e8.pdf>.
- Kabongo, Ilunga (1988), “The Catastrophe of Belgian Decolonization”, em Prosser Gifford and William Roger Louis, (orgs.), *Decolonization and African Independence: The Transfers of Power, 1960-1980*, New Haven, Yale University Press.
- Kanza, T.R. (1968), “The Problems of The Congo”, *African Affairs*, (online), volume 67, 266.
Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/720480?uid=2&uid=4&sid=211042977113>.
- Kaplan, Lawrence S. (1967), “The United States, Belgium, and the Congo Crisis of 1960”, *The Review of Politics*, (online), Volume 29, 2.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1405667>.
- Kaplan, Lawrence (2007), *NATO 1948, the Birth of the Transatlantic Alliance*, New York, Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Kalb, Madeleine G. (1982), *The Congo Cables The Cold War in Africa – From Eisenhower to Kennedy*, New York, MacMillan Publishing Co.
- Kennedy, John F. (1962), “Photograph of Prime Minister Cyrille Adoula of the Republic of the Congo”, em *John F. Kennedy, Presidential Library and Museum*, (online).
Disponível em: <http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKSG-MO-1963-5954.aspx>.
- Kent, John (2005), “United States Reactions to Empire, Colonialism, and Cold War in Black Africa, 1949–57”, *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, volume 33, 2, pp. 195–220.
- Kent, John (2011), “Descolonização e Guerra Fria, A ONU os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais*, volume 30, *Os Ventos de Mudança e a Descolonização*, pp. 39-59.
- Kisangani, Emizet Francois (2012), *Civil Wars in the Democratic Republic of Congo: 1960-2010*, Boulder, CO and London, Lynne Rienner Publishers.
- Kissinger, Henry (2007), *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa.
- Kissinger, Henry (1975), *A Restauração de Um Mundo*, Lisboa, editorial século.
- Ki-Zerbo, Joseph (1972), *História da África Negra Volume I e II*, 2ª Edição, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Koogan, Larousse, Selecções, *Dicionário Enciclopédico Volume I, II, III*, Lisboa, Rio de Janeiro, Nova Iorque, Selecções do Reader’s Digest.
- Leite, Francisco Almeida (2009), “Portugueses recebem indemnização do ex-Zaire”, *Diário de Notícias*, (online), 14 de Fevereiro.
Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior>.
- Léonard, Yves (1999), “O Império Colonial Salazarista”, em Francisco Bethencourt e Kurti Chaudhuri (direcção), *História da Expansão Portuguesa, Volume 5, Último Império e Recentramento (1930-1999)*, Círculo dos Leitores, Navarra-Espanha, Gráfica Estella.
- Léonard, Yves (1999), “O Ultramar Português”, em Francisco Bethencourt e Kurti Chaudhuri (direcção), *História da Expansão Portuguesa, Volume 5, Último Império e Recentramento (1930-1999)*, Círculo dos Leitores, Navarra-Espanha, Gráfica Estella.

- Lefebvre, Marcel (1991), *Do Liberalismo à Apostasia, A Tragédia Conciliar*, Tradução de Ildefonso Albano Filho, Rio de Janeiro, Editora Permanência, (online).
Disponível em: <http://monsieurlefebvre.files.wordpress.com/2010/12/do-liberalismo-a-apostasia-lefebvre.pdf>.
- Levy, Jack S. (1997), “Too Important to Leave to the Other: History and Political Science in the Study of International Relations”, *International Security*, (online), Volume 22 (1).
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2539325>.
- Lucena, Manuel de (2001), “Franco Nogueira: os meandros de uma fidelidade”, *Análise Social*, volume XXXVI (160), pp. 863-891.
- Macedo, Jorge Borges de (2006), *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força, Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Tribuna.
- Macqueen, Norrie (1997), *A Descolonização da África Portuguesa, a revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- Macqueen, Norrie (2004), “Guerras Coloniais”, Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (orgs.), *A Transição Falhada, O marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Braga, Círculo dos Leitores.
- Macqueen, Norrie (2006), “Marcelismo, Africa, and the United Nations, (With particular reference to the British response to the PAIGC’s Declaration of Independence for Guinea-Bissau)”, em Manuela Franco (orgs.), *Os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa IPRI.
- Maltez, José Adelino (2002), *Curso de Relações Internacionais*, 1ª edição, Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Marques, Alexandra (2013), *Segredos da Descolonização de Angola, Toda a verdade sobre o maior tabu da presença português em África*, 5ª edição, Alfragide, Dom Quixote.
- Marques, Oliveira (1981), *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editoras.
- Marrou, Henri (1976), *Do Conhecimento Histórico*, Lisboa, Aster.
- Martelo, David (2001), *1974, Cessar-Fogo em África*, Lisboa, Edições Europa-América.
- Martelo, David (2009), “Os Homens do Posto-chave, Capitães”, em Carlos Matos Gomes e Aniceto Afonso (orgs.), *Guerra Colonial, Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, Diário de Notícias.
- Matos, Norton de, (1953), *A Nação Una, Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*, Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, Lda.
- Marcos, Daniel (2007), *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa, MNE-ID.
- Martinez, Pedro Soares (1992), *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Martins, Fernando et al (2001) (orgs.), *Diplomacia e Guerra, Política Externa e política de defesa em Portugal do final da Monarquia ao Marcelismo*, Évora, Edições Colibri.
- Martins, Fernando (1998), “A Política Externa do Estado Novo, O Ultramar e a ONU, uma doutrina histórico-jurídica (1955-68)”, *Penélope*, 18, pp. 189-206.
- Martins, Hermínio (1998), “O Federalismo no Pensamento Político Português”, *Penélope*, 18, pp. 13-49.
- Mateus, Dalila Cabrita Mateus (1999), *A Luta pela Independência, A Formação das Elites Fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Império.
- Mateus, Dalila Cabrita (2004), *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*, Lisboa, Terramar.

- Matos, Luís Salgado de (1994), “Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos”, *Análise Social*, volume XXIX, pp. 319-383.
- Matos, José (2013), “A História Secreta dos Mirage Portugueses, 1ª Parte”, *Revista Mais Alto*, 400, pp. 37-41.
- Matos, José (2013), “A História Secreta dos Mirage Portugueses, 2ª Parte”, *Revista Mais Alto*, 401, pp. 25-29.
- Mattoso, José (1994), *História de Portugal, O Estado Novo, Volume VII*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Mattoso, José (2002), *A Escrita da História*, Mem Martins, Círculo dos Leitores.
- Maxwell, Kenneth (1974), “Portugal: Uma Revolução Asseada”, em vários, *O 25 de Abril na Imprensa Estrangeira*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Maxwell, Kenneth (1985), “As Colónias Portuguesas e a sua Descolonização”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17, pp. 529-547.
- Maxwell, Kenneth (2003), “The United States and the Portuguese Decolonization (1974-1976)”, comunicação apresentada na conferência internacional *Portugal e os Estados Unidos*, Outubro de 2003, Lisboa, (online).
Disponível em: <http://www.ipri.pt/artigos/artigo.php?id=2>.
- Maxwell, Kenneth (2006), “Os Estados Unidos e a descolonização portuguesa (1974-1976)”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- McCalpin, Jermaine O. (2002), “History of a Crisis”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, Palgrave MacMillan.
- Mearsheimer, John J. (2001), *The Tragedy of Great Power Politics*, New York, W.W. Norton & Company.
- Mello, Manuel José Homem de, (1962), *Portugal o Ultramar e o Futuro*, Sintra, edição do Autor.
- Mendes, José M. Amado (1987), *A História como Ciência, Fontes, Metodologia e Teorização*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Mendes, Nuno Canas (2008), *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Meneses, Filipe Ribeiro (2005), *Correspondência diplomática irlandesa, sobre Portugal, O Estado Novo e Salazar*, Lisboa, Instituto Diplomático.
- Moeda, Imprensa Nacional da Casa da (2014), *Diário da República, Decreto n.º 44171 de 1962*. (online).
Disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr>.
- Moniz, Júlio Botelho (2007), *Visões Estratégicas no Final do Império, Conduta das Operações Coloniais – 1944; Lições de Estratégia – 1953*, Lisboa, Tribuna.
- Moreira, Adriano (2000), “Enquadramento Político – Estratégico das Campanhas de África”, em, *Estudos Sobre as Campanhas de África*, Lisboa, IAEM e Atena.
- Moreira, Adriano (1999), *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Moreira, Adriano (1956), *Política Ultramarina*, Lisboa, Ministério do Ultramar.
- Moreira, Adriano (1984), “Portugal e as Relações Internacionais”, *Nação e Defesa*, 32, pp. 25-37.
- Moreira, Adriano (1999), *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina.
- Moreira, Adriano (1979), *Ciência Política*, Amadora, Amadora, Bertrand.

- Moreira, Carlos Diogo (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa: ISCP.
- Morgenthau, Hans J. (1985), *Political Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, New York: Alfred Knopf.
- Morgenthau, Hans J. (2003), *A Política Entre as Nações*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- Múrias, Manuel Maria (1998), *De Salazar a Costa Gomes*, Lisboa, Nova Arrancada.
- Murteira, Mário (1986), “Do Estado obsoleto à nação democrática (Portugal na periferia europeia)”, *Análise Social*, volume XXII (91), pp. 259-277.
- Namikas, Lise (2013), *Battleground Africa: Cold War in the Congo, 1960-1965*, Stanford, Stanford University Press.
- Natufe, Omajuwa Igho (1984), “The Cold War And The Congo Crisis, 1960-196”, *Rivista trimestrale di studi e documentazione dell’Istituto italiano per l’Africae l’Oriente*, (Online), Ano 39, 3, pp. 353-373.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40759745>.
- Ndaywel, Isidore (1998), *Histoire générale du Congo*, Paris, Afrique Edition.
- Neto, Maria da Conceição (1997), “Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX”, *Lusotopie*, pp. 327-359.
- Ngimbi, K. (2012), *dresse la chronologie des premiers ministres en RDC*, (online).
Disponível em: <http://www.mbokamosika.com/article-ngimbi-k-dresse-la-chronologie-des-premiers-ministres-en-rdc-101123713.html>.
- Nogueira, Franco (1961), *As Nações Unidas e Portugal*, Lisboa, Ática.
- Nogueira, Franco (1969), *Terceiro Mundo*, Lisboa, Ática.
- Nogueira, José Manuel Freire e João Vieira Borges (2006), *O Pensamento Estratégico Nacional, Lisboa*, IDN.
- Nogueira, José Manuel Freire (2005), *Pensar a Segurança e Defesa*, Lisboa, IDN.
- Ntalaja, Nzongola Georges (2002), *The Congo, From Leopold to Kabila, A People’s History*, London, Zed Books.
- Nunes, António Pires (2002), *Angola (1966-1974) – Vitória Militar no Leste*, Lisboa, Prefácio.
- Nwaubani, Ebere (2001), “Eisenhower, Nkrumah and the Congo Crisis”, *Journal of Contemporary History*, (online), Volume 36, 4.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3180775>.
- Nye, Joseph S. (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa, Gradiva.
- Oliveira, César, (1992), “A Evolução Política”, em Joel Serrão, Joel e Oliveira Marques (orgs.), *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença.
- Oliveira, Pedro Aires (2001), “A Política Externa do Marcelismo: A Questão Africana”, em Fernando Martins (orgs.), *Diplomacia & Guerra, Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*, Lisboa, Edições Colibri.
- Oliveira, Pedro Aires (2002), “Uma Mão Cheia de Nada? A Política Externa do Marcelismo”. *Penélope*, 26, pp. 93-122.
- Oliveira, Pedro Aires (2004), “Política Externa”, em Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (orgs.), *A Transição Falhada, O marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Braga, Círculo dos Leitores.

- Oliveira, Pedro Aires (2007), *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*, Lisboa, Tinta da China.
- Osório, Sanches (s.a.), *O Equívoco do 25 de Abril*, (s.l.), Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- Pereira, António Maria (1976), *A Burla do 28 de Setembro*, Póvoa do Varzim, Livraria Bertrand.
- Pimenta, Fernando Tavares (2005), *Branços de Angola, Autonomismo e Nacionalismo*, Coimbra, Minerva-História
- Pimenta, Fernando Tavares (2008), *Angola, Os Brancos e a Independência*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pinto, António Costa (2001), *O Fim do Império Português – A cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização (1961-1975)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pinto, Jaime Nogueira (1995), *O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*, 3ª Edição, Alges, Difel.
- Pinto, Jaime Nogueira (2007), *António de Oliveira Salazar (Outro Retrato)*, 5ª Edição, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Pires, Lemos (2014), *Wellington, Spínola, Petreus, O Comando Holístico da Guerra*, Alcochete, Nexo Literário.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª Edição, Lisboa, Gradiva.
- Rama, M. Manuela e Carlos Plantier (1976), *Melo Antunes, tempo de ser firme*, Lisboa, Liber.
- Ramonet, Ignacio (1974), “O Desabamento de uma ditadura”, em *O 25 de Abril Na Imprensa Estrangeira*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Rato, Vasco (2000), “As Forças Armadas e a Democracia Portuguesa 1974-1982”, *Nação e Defesa*, 94 – 2ª Série, pp. 123-162.
- Rato, Vasco (2008), “A Revolução de Abril na Política Externa”, em João Marques de Almeida e Rui Ramos (orgs.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal Séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos IDN.
- Reis, Bruno Cardoso (2007), *Salazar e o Vaticano*, 2ª Edição, Lisboa, ICS.
- Reiter, Erich (s.a.), *An Essay On New Global Geopolitics, Some Geopolitical and Geostrategic on the Effects of the return of Geopolitics to Central Asia on European Security*, (online).
Disponível em: http://www.bundesheer.at/pdf_pool/publikationen/09_sb1_05_egg.pdf.
- Reno, William (2006), “Congo: from state collapse to absolutism, to state failure”, *Third World Quartely*, (online), volume 27, 1.
Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/4017658?uid=2&uid=4&sid>.
- Renouvin, Pierre e Jean-Baptiste Durossele, (1967), *Introdução à História das Relações Internacionais*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- Rezola, Maria Inácia (2007), *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Rezola, Maria Inácia (2004), “As Forças Armadas, Os Capitães e a Crise Final do Regime”, em Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (orgs.), *A Transição Falhada, O marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Braga, Círculo dos Leitores.
- Rezola, Maria Inácia (2012), “Um projecto alternativo de esquerda. Melo Antunes, os militares e a transição para a democracia em Portugal”, *Ler História*, 63, pp. 33-48.

- Rocha, Edgar (1977), “Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias”, *Análise Social*, volume XIII (51), pp. 593-617.
- Rodrigues, Luís Nuno (2000), “A Solidão na política externa portuguesa no início da década de 60: o caso dos Estados Unidos”, em Fernando Martins (ed.), *Diplomacia e Guerra, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Do Final da Monarquia ao Marcelismo*, Évora, Edições Colibri
- Rodrigues, Luís Nuno (2000), “As Negociações Que Nunca Acabaram, a renovação do acordo das Lages em 1962”, *Penólope*, 22, pp. 3-70.
- Rodrigues, Luís Nuno (2002), *Salazar-Kennedy, A Crise de uma Aliança*, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Notícias.
- Rodrigues, Luís Nuno (2003), “O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944”, comunicação apresentada na conferência internacional *Portugal e o Atlântico: 60 anos do Acordo dos Açores*, em Outubro de 2003, (s.l.), (online).
Disponível em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=138>
- Rodrigues, Luís Nuno, (2004), “Missão Impossível”: o Plano Anderson e a questão colonial portuguesa em 1965”, *Relações Internacionais, Volume 1*, pp. 99-112
- Rodrigues, Luís Nuno (2004), “Orgulhosamente Sós”? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960”, comunicação apresentada no 22º Encontro de Professores de História da Zona Centro, Abril de 2004, Caldas da Rainha.
Disponível em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=140>.
- Rodrigues, Luís Nuno et al (2006) (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- Rodrigues, Luís Nuno (2006), “A administração Johnson e a questão colonial portuguesa: o “Plano Anderson”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- Rodrigues, Luís Nuno (2006), “Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)”, em Manuela Franco (orgs.), *Os Estados Unidos e a África Austral*, Lisboa IPRI.
- Rodrigues, Luís Nuno (2008), *Marechal Costa Gomes, No centro da tempestade*, 2ª Edição, Povia de Santo Adrião, Esfera dos Livros.
- Rodrigues, Luís Nuno (2009), “O crepúsculo da era Salazar: os Estados Unidos e a ascensão de Marcelo Caetano”, em José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (orgs.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social, Portugal nos Últimos dois Séculos*, Lisboa, ICS.
- Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Rodrigues, Luís Nuno (Prefácio) (2012), *Salazar, Caetano e o Reduto Branco, A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Porto, Fronteira do Caos.
- Rodrigues, Paulo Madeira (1975), *4 Países Libertados*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal, o Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Rosas, Fernando e J.M. Brandão de Brito (1996), *Dicionário do Estado Novo, Volume I e II*, Venda Nova, Bertrand.
- Rosas, Fernando (1999), “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.), *do marcelismo ao fim do império*, Lisboa, Editorial Notícias.

- Rosas, Fernando e Pedro Aires de Oliveira *et al* (2004) (orgs.), *A Transição Falhada, O marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Braga, Círculo dos Leitores.
- Rosas, Fernando (2004), “Marcelismo: ser ou não ser, em Fernando Rosas e Pedro Aires de Oliveira (orgs.), *A Transição Falhada, O marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Braga, Círculo dos Leitores.
- Rouco, José Carlos e Manuela Sarmiento (2010), “Liderança Carismática: Um Factor Estratégico Para o Sucesso Organizacional”, *Proelium*, 14, pp. 81-112.
- Ruas, Henrique Barrilaro (s.a.), *A Revolução das flores, Do 25 de Abril ao Governo Provisório*, Lisboa, Editorial Aster.
- Ruas, Henrique Barrilaro (s.a.), *A Revolução das flores, O Governo de Palma Carlos*, Lisboa, Editorial Aster.
- Ruas, Henrique Barrilaro (s.a.), *A Revolução das flores, O Governo de Vasco Gonçalves até ao Acordo de Lusaka*, Lisboa, Editorial Aster.
- Sá, Tiago Moreira de (2006), “O Apoio dos Estados Unidos da América à instauração da democracia em Portugal”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- Sá, Tiago Moreira de (2007), *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa, As relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE.
- Sá, Tiago Moreira de (2011), *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, D. Quixote.
- Sá, Tiago Moreira de (2012), “Quando Portugal contou para a América. Os Estados Unidos e a transição democrática portuguesa”, *Ler História*, 63, pp. 109-125.
- Santiago, María José Tiscar (2012), *O 25 de Abril e o Conselho de Estado: a questão das actas*, Lisboa, Edições Colibri.
- Santiago, María José Tiscar (2013), *Diplomacia Peninsular e Operações Secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, Edições Colibri.
- Santos, Loureiro (1983), *Incursões no Domínio da Estratégia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, Eduardo Silvestre (2008), *A NATO no Século XXI*, Lisboa, Tribuna.
- Santos, Victor Marques dos (2007), *Introdução à Teoria das Relações Internacionais, Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*, Lisboa, ISCPS.
- Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong-Kong, UHAKI.
- Scarlet, Albert (2000), “Congo Spoorwegen”, em *Railway network of the Belgian Congo*, (online).
Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Congo_spoorwegen.gif.
- Schmitter, Philippe C. (1999), *Portugal: do Autoritarismo à democracia*, Lisboa, ICS.
- Schneidman, Witney W. (2005), *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna.
- Schweizer, Karl W. e Matt J. Schumann (2008), “The Revitalization of Diplomatic History in a Global Age”, *Diplomatic History*, (online), Volume 19 (2).
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09592290802096174>.
- Selby, Tony (1967), *Congo, perigo de morte*, Lisboa, Editorial Verbo.

- Serrão, Joel e Oliveira Marques, Fernando Rosas (1992), *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (2007), *História de Portugal, 1951-1960, Volume XVI*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (2006), *História de Portugal, Volume XVI, O Terceiro Mundo Contra o Portugal Ultramarino (1951-1960)*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (2007), *História de Portugal, Volume XVII, O Terceiro Mundo Contra o Portugal Ultramarino (1951-1960), 2ª Parte, História Diplomática, Institucional, Económica e Cultural*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (2010), *História de Portugal, Volume XVIII, A Governação de Salazar: Grandeza e Declínio (1960-1968)*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1985), *Marcello Caetano, Confidências no Exílio*, 5ª Edição, Lisboa/São Paulo, Verbo.
- Serrão, José e Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira *et al* (2009) (orgs.), *Desenvolvimento Económico e Mudança Social, Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, ICS.
- Silva, Duarte (1995), “O litígio entre Portugal e a ONU, (1960-1974)”, *Análise Social*, volume XXX (130), (1º), pp. 5-50.
- Simão, Veiga (2012), “O Estado Social e a Democratização do Ensino”, em Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos (orgs.), *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, Lisboa, Porto Editora.
- Smith, Thomas W. (1999), *History and International Relations*, London and New York, Routledge.
- Sousa, Marcelo Rebelo de (Prefácio) (2012), *Marcelo Caetano: Uma biografia política*, Coimbra, Almedina.
- Souto, Amélia Neves de Souto (2007), *Caetano e o fim do «Império», Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Stengers, Jean (1982), “Precipitous Decolonization: the case of the Belgian Congo”, em Prosser Gifford and Wm. Roger Louis, (orgs.), *The Transfer of Power in Africa: Decolonization, 1940-1960*, pp. 305-335.
- Tanzania, The Facts (2014), “Nyerere as an advocate of African union and liberation supporter”, em *The essential Tanzania: The people, places, culture, politics, climate and more*, (online). Disponível em: http://www.soko-tanzania.com/tanganyika_zanzibar_union.html.
- Teixeira, Nuno Severiano (1995), “Portugal e a NATO: 1949-1989”, *Análise Social*, volume XXX (133), (4ª), pp. 803-818.
- Teixeira, Nuno Severiano (1999), “História, Teoria das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais: uma reflexão epistemológica”, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, volume. XI, IIª Série, pp. 71-82.
- Teixeira, Nuno Severiano (2004), “Portugal e as Guerras da Descolonização”, em Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (orgs.), *Nova História Militar de Portugal. Volume IV*, Lisboa, Círculo dos Leitores.
- Teixeira, Nuno Severiano (2004), “O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa”, *Relações Internacionais*, 1, volume 1, pp. 05-12.

- Teixeira, Nuno Severiano (2006), “Portugal, a Europa e os Estados Unidos: Uma perspectiva histórica”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.), *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- Telo, António (1995), “Portugal e NATO: dos Pirinéus, a Angola”, *Análise Social*, volume XXX (134), (5º), pp. 947-973.
- Telo, António (1997), “Treze teses sobre a disfunção nacional – Portugal no Sistema Internacional”, *Análise Social*, volume XXXII (142), pp. 649-683.
- Telo, António (1999), “As Relações Internacionais da Transição”, em J.M. Brandão de Brito (orgs.), *do marcelismo ao fim do império*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Telo, António (1999), “Portugal e a NATO, (1949-1976)”, *Nação e Defesa*, volume 89, 2ª Série, pp. 43.84.
- Telo, António José (2004), *História e Relações Internacionais, Temas e Debates*, Lisboa, Edições Colibri.
- Telo, António (2006), “Portugal, os EUA e a NATO (1949-1961)”, em Luís Nuno Rodrigues (orgs.) *Regimes e Império: As Relações Luso-Americanas no Século XX*, Lisboa, IPRI.
- Telo, António (2007), “De Marcelo Caetano ao Portugal Democrático as Relações Internacionais da Transição”, *Espacio, Tiempo y Forma, História Contemporânea*, (online), Serie V.
Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie5-2007-2221&dsID>.
- Telo, António (2007), *História Contemporânea de Portugal, do 25 de Abril à actualidade, volume I*, Lisboa, Editorial Presença.
- Telo, António (2008), *História Contemporânea de Portugal, do 25 de Abril à actualidade, volume II*, Lisboa, Editorial Presença.
- Tickler, Peter (1987), *O Mercenário Moderno*, Sintra, Publicações Europa-América.
- Trachtenberg, Marc (2006), *The Craft of International History, A Guide to Method*, New Jersey, Princeton University Press.
- Turner, Thomas (2002), “Angola’s Role in The Congo War”, em John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan.
- Turner, Thomas (2007), *The Congo wars: conflict, myth and reality*, London, New York, Zed Books.
- UN (1960), “Resolution n. ° 143 (1960), The Congo Question”, em *United Nations Official Documents*, (online).
Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/143\(1960\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/143(1960)).
- Vaisse, Maurisse (2002), *As Relações Internacionais desde 1945*, Lisboa, Edições 70.
- Valente, Vasco Pulido (2002), *Marcello Caetano – As Desventuras da Razão*, Algés, Gótica.
- Vanthemsche, Guy (2012), *Belgium and the Congo, 1885-1980*, New York, Cambridge University Press.
- Vaz, Nuno Mira (1997), *Opiniões Públicas Durante as Guerras de África*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Velez, Rui Bonita (2012), *Salazar-Tchombé, O Envolvimento de Portugal na Questão do Catanga (1961-1967)*, Linda-a-Velha, Edições Gouveia.
- Veyne, Paul, *Como se Escreve a História, Foucault Revolucionou a História*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- Weber, Max (2007), *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*, Lisboa, Tribuna da História.

- Wigny, Pierre (1961), "Belgium and the Congo", *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, (online), volume 37, 3.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2610922A>.
- Willame, Jean-Claude (1988), "Political Sucession in Zaire", *The Journal of Modern African Studies*, 26, pp. 37-49.
- Willmott, H.P. (1983), *Malogro do Suez em A Guerra no Mundo*, Lisboa, Verbo.
- Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press.
- Young, Crawford (1966), "Post-Independence Politics in the Congo", *Transition*, (online), 26.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2934325>
- Young, Crawford (1978), "Zaire: The Unending Crisis", *Foreign Affairs*, (online), volume 57.
Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/>.
- Young, Crawford e Thomas Turner, (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- Young, Crawford (2002), "Contextualizing Congo Conflicts, Order and Disorder in Postcolonial Africa", John F. Clark (orgs.), *The African Stakes of The Congo War*, New York, Palgrave MacMillan.
- Zamora, Juan Clemente (s.a.), *O Processo Histórico*, 4ª Edição, Lisboa, Livraria Renascença Editora.

ANEXOS

ANEXO A - MAPAS



Figura 1.A: Mapa do Congo⁹¹²

⁹¹² Colvin, Ian (1968), *Moisés Tchombé, De Elizabethville à Argélia*, Lisboa, Editorial Inácio, p. 2.

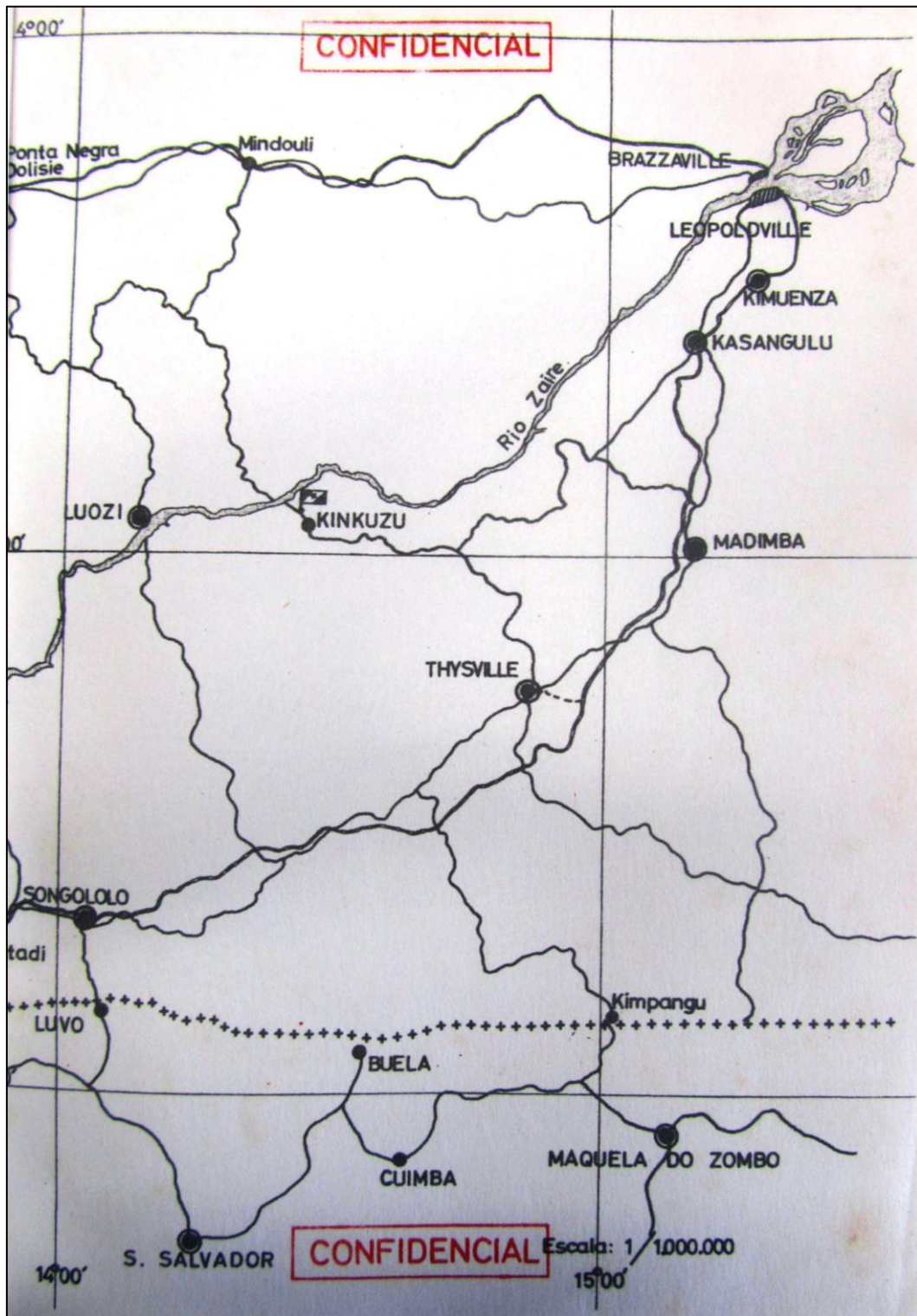


Figura 3.A: Mapa do Baixo-Congo⁹¹⁴

⁹¹⁴ AHD – PAA – Maço 1056: Adaptado do SUPERINTREP N.º 17, Base Militar de Kinkuzu, Região Militar de Angola, Quartel-general, 2ª Repartição, 04 de Abril de 1963.

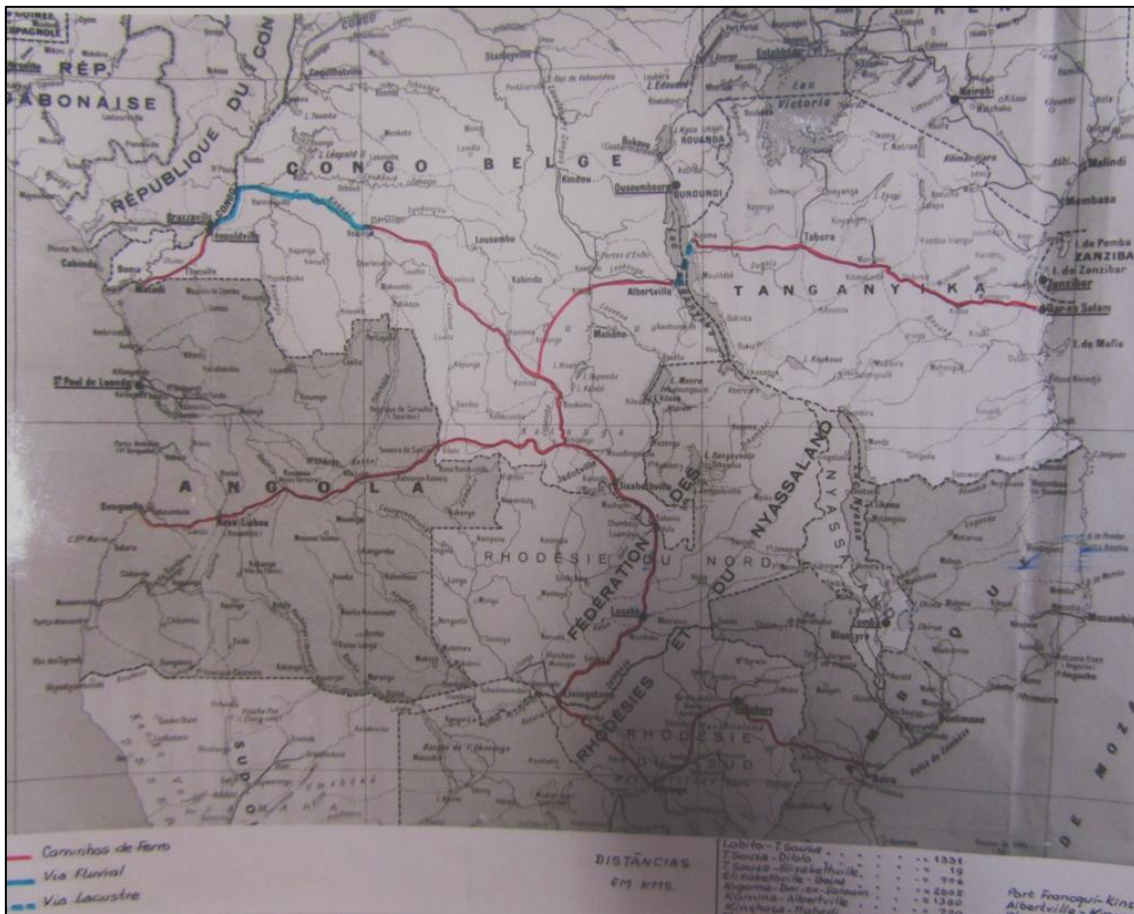


Figura 5.A: Vias de escoamento dos minérios do Catanga⁹¹⁶

⁹¹⁶ AHD – PAA – Maço 1091: Adaptado do Anexo à Informação n.º 22/67 da PIDE, delegação de Angola, de 26 de Abril de 1967.

ANEXO B – SOCIEDADE BELGA

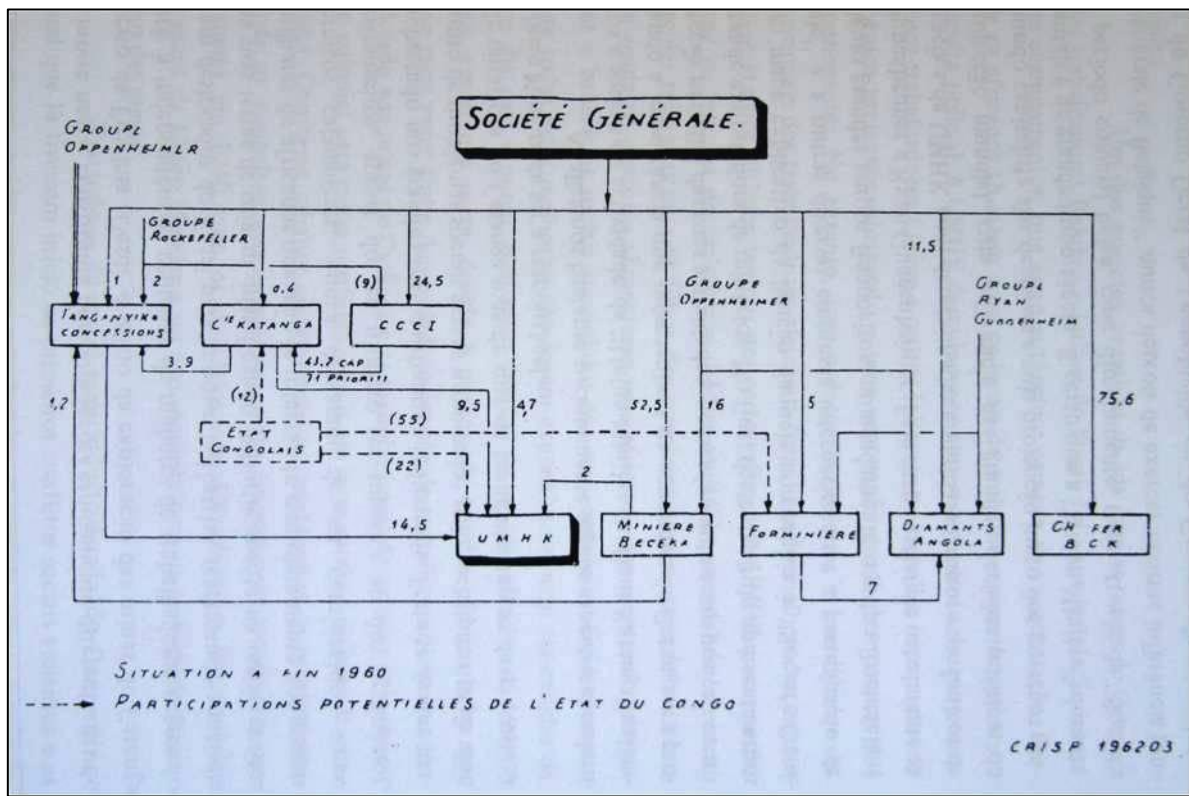


Figura 1.B: Organograma da Sociedade Belga⁹¹⁷

⁹¹⁷ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, p. 60.

ANEXO C – PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS CONGOLESES

MOVIMENTO NACIONAL CONGOLÊS (MNC)

“O MNC foi constituído, em 10 de Outubro de 1958, por um grupo de jovens intelectuais evoluídos (de acordo com a terminologia colonial belga, os africanos assimilados à civilização belga que, por esse facto, recebiam uma carta de identificação). O principal fundador foi Patrice Lumumba e da comissão provisória faziam parte Cyrille Adoula, Gaston Diomi, Joseph Ileo, Alphonse Nguvulu, Antoine Ngwenga. Desde o início que o MNC pretendeu ser um partido não tribal, colocando-se portanto acima dos grupos e associações de raiz étnica que se estavam a constituir (1955-1959) por todo o Congo e que serviriam de base às futuras administrações provinciais após a independência mas que só agrupados em coligações poderiam governar o país. Daí o facto de o MNC ter sido o primeiro agrupamento político com projecção em toda a colónia e que pretendia espalhar-se por todo o território e, por isso mesmo, defendeu desde o início uma base unitarista para o futuro estado, ao contrário da maioria dos outros partidos de raiz étnica e de base regional que defendiam uma Constituição Federal com larga autonomia para as províncias (...). Em Abril de 1959 reuniu-se em Luluabourg, o Congresso do MNC que, após violentas discussões e o abandono de numerosos militantes moderados, decidiu exigir da Bélgica o estabelecimento de um governo autónomo congolês para 1961. As rivalidades e as lutas pessoais desencadeadas no decorrer do congresso, levaram ao aparecimento de cisões que culminaram com a criação do MNC – Kalonji, em julho desse ano, que teve como principais fundadores Albert Kalonji, Joseph Ileo e Ngula que constituíam uma espécie de ala direita do outro partido. Daí em diante passaria a haver, além do MNC – K, o MNC tendência Lumumba que continuaria a ser, apesar daquela cisão, o principal partido unitário congolês e aquele que procurava reunir todas as classes sociais, todas as etnias e todos os movimentos políticos e religiosos. (...) Mais tarde houve uma nova tentativa de provocar outra cisão no MNC – L quando o Vice-Presidente Victor Nendaka, em Abril de 1960, pediu a demissão, rompeu com Lumumba a quem recusou de despotismo e de comunista e tentou fundar o MNC – Nendaka que nunca chegou a ter qualquer actividade.

Na “Table Ronde” política, de Bruxelas, o MNC – Kalonji aliou-se à ABAKO e bateu-se pelas teses federalistas contra as teses unitárias de Lumumba e em Julho desse ano, na altura da constituição do primeiro governo central de união nacional, o partido de Koloji foi o único a não tomar parte nas conversações que conduziram ao compromisso da eleição de Presidente da ABAKO para a Suprema Magistratura, enquanto o seu principal opositor era encarregado de formar o tal governo de unidade nacional. As duas tendências do MNC eram portanto irreconciliáveis.

Após a cisão dos adeptos de Koloji, Lumumba instalou-se durante algum tempo em Stanleyville onde organizou o principal bastião do seu partido e onde conseguiu reunir um número de adeptos enormes, dominando quase completamente a vida política na província oriental. Nas eleições gerais de Maio de 1960, o MNC – L foi o único partido a conseguir apresentar candidatos em quase todo o país e a obter triunfos eleitorais em cinco das seis províncias, a excepção era o Catanga. (...) Esta rivalidade viria a ter consequências sangrentas, provocando, após a independência, a secessão do Sul do Kasai e a criação do estado Mineiro sob a chefia de Kalonji”⁹¹⁸.

ASSOCIAÇÃO DOS BAKONGOS (ABAKO)

“A ABAKO foi fundada por Edmond Landu, em 1950, com o nome da Associação dos Bakongos para a unificação, expansão e defesa da língua kikongo acabando por tornar-se num movimento essencialmente tribal, cujo objectivo era defender as tradições do povo Quicongo (oriundos das províncias de Cabinda, do Uíge e do Zaire, no norte de Angola, e do Baixo-Congo). Desde o início da sua actividade política, aquele movimento caracterizou-se por uma razoável organização e pela coerência com que apresentava as suas reivindicações nacionalistas tornando-se conhecido internacionalmente, sobretudo porque a sua acção e propaganda se exerciam na capital da colónia, onde se verificavam constantemente recontros violentos entre a polícia colonial e os bandos de desempregados africanos, muitos dos quais pertenciam à ABAKO. Com efeito as autoridades belgas, em Janeiro de 1959, responsabilizaram os dirigentes da ABAKO pelos sangrentos motins ocorridos na capital da colónia, tendo prendido o seu presidente, Kasavubu, e dissolvido aquele partido que, no entanto, retomou algum tempo depois a sua actividade com o nome de “Aliança dos Bakongos” mantendo porém a mesma sigla ABAKO.

(...) Tanto o “Plano Van Bilsen” como o “Manifesto da Consciência Africana” tiveram enorme repercussão no Congo sobretudo na capital, e levaram à convocação de um congresso da ABAKO onde foram formuladas críticas violentas àqueles dois documentos, o último dos quais foi denunciado como idealista. O próprio Kasavubu afirmou “Como querem esses soldados alcançarem a vitória se renunciam às armas?”.

Kasavubu, que presidiu aos destinos da ABAKO de 1955 até à sua eleição para a chefia do Estado em Junho de 1960, teve um papel bastante importante na “Table Ronde”, até à chegada de Lumumba, defendendo sempre a criação de uma federação, composta de províncias gozando de uma larga autonomia.

⁹¹⁸ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 83-87.

Nas eleições gerais de Maio de 1960, a ABAKO conseguiu um triunfo na Província de Léopoldville sem, no entanto, ter obtido êxito a nível nacional sendo portanto obrigado a aceitar as propostas de Lumumba para a constituição de um governo de união nacional, em troca de votos do partido maioritário para conseguirem que Kasavubu fosse eleito Chefe de Estado”⁹¹⁹.

CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO CATANGA (CONAKAT)

“A CONAKAT, criada em Fevereiro de 1957 e organizada como partido político em Julho de 1958, teve como objectivo inicial reunir os povos originários do Catanga e englobava pequenos agrupamentos de raiz tribal e base étnica (...).

Com efeito em Fevereiro de 1957 a CONAKAT foi fundada por um grupo de jovens catangueses entre eles Evariste Kimba, Dominique Diur, Henri Kambola, Albert Nyembo, Justin Meli, Albert Kishiba, Rodolphe Yav e Godefroid Munongo. Antes da elaboração dos estatutos, a Presidência foi exercida interinamente por Mathieu Kalenda e a vice-Presidência por Moisés Tchombé. Após a aprovação dos Estatutos, Godefroid Munongo foi eleito primeiro secretário-geral da CONAKAT, lugar que não pode contudo ocupar por a legislação colonial belga interditar a qualquer funcionário público o exercício de funções dirigentes partidárias, sendo então designados Moisés Tchombé e Jean Kibwe para os cargos de presidente e vice-presidente.

Quanto aos principais motivos que levaram à criação da Confederação, o próprio Tchombé, numa entrevista concedida ao “*Courrier d’Afrique*”, em 10 de Dezembro de 1959, afirmou: «O nosso movimento foi de início um movimento de reacção contra a situação existente na nossa província: ele é obra de catangueses autênticos ...e nasceu depois das eleições de 1957». Com efeito (...) os principais grupos étnicos do Catanga esses grupos autênticos eram os Balubas do Catanga, Bayekas, Basongas, Quiocos e os que eram considerados estrangeiros eram os Lulus e os Balubas do Kasai (...).

A CONAKAT nasceu por isso como uma reacção de defesa contra o perigo dos não autóctones (que viviam no Catanga à menos de duas gerações) controlarem futuramente toda a vida política (...).

Nas eleições de Maio de 1960, a CONAKAT conseguiu eleger 8 dos 16 representantes do Catanga na Câmara dos Deputados e sete senadores do Catanga no Senado, na Assembleia Provincial de Elizabethville obteve 25 lugares (...).

⁹¹⁹ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 83-87.

O programa político da CONAKAT enviado para o ministro de Estado Belga para o Congo em dois de Fevereiro de 1959 esquematizava-se em três pontos: Autonomia para o Catanga e União com a Bélgica; monopólio das funções públicas nas mãos dos catangueses autênticos; medidas favoráveis à autoridade dos meios tradicionais (...)⁹²⁰.

⁹²⁰ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 93-95.

ANEXO D – PRINCIPAIS DIRIGENTES CONGOLESES

JOSEPH KASAVUBU

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE JULHO DE 1960 A NOVEMBRO DE 1965



Figura 1.D: Joseph Kasavubu⁹²¹

“Chefe de Estado de 30 de Junho de 1960 a 25 de Novembro de 1965. Morreu em Kinshasa em 24 de Março de 1969. Nasceu em 1917 em Tshela no Mayumbe, Baixo Congo, etnia mucongo (bacongos do Congo Belga), fez estudos primários na Missão de Schent em Kizu, as humanidades latinas no seminário menor de Mbata Kiela (1928-1936), filosofia escolástica e teologia no Seminário Maior de Kabwe (1936-1939) após o que renunciou ao sacerdócio e inscreveu-se na Escola Normal de Kangu no Mayumbe, obtendo diploma de professor em 1940. Professor em Lemda em 1941, entra na administração colonial belga em 1942 na Direcção de Finanças de Léopoldville.

Em 1946, Kasavubu que, apesar de sempre atribuir a descendência da família real bacongo, era neto de um trabalhador chinês contratado pelos belgas na China para trabalhar no caminho-de-ferro Matadi-Léopoldville, apresentou perante os colegas da União dos Interesses Sociais Congolezes (UNISCO), da qual era membro fundador, as suas ideias sob o título: “Os congoleses – e mais especialmente ainda os bakongos – são os primeiros ocupantes, logo são os proprietários do solo”. Era a primeira vez que se apresentava aberta e tão nitidamente uma tal ideia; era também a primeira vez que se fazia uma distinção entre “gente do Baixo Congo” e “gente do Alto Congo”. Encontrava-se assim, desde 1946, apresentado o princípio que levaria Kasavubu a reclamar treze anos depois, a criação de um “Reino do Baixo Congo” que possuísse as fronteiras do antigo reino do Congo, o que significava amputações de territórios que, em 1959, faziam parte não só da colónia belga, como também do Congo francês e do Norte de Angola e Cabinda.

⁹²¹ Adaptado, Britannica, Encyclopedia (2014), *Joseph Kasavubu*, (online).

Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/312838/Joseph-Kasavubu>.

(...) Presidente da ABAKO a partir de 1955, foi eleito burgomestre da Dendala em Léopoldville após as eleições comunais de Dezembro de 1957 onde aquele partido obteve uma vitória esmagadora. (...) Desde Agosto de 1956 que o comportamento de Kasavubu era orientado pelo caminho preconizado pelo manifesto da “Consciência Africana”, tanto mais que a ABAKO havia já publicado o seu próprio manifesto, reclamando autorização para criação no Congo de partidos políticos “estruturalmente congolese” e não decalcados nos agrupamentos belgas ou apenas sucursais dos grandes partidos ou movimentos sindicalistas belgas.

(...) Kasavubu, chefiou a delegação da ABAKO à “Table Ronde” de Bruxelas, iniciada em 20 de Janeiro daquele ano. Abandonaria aquela conferência no dia 25 desse mês, após a chegada de Patrice Lumumba e só voltaria no dia 10 de Fevereiro. Durante 15 dias, as idas e as vindas do futuro Presidente preocuparam os observadores e sobretudo os jornalistas: efectuou duas visitas a Paris, deslocou-se a Aix-la-Chapelle e por fim convocou uma conferência de imprensa em Liège onde declarou que defenderia, contra tudo e contra todos, os direitos soberanos dos congolese a escolherem a forma federal do futuro Estado.

Em Junho de 1960, foi encarregado de formar o futuro Governo congolês. (...) Durante os meses de Julho e Agosto, o chefe do Estado permaneceu ligado à actividade explosiva e demasiado dinâmica do Primeiro-Ministro Lumumba seguindo a sua política, no entanto, começou a separar-se daquela orientação ao verificar que o chefe do Governo tinha perdido o controlo da situação em todo o país.

(...) A partir do final de 1960 a principal actividade do Presidente estará ligada à Secessão Catanguesa. (...) Kasavubu permanecerá na Presidência da República do Congo até ao golpe de Estado militar que levou ao poder o General Mobutu em 25 de Novembro de 1965, após o que se retirou para a sua cidade natal Tshela para o meio dos bakongos, passando a levar uma existência apagada, vindo a falecer em Kinshasa em 24 de Março de 1969, segundo os jornais de “morte natural e após um ataque de coração”⁹²².

⁹²² Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 158-164.

PATRICE LUMUMBA
PRIMEIRO-MINISTRO DE JULHO A SETEMBRO DE 1960

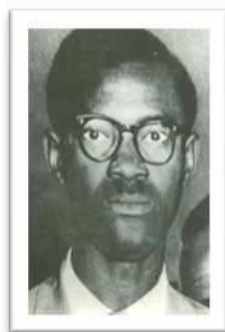


Figura 2.D: Patrice Lumumba⁹²³

“Nascido em Katabo – Kombe distrito de Sankuru (norte do Kasai) em 2 de Julho de 1925, pertencia à etnia mutetela, fez curso primário numa missão de Dominicanos e o secundário (humanidades) em Stanleyville, após ter estado empregado em Kindu na Sociedade Symaf. (...) Depois de ter sido empregado de finanças foi nomeado funcionário dos Correios de Stanleyville e, após onze anos de serviço público, foi preso em 1956 e condenado a dois anos de cadeia sob a acusação de desvio de fundos e de má gestão de dinheiros públicos. Após a prisão, parte com a família (esposa e seis filhos) para a capital e foi nomeado director comercial da fábrica de cerveja “Primus” em Léopoldville (1958). Fundou em Outubro de 1958, o Movimento Nacional Congolês (MNC), dedicando-se exclusivamente à política e à direcção daquele partido no ano seguinte.

(...) A grande mudança das suas ideias e a tomada de posição contra a colonização belga ocorreu em 1958, após uma dura reflexão sobre as suas opiniões iniciais (...). Nesse ano, na sua estadia em Acra para assistir, como representante do MNC, ao Congresso Pan-africano onde foi recebido como um herói e onde proferiu alguns dos seus mais impressionantes relatos da situação na colónia belga, tendo mesmo sido eleito para o Secretariado Permanente, abriu-lhe as portas da cena internacional e apareceu ao lado de Sekou Touré e de Nkrumah “como seu irmão de armas”. Foi a partir da sua estadia no Ghana que as suas posições anti-colonialistas mais se radicalizaram e em que passou a desenvolver maiores críticas à colonização belga.

(...) No final de 1959 efectuou-se em Stanleyville um importante Congresso do MNC no qual Lumumba pronunciou alguns dos mais violentos e exaltados discursos que entusiasmaram multidões de africanos e exasperaram as autoridades coloniais belgas que, com

⁹²³ Adaptado, Selby, Tony (1967), *Congo, perigo de morte*, Lisboa, Editorial Verbo, p. 16 - IV.

o pretexto de que ele seria o responsável por motins violentos que tiveram início ainda durante a reunião, o prenderam e o julgaram, só o libertando após o início da “Table Ronde”. (...) Nas eleições gerais de Maio de 1960, o MNC sozinho obteve triunfos importantes em quase todas as províncias com a exceção do Catanga (...).

Em 30 de Junho, Patrice Lumumba toma posse do cargo de primeiro-ministro do Congo, tendo sido demitido pelo presidente Kasavubu em 5 de Setembro desse ano. Com residência fixa em Léopoldville de onde fugiu, foi preso em Mweka e enviado para o campo de Thysville de onde foi transferido para Elisabethville em 17 de Janeiro de 1961, tendo morrido nessa noite. A sua morte só foi anunciada em 13 de Fevereiro desse ano⁹²⁴.

⁹²⁴ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 165-170.

JOSEPH ILEO
PRIMEIRO-MINISTRO EM SETEMBRO DE 1960 E, POSTERIORMENTE,
DE FEVEREIRO A JULHO DE 1961



Figura 3.D: Joseph Ileo⁹²⁵

“Nascido em 1922 em Léopoldville pertencia à etnia Mongo. Fez os seus estudos de filosofia e de sociologia sendo depois encarregado do ensino de diversos cursos para africanos. Desenvolveu grande actividade no desenvolvimento do Instituto de Pesquisas e de Estudos Sociais instalado na Universidade de Lovanium ao mesmo tempo que era funcionário do “Office des Cités Africaines” (1959). Redactor de “Conscience Africaine” que publicou em Junho de 1956, o primeiro manifesto político que apareceu no Congo e que retomava algumas ideias difundidas pelo Prof. Van Bilsen. Ileo foi um dos signatários do memorando entregue ao governador-geral da colónia, Petillon, em 26 de Agosto de 1958, quarenta e oito horas depois do célebre discurso do General de Gaulle em Brazzaville oferecendo a independência às colónias francesas ou a sua integração na Comunidade francesa. O manifesto dos 16 denunciava o carácter anacrónico do regime em vigor na colónia belga.

Membro do Comité provisório do Movimento Nacional Congolês, em 1959, Ileo viria a ser um dos responsáveis pela cisão que em Julho de 1959 se verificou no MNC. Com efeito, no primeiro congresso dos partidos políticos congolezes antes reunido, em Luluabourg em Abril daquele ano, verificou-se o fim do entendimento político entre Ileo e o futuro primeiro-ministro Lumumba. (...) Em Junho de 1960, foi eleito presidente do Senado ao terceiro escrutínio contra o candidato de Lumumba. (...) Após a demissão de Lumumba em cinco de Setembro de 1960, foi encarregado pelo presidente da República de constituir o novo Governo que acabou por ser neutralizado, em 14 desse mês, pelo primeiro golpe de Estado de Mobutu e substituído pelo “Colégio de Comissários”. Os poderes desses comissários, que deviam terminar a 31 de Dezembro desse ano, acabaram por ser prorrogados tacitamente até à

⁹²⁵ Adaptado, Ngimbi, K. (2012), *dresse la chronologie des premiers ministres en RDC*, (online). Disponível em: <http://www.mbokamosika.com/article-ngimbi-k-dresse-la-chronologie-des-premiers-ministres-en-rdc-101123713.html>.

constituição do segundo Governo de Ileo em nove de Fevereiro de 1961. Ileo não deixou de preparar o alargamento do seu segundo governo que acabou por ser investido em 9 de Fevereiro de 1961 e do qual faziam parte antigas figuras da oposição lumumbista.

(...) Nenhum dos dois governos de Ileo obteve a confirmação do Parlamento apesar de ter tentado obter a reabertura dos trabalhos parlamentares, em parte para satisfazer as exigências da ONU. (...) Em Julho de 1961, o Governo de Ileo foi demitido e encarregado Adoula de constituir um novo governo do qual fazia parte aquele antigo primeiro-ministro como ministro da Informação e dos assuntos Culturais: nesse mesmo mês Ileo não foi reeleito Presidente do Senado (...)”⁹²⁶.

⁹²⁶ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 182-186.

CYRILLE ADOULA

PRIMEIRO-MINISTRO DE AGOSTO DE 1961 A JULHO DE 1964



Figura 4.D: Cyrille Adoula⁹²⁷

“Nasceu em Léopoldville em 13 de Setembro de 1921 pertencente à etnia mongala, fez os seus estudos no Instituto São José em Léopoldville, de 1941 a 1952 trabalhou em diversas sociedades comerciais, após o que entrou para o Banco Central (1952). Já por essa altura fazia parte de um grupo de evoluídos que se intitulavam “evoluídos livres” que reclamavam novos direitos políticos para os congolese e era membro do Conselho para o Trabalho e a Providencia Social Indígena (TEPSI) desde 1948. Aderiu ao partido Socialista belga em 1954 e foi em Léopoldville representante legal da “Acção Socialista” e dirigente Sindical muito Activo da Federação Geral dos Trabalhadores Belgas. (...) Em Março de 1959, participou num colóquio na Nigéria sobre a organização política em África, juntamente com Lumumba, sendo já nessa altura patente que as suas ideias divergiam profundamente.

(...) Em Março de 1960, foi designado membro do Conselho de Administração do Instituto Político Congolês, fundado em Léopoldville nessa ocasião. (...) Desde Junho de 1960 que criticava o programa do Governo de Lumumba, classificando-o de “Garrafa sem conteúdo”, votando no entanto a confiança naquele governo “na esperança de que seria divulgado brevemente um verdadeiro programa”. Os ataques de Adoula ao Governo Lumumba tornaram-no conhecido internacionalmente, nomeadamente quando, em 27 de Julho desse ano, chamou a atenção para os perigos que adviriam do alastramento do desemprego de Léopoldville ao resto do país, cujas consequências políticas poderiam ser alarmantes.

(...) Designado ministro do Interior do primeiro Governo de Ileo (Setembro de 1960), voltou a ser nomeado titular daquela pasta acumulando-a com a Defesa Nacional na segunda equipa ministerial chefiada por aquele dirigente (Fevereiro de 1961). Nomeado Primeiro-

⁹²⁷ Adaptado, Kennedy, John F. (1962), “Photograph of Prime Minister Cyrille Adoula of the Republic of the Congo”, em *John F. Kennedy, Presidential Library and Museum*, (online).

Disponível em: <http://www.jfklibrary.org/Asset-Viewer/Archives/JFKSG-MO-1963-5954.aspx>.

Ministro em dois de Agosto de 1961, obteve o voto de confiança por unanimidade na Câmara dos representantes e por aclamação no senado. Acumulou a chefia do executivo com a pasta da defesa Nacional.

(...) Foi primeiro-ministro do Congo até ao regresso de Tchombé em 26 de Junho de 1964 e à sua designação a 10 de Julho para a Chefia do Governo Central⁹²⁸

⁹²⁸ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 178-181.

MOISÉS KAPENDA TCHOMBÉ

PRIMEIRO-MINISTRO DO CONGO DE JULHO DE 1964 A OUTUBRO DE 1965



Figura 5.D: Moisés Kapenda Tchombé⁹²⁹

“Nasceu em 10 de Novembro de 1919 em Musumba, pertencendo à etnia lunda e a uma família rica e numerosa de proprietários rurais, comerciantes e donos de hotéis e armazéns, aparentados com a família imperial Lunda. O jovem Moisés, que passou uma parte da sua infância na Corte Imperial Lunda, fez os seus estudos primários na Missão Metodista de Sandoa e obteve o diploma de professor primário após quatro anos de um curso na missão metodista de Kamene lez-Kinda, tendo mais tarde obtido o diploma do curso superior de contabilidade. Alguns dos seus biógrafos aludem à sua grande capacidade de apreensão, apontam o facto de ter sido sempre um aluno aplicado e de seu pai ter pretendido enviá-lo para a Europa a fim de frequentar uma Universidade, o que não conseguiu devido à proibição da administração colonial belga que interditava a saída dos africanos do Congo para frequentar cursos superiores.

Quanto à sua vida política, era considerado o Presidente da CONAKAT desde 1957. Além de ter sido, antes da independência, Conselheiro do Provincial e membro do Conselho de Governo tinha sido designado para fazer parte da “Deputation permanente”, além de membro do Conselho do Território de Sandoa de 1957 a 1959 e Presidente da Associação das Classes Médias Africanas (ACMAF). Chefe da delegação da CONAKAT à “Table Ronde” política de Bruxelas e à Conferência belgo-congolesa sobre problemas económicos, financeiros e sociais igualmente de Bruxelas (Abril-Maio de 1960), fez uma curta visita aos Estados Unidos em Maio desse mesmo ano.

Convém recordar que Tchombé nunca acreditara na fórmula unitária defendida por alguns dirigentes congolezes e pelo Governo belga que sempre criticara a sua inscrição na futura constituição congoleza. (...) Entre a “Table Ronde” e a data da proclamação da

⁹²⁹ Adaptado, Selby, Tony (1967), *Congo, perigo de morte*, Lisboa, Editorial Verbo, p. 80.

independência verificou-se uma aproximação entre a CONAKAT e a ABAKO, nomeadamente no decorrer da visita a Elisabethville de Kasavubu, no entanto enquanto o partido catangês defendia a manutenção de uma estreita ligação com a Bélgica, o outro agrupamento político congolês e o seu Presidente pretendiam, ao contrário, conservar a sua inteira liberdade em relação à antiga potência colonizadora.

Quanto à ligação da CONAKAT em relação ao MNC de Lumumba, convém recordar que tinha retirado o seu apoio a Lumumba, mesmo antes da Independência e que o próprio Tchombé tinha afirmado que “sob a cobertura de uma “Lei Fundamental” que é provisória, certos políticos tentam assenhorear-se dum poder pessoal que nós recusamos”. Nas eleições de Maio de 1960, foi eleito Deputado Provincial pela CONAKAT e pelo território de Elisabethville. Em Junho foi eleito Presidente da Província do Catanga, após uma reunião da Assembleia Legislativa extremamente movimentada”⁹³⁰.

⁹³⁰ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 127-133.

EVARIST KIMBA

PRIMEIRO-MINISTRO DO CONGO DE OUTUBRO A NOVEMBRO DE 1965

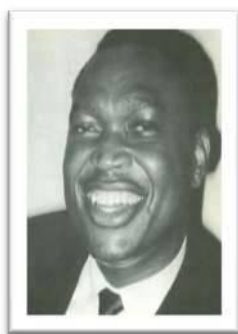


Figura 6.D: Evarist Kimba⁹³¹

“O ministro dos Negócios Estrangeiros do Catanga, nasceu em 16 de Julho de 1926 em Nsaka, território de Bukama, pertencendo ao Grupo étnico Muluba, frequentou o Instituto São Bonifácio de Elisabethville onde fez os seus estudos primários e secundários, tendo obtido o seu diploma em 1947. Ao mesmo tempo que frequentava os cursos nocturnos naquela escola estudava sociologia, direito e economia política, trabalhava na direcção de Mão de Obra Indígena da Companhia de Caminhos de Ferro. Foi Secretário “propagandista” da Confederação dos Sindicatos Cristãos do Congo (CSCC) e secretário de uma secção dos empregados de escritório do Catanga.

Evarist Kimba trabalhou como jornalista de 1954 a 1960 no diário de Elisabethville “L’Essor du Congo” que depois de 1960 tomou o nome de “L’Essor du Katanga”. (...) Em 1960 foi eleito Vice-Presidente da Associação Profissional da Imprensa Congoleza. Kimba tal como Mobutu transitou do jornalismo para a política pouco antes da Independência. Nas eleições de Maio de 1960 foi eleito Senador pela CONAKAT, tendo apresentado em 29 de Junho desse ano a sua demissão, a fim de se consagrar à função de ministro do Comércio e da Indústria do Governo Principal do Catanga, tendo, em Setembro desse mesmo ano, transitado para titular da pasta dos Negócios Estrangeiros do Governo seccionista.

(...) Após o final da secessão, Kimba continuou no Governo Provincial tendo, a partir de Junho de 1963 e depois da partida de Tchombé para a Europa, ficado a chefiar interinamente a equipa governativa até à posse do novo Governador do Catanga Oriental. A seguir, foi-se afastando progressivamente dos seus amigos da CONAKAT, tendo visitado a Europa e sobretudo a França para tratamento médico e contactos políticos. A sua aproximação a Léopoldville, nomeadamente a Adoula, levaram-no a partilhar discretamente muitas das

⁹³¹ Adaptado, Selby, Tony (1967), *Congo, perigo de morte*, Lisboa, Editorial Verbo, p. 65.

posições centralistas por aqueles defendidas, afastando-se portanto das teses federalistas dos outros dirigentes catangueses.

Sempre foi considerado como um dos mais inteligentes e brilhantes políticos africanos, depois de ter sido jornalista esclarecido e lúcido, durante o período colonial em que, como é óbvio, as oportunidades concedidas aos negros pela administração belga e pelas empresas eram tendentes a neutralizar o mais possível os jovens letrados congolezes.

(...) Kimba foi sempre considerado como um político muito discutido, tendo-se afastado de Tchombé pouco tempo antes do regresso deste ao Congo, acabado mesmo por ser nomeado pelo Presidente Kasavubu para o cargo de Primeiro-Ministro dum governo efémero que nunca obteve o voto de confiança do Parlamento, devido à oposição do partido fundado pelo antigo Presidente do Catanga. Esse Governo foi demitido após o golpe de Estado de 25 de Novembro que levou ao poder Mobutu. Evarist Kimba foi envolvido na chamada conspiração de Pentecostes de 1966, acabando por ser executado de forma trágica⁹³².

⁹³² Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 137-141.

JOSEPH DÉSIÉ MOBUTU

PRESIDENTE DO CONGO/ZAIRE DE NOVEMBRO DE 1965 A MAIO DE 1997



Figura 7.D: Joseph Désiré Mobutu⁹³³

“De acordo com a sua biografia oficial, Mobutu Sese-Seko nasceu em 14 de Outubro de 1930 em Lisala (Província do equador). Pertence à etnia mungo. Fez os seus estudos médios em Coquilhatville e serviu durante sete anos na Força Pública colonial, frequentando os cursos para graduados na escola de quadros de Luluabourg, após o que foi colocado na “Secção de Operações” do Quartel-General daquela Força Pública. Começou a trabalhar como jornalista ainda durante o serviço militar e após a saída do Exército (Dezembro de 1956) entrou para a redacção do jornal de Léopoldville “L’Avenir” após o que foi chefe de redacção do periódico “Actualités Africaines”, ao mesmo tempo que era informador eventual da “Agence France Press” na capital congoleza e colaborador do Consulado Geral dos Estados Unidos. Deslocou-se a Bruxelas para assistir à Exposição Internacional de 1958, na qualidade de jornalista congolês. Frequentou os cursos do “Instituto Belga de jornalismo” e efectuou um estágio da “Inforcongo”, após o que abandonou o jornalismo para se dedicar ao “Instituto de Estudos Sociais”.

(...) A actividade política de Mobutu começou como membro muito activo do MNC-Lumumba e colaborador bastante íntimo do futuro primeiro-ministro, fazendo frequentes vezes de seu Secretário e encarregando-se do expediente do escritório daquele partido em Bruxelas durante a “Table Ronde”. Delegado do MNC-Lumumba à Conferência belgo-congoleza sobre os problemas económicos, financeiros e sociais (Abril-maio de 1960), membro do grupo de trabalho constituído por aquela conferência. (...) Apesar de nas eleições gerais de Maio de 1960, não ter sido eleito para qualquer lugar parlamentar, o primeiro-ministro Lumumba

⁹³³ Adaptado, Selby, Tony (1967), *Congo, perigo de morte*, Lisboa, Editorial Verbo, p. 16 - I.

escolheu-o, em Junho de 1960, para o Cargo de seu colaborador mais próximo no Governo Central “como Secretário de Estado da Presidência”⁹³⁴.

Este apontamento diz respeito aos primeiros anos da caminhada de Mobutu até à cadeira do poder. Tudo o que se segue foi devidamente tratado no corpo da narrativa do nosso trabalho.

⁹³⁴ Sapim, Francisco (1975), *A Luta pela Independência do Catanga*, Hong Kong, UHAKI, pp. 171-172.

ANEXO E – ELEIÇÕES DE MAIO DE 1960

Partidos	Nacional		Assembleias Provinciais					
	Câmara dos deputados	Senado	Léopoldville	Equador	Oriental	Kivu	Catanga	Kasai
MNC/L	41	19	2	10	58	17	1	25
PSA	13	4	35					
Cerea	10	6				30		
Cartel Catanguês	7	3					23	
Abako	12	4	33					
Puna	7	7		11				
Unimo	1	2		8				
MNC/K	8	3						21
PNP	15	3		5	6	5		4
Conakat	8	6					25	
Outros	15	27	20	26	6	18	10	20
Total	137	84	90	60	70	70	60	70

Quadro 1.E: Lugares Conquistados nas Eleições de Maio de 1960 no Congo⁹³⁵

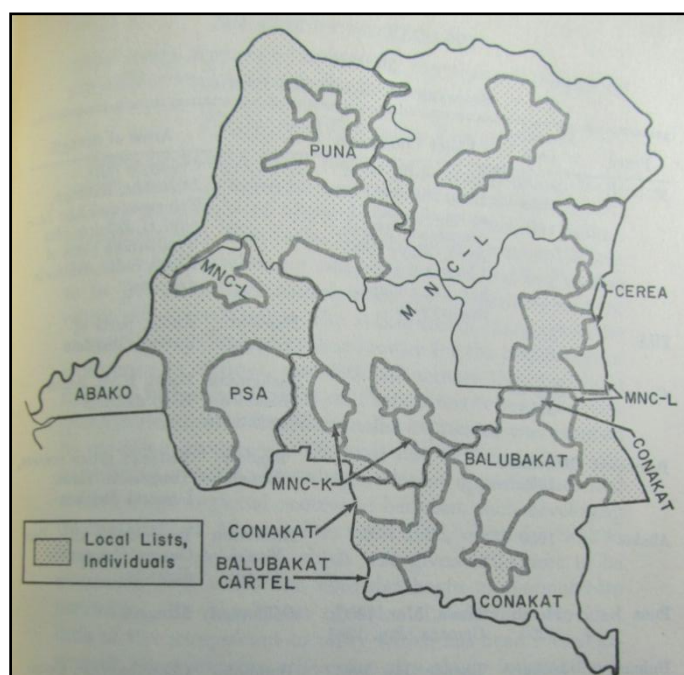


Figura 1.E: Mapa Eleitoral das eleições de Maio de 1960⁹³⁶

⁹³⁵ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 302.

⁹³⁶ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 303.

ANEXO F – NOVO PLANO INSTITUCIONAL PARA O CONGO

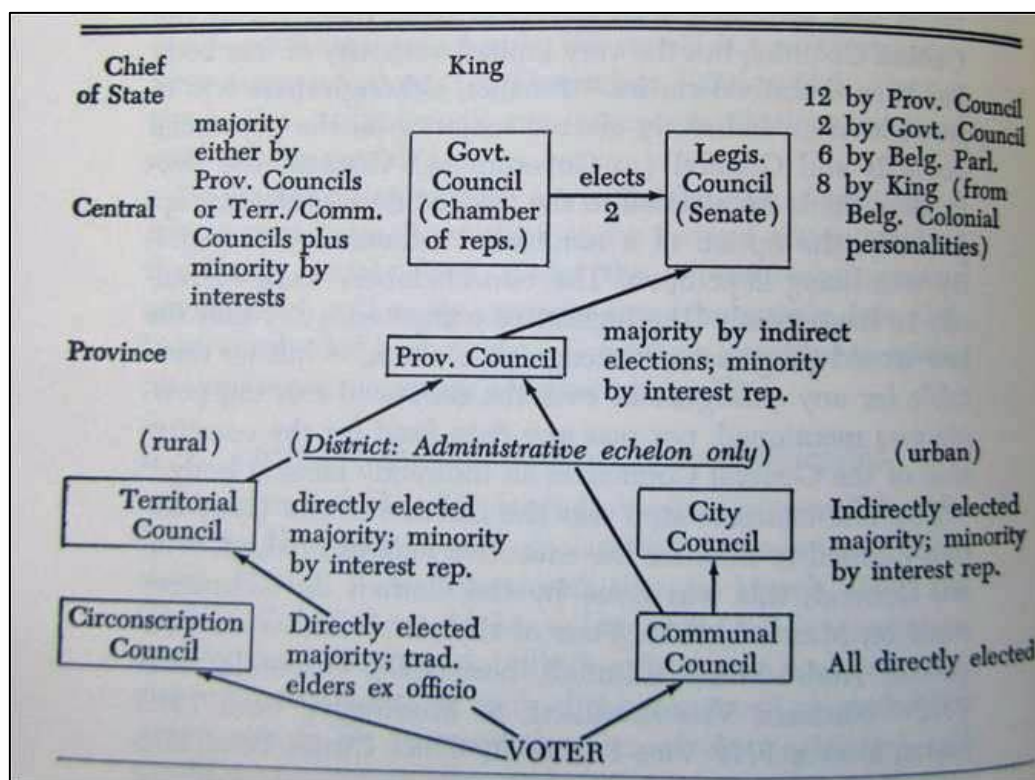


Figura 1.F: Esquema do Plano Institucional de 1959 para o Congo⁹³⁷

⁹³⁷ Young, Crawford (1965), *Politics in the Congo, Decolonization and Independence*, New Jersey, Princeton University Press, p. 168.

ANEXO G – RESOLUÇÃO N.º 143 DE 1960 DA ONU

THE CONGO QUESTION	LA QUESTION DU CONGO
<p>Decisions</p> <p>At its 873rd meeting, on 13/14 July 1960, the Council decided to invite the representatives of Belgium and the Republic of the Congo to participate, without vote, in the discussion of the question.⁴</p> <p>Subsequently, at meetings on this question held between August and December 1960, the Council decided⁵ to invite the representatives of the following Member States to participate, without vote, in the discussion: Cameroun, Ethiopia, Ghana, Guinea, India, Indonesia, Liberia, Mali, Morocco, United Arab Republic, Yugoslavia.</p> <p style="text-align: center;">143 (1960). Resolution of 14 July 1960 [S/4387]</p> <p><i>The Security Council,</i></p> <p><i>Considering</i> the report of the Secretary-General⁶ on a request for United Nations action in relation to the Republic of the Congo,</p> <p><i>Considering</i> the request for military assistance addressed to the Secretary-General by the President and the Prime Minister of the Republic of the Congo,⁷</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Calls upon</i> the Government of Belgium to withdraw its troops from the territory of the Republic of the Congo; 2. <i>Decides</i> to authorize the Secretary-General to take the necessary steps, in consultation with the Government of the Republic of the Congo, to provide the Government with such military assistance as may be necessary until, through the efforts of the Congolese Government with the technical assistance of the United Nations, the national security forces may be able, in the opinion of the Government, to meet fully their tasks; 3. <i>Requests</i> the Secretary-General to report to the Security Council as appropriate. <p style="text-align: right; font-size: small;"><i>Adopted at the 873rd meeting by 8 votes to none, with 3 abstentions (China, France, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland).</i></p>	<p>Décisions</p> <p>A sa 873^e séance, les 13/14 juillet 1960, le Conseil a décidé d'inviter les représentants de la Belgique et de la République du Congo à participer, sans droit de vote, à la discussion de la question⁴.</p> <p>Ultérieurement, au cours de séances consacrées à l'examen de la question entre août et décembre 1960, le Conseil a décidé⁵ d'inviter les représentants des Etats Membres ci-après à participer à la discussion, sans droit de vote: Cameroun, Ethiopie, Ghana, Guinée, Inde, Indonésie, Libéria, Mali, Maroc, République arabe unie, Yougoslavie.</p> <p style="text-align: center;">143 (1960). Résolution du 14 juillet 1960 [S/4387]</p> <p><i>Le Conseil de sécurité,</i></p> <p><i>Considérant</i> le rapport du Secrétaire général⁶ sur la demande pour une action des Nations Unies concernant la République du Congo,</p> <p><i>Considérant</i> la demande d'assistance militaire adressée au Secrétaire général par le Président et le Premier Ministre de la République du Congo⁷,</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Fait appel</i> au Gouvernement belge pour qu'il retire ses troupes du territoire de la République du Congo; 2. <i>Décide</i> d'autoriser le Secrétaire général à prendre, en consultation avec le Gouvernement de la République du Congo, les mesures nécessaires en vue de fournir à ce gouvernement l'assistance militaire dont il a besoin, et ce jusqu'au moment où les forces nationales de sécurité, grâce aux efforts du Gouvernement congolais et avec l'assistance technique de l'Organisation des Nations Unies, seront à même, de l'opinion de ce gouvernement, de remplir entièrement leurs tâches; 3. <i>Prie</i> le Secrétaire général de faire rapport au Conseil de sécurité lorsqu'il y aura lieu. <p style="text-align: right; font-size: small;"><i>Adoptée à la 873^e séance par 8 voix contre zéro, avec 3 abstentions (Chine, France, Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord).</i></p>
2	5

Figura 1.G: Resolução n.º 143/1960 da ONU: Questão do Congo⁹³⁸

⁹³⁸ UN (1960), "Resolution n.º 143 (1960), The Congo Question", em *United Nations Official Documents*, (online).

Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/143\(1960\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/143(1960)).

ANEXO H – INDICADORES ECONÓMICOS

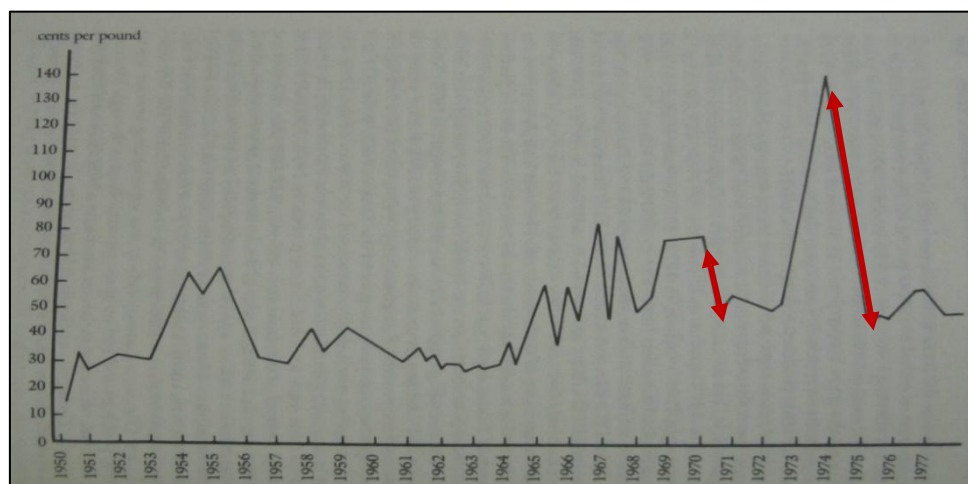


Figura 1.H: Evolução do Preço do Cobre⁹³⁹

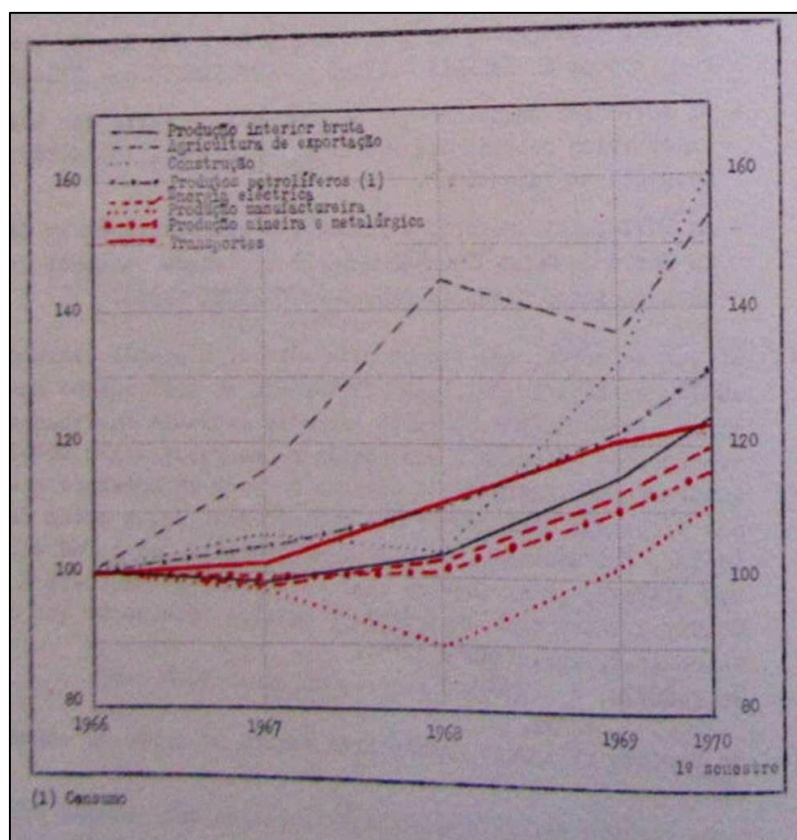


Figura 2.H: Evolução dos Principais Sectores de Produção⁹⁴⁰

⁹³⁹ Adaptado Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp. 371-372.

	Taxa de Inflação
1971	8.7%
1972	6.6%
1973	9.3%
1974	30.4%
1975	59.3%

Quadro 1.H: Inflação do Zaire⁹⁴¹

⁹⁴⁰ AHU – Série 66 – Pasta 5. Adaptado do Relatório Especial de Informação n.º3 do SCCIA de Julho de 1971. *Evolução da Situação Política na República Democrática do Congo*.

⁹⁴¹ Apud, Young, Crawford e Thomas Turner (1985), *The Rise & Decline of the Zairian State*, Madison, The University of Wisconsin Press, p. 324.

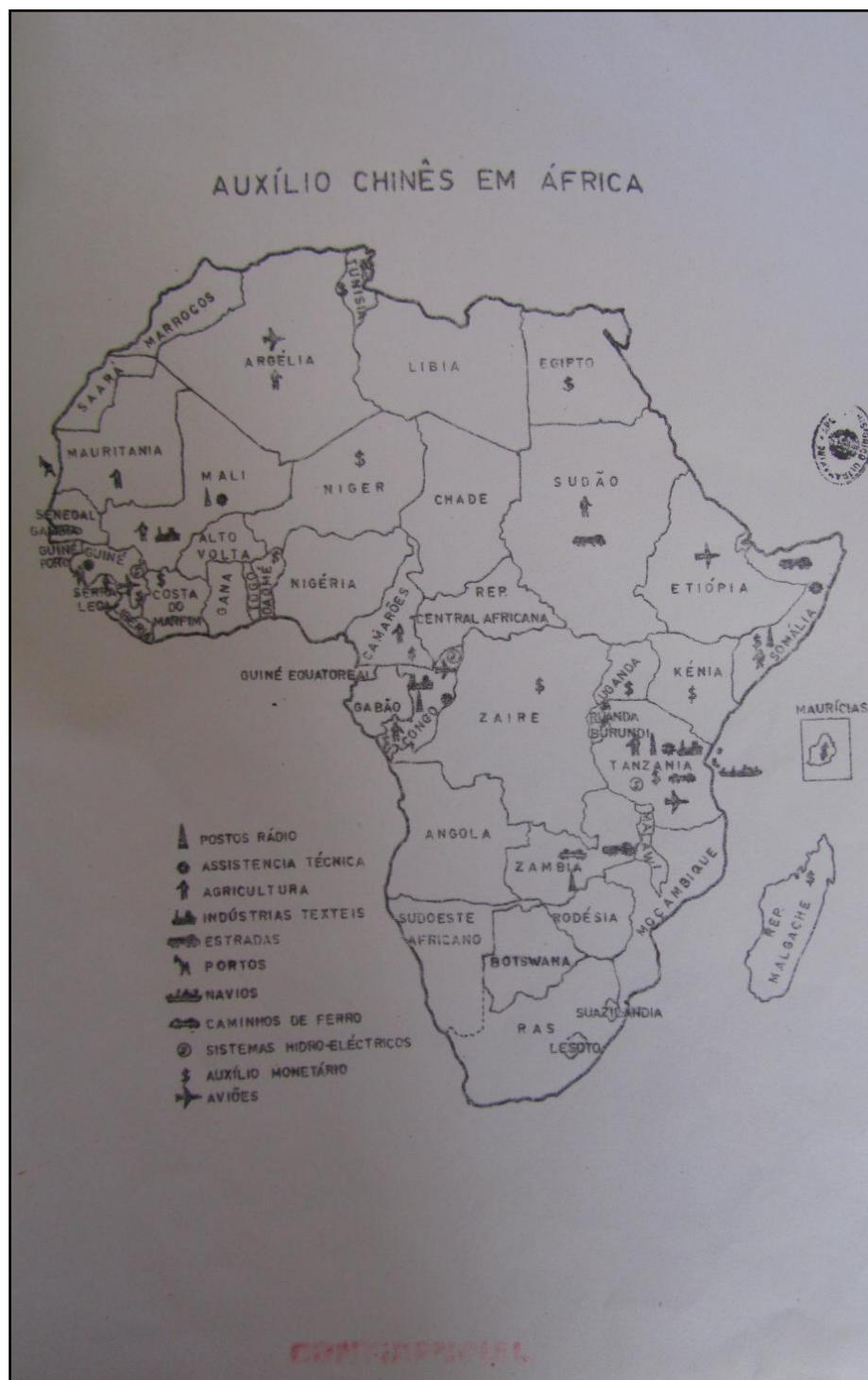


Figura 2.I: Auxílio Chinês em África⁹⁴³

⁹⁴³ Adaptado de AHU – Série 66 – Pasta 7. Relatório de Informações n.º 18/1973 dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, de 19 de Fevereiro de 1973.

ANEXO J – INFORMAÇÃO DE SERVIÇO DE COELHO LOPES

18-XI-069

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

INFORMAÇÃO DE SERVIÇO

COELHO LOPES

96,16

SECRETO

Li com muito interesse esta informação. Deve exprimir-se ao autor o muito apreço pelo modo como cumpriu a sua missão.

19/11/69

MARCELLO CAETANO

RELATIVA À DESLOCAÇÃO EFECTUADA A BRUXELAS, A FIM DE TRATAR COM O GENERAL MOBUTU E CYRILE ADOULA DO RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE PORTUGAL E O CONGO (KINSHASA) E DO DESENVOLVIMENTO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL ENTRE ESTE PAÍS E A PROVÍNCIA DE ANGOLA

A chegada a Bruxelas teve lugar cerca das 23 horas de 6 do corrente, pelo que só no dia seguinte foi possível estabelecer contacto com as autoridades congolesas. Para o efeito, o Inspector António Fragoso Allas deslocou-se à Embaixada da República Democrática do Congo, a fim de entregar ao Embaixador uma mensagem do Coronel Efomi, expondo a missão de que fomos incumbidos e informando de que eramos portadores de uma carta para o Presidente da República, em que se mencionavam os assuntos a tratar. Após haver tomado conhecimento da referida comunicação, o Embaixador conduziu, no seu próprio carro, o Inspector Allas à residência da Embaixada, onde se

/...

Figura 1.J: Folha de Rosto do Relatório de Coelho Lopes⁹⁴⁴

⁹⁴⁴ AHD – PAA – Maço 1072: Informação de Serviço de Coelho Lopes de 18 de Novembro de 1969.

ANEXO K – CARTA DE EFOMI PARA MOBUTU

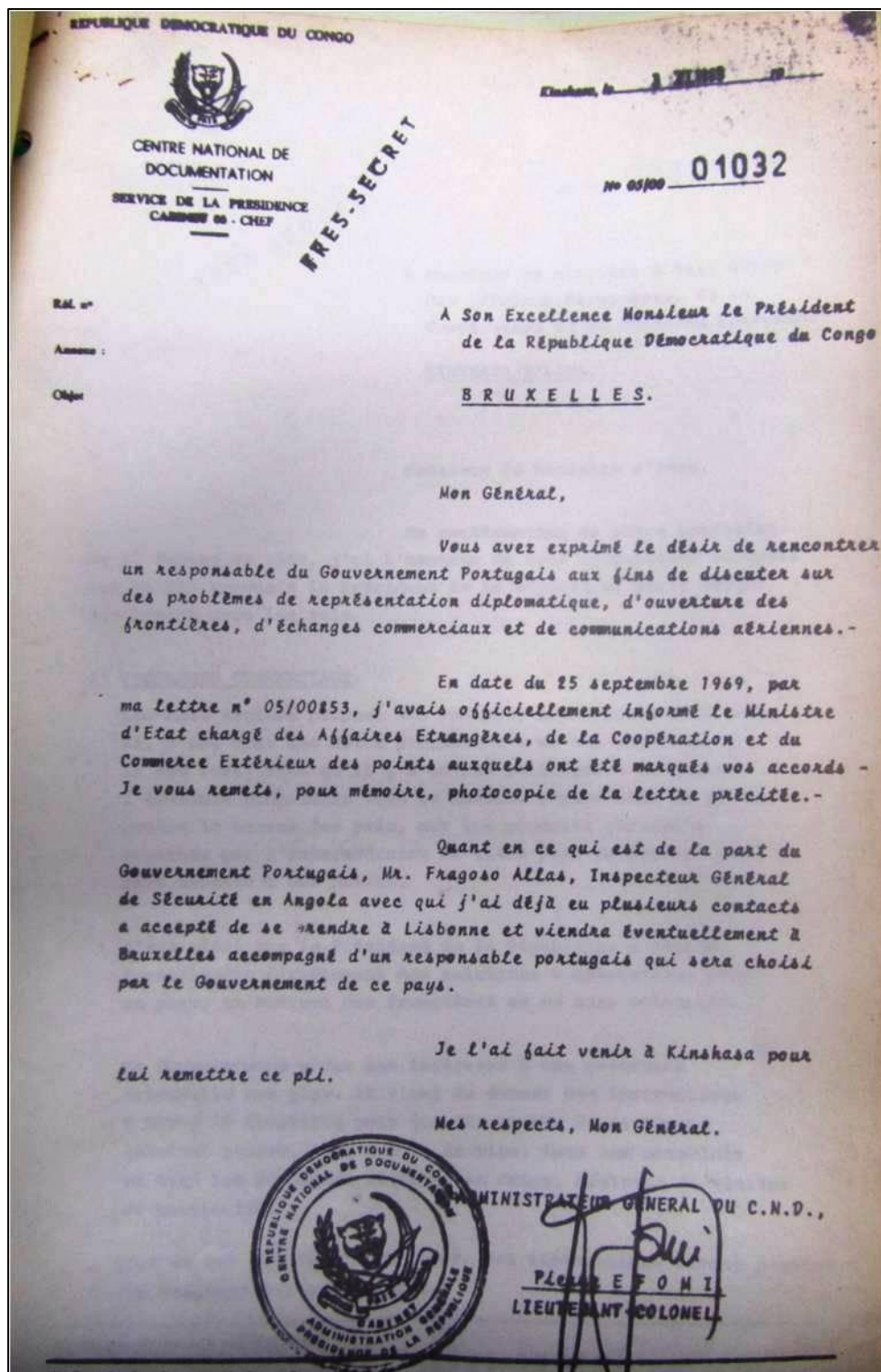


Figura 1.K: Carta de Efomi para Mobutu⁹⁴⁵

⁹⁴⁵ AHD – PAA – Maço 1072: Carta dos serviços do CND, assinada por Efomi e dirigida a Mobutu.

ANEXO L – VISTA PANORÂMICA DO CAMPO DE KINKUZO



Figura 1.L: Campo de Kinkuzo⁹⁴⁶

⁹⁴⁶ AHD – Maço 1056: SUPINTREP N.º 17, Base Militar de Kinkuzo, de 1963 da 2ª Repartição do Quartel General da Região Militar de Angola.

ANEXO M – FUGA DE PRISIONEIRO: AUTO DE DECLARAÇÕES

Direcção Geral de Segurança / Delegação de Angola

N.º 28/73-DInf-2ª

Assunto: Fuga de Prisioneiros de Kinshasa

8 de Fevereiro de 1973

Auto de Declarações

“Aos seis dias do Mês de Janeiro do ano de 1973, nesta cidade de Luanda e Delegação Geral de Segurança onde se encontra o excelentíssimo Inspector, senhor Manuel Brás, com o Subinspector, António da costa de Oliveira e Silva, e comigo, Manuel Tomás Azevedo, agente, servindo de escrivão, todos da mesma direcção geral, aqui compareceu, o nacional **ANTÓNIO PINTO FIGUEIREDO**, casado, mecânico, nascido a 24 de Abril de 1929, em Luanda, filho de João Pinto de Figueiredo e de Palmira Mendes de Carvalho e residente no Bairro da Corimba, também nesta cidade de Luanda, a fim de prestar declarações:

À matéria dos Autos, e convidado a esclarecer o modo como ele, declarante, e os restantes seis prisioneiros conseguiram empreender a fuga das prisões do CND em Kinshasa, declarou: Que, a partir da altura em que foram transferidos para as prisões do referido Centro em Kinshasa e graças às facilidades que ali encontraram, pois não foram rigorosamente encarcerados e antes lhes era consentido passearem no recinto das mesmas prisões, logo nasceu em todos a esperança de, mais cedo ou mais tarde, empreenderem a fuga. Assim e por várias vezes, fizeram experiências, saltando o muro de vedação para o exterior, quando apanhavam as sentinelas distraídas ou iludindo a sua vigilância. Verificaram, portanto, que não lhes era impossível evadirem-se. Que, o declarante e o seu companheiro Hélder Bastos de Oliveira, foram os principais obreiros da fuga, pois aos dois coube o estudo das circunstâncias em que a deviam efectuar, chegando à conclusão de que o essencial era alugar uma viatura que os transportasse até às proximidades da fronteira de Angola e obter documentos que lhes permitisse transitarem livremente e sem se tornarem suspeitos às autoridades zairenses que porventura os viessem interceptar. Quanto à viatura, não tiveram dificuldades em arranjar-la, tendo contactado, para o efeito, um súbdito zairense cujo nome ignora, o qual se prontificou a efectuar o desejado transporte. No que concerne aos documentos, foi o próprio Hélder Bastos de Oliveira que se encarregou de forjar uma “Atestation” para cada um dos prisioneiros, onde eram identificados com nomes supostos e como sendo técnicos, da nacionalidade italiana. Para autenticação desses documentos, o

Hélder conseguiu penetrar no gabinete de um dos inspectores do CND e serviu-se de um carimbo ali existente. Depois, só houve que contactar de novo o proprietário e condutor da viatura, para acertarem o local, data e hora, onde aquele os deveria aguardar. Estabelecido o contacto, ficou assente que se encontrariam na Praça do Parlamento às 24 horas do referido dia, o declarante e os outros prisioneiros começaram a saltar, um a um, o muro de vedação das prisões, aproveitando os momentos em que os sentinelas se deslocavam dos seus postos de giro. Reagruparam-se depois nas proximidades do Centro e dali seguiram, dois a dois, até à Praça do Parlamento, onde a viatura e o seu condutor já os aguardavam. Pouco depois, iniciaram a viagem em direcção à fronteira. Até Moerbeck tudo se passou sem haver qualquer contrariedade, mas, ultrapassada já aquela localidade e a cerca de dois quilómetros de distância, acabou-se o combustível e viram-se assim forçados a abandonar a viatura, não tendo outra alternativa senão prosseguirem a viagem a pé. Nestas circunstâncias e a marcharem de noite, para descansarem durante o dia, alimentando-se de tubérculos de mandioca e de alguns frutos que encontravam na mata, vieram a transpor a fronteira pela área de Kimpangu, do lado zaireense, e de Quimbata, do lado português, ao fim de quatro noites de penosa marcha. Atingir, portanto, o território português, cerca das seis horas da manhã do passado dia dois de Janeiro. No entanto, e como houvesse àquela hora um cerrado nevoeiro, desorientaram-se e já iam de novo em direcção da linha de fronteira, quando uma patrulha do Exército zaireense que vinha no seu encalço os pretendeu interpelar mas, como o sítio onde se encontravam se situasse em território português, diligenciaram no sentido de ser avisado o Chefe do Posto desta direcção geral de Segurança na Quimbata, o qual compareceu prontamente no local e tomou as providências necessárias e tendentes a apresentação do declarante e os seus companheiros nesta delegação, para se inquirir das circunstâncias em que se processou a fuga.

Que não quer deixar de esclarecer que a fuga foi planeada por si e pelos seus companheiros, mormente pelo Hélder, não se verificando, portanto, a interferência de quem quer que fosse, designadamente da parte da nossa embaixada na Capital do Zaire ou de qualquer português radicado naquele país. O Único apoio que receberam da nossa embaixada e enquanto estiveram no CND, resumiu-se ao pagamento da alimentação que lhes fora fornecido por um hotel de Kinshasa e ao envio de algum vestuário.

Convidado por último a esclarecer se tanto o declarante como os seus companheiros, durante o tempo em que estiveram detidos no CND, foram objecto de maus tratos por parte das autoridades zaireenses, declarou: que, não podia ser melhor nem mais humano o tratamento dispensado pelas autoridades zaireenses.

E mais não declarou. Lidas que foram as suas declarações, as achou conformes, ratifica e vai assinar.

E para que se conste se lavrou o presente auto que também vai ser assinado pelo excelentíssimo Inspector, pelo Senhor Subinspector e por mi, agente, servindo de escrivão, que o dactilografei revi”⁹⁴⁷.

Auto de Declarações

“Aos seis dias do Mês de Janeiro do ano de 1973, nesta cidade de Luanda e Delegação Geral de Segurança onde se encontra o excelentíssimo Inspector, senhor Manuel Brás, com o Subinspector, António da costa de Oliveira e Silva, e comigo, Manuel Tomás Azevedo, agente, servindo de escrivão, todos da mesma direcção geral, aqui compareceu, o nacional **HÉLDER LEOPOLDO BASTOS DE OLIVEIRA**, solteiro, ex-militar e actualmente sem profissão, nascido a 16 de Julho de 1949, a bordo do paquete Quanza a navegar do Funchal para S.Tomé, filho de Gualtar Marques de Oliveira e de Teresa da Silva Bastos de Oliveira e residente no Bairro da Praia do Bispo, n.º 36 e 38, em Luanda, a fim de prestar declarações.

À matéria dos autos e convidado a esclarecer a forma como empreendeu e pôs em prática a sua fuga das prisões do CND em Kinshasa, declarou:

Que, desde há muito vinha pensando em se invadir, especialmente a partir da ocasião em que lhe começou a ser consentido sair da cela e passear à vontade no recinto das prisões a que se refere a pergunta. A partir de então, fez algumas experiencias, saltando o muro de vedação para o exterior e depois de iludir a vigilância dos guardas. Verificou, assim, não lhe ser difícil empreender a fuga e o que ele e os seus restantes seis prisioneiros careciam para consumarem o facto era arranjar um meio de transporte que os conduzisse até à fronteira com Angola e documentos que os habilitassem a transitar sem se tornarem suspeitos às autoridades zairenses. No que respeita ao transporte também não lhe foi difícil arranjá-lo, pois conseguiram alugar uma viatura e um súbdito zairense cujo nome ignora. Relativamente aos documentos, o próprio declarante forjou uma “atestation” para si e para cada um dos restantes prisioneiros, documentos esses que os identificavam com nomes supostos e como sendo técnicos estrangeiros, de nacionalidade italiana e onde se solicitava a todas as Autoridades zairenses os deixassem transitar livremente. Subscreveu os mesmo documentos com uma assinatura que imitava a de um inspector do CND, a qual autenticou depois com um carimbo que furtivamente obteve num dos gabinetes daquele departamento. Que, com as coisas assim preparadas, só houve necessidade de estabelecer novo contacto com o proprietário da viatura alugada, para combinarem o local e a hora onde aquele os deveria

⁹⁴⁷ TT-PIDE-DGS-Serviços Centrais. Direcção Geral de Segurança / Delegação de Angola, N.º 28/73-DInf-2ª, Assunto: Fuga de Prisioneiros de Kinshasa, Auto de Declarações, 8 de Fevereiro de 1973.

aguardar, ficando assente que esse local seria a Praça onde se situa o Parlamento e a hora as 24 do dia 29 de Dezembro do ano que findou. Assim, por volta das 23 horas do mesmo dia e aproveitando o momento em que as sentinelas deixavam os seus postos fixos para efectuarem o giro, o declarante e os seus camaradas prisioneiros começaram a sair, um a um, e a saltar o muro de vedação para o exterior, indo reagrupar-se nas proximidades das instalações do CND. Dali seguiram, dois a dois, para a Praça do Parlamento, onde a viatura já os aguardava e pouco de pois partiam em direcção à fronteira. Até Moerbeck, a viagem decorreu sem qualquer percalço, mas uns dois quilómetros para além desta localidade, o combustível acabou-se e para não terem de voltar para trás, a fim de reabastecerem, pois ali poderiam ser apanhados, uma vez que as autoridades deviam já estar alertadas, resolveram abandonar a viatura e prosseguir a viagem a pé, até à fronteira. Embrenhando-se na mata, marchavam de noite e repousavam durante o dia, alimentando-se de tubérculos de mandioca e de alguns frutos que iam encontrando, até que ao fim de 4 noites de penosa marcha a pé atingiram a fronteira pela área de Kimpangu, do lado zairense, e da Quimbata, do lado português. Alcançaram portanto território português seriam 6 horas da manhã do dia 2 de Janeiro. Todavia e como houvesse denso nevoeiro, desorientaram-se e já iam de novo a caminho da fronteira quando uma patrulha do exército zairense que vinha em sua perseguição os pretendeu interpelar, mas, como já se encontrassem em território nacional, pediram a comparência do Chefe de posto desta direcção geral de segurança na Quimbata, que tomou as providências necessárias com vista à apresentação do declarante e seus companheiros nesta delegação, para se averiguar das circunstâncias em que ocorreu a fuga.

Que, deseja também esclarecer que a fuga foi delineada por si e pelos seus companheiros, nomeadamente António Pinto Figueiredo, não havendo, por consequência, a intervenção de quem quer que fosse, isto é, nem da nossa embaixada em Kinshasa, nem de qualquer súbdito ali fixado. Da nossa embaixada o único apoio que tiveram foi o pagamento da alimentação durante o tempo em que tiveram presos no CND a qual era fornecida por um hotel de Kinshasa, e o envio de algum vestiário, no mesmo período.

Convidado por último a esclarecer se tanto o declarante como os seus companheiros, durante o tempo em que estiveram detidos no CND, foram objecto de maus tratos por parte das autoridades zairenses, declarou: que, não podia ser melhor nem mais humano o tratamento dispensado pelas autoridades zairenses.

E mais não declarou. Lidas que foram as suas declarações, as achou conformes, ratifica e vai assinar.

E para que se conste se lavrou o presente auto que também vai ser assinado pelo excelentíssimo Inspector, pelo Senhor Subinspector e por mi, agente, servindo de escrivão, que o dactilografei revi⁹⁴⁸.

⁹⁴⁸ TT-PIDE-DGS-Serviços Centrais. Direcção Geral de Segurança / Delegação de Angola, N.º 28/73-DInf-2ª, Assunto: Fuga de Prisioneiros de Kinshasa, Auto de Declarações, 8 de Fevereiro de 1973.

L'ancien administrateur du C.N.D., Akafomo, condamné à 6 mois de S.P.P.

Le prévenu Akafomo, ancien administrateur général du Centre National de Documentation a été condamné à 6 mois de S.P.P. et au paiement des deux tiers des frais d'instance et son collaborateur Mongo à 1 an de S.P.P. et le tiers des frais d'instance a été mis à charge de chacun d'eux avec 10 jours de contrainte par corps en cas de non paiement.

C'est la Cour d'Appel de Kinshasa qui a prononcé mardi, au cours d'une audience publique, cet arrêt sur l'affaire mettant en cause le ministère public contre l'ancien administrateur général du C.N.D. et ses deux collaborateurs Mongo et Mandaka.

Le siège de la Cour était composé des citoyens Phanzu-Thubi, Idi-Omari, Ilunga Kalenga et Nduli, respectivement pré-

sident, conseillers à la Cour d'Appel de Kinshasa et avocat général représentant le ministère public.

La défense du prévenu Akafomo a été confiée à Me. Yoka.

L'acte d'accusation reproche au prévenu Akafomo d'avoir été corrompu avec une somme de 3.000.000 d'escudos, pour faciliter l'évasion dans un poste frontalier du Bas-Zaïre, avec le concours de ses collaborateurs

précités chargés d'assurer la permanence au siège du C.N.D. à Kinshasa, des sept prisonniers de guerre de nationalité portugaise qui, après leur arrestation par le GRAE, ont été transférés à la base militaire de Kinkunzu par la décision des autorités zairoises.

Au moment de la fuite, les prisonniers ont été en possession des attestations établies par le C.N.D. et leur donnant la qualité des techniciens italiens œuvrant à Inga.

Dans l'analyse des préventions retenues à charge des prévenus, la Cour a constaté que l'ancien administrateur du C.N.D. entretenait des relations amicales avec certains sujets portugais établis à Kinshasa, ce qui traduit son intention coupable d'avoir participé à l'évasion des prisonniers portugais de leurs cellules.

Quant au citoyen Mandaka, les préventions retenues à sa charge ont été rejetées par la Cour.

Le prévenu Akafomo et Mongo ont exprimé, selon l'avocat de la défense, le désir d'aller en appel.



De gauche à droite, on reconnaît les prévenus Akafomo, Mongo et Mandaka acquitté

Figura 1.N: A Condenação de Akafomo no Jornal *Elima*⁹⁴⁹

⁹⁴⁹ AHD – PAA – Maço 1081: Jornal *Elima* n.º 199, de 1 de Março de 1973.

ANEXO O – ACORDO DE CESSAR-FOGO

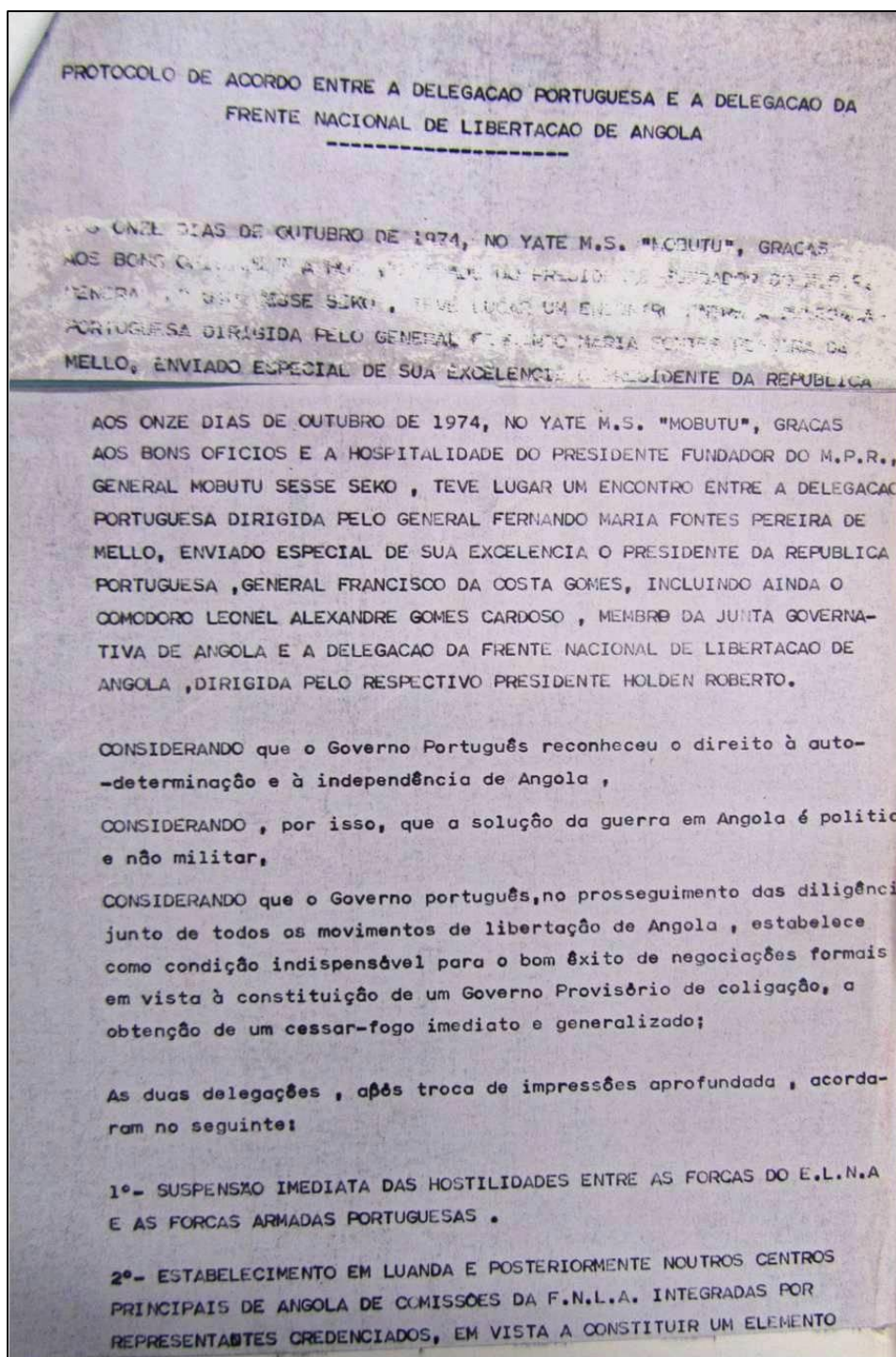


Figura 1.O: Folha de Rosto do Protocolo de Acordo⁹⁵⁰

⁹⁵⁰ AHD – PAA – Maço 1316: Protocolo de Cessar-Fogo, Anexo ao Relatório de Fontes Pereira de Melo de 14 de Outubro de 1974.